

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDÃO**

*AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL:*

desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo

Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)

Niterói

2013

**RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDÃO**

*AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL:*

desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo

Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para a obtenção do Grau de  
Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Théó Lobarinhas Piñeiro

Niterói

2013

RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDÃO

*AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL:*

desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo

Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Théó Lobarinhas Piñeiro – UFF (Orientador)

---

Prof. Dr. Alberto Di Sabbato – UFF (Arguidor)

---

Prof. Dr. Ary Cesar Minella – UFSC (Arguidor)

---

Prof. Dr. Bernardo Kocher – UFF (Arguidor)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Monica Piccolo Almeida – UEMA (Arguidora)

*Aos meus pais, por tudo e sempre.*

## **Agradecimentos**

Ao longo destes quatro anos de pesquisa, inúmeras foram as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta tese fosse, enfim, concluída. A todas estas, devo o meu profundo agradecimento.

Ao Théo Lobarinhas Piñeiro, pela dedicada orientação e pelos anos de longa amizade que remontam aos tempos de mestrado e que, certamente, muito contribuíram para a minha formação enquanto professor e historiador.

Aos professores Carlos Gabriel Guimarães e Cezar Honorato, que compuseram a banca de qualificação. As observações, colocações e sugestões, naquele momento, tiveram um impacto significativo nos novos rumos tomados pela tese.

Aos professores Ary Cesar Minella, Mônica de Almeida Piccolo, Bernardo Kocher e Alberto Di Sabbato que, gentilmente, aceitaram a participação na banca de defesa.

Aos colegas do Polis - Laboratório de História Econômico-Social da Universidade Federal Fluminense que me valeram de preciosas contribuições a partir da oportunidade conferida de apresentar versões preliminares desta pesquisa em algumas reuniões. Dessa forma sou imensamente grato à Rita Almico, Luiz Fernando Saraiva, Mônica Martins, Almir Pitta, Walter Pereira, Geraldo Beauclair, Maria Izabel Mazini, Pedro Henrique Pedreira Campos, Elena Soihet, Carlos Gabriel Guimarães, Clarice de Paula, Cezar Honorato, Cláudia Hansen, Maria Letícia Corrêa, Ana Lúcia Nunes, Mônica Piccolo, Carlos Valencia, Nívea Vieira, Saulo Bohrer, João Paulo Moreira, Alan Ribeiro, Tatiana Poggi, Gabriel Maraschin e Luis Ângelo Pouchain. Agradecimento especial ao professor Luiz Fernando Saraiva pela ajuda na impressão da versão preliminar da tese.

Aos membros do grupo de pesquisa Estado e Poder, coordenado pela professora Sônia Regina de Mendonça, do qual tive o prazer de participar de alguns de seus eventos.

Aos colegas de trabalho do Colégio e Curso Miguel Couto que, ao longo destes anos, invariavelmente, faziam-me a mesma pergunta: “E aí, como está o doutorado?”. Vai aqui um agradecimento especial aos professores Alexandre Salim, Cláudio Alves, Marcel Loredó, Saulo Bohrer, Laura Rachide, Fernando Castro, Sandro de Souza, Amanda Nobre, Karla Almeida, Herica Correia, José Carlos Medeiros; aos coordenadores Leonardo Moreira, Samara Bohrer, Daniela Queiroz e Paulo Sérgio Hübner; aos funcionários Júlio Lyra, “Tia” Fran, Marcelo Lyra, Luciana Flozino, Serginho, Alexandre, Arnaldo e Sérgio. Aproveito também para agradecer aos (muitos) alunos que,

nestes quatro anos, deram-me a oportunidade prazerosa da convivência diária em sala de aula. Infelizmente não há como, aqui, nominá-los. Um agradecimento especial ao Júlio Lyra, um dos mais competentes profissionais com quem tive a oportunidade de trabalhar, pela ajuda na impressão da tese.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional que, mesmo trabalhando em condições adversas, possibilitam o melhor atendimento possível para a coleta de fontes, em especial, aos funcionários da Seção de Periódicos.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq pelo auxílio financeiro prestado nestes quatro anos de pesquisa, que me permitiram participar de inúmeros congressos e pesquisas em arquivos.

Aos meus colegas de graduação da UFF, em especial à turma ingressa no segundo semestre do ano 2000 que, mesmo depois de tantos anos e de um natural distanciamento, ainda estão presentes na minha vida. Agradeço ao Carlos Leandro, Fábio, Carol, Renata, Tati, Luciana, Tarsila, Shirley, Igor e Rodrigo. Um agradecimento especial ao Renato Coutinho, grande amigo rubro-negro, e para a Fernanda. Saudades dos nossos churrascos!

Aos meus amigos Breno, Daniel e Daniele, Fabinho, Saulo, Cyro, Louise Mattos, Otávio, Fernanda, Marquinhos, Daniel Vieira e Juliana, Luiz e Alesandra, Nina e Pilar.

À minha amiga Fran e aos meus amigos do Instituto Cultural Germânico, Gabriel Soares e José Rebelo, pelo incentivo de sempre.

À Clarice de Paula, pelo seu companheirismo, pela sua amizade e pelo seu amor. Obrigado por ser a primeira a ler a tese inteira e ter a paciência para fazer as correções necessárias. Obrigado também por “aturar” os meus (muitos) momentos de impaciência e nervosismo por conta de “ter que acabar a tese”.

À Catarina Tinoco de Paula. Vai aqui toda a minha admiração enquanto mãe, professora e mulher. Um exemplo a quem me inspiro.

À Arabela de Paula, Letícia de Paula e à Julie!

Por fim, aquelas pessoas que desde sempre estiveram desde não apenas ligadas à elaboração da tese, mas também à minha vida.

Aos meus pais, Paulo e Adalgisa, por todo o apoio, paciência, carinho, dedicação, amizade e, principalmente, incentivo na carreira que escolhi. Não existem palavras com que eu possa expressar o meu profundo agradecimento.

Aos meus queridos e eternos avôs José e Brandão e avó Fernanda que, mesmo não estando mais conosco estarão em nossas melhores lembranças. Vocês fazem parte da minha vida e também fizeram, sim, parte desta tese.

À vovó Tereza e a tia Silvinha que, apesar da distância, sempre me incentivaram e me apoiaram em tudo. Meu muito obrigado a vocês!

À Zezé, Carique, Bernardo e Nathália, por sempre estarem ao meu lado e também pelos (muitos) momentos de diversão, nos quais pude “esquecer” momentaneamente a tensão inerente à pesquisa. Obrigado por tudo!

*“Nós, pequenos artesãos, que trabalhamos com o bom e velho pé-de-cabra as modestas caixas dos pequenos comerciantes, estamos sendo engolidos pelos grandes empresários, atrás dos quais estão os bancos. (...). O que é um assalto a um banco comparado à fundação de um banco?”*

(Frase do personagem Macheath, da peça “A Ópera de Três Vinténs” de Bertold Brecht. In: BRECHT, Bertolt. *Teatro Completo*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3, 2004, p. 103).

*“Banqueiro: aquele que empresta o dinheiro dos outros e guarda os juros para si.”*

(John Garland Pollard, político norte-americano).

*“Onde estava todo esse dinheiro? Estava muito bem guardado. De repente, ele apareceu logo, para salvar o quê? Vidas? Não. Apareceu para salvar bancos.”*

(José Saramago, sobre a crise econômica mundial e a ajuda de diversos governos às instituições bancárias. “Marx nunca teve tanta razão”. In: *Folha de S. Paulo*, 27/10/2008).

## Resumo

A desnacionalização e as privatizações do sistema bancário brasileiro no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) constituem o principal objeto de estudo desta tese. Nela, são discutidas a crise do Estado de Bem-Estar Social nas décadas de 1960 e 1970 e a emergência de um novo regime de acumulação baseado na dominância do capital financeiro e no modelo neoliberal. O neoliberalismo, colocado em prática pela primeira vez enquanto programa de governo no Chile sob a ditadura Pinochet na década de 1970, tornou-se hegemônico nos países do capitalismo avançado na década de 1980, especialmente no Reino Unido no governo Thatcher e nos EUA no período Reagan. Nos anos 90, diversos governos da América Latina também passaram a implantar o modelo neoliberal em seus países. No Brasil, o ajuste neoliberal teve o seu início no governo Fernando Collor (1990/1992) e foi aprofundado pelo governo FHC (1995/2002), responsável pela estabilização macroeconômica, consubstanciada no Plano Real, e pela reforma do Estado brasileiro, cujas duas principais características foram a abertura da economia ao capital estrangeiro e as privatizações de empresas estatais. No setor bancário, o resultado desta política levou a um intenso processo de desnacionalização do setor, com o crescimento de instituições bancárias controladas pelo capital estrangeiro, e a uma forte redução no número de bancos públicos estaduais, que foram privatizados e tiveram o seu controle repassado para o capital privado.

**Palavras-chave:** Governo FHC – Neoliberalismo – Reforma do Estado – Bancos – Desnacionalização – Privatização

## **Abstract**

The desnationalization and the privatizations of the Brazilian banking system during the Fernando Henrique Cardoso's government (1995/2002) are the object of this thesis. On this, are discussed the Welfare State crisis on 1960 e 1970 decades and the emergency of a new form of accumulation based on the financial capital dominance and the neoliberalism model. Put into practice while government's policy firstly in Chile during the Pinochet's dictatorship in 1970 decades, than in the capitalism advanced countries, as United Kingdom with Margaret Thatcher and USA with Ronald Reagan, after, in Latin America in 90's, the neoliberalism know his world triumph. In Brazil, the neoliberalism adjustment, initiated during Collor's government (1990/1992) and deepened in FHC's period (1995/2002) which was responsible for the Real Plan and the Brazilian State's reform. The two most important characteristics of FHC's government were the economy opening for the foreign capital and the privatizations. On the banking sector, the results of this policy lead to the desnationalization process on the sector, with the increase of the foreigner banks in Brazilian financial system, and the reduction on the public sector banks.

**Keywords:** FHC Government – Neoliberalism – States's Reform – Banks – Desnationalization – Privatizations

## Sumário

<b>Introdução</b>	25
<b>Capítulo 1- O neoliberalismo e o seu triunfo mundial: as décadas de 1970/1990</b>	36
1.1- A crise do Welfare State e a hegemonia neoliberal	37
1.2- A “experiência pioneira” chilena: o neoliberalismo na década de 1970	52
1.3- O neoliberalismo nos anos 80: os governos de Thatcher e Reagan	55
1.4- O consenso de Washington e o neoliberalismo na América Latina: os anos 90	61
<b>Capítulo 2- O ajuste neoliberal no Brasil: o Plano Real e a reforma do Estado</b>	99
2.1- FHC e a chegada à presidência	99
2.2- O Plano Real e a estabilização macroeconômica	109
2.3- A reforma do Estado no governo FHC	116
2.4- Os homens do presidente: “quem é quem” no governo FHC	123
<b>Capítulo 3- A desnacionalização do sistema bancário brasileiro</b>	155
3.1- A desnacionalização do sistema bancário: alguns dados	165
3.2- A desregulamentação do sistema bancário no governo FHC	175
3.3- As associações de bancos e o capital estrangeiro	181
3.4- Os bancos estrangeiros no Brasil	193
3.5- Os bancos brasileiros no exterior	230
<b>Capítulo 4- As privatizações dos bancos estaduais</b>	239
4.1- As privatizações no Brasil	244
4.2- O sistema financeiro estadual	270
4.3- Os processos de privatizações dos bancos estaduais	289
<b>Conclusão</b>	327
<b>Fontes</b>	332
<b>Referências bibliográficas</b>	348
<b>Anexos</b>	374

## Lista de Quadros e Tabelas

<b>Tabela A:</b> Taxa de crescimento do PIB brasileiro por governos (1889/2009)	26
<b>Tabela 2.1:</b> Cortes no Orçamento federal de 1993 estabelecidos pelo PAI	101/102
<b>Quadro 2.2:</b> Principais nomes do grupo dos economistas-banqueiros	153
<b>Quadro 2.3:</b> Principais nomes do grupo do PSDB paulista	154
<b>Tabela 3.1:</b> Origem dos principais investimentos estrangeiros no Brasil	159
<b>Tabela 3.2:</b> Participação das empresas estrangeiras nos processos de fusão e aquisição ocorridos entre 1994/1997	160
<b>Quadro 3.3:</b> Principais fusões e aquisições de empresas estrangeiras (1995/2001)	161/162
<b>Tabela 3.4:</b> Os 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1979 (em Cr\$ milhões)	166/167
<b>Tabela 3.5:</b> Os 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1999 (em Cr\$ milhões)	168/169
<b>Tabela 3.6:</b> Ranking dos dez maiores bancos privados do Brasil por total de ativos	172
<b>Tabela 3.7:</b> Número total de instituições por controle de capital no Brasil (1995/2000)	173
<b>Tabela 3.8:</b> Evolução da participação percentual de bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro (1994/2000)	174
<b>Tabela 3.9:</b> Associações de bancos no Brasil - distribuição de cargos de direção por tipos de banco (estrangeiros, associados ao capital estrangeiro, nacionais e estatais)	183
<b>Quadro 3.10:</b> Presidentes da FEBRABAN (1967/2009)	185/186
<b>Quadro 3.11:</b> Diretoria da FEBRABAN no mandato Maurício Schulman (1994/1997)	186/187
<b>Quadro 3.12:</b> Diretoria da FEBRABAN no primeiro mandato Roberto Setúbal (1997/1998)	189
<b>Quadro 3.13:</b> Diretoria da FEBRABAN no segundo mandato Roberto Setúbal (1998/2001)	191
<b>Quadro 3.14:</b> Os dez maiores bancos do mundo por capital	202

<b>Tabela 3.15:</b> Quantidade de agências de bancos com controle estrangeiro (1988/1998)	209
<b>Tabela 3.16:</b> Grupos estrangeiros no sistema financeiro nacional (filiais e controle)	210/212
<b>Tabela 3.17:</b> Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária	213
<b>Tabela 3.18:</b> Bancos com controle estrangeiro: participação percentual nos ativos totais do grupo	214
<b>Tabela 3.19:</b> Quantidade de instituições e agências por origem de capital	220
<b>Tabela 3.20:</b> Instituições bancárias com maiores redes de agências no país	221
<b>Tabela 3.21:</b> Valor patrimonial percentual da participação estrangeira no SFN	222
<b>Tabela 3.22:</b> Ativos totais dos bancos com controle estrangeiro no Brasil - participação percentual de cada país	224
<b>Tabela 3.23:</b> Evolução da participação estrangeira no patrimônio líquido do sistema financeiro nacional	225
<b>Tabela 3.24:</b> Participação percentual das instituições no patrimônio líquido da área bancária	227
<b>Tabela 3.25:</b> Ativos totais de bancos com controle estrangeiro no Brasil - participação percentual de cada país	227/228
<b>Tabela 3.26:</b> Participação dos 20 maiores bancos (em R\$ milhões)	229
<b>Tabela 3.27:</b> Bancos brasileiros no exterior (1994 e 1998)	231
<b>Tabela 3.28:</b> Relação dos bancos brasileiros com dependências e/ou participações societárias no exterior em 1998	231/233
<b>Tabela 3.29:</b> Bancos brasileiros no exterior (1999/2008)	234
<b>Tabela 4.1:</b> Participação do capital bancário na compra das estatais brasileiras	260/265
<b>Tabela 4.2:</b> Participação estrangeira nas privatizações brasileiras (1991/2002)	267
<b>Tabela 4.3:</b> Resultado da venda das estatais por tipo de investidor (1995/2002)	268
<b>Tabela 4.4:</b> Privatizações - participação setorial (1990/2002)	269

<b>Tabela 4.5:</b> O peso das “moedas podres” nas privatizações federais concluídas até 31/12/1998	269
<b>Tabela 4.6:</b> O total de “moedas podres” utilizadas nas privatizações (1991/ 1997)	270
<b>Quadro 4.7:</b> Datas de criação dos bancos estaduais no Brasil	271/272
<b>Tabela 4.8:</b> Participação do sistema de bancos estaduais no sistema financeiro brasileiro no ano de 1988	273
<b>Tabela 4.9:</b> Evolução do número de bancos por controle de capital no sistema financeiro brasileiro, entre dezembro de 1988 e dezembro de 2004.	274
<b>Tabela 4.10:</b> Participação percentual dos bancos nos ativos totais do sistema bancário	275
<b>Tabela 4.11:</b> Bancos estaduais: algumas características para o ano de 1996	279/280
<b>Quadro 4.12:</b> Resumo do PROES - posição setembro de 2002	283/284
<b>Quadro 4.13:</b> Bancos estaduais privatizados	287
<b>Quadro 4.14:</b> Governadores dos Estados brasileiros e sua filiação partidária no período 1995/2002	288/289
<b>Quadro 4.15:</b> Posição do Santander antes e depois da aquisição do Banespa	308
<b>Tabela 4.16:</b> Evolução do quadro de funcionários desde a decretação do RAET	309
<b>Tabela 4.17:</b> Localização dos postos de atendimento do Banespa em setembro de 1999	310
<b>Quadro 4.18:</b> Municípios com presença de agências do BANEBA (1964/ 1975)	320

## Lista de Abreviaturas

**AAFBANER:** Associação dos Antigos Funcionários do Sistema Integrado BANERJ

**ABBC:** Associação Brasileira de Bancos Comerciais

**ABBI:** Associação Brasileira de Bancos Internacionais

**ACEBIP:** Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

**AFBERJ:** Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro

**AIG:** *American International Group*

**ALERJ:** Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**ALL:** América Latina Logística

**Anbima:** Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais

**Anbid:** Associação Nacional dos Bancos de Investimento

**Andima:** Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

**ANP:** Agência Nacional do Petróleo

**Arena:** Aliança Renovadora Nacional

**ASBACE:** Associação Brasileira de Bancos Estaduais

**ASSOBESP:** Associação dos Bancos do Estado de São Paulo

**Badep:** Banco de Desenvolvimento do Pará

**Badesc:** Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

**BADESP:** Banco de Desenvolvimento de São Paulo

**Banacre:** Banco do Estado do Acre

**Banap:** Banco do Estado do Amapá

**Bandepe:** Banco do Estado de Pernambuco

**Bandes:** Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

**Baneb:** Banco do Estado da Bahia

**BANERJ:** Banco do Estado do Rio de Janeiro

**Baner:** Banco do Estado de Roraima

**Banese:** Banco do Estado de Sergipe

**BANESER:** Banespa Serviços Técnicos e Administrativos

**Banespa:** Banco do Estado de São Paulo

**Banestado:** Banco do Estado do Paraná

**Banestes:** Banco do Estado do Espírito Santo

**Banif:** Banco Internacional do Funchal

**Banrisul:** Banco do Estado do Rio Grande do Sul

**Banroraima:** Banco do Estado de Roraima

**BASA:** Banco da Amazônia

**BB:** Banco do Brasil

**BBV:** Banco Bilbao Vizcaya

**BBVA:** Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

**BC:** Banco Central do Brasil

**BCN:** Banco de Crédito Nacional

**BDGoiás:** Banco de Desenvolvimento de Goiás

**BDRN:** Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

**BEA:** Banco do Estado da Amazônia

**BEC:** Banco do Estado do Ceará

**BEG:** Banco do Estado de Goiás

**BEG:** Banco do Estado da Guanabara

**BEM:** Banco do Estado do Maranhão

**Bemat:** Banco do Estado de Mato Grosso

**Bemge:** Banco do Estado de Minas Gerais

**BEP:** Banco do Estado do Pará

**BERJ:** Banco do Estado do Rio de Janeiro

**Beron:** Banco do Estado de Rondônia

**BES:** Banco Espírito Santo S/A (Portugal)

**BC:** Banco Central

**BGC:** Banco Geral do Comércio

**BIAPE:** Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo

**BID:** Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BIRD:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**BIS:** Banco de Compensações Internacionais

**BM:** Banco Mundial

**BNB:** Banco do Nordeste

**BNCC:** Banco Nacional de Crédito Cooperativo

**BNDE:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**BNDESpa:** BNDES Participações

**BNP:** *Banque Nationale de Paris*

**Bovespa:** Bolsa de Valores de São Paulo

**Bradesco:** Banco Brasileiro de Descontos S/A

**BRB:** Banco Regional de Brasília

**BVRJ:** Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

**CAE:** Comissão de Assuntos Econômicos

**Caixego:** Caixa Econômica de Goiás

**CCF:** *Crédit Commercial de France*

**CEBRAP:** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

**CEDPEN:** Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

**CEF:** Caixa Econômica Federal

**CEG:** Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro

**Cegas:** Companhia de Gás do Ceará

**Celma:** Companhia Eletromecânica

**CEPAL:** Comissão Econômica para a América Latina

**CERJ:** Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

**CESP:** Companhia Energética de São Paulo

**CGD:** Caixa Geral de Depósitos

**CHESF:** Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

**Ciab:** Congresso Internacional de Serviços Bancários

**CMN:** Conselho Monetário Nacional

**CNB:** Confederação Nacional dos Bancários

**CNF:** Confederação Nacional das Instituições Financeiras

**CNI:** Confederação Nacional das Indústrias

**Codepar:** Companhia de Desenvolvimento do Pará

**Coderj:** Companhia Progresso do Estado do Rio de Janeiro

**Coelba:** Companhia de Eletricidade da Bahia

**Comind:** Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A

**Conerj:** Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro

**Copeg:** Companhia Progresso do Estado da Guanabara

**COPEL:** Companhia Paranaense de Energia

**Copesul:** Companhia Petroquímica do Sul

**Cosinor:** Companhia Siderúrgica do Nordeste

**Cosipa:** Companhia Siderúrgica Paulista

**CPFL:** Companhia Paulista de Força e Luz

**CPI:** Comissão Parlamentar de Inquérito

**Credireal:** Banco de Crédito Real de Minas Gerais

**CSN:** Companhia Siderúrgica Nacional

**CSFB:** *Crédit Suisse First Boston*

**CST:** Companhia Siderúrgica de Tubarão

**CTVM:** Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

**CUT:** Central Única dos Trabalhadores

**CVM:** Comissão de Valores Mobiliários

**CVRD:** Companhia Vale do Rio Doce

**CW:** Consenso de Washington

**DEDIP:** Departamento da Dívida Pública

**DERSA:** Desenvolvimento Rodoviário S/A

**Desembanco:** Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

**DF:** Distrito Federal

**DIEESE:** Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

**DSB:** *Deutsch-Südamerikanische Bank*

**DTVM:** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

**EDF:** *Électricité de France*

**Eletróbrás:** Centrais Elétricas Brasileiras S/A

**Eletronorte:** Centrais Elétricas do Norte do Brasil

**EM:** Exposição de Motivos

**EMBRAER:** Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A

**EPEA:** Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada

**ESCELSA:** Espírito Santo Centrais Elétricas S/A

**EUA:** Estados Unidos da América

**FEBRABAN:** Federação Brasileira das Associações de Bancos

**FED:** *Federal Reserve*

**FEF:** Fundo de Estabilização Fiscal

**Felaban:** Federação Latino-americana de Bancos

**Fenaban:** Federação Nacional dos Bancos

**Fenaseg:** Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização

**FEPASA:** Rede Ferroviária Paulista

**FGV-RJ:** Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro

**FGV-SP:** Fundação Getúlio Vargas - São Paulo

**FHC:** Fernando Henrique Cardoso

**FIEMG:** Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

**FIESP:** Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**Finame:** Financiamento de Máquinas e Equipamentos

**FIPE:** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

**Firjan:** Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

**Flumitrens:** Companhia Estadual de Trens Urbanos

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**FND:** Fundo Nacional de Desestatização

**FSE:** Fundo Social de Emergência

**Fussesp:** Fundo Social de Solidariedade do Governo de São Paulo

**GE:** *General Electric*

**HSBC:** Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBMEC:** Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais

**ICMS:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IED:** Investimento Estrangeiro Direto

**IFHC:** Instituto Fernando Henrique Cardoso

**IGP-M:** Índice Geral de Preços do Mercado

**IIE:** *Institute of International Economics*

**Investbanco:** Banco de Investimento Industrial

**IPC:** Índice de Preços ao Consumidor

**IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**IPEA:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IRB:** Instituto de Resseguros do Brasil

**JK:** Juscelino Kubitschek

**KEB:** *Korea Exchange Bank*

**MARE:** Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

**MDB:** Movimento Democrático Brasileiro

**MF:** Ministério da Fazenda

**MIT:** *Massachusetts Institute of Technology*

**MP:** Medida Provisória

**NAFTA:** Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

**NCNB:** Nossa Caixa Nosso Banco

**OAB:** Ordem dos Advogados do Brasil

**OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OEA:** Organização dos Estados Americanos

**OIT:** Organização Internacional do Trabalho

**OMC:** Organização Mundial do Comércio

**OMS:** Organização Mundial da Saúde

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**OPEP:** Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**PAI:** Plano de Ação Imediata

**Paraiban:** Banco do Estado da Paraíba

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB:** Partido Comunista do Brasil

**PDRAE:** Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

**PDS:** Partido Democrático Social

**PDT:** Partido Democrático Trabalhista

**PDV:** Programa de Demissão Voluntária

**PDVSA:** Petróleos de Venezuela

**PEC:** Projeto de Emenda Constitucional

**PED-RJ:** Programa Estadual de Desestatização

**Petrobrás:** Petróleo Brasileiro S/A

**PFL:** Partido da Frente Liberal

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PJ:** Partido Justicialista

**PMDI:** Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

**PND:** Plano Nacional de Desburocratização

**PND:** Plano Nacional de Desestatização

**PMDB:** Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PNB:** Produto Nacional Bruto

**PP:** Partido Progressista

**PPB:** Partido Progressista Brasileiro

**PREFEBANCO:** Banco da Prefeitura do Rio de Janeiro

**Previ:** Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

**PRI:** Partido Revolucionário Institucional

**Prodesp:** Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

**Produban:** Banco do Estado de Alagoas

**PROER:** Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

**PROES:** Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

**PSB:** Partido Socialista Brasileiro

**PSDB:** Partido da Social Democracia Brasileira

**PSD:** Partido Social Democrático

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro

**PUC-RJ:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**PVD:** Programa de Demissão Voluntária

**RAET:** Regime de Administração Especial Temporária

**RBS:** *Royal Bank of Scotland*

**RFFSA:** Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

**Rondonpoup:** Rondônia Crédito Imobiliário

**SABESP:** Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

**SANEPAR:** Companhia de Saneamento do Paraná

**SAM:** Sociedade de Arrendamento Mercantil

**SBC:** *Swiss Bank Corporation*

**SBERJ:** Sindicatos dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro

**SEPLAN:** Secretaria de Planejamento Econômico da República

**Serpro:** Serviço Federal de Processamento de Dados

**SFN:** Sistema Financeiro Nacional

**SIDERBRÁS:** Siderúrgica Brasileira

**STF:** Supremo Tribunal Federal

**STN:** Secretaria do Tesouro Nacional

**SUDENE:** Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**TCE:** Tribunal de Contas do Estado

**TCU:** Tribunal de Contas da União

**Telebrás:** Telecomunicações Brasileiras S/A

**Telesp:** Telecomunicações de São Paulo

**Telepar:** Telecomunicações do Paraná

**TGMC:** Terminal Garagem Menezes Cortes

**TSE:** Tribunal Superior Eleitoral

**UBS:** *Union Bank of Switzerland*

**UCLA:** Universidade da Califórnia

**UCR:** União Cívica Radical

**UFMG:** Universidade Federal de Minas Gerais

**UFPR:** Universidade Federal do Paraná

**UFRJ:** Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UnB:** Universidade de Brasília

**UNE:** União Nacional dos Estudantes

**Unibanco:** União de Bancos Brasileiros S/A

**Unicamp:** Universidade Estadual de Campinas

**UP:** Unidade Popular

**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**Usiminas:** Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

**USP:** Universidade de São Paulo

**URV:** Unidade Real de Valor

**Valepar:** Vale do Rio Doce Participações

**VASP:** Viação Aérea São Paulo

**YPF:** *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*

## Introdução

O capitalismo brasileiro, a partir do governo Fernando Collor (1990/1992) e, principalmente, do governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), adquiriu uma nova feição<sup>1</sup>. Ao governo FHC coube a tarefa de aprofundar o processo de “ajuste” da política e da economia brasileira, iniciado por Collor e interrompido pelo processo de *impeachment* em 1992, à nova ordem internacional, marcada pela hegemonia neoliberal e conduzida pela agenda de reformas propostas por organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI e BID) e pelo o que se convencionou chamar *consenso de Washington*, um conjunto de medidas orientadas para o mercado para serem aplicadas pelos governos de diversos países da América Latina.

O êxito na estratégia de redução do processo inflacionário conferiu ao governo FHC as condições políticas necessárias para acelerar os processos de abertura econômica e de privatizações iniciados no período Collor.

Com o lançamento do plano de estabilização macroeconômica, conhecido como Plano Real, e com a eleição de FHC para a presidência em 1994, um novo pacto hegemônico começou a ser formado no país. O ajuste neoliberal do governo FHC levou à construção de um novo consenso em torno dos interesses do capital financeiro, unificando diversos setores, como bancos, empresas multinacionais e importantes grupos industriais nacionais, ou seja, o conjunto formador do grande capital.

Estudos recentes demonstraram que, nas primeiras oito décadas do século passado, o PIB brasileiro registrou um crescimento superado apenas pelo Japão. Considerando o período 1889/2009, a taxa média de crescimento real do PIB brasileiro foi de 4,3%. O governo FHC esteve bem abaixo desse índice. Com uma média de crescimento econômico de 2,3%, ocupa a 26ª posição entre os 29 governos do período republicano. Assim, se considerarmos como exceções os casos do governo Venceslau Brás (média do PIB de 2,1%), cujo período de governo correspondeu aos quatro anos de conflito da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), do governo Fernando Collor (média do PIB de -1,3%), marcado pela crise política e pelo processo de *impeachment*, com graves consequências econômicas, e do caso extremo do governo Floriano Peixoto (média do

---

<sup>1</sup> Segundo Monica Piccolo, “apesar das distinções entre os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique, há um ponto de articulação entre ambos: a transformação da agenda neoliberal em programa de governo”. PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 427f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 34.

PIB de -7,5%), cujo governo foi assolado pela crise do Encilhamento herdada do governo Deodoro da Fonseca e pela instabilidade típica do início do período republicano, o governo FHC poderia ser classificado como o de pior desempenho econômico na história do país desde 1889 (Tabela A).

*Tabela A: Taxa de crescimento do PIB brasileiro por governos (1889/2009)*

Governo	Média - PIB (%)	Governo	Média - PIB (%)
1- Médici	11,9	16- José Sarney	4,4
2- Deodoro da Fonseca	10,1	17- Getúlio Vargas (1º governo)	4,3
3- Café Filho	8,8	18- Castelo Branco	4,2
4- Jânio Quadros	8,6	19- Artur Bernardes	3,7
5- Juscelino Kubitscheck	8,1	20- João Goulart	3,6
6- Costa e Silva	7,8	21- Lula	3,5
7- Dutra	7,6	22- Hermes da Fonseca	3,5
8- Epiácio Pessoa	7,4	23- Campos Sales	3,1
9- Ernesto Geisel	6,7	24- Afonso Pena	2,5
10- Nilo Peçanha	6,4	25- Figueiredo	2,4
11- Getúlio Vargas (2º governo)	6,2	26- FHC	2,3
12- Washington Luís	5,2	27- Venceslau Brás	2,1
13- Itamar Franco	5,0	28- Collor	-1,3
14- Rodrigues Alves	4,7	29- Floriano Peixoto	-7,5
15- Prudente de Morais	4,5	Média do período 1889/2009	4,3

Fonte: GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: o governo Lula (2003/2010). In: MAGALAHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; Et. al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003/2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 163.

O principal objetivo desta tese consiste no estudo das reformas do sistema bancário ocorridas no governo FHC, cujos aspectos principais foram a *desnacionalização* e as *privatizações* dos bancos estaduais. Contudo, defende-se a hipótese de que **as reformas do sistema bancário na década de 1990 devem ser entendidas a partir de um processo mais amplo, marcado pelo ajuste da economia brasileira à nova ordem internacional, dominada pela política neoliberal.**

O setor bancário, juntamente com determinados grupos econômicos internos e estrangeiros, configurou-se como a principal força hegemônica do capitalismo brasileiro após o ajustamento neoliberal, exercendo forte influência sobre a economia e a política nacional. A elevada capacidade de remuneração do capital portador de juros no Brasil é garantida não apenas pelo elevado *spread* bancário (diferença entre a taxa de captação dos bancos e os juros cobrados nos empréstimos) e por altas taxas de juros cobradas nas operações de crédito, mas também por aplicações em títulos da dívida pública e pela cobrança de serviços prestados através das tarifas bancárias <sup>2</sup>. No Brasil, entre 1995 e 2001, os bancos registraram um lucro de aproximadamente R\$ 21 bilhões. No mesmo período, a lucratividade dos 30 maiores bancos do país cresceu 313% <sup>3</sup>.

Conforme destaca Ary Minella <sup>4</sup>, o conjunto mais amplo desta hegemonia do capital financeiro, resultante da nova fase do regime de acumulação capitalista, recebeu diferentes denominações por parte da literatura especializada: “regime de acumulação predominantemente financeiro” <sup>5</sup>, “financeirização global” <sup>6</sup>, “ciclos sistêmicos de acumulação” <sup>7</sup> ou até mesmo “tirania financeira” <sup>8</sup>.

Em linhas gerais, esta nova fase do capitalismo contemporâneo, é marcada pela posição hegemônica assumida pelo capital financeiro. Desta forma, os grandes grupos financeiros subordinam governos e mercados às dinâmicas próprias do capital especulativo.

Uma das principais contribuições teóricas para o entendimento do papel desempenhado pelas finanças na conformação do capitalismo contemporâneo, sobretudo as relações estruturais entre o poder do capital financeiro internacionalizado e as políticas de privatização e de desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, sem dúvida,

---

<sup>2</sup> Em 1994, ano em que foi permitida pelo Banco Central a cobrança de tarifas por parte dos bancos, os onze maiores bancos do Brasil tiveram um faturamento de R\$ 4 bilhões com esse tipo de serviço bancário. Dez anos depois, esse valor atingiu R\$ 28 bilhões, ou seja, um aumento de 661,71%.

<sup>3</sup> “Bancos têm lucro recorde na era FH”. In: *Jornal do Brasil*, 21/11/2001.

<sup>4</sup> MINELLA, Ary Cesar. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. In: *Civitas*. São Paulo, vol. 3, nº 2, julho/dezembro, 2003, p. 246.

<sup>5</sup> CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: *Praga*. São Paulo: HUCITEC, nº 3, 1997.

<sup>6</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>7</sup> ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

<sup>8</sup> FITOUSSI, Jean-Paul. *O debate-tabu: moeda, Europa, pobreza*. Lisboa: Terramar, 1997.

encontra-se em François Chesnais e constituem-se como fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa <sup>9</sup>.

As novas formas de acumulação capitalista, caracterizadas pela posição hegemônica do capital financeiro no sistema econômico internacional, representam o que autor define como *regime de acumulação predominantemente financeiro* <sup>10</sup>.

O regime de acumulação predominantemente financeiro pode ser entendido como aquele em que as finanças estão localizadas no centro das relações sociais e econômicas. Sua atuação se dá no sentido de multiplicar sua riqueza sem sair propriamente da esfera financeira. Essa característica implica na predominância quantitativa e qualitativa da fração financeira do capital sobre as demais, ou seja, prevalece a lógica financeira de valorização sobre as demais esferas de circulação do capital. Esta prevalência não se dá no sentido de anular as outras frações do capital, o que é impossível, uma vez que é inexorável para o capital o cumprimento, em qualquer momento ou etapa, do circuito completo da sua circulação (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) <sup>11</sup>. O que ocorre, portanto, é uma subordinação da apropriação privada do lucro e a correspondente acumulação de capital aos critérios de valorização próprios do capital financeiro como sua forma mais avançada <sup>12</sup>.

A principal característica deste novo regime de acumulação reside na subordinação às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-

---

<sup>9</sup> Segundo François Chesnais, “o atual regime institucional internacional de dominação do capital resulta do jogo combinado de dois processos que se reforçam mutuamente em um movimento de interação que já dura mais de trinta anos. De um lado houve o reaparecimento e a consolidação de uma forma específica de acumulação de capital, (...) na qual uma fração sempre mais elevada conserva a forma de dinheiro e pretende se valorizar pela via das aplicações financeiras nos mercados especializados. De outro, houve (...) a elaboração e a execução de políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização”. CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequência*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 20.

<sup>10</sup> A forma dominante de capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, para Chesnais, é o capital financeiro, concebido como a “fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro”. CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: *Praga*. São Paulo: HUCITEC, n. 3, 1997, p. 31.

<sup>11</sup> De acordo com Chesnais, a valorização do capital financeiro ocorre dentro do processo que Marx analisou como sendo o ciclo curto de valorização do capital (D - D’). Contudo, como observa o economista francês, “a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo (...). A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação”. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 41.

<sup>12</sup> CINTRA, Marcos Antonio Macedo. A dinâmica do novo regime monetário-financeiro norte-americano: uma hipótese de interpretação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, n° 39, 2000, p. 105.

dinheiro, em que os principais agentes são os fundos de investimento e de pensão, as grandes seguradoras e os grandes bancos.

Sobre a dinâmica do capitalismo mundializado e financeirizado, François Chesnais afirma que “sua arquitetura tem, principalmente, por objetivo, permitir a valorização em escala internacional de um capital financeiro sobre mercados desregulados que desenham o espaço da mundialização financeira”<sup>13</sup>. Para o autor, os traços mais marcantes deste novo regime de acumulação capitalista, na esfera macroeconômica, são: 1) taxas de crescimento do PIB muito baixas; 2) sobrevalorização da moeda em relação a mercadorias e serviços; 3) conjuntura instável, marcada por crises financeiras, como a crise mexicana (1994), a crise asiática (1997), a crise russa (1998), e etc.; 4) alto nível de desemprego estrutural; 5) rebaixamento dos salários das classes trabalhadoras; 6) aumento significativo dos índices de pobreza e miséria em diversos países do mundo, incluindo os países do capitalismo avançado; 7) exclusão de países e regiões inteiras do sistema mundial de trocas, especialmente de nações do continente africano.

A configuração deste novo regime de acumulação sob a predominância financeira implicou na organização de um sistema de relações políticas e econômicas em escala global, cujo centro são as instituições financeiras com elevada capacidade de internacionalização de seu capital. Assim, a mundialização financeira é parte de um processo que envolve, necessariamente, a ampliação da liberalização do movimento internacional de fluxo de capitais, sendo apenas possível o seu funcionamento a partir de uma base internacional consolidada, possibilitando que as formas concentradas e centralizadas do capital financeiro internacional possam penetrar nas economias e nos mercados nacionais desregulados. Segundo Chesnais:

“(...) este regime de acumulação (predominantemente financeiro) é apenas viável contanto que tenha uma base internacional tão larga quanto possível. As formas concentradas de dinheiro buscando investimentos financeiros vantajosos devem, ao mesmo tempo, atrair intensamente liquidez acrescida para os mercados financeiros onde acontecem as operações mais numerosas e mais vantajosas, desdobrando-se mundialmente, para se inserir em mecanismos locais de captação de frações de valor e mais-valia, que começaram por tomar forma de receitas primárias”<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada...* Op. Cit., p. 59.

<sup>14</sup> CHESNAIS, François. *A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 20.

Outra importante contribuição teórica para a presente pesquisa é que se aproximada das análises de François Chesnais, embora guarde algumas diferenças em relação ao economista francês, localiza-se em José Carlos Braga.

Para o autor brasileiro, no capitalismo contemporâneo, a *financeirização global* é o padrão sistêmico da riqueza, que se originou na década de 1960 a partir dos EUA e se difundiu mundialmente e que nas últimas décadas provocou grandes instabilidades <sup>15</sup>. Segundo o autor, trata-se de um padrão sistêmico porque “a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira” <sup>16</sup>.

A manifestação mais aparente da *financeirização global da riqueza* está na crescente defasagem, por longos períodos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza (moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral) e os valores de bens, serviços e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade em geral. Além disso, são levantados outros pontos pelo autor, que caracterizam a *financeirização global da riqueza*: 1) subida da relação em valor entre ativos financeiros e ativos reais; 2) elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; 3) superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira em comparação com as taxas de crescimento do produto e do estoque de capital; 4) o grande aumento das transações transnacionais com títulos financeiros como percentual do PIB dos países avançados; 5) expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais <sup>17</sup>.

Embora o fenômeno da *financeirização global da riqueza* guarde semelhanças com as “expansões financeiras que já ocorreram na história do capitalismo” em períodos anteriores, não devemos, segundo Braga, apegar-nos à “abordagem de que se trata de uma mera repetição do velho capital financeiro”. Segundo o autor, o capital financeiro no período atual “não se restringe (...) às definições clássicas com o que se deve, a partir delas, aprofundar a análise de como corporações, bancos, empresas financeiras e até

---

<sup>15</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, 1979, p. 195; BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/Unicamp, nº 2, 1993, p. 26.

<sup>16</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global... Op. cit., p. 196.

<sup>17</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global... Op. cit., p. 196.

mesmo bancos centrais, ao monetarizarem a riqueza fictícia, atualizam o conceito de capital financeiro, suas práticas e seus impactos na economia”<sup>18</sup>.

Dessa forma, a interpretação proposta por Braga para o entendimento do atual padrão de riqueza se afasta de interpretações como a de Giovanni Arrighi, pelo qual estaríamos presenciando “um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas”<sup>19</sup>. Além disso, esclarece o autor, a noção de financeirização não deve ser confundida com a noção de mundialização financeira de François Chesnais, uma vez que, embora sejam consideradas do ponto de vista analítico como no interior de formulação da noção de financeirização, pois, com este conceito, o que se pretende “é apreender o *modo de ser* da riqueza sistêmica contemporânea, sua gestão e aspectos de sua dinâmica sistêmica, no âmbito destes movimentos internacionais do capitalismo”<sup>20</sup>.

A partir destas observações iniciais acerca da questão do capital financeiro e de seu poder no capitalismo contemporâneo, procuraremos discutir a posição do setor bancário nacional no contexto da reforma do Estado realizada durante o período de governo de FHC (1995/2002).

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “**O neoliberalismo e o seu ‘triunfo’ mundial: décadas de 1970/1990**”, discute a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* e do modelo de acumulação fordista a partir da década de 1970 e a ascensão do neoliberalismo até o seu “triunfo” mundial nos anos noventa na América Latina.

O objetivo central do capítulo foi discutir a crise do Estado de Bem-Estar Social e a adoção do modelo neoliberal por diferentes países do mundo em momentos distintos, desde a experiência pioneira chilena nos anos 70, passando pelos governos de Thatcher e Reagan na década seguinte, até a chegada do neoliberalismo nos países latino-americanos na década de 1990, especialmente após a realização do famoso encontro que estabeleceu o chamado *consenso de Washington*.

O Estado de Bem-Estar correspondeu a uma forma específica de organização estatal, surgida após o esgotamento do Estado liberal e que se caracterizava pelo intervencionismo econômico do Estado, pela política de pleno emprego e pela

---

<sup>18</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global... Op. cit., p. 197.

<sup>19</sup> ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 12.

<sup>20</sup> BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global... Op. cit., p. 197.

redistribuição relativamente equilibrada da renda, o que permitida a reprodução intensiva do capital e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento das reivindicações da massa trabalhadora. Contudo, desde o final da década de 1960 e, principalmente, no início dos anos 70, os saldos positivos acumulados durante o *boom* do pós-guerra, nos EUA, já apresentavam sinais de exaustão. A conjuntura de crise abriria, portanto, as portas para o neoliberalismo, que denunciava as formas de regulação econômica do Estado de Bem-Estar como a principal causadora da crise.

Além de um sistema ideológico e político de dominação que tinha como objetivo a destruição de todo o mecanismo de regulação estatal que vigorou desde o segundo pós-guerra, o neoliberalismo constituiu-se, fundamentalmente, como uma reação do capital na busca da recomposição de sua taxa de lucro. Em linhas gerais, os principais fundamentos dos programas ideológicos do neoliberalismo baseavam-se: 1) na drástica redução da intervenção do Estado na economia, com ênfase nas privatizações, na liberalização dos fluxos de capitais e na desregulação dos mercados; 2) no corte dos investimentos públicos e em políticas públicas estimuladoras do pleno emprego; 3) na abertura econômica, com eliminação de barreiras tarifárias e protecionistas; 4) na limitação à ação dos sindicatos de trabalhadores.

Após as discussões iniciais em torno da crise do Estado de Bem-Estar e do “triunfo” do neoliberalismo, são analisados os casos de aplicação do modelo neoliberal no mundo. O Chile, sob a ditadura Pinochet, constituiu-se sob o que poderíamos denominar de “experiência-piloto” ou “laboratório neoliberal”, uma vez que foi naquele país, de maneira isolada ainda na década setenta, que o modelo neoliberal passou a ser adotado. Na década seguinte, foi a vez dos países avançados, especialmente EUA e Inglaterra, além de alguns países da OCDE, como Alemanha e Dinamarca, e de países da Oceania, como Austrália e Nova Zelândia. Pouco depois, com o fim da URSS, países do Leste Europeu passariam também a ter governos de orientação neoliberal. Por fim, na década de 1990, especialmente após a realização do encontro em Washington, ocorrido em 1989, foi a vez dos governos da América Latina basearem-se na política neoliberal. Em relação à América Latina, são estudados os casos de aplicação do modelo neoliberal na Bolívia, México, Venezuela, Peru e Argentina. O caso brasileiro é discutido à parte, no capítulo seguinte. Embora apresentem variações entre os países analisados, a adoção do modelo neoliberal na América Latina cumpriu, de certa forma, o seu objetivo: o desmonte do Estado na região.

No capítulo dois, “**O ajuste neoliberal no Brasil: o governo FHC e a reforma do Estado**”, trata, justamente, da adoção do modelo neoliberal no caso específico do Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Na primeira parte do capítulo, discutiu-se a elaboração do plano de estabilidade macroeconômica, conhecido como Plano Real, fundamental para a transformação do modelo neoliberal em programa de governo por parte de FHC. A implantação do Plano Real, como veremos, compreendeu três etapas: o ajuste fiscal, a criação da URV e a instituição de uma nova moeda.

O Plano Real foi concebido por um grupo de economistas, em sua maioria professores do departamento de Economia da PUC-RJ, no qual se destacavam os nomes de Pécio Arida, André Lara Rezende, Edmar Bacha, Winston Fritsch, Pedro Malan e Gustavo Franco. A grande maioria ocuparia cargos na equipe econômica de FHC e disputava a hegemonia dentro do governo com o grupo do PSDB de São Paulo.

Em um segundo momento dentro do capítulo, buscou-se realizar um breve levantamento biográfico de FHC, tratando desde a sua formação intelectual na USP até a sua trajetória política, primeiro no MDB, depois no PSDB, partido do qual ajudaria a fundar. Por fim, destacou-se a sua campanha para presidência da República.

Após o resgate biográfico de FHC, procurou-se discutir o projeto de reforma do Estado brasileiro implantado pelo seu governo, definida pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) e executada pelo ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Por fim, na última parte do capítulo, buscamos traçar um painel de “quem é quem” dentro do governo FHC, observando a conformação de dois grupos que disputavam a hegemonia dentro do governo. O primeiro, o *grupo dos economistas-banqueiros*, levava vantagem sobre o segundo grupo, o *grupo do PSDB paulista*, especialmente no que se refere à condução da política econômica.

O terceiro capítulo, intitulado “**A desnacionalização do sistema financeiro brasileiro**” discute a abertura do setor bancário ao capital estrangeiro, em decorrência do aprofundamento do modelo neoliberal no governo FHC. A parte introdutória do capítulo destaca o aumento de investimento estrangeiro direto (IED) na economia brasileira pós-1995 e os processos de fusões e aquisições de empresas brasileiras por grupos estrangeiros no período.

Na primeira parte do capítulo três são apresentados alguns dados quantitativos como o ranking dos bancos e o número de instituições bancárias para demonstrar o aumento da participação estrangeira no setor após o governo FHC.

Em seguida, buscou-se discutir as medidas tomadas pelo governo, em especial por duas agências estatais, o ministério da Fazenda e o Banco Central, no sentido da desregulamentação do setor bancário. Após um breve histórico sobre o capital estrangeiro e o sistema financeiro brasileiro, no qual destacamos os entraves ao capital forâneo, analisamos as medidas tomadas pelo governo FHC no sentido de abertura do setor aos grupos estrangeiros, especialmente após a edição da Exposição de Motivos 311, do ministério da Fazenda, em agosto de 1995, quando foi permitida a entrada de bancos internacionais no país desde o governo determinasse que tal situação fosse de “interesse nacional”.

Como metodologia para a constatação do incremento da participação do capital estrangeiro no setor, partimos para o estudo das associações, federações e entidades de classe, em especial da FEBRABAN. Após uma análise da composição da diretoria daquela entidade, podemos perceber que a desnacionalização do setor afetou diretamente a sua organização e estrutura, no qual os grupos estrangeiros passaram a estar representados em maior número.

Por fim, partimos para o estudo da desnacionalização do setor bancário a partir da análise da entrada dos principais bancos estrangeiros no país, como o HSBC, Nations Bank, Santander, Banco Bilbao Vizcaya (BVAA), ABN-Amro, Caixa Geral de Depósitos, etc. Destacamos, ainda que brevemente, o processo “inverso”, ou seja, a expansão de grandes bancos nacionais para o exterior, ainda que este movimento tenha sido significativamente bem menor se comparado à entrada de bancos estrangeiros no país. Como principal fonte de pesquisa para este capítulo, utilizamos, além de documentos oficiais, informações coletadas em jornais e revistas, especialmente o periódico *Gazeta Mercantil*, especializado em assuntos econômicos.

O quarto capítulo, “**A privatização dos bancos estaduais**”, trata do segundo elemento central da política neoliberal do governo FHC, as privatizações, que estava em sintonia com as principais formulações neoconservadoras que defendiam redução do papel do Estado na economia.

Na primeira parte do capítulo, são discutidas as “etapas” do processo privatista no Brasil iniciado ao final da ditadura militar, com o Plano Nacional de Desburocratização (PND), no governo Figueiredo. Este processo ganha contornos mais nítidos com o governo Collor, quando é instituído o Programa Nacional de Desestatização (PND), que é ampliado no governo FHC. Nesse período importantes empresas estatais de diversos

setores tiveram o seu controle transferido para o capital privado, representado tanto por grupos nacionais quanto estrangeiros.

A segunda parte do último capítulo trata da formação do sistema financeiro estadual. Os bancos estaduais foram criados ao longo das décadas de 1920 e 1970, dentro de uma tendência de crescente intervenção na economia por parte do Estado brasileiro. Um dos principais motivadores para criação do sistema financeiro estadual foi a ausência de um sistema bancário privado que pudesse financiar o desenvolvimento e o crescimento dos diferentes regiões do país, especialmente aquelas consideradas periféricas, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dentro deste contexto, os bancos estaduais cumpriram um importante papel no desenvolvimento econômico dos Estados brasileiros até, pelo menos a metade da década de 1990, quando, o governo FHC criou o PROES e incluiu estas instituições no programa de privatizações.

Na terceira e última parte deste capítulo são realizados os estudos de cada caso de privatização dos bancos estaduais. A ênfase maior recai nos casos de privatização do BANERJ e do Banespa, dois dos maiores bancos estaduais do país e cujos processos de venda ocorreram de maneiras distintas. Além destes, são discutidos as privatizações dos dois bancos mineiros (Credireal e Bemge), do único banco federal (Meridional), do banco paranaense (Banestado), de importantes bancos estaduais do Nordeste (Baneb, Bandepe e Paraiban), e de outras instituições menores, mas não menos importantes para as suas regiões, como o BEG e o BEA.

## Capítulo 1- O neoliberalismo e o seu “triunfo” mundial: décadas de 1970-1990

O neoliberalismo é a denominação pela qual ficaria conhecida a doutrina e a escola de pensamento econômico correspondente surgida a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), primeiramente na Europa Ocidental e, depois, nos EUA, e que se converteria na mais poderosa reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social. O seu texto fundador é o livro *O Caminho da Servidão* (1944), no qual Friedrich von Hayek defende que todo e qualquer tipo de intervencionismo econômico do Estado conduziria, invariavelmente, ao totalitarismo. De acordo com Perry Anderson, trata-se, por parte de Hayek, de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”<sup>21</sup>. Às vésperas das eleições de 1945 na Inglaterra, o alvo imediato das críticas do economista austríaco era o Partido Trabalhista inglês que, de fato, sairia vencedor das eleições naquele ano<sup>22</sup>. Para Hayek, “apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”<sup>23</sup>.

A ideologia liberal não é, de fato, recente. Resultado dos estudos e de tratados de economia de pensadores clássicos, como Adam Smith<sup>24</sup> e David Ricardo<sup>25</sup>, que, ao final do século XVIII, defendiam a ideia de um mercado auto-regulado, sem a indesejada interferência do Estado.

O capitalismo liberal foi hegemônico até a Grande Depressão de 1929, marco da recessão econômica nos países capitalistas<sup>26</sup>. Com a redução de cerca de 60% do

---

<sup>21</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9.

<sup>22</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 9.

<sup>23</sup> HAYEK, Friedrich. *The road to serfdom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1944 apud ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 9.

<sup>24</sup> SMITH, Adam. *A Riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Volume I e II, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>25</sup> RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

<sup>26</sup> De acordo com Eric Hobsbawm, a crise de 1929 representou “o mais trágico episódio da história do capitalismo. Contudo, deve-se mencionar desde já sua mais significativa implicação a longo prazo. Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século. Em 1931-2, a Grã-Bretanha, Canadá, toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, sempre encarado como a base de trocas internacionais, estáveis e, em 1936 haviam-se juntado a eles os fiéis apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses. Quase simbolicamente, a Grã-Bretanha em 1931 abandonou o livre-comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840 quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA. A retirada da Grã-Bretanha dos princípios de transações livres numa única economia mundial dramatiza a

comércio mundial, entre 1929 e 1932, os governos ocidentais, numa tentativa de superar a crise, passaram, progressivamente, a erguer barreiras protecionistas sobre seus mercados e “dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado”<sup>27</sup>.

Esta nova política econômica dos países do capitalismo avançado levaria à formação, a partir da segunda metade do século XX, do chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*. Difundido principalmente pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), sua importância não pode ser reduzida apenas ao seu aspecto econômico, devendo-se considerar, também, o seu conteúdo político<sup>28</sup>. Sua aplicação deveu-se, sobretudo, aos receios dos governos dos países capitalistas ocidentais em relação às revoltas populares resultantes do quadro de recessão<sup>29</sup>.

### 1.1- A crise do Welfare State e a hegemonia neoliberal

O período relativo ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e que se estende até o início da década de 1970 – denominado propriamente por Eric Hobsbawm como a “Era de Ouro” do capitalismo no século XX – foi marcado pela expansão tecnológica e pelo incremento da produção industrial, especialmente da indústria do aço, de automóveis e de outros bens de consumo<sup>30</sup>. Nesse período histórico, o Estado,

---

corrida geral para a autoproteção na época”. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 99.

<sup>27</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos...* Op. cit., p. 99.

<sup>28</sup> A base teórica do Estado de Bem-Estar Social encontra em Keynes o seu principal referencial. O economista britânico defendeu, entre outras questões, o papel regulatório do Estado na economia, através de medidas de política monetária e fiscal como forma de contenção dos efeitos adversos dos ciclos econômicos (recessão, depressão e booms econômicos), especialmente, em seu livro *Teoria geral do emprego, juro e moeda*, publicado em 1936. De acordo com Enrique Serra Padrós, a proposta fundamental do modelo keynesiano “(...) defendia o estímulo da demanda e o aumento da produção, da renda e do emprego através da intervenção do Estado. Este devia corrigir os defeitos do mercado objetivando um capitalismo eficiente”. Desta forma, “(...) a doutrina keynesiana, ao defender o papel regulador do Estado na economia e nas relações sociais, acabou sendo a sustentação explicativa do Estado de bem-estar social”. PADRÓS, Henrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O Século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., vol. 2, 2003, p. 237.

<sup>29</sup> A observação de Eric Hobsbawm, nesse aspecto, ou seja, da (não) aplicação das políticas keynesianas é precisa: “Os perigos implícitos em não fazer isso – radicalização da esquerda e, como na Alemanha e outros países agora o provavam, da direita – eram demasiados ameaçadores”. HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos...* Op. cit., p. 99.

<sup>30</sup> Conforme Enrique Serra Padrós, “o período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução européia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Mas foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. Denominamos de *anos gloriosos* ou de *idade de ouro*, o fato é que os primeiros trinta anos

segundo David Harvey, assumiria uma variedade de obrigações, entre elas a de combater a liberdade caótica das forças do livre-mercado a partir de sua regulação. Conforme Harvey,

“na medida em que a produção em massa, que envolvia investimentos estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias (...). Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiriam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção”<sup>31</sup>.

Assim, o crescimento da economia capitalista nas três décadas posteriores à Segunda Grande Guerra constitui um fato inédito. A gradual interdependência dos mercados, combinado com as tarefas econômicas e sociais assumidas pelo Estado, levaria, conforme observou Eric Hobsbawm, ao “grande salto”<sup>32</sup>.

No que se refere à organização do trabalho, o que predominou no capitalismo do pós-guerra foi a expansão do modelo de produção fordista<sup>33</sup>. O sistema de trabalho idealizado por Henry Ford consistia “na adequação de tarefas sequenciais e repetitivas, existentes desde o século passado, com a inédita esteira mecânica, criando assim a linha de montagem”<sup>34</sup>.

---

do pós-guerra construíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes”. PADRÓS, Henrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e...* Op. cit., p. 229.

<sup>31</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989, p. 129.

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos...* Op. cit., p. 264.

<sup>33</sup> Ao analisar a organização do Estado capitalista no pós-1945 e o modelo de produção fordista, Enrique Serra Padrós, observa que “antes da Segunda Guerra, o fordismo existia somente nos EUA. Na reconstrução constituiu-se num dos pilares da expansão americana. Vinculado aos princípios do Estado capitalista regulador, ajudou a solucionar o problema do excesso de mão-de-obra que não era absorvido pelos sistemas de trabalho, mais simples e em menor escala, existentes na Europa antes da guerra. A imposição e a expansão do fordismo na Europa e no Japão trouxe rápidos benefícios. A linha de montagem acelerou e dinamizou a produção, especialmente os trabalhadores em ações simples e modernizou os padrões de produção, especialmente no setor automobilístico e de eletrodomésticos”. PADRÓS, Henrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e...* Op. cit., p. 236.

<sup>34</sup> PADRÓS, Henrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e...* Op. cit., p. 236.

Além disso, ficava implícita no modelo de produção fordista a concepção de um mercado massificado, baseado na ideia de enxergar o trabalhador como um consumidor em potencial. Assim, “a transformação do trabalhador em um consumidor de produtos até então inacessíveis, através de um aumento salarial, criava a sensação de melhoria material e esvaziava pressões sociais gerais”<sup>35</sup>. Para tal situação tornar-se possível, caberia ao Estado desenvolver programas sociais que dessem assistência ao trabalhador e, o mais importante, garantir o pleno emprego. A tese keynesiana de que uma economia e uma sociedade estável deveriam ter no aumento da demanda (e por consequência, da produtividade) a sua principal característica, reforçava a ideia da garantia de bons salários e do pleno emprego.

Portanto, o Estado de Bem-Estar configurou-se numa forma específica de Estado, nascido após o esgotamento do Estado liberal e que se caracterizava pelo intervencionismo econômico<sup>36</sup> e pelo atendimento de determinados direitos básicos dos trabalhadores, como educação, saúde, assistência e previdência social e etc., conquistas resultantes, em grande parte, das lutas operárias da primeira metade do século XX<sup>37</sup>. Outra importante característica era a política de pleno emprego e de redistribuição da renda, permitindo, com isso, a reprodução intensiva do capital, ao mesmo tempo que inibia maiores reivindicações da classe trabalhadora.

No início da década de sessenta, a combinação do esgotamento do modelo de produção fordista – característicos dos trinta anos gloriosos do capitalismo no pós-guerra – e o surgimento de problemas de ordem conjuntural passaram a adquirir um peso

---

<sup>35</sup> PADRÓS, Henrique Serra. Capitalismo, prosperidade e... Op. cit., p. 237.

<sup>36</sup> É importante destacar, conforme David Harvey, “que as formas de intervencionismo estatal variavam muito entre os países capitalistas avançados. (...) Diferenças qualitativas e quantitativas semelhantes podem ser encontradas no padrão de gastos públicos, da organização dos sistemas de bem-estar social (...) e do alto grau de envolvimento ativo do Estado, em oposição ao envolvimento tácito, nas decisões econômicas. Padrões de descontentamento trabalhista, de organização de fábricas e de ativismo sindical, também variavam consideravelmente de Estado para Estado”. HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna...* Op. cit., p. 130.

<sup>37</sup> De acordo com Gilberto Dupas, “(...) keynesianismo manteve, desde o pós-guerra, a expectativa de que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. Ele acabou fornecendo as bases para um compromisso de classe, ao oferecer aos partidos políticos representantes dos trabalhadores, numa justificativa para exercer o governo em sociedades capitalistas, abraçando as metas do pleno emprego e da redistribuição de renda em favor do consumo popular. O Estado provedor de serviços sociais e regulador de mercado tornava-se mediador das relações e dos conflitos sociais”. DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, desemprego, Estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1999, p. 139.

significativo<sup>38</sup>. Contudo, desde o final da década de 1960 os saldos positivos acumulados durante o *boom* dos anos dourados, nos EUA, já apresentavam sinais de exaustão<sup>39</sup>.

Assim, os primeiros sinais da crise do Estado de Bem-Estar evidenciavam que o modelo keynesiano mostrou-se incapaz, segundo análise de David Harvey, diante das “contradições inerentes do capitalismo”<sup>40</sup>. Portanto, a conjuntura de crise que abriria as portas para o neoliberalismo foi ocasionada pelo fracasso das formas de regulação do Estado de Bem-Estar, que se materializava, ainda segundo David Harvey, pela “rigidez dos compromissos do Estado, rigidez nos mercados (...) e a flexível política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”<sup>41</sup>.

A análise de Robert Brenner oferece uma boa explicação para a crise que, em seu sentido mais amplo, deve ser entendida como uma crise estrutural manifestada pela tendência decrescente da taxa de lucro<sup>42</sup>. Para os neoliberais, segundo Perry Anderson, a

---

<sup>38</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e... Op. cit., p. 256.

<sup>39</sup> Segundo Enrique Serra Padrós, “a crise começou nos EUA e foi exportada a outras regiões. O domínio americano declinará, em termos relativos, durante as últimas décadas. Alguns indicadores econômicos mostram a perda de competitividade da superpotência: enquanto em 1955 o Produto Nacional Bruto (PNB) do país representava 36,3% do mundial, em 1970 mal chegara aos 30,2%. A própria taxa média de crescimento anual do PNB dos EUA, medida em séries de cinco anos, era superada permanentemente, entre 1950 e 1970, pelo Japão, França, Alemanha e Itália. Até na produção automobilística, pilar de sustentação do *American way of life*, verificaram-se dificuldades (diante da produção européia e japonesa os EUA viram reduzir-se a sua fatia mundial de 51% para 35% entre 1965 e 1975). A recuperação européia, notadamente o milagre japonês e alemão, significou para os EUA a perda de espaço nesses mercados. Muito pior, alavancou essas economias a uma acirrada disputa nos mercados internacionais. (...) É muito importante salientar que no fim dos anos 60, como sinal claro de aumento da competição internacional, o modelo produtivo baseado no fordismo começara a declinar ante novas formas de organização do trabalho e da produção. Dentro da perspectiva de minimizar as conquistas dos trabalhadores, ganhou espaço o toyotismo (aplicado, pela primeira vez, nas empresas Toyota). Através de um rigoroso controle de qualidade e obrigando o operário a realizar tarefas múltiplas, o toyotismo vinculou a estabilidade do emprego e o salário à situação financeira da empresa. Desta forma, começava a desenhar-se a terrível perspectiva do desemprego, enquanto atacavam-se as áreas consideradas problemas para um melhor desempenho produtivo: absenteísmo, mobilidade voluntária, greves, direitos sociais”. PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e... Op. cit., p. 257.

<sup>40</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna...* Op. cit., p. 135.

<sup>41</sup> HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna...* Op. cit., p. 135.

<sup>42</sup> Conforme Robert Brenner, a crise “tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional”. BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 12.

Os autores franceses Gérard Duménil e Dominique Lévy, em uma análise próxima à de Brenner, também identificam, na origem da crise, a queda da taxa de lucro. Segundo eles, “O poder e a renda da classe capitalista foram diminuídas depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Durante o compromisso keynesiano ou social-democrata (entre o governo e os anos 70), (...) uma fração bastante importante dos lucros permanecia nas empresas e era revertida produtivamente. A rentabilidade das instituições financeiras era tipicamente baixa. (...) O Estado estava fortemente envolvido na gestão econômica; em vários casos, a propriedade de setores inteiros da economia era transferida ao Estado. Os EUA atravessaram tais transformações numa medida consideravelmente inferior à Europa e ao Japão. (...)”

origem da crise “no poder excessivo e nefasto dos sindicatos que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e sua pressão (...) para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”<sup>43</sup>.

A crise iniciada nos anos 60 e que se aprofunda na década seguinte não foi apenas uma crise econômica, “mas de todo o sistema vigente, de um dado ordenamento político, de valores culturais e padrões de dominação e organização do trabalho”<sup>44</sup>. Assim, como consequência da crise, inicia-se, a partir da busca da recomposição do lucro pelo capital, todo um processo de reorganização do sistema capitalista e de seu sistema ideológico e político de dominação que tem como objetivo a destruição de todo o mecanismo de regulação estatal que vigorou desde o segundo pós-guerra.

O momento crítico e de instabilidade proporcionou, segundo Claudia Regina de Oliveira, “a propagação e a aceitação das propostas neoliberais, de cunho, sem dúvida, conservador”<sup>45</sup>.

O neoliberalismo configurava-se, assim, como um complexo processo de construção de hegemonia<sup>46</sup> que ganha força ao se apresentar como a única alternativa

---

A crise estrutural dos anos 1970 e o crescimento da inflação diminuíram ainda mais a renda e a riqueza da classe capitalista. Isso pode compreender facilmente numa situação em que as taxas de juros reais eram praticamente iguais a zero ou negativas, os lucros e os dividendos eram baixos, e o mercado e a bolsa estavam deprimindo. Entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 70, o 1% das famílias mais ricas dos EUA tinha mais de 30% da riqueza total do país; durante a 1ª metade dos anos 1970, essa percentagem tinha caído para 22%. O neoliberalismo foi um golpe político cujo objetivo era a restauração destes privilégios”. DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 16, nº 1 (29), abril/2007, p. 2.

<sup>43</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 10.

<sup>44</sup> POGGI, Tatiana. A Grande Virada: a crise do reformismo e o avanço do conservadorismo nos Estados Unidos em fins do século XX. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2012, p. 180.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Claudia Regina de. Neoliberalismo, Globalização e Crises Econômicas. *Revista Praedictio*, Volume I, nº 1. Texto disponível em: <http://revistapraedictio.inf.br/download/artigo10.pdf>. Acesso em: 22/09/2012, p. 4.

<sup>46</sup> A noção de *hegemonia* foi desenvolvida no interior da tradição marxista e, apesar de ter suas origens na social-democracia russa e principalmente em Lênin, foi em Gramsci que a noção de hegemonia foi apresentada de forma mais elaborada e mais adequada para o entendimento das relações sociais. Em Lênin, a noção de hegemonia surge, basicamente, em referência à noção de ditadura do proletariado e de sua tarefa política, fundamentando-se na especificidade da história russa. Embora construído em um momento histórico distinto, a noção de hegemonia em Lênin permitiu com que Gramsci construísse o seu próprio conceito de hegemonia, passando a representar um dos pontos mais centrais dentro do pensamento gramsciano. A noção de hegemonia em Gramsci propõe uma nova relação entre estrutura econômica e superestrutura, num esforço de se distanciar do mecanicismo marxista de determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas, ou seja, da cultura e da ideologia, para o entendimento da realidade social em sua totalidade. Assim, a hegemonia é para Gramsci e capacidade de direção, de conquistar alianças, de produzir o consenso e de imposição de uma liderança moral e intelectual de uma classe sobre a outra, refletindo, portanto, a luta de classes no interior da sociedade. A constituição de uma hegemonia é, portanto, um processo historicamente longo. ANDERSON, Perry. *Considerações*

possível ao enfrentamento da crise do modelo keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social, que se inicia no final da década de 1960 e que se manifesta, de forma mais clara, na década de 1970, na maior parte dos países capitalistas<sup>47</sup>.

Com efeito, o neoliberalismo, nascido a partir da busca da recomposição do lucro pelo capital expressa, conforme destaca Pablo Gentile, uma dupla dinâmica, que é marcante em todo o processo de construção de hegemonia. Segundo o autor,

“por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante”<sup>48</sup>.

Esta reestruturação global do capitalismo situa o mercado como o principal regulador das relações econômicas. Nesta perspectiva, a intervenção do Estado, ao tentar regular a dinâmica própria do mercado, impediria a competitividade e estimularia a criação de monopólios, protecionismo e ineficiências. Assim, o neoliberalismo representa a retomada de alguns princípios do capitalismo liberal do século XIX, que perdurou até pelo menos a década de 1920.

Para o neoliberalismo, a receita para a recuperação do crescimento econômico passava pela estabilização monetária, pelo recuo dos gastos e funções sociais do Estado, pela concentração da riqueza na esfera privada, pela reforma fiscal e pela restauração da taxa “natural” de desemprego. Sobre este último aspecto, Marília Freitas de Campos Pires e José Roberto Tozoni Reis, afirmam que,

---

*sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>47</sup> OTRANTO, Célia Regina. O Neoliberalismo como proposta hegemônica. In: *Série Textos CPDA*, nº 10, Setembro/1999, p. 11.

<sup>48</sup> GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu. (org.) *Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996, p. 1.

“partindo do pressuposto de que só o capital concentrado cria riquezas, isto é, aumento de capital significa investimentos, o desemprego, ou melhor, a taxa natural de desemprego, que faz diminuir os salários, garante maior taxa de lucro e, portanto, maior acumulação de capital. Desta forma, o desemprego não é uma consequência indesejada da economia neoliberal, mas um de seus componentes estratégicos”<sup>49</sup>.

Assim, o desemprego estrutural resultante da aplicação do ajuste neoliberal pelos governos de diferentes países é, certamente, o componente mais perverso da nova ordem econômica mundial<sup>50</sup>. Durante o ajuste neoliberal das décadas de 1980 e 1990, segundo Robert Kurz, “a base desse desemprego estrutural, de ciclo para ciclo, tornou-se cada vez maior em quase todos os países”<sup>51</sup>. De acordo com o autor, ao apresentar números da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 1995, cerca de 30% da população economicamente ativa de todo o mundo não possuía emprego estável.

Desta forma, o desenvolvimento tecnológico que permitia um aumento do nível de produtividade sem diminuir, ao mesmo tempo, a oferta de empregos não encontra espaço na lógica econômica do neoliberalismo. A lógica da produção neoliberal, cujo único objetivo é permitir o lucro privado, cria uma situação extremamente contraditória:

“(…) na história econômica moderna, a jornada de trabalho diminuiu numa proporção muito menor do que o aumento correspondente da produtividade. Hoje em dia, os assalariados ainda trabalham mais e durante mais tempo do que os camponeses da Idade Média. A diminuição dos custos, portanto, não significa que os trabalhadores trabalhem menos mantendo a mesma produção, mas que menos trabalhadores produzam mais produtos. O aumento da produtividade reparte seus frutos de forma extremamente desigual: enquanto trabalhadores ‘supérfluos’ são demitidos, crescem os lucros dos empresários”<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> PIRES, Marília Freitas de Campos e REIS, José Roberto Tozoni. Globalização, Neoliberalismo e Universidade: algumas considerações. In: *Revista Interface: comunicação, saúde e educação*. Botucatu, vol. 3, nº 4, fevereiro/1999, p. 33.

<sup>50</sup> Assim, estamos de acordo com Ricardo Antunes, que entende que entre os aspectos sociais mais nefastos do neoliberalismo estão “um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica (...) voltada prioritariamente para a produção de mercadoria, que destrói o meio ambiente em escalada globalizada”. ANTUNES, Ricardo. *A Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho*. In: *Adeus ao Trabalho!* Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 13.

<sup>51</sup> KURZ, Robert. O Torpor do Capitalismo. In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 de fevereiro de 1996. Caderno Mais!, p. 14.

<sup>52</sup> KURZ, Robert. O Torpor do... Op. cit., p. 14.

No processo de reestruturação das formas de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo orientado pelo neoliberalismo, Ricardo Antunes, ao discutir as metamorfoses (precarização) do mundo do trabalho, situa esta reestruturação como um processo mais complexo e contraditório do que o apresentado pelos entusiastas da ordem neoliberal. Nesse sentido, o autor afirma que:

“(…) de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países do capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado”<sup>53</sup>.

Além do desemprego estrutural e da precarização das relações de trabalho, a prestação de necessidades básicas da população, para o neoliberalismo, deve ser orientada seguindo a lógica do mercado e do capital privado, tendo como estratégia a privatização de empresas e serviços públicos. Conforme o autor:

“(…) privatizar empresas estatais públicas, por um lado; por outro, “desregular”, ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro geral que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir para o setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias (…)”<sup>54</sup>.

A reação contra o Estado de Bem-Estar e a busca pelo “Estado mínimo”<sup>55</sup> são as principais características do neoliberalismo. A principal função do Estado não seria mais a de regular as relações econômicas, mas sim, a de possibilitar as condições necessárias

---

<sup>53</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?...* Op. cit., p. 41.

<sup>54</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 6ª ed., 2002, p. 79.

<sup>55</sup> Cabe destacar aqui que “Estado mínimo” não significa “Estado fraco”, pois de acordo com Vera Peroni, “é importante frisar que o Estado é mínimo apenas para as políticas sociais. Na realidade é ‘Estado máximo’ para o capital”. PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera Maria Vidal Peroni; BAZZO, Vera Lúcia; PEGARARO, Ludimar (orgs). *Dilemas da Educação Brasileira em Tempos de Globalização Neoliberal: entre o público e o privado*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 14.

para a realização do modelo de acumulação dessa nova fase do capitalismo, que privilegia a lógica do capital financeiro <sup>56</sup>.

A desregulação da economia, pelo Estado, é fundamental para a implantação desse novo modelo de acumulação, no qual as regras do livre mercado e do lucro capitalista controlam todas as esferas da vida humana <sup>57</sup>.

Enquanto corrente teórica, o neoliberalismo sofreu a influência, principalmente, de duas grandes “escolas” de pensamento: a Escola Austríaca, liderada por Friedrich von Hayek (1889-1992), considerado o “patrono” do pensamento neoliberal, e a Escola de Chicago, no qual se destacaram nomes como o de Theodore Schultz (1902-1998), o de Gari Becker e, principalmente, o de Milton Friedman (1912-2006) <sup>58</sup>. Ambas as escolas possuíam, em comum, a crítica ao modelo keynesiano de regulação estatal e ao controle macroeconômico. Propunham, no seu lugar, a desregulamentação das atividades econômicas, a liberalização dos fluxos de capitais, a abertura dos mercados nacionais, a privatização de empresas públicas e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

As obras de Hayek e de Milton Friedman, os dois mais importantes intelectuais orgânicos <sup>59</sup> do neoliberalismo, permite-nos observar o esforço destes pensadores em

---

<sup>56</sup> De acordo com Marília Freitas de Campos Pires e José Roberto Tozoni Reis, “o ajuste fiscal imposto pelo FMI ao Brasil, no enfrentamento da crise no segundo semestre de 1998, expressa este modelo de organização do Estado”. Ao trabalhar com informações publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 11/09/1998, os autores observam que “o setor público teve, no primeiro semestre de 1998, um superávit primário de meio bilhão de reais, isto é, gastou em atividades próprias do Estado menos do que arrecadou. No entanto, ao pagar 33 bilhões de reais de juros aos grandes bancos, operou um déficit nominal de 32,5 bilhões de reais, com previsão de aumento até o final do ano, em função ao aumento das taxas de juros. O Estado então intervém na economia, em sua dimensão financeira. O pagamento de juros para 1999 necessitará de mais de 25 bilhões de dólares que serão gerados, segundo diretrizes do FMI, com aumento de impostos e cortes de gastos em todos os setores dos serviços públicos”. PIRES, Marília Freitas de Campos e REIS, José Roberto Tozoni. *Dilemas da Educação...* Op. cit., p. 29.

<sup>57</sup> LOWY, Michael. Mundialização e Internacionalismo: a atualidade do Manifesto Comunista. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 115-125.

<sup>58</sup> SOUZA, Thaís Godoi de e LARA, Ângela Mara de Barros. Os Fundamentos Teórico-Metodológicos das Escolas Neoliberais do Século XX: implicações nas políticas educacionais. In: *IX ANPED*, 2012. Disponível em: [www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/325/107](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/325/107). Acesso em: 03/07/2012.

<sup>59</sup> De acordo com Antônio Gramsci, “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função”. Estabelecendo uma diferenciação entre intelectual tradicional e intelectual orgânico, Gramsci rompe com o entendimento dos intelectuais como um grupo “autônomo e independente”. Desta maneira, o intelectual orgânico é aquele comprometido historicamente com um projeto político de poder, aquele que organiza a construção de uma nova cultura, de uma nova visão de mundo, de uma nova hegemonia. Aos intelectuais orgânicos, portanto, estaria reservada a função de construir a homogeneidade de uma classe ou grupo social e o exercício da direção moral e intelectual, não apenas no interior da classe, mas também para o conjunto da sociedade, na busca pela produção e obtenção do consenso. Uma das ações neste sentido foi a fundação, em 1947, da Sociedade de Mont Pèlerin, ocorrida após uma conferência internacional organizada por Friedrich Hayek na pequena estação de Mont-Pèlerin, nos Alpes suíços. Além de Hayek, estavam

entender toda a reforma econômica como uma mudança necessária nas mentalidades, na cultura da sociedade <sup>60</sup>.

No prefácio da edição de 1976 de sua principal obra, *O caminho da Servidão*, Hayek, que dois anos antes ganhara o prêmio Nobel de Economia, lamentava que suas ideais, defendidas no livro editado originalmente em 1944, continuassem – apesar da experiência pinochetista iniciada no Chile em 1973 – mais de trinta anos depois de sua primeira publicação, ainda longe de serem tomadas como prática pelos governos ocidentais. Pois, como observa Pablo Gentile,

“passadas mais de três décadas, a sociedade ainda não tinha aceitado plenamente o que para Hayek era uma evidência iniludível: toda forma de intervenção estatal constitui um sério risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes totalitários como o da Alemanha nazista e o da União Soviética comunista. Trinta anos depois, o desafio de O Caminho da Servidão continuava aberto: só quando a sociedade reconhece o verdadeiro desafio da liberdade é possível evitar as armadilhas do coletivismo” <sup>61</sup>.

O alvo das críticas de Hayek era a social-democracia européia, mais especificamente o Partido Trabalhista inglês, e o modelo keynesiano em ascensão no período do pós-guerra. Também é explícita a aversão do economista austríaco ao socialismo. Assim, fascismo, nazismo e socialismo seriam partes de uma mesma base comum que, para Hayek, levaria, invariavelmente, ao totalitarismo <sup>62</sup>.

Nos seus textos de intervenção política, Hayek, o mais destacado intelectual orgânico do neoliberalismo, ataca toda e qualquer forma de intervenção do Estado, defendendo o mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do

---

presentes os firmes adversários do Estado de Bem-Estar europeu e da política do New Deal norte-americano, como Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Milton Friedman, Salvador Madariaga, entre outros. Perry Anderson definiria a Sociedade de Mont Pèlerin como “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”. Seu propósito, segundo o autor seria o de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo...* Op. cit., p. 9.

<sup>60</sup> GENTILE, Pablo. *Neoliberalismo e Educação...* Op. cit., p. 14.

<sup>61</sup> GENTILE, Pablo. *Neoliberalismo e Educação...* Op. cit., p. 16.

<sup>62</sup> Neste aspecto em particular podemos perceber uma forte aproximação entre o pensamento liberal de Hayek e o da filósofa Hannah Arendt. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

indivíduo nas relações sociais e sua liberdade de escolha <sup>63</sup>. Desta forma, sua obra, “adquire a forma de programa social que trabalha a favor da ordem capitalista na busca do consenso popular e da lapidação de consciências” <sup>64</sup>.

Assim como Hayek, Milton Friedman também receberia, em 1976, o prêmio Nobel de Economia. O economista norte-americano, ao contrário do seu colega austríaco, era mais prático e, por meio de um grande esquema de propaganda, divulgou suas ideias em todo o mundo <sup>65</sup>.

Em sua obra, *Capitalismo e Liberdade*, publicada originalmente em 1962 e cuja repercussão foi sem dúvida alguma modesta, Milton Friedman, discute o papel das agentes privados operando e movimentando um mercado livre de qualquer forma de regulação. O economista norte-americano se coloca contra toda e qualquer forma de organização coletiva, pois via no coletivismo um ameaça destruidora da liberdade dos indivíduos. O indivíduo, aqui, é entendido não como um ser social, produzido pela sociedade e que se desenvolve a partir de uma interrelação, mas, sim como uma realidade independente e que se associa a ela por cooperação voluntária <sup>66</sup>.

Na década de 1980, Friedman publica *Liberdade de Escolher*, que, rapidamente, havia vendido, nos EUA, mais de 400 mil exemplares em sua edição de luxo e milhares em sua edição popular. Não há dúvida acerca do sucesso de *Liberdade de Escolher*, que conseguiria vender em poucas semanas o que *Capitalismo e Liberdade* venderia em mais de duas décadas, apesar das ideias contidas nos dois livros serem praticamente as mesmas. O espetacular sucesso de *Liberdade de Escolher* não poderia ser atribuído exclusivamente à série televisiva que acompanhara o lançamento do livro. O ambiente na década de 1980 era muito mais favorável à crítica ao modelo keynesiano e ao Estado de Bem-Estar Social do que nos anos 60, quando *Capitalismo e Liberdade* havia sido lançado. Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, já estavam colocando

---

<sup>63</sup> Segundo Pablo Gentili, “se o homem comum não afirma na sua vida cotidiana o valor da competição, se a sociedade não aceita as enormes possibilidades modernizadoras que o mercado oferece quando passa a atuar sem a prejudicial interferência do Estado, as consequências (...) são nefastas para a própria democracia: os piores serão os primeiros, o totalitarismo aumentará e a planificação centralizada tomará conta da vida das pessoas, impedindo-lhes de expressar seus desejos individuais, sua vocação de melhora contínua, sua liberdade de escolher”. GENTILE, Pablo. *Neoliberalismo e Educação...* Op. cit., p. 17.

<sup>64</sup> SOUZA, Thaís Godoi de e LARA, Ângela Mara de Barros. *Os Fundamentos Teórico-Metodológicos...* Op. cit., p. 6.

<sup>65</sup> Nos Estados Unidos, Milton Friedman apresentou, nas décadas de 1970 e 1980, duas séries de televisão: *Liberdade de Escolher* e *A Tirania do Status Quo*.

<sup>66</sup> MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 143.

em prática aquilo que o maior expoente da Escola de Chicago defendia na teoria. Helmut Khol acabara de ganhar as eleições na Alemanha. O neoliberalismo, de fato, transformava-se na principal corrente de pensamento hegemônico e na principal alternativa de poder no interior dos principais países capitalistas.

Assim, o sistema liberal, cuja eficiência foi tão evidente no período anterior a Crise de 1929, ressurgiu na década de 1980, presidido novamente por uma crise global, que já dava sinais desde a nomeação de Hayek e Friedman ao Nobel de Economia em 1974 e 1976, respectivamente.

Os principais fundamentos do programa dos ideólogos do neoliberalismo foram sintetizados por Carlos Eduardo Martins <sup>67</sup>: a) Drástica redução da intervenção direta e indireta do Estado na economia, com ênfase no processo de privatização de empresas públicas, na liberalização dos fluxos de capitais e na desregulação dos mercados internos nacionais; b) Corte de gastos e abandono das políticas de déficits públicos como estimuladoras do pleno emprego e do crescimento econômico. Em seu lugar são colocadas em prática políticas de austeridade orçamentária e fiscal, orientadas para a estabilidade de preços e controle de inflação; c) Liquidação das barreiras tarifárias e de políticas protecionistas por parte dos Estados no comércio internacional e adoção do câmbio flexível; d) Restrição à ação dos sindicatos, entendidos pelos neoliberais como monopólios, que geram desvios de preços e impedem a correta remuneração do trabalhador, gerando, com isso, o desemprego. A existência de sindicatos nacionais atuantes e organizados, que trabalhavam na defesa de um interesse geral baseado na necessidade de construir e expandir os direitos sociais é vista, a partir de uma perspectiva neoliberal, como uma grande barreira que impediria a competição individual e o progresso social. Assim, o neoliberalismo nega qualquer forma de organização e regulação de agentes coletivos, incluídos aí não apenas os sindicatos, mas também partidos políticos e o próprio Estado.

O autor aponta contradições entre o pensamento liberal e as políticas colocadas em prática pelos governos que adotaram o neoliberalismo como orientador de suas políticas econômicas, uma vez que “(...) o auge do período de hegemonia neoliberal foi marcado pela expansão da intervenção estatal, dos gastos militares, dos déficits públicos e da especulação financeira” <sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência ...* Op. cit., p. 144.

<sup>68</sup> MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência ...* Op. cit., p. 144.

Gérard Duménil e Dominique Levy destacam a dificuldade de se “apresentar de maneira precisa a origem de um fenômeno complexo, tal como a fase do capitalismo mais conhecido como neoliberalismo”. Contudo, os autores, mesmo admitindo tal dificuldade, apontam, “como um acontecimento que testemunhou uma mudança maior na dinâmica do capitalismo”, a decisão tomada pelo Federal Reserve System (FED), o banco central norte-americano, em 1979, de elevar as taxas de juros até o limite necessário para conter a inflação. Tratou-se, segundo os autores, “do ato político que chamamos de o golpe de 1979”<sup>69</sup>. Assim, o neoliberalismo, através do espetacular aumento das taxas de juros a partir de 1979 pelo FED, restabeleceria a renda da classe capitalista, drenando “amplos fluxos de renda em direção aos proprietários de títulos, no contexto de taxas de juros elevadas”<sup>70</sup>.

De acordo com Sonia Draibe, o neoliberalismo representa uma tendência hegemônica contemporânea e “não constitui efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente”. Destaca, ainda, que “esta ideologia dominante é principalmente composta por proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, ‘reinventando’ o liberalismo, mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX”<sup>71</sup>.

Ricardo Antunes entende que o neoliberalismo é um modelo que vem sendo adotado pelos países ocidentais a partir da década de 1980 e que apresenta como característica primordial o afastamento do Estado em relação a diversos setores da economia. O autor aponta, ainda, os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan como os inauguradores do modelo neoliberal no início da década de 1980, quando ocorreram cortes profundos nos gastos sociais e uma grande precarização no mundo do trabalho<sup>72</sup>.

Vicente de Paula Faleiros, por sua vez, destaca que podemos considerar, entre as principais funções do neoliberalismo, a restrição ao papel do Estado na garantia dos

---

<sup>69</sup> DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo... Op. cit., p. 1-2.

<sup>70</sup> DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo... Op. cit., p. 7.

<sup>71</sup> DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo In: *Revista da USP*, São Paulo, nº 17, 1993, p. 86.

<sup>72</sup> Segundo Ricardo Antunes, “a experiência inglesa recente, particularmente depois da ascensão de Margareth Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, trouxe profundas consequências para o mundo do trabalho no Reino Unido e particularmente na Inglaterra”. ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho...* Op. cit. p. 61.

direitos básicos dos trabalhadores nas cidades e no campo, além do favorecimento do mercado com a privatização de empresas estatais <sup>73</sup>.

Luiz Filgueiras estabelece uma distinção conceitual entre “neoliberalismo” e “projeto neoliberal”. De acordo com o autor, o primeiro “diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros, a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo”. Por sua vez, o conceito de “projeto neoliberal”, refere-se “à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico (...), como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre elas e as classes trabalhadoras”. Assim, “neoliberalismo” converter-se-ia em uma doutrina de caráter mais geral, ao passo que o “projeto neoliberal” ou, melhor, “projetos neoliberais” a ele associado, “são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores” <sup>74</sup>.

Perry Anderson, por sua vez, entende o neoliberalismo como,

“(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capital jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido em sua extensão internacional. Este é um movimento ainda inacabado. (...) Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam em seus regimes” <sup>75</sup>.

Pablo Gentili destaca a importância teórica e política de se compreender o neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica. Conforme o autor, “se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-

---

<sup>73</sup> FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista. São Paulo: Cortez, 2000, 8ª ed., p. 33.

<sup>74</sup> Filgueiras, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Agosto/2006.

<sup>75</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 56.

metodológica da sociedade (...). Desta forma, “o neoliberalismo deve ser compreendido na dialética existente entre tais esferas, as quais se articulam adquirindo mútua coerência”. Assim, os sucessivos governos neoliberais “não só transformaram materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa), para a crise”<sup>76</sup>.

Segundo Robert McChesney, “o neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo”. Assim, o neoliberalismo é definido como “um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais”<sup>77</sup>. Ainda segundo o autor, as consequências econômicas da aplicação do modelo neoliberal “têm sido as mesmas em todos os lugares e são exatamente as que se poderia esperar”, ou seja, “um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais abastados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedente para os ricos”<sup>78</sup>. O mito do livre mercado, “também sugere que os governos são instituições ineficientes que devem ser limitadas para não prejudicar a magia do mercado natural do *laissez-faire*”<sup>79</sup>. Porém, Noam Chomsky enfatiza que “os governos são peças-chave no sistema capitalista moderno”, posto que “subsidiaram prodigamente as grandes empresas e trabalham para promover os interesses empresariais em numerosas frentes”<sup>80</sup>. Ainda segundo Chomsky, a mensagem mais enfática no neoliberalismo – entendido como um projeto hegemônico de uma nova forma de dominação de classe – é a de que não há alternativa, pois a humanidade já alcançou o seu nível mais elevado.

Ao fazer um balanço do neoliberalismo em todos os seus aspectos, Perry Anderson, observa que,

“(...) economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o

---

<sup>76</sup> GENTILE, Pablo. Neoliberalismo e Educação... Op. cit., p. 8.

<sup>77</sup> MCCHESENEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou as pessoas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002, p. 3.

<sup>78</sup> MCCHESENEY, Robert W. Introdução... Op. cit., p. 3.

<sup>79</sup> MCCHESENEY, Robert W. Introdução... Op. cit., p. 3.

<sup>80</sup> CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou...* Op. cit., p. 23.

neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativa para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas”<sup>81</sup>.

## 1.2- A “experiência pioneira” chilena: o neoliberalismo na década de 1970

A partir do final da década de 1970 e, sobretudo, durante a década seguinte, quando foi colocado em prática pelos governos conservadores de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA, o neoliberalismo passou a ser o principal fundamento teórico das políticas públicas nos países capitalistas, tornando-se, assim, a ideologia hegemônica no ocidente ao final do século XX.

Contudo, antes de ser aplicado pelos países centrais, foi América Latina, mais precisamente no Chile, a partir do ano de 1973, que ocorreu “a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”<sup>82</sup>. Naquele ano, a derrubada do governo democrático do socialista Salvador Allende permitiu a ascensão do ditador Augusto Pinochet ao poder, resultando numa das mais sangrentas ditaduras latino-americanas<sup>83</sup>. O programa do governo do general Pinochet incluía uma série de reformas neoliberais, como a abertura e desregulação da economia, o desemprego em massa, a repressão sindical, a redistribuição de renda em favor dos mais ricos e a privatização de empresas públicas<sup>84</sup>. Tudo isso, como bem destaca Perry Anderson, “foi começado no Chile, quase um decênio antes de

---

<sup>81</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 12.

<sup>82</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 19.

<sup>83</sup> O golpe de Estado, ocorrido no Chile, em 11/09/1973, consistiu na derrubada do governo democrático constitucional do socialista Salvador Allende pela Junta Militar liderada pelas tropas do general Augusto Pinochet. Candidato da Unidade Popular (UP), coligação partidária de esquerda, Allende fora eleito com 38,2% dos votos, contra 34,9% do candidato de direita, o empresário Jorge Alessandri, do Partido Nacional. O governo Allende propunha transformar o Chile em um Estado socialista pela chamada “*via chilena para o socialismo*”, ou seja, por meio democrático, legal e constitucional. A bibliografia sobre a derrubada de Allende e a ditadura de Pinochet é relativamente extensa. Para maior aprofundamento do tema, ver especialmente: SADER, Emir, *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

<sup>84</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 19.

Thatcher na Inglaterra”<sup>85</sup>. Assim, a ditadura pinochetista proporcionaria a um grupo de jovens economistas chilenos, formados doutores nos EUA, a aplicação das doutrinas neoliberais aprendidas com Milton Friedman na universidade de Chicago. A principal referência teórica para a experiência chilena era, portanto, muito mais norte-americana do que europeia. Era no pragmatismo conservador do intelectual-militante<sup>86</sup> Milton Friedman, muito mais do que na construção teórica e no academicismo do economista austríaco Friedrich Hayek, que a política econômica de Pinochet e também de outros governos neoliberais da América Latina se pautariam.

O principal documento desta política econômica, intitulado *El Ladrillo*<sup>87</sup>, continha os mais importantes fundamentos daquilo que seria chamado posteriormente de neoliberalismo, antecipando o Chile em quase uma década em relação à política adotada por Margaret Thatcher no Reino Unido, como destacou Perry Anderson. Seus principais formuladores eram jovens economistas chilenos, a grande maioria professores do departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile e que realizaram estudos de pós-graduação na universidade de Chicago, onde tiveram forte influência de Milton Friedman, e que, ao regressarem ao Chile, ficariam conhecidos como “*Chicago boys*”<sup>88</sup>.

---

<sup>85</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 19.

<sup>86</sup> Aqui, no caso, estamos referindo ao termo “intelectual-militante” o mesmo sentido do conceito gramsciano de *intelectual orgânico*.

<sup>87</sup> O documento, que estabeleceria as bases do sistema econômico de livre mercado, chamado de *El Ladrillo*, foi elaborado em 1970 para a campanha do candidato conservador do Partido Nacional, o empresário Jorge Alessandri, que já havia sido presidente do Chile entre 1958 e 1964, muito embora, um de seus autores, Alvaro Bardón, sustente que este trabalho começou a ser elaborado em 1972. Seus autores sofreram forte influência do pensamento de Milton Friedman. Com a derrota de Alessandri e a vitória de Allende, as ideias contidas no documento tiveram que esperar o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 para ser implementado. Este texto representou uma grande transformação no que se refere ao pensamento econômico latino-americano, em geral, e chileno, em particular, por se opor frontalmente ao pensamento da CEPAL, cujas ideias se baseavam na substituição de importações, controle de preços e intervenção estatal. As ideias contidas no *El Ladrillo*, ao contrário, preconizavam a abertura econômica e comercial e o fim do controle de preços e de subsídios estatais. VALDÉS, Juan Gabriel. *La Escuela de Chicago: operación Chile*. Buenos Aires: Grupo Editorial Zeta, 1989; VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists: the Chicago School in Chile*. New York: Cambridge University Press, 1995; MUÑOZ, Heraldo. *A Sombra do Ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

<sup>88</sup> Segundo Orlando Letelier, “In 1955, Professor Theodore W. Shultz, President of the Department of Economics at the University of Chicago, visited the Faculty of Economics of the Universidad Católica de Chile at Santiago in order to sign an agreement for academic cooperation. Under this agreement a select group of Chilean students were offered the opportunity to pursue post-graduate courses in economics in Chicago. Between 1955 and 1963 a total of 30 young economists from the Universidad Católica made use of the Chicago grants. Many of them later became well known academicians, industrialists, executives of financial conglomerates and, in particular, leading figures in the implementation after 1975 of the neoliberal model under the military government”. LETELIER, Orlando. *The Chicago Boys in Chile: economic freedom's awful toll*. In: *The Nation*. August 28, 1976, p. 139.

Um dos pontos centrais no caso chileno reside na suposta contradição entre a política neoliberal e a ausência de um regime democrático sob a ditadura de Pinochet. Segundo Perry Anderson, esta contradição seria apenas aparente, pois:

“(...) a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios”<sup>89</sup>.

A questão fundamental reside, portanto, no conceito de democracia atribuído à doutrina neoliberal. Segundo Milton Friedman, em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, a essência da democracia era a busca pelo lucro. Sendo assim, todo o governo que seguisse uma política antimercado estaria sendo, por consequência, antidemocrático, não importando o quanto de apoio popular tal política recebesse<sup>90</sup>. Assim, a ausência de um regime e de instituições de democráticas no Chile, não seria um problema em si para a prática neoliberal.

---

Os principais *Chicago boys* que atuaram no Chile durante a ditadura de Pinochet foram: Jorge Cauas (ministro das Finanças, 1975 - 1977); Sergio de Castro (ministro das Finanças, 1977 - 1982); Pablo Baraona (ministro da Economia, 1976 - 1979); José Piñera (ministro do Trabalho e Aposentadorias, 1978-1980 e ministro das Minas, 1980-1981); Hernán Büchi (ministro das Finanças 1985 – 1989. Embora tenha realizado seu doutorado na universidade de Columbia e não em Chicago, Büchi pode ser considerado um *Chicago boy* devido à sua afinidade ideológica em relação ao neoliberalismo); Alvaro Bardón (ministro da Economia, 1982-1983); Juan Carlos Méndez (diretor do Orçamento, 1975-1981); Emilio Sanfuentes (conselheiro econômico do Banco Central do Chile); Sergio de la Cuadra (ministro das Finanças, 1982-1983); Miguel Kast (ministro do Planejamento, 1978-1980); Martín Costabal (diretor de Orçamento, 1987-1989); Juan Ariztía Matte (superintendente do Sistema de Previdência Privada 1980-1990); Maria Teresa Infante (ministra do Trabalho 1988-1990). SILVA, Patricio. Technocrats and Politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN monks. In: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 23, nº 2, maio/1991, p. 385-410.

<sup>89</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 20.

Neste particular, ou seja, na relação entre política e economia, é que reside uma das principais diferenças entre o movimento liberal do século XVIII e XIX e o pensamento neoliberal do século XX. Diferentemente dos pensadores do liberalismo clássico que vincularam, em maior ou menor grau, liberdade econômica à luta contra o absolutismo, à defesa da soberania e da representação política, o neoliberalismo, ao contrário, critica a interferência da política sobre a economia e, mais diretamente, sobre o mercado, entendendo no sufrágio universal e no direito à representação, a possibilidade de coerção da vontade coletiva sobre a liberdade do indivíduo de escolher. Segundo o próprio Milton Friedman, um dos maiores expoentes do pensamento neoliberal, “a relação entre liberdade política e econômica é complexa e de modo algum unilateral”. FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977, p. 19.

<sup>90</sup> McCHESNEY, Robert W. Introdução... Op. cit., p. 4.

### 1.3- O neoliberalismo nos anos 80: os governos de Thatcher e Reagan

Após a experiência chilena da década de 1970, a primeira grande cena na qual o neoliberalismo e a ideologia contrária ao Estado de Bem-Estar triunfariam seria no Reino Unido, com Margareth Thatcher, e nos EUA, com Ronald Reagan, na passagem da década de 1970 para a década de 1980. Logo após, outros importantes países da Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), como a Alemanha, sob o governo de Helmut Kohl e a Dinamarca, a partir do governo de Poul Schlüter, também dariam início aos ajustes neoliberais em suas economias <sup>91</sup>.

A vitória de Thatcher no Reino Unido, em 1979, assegurou a esse país o pioneirismo na Europa na efetivação do projeto político neoliberal <sup>92</sup>. Sendo assim, pela primeira vez na história – depois da experiência chilena <sup>93</sup> – um país do centro do capitalismo iria se empenhar na concretização do neoliberalismo.

A vitória de Thatcher nas eleições de 1979, de acordo com Martin Jacques e Stuart Hall, ocorreu, basicamente, devido a três fatores: 1) declínio da economia britânica; 2) crise dos governos trabalhistas associados à desintegração do consenso democrático que vigorava desde o pós-guerra e 3) surgimento da chamada “segunda Guerra Fria”, no qual o thatcherismo serviu de inspiração para um belicoso fervor patriótico <sup>94</sup>. Assim, a ascensão do governo conservador de Margareth Thatcher seria uma resposta da sociedade britânica à crise vivida ao final da década de setenta.

Segundo Perry Anderson, “o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro” <sup>95</sup>. Immanuel Wallerstein, por outro lado, destaca que, a partir de 1979, no Reino Unido, “o centrismo liberal e a economia keynesiana ficaram subitamente fora de moda” <sup>96</sup>. Ainda segundo Wallerstein, o neoliberalismo implantado por Thatcher, “(...) era na verdade um conservadorismo agressivo de um tipo que não era visto desde 1848, e

---

<sup>91</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 8.

<sup>92</sup> Margareth Thatcher assumiu como primeira-ministra do Reino Unido no ano de 1979 e permaneceu no cargo até 1990.

<sup>93</sup> É importante destacar, aqui, as boas relações entre o governo Thatcher e a ditadura chilena de Pinochet. Segundo Perry Anderson, “(...) é de se notar que a experiência chilena dos anos 1970 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Margareth Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80”. ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 19.

<sup>94</sup> HALL, Stuart e JACQUES, Martin. *The Politics of Thatcherism*. London: Lawrence and Wishart, 1983.

<sup>95</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 24.

<sup>96</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 61.

que envolveu na tentativa de reverter a redistribuição do Estado de bem-estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não mais as classes mais baixas”<sup>97</sup>.

A política neoliberal sob o governo Thatcher consistiu, entre outras medidas: 1) na redução da emissão monetária, 2) na elevação das taxas de juros, 3) na redução dos impostos sobre os altos rendimentos, 4) na desregulação financeira e na liberalização dos fluxos de capital, 5) na elevação dos níveis de desemprego, 6) na repressão às greves, 7) na imposição de uma legislação antissindical<sup>98</sup>, 8) no corte dos gastos públicos com políticas sociais, e 9) um amplo programa de privatizações, que começou pela habitação pública, passando para a indústria de base e de serviços (siderurgia, petróleo, setor elétrico, gás e água). Dessa forma, o governo Thatcher constituiu-se na “mais sistemática e ambiciosa de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado”<sup>99</sup>. Tal política resultou em amplas possibilidades de expansão dos mercados para a realização de lucros capitalistas no Reino Unido.

O epicentro da resistência da classe trabalhadora inglesa ao modelo neoliberal foi a greve dos mineiros entre 1984 e 1985. Sobre este movimento, Frederico Romão afirma que “foi o mais violento conflito do pós-guerra na Grã-Bretanha, uma das maiores greves registradas no mundo, foi menor apenas do que a greve dos mineiros de 1926”<sup>100</sup>. Esta paralisação enfrentou um governo inflexível no seu propósito de derrotar o forte movimento sindical. Na madrugada do dia 6 de maio de 1984, os mineiros de carvão da região de Yorkshire paralisaram suas atividades em protesto contra a política de fechamento das minas, causadora de grande desemprego. No dia 12 de maio, os sindicatos do Reino Unido decretaram greve geral de toda a categoria. O movimento grevista já envolvia, naquele momento, metade dos 187 mil mineiros britânicos, atingindo, em seguida, 90% da categoria.

Uma intensa luta ideológica foi travada durante todos os 16 meses de greve e de luta dos mineiros ingleses contra o desemprego e outras mazelas trazidas pelo governo Thatcher. Contando com o apoio de forças neoliberais de outras partes do mundo, o

---

<sup>97</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do...* Op. cit., p. 62.

<sup>98</sup> De acordo com Ricardo Antunes, “a experiência inglesa recente, particularmente depois de Margareth Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, trouxe profundas consequências para o mundo do trabalho no Reino Unido e particularmente na Inglaterra”. ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho...* Op. cit., p. 61.

<sup>99</sup> ANDERSON, Perry. *Balanço do...* Op. cit., p. 24.

<sup>100</sup> ROMÃO, Frederico. A Greve dos Mineiros Britânicos 1983/1984: último bastião da resistência à hegemonia neoliberal no Reino Unido. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 29 de maio a 1º de junho de 2007.

governo britânico importou carvão da Polônia, recebeu carregamento dos EUA de Ronald Reagan, seu maior aliado e, finalmente, contou com o apoio da imprensa reacionária britânica e dos serviços secretos de espionagem que lançaram um falso dossiê, conhecido como Relatório Cook, que acusava os sindicatos ingleses de terem relações com terroristas líbios.

A ofensiva conservadora contra o movimento grevista dos mineiros ingleses em meados da década de 1980 é discutida por István Mészáros, ao analisar a dimensão política e ideológica que balizou a desestruturação da classe operária na Inglaterra e o uso do poder econômico e repressivo do Estado em favor do fortalecimento da classe capitalista. Segundo o autor húngaro,

“o papel do governo britânico na greve dos mineiros de 1984 oferece um exemplo muito claro de como o Estado pode interferir a favor do capital. Contrariamente às regras elementares da boa prática nos negócios elogiadas pelo ex-presidente da General Motors, o Estado capitalista na Grã-Bretanha planejou sua ação antitrabalhista na forma de uma ‘*acumulação*’ cuidadosamente controlada e coordenada de *estoques excessivos*’ com o objetivo mal disfarçado de provocar e levar os mineiros a uma greve em que — dado o total de recursos à disposição do Estado — eles nunca poderiam vencer. Ao mesmo tempo, várias medidas foram adotadas, com considerável sucesso, para dividir tanto os mineiros como o movimento da classe trabalhadora como um todo. As autoridades do Estado, com *total cooperação do Judiciário*, também intervieram de todas as formas na disputa, negando aos grevistas suas legítimas reivindicações e privando o Sindicato Nacional de Mineiros de todos seus recursos. Além disso, o Estado gastou quantias maciças durante todo o ano que durou a luta — algo estimado em torno de 5 ou 6 bilhões de libras esterlinas — para derrotar a greve. E, o que talvez seja o mais importante, ao mobilizar as forças do capital internacional bem como as ligações internacionais do Estado britânico (inclusive sua capacidade de assegurar o fornecimento de carvão à Polônia), a confrontação foi organizada de forma a pôr um fim ao ‘*sindicalismo intransigente*’ em geral, e não simplesmente a uma disputa industrial particular. Chamar os mineiros de ‘*inimigo interno*’ e vangloriar-se de ‘despedi-los’ atendeu ao objetivo de *intimidação* ao sindicalismo radical e geral, sempre que aparecesse com reivindicações *não-integráveis*”<sup>101</sup>.

Ao fazer um balanço sobre o movimento grevista dos mineiros ingleses, Frederico Romão chama a atenção para o fato de que, na sua essência:

---

<sup>101</sup> MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 457.

“a greve dos mineiros foi um movimento de resistência, não buscava avanços, mas tentava evitar o retrocesso. A greve foi a última alternativa dos trabalhadores, não foi sua opção primeira. O fato de os operários de uma mina terem tomado a iniciativa de parar, com um certo espontaneísmo, denota o grau de constrangimento que o capital impunha à categoria. (...) Mas, não havia escolha, ou se lutava na tentativa de barrar os avanços do capital sobre seus direitos, sobre suas vidas, das suas famílias e das suas comunidades ou seriam esmagados sem lutar. Tratou-se de uma luta pela manutenção do emprego. Uma batalha de homens pelo direito de poder continuar alimentando seus filhos, mantendo suas famílias dignamente em defesa das suas vilas, de todo um particular modo de vida”<sup>102</sup>.

A vitória do candidato do Partido Republicano, Ronald Reagan, nos EUA, em 1980, marcou o início da prolítica neoliberal nesse país<sup>103</sup>.

De acordo com a retórica do governo Reagan<sup>104</sup>, a excessiva participação do Estado na economia estaria entrando em conflito com as liberdades individuais e, com isso, criando uma série de problemas para o crescimento econômico. Desta forma, a solução encontrada para a recuperação da economia norte-americana e do controle do processo inflacionário passaria, necessariamente, pela diminuição da presença do Estado na economia.

A política econômica de Reagan apresentou como características principais: a contenção dos gastos públicos; a redução de impostos sobre altas rendas e ganhos de capital; desregulação da economia; elevação das taxas de juros e controle sobre a emissão de moeda visando conter a inflação<sup>105</sup>. Perry Anderson chama a atenção para o fato de que o modelo neoliberal norte-americano foi bem distinto em relação ao neoliberalismo dos países europeus:

---

<sup>102</sup> ROMÃO, Frederico. ROMÃO, Frederico. A Greve dos Mineiros... Op. cit., p. 14.

<sup>103</sup> De acordo com Montserrat Huguet Santos, “La victoria electoral, aplastante, de Ronald Reagan (1980) fue interpretada dentro y fuera de los Estados Unidos como la expresión de un sentimiento generalizado de que, frente a los soviéticos, era desaconsejable el juego del diálogo. Reagan prometía a los Estados Unidos un renacimiento hegemónico”. SANTOS, Montserrat Huguet. Reagan y el neoliberalismo europeo. In: BENEYTO, José María; DE LA GUARDIA, Ricardo Martín e SÁNCHEZ, Guillermo A. Pérez. *Europa y Estados Unidos: una historia de la relación atlántica en los últimos cien años*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005, p. 248.

<sup>104</sup> Ronald Reagan governou os EUA entre 1981 e 1989.

<sup>105</sup> Nestes dois últimos aspectos, podemos perceber a clara influência da teoria monetarista, defendida por Milton Friedman, um dos principais intelectuais orgânicos do neoliberalismo.

“nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia”<sup>106</sup>.

Desta forma, uma das principais defesas do modelo neoliberal, o controle orçamentário, não foi seguido pelo reaganismo<sup>107</sup>. Ao gastar uma quantidade excessiva de dinheiro numa corrida armamentista sem precedentes contra a URSS, fazendo ressurgir o espírito belicoso na chamada “segunda Guerra Fria”, o governo Reagan levou os EUA ao maior déficit público de sua história<sup>108</sup>. Contudo, segundo Perry Anderson, “somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política”<sup>109</sup>.

Os governos Thatcher e Reagan expressaram, portanto, o que pode ser considerado o mais conservador no que diz respeito à política e a prática econômica. Representam a força reacionária da classe capitalista contra o Estado de Bem-Estar e as conquistas da classe trabalhadora. De acordo com Fábio Guedes Gomes:

“o disciplinamento do movimento operário durante os anos 1980 atingiu um nível sem precedentes. O número de greves foi o mais baixo em 20 anos. A resposta de Reagan foi um claro sinal aos empresários para que reduzissem os salários e benefícios complementares. O custo do trabalho representava de 5% a 15% dos custos da produção, mas 75% dos esforços da empresa para a redução dos custos concentraram-se na redução dos salários. Na área da atenção sanitária também houve reduções. O corte da cobertura sanitária oferecida pelas empresas explica por que cerca de 90% dos seis milhões de novos trabalhadores carece de seguro médico. A capacidade aquisitiva da maioria da população reduziu-se tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos”<sup>110</sup>.

---

<sup>106</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 26.

<sup>107</sup> ARANTES, Aldo. Neoliberalismo e Liberdade do Capital. In: *Revista Princípios*. São Paulo, 1999, p. 8.

<sup>108</sup> Vicente Navarro chega a admitir que o volumoso déficit fiscal gerado na administração de Reagan tratou-se de uma estratégia deliberada de enfraquecer o Estado de Bem-Estar, que, para este autor, teve, um relativo êxito. NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de Bem-Estar: o contexto político das reformas. In: *Revista Lua Nova*, nº 28/29, 1993, p. 192.

<sup>109</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 26.

<sup>110</sup> GOMES, Fábio Guedes. Conflito Social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. In: *Revista de Administração Pública*. Vol. 40, nº 2, 2006, p. 218.

A partir da década de 1980, uma série de governos conservadores chega ao poder na Europa Ocidental <sup>111</sup>. Em 1982, o alemão Helmut Kohl <sup>112</sup> derrota o regime do social-democrata Helmut Schmidt. A Dinamarca, após passar anos sendo considerada como exemplo bem sucedido de um Estado de Bem-Estar, em 1983, passa a ser governada por uma coalizão de direita, liderada por Poul Schlüter <sup>113</sup>. Logo em seguida, quase todos os países europeus, com exceção dos países do bloco soviético, estavam sob governos neoliberais <sup>114</sup>. Cabe aqui ressaltar, no entanto, que as políticas de orientação neoliberal apresentaram singularidades e diferentes níveis de aplicação, variando de país para país e condicionadas ao legado histórico de cada Estado que as incorpora.

Enquanto isso, em outros países do mundo, como a Austrália e a Nova Zelândia, “o mesmo padrão assumiu proporções verdadeiramente dramáticas” <sup>115</sup>. O caso neozelandês, onde o neoliberalismo assumiu proporções radicais, pode ser provavelmente considerado como “o exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de Bem-Estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra” <sup>116</sup>.

Depois dos países do capitalismo avançado, a segunda grande cena no neoliberalismo foi, na década de 1990, o Leste europeu após a crise do socialismo real e o fim do regime soviético. Sobre as reformas neoliberais no leste da Europa, Perry Anderson afirma que:

“(…) a vitória do Ocidente na Guerra Fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram e são seguidores convictos de Hayek e Friedman,

---

<sup>111</sup> Cabe destacar, contudo, que “a hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas”. ANDERSON, Perry. Balanço do. Op. cit., p. 28.

<sup>112</sup> Helmut Josef Michael Kohl, líder político filiado à União Democrata-Cristã (CDU), foi chanceler da Alemanha entre os anos de 1982 e 1998.

<sup>113</sup> Poul Holmskov Schlüter ocupou o cargo de primeiro-ministro da Dinamarca entre 1982 e 1993.

<sup>114</sup> De acordo com Perry Anderson, “Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa. E, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Mas, nos demais países da OCDE, as idéias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado plenamente”. ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 28.

<sup>115</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 29.

<sup>116</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 29.

com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de Bem-Estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do período pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente”<sup>117</sup>.

Após o triunfo da hegemonia neoliberal na Europa Ocidental e em países do capitalismo avançado de outras partes do globo, em um primeiro momento, e do Leste Europeu, em um segundo, a América Latina converteu-se na terceira grande cena de implantação do neoliberalismo.

#### **1.4- O consenso de Washington e o neoliberalismo na América Latina: os anos 90**

Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington, capital dos EUA e sede das principais agências do governo norte-americano e do capitalismo mundial, em um seminário organizado pelo Institute of International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, além de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro, “Latin America adjustment: how much has happened?”, visava discutir as reformas necessárias para que a América Latina superasse a chamada “década perdida”, marcada pela hiperinflação, pela recessão e pelo forte crescimento da dívida externa nos anos 80, para que, assim, retomasse o crescimento econômico, o aumento da riqueza e o desenvolvimento social.

Embora tivesse, a princípio, um caráter acadêmico, o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de “consenso de Washington”. Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia parte de um amplo

---

<sup>117</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 33.

conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos <sup>118</sup>.

Na verdade, o consenso de Washington significou, no contexto político e socioeconômico da América Latina, o mesmo movimento reacionário do capital em relação às conquistas das classes trabalhadoras européias e norte-americanas nas décadas de 1950 a 1970.

Para Perry Anderson, o consenso de Washington representou “a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em diversos países” <sup>119</sup>. José Luiz Fiori, por sua vez, entende que, o que se discutiu em Washington não representou nada novo, apenas traduziu ideais de organismos internacionais como o FMI, o BID e o Banco Mundial. Segundo o autor, “o consenso de Washington diz respeito à visão norte-americana sobre a condução da política econômica, sobretudo nos países periféricos, no mundo inteiro, mas, obviamente, de forma muito mais intensa para os países da América Latina” <sup>120</sup>. Noam Chomsky entende que a lógica neoliberal do consenso de Washington pautou-se por:

“(…) um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos

---

<sup>118</sup> Sobre as propostas do consenso de Washington para os diferentes países da América Latina, Paulo Nogueira Batista afirma que “o Consenso de Washington, além de contraditório com as práticas dos EUA e dos países desenvolvidos em geral, contém, como pudemos apreciar, várias incoerências nos seus próprios termos. Revela-se em especial inadequado quando se tem em conta que sua avaliação e prescrições se aplicam de maneira uniforme a todos os países da região, independentemente das diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estejam concretamente enfrentando. O diagnóstico e a terapêutica são virtualmente idênticos tanto para um imenso Brasil já substancialmente industrializado quanto para um pequeno Uruguai ou Bolívia ainda na fase pré-industrial. Não diferem muito por incrível que pareça, do que o FMI e o Banco Mundial estão recomendando à Europa oriental na sua transição para economias de mercado”. BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA JR., Paulo Nogueira (org.). *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil. Ensaios e palestras*. Brasília: FUNAG, 2009, p. 145-146.

<sup>119</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do... Op. cit., p. 31.

<sup>120</sup> FIORI, José Luís. *O Consenso de Washington*. Palestra apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1996. O texto na íntegra está disponível em: <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/fioripalestraconsensowashington.pdf>. Acesso: 10 de agosto de 2012.

preços pelo mercado (“ajuste de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização”<sup>121</sup>.

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro em Washington, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como “consensuais” entre aqueles que participaram do evento<sup>122</sup>. Foi, ainda, o responsável por cunhar a expressão “consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as recomendações para o ajuste das economias latino-americanas à nova ordem econômica (neoliberal) mundial.

As conclusões “consensuais” decorrentes do encontro em Washington podem ser assim sintetizadas: 1- *Disciplina fiscal*, através da qual o Estado deve limitar os seus gastos a arrecadação, buscando eliminar o déficit público e estabelecendo um superávit primário para o pagamento da dívida externa; 2- *Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura*, redirecionando recursos para a manutenção da máquina administrativa e subsídios para setores com maior retorno econômico; 3- *Reforma tributária* que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária (elevação dos impostos); 4- *Liberalização financeira*, com a eliminação das restrições que impedem as instituições financeiras internacionais de atuarem em igualdade com instituições nacionais nos mercados locais, além do afastamento do Estado do setor financeiro e do estabelecimento de taxas de juros reais positivas direcionadas para o mercado; 5- *Taxa de câmbio competitiva*, para estimular um crescimento rápido na exportação de setores não tradicionais; 6- *Abertura do comércio exterior*, com a redução das alíquotas de importação para a inserção em uma “economia globalizada”; 7- *Eliminação das restrições ao capital estrangeiro*, permitindo, assim, investimentos sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED); 8- *Privatização*, com a transferências de empresas estatais para o capital privado (nacional e estrangeiro); 9- *Desregulação da*

---

<sup>121</sup> Ainda, segundo o autor, “os ‘grandes arquitetos’ do Consenso [neoliberal] de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião”. CHOMSKY, Noam. O Lucro ou... Op. cit., p. 48.

<sup>122</sup> John Willianson é formado em economia pela universidade de Warwick (Inglaterra) e foi professor no MIT e em Princeton, além de ter dado aulas na PUC-RJ entre 1979/1981. Além de professor, Williamson foi consultor do Tesouro da Inglaterra e do FMI. Sobre o encontro por ele organizado, afirmou: “fiz uma lista das dez reformas que julguei que Washington podia concordar que eram amplamente necessária na América Latina a partir de 1989”. WILLIANSON, John. *Depois do Consenso de Washington: uma agenda para a reforma econômica na América Latina*. Palestra apresentada na FAAP. São Paulo, 25 de agosto de 2003 apud ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 427f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 252.

*economia*, com a redução da legislação de controle sobre o processo econômico e das relações trabalhistas; 10- Direito à *propriedade intelectual*.

A partir de meados da década de 1980 e início da década seguinte, as medidas de ajuste de caráter neoliberal emanadas pelo consenso de Washington e pelos organismos financeiros internacionais (FMI, BID e Banco Mundial) invadiram a América Latina e passaram a ser adotadas e aprofundadas por uma série de governos da região: Carlos Salinas (México), Carlos Perez (Venezuela), Alberto Fujimori (Peru), Carlos Menem (Argentina). No Brasil, o ajustamento neoliberal inicia-se com Fernando Collor e é implantado e aprofundado de maneira efetiva com o governo Fernando Henrique Cardoso.

A Bolívia anteciparia, na América Latina, a aplicação do receituário neoliberal do consenso de Washington desde, pelo menos, 1985, com a vitória de Victor Paz Estenssoro. Assim, a Bolívia pode ser denominada como a “experiência-piloto” do neoliberalismo no continente.

Se o Chile da década de 1970 serviu como laboratório para o neoliberalismo dos países avançados do Ocidente (Grã-Bretanha, EUA e Europa Ocidental), a América Latina também promoveu a experiência-piloto para o neoliberalismo no Leste Europeu no cenário do pós-Guerra Fria. Nesse país, Jeffrey Sachs <sup>123</sup>, a partir de 1985, aperfeiçoou o tratamento de choque que mais tarde seria aplicado em países como Polônia e Rússia <sup>124</sup>.

O ajuste neoliberal iniciou-se na Bolívia em 1985, com o governo de Victor Paz Estenssoro <sup>125</sup>, primeiro governo democrático eleito depois de pouco mais de vinte anos de ditadura. Durante o seu governo, foi lançado, em 21 de agosto de 1985, um pacote de

---

<sup>123</sup> Jeffrey David Sachs, economista norte-americano, foi professor da universidade de Harvard, onde realizou mestrado e doutorado. Depois de vinte anos lecionando nesta universidade, desde 2002, é professor da Universidade de Columbia. Foi conselheiro no FMI, no Banco Mundial, na OCDE, na Organização Mundial de Saúde (OMS) e no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Sachs foi o responsável pelo chamado "tratamento de choque" como solução para as crises econômicas que afetavam a Bolívia, a Polônia e a Rússia ao final da década de 80 e início da década de 1990.

<sup>124</sup> Tratando-se dessa temática, Emir Sader afirma que: “foi no combate à hiperinflação boliviana que Jeffrey Sachs pode testar os modelos de estabilidade monetária que depois foram exportados a países do leste europeu”. SADER, Emir. *América Latina en el siglo XX*. In: BORON, Atílio e LECHINI, Gladys. *Política y movimientos sociales em um mundo hegemônico: lecciones desde África, Ásia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 57.

<sup>125</sup> Victor Paz Estenssoro, em 1985, assumia o seu quarto mandato enquanto presidente da Bolívia. Antes disso, Estenssoro governou o país andino em outras três ocasiões: 15 de abril de 1952 - 6 de agosto de 1960; 6 de agosto de 1960 - 6 de agosto de 1964; 6 de agosto de 1964 - 4 de novembro de 1964.

reformas econômicas estruturais denominado de Nova Política Econômica (NPE) <sup>126</sup>, instituído pelo Decreto Supremo nº 21.060 <sup>127</sup>. A NPE seria o programa na qual se pautariam as reformas neoliberais na Bolívia e se sustentou em três pontos principais: 1) o “choque” inflacionário (contenção da hiperinflação que chegaria a alcançar o índice de 23.000% no ano de 1985); 2) a liberalização interna e externa dos mercados; 3) a diminuição do setor público na economia através, principalmente, das privatizações de empresas estatais <sup>128</sup>. A NPE tinha, portanto, um conteúdo neoliberal muito claro, produzindo uma abrupta ruptura com o modelo de desenvolvimento que surgiu no país andino desde os anos cinquenta. Assim, a NPE não deveria ser entendida apenas como um programa de estabilização e de reformas estruturais, mas também e, principalmente, como um projeto político <sup>129</sup>.

Dentre as políticas contidas no plano de ajuste neoliberal, dois aspectos foram de grande impacto para as classes populares na Bolívia. O primeiro deles diz respeito ao processo de privatização da maior e mais importante empresa estatal de mineração boliviana, a Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL), antecedido por uma política de saneamento da empresa mineradora que levou ao fechamento de boa parte de suas minas e à demissão de mais de 20 mil mineiros <sup>130</sup>. O segundo aspecto da NPE, de grande impacto para os movimentos sociais bolivianos refere-se à flexibilização das relações de trabalho <sup>131</sup>, resultando na precarização da condição do trabalhador boliviano, a partir de

---

<sup>126</sup> ANTELO, Eduardo. *Políticas de estabilización y de reformas estructurales em Bolívia a partir de 1985*. Março de 2000, p. 16. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/4911/lcl1358.pdf>. Acesso em: 21/06/2012.

<sup>127</sup> Em outubro de 1985, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Ação Democrática Nacionalista (ADN), partido do general Hugo Banzer e de firmes convicções liberais desde a sua fundação em 1978, firmam um acordo parlamentar chamado de “Pacto pela Democracia” pelo qual os partidos políticos se comprometeriam no sentido de apoiar o programa de estabilização econômica e a NPE. Esta estratégia foi fundamental para que a NPE alcançasse êxito. MORALES, Juan Antonio. *Cambios y consejos neoliberales em Bolívia*. In: *Nueva Sociedad*. La Paz, setembro-outubro, nº 121, 1992, p. 135.

<sup>128</sup> CHAVEZ, Gonzalo. *Macroeconomía de la privatización en Bolívia*. In: *Documento de Trabajo Número 07/91*. La Paz: Instituto de Investigación Socio-Económica, 1991, p. 08. Disponível em: <http://www.iisec.ucb.edu.bo/papers/1991-2000/iisec-dt-1991-07.pdf>. Acesso em 08/06/2012.

<sup>129</sup> MORALES, Juan Antonio. *Cambios y consejos...* Op. cit., p. 135.

<sup>130</sup> ROCHA, Maurício Santoro. *Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952 - 2006)*. In: *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Ministério das Relações Exteriores, 2007, p.29.

<sup>131</sup> Segundo Julia Gomes e Souza, “O fechamento das minas da COMIBOL e a flexibilização das relações de trabalho abalaram profundamente a COB (Central Operária Bolivariana). A Central perdeu a capacidade de organização e a centralidade que possuía na política bolivariana desde a Revolução Nacionalista de 1952, quando se transformou em um dos atores mais importantes da política boliviana, articulando diversos movimentos sociais, a partir da base sindical”. SOUZA, Julia Gomes e. *Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano*, 2009. Texto disponível em:

contratos temporários e da terceirização dos serviços, além da intensificação do desemprego.

A liberalização do mercado e a abertura comercial trouxeram sérias consequências para o já restrito aparelho produtivo boliviano. O setor industrial, com o fim das medidas protecionistas, não aguentou a concorrência estrangeira e, diante disso, os empresários passaram a reduzir os custos trabalhistas, aumentando a precarização do trabalho e o desemprego. A economia camponesa, também foi severamente afetada pela abertura econômica que se seguiu na Bolívia a partir do neoliberalismo, levando a quebra de diversos setores e ao aumento dos preços <sup>132</sup>.

O rápido êxito no combate à hiperinflação deu ao governo de Paz Estenssoro a possibilidade de continuidade das reformas neoliberais na Bolívia. Em 1989, Paz Estenssoro deixa o governo e em seu lugar assume Jaime Paz Zamora (1989-1993). Proveniente da esquerda, Zamora, no entanto, revigora o conteúdo neoliberal da NPE, cuja preocupação central não era mais a hiperinflação dos tempos de Paz Estenssoro. Os temas centrais de seu governo seriam a privatização e a abertura econômica ao capital estrangeiro.

Assim, a NPE foi aprofundada nos governos que se sucederam ao de Víctor Paz Estenssoro. Após a venda da COMIBOL iniciada nos anos 80 com Estenssoro e de outros setores importantes no governo Zamora, no primeiro governo de Gonzalo Sánchez Lozada (1993-1997), por exemplo, a política de privatizações chegaria ao setor de hidrocarbonetos, cuja exploração ficaria nas mãos de empresas estrangeiras <sup>133</sup>. Foram vendidas, nesse período, 50% do capital de importantes empresas estatais como a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Boliviana (YPFB), a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), o Lloyd Aero Boliviano (LAB) e a Empresa Nacional de Ferrocarriles (ENFC) <sup>134</sup>. Ainda no governo Sánchez Lozada foram estabelecidos acordos

---

<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt8/Mesa1/crise-do-neoliberalismo-eseus-reflexos-no-aparelho-estatal.pdf>. Acesso em: 01/07/2012.

<sup>132</sup> O desmonte da estrutura produtiva boliviana a partir do neoliberalismo levou a um processo de “esvaziamento do campo”, levando a um aumento significativo da migração campo-cidade (êxodo rural) e uma grande concentração populacional na periferia de grandes centros urbanos, como a capital La Paz. A população rural, que em 1976, representava 58,3% da população total da Bolívia, foi reduzida para 37,6% em 2001. GUTIÉRREZ, Raquel e MOKRANI, Dunia. *Uma reflexión sobre el proceso constituyente em Bolivia*. Disponível em: [www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=646](http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=646). Acesso em: 13/07/2012.

<sup>133</sup> A Petrobrás é, atualmente, a maior investidora estrangeira na Bolívia.

<sup>134</sup> VARGAS, Carlos Arze. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: Fin de la era neoliberal en Bolivia? In: *Cuadernos del CENDES*, maio-agosto, 2004, p.86-87. Disponível em: <http://www.cendes-ucv.edu.ve/pdfs/56Cuadernos%2083-104.pdf>. Acesso em: 22/07/2012.

com os Estados Unidos para a erradicação do plantio da folha de coca, principal fonte de renda de pequenos produtores na Bolívia, o que contribuiu, ainda mais, para a desestruturação da economia camponesa e indígena boliviana.

O balanço das reformas neoliberais na Bolívia no que diz respeito ao aspecto social foi um verdadeiro fracasso: o fim da estabilidade do emprego levou a demissão de cerca de 50 mil funcionários públicos. A política de privatizações também promoveria uma onda de desemprego sem precedentes. No campo, por sua vez, a estrutura familiar camponesa e de origem indígena também seria destruída pelo avanço do neoliberalismo em um dos países mais pobres da América Latina.

Após a experiência-piloto boliviana iniciada em 1985, outros governos latino-americanos foram seduzidos pelo discurso neoliberal e iniciaram políticas de ajustes em seus respectivos países.

No México, o neoliberalismo tem o seu início com o governo de Miguel de La Madrid (1982-1988), quando podemos perceber, ainda que de uma maneira menos intensa, uma redução nas formas de intervenção econômica do Estado mexicano.

Contudo, é somente com o governo de Carlos Salinas (1988-1994), que o neoliberalismo é aprofundado, tornando o México o primeiro país latino-americano a aplicar em sua economia o modelo recomendado pelo Consenso de Washington. A partir destes governos, assiste-se a uma maior atuação das forças livres do mercado, traduzida na redução dos gastos e investimentos sociais realizados pelo Estado e na privatização de um grande número de empresas públicas (especialmente dos setores bancário, de telefonia e de aviação), cujo dinheiro foi utilizado quase que exclusivamente para o pagamento da dívida pública <sup>135</sup>. Até o ano de 1993, o governo mexicano já havia vendido 80% de suas indústrias e empresas a investidores privados (incluindo grupos estrangeiros), totalizando cerca de 21 bilhões de pesos mexicanos <sup>136</sup>.

Nas eleições de 1988, o então candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI) <sup>137</sup>, o economista Carlos Salinas de Gortari, derrotou Cuauhtémoc Cardenas, candidato da Frente Democrática Nacional.

---

<sup>135</sup> GONZÁLES, Rosa Iris Guevara. Evaluación del impacto de las políticas neoliberales en las políticas de educación pública en México. In: KON, Anita et. al (org.). *Costos sociales da las reformas neoliberales en América Latina*. São Paulo: Ed. PUC / FAPESP / USP / UCV, 2000, p. 187.

<sup>136</sup> FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. In: *Ameríndia*, vol. 4, nº 2, 2007, p. 8.

<sup>137</sup> O PRI manteve-se no poder no México desde 1929 até o ano 2000, quando o candidato Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional (PAN), venceu as eleições presidenciais daquele ano. É famosa a observação do

Carlos Salinas assumiu o governo ainda sob os efeitos da crise da dívida externa de 1982<sup>138</sup>. Fora ministro do Planejamento do governo La Madrid, o precursor do ajuste neoliberal no México. Durante seu governo, Salinas renegociou a dívida externa mexicana num montante equivalente a US\$ 53 bilhões, privatizou dezenas de empresas estatais, realizou intenso corte nos gastos públicos (especialmente nos setores sociais, como transporte, educação e saúde), promoveu uma liberalização do comércio exterior (com graves consequências para a balança comercial) e uma abertura econômica que permitiria tanto a entrada de capitais na forma de IED (investimento estrangeiro direto) quanto na forma de capital especulativo, mais tarde responsável pela crise de 1994. Além disso, aproximou-se dos Estados Unidos, preparando caminho para o ingresso no NAFTA (North American Free Trade Agreement) e diminuiu sensivelmente a inflação no país através da sobrevalorização do câmbio e de uma política de arrocho salarial.

De acordo com Antonio Santos Filho a implantação do neoliberalismo no México, pelo governo Salinas a partir de dezembro de 1988,

"(...) fez-se de modo tão “competente” que o país foi aceito, em 1994, membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma união de potências ricas, ou seja, um clube para países do primeiro mundo – ainda hoje, é único país latino americano a participar desse seleto clube”<sup>139</sup>.

Carlos Salinas revogou, ainda, o artigo 27 da Constituição, que mantinha a existência da pequena propriedade, conhecida como *ejido*. Esse modelo de propriedade comunal foi estabelecido após a Revolução de 1910 e era a base sobre a qual se apoiava a produção do pequeno camponês no México. A partir dessa decisão, não haveria mais limites para a expansão em larga escala da grande propriedade latifundiária no país.

Uma das mais importantes medidas adotadas por Salinas foi a entrada do México no NAFTA<sup>140</sup>, que juntamente com Estados Unidos e Canadá, formariam, na época, a

---

escritor conservador peruano, Maria Vargas Llosa que, certa vez, ao descrever o domínio político do PRI no México, chamou-o de “a ditadura perfeita”.

<sup>138</sup> Para uma análise da crise da dívida mexicana ver: FREITAS, Vinicius Ruiz Albino de. México: da crise da dívida externa ao advento do NAFTA. In: *Aurora*. Ano II, nº 3, dezembro de 2008.

<sup>139</sup> FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal... Op. cit., p. 6.

<sup>140</sup> Em 12 de agosto de 1992, o presidente George Bush convidou o México para integrar o NAFTA. O presidente mexicano, Carlos Salinas, aceitou a proposta, sendo formalizada na Sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 17 de dezembro de 1992. Devido ao fato de o Governo Bush estar no final do seu mandato, coube ao futuro presidente, Bill Clinton, a concretização do novo bloco econômico. A entrada do México no NAFTA foi realizada sem grandes impedimentos, pois Salinas contava com amplo

maior zona de livre comércio do mundo. O NAFTA estabelecia uma eliminação tarifária progressiva, de forma que, após dez anos do início do tratado, as barreiras comerciais deixariam de existir.

Salinas iniciou as negociações para a entrada no NAFTA em 1987, quando ainda era ministro do Planejamento do governo La Madrid. Segundo observa Osvaldo Biz,

“o início deste bloco é fruto de uma parceria firmada entre os Estados Unidos e o Canadá, a partir de 1988. Havia muitos interesses em jogo. Para o governo norte-americano era importante diminuir o crescente déficit comercial, além de mostrar força frente à crescente organização dos Estados Europeus e às dificuldades existentes para encerrar a Rodada Uruguai, no que diz respeito ao GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) - Acordo Geral de Tarifas e Comércio”<sup>141</sup>.

É importante destacar que este acordo não beneficiaria igualmente os três países envolvidos no NAFTA, Estados Unidos, Canadá e México. Os Estados Unidos são favorecidos, até hoje, pela utilização da mão-de-obra mexicana, mais barata, e pelos incentivos fiscais para a instalação de indústrias no México. Por sua vez, o aumento de imigrantes mexicanos em território norte-americano, buscando melhores condições de emprego e maior remuneração, tem aumentado as tensões na fronteira entre os dois países, além de criar problemas com sindicatos norte-americanos por conta da concorrência da mão-de-obra.

Para os pequenos produtores mexicanos, a abolição das barreiras alfandegárias decorrentes da assinatura do tratado foram extremamente maléficas. O acordo retirou o protecionismo sobre os preços do café, prejudicando a região de Chiapas, a mais pobre do México e de maioria indígena. Segundo Noam Chomsky,

“à medida que o acordo entrava em vigor em 1º de janeiro, uma rebelião estourou entre os índios maias, o setor mais oprimido da população. Os líderes chamaram o NAFTA de uma ‘sentença de morte’ para os índios que aprofundará a divisão entre a riqueza limitadamente concentrada e a miséria da massa, e destruirá o que permanece da sociedade indígena, embora os problemas vão além do NAFTA”<sup>142</sup>.

---

apoio parlamentar. No Senado, por exemplo, todos os seus membros eram do PRI, o mesmo partido de Salinas.

<sup>141</sup> BIZ, Osvaldo. O México no NAFTA: negociação de igualdade entre desiguais? In: *Revista da ADPPUCRS*. Porto Alegre, nº 5, dez. de 2004, 103.

<sup>142</sup> CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 215.

O modelo neoliberal adotado por Salinas e elogiado internacionalmente <sup>143</sup> levaria à quebra do México em 20 dezembro de 1994 <sup>144</sup>, já sob a presidência de Ernesto Zedillo. Quatro dias antes, US\$ 3 bilhões de dólares haviam deixado o país. De acordo com Lester Thurow, o México,

“(...) em fevereiro de 1994, (...) possuía reservas de 30 bilhões de dólares. Em dezembro elas estavam reduzidas a seis bilhões. Dispondo de informações privilegiadas sobre o que estava acontecendo com suas minguantes reservas, os cidadãos mexicanos parecem ter iniciado a debandada em busca das saídas financeiras. Tão logo os estrangeiros souberam o que estava acontecendo, também correram para as saídas” <sup>145</sup>.

No governo de Ernesto Zedillo (1994-2000), economista de formação tal como o seu antecessor, Carlos Salinas, o projeto de desmonte do Estado mexicano teve prosseguimento, com a privatização de empresas públicas nos setores de transporte (ferrovias, portos e aeroportos), telecomunicações, energia elétrica e petroquímica.

Na virada da década de 1980 para os anos 90, também a Venezuela seria palco das reformas neoliberais na América Latina.

Com o restabelecimento da democracia formal a partir de 1958, através do *Pacto de Punto Fijo* <sup>146</sup>, os venezuelanos, ao contrário da maioria de seus vizinhos, que caíram

---

<sup>143</sup> Em 25 de maio de 1993, Carlos Salinas, em visita à Universidade de Harvard, onde fez doutorado, ouviria do Prêmio Nobel de Economia, John Kenneth Galbraith, as seguintes palavras: “Espero que quando Carlos Salinas acabe de dar aulas aos mexicanos, venha aqui para Harvard e continue a lecionar. Ele é um dos meus alunos mais avançados. Parece-me que, sob o presidente Salinas, o México encontrou uma situação estável e ingressou numa trajetória inteligente”. FUSER, Igor. *México em Transe*. São Paulo: Scritta. 1999, p. 39.

<sup>144</sup> É importante destacar que o México não foi a única vítima do capital especulativo possibilitado pela liberalização e desregulação da economia através da adoção do modelo neoliberal. Outros países da América Latina, Ásia e Europa que seguiram este modelo também quebraram: Tailândia e Indonésia (1997-1998), Rússia (1998), Brasil (1999), Turquia (2001) e Argentina (2002).

<sup>145</sup> THUROW, Lester. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 294.

<sup>146</sup> O *Pacto de Punto Fijo* consistiu no estabelecimento de uma democracia com fortes contornos populistas, baseada em um sistema essencialmente bipartidário no qual a Ação Democrática – AD (de orientação social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI (de tendência democrata-cristã) alternavam-se no poder, sem propor mudanças estruturais no país. O *Pacto* tinha como principal objetivo a definição de uma agenda política comum que reduzisse as diferenças programáticas, de modo a formar um governo que abarcasse, concomitantemente, as expectativas e os planos políticos das duas agremiações partidárias. Estabeleceu-se, assim, um amplo e hegemônico consenso entre as mais importantes instituições políticas do país, incluindo sindicatos patronais e de trabalhadores, representantes da Igreja Católica, das Forças Armadas e de outras entidades da sociedade civil que garantiriam, em termos práticos, a estabilidade política da nação. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política*

em ditaduras militares, gozaram de um amplo período democrático, com eleições regulares e alternância partidária no poder. O Estado venezuelano passou a ser o detentor do monopólio sobre a extração do petróleo, assumindo o controle no processo de desenvolvimento econômico e social.

Como consequência do elevado acúmulo de capital gerado pela crise energética de 1973 – resultante da elevação dos preços do petróleo pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – que aumentaria o preço do “ouro negro” em quase 400%, a grave crise que afetaria parte dos países da América Latina já no início da década de 1970, chegaria à Venezuela com relativo atraso <sup>147</sup>. Contudo, os efeitos da dependência externa em relação à comercialização do petróleo seriam sentidos no início da década de 1980.

Nesse sentido, o último ano de governo de Luís Herrera Campins (1979-1983) representou o marco inicial do colapso econômico que assolaria a Venezuela no quarto final do século XX. Os resultados da desaceleração econômica, Segundo Pedro Henrique Cícero,

“(…) rapidamente, fizeram-se sentir no campo político, uma vez que os mecanismos de mediação entre Estado e sociedade, tais como os sindicatos e a igreja, passaram a apresentar sistemáticas dificuldades em cumprir as funções de manutenção do consenso político a elas atribuídas pelo *Pacto de Punto Fijo*. As tensões entre classes, até então amortecidas pela precária, porém eficiente, distribuição dos abundantes recursos petrolíferos, se mostravam cada vez mais fortes” <sup>148</sup>.

Em 1984, em meio à profunda recessão econômica que atravessava o país, Jaime Lusinchi, do partido Ação Democrática, assume a presidência da Venezuela, dando continuidade ao *puntofijismo*. O novo presidente, pouco depois de sua posse, anunciaria um pacote de ajustes macroeconômico em consonância com as recomendações das instituições financeiras internacionais, apesar deste pacote não resultar, formalmente, do acordo firmado com o FMI no montante de US\$ 4,5 bilhões, mas sim, segundo Margarita López Maya, de um compromisso “unilateralmente assumido pelo governo, que tentou

---

Externa da Venezuela frete à Globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003, p. 59.

<sup>147</sup> CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Transformar o Gigante num Pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998). In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 17, nº 32, dez. de 2010, p. 140.

<sup>148</sup> CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 140.

com essa iniciativa criar condições favoráveis ao refinanciamento de sua dívida externa, calculada como sendo uma entre as quatro mais vultosas da região”<sup>149</sup>.

O ajuste econômico do governo Lusinchi apresentava características distintas. De um lado, medidas ortodoxas, em consonância com o modelo neoliberal, como a desvalorização do bolívar, aumento do preço dos combustíveis, redução dos gastos do Estado e controle no aumento da burocracia estatal. Por outro lado, foram verificadas medidas heterodoxas, tais como a manutenção do papel ativo do Estado venezuelano em investimentos e regulação da economia, além da prioridade no estímulo à geração de emprego, como o aumento de 10% do quadro de funcionários das empresas no semestre seguinte ao anúncio do pacote de ajustes econômicos, a redução das taxas de juros e o pagamento das dívidas internas do Estado, especialmente as dívidas contraídas com agricultores e pequenos e médios empresários<sup>150</sup>.

Em dezembro de 1988, ao final do seu mandato, em meio a mais uma crise causada pela desvalorização do preço do petróleo, Lusinchi recorreu à desvalorização monetária para tentar conter o déficit no balanço de pagamentos do país. Porém, esta desvalorização resultou em uma excessiva diminuição das reservas internacionais do país que, somada a outros graves desequilíbrios macroeconômicos, levariam a Venezuela a declarar, em janeiro de 1989, a moratória do pagamento de sua dívida externa, quando as eleições presidenciais para o período 1989/1993 já haviam sido realizadas e Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, havia sido eleito para ocupar o Palácio de Miraflores<sup>151</sup>. Pérez já havia sido presidente da Venezuela anteriormente e era visto como o político mais bem preparado para assumir o cargo novamente<sup>152</sup>.

---

<sup>149</sup> MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*, p. 18. Tradução de Flávio Benedito do original *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2005. Edição em português atualizada com acréscimo do Cap. 16. Disponível em: [http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela\\_margarita.pdf](http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf). Acesso em: 22/07/2012.

<sup>150</sup> MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica...* Op. cit., p. 19.

<sup>151</sup> Carlos Andrés Pérez foi presidente da Venezuela em duas ocasiões: de março de 1974 a março de 1979, e de fevereiro de 1989 a maio de 1993, quando foi destituído pelo Congresso Nacional, sob acusação de malversação de fundos públicos. Em 1996, foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão.

<sup>152</sup> De acordo com Pedro Henrique Cícero, “O primeiro mandato presidencial de Carlos Andrés Pérez notabilizou-se pelo ótimo desempenho da economia e, principalmente, pela nacionalização de todos os poços de prospecção de petróleo, fato que culminou na criação da gigante estatal PDVSA. Essa ousadia foi sustentada pela conjuntura econômica favorável que dava ao país certa autonomia frente aos interesses estrangeiros. Em várias ocasiões, a partir da utilização de discursos combativos, Pérez enfrentou o Banco Mundial, descrevendo os seus economistas como ‘genocidas a serviço do totalitarismo econômico’. (...) a retórica era popular, mas foram as nacionalizações da Shell e da US Steel que lhe garantiram o massivo apoio dos venezuelanos”. CÍCERO, Pedro Henrique. *Transformar o Gigante...* Op. cit., p. 142.

As orientações neoliberais do FMI para a economia venezuelana obrigariam Carlos Perez a retroceder das promessas de conteúdo nacionalistas realizadas durante sua campanha eleitoral <sup>153</sup>. No dia 16 de fevereiro, duas semanas após tomar posse como presidente e cercado por “um contingente de jovens economistas seguidores da Escola de Chicago” <sup>154</sup>, Carlos Perez, sem realizar qualquer tipo de consulta ao Congresso Nacional e sem debater o tema na corrida presidencial, anunciou o VIII Plano da Nação, um amplo e drástico programa de ajustes macroeconômicos para o país, que alteraria profundamente o modelo de desenvolvimento nacional construído na Venezuela até então.

O nome dado ao plano de ajuste, “*El Gran Viraje*”, seria, conforme Roberto Simões, “o nome encontrado pela burguesia venezuelana para ocultar sua verdadeira essência: um pacote neoliberal de austeridade fiscal e ajuste econômico (...) imposto aos trabalhadores venezuelanos como contrapartida ao empréstimo de US\$ 4,5 bilhões tomados do FMI” <sup>155</sup>. No discurso de Carlos Perez e na agenda neoliberal aplicada à Venezuela era imperativo a revisão do tamanho e do papel do Estado na condução do processo econômico. Desta forma, o ajuste neoliberal na Venezuela, “não se diferenciou dos demais anúncios de pacotes neoliberais na América Latina, que transferiam para os trabalhadores a responsabilidade pela crise capitalista, imputando à classe trabalhadora o sacrifício que fosse necessário para a recuperação dos lucros do capital” <sup>156</sup>.

O programa de ajuste neoliberal do governo Carlos Perez pode ser resumido na Carta de Intenções firmada com o FMI, em Washington, em 20 de fevereiro de 1989, cujos elementos principais foram sintetizados por Margarita López Maya <sup>157</sup>: 1) restrição do gasto fiscal e também dos níveis de salário; 2) regime cambial flutuante; 3) aumento das taxas de juros e eliminação do crédito com taxas preferenciais para a agricultura; 4) redução do controle de preços <sup>158</sup>; 5) redução dos subsídios estatais; 6) criação de um imposto sobre vendas; 7) reajuste nas tarifas de bens e serviços públicos, incluindo os

---

<sup>153</sup> SIMÕES, Roberto Alves. Luta de classes na Venezuela: superação da pobreza ou a possibilidade de sua intensificação? In: *III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. América Latina: processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 27 a 31 de agosto de 2012, p. 1. Disponível em: <http://www.congressonucleas.com.br/trabalhos/Roberto%20Alves%20Sim%C3%B5es.pdf>.

<sup>154</sup> CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 142.

<sup>155</sup> SIMÕES, Roberto Alves. Luta de classes na Venezuela... Op. cit., p. 1.

<sup>156</sup> SIMÕES, Roberto Alves. Luta de classes na Venezuela... Op. cit., p. 1.

<sup>157</sup> MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica...* Op. cit., p. 22.

<sup>158</sup> O alumínio produzido pela *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG) sofreria uma elevação nos preços do mercado interno de 40%, até o final de 1989, enquanto que os serviços de telefonia e eletricidade também sofreriam aumentos de 50% até o final daquele ano.

preços dos produtos derivados do petróleo (como a gasolina) no mercado interno <sup>159</sup>; 8) abertura comercial, com a liberalização das importações; 9) suspensão das restrições às transações internacionais, inclusive investimento estrangeiro e remessa de lucros para o exterior; 10) privatização dos serviços de coleta de lixo e distribuição de água.

Através dessas orientações, os objetivos da Grande Virada eram a diminuição da intervenção e do peso do Estado na economia venezuelana, a redução da dependência econômica em relação ao petróleo e a abertura econômica visando a sua inserção no mercado internacional globalizado.

Contudo, o mais importante ponto da agenda neoliberal de Carlos Perez dizia respeito ao início do processo de abertura da exploração e do comércio do petróleo ao capital privado <sup>160</sup>.

Os dados quantitativos da Grande Virada apontam para uma forte recessão: o PIB decaiu 8,7% em 1989, o índice de inflação, que era de 29,49% em 1988, subiu para 84,46% em 1989. A taxa de desemprego também aumentou consideravelmente no período, passando de 6,9% em 1988, para 9,6% no ano seguinte, o que representou um total de aproximadamente 200 mil trabalhadores venezuelanos desempregados no intervalo de apenas um ano <sup>161</sup>. Assim, a imensa maioria da população foi afetada pelo neoliberalismo implantado por Carlos Andrés Perez, com a queda do poder aquisitivo da classe média e dos cortes progressivos de serviços essenciais até então realizados pelo Estado.

Se os resultados, no campo macroeconômico, do pacote de ajustes da Grande Virada não se mostraram satisfatórios, no campo social os resultados foram ainda piores, desencadeando uma das mais contundentes revoltas populares na história venezuelana e uma das maiores resistências contra o neoliberalismo no mundo, antecipando os famosos

---

<sup>159</sup> O preço do petróleo seria aumentado progressivamente, no mercado interno, sendo reajustado de imediato em quase 100%, o que afetou o preço de seus derivados. O preço da gasolina dobrou, causando, de imediato, a elevação dos custos dos transportes públicos. MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chaves em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012, p. 97.

<sup>160</sup> De acordo com Pedro Henrique Cícero, “a intenção não era privatizar a PDVSA, o que seria um imenso contrassenso, uma vez que fora exatamente CAP o presidente responsável pela nacionalização da empresa em 1976. O que se propugnava era a facilitação para o ingresso de investimentos estrangeiros nas variadas atividades produtivas relacionadas ao combustível. Além disso, buscava-se, paulatinamente, a desregulamentação do setor para fins de diminuição da carga tributária e do repasso de royalties ao Estado”. CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. *Transformar o Gigante...* Op. cit., p. 143.

<sup>161</sup> CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. *Transformar o Gigante...* Op. cit., p. 143.

protestos de Seattle <sup>162</sup>, nos Estados Unidos, em uma década. Dentre os episódios mais expressivos da recusa da população do país ao ajuste neoliberal, podemos apontar o *Caracazo* <sup>163</sup>, de fevereiro/março de 1989, e as fracassadas tentativas de golpes de Estado pelas Forças Armadas através do Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MRB-200) em 1992 <sup>164</sup>, que desencadeariam uma crise política sem precedentes no país, cujo desfecho seria destituição de Carlos Pérez em 1993 e o estabelecimento de um governo interino.

Em consequência do *Caracazo* e das tentativas de derrubadas de Carlos Perez, as políticas neoliberais da Grande Virada perderam a sua força e a sua coerência. Politicamente, foram derrotadas <sup>165</sup>. O golpe final ao governo Perez e ao sistema puntofijista veio após denúncias vindas de seu próprio partido perante a Suprema Corte de Justiça de que o presidente havia desviado US\$ 17 milhões. No dia cinco de maio de 1993, o tribunal considerou a existência de provas suficientes para o afastamento de

---

<sup>162</sup> As manifestações ocorridas em Seattle, iniciadas na manhã de 30 de novembro de 1999 e que durariam vários dias, na qual milhares de pessoas – entre elas, estudantes, trabalhadores sindicalizados, ambientalistas, anarquistas, pacifistas, representantes de ONGs e membros de diversos movimentos sociais, saíram às ruas em protesto contra reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). As motivações para o protesto eram as mais variadas, apresentando como posicionamento comum a crítica ao avanço das políticas neoliberais.

<sup>163</sup> O *Caracazo*, também conhecido como *Sacudón*, o primeiro levante popular contra o capitalismo neoliberal no mundo, teve o seu início quando, em 27 de fevereiro de 1989, trabalhadores e estudantes iniciaram um protesto contra o aumento de 100% do preço da gasolina e de 30% nas tarifas de transporte público, tomando o terminal rodoviário da cidade de Guarenas, cidade localizada a 15 km de Caracas. No dia seguinte, quando os protestos avançaram para a capital e cidades do interior do país, como La Guaira, Maracay, Valencia, Barquisimeto, Mérida y Ciudad Guayana, o presidente Carlos Perez decretou estado de sítio em todo o território venezuelano, suspendendo os direitos constitucionais e dando início a uma brutal repressão, cujo número oficial de mortos chegou a 396 pessoas. Porém, segundo analistas, o número de mortos e feridos foi muito superior ao que fora divulgado pelo governo, podendo ter chegado aos milhares, inclusive com execuções sumárias de pessoas que estavam nas ruas após o toque de recolher decretado pelo presidente.

<sup>164</sup> A primeira tentativa de derrubada do governo Carlos Perez, a partir da ascensão política do Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MBR-200), ocorreu em três de fevereiro de 1992, liderada pelo então tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías e que contaria com a adesão de aproximadamente 10% do contingente total do Exército venezuelano. A tentativa frustrada de golpe de Estado produziu um saldo extraoficial de cerca de 50 mortos e mais de 100 feridos. Hugo Chávez, juntamente com outros 180 oficiais, foi encarcerado na prisão de Yare por dois anos e um mês, transformando-se na principal liderança política na venezuelana e que chegaria ao poder em 1999. Pouco depois, em 27 de novembro do mesmo ano, uma segunda tentativa do MBR-200, sob a liderança do vice-almirante da Marinha Héran Grüber Odréman, fracassa novamente na tentativa de derrubada de Carlos Perez do poder.

<sup>165</sup> Segundo Pedro Henrique Cícero, “Talvez o único objetivo estabelecido por Carlos Andrés Perez que conseguiu ser plenamente alcançado pela Grande Virada foi, não por acaso, a geração de capacidade financeira para o pagamento da dívida externa. Graças à política econômica notadamente recessiva e a consequente diminuição do consumo no mercado interno foram geradas reservas financeiras excedentes que permitiram cumprir com os compromissos internacionais recém-negociados. A preocupação central estabelecida pelo Consenso de Washington fora sanada”. CÍCERO, Pedro Henrique Transformar o Gigante... Op. cit., p. 145.

Perez do cargo de presidente da Venezuela. Além do impeachment, Perez foi condenado a uma prisão domiciliar de 23 meses.

Após o afastamento de Carlos Perez, um governo de emergência chefiado por Ramón Velásquez foi formado para cumprir o restante do mandato constitucional. No final de 1993, eleições foram convocadas, dando a vitória para Rafael Caldera que, com 30,46% dos votos, elegia-se, pela segunda vez, presidente da Venezuela.

A campanha eleitoral de Rafael Caldera caminhou no sentido de um máximo afastamento do discurso das ações que caracterizaram o governo Carlos Perez. Na “*Carta de Intención al Pueblo de Venezuela*”, redigida pouco antes das eleições, comprometeu-se a evitar novas privatizações, a renegociar a dívida externa e de não voltar a pedir novo empréstimo ao FMI. Assim, a vitória de Caldera expressaria, acima de tudo, a negação por parte dos venezuelanos das medidas ortodoxas de caráter neoliberal <sup>166</sup>.

Ao tomar posse, Caldera anunciaria um programa de estabilização e recuperação econômica que serviria como transição entre o sistema neoliberal herdado do governo Carlos Perez e um novo modelo de desenvolvimento. De fato, durante os dois primeiros anos de governo, Caldera adotou uma série de medidas em desacordo com as políticas emanadas pelo Consenso de Washington e patrocinadas pelo FMI e o Banco Mundial, como o controle sobre o câmbio, os preços e as taxas de juros, além de conter o aumento do preço dos combustíveis. Tal política levaria a um grande descontentamento do empresariado venezuelano.

As críticas do empresariado local desestabilizariam politicamente o governo Caldera que enfrentaria, ainda, uma grave crise no sistema bancário-financeiro, reflexo do chamado “*efeito tequila*”, que colapsou a economia mexicana em 1994. Assim, para evitar uma quebra bancária, o governo recorreu a empréstimos estrangeiros e fundos de créditos nacionais. Segundo Pedro Henrique Cícero, “em apenas um ano, não menos de 12% do total do PIB, cerca de US\$ 5,6 bilhões, foram consumidos para evitar a bancarrota de dez bancos” <sup>167</sup>.

Os efeitos causados pela crise do sistema bancário venezuelano, segundo Pedro Henrique Cícero, resultariam:

“(…) na desaceleração da atividade econômica e em altos índices inflacionários que, em 1996, bateram a casa dos 103%. Assim, em março, Rafael Caldera se viu obrigado

---

<sup>166</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 147.

<sup>167</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 147.

a modificar substancialmente seu plano de governo e, após substituir grande parte de sua equipe ministerial, apelou ao FMI. Pela segunda vez em menos de sete anos um mandatário venezuelano, de pires nas mãos, clamava por socorro na capital estadunidense”<sup>168</sup>.

Assim, após recorrer ao auxílio do FMI em 1996, o governo Caldera – que antes se apresentava como um governo progressista – anuncia um novo pacote de ajustes macroeconômicos, nomeado de *Agenda Venezuela*, dando continuidade ao modelo neoliberal inicialmente proposto pelo governo Carlos Andrés Perez<sup>169</sup>.

As principais medidas, de cunho neoliberal, tomadas a partir de abril de 1996, instituídas com a *Agenda Venezuela* foram: 1) aumento do preço da gasolina e dos demais derivados de petróleo no mercado interno; 2) liberalização das tarifas (aumento) dos serviços públicos; 3) liberação do sistema de controle do câmbio, com a desvalorização do bolívar; 4) aumento das taxas de juros; 5) privatização de empresas públicas; 6) liberação de todos os controles de preços, permanecendo controlados apenas os preços de cinco artigos essenciais da cesta básica de alimentos do venezuelano; 7) criação de um fundo de proteção ao sistema bancário; 8) início da discussão para as reformas do sistema de benefícios sociais; 9) reforma tributária, com o objetivo de aumentar a arrecadação interna e, com isso, minimizar o déficit público; 10) reforma e flexibilização da legislação trabalhista<sup>170</sup>.

Outra importante modificação instituída pela *Agenda Venezuela* diz respeito aos programas petroleros, chamados de *Apertura Petrolera*. Esta instituiu um programa agressivo de transferência das atividades econômicas ligadas ao petróleo (prospecção, refino e comercialização) do setor público para o setor privado. Conforme Pedro Henrique Cícero, “mesmo sendo notória a grave crise social que deixava 66,7% dos venezuelanos abaixo da linha de pobreza, o próprio governo propôs reduzir o valor do imposto pago pelas empresas petroleras multinacionais a título de royalties dos 16%

---

<sup>168</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 148.

<sup>169</sup> De acordo com a análise de Pedro Henrique Cícero, “(...) as principais diferenças entre a Grande Virada e a Agenda Venezuela não são de ordem estrutural. Elas se encontram, sim, no campo político, uma vez que Rafael Caldera, mediante hábeis acordos partidários, conseguiu costurar entre os setores sociais uma conjuntura política menos turbulenta do que a experimentada durante os tempos de Carlos Andrés Perez. Tal arranjo foi possível graças a aposta feita por Caldera em adotar políticas assistenciais compensatórias, especificamente os chamados “Programas sociales contra la pobreza”, os quais apaziguaram as tensões e contradições sociais naturalmente geradas pelo ajuste econômico”. CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 148- 149.

<sup>170</sup> LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2006, p. 58.

previstos em lei para irrisórios 1%”<sup>171</sup>. Após a aprovação das linhas mestras da abertura do setor petrolífero pelo Congresso venezuelano, oito contratos já haviam sido assinados, em 1996, com empresas estrangeiras para a exploração do petróleo no país.

Durante o governo Caldera foi defendida a tese, pela própria diretoria da PDVSA, de que os preços internacionais do petróleo deviam ser fixados pelas leis de mercado, sem interferência dos governos dos países produtores e dos países consumidores<sup>172</sup>.

Em suma, os resultados obtidos pelo governo Caldera atestavam, mais uma vez, o fracasso da tentativa de aplicação do modelo neoliberal na Venezuela: o desemprego e a pobreza mantiveram a tendência ascendente (48,33% de domicílios estavam abaixo da linha de pobreza e 27,66% encontravam-se em situação de pobreza extrema), a desregulação e a abertura econômica atraiu uma grande quantidade de capital estrangeiro e de capital especulativo, em grande parte, totalmente desvinculados da produção de bens e serviços. Assim, “a desordem econômica patrocinada pelo Consenso de Washington afetou profundamente o desenvolvimento social do país, fazendo com que áreas essenciais como educação e saúde fossem relegadas a segundo plano, enquanto bilhões de dólares eram entregues a banqueiros falidos e a políticos corruptos”<sup>173</sup>.

Os fracassos do ajuste neoliberal na Venezuela acentuariam fortemente a crise institucional que se prolongara durante anos no país desde o governo Carlos Pérez e o fim do pacto *puntofijista* e que levariam a duas tentativas de golpes de Estado em 1992. Nesse sentido, influenciada pela crise econômica, a conjuntura política da Venezuela mostrou-se perfeita para a vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, cujas “críticas ao neoliberalismo contribuíram de maneira decisiva para recolocar os assuntos relativos ao modelo de desenvolvimento no centro do debate nacional”<sup>174</sup>. O programa de governo chavista foi o único que se opôs diretamente às políticas de abertura do setor petrolífero para a exploração pelo capital privado.

No Peru, o modelo neoliberal passou a ser implantado, de modo efetivo, no país, durante o governo de Alberto Fujimori (1990-2000), muito embora as suas origens se encontrem, pelo menos, vinte anos antes.

---

<sup>171</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 149.

<sup>172</sup> Segunda Margarita Lopez Maya, “Isso provocou uma relação assaz conflituosa com os outros países membros da OPEP, relação que se agravaria ainda mais por causa da expansão da produção venezuelana, folgadoamente superior às cotas ajustadas no seio da organização”. MAYA, Margarita López. MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica...* Op. cit., p. 25.

<sup>173</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 152.

<sup>174</sup> CÍCERO, Pedro Henrique. Transformar o Gigante... Op. cit., p. 153.

O governo nacionalista do general Juan Velasco Alvarado (1968-1975) foi seguido por uma série de governos que buscavam desarticular os avanços sociais conseguidos, como a reforma agrária, a aproximação com países do bloco socialista, a nacionalização de empresas petrolíferas norte-americanas e a construção de um projeto nacional para o Peru <sup>175</sup>. A economia passou a ser dirigida pelo Estado e a dominação oligárquica passou a ser fortemente questionada no país andino <sup>176</sup>. Wilson Cano, ao analisar este momento da história peruana, caracteriza-o como um período de “reformas radicais” <sup>177</sup>.

A ruptura nacionalista iniciada em 1968 foi abortada em agosto de 1975, quando o general conservador Francisco Morales Bermúdez, então presidente do Conselho de Ministros, liderou um golpe de Estado a partir da cidade de Tacna, localizada no extremo sul do território peruano, e derrubou Velasco Alvarado do poder.

Bermúdez foi sucedido pelos governos civis de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985), que já havia sido presidente peruano em outra ocasião <sup>178</sup> e de Alan Garcia Pérez (1985-1990), do mais bem estruturado partido político peruano, o APRA (Alianza Popular Revolucionária Americana).

O segundo governo Belaúnde Terry representou uma tentativa de retomada da política neoliberal no Peru. As ações deste governo, no entanto, levaram o país a um colapso econômico <sup>179</sup>, possibilitando, em 1985, a vitória da APRA, partido membro da Internacional Socialista, encabeçada por Alan Garcia, que chegou ao poder com a promessa de reverter o avanço do neoliberalismo, conter a inflação e distribuir a renda em favor da camada mais empobrecida da população.

A política econômica do governo Alan Garcia foi inaugurada com o discurso crítico ao FMI, realizado na Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, o novo

---

<sup>175</sup> SADER, Emir. *A Vitória de Ollanta*. Artigo publicado no blog da revista Carta Maior, em 06/06/2011. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog\\_id=1&post\\_id=710](http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=710). Acesso em: 12/07/2012.

<sup>176</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, Vol. 9, nº 2, 2010, p. 145.

<sup>177</sup> CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000, p. 472.

<sup>178</sup> Fernando Belaúnde Terry foi também presidente do Peru entre os anos de 1963 e 1968. Durante o seu segundo governo (1980-1985) a guerrilha Sendero Luminoso, de inspiração maoísta, inicia as suas atividades, na cidade de Ayacucho.

<sup>179</sup> Aproveitando-se da valorização dos minerais ocorrida em 1979, o governo Belaúnde Terry adotou uma política econômica liberal, que gerou um colapso econômico, aumentando ainda mais a desigualdade social: entre 1980 e 1983 o país sofreu uma queda de 20% na produção industrial e a indústria passou a operar com apenas 40% de sua capacidade produtiva.

presidente peruano anunciou que o limite do serviço da dívida externa do país seria o equivalente a 10% das exportações do país. O programa econômico do seu governo, de caráter heterodoxo e focado no controle do processo inflacionário, partia do entendimento de que para conter a inflação seria preciso choques nos preços. Contudo, o Peru, como a maioria dos países da região, não ficou imune à crise da dívida que assolou o mundo e, particularmente a América Latina, na década de 1980 <sup>180</sup>. O governo Garcia – isolado pela sua retórica inflamada contra os organismos financeiros internacionais – tentaria a decretação da moratória da dívida externa peruana, mas não obteve sucesso no controle da inflação, que chegaria a 7.600% no seu último ano de governo <sup>181</sup>.

O aumento do déficit público, que passou de 2,4% do PIB em 1985 para 6,5% dois anos depois e a tentativa de estatização do sistema bancário peruano por Alan Garcia levariam à formação de uma frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa, que perdera as eleições presidenciais de 1990 para o candidato independente Alberto Fujimori <sup>182</sup>, muito embora representassem quase o mesmo programa.

Assim, a partir de 1990, com o governo de Alberto Fujimori (1990-2000), e com sua continuidade com os governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de Alan Garcia Pérez (que, entre 2006 e 2011, governava, novamente, o Peru), cobrindo um período de mais de duas décadas, é que se erigiu, em bases concretas, o neoliberalismo no país. A economia voltaria a crescer, baseada em uma intensa exploração das riquezas minerais (ouro, zinco, cobre e gás) para exportação e no ingresso intensivo de capitais e de empresas estrangeiras. Além disso, deve-se destacar a forte repressão contra os movimentos sociais (especialmente sobre a população indígena e as guerrilhas Sendero Luminoso e Tupac Amaru, com severas violações aos direitos humanos).

---

<sup>180</sup> VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do projeto de integração da América do Sul. In: *Revista Conjuntura Austral*. Porto Alegre, Vol. 3, nº 13, agosto-setembro, 2012, p. 84.

<sup>181</sup> VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia... Op. cit., p. 84.

<sup>182</sup> Como atesta José Honorio Martínez, “la elección de Alberto Fujimori como presidente del Perú en junio de 1990 estuvo precedida por el agravamiento de las condiciones económicas en el período presidencial previo; en efecto, el gobierno del presidente Alan García (1985-1990) al ser aislado por los organismos financieros internacionales (Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial), enfrentó una complicada situación económica caracterizada por el aumento del costo de vida, el índice de precios al consumidor se incrementó en 10.300 por ciento entre 1986 y 1990, y la pauperización y el empobrecimiento. De acuerdo con González de Olarte el producto interno bruto por persona que en 1980 era de 938 dólares, en 1989 se redujo a 718 dólares, al tiempo que el 20% más pobre de la población recibía apenas el 3% del ingreso y el 10% más rico recibía el 45% del mismo”. MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio em el Régimen Fujimorista. In: *HAOL*, nº 19, 2009, p. 65. Disponível em: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/299>. Acesso em: 22/06/2012.

O pacote de ajuste neoliberal de Fujimori era composto por três estágios <sup>183</sup>. O primeiro deles foi o programa de estabilização, adotado em agosto de 1990, com o intuito de conter a inflação e normalizar o pagamento da dívida externa. O segundo estágio correspondeu às reformas institucionais pró-mercado: a desregulação do mercado financeiro, a flexibilização das relações trabalhistas, as privatizações (possibilitando a entrada de capital estrangeiro) e o esforço para reduzir o déficit fiscal. Por fim, a reintegração do Peru no circuito financeiro internacional <sup>184</sup>. Desta forma, “os governos de Fujimori retomaram o modelo liberal histórico do Peru e, ignorando os problemas do passado, deixaram de lado duas questões estruturais da sociedade peruana: a distribuição da renda e a inclusão social das populações indígenas” <sup>185</sup>.

Segundo Pedro Silva Barros e Verena Hitner <sup>186</sup>, o longo período de governo de Alberto Fujimori pode ser dividido em três momentos distintos: o primeiro, dentro do marco democrático e constitucional, compreendido entre 1990, com a vitória nas eleições daquele ano, e 1992; o segundo, tem início com o auto-golpe de Estado em abril de 1992 e se estende até meados de 1996; por fim, o terceiro momento, denominado pelos autores de *fujimorismo tardio*, começa com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica da Constituição, em agosto de 1996, que abriria o caminho para uma segunda reeleição e durou até a queda do regime.

A primeira e mais curta fase do governo Fujimori teve início durante a campanha eleitoral, realizada em meio a uma crise generalizada, com índices inflacionários que chegariam a 7.600% no último ano de governo de Alan Garcia. A taxa de desemprego encontrava-se em níveis recordes, bem como a dívida externa do país que, em setembro de 1989, era de quase US\$ 18 bilhões. Além disso, “aos problemas econômicos se somavam os problemas sociais, a corrupção, o desprestígio dos partidos políticos, além da ação do grupo Sendero Luminoso” <sup>187</sup>.

A eleição do candidato nipo-peruano foi pautada em um discurso de independência e que privilegiava a eficiência técnica, e que seria sintetizado em seu slogan de campanha, baseado em três palavras: “*honradez, tecnologia y trabajo*”. Sua

---

<sup>183</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 148.

<sup>184</sup> SOTELO, Jorge Ortiz. *Peru e sua inserção em um mundo global*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 21.

<sup>185</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 148.

<sup>186</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 147.

<sup>187</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 147.

expressiva vitória eleitoral foi possibilitada, em outras questões, pela crise do sistema partidário tradicional peruano, que permitiu que um candidato independente chegasse ao poder <sup>188</sup>.

Desde os primeiros anos de governo, Alberto Fujimori alinou-se às políticas neoliberais, defendidas pelo Consenso de Washington e pelo FMI. Segundo Paulo Vizentini e Guilherme de Oliveira, em um artigo conjunto,

“(...) além de uma liberalização do comércio, houve uma retomada no pagamento da dívida externa, o estímulo ao investimento estrangeiro, o controle de preços, a eliminação de subsídios e a privatização de empresas estatais. Dessa forma, Fujimori conseguiu reinserir o Peru no circuito financeiro internacional, recebendo, inclusive, ainda em 1990, a visita do então presidente do BID (Enrique Iglesias) e de representantes do Banco Mundial, numa reinauguração das conversações para restabelecer as linhas de cooperação econômica com o Peru” <sup>189</sup>.

Assim, Fujimori reinseriu o Peru no circuito financeiro internacional. Em 1991, foi formado um grupo de apoio, liderado pelos EUA e pelo Japão, do qual também faziam parte outros nove países, entre eles, Canadá, Alemanha, França Holanda e Itália. Esse grupo comprometeu-se com o auxílio financeiro com o Peru, tendo, por objetivo, permitir a renegociação da dívida externa peruana com países e instituições financeiras multilaterais <sup>190</sup>.

O segundo período do regime fujimorista tem o seu início com o golpe de Estado dado pelo próprio Fujimori, em cinco de abril de 1992 e pelo aumento das prerrogativas militares por parte do presidente. O chamado “auto-golpe” – movimento apoiado pelas

---

<sup>188</sup> Conforme Eduardo Hansen, “el surgimiento de independientes, es lo que también se ha denominado por outsider, siguiendo el uso que se le da en inglés, para referirse al sujeto político que proviene de fuera del sistema de partidos tradicionales. En realidad, el papel de estos nuevos actores políticos es la de llenar el vacío de los partidos sumidos en crisis, y se caracterizan por aprovechar su prestigio personal y desempeñar una práctica antipolítica y tildar a los partidos como origen de los problemas de la democracia, tal fue el caso de Fujimori”. HANSEN, Eduardo Castro. *Cultura política y corrupción en la Era del Gobierno de Fujimori y algunos rasgos del Gobierno de Toledo: 1990-2002*. Universidad de Bergen. Disponível em: [https://bora.uib.no/bitstream/1956/2446/1/Hovedoppgave\\_Hansen.pdf](https://bora.uib.no/bitstream/1956/2446/1/Hovedoppgave_Hansen.pdf). Acesso em: 04/08/2012.

<sup>189</sup> VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia... Op. cit., p. 85-86.

<sup>190</sup> VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia... Op. cit., p. 86.

Forças Armadas peruanas que ocuparam edifícios públicos <sup>191</sup> – representou o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos constitucionais, instaurando um governo provisório <sup>192</sup>.

O golpe ocorreu devido ao embate político ocorrido a partir do início de 1992 entre o presidente e o Congresso. Uma das motivações estava relacionada à aprovação de uma lei de controle do Executivo, que buscava restringir os atos normativos editados por Fujimori <sup>193</sup>. A fragilidade dos partidos políticos e a legitimidade no plano interno e no cenário internacional <sup>194</sup> de Fujimori, especialmente no combate à inflação e na enérgica repressão aos movimentos insurgentes (em setembro de 1992, a principal liderança do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua), levariam ao auto-golpe e ao recrudescimento do autoritarismo no processo político peruano <sup>195</sup>.

A dissolução do Parlamento, o fechamento do poder judicial e de órgãos de controle e a criminalização da oposição permitiram ao governo Fujimori acelerar o desenvolvimento de sua agenda, já pressionada pelos organismos financeiros internacionais, que queriam garantias sobre o pagamento da dívida, e pelo governo norte-americano, que exigia resultados no combate aos movimentos insurgentes. No dia seguinte ao golpe de Estado, o ministro da Economia, Carlos Boloña Behr, anunciaria a aplicação de um conjunto de reformas econômicas neoliberais <sup>196</sup>.

---

<sup>191</sup> De acordo com José Honorio Martínez, “la doctrina de la seguridad nacional en tanto marco ideológico de actuación de las Fuerzas Armadas proveyó las condiciones para respaldar el desmantelamiento del régimen democrático liberal”. MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 67.

<sup>192</sup> Além da dissolução do Parlamento, o auto-golpe dado por Fujimori significou, ainda, a intervenção nos governos regionais, no poder Judiciário, no Conselho Nacional de Magistratura, no Tribunal de Garantias Constitucionais, na Controladoria Geral da República e na Justiça Eleitoral. Assim, todo o poder ficou concentrado no Executivo (nas mãos de Fujimori), que passou a ser chamado de Governo de Emergência e Reconstrução Nacional.

<sup>193</sup> BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 149.

<sup>194</sup> É importante destacar, segundo Paulo Vizentini e Guilherme de Oliveira, que “a reação da comunidade internacional foi negativa. Além de vários organismos financeiros internacionais atrasarem empréstimos acordados, o grupo de apoio liderado pelos EUA, retirou o seu auxílio econômico, a Venezuela rompeu relações diplomáticas, a Argentina retirou o seu embaixador e o Chile pediu a suspensão do Peru da Organização dos Estados Americanos (OEA). As relações exteriores peruanas, todavia, já se mostrariam normalizadas no início do ano seguinte”. VIZENTINI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia... Op. cit., p. 86.

<sup>195</sup> Além disso, conforme destacam Pedro Silva Barros e Verena Hinter, “(...) foi fundamental para o êxito do golpe a imagem construída a respeito do Parlamento, que aparecia para a opinião pública como um lugar de polarizações desnecessárias (...). Desse modo, o golpe apareceu para parte da população como uma pequena mudança necessária para o cumprimento das promessas eleitorais”. BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política... Op. cit., p. 150.

<sup>196</sup> MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 68.

Em maio de 1992, um mês após o golpe de Estado, o Congresso dissolvido deu lugar a uma Assembleia Constituinte, controlada por Fujimori. No ano seguinte, uma nova Constituição foi aprovada, dando uma aparência de legalidade ao regime, ao mesmo tempo em que tratava da consolidação dos princípios neoliberais como política de Estado no país. Ainda estavam previstas na Constituição de 1993, a reeleição presidencial, a centralização do poder no Executivo e o reforço das prerrogativas militares, como a instituição da pena de morte para acusados de terrorismo.

A política econômica fujimorista, em consonância com o receituário neoliberal do consenso de Washington, se pautou pela abertura econômica, redução da inflação, a desregulação estatal e o corte nos gastos sociais. Em razão desta última, segundo Ruth Madueño Paulette,

“(...) se eliminaron prácticamente todos los subsidios, las ventajas tributarias para los exportadores, el desarrollo rural y la protección de los sectores de más bajos ingresos, abriéndose el país a la importación indiscriminada. El Estado se retrajo totalmente de participar en la fijación de los salarios en el sector privado, estableció una baja sustancial en el salario mínimo, y determinó una reducción drástica de los sueldos y el empleo en el sector público”<sup>197</sup>.

A privatização de empresas públicas foi uma das mais importantes ações da política neoliberal de Fujimori. Um mês depois da promulgação da Constituição de 1993, foram expedidos 923 decretos, entre eles, os que determinavam a privatização de empresas públicas de telefonia, eletricidade, petróleo, ferro e zinco. A ineficiência do Estado e a necessidade de atrair investimentos serviram como propaganda para justificar as privatizações<sup>198</sup>.

No primeiro governo (1990-1995), foram vendidas, entre outras, as seguintes empresas estatais: Empresa Minera de Hierro Perú; Petromar; Compañía Peruana de Teléfonos ENTEL (vendida em 1994 pela Telefonica Espanha por US\$ 1,39 bilhões); Cementos Lima; Empresa de Distribución Eléctrica del Norte (Edelnor); Empresa de Distribución del Sur (Edelsur); Empresa Minera Especial Tintaya; Refinería de Zinc

---

<sup>197</sup> PAULETTE, Ruth. Madueño. *Perú: fragilidad institucional del Estado 1930-2002*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2004, p. 211 apud MARTINEZ, José Honorio. *Neoliberalismo y Genocidio...* Op. cit., p. 69.

<sup>198</sup> MARTINEZ, José Honorio. *Neoliberalismo y Genocidio...* Op. cit., p. 68.

Cajamarquilla e o Banco Continental (vendido em 1995 para o BBVA - Grupo Brescia; e a Edegal <sup>199</sup>.

O pagamento da dívida externa também foi outro ponto central na política econômica neoliberal do governo Fujimori. Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte dos recursos oriundos das vendas das empresas estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões <sup>200</sup>.

Com uma taxa de crescimento do PIB de 12,9% e uma diminuição da inflação para 15,4%, o Peru, na década de 1990, viveu o seu “milagre” econômico. Em 1995, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, apesar da alegação de que, com a nova Constituição, tinha exercido apenas um mandato <sup>201</sup>.

Durante seu segundo mandato (1995-2000), Fujimori deu prosseguimento ao processo de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo do Estado, vendendo novas empresas públicas dos setores de eletricidade, telefonia, metalurgia e mineração, entre elas: Sider Perú S.A.; Petro-Perú Refinería La Pampilla (comprada, em 1996, pelo consórcio formado pelas multinacionais Repsol, YPF e Mobil); Acciones Telefónica del Perú SAT Minorista Local; Acciones Telefónica del Perú SAT Internacional; Empresa Metalúrgica de la Oroya e a Empresa Minera Mahr Túnel <sup>202</sup>.

No total, durante o regime fujimorista, foram vendidas parcial ou totalmente 187 empresas públicas por um total de aproximadamente US\$ 7,54 bilhões.

A terceira fase do regime fujimorista teve início em agosto de 1996, com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica, que regulamentou o artigo 122 da Constituição de 1993, permitindo a reeleição de Fujimori. Nesse período ocorreu a invasão da embaixada japonesa pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru, fazendo mais de 500 pessoas reféns. Esse episódio acabaria dando uma nova oportunidade ao presidente de se fortalecer interna e externamente ao se mostrar uma liderança dura

---

<sup>199</sup> MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 68.

<sup>200</sup> PAULETTE, Ruth. Madueño. *Perú: fragilidad institucional...* Op. cit., p. 211 apud MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 69.

<sup>201</sup> Segundo Ruth Madueño Paulette, Alberto Fujimori foi reeleito devido “al uso arbitrario de los recursos del Estado, la ilegal participación de jefes de las Fuerzas Armadas en la campaña, el estado de emergencia en más de la mitad del territorio y el fraude electoral en muchas provincias”. PAULETTE, Ruth. Madueño. *Perú: fragilidad institucional...* Op. cit., p. 235 apud MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 69.

<sup>202</sup> MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 71.

contra o terrorismo. O apoio midiático em relação ao “milagre” econômico, o sucesso no combate aos movimentos insurgentes, o apoio do capital financeiro e transnacional, beneficiados pelo pagamento da dívida externa e pela venda das empresas estatais, criariam as condições necessárias para o prolongamento de Fujimori no exercício do poder no Peru.

Nas eleições de abril de 2000, Fujimori conseguiu uma nova reeleição, conseguindo 51% dos votos contra 49% de seu adversário, Alejandro Toledo, economista de ascendência indígena do partido Peru Possível (PP). Apesar da vitória, Fujimori sofreu uma grande derrota ao não obter a maioria parlamentar. A vitória de Fujimori nestas eleições, porém, deu-se através de um forte esquema de fraudes e corrupção, com compra de votos e intimidação <sup>203</sup>. Na posse de Fujimori, em julho, protestos liderados por Toledo deixaram seis mortos.

Dois meses depois de sua posse, em 14 de setembro, foi divulgado nos meios de comunicação um vídeo em que aparecia o deputado Luis Alberto Kouri, membro do Partido Popular Cristiano, recebendo a quantia de quinze mil dólares das mãos do assessor de Fujimori, Vladimiro Montesinos, para que trocasse de partido e, assim, formar a maioria parlamentar para serem votados os projetos de interesse do governo no Congresso Nacional.

Depois deste episódio, gravações do mesmo tipo, com Montesinos realizando a mesma ação em suas oficinas no Serviço de Inteligência Nacional, foram divulgadas. Nelas estavam contidas reuniões com dirigentes políticos e empresários, com pagamento de suborno de milhares de dólares <sup>204</sup>. Segundo Jose Honorio Martínez, “la difusión de los videos permitió conocer cómo el gobierno compró a empresarios, magistrados, parlamentarios y altos funcionarios cuyo apoyo fue vital para darle la apariencia de legalidad al régimen” <sup>205</sup>.

Tais escândalos políticos levaram Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão, onde renunciaria ao cargo de presidente e pediria asilo político. O Congresso não aceita a sua renúncia e o destitui do cargo, em novembro, por

---

<sup>203</sup> MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 72.

<sup>204</sup> UGARTECHE, Oscar. ¿Democracia y mercado? Comenzando por el fin. In: *Revista Ciberayllu*, novembro/2004. Disponível em: [http://www.andes.missouri.edu/andes/Especiales/OU\\_AdiosEstado.html](http://www.andes.missouri.edu/andes/Especiales/OU_AdiosEstado.html). Acesso em: 27/06/2012.

<sup>205</sup> MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 73.

"incapacidade moral" <sup>206</sup>. O presidente do Congresso, Valentín Paniagua, assume um governo de transição até 2001.

No caso peruano, o neoliberalismo foi implantado com base no desmonte das regras do sistema da democracia liberal. Exemplos deste processo foram o auto-golpe de Estado de 1992, as privatizações mediante decretos ditatoriais, a corrupção de importantes setores do Estado, as fraudes eleitorais que permitiram a sua reeleição, a violência utilizada na repressão contra a população indígena e os movimentos insurgentes. Assim, a construção do modelo neoliberal no Peru exigiu a implantação de um Estado terrorista, que destruiu numerosas organizações populares com o único propósito de assegurar a hegemonia do grande capital. Assim, de acordo com Nelson Manrique,

“La gran mayoría de las víctimas de la violencia fueron indígenas, tradicionalmente considerados el último peldaño de la escala social en el país; personas que a lo más tienen una ciudadanía de segundo orden y que no se percibe que tengan iguales derechos que los integrantes de la sociedad dominante. En un país fuertemente fragmentado no sólo por las brechas económico sociales, étnicas y regionales, donde el racismo antiindígena construye escalas de humanidad diferenciales, según las cuales los indios no son tan humanos como los otros peruanos, no existe una conciencia generalizada de que la desaparición forzada de miles y la matanza de decenas de miles de personas constituya una tragedia nacional” <sup>207</sup>.

Um dos exemplos de mais radicais de implantação do modelo neoliberal na América Latina refere-se ao caso da Argentina, mais particularmente, ao período correspondente aos dois governos de Carlos Saul Menem (1989-1999). Segundo Mario Rapoport, o peronista Carlos Menem ascendeu ao poder com um discurso populista,

---

<sup>206</sup> Em 2005, Fujimori mudou-se para o Chile na condição de exilado político. Porém, em setembro de 2007, a justiça chilena atendeu ao pedido de sua extradição para o Peru. No país que governou por uma década, Fujimori foi levado a julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas, abuso dos direitos humanos, sequestro e genocídio. Em dezembro de 2007 foi condenado a seis anos de prisão pela revista ilegal da casa da mulher de seu ex-assessor Vladimiro Montesinos. A sentença, ditada pelo juiz Pedro Urbina, também obrigou o ex-presidente a pagar 400 mil novos sóis (US\$ 133.000) como reparação civil ao Estado. Além disso, ficou impedido de exercer cargos públicos por dois anos. Em abril de 2009, foi novamente condenado, desta vez, com uma pena de 25 anos de prisão por violações dos direitos humanos, sentença confirmada pelo Supremo Tribunal do Peru.

<sup>207</sup> MANRIQUE, Nelson. El tiempo del miedo, la violencia política en el Perú 1980-1996. In: *Revista Ciberayllu*, janeiro/2003 apud MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio... Op. cit., p. 74.

defendendo, em sua campanha eleitoral, o “salariato” e uma “revolução produtiva”<sup>208</sup>, mas que, logo em breve, “mostrou que sua política econômica se alinharia com os postulados do Consenso de Washington e seguiria os conselhos do FMI e outros organismos financeiros internacionais”<sup>209</sup>. Assim, o governo Menem passou a adotar o monetarismo da Escola de Chicago, vinculando os argentinos aos interesses do capitalismo neoliberal.

Em 1976, o governo civil de Isabelita Perón foi deposto por uma junta militar que deu início a um governo ditatorial, que ficaria marcado pela intensa repressão aos grupos organizados de esquerda, no qual resultou no desaparecimento de mais de 20 mil pessoas. Com a derrota na Guerra das Malvinas para a Inglaterra, em 1982, o governo militar acabou se enfraquecendo e foi substituído, no ano seguinte, pelo governo de Raul Alfonsín, membro da União Cívica Radical (UCR). A transição para o regime democrático caracterizou-se por um quadro de forte instabilidade macroeconômica<sup>210</sup>. A hiperinflação, que consumia a renda da classe trabalhadora e também da classe média argentina, e o crescimento do endividamento externo eram alguns aspectos que evidenciavam a gravidade da crise vivida pelo país durante a década de oitenta.

Nesse contexto de crise, em julho de 1989, Carlos Menem ascende ao poder, tendo sido eleito dois meses antes pelo Partido Justicialista (PJ). Seria a primeira vez, desde o ano de 1916, que um presidente passava o seu cargo para um candidato de oposição no país.

O novo presidente argentino logo articulou uma estreita relação com os EUA, fato que desagradou os setores mais tradicionais do peronismo. A aproximação com os interesses do grande capital ficaria ainda mais evidente quando Menem nomeou primeiramente Miguel Roig e, depois de sua morte, Néstor Rapanelli, para ocuparem o cargo de ministro da Economia. Miguel Roig e Néstor Rapanelli eram, respectivamente, vice-presidente executivo geral e vice-presidente do grupo multinacional, do ramo de alimentos, Bunge y Born, considerado uma das corporações mais poderosas e influentes da Argentina. Pouco depois, Maria Julia Alsogaray foi nomeada para conduzir os

---

<sup>208</sup> O “salariato” prometia recuperar a renda e o poder aquisitivo do trabalhador argentino e a “revolução produtiva” intencionava o crescimento da estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico do país. FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 257.

<sup>209</sup> RAPOPORT, Mario. Argentina: economia e política internacional. Os processos históricos. In: *Revista DEP – Diplomacia, Estratégia & Política*, Brasília, nº 10, outubro/dezembro, 2009, p. 43.

<sup>210</sup> AYERBE, Luis Fernando. A transição para o regime democrático na Argentina (1984-1989): um balanço do governo Alfonsín. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. UNESP, v. 14, 1991, p. 149-147.

processos de privatização no país. Maria Julia era filha de Álvaro Carlos Alsogaray, economista, político, empresário e um dos principais intelectuais orgânicos do neoliberalismo na Argentina <sup>211</sup>.

A política econômica de Menem se desenvolvia, então, no cenário crítico deixado pelo governo Alfonsín, marcado pela alta da inflação e pela instabilidade macroeconômica <sup>212</sup>. A solução adotada por Menem para o controle inflacionário seria, portanto, o alinhamento quase que incondicional com a agenda de reformas propostas pelo *Consenso de Washington* e pelos organismos financeiros internacionais, entre eles o FMI, gestor da dívida argentina, e o Banco Mundial, financiador de vários projetos do ajuste neoliberal em curso no país na década de 1990.

Com pouco menos de vinte dias de governo, Menem conseguiu a aprovação de duas leis que dariam início, de maneira mais concreta, ao processo de ajuste neoliberal pelo qual passaria a Argentina na década de noventa: a Lei de Reforma do Estado <sup>213</sup> e a Lei de Emergência Econômica <sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> Álvaro Carlos Alsogaray nasceu em 1913, na província de Santa Fé. Alsogaray foi um dos precursores da aviação comercial no país e, ao final de década de 1940, durante o primeiro governo peronista, foi designado presidente da Frota Aérea Mercante Argentina, precursora da Aerolíneas Argentinas. Foi ministro da Economia em duas ocasiões: durante o governo Arturo Frondizi (1958-1962) e durante o governo de José María Guido (1962-1963). Como economista, Alsogaray aderiu ao pensamento neoliberal e foi membro da sociedade de Mont Pèlerin. Foi, também, fundador de três partidos políticos no país: o Partido Cívico Independente (PCI), em 1958; a Nueva Fuerza (NF), em 1973; e, em 1982, fundou a União de Centro Democrático (CD). Este último tornou-se o terceiro mais forte partido do país, depois da UCR e do Partido Justicialista.

<sup>212</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica da Argentina: 1989-2007*. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p. 27.

<sup>213</sup> A Lei nº 23.696, promulgada em 18 de agosto de 1989, dizia respeito à reforma administrativa do Estado argentino. A lei colocava em “estado de emergência” autarquias, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, entidades financeiras e bancos públicos, e demais instituições com participação majoritária de capital estatal. Esta lei garantiria ao poder federal a intervenção em qualquer instituição pública, com exceção das entidades de ensino superior. Com isso, a Lei de Reforma do Estado viabilizou as concessões e as privatizações de empresas estatais por meio de decretos presidenciais. Estabeleceu, ainda, o Programa de Propiedad Participada (PPP), por meio do qual os trabalhadores das empresas estatais seriam convidados a participar dos processos de desestatização, comprando ações das empresas privatizadas. BORON, Atilio e REY, Mabel Thwaites. *La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina*. In: PETRAS, James e VELTMEYER, Henry (orgs.). *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 200, p. 131-132; VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 25. A Lei de Reforma do Estado está disponível, em: <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/98/norma.htm>. Acesso em: 22/07/2012.

<sup>214</sup> A Lei nº 23.697, promulgada em 15 de setembro de 1989, decretava a suspensão de subsídios, subvenções e dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central. A Lei de Emergência Econômica também garantiu a igualdade de tratamento em relação ao capital estrangeiro, abrindo a possibilidade de sua participação nos processos de privatização. A Lei de Emergência Econômica se encontra disponível, em sua íntegra, no seguinte endereço eletrônico: <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/15/norma.htm>. Acesso em: 22/07/2012.

Como já mencionamos, Menem nomeou como ministro da Economia, Miguel Roig, empresário do grupo Bunge y Born, a quem coube a tarefa de colocar em prática o chamado Plano Bunge y Born, ou simplesmente, Plano BB <sup>215</sup>. Entretanto, Roig falece e é sucedido por Néstor Rapanelli, também executivo ligado ao grupo Bunge y Born, que ocupa o cargo de ministro da Economia por um curto período, logo sendo substituído por Antonio Ermán González.

As medidas adotadas pelo Plano BB não apresentavam grandes diferenças em relação a outras medidas já tentadas por planos econômicos anteriores e consistiam, basicamente, no controle dos preços, desvalorização monetária, suspensão por seis meses de todos os subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações, controle dos gastos públicos, além da compressão dos salários das classes trabalhadoras.

Contudo, com menos de seis meses após o lançamento do Plano BB, já era possível observar uma grande desvalorização do austral em relação ao dólar. Dessa forma, a recessão econômica argentina se agravou e a hiperinflação não pode ser controlada.

Após o fracasso do Plano Bunge y Born, em dezembro de 1989, foi adotado o Plano Bonex <sup>216</sup>. O novo plano foi articulado pelo então ministro da Economia, Ermán Gonzalez, juntamente com conselheiros de bancos credores e de Álvaro Alsogaray, figura emblemática do pensamento neoliberal na Argentina. O Plano Bonex baseava-se na elevação das taxas de juros a níveis acima da inflação e na reestruturação compulsória da dívida pública, trocando os depósitos a prazo nos bancos por títulos dolarizados (bônus externos) com prazo de resgate de dez anos <sup>217</sup>.

Mario Rapoport salienta que o Plano Bonex assemelhava-se muito ao Plano BB quanto às medidas adotadas, tendo como diferença fundamental o fato de não contemplar mecanismos de controle de preços.

Inicialmente, o Plano Bonex se revelou bem sucedido, uma vez que os preços ficaram mais acessíveis ao consumidor final, conseguindo, assim, conter o processo inflacionário. Contudo, ao ser retomado o pagamento da dívida externa argentina com o

---

<sup>215</sup> O nome dado ao primeiro plano econômico do governo Menem é emblemático: Plano Bunge y Born (BB). O programa foi assim batizado devido ao fato de que o novo ministro da economia, Miguel Roig, ocupava, até então, um cargo de direção na empresa argentina Bunge y Born, uma multinacional do setor de alimentos.

<sup>216</sup> Bonex era a sigla de *bonos externos*. CARVALHO, Carlos Eduardo. Plano Bonex: peculiaridades do bloqueio da liquidez na Argentina em 1990. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, nº 55, nov. 1999, p. 37.

<sup>217</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 29.

FMI, a hiperinflação de finais dos anos 80, retornou com grande intensidade, provocando uma fortíssima recessão econômica.

O desgaste político decorrente do quadro de recessão econômica e do agravamento da dívida externa levou à queda de Ermán Gonzalez e à ascensão de Domingo Felipe Cavallo ao cargo de ministro da Economia, em abril de 1991 <sup>218</sup>.

Domingo Felipe Cavallo, economista de formação ortodoxa, obtida na universidade de Harvard, iniciou a sua atuação como funcionário do governo, em 1982, e foi o responsável pela implantação de um ambicioso e inédito plano econômico de controle da inflação <sup>219</sup>. O chamado Plano de Conversibilidade, aprovado em abril de 1991, transformou a antiga moeda argentina, o austral, em peso, e estabeleceu a sua paridade com o dólar. A confiança no novo plano econômico residia no fato de que a população argentina em geral poderia trocar pesos por dólares em qualquer momento, em que um peso valia exatamente um dólar <sup>220</sup>. Além do regime de paridade cambial com o dólar, foi estabelecida uma redução geral das tarifas protecionistas, concretizando, dessa forma, a abertura econômica do país ao capital estrangeiro. Conforme Fernando Vianini, “as tarifas caíram 1/3 do valor anterior, e os resultados imediatos dessa medida foram o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução das taxas de juros, a queda da inflação e o reaquecimento da economia” <sup>221</sup>.

Para tranquilizar os investidores externos, em abril de 1992, o governo argentino aderiu ao Plano Brady <sup>222</sup>. O Estado aumentou a arrecadação de impostos e recebeu uma quantidade expressiva de empréstimos e investimentos estrangeiros. Entre 1991 e 1994, ingressou na economia argentina uma expressiva quantidade de dólares <sup>223</sup>.

---

<sup>218</sup> ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, p. 258.

<sup>219</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 30.

<sup>220</sup> NEUTZLING JR, João. Argentina: crise e ressurreição. In: *Análise*. Porto Alegre, Vol. 19, nº 1, jan/jun de 2008, p. 12.

<sup>221</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 31.

<sup>222</sup> O Plano Brady é o nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de países em desenvolvimento – especialmente da América Latina – lançado em 1989, pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady. O objetivo central do Plano Brady “era promover o desconto da dívida externa dos países em desenvolvimento, e sua redução junto aos bancos privados dar-se-ia através da recompra direta dos títulos pelo país devedor. Haveria, assim, a substituição da dívida velha por novos bônus que seriam distribuídos para o mercado (securitização), tendo os organismos multilaterais (FMI) como garantia de uma eventual inadimplência dos países devedores”. ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 176.

<sup>223</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 32.

Em 1994, o PIB argentino era três vezes superior ao seu valor em 1989, quando o governo Menem teve o seu início. O crescimento econômico também refletiu no PIB per capita. Em 1989 o seu valor era de US\$ 2.392. No ano seguinte, este valor passa a ser de US\$ 4.350 e, em 1994, este índice alcançou o valor de US\$ 7.501. O Plano de Conversibilidade de Domingo Cavallo também foi o responsável pelo fim da hiperinflação que atingia a economia argentina em 1989/1990<sup>224</sup>.

Paralelamente ao Plano de Conversibilidade o ajuste neoliberal da Argentina passou por uma série de medidas que incluíam a abertura comercial e financeira do país ao capital estrangeiro, a redução da proteção tarifária e alfandegária, o fortalecimento da previdência social privada, a redução dos investimentos públicos, principalmente nos setores sociais, o aumento do desemprego e etc. Ao mesmo tempo, iniciou-se um dos mais amplos e radicais programas de privatização da América Latina, numa clara demonstração de alinhamento incondicional com o programa neoliberal. As privatizações, realizadas com o discurso oficial de equilibrar as contas públicas, acabaram por transferir uma parcela significativa dos investimentos em estruturas de uso público para o setor privado.

Uma das primeiras empresas a serem privatizadas pelo governo Menem foi a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTel), estatal do setor de telecomunicações, fundada em 1946, durante o governo Perón.

Maria Julia Alsogaray foi nomeada interventora e buscou de todas as maneiras a preparação para a privatização da empresa, utilizando-se de diversos mecanismos: precarização dos serviços, redução do quadro de funcionários, estabelecimento de novos padrões de relações trabalhistas, que aumentou em cinco horas a jornada de trabalho mensal, e, por último, a repressão aos trabalhadores e sindicatos que procuravam resistir às mudanças que abriam caminho para a privatização da estatal, que já havia sido aprovada pelo governo<sup>225</sup>.

---

<sup>224</sup> Em 1989 e 1990 a inflação na Argentina atingiu o índice de 3.058% e 2.077%, respectivamente. Em 1991, a inflação foi de 133% e, no ano seguinte, de 12%. VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 33.

<sup>225</sup> CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações na Argentina e suas consequências para os trabalhadores. In: *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 14 a 17 de setembro de 2010, p. 29.

No processo de privatização, saíram vencedoras para o serviço de telefonia fixa, o grupo Telefónica de Argentina <sup>226</sup>, que passou a ser responsável pelos serviços da região sul e o grupo Telecom Argentina, responsável pelos serviços da região norte. Como explica Senén Gonzalez: "os consórcios ganhadores ficaram constituídos por uma operadora estrangeira, um grupo econômico de capital nacional e um banco credor da dívida externa argentina" <sup>227</sup>.

Após a venda da ENTel, os grupos privados vencedores do processo de licitação iniciaram um "profundo e acelerado processo de transformação nas condições e relações de trabalho", estabelecendo programas de demissão "voluntária" e "aposentadorias antecipadas" <sup>228</sup>. A política de demissão dos novos controladores da Entel levaria a uma drástica redução no número de empregos da empresa. Em 1990, pouco antes de ser privatizada, a ENTel possuía cerca de 40 mil funcionários. Dez anos depois, a Telefónica possuía em torno de 10 mil e a Telecom 14 mil. Ou seja, nada menos do que 16 mil trabalhadores perderam seus empregos após a privatização da Entel.

Na mesma época, foram vendidas a estatal do setor aéreo, Aerolíneas Argentinas, as empresas petroquímicas Polisor, Petropol, Induclor e Monómeros Vinílicos, a petroleira Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a companhia Gas del Estado, as usinas atômicas de Atucha I e II, empresas de água e esgoto, correios, cerca de 10.000 quilômetros de rodovias para serem exploradas através da cobrança de pedágio, bancos, além de diversos canais de televisão.

Quando foi privatizada pelo governo de Carlos Menem, em 1991, a Aerolíneas Argentinas <sup>229</sup> era uma empresa lucrativa, possuía uma frota de 28 aviões próprios e um alugado, com rotas internacionais e escritórios em importantes cidades no exterior, sendo considerada uma das companhias aéreas mais seguras do mundo. A empresa, ao ser vendida para a espanhola Ibéria, passou por um processo de desmonte, com a venda de

---

<sup>226</sup> O grupo Telefónica de Argentina era liderado pelas seguintes empresas: Telefónica de España, Citibank, Techint, e Perez Companc. Estes dois últimos eram grupos de capital interno (argentino). CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações... Op. cit., p. 30.

<sup>227</sup> SENEN GONZALEZ, Cecilia. Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina. In: CASTRO, Maria Silvia Portella de e WACHENDORFER, Achin (Orgs.). *Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción em un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998, p. 204 apud CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações... Op. cit., p. 30.

<sup>228</sup> CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações... Op. cit., p. 30-31.

<sup>229</sup> Criada em 1950 pelo governo de Perón, a empresa chegou a ser líder das companhias aéreas do hemisfério Sul.

aviões, fechamento de oficinas e de escritórios dentro e fora da Argentina, além da demissão de um grande número de funcionários <sup>230</sup>.

Depois de uma gestão desastrosa, em 2001, a Ibéria acabou vendendo boa parte dos ativos da Aerolíneas para resolver seus próprios problemas financeiros. O controle de empresa passou então para um consórcio liderado pelo grupo espanhol Marsans, que adquiriu 92,1% das ações da Aerolíneas. O grupo espanhol implantou uma política de forte redução de custos na empresa, entrando em rota de colisão com os sindicatos de funcionários da Aerolíneas e enfrentando uma série de greves e problemas nos aeroportos. Em julho de 2008 o grupo Marsans foi obrigado a se retirar do comando da companhia pelo Estado argentino por dívidas que chegavam ao valor de US\$ 890 milhões.

Em 1999, já no final de seu segundo mandato, Menem privatizou a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), maior empresa do setor de petróleo do país <sup>231</sup>. A YPF foi vendida em conjunto com outras empresas estatais argentinas para a companhia espanhola Repsol. Em dezembro de 2000, as três companhias argentinas, YPF, Astra CAPSA e Respol Argentina, controladas pela Repsol YPF, passaram por um processo de fusão. A nova empresa contava com um capital total US\$ 3,93 bilhões <sup>232</sup>.

No período de 1990 a 1998, o governo vendeu US\$ 20 bilhões de empresas estatais, sendo que 60% para grupos estrangeiros. As receitas obtidas com a venda de empresas estatais alcançaram cerca de 10% do PIB, entre 1988 e 1997 <sup>233</sup>.

O governo Menem também introduziu importantes mudanças na legislação trabalhista. Em 1991 foi aprovada a Lei Nacional do Emprego, que permitia contratos temporários de trabalho, chamados de “*basura*”, nos quais os empregadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas. Tal medida enfraqueceu enormemente a capacidade de negociação dos sindicatos <sup>234</sup>.

---

<sup>230</sup> A Aerolíneas Argentinas foi avaliada em cerca de US\$ 600 milhões, número considerado muito abaixo do seu valor real. No leilão de privatização, a única empresa interessada foi Ibéria, empresa de capital espanhol, que ofereceu US\$ 260 milhões em dinheiro e mais US\$ 560 milhões em títulos da dívida argentina por 85% das ações da empresa. “Privatização das Aerolíneas Argentinas é exemplo de saque ao patrimônio público”. In: *Carta Maior*. São Paulo, 02/08/2008.

<sup>231</sup> A empresa foi criada em 1922 no governo de Hipólito Yrigoyen.

<sup>232</sup> Em 2012, com maioria no Congresso, a presidente Cristina de Kirchner conseguiu aprovar a nacionalização de 51% da YPF.

<sup>233</sup> FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 491.

<sup>234</sup> NEUTZLING JR, João. *Argentina: crise...* Op. cit., p. 13.

Além disso, foi aprovado em 1993 o chamado “*sistema de pasantías*”, que permitia o trabalho de estudantes (*pasantes*) em condições precárias, com um contrato sem praticamente nenhum tipo de encargo trabalhista e com salários muito mais baixos do que o conjunto da categoria.

Apesar do sucesso inicial do Plano de Conversibilidade de Menem e Cavallo, contudo, em pouco tempo o modelo econômico argentino começou a revelar alguns desequilíbrios <sup>235</sup>. O primeiro deles foi o grave desemprego que afetou os trabalhadores argentinos, especialmente por conta das privatizações e também em razão da política de abertura econômica, que levou ao fechamento, no país, de pequenas e médias empresas que não tinham condições de concorrer com os produtos importados <sup>236</sup>.

Em 1989, o desemprego afetava em torno de 7% da população argentina. Em 1994, este índice aumentou para 12%. Além disso, a abertura do mercado nacional e a supervalorização da moeda, por conta da política de paridade cambial em relação ao dólar, provocaram um enorme prejuízo na balança comercial, passando de um superávit de US\$ 12 bilhões no período 1990/1991, para um déficit de quase US\$ 10 bilhões no período 1992/1994 <sup>237</sup>.

Outro grande desequilíbrio do Plano de Conversibilidade foi o aumento da dívida externa argentina que, em 1994, alcançou US\$ 86 bilhões, praticamente o dobro do valor registrado três anos antes <sup>238</sup>. As contas fiscais também se deterioravam, devido, em especial, às reformas da previdência e do serviço da dívida externa, pois “ao se transferir às entidades privadas a responsabilidade pela arrecadação, enquanto os benefícios ficavam ao cargo do poder público, o Estado argentino entrou num período deficitário alarmante” <sup>239</sup>.

Com efeito, a partir de 1994, o cenário externo começou a se tornar desfavorável, especialmente após a decretação da moratória da dívida externa pelo governo mexicano e do chamado *efeito tequila*. O clima de instabilidade econômica e de desconfiança por parte dos investidores estrangeiros se espalhou pelos diversos países da América Latina que haviam adotado políticas econômicas neoliberais, levando a uma fuga maciça de

---

<sup>235</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 33.

<sup>236</sup> Segundo João Neutzling Júnior, “muitas indústrias argentinas foram extintas no período, pois não conseguiram enfrentar a concorrência estrangeira, que tinha produtos de maior valor agregado e prazos de financiamento maiores”. NEUTZLING JR, João. *Argentina: crise...* Op. cit., p.16.

<sup>237</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 33.

<sup>238</sup> FERRER, Aldo. *A economia argentina...* Op. cit., p. 261.

<sup>239</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 33.

capitais <sup>240</sup>. Na Argentina, a crise somente foi controlada a partir de um empréstimo de socorro financeiro do FMI e do governo dos EUA.

Numa tentativa de contornar a crise, o ministro Cavallo aprofundou o ajuste neoliberal no país, lançando um novo pacote de medidas, “através da qual, novas privatizações foram realizadas, atingindo desta vez as centrais nucleares e os Correios, e um severo corte ao repasse para as províncias foi feito” <sup>241</sup>. Além disso, o governo Menem realizou cortes no orçamento, reduziu salários do funcionalismo público e aumentou impostos. Dessa maneira, a crise mexicana, no lugar de abalar a confiança do povo argentino e a popularidade de Menem, ao contrário, “fortaleceu a sua campanha de reeleição devido à propaganda de sua figura, que encarnava a ordem e a estabilidade” <sup>242</sup>.

Assim, paralelamente ao agravamento da crise e das tentativas de contorná-la através do aprofundamento do ajuste neoliberal no país, em 10 de abril de 1994, Carlos Menem dá início ao processo de articulação que levaria a sua reeleição. Naquela data, foram realizadas eleições para a escolha de 305 deputados constituintes, que tratariam de alterar a Constituição do país, de modo que permitisse a reeleição <sup>243</sup>. A reforma constitucional foi fruto do chamado Pacto de Olivos <sup>244</sup>, um acordo feito entre os peronistas, encabeçados por Menem, e os radicais, liberados por Raul Alfonsín.

Dessa forma, o Pacto de Olivos, “nada mais foi que o reconhecimento por parte de Alfonsín da impossibilidade de frustrar as ambições do presidente Menem” <sup>245</sup>. Além da possibilidade de reeleição, Alfonsín garantiu a inclusão de alguns pontos pretendidos pela União Cívica Radical na reforma constitucional, entre elas, o direito ao segundo turno, a

---

<sup>240</sup> Segundo Antonio Carlos Fraquelli, “Rapidamente, foram atingidos a Argentina e o Brasil, que mantinham desequilíbrios nas contas externas: a Argentina vivia há algum tempo com o Plano de Conversibilidade e a sua âncora cambial, enquanto o Brasil, que havia introduzido o Plano Real em julho de 1994, estava operando com déficits comerciais a escassos pares de meses.” FRAQUELLI, Antonio Carlos. *A Argentina nos anos 90*. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000, p. 27.

<sup>241</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 34.

<sup>242</sup> ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea...* Op. cit. p. 271; VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 35.

<sup>243</sup> Algo semelhante ocorreu no Brasil com Fernando Henrique Cardoso que, como veremos, conseguiu se reeleger presidente devido a uma alteração na Constituição brasileira.

<sup>244</sup> De acordo com Antonio Carlos Fraquelli, “o caminho para a reeleição de Menem teve o seu percurso bem definido a partir do que se convencionou chamar de o Pacto de Olivos. A partir do momento em que o Presidente visualizou a possibilidade de reeleição, Menem contactou com Alfonsín para comunicar-lhe o desejo de implementar um plebiscito junto à sociedade argentina para avaliar, através de uma consulta, a possibilidade de concorrer a um novo mandato. Consciente de que a vitória no plebiscito reconduziria o presidente ao governo, Alfonsín negociou um pacto com Menem em que o conteúdo do acordo fixava uma agenda – 10 itens – para a reforma constitucional.” FRAQUELLI, Antonio Carlos. *A Argentina nos anos...* Op. cit, p. 26.

<sup>245</sup> VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 36.

redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, a criação da chefia de gabinete dos ministérios, as eleições e alterações no mandato de senadores, a eleição direta para a Prefeitura de Buenos Aires, a mudança no processo de designação de juízes, a revogação de decretos de urgência e a formalização de consultas populares <sup>246</sup>.

Portanto, após o estabelecimento do Pacto de Olivos e da possibilidade de reeleição após a reforma constitucional, nas eleições presidenciais de 1995, Menem é reeleito, com mais de 50% dos votos, com a promessa de manter a conversibilidade cambial.

Porém, já a partir de 1996, a variação do PIB argentino começava a apresentar forte oscilação e o índice de desemprego aumentou. O baixo índice de inflação, por sua vez, era um indicador da perda de poder aquisitivo por parte da população economicamente ativa do país <sup>247</sup>. Somava-se a isso o fato de que a entrada no mercado interno de produtos de tecnologia avançada, computadores, telefones celulares, calçados, entre outros, levaria a economia argentina à perda da sua capacidade de exportação. O país começava a entrar, novamente, em um quadro de recessão.

A partir de então, inúmeros protestos se multiplicaram, ganhando as ruas das principais cidades do país, levando, em 1996, o então ministro da Economia, Domingo Cavallo, a deixar o governo <sup>248</sup>.

Para completar o quadro de crise, em 1997, os países asiáticos enfrentaram uma crise cambial e desvalorizaram as suas moedas. No ano seguinte, foi a vez da Rússia decretar a moratória de sua dívida externa. Esse quadro de instabilidade macroeconômica internacional levou os investidores estrangeiros a retirarem os recursos investidos no exterior, entre eles os da Argentina, tal como já haviam feito em 1994, com a crise mexicana. Em janeiro de 1999, o Brasil também desvalorizou o câmbio, o que acabou deteriorando ainda mais o saldo comercial argentino <sup>249</sup>.

Em 1999, a dívida externa argentina atingia quase US\$ 150 bilhões, dos quais 60% correspondiam à dívida pública e 40% à dívida privada. A crise social, no final da

---

<sup>246</sup> ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea...* Op. cit. p. 271; VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica...* Op. cit., p. 36.

<sup>247</sup> NEUTZLING JR, João. *Argentina: crise...* Op. cit., p.16.

<sup>248</sup> FERRER, Aldo. *A economia argentina...* Op. cit., p. 262.

<sup>249</sup> NEUTZLING JR, João. *Argentina: crise...* Op. cit., p.17.

década de 1990, atingiu níveis insuportáveis, com a taxa de pobreza chegando à marca de 30% <sup>250</sup>.

Em 1999, Fernando de La Rúa, com apoio da UCR e de partidos de esquerda, venceu as eleições presidenciais, derrotando o peronista Eduardo Duhalde. O sistema de conversibilidade foi mantido, com o novo governo, numa tentativa de diminuir as pressões sobre o câmbio, cortando gastos públicos e também aumentando os impostos. Em 2001, Domingo Cavallo voltou para o Ministério da Economia em uma tentativa de salvar o Plano de Conversibilidade, “afetado não só pela defasagem cambial, como pela desconfiança dos agentes econômicos e pela fuga de capitais, que no mesmo ano atingiu 20 bilhões de dólares” <sup>251</sup>. A ocorrência de inúmeras manifestações de rua levou Fernando de La Rúa à renúncia, em 21 de dezembro de 2001. Era o fim do Plano de Conversibilidade da era Menem.

---

<sup>250</sup> NEUTZLING JR, João. Argentina: crise... Op. cit., p.17.

<sup>251</sup> NEUTZLING JR, João. Argentina: crise... Op. cit., p.18.

## Capítulo 2- O ajuste neoliberal no Brasil: o Plano Real e a reforma do Estado

Em entrevista ao também sociólogo Brasílio Sallum, em agosto de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o seu governo estava “reorganizando o capitalismo brasileiro”<sup>252</sup>. Tal afirmação, à primeira vista pretensiosa, tinha o seu fundamento, uma vez que, durante os oito anos em que esteve no poder, FHC fora responsável pelo ajustamento da política e da economia brasileira ao modelo neoliberal a partir da implantação de um amplo programa de *contra-reforma* do Estado<sup>253</sup>.

O ajuste neoliberal no Brasil realizado por FHC foi estruturado em torno de dois grandes programas: um programa de estabilização macroeconômica, consubstanciado no Plano Real, iniciado quando FHC ainda ocupava o ministério da Fazenda no governo Itamar Franco (1992/1994), e um programa de reformas do Estado, estruturado em torno do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) e do ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). A reforma do Estado no governo FHC compreendeu, de um lado, quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações e, de outro, modificação na legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa.

### 2.1- FHC e a chegada à presidência

Entre o final do regime militar, em 1985, e a aprovação da nova Constituição brasileira, em 1988, Fernando Henrique Cardoso, que ao final do regime militar ganharia projeção como uma das principais lideranças no movimento pela redemocratização no país, acumulara três derrotas<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro”. Entrevista com Brasílio Sallum Jr. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, nº 39, 1997, p. 11-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a03n39.pdf>. Acesso em: 12/08/2012.

<sup>253</sup> O termo *contra-reforma* é utilizado para caracterizar o ajuste neoliberal pelo qual passou o Estado brasileiro durante os oito anos de governo de FHC (1995/2002), o qual implicou em um profundo retrocesso social. O termo é baseado na recusa de Elaine Behring “em caracterizar como reforma processos regressivos”. Conforme o entendimento da autora, o reformismo é característico da esquerda e ganha significado no debate do movimento operário e da perspectiva socialista e que, portanto, difere totalmente da proposta de “reforma” do modelo neoliberal. Contudo, por ser o termo “reforma” mais usual, continuaremos o adotando, porém no sentido muito mais de uma “contra-reforma” do que de uma reforma propriamente dita, que assume o sentido de transformação social. BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>254</sup> “O esquema tático de FHC”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dez. de 1998.

A primeira delas ocorreu quando Tancredo Neves, eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 1985, derrotando Paulo Maluf, deu indicações de que iria nomear FHC como ministro das Relações Exteriores. Levaria-o, inclusive, a uma viagem internacional, que incluiu EUA, Portugal e Itália. Na volta ao país, porém, nomeou para o cargo o banqueiro Olavo Setúbal, do grupo Itaú, e FHC acabou sendo nomeado líder do governo no Congresso, função criada de última hora.

A segunda derrota veio em novembro daquele mesmo ano, na campanha para a prefeitura de São Paulo. FHC foi derrotado por Jânio Quadros, ex-presidente da República e político experiente, sofrendo o vexame de se deixar fotografar sentado na cadeira do prefeito antes das eleições.

Ao final de 1986, ocorreu a terceira derrota, quando FHC perdeu a disputa interna dentro do PMDB, partido criado ao fim do regime dos generais, para Orestes Quércia, tendo que se contentar com o Senado.

Fernando Henrique Cardoso nasceu, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de junho de 1931, filho de Leônidas Fernandes Cardoso, oficial do Exército, advogado e deputado federal por São Paulo, entre 1955 e 1959, pelo PTB e de Nayde Silva Cardoso. Sua genealogia aponta para uma família de políticos e militares de forte tradição na história do Brasil desde a época do Império <sup>255</sup>.

Tinha apenas dois anos de idade quando, em 1934, seu pai tornou-se chefe de gabinete do general Pedro de Góis Monteiro, sucessor de seu tio-avô, Augusto Inácio, no ministério da Guerra. O general Leônidas teve longa participação na vida política

---

<sup>255</sup> Seu bisavô paterno, o brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo, foi membro do Partido Conservador e, durante o Segundo Reinado, foi deputado por várias legislaturas, senador, comendador e vice-presidente de província, tendo assumido, interinamente, por três vezes, a presidência da província de Goiás. Seu avô, o marechal Joaquim Batista Cardoso, participou ativamente do movimento de proclamação da República, tendo sido um dos três oficiais que levariam a D. Pedro II a ordem de banimento. Mais tarde, integrou as forças legalistas que combateram na Revolta da Armada, estreitando relações com o marechal Floriano Peixoto, de quem seria ajudante de ordens. Na época em que era comandante da área de Mato Grosso, veio para o Rio de Janeiro e foi preso por ter participado do levante de 1922 contra a eleição de Artur Bernardes e as punições impostas pelo então presidente Epitácio Pessoa aos militares, como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Dois tios seus por parte de mãe também tiveram forte envolvimento com a política: Carlos Cardoso e o general Felicíssimo Cardoso. O primeiro, economista, foi secretário de Finanças do Distrito Federal em 1952 e, entre 1958 e 1960, durante o governo JK, foi presidente do Banco do Brasil. O segundo, militar, foi uma das principais lideranças na campanha pela nacionalização do petróleo no Brasil e um dos responsáveis pela Lei nº 2004, que criou a Petrobrás. O general Felicíssimo Cardoso ocupou, ainda, entre 1953 e 1973, a presidência do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), cujo pai de FHC, o general Leônidas Fernandes Cardoso, foi um dos fundadores. Outros dois parentes seus ocuparam o ministério da Guerra: o seu tio-avô, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, entre 1932 e 1933, durante o governo provisório de Vargas, e o filho deste, Ciro do Espírito Santo Cardoso, entre 1952 e 1954. Outro parente de FHC, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, também filho de Augusto Inácio, foi prefeito do Distrito Federal entre 1952 e 1954. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

nacional. Seguiu carreira militar e participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, que culminaram na Revolução de 1930 e na condução de Vargas ao poder.

FHC iniciou seus estudos no Colégio Paulista, no Rio de Janeiro. Em 1940, com a transferência de seu pai para a 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, mudou-se com a família para a capital paulista. Em 1943, passou a estudar no tradicional Colégio São Paulo, contando, ainda, com uma professora particular de francês.

Em 1949, aos dezoito anos de idade, ingressaria na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Fundada em 1934, a USP contou, nos seus primeiros anos, com jovens professores franceses, que naquela época estavam iniciando a suas carreiras como docentes, entre eles Claude Lévi-Strauss (Antropologia), Fernand Braudel (História) e Roger Batiste (Sociologia)<sup>256</sup>. Deste último, em 1953, Fernando Henrique se tornou auxiliar, pouco depois da conclusão de sua especialização em sociologia.

Na USP, não foi apenas aluno de professores franceses, mas também da primeira geração de sociólogos brasileiros, no qual se destacava Florestan Fernandes<sup>257</sup>. Pouco antes de completar a sua formação em ciências sociais, passou a lecionar, em agosto de 1952, a disciplina de História Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Economia.

Na década de 1950, durante a campanha pela nacionalização do petróleo e que resultaria na criação, em 1953, da Petrobrás, acompanhou o seu pai na organização de grupos de apoio, exercendo a função de tesoureiro<sup>258</sup>. Nessa época, com pouco mais de vinte anos, FHC já começava a atuar na política estudantil.

Em janeiro de 1955, Florestan Fernandes assume a cátedra de sociologia da USP e FHC torna-se seu assistente. Neste mesmo ano, começa a colaborar com a imprensa partidária ao auxiliar na revista *Fundamentos*, pertencente à editora Brasiliense, ligada ao PCB.

Em 1961, FHC obteve o título de doutor em ciências sociais pela USP, tendo publicado, no ano seguinte, sua tese, intitulada *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, no qual faz um amplo estudo sobre o sistema escravista na região sul do país. Entre os anos de 1962 e 1963, convidado pelo sociólogo francês Alain Touraine, fez um curso de pós-graduação

---

<sup>256</sup> Lévi-Strauss lecionou na USP entre 1935 e 1938; Fernand Braudel deu aulas em duas passagens pela USP: entre 1935 e 1937 e, novamente, em 1947; Roger Batiste foi professor entre 1938 e 1954. Destes, apenas Batiste foi professor de FHC na USP.

<sup>257</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>258</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

no Laboratoire de Sociologie Industrielle, da universidade de Paris. Na capital francesa, iniciou a redação de sua tese de livre-docência, intitulada *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, defendida em 1963 na USP.

Logo após o golpe militar, em abril de 1964, viajou para a Argentina, tendo, recebido o convite para trabalhar na CEPAL, instituição ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) e sediada em Santiago, no Chile. Na capital chilena, passou a dar aulas no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), onde se tornaria diretor-adjunto, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) e nas faculdades de Sociologia e de Ciências Econômicas do Chile. Ao trabalhar na CEPAL, FHC participou intensamente dos debates sobre os impasses ao desenvolvimento das economias latino-americanas e escreveu ao lado do sociólogo chileno Enzo Faletto, a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*<sup>259</sup>, no qual estariam colocados os pressupostos da chamada *teoria da dependência*. No livro, Faletto e FHC defendem a tese de que o desenvolvimento dependente-associado seria o único possível entre as economias latino-americanas. Lançado originalmente na língua espanhola, ao longo da década de 1970, o livro seria traduzido para o italiano, inglês, francês e alemão e projetaria FHC como um dos mais importantes sociólogos latino-americanos. A *teoria da dependência* provocou reações e críticas entre os intelectuais de esquerda, que viam na dependência o mal do Brasil, enquanto Cardoso e Faletto colocavam a dependência na base do desenvolvimento capitalista brasileiro<sup>260</sup>.

Em 1969, não mais podendo lecionar em instituições públicas por conta de sua aposentadoria compulsória pelo AI-5, ajuda a fundar em São Paulo, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com auxílio da Fundação Ford.

Convidado em 1974 por Pedro Simon, deputado estadual (MDB-RS), junto com seu colega de CEBRAP, José Artur Giannotti, realizou uma série de palestras no Rio Grande do Sul, que tiveram uma ampla repercussão política. Desde então, estreitaram-se

---

<sup>259</sup> CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

<sup>260</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

Segundo Cardoso e Faletto, "criticamos também àqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, o emprego, melhor redistribuição da renda e melhores condições de vida para a população. Ainda nas economias desenvolvidas esses problemas continuam sem solução, como o provam os porto-riquenhos, os negros e os brancos pobres na América do Norte". CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique e FONT, Maurício. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 29.

em relações entre o CEBRAP e o MDB, partido de oposição ao governo militar. Ainda em 1974, a direção do partido propôs ao CEBRAP a atualização do seu programa político para as eleições legislativas de novembro. Aceita a proposta, seus membros participaram do trabalho, cujos resultados contribuíram para a expressiva vitória do MDB nas urnas. Durante a campanha, FHC se tornou amigo e colaborador de Ulysses Guimarães, então deputado federal por São Paulo e um dos mais prestigiados líderes da oposição parlamentar, participou, ainda, da elaboração do programa eleitoral de Orestes Quéricia, eleito senador por São Paulo na legenda do MDB.

Em 1975, a convite de Albert Hirschman, deu aulas no Institute of Advanced Studies da universidade de Princeton (EUA), lá permanecendo até 1976<sup>261</sup>.

Em 1978, apesar do impedimento de ocupar cargos públicos pelo AI-5, FHC filiou-se ao MDB, com o intuito de se candidatar ao Senado nas eleições daquele ano, tendo recebido o apoio de importantes líderes do partido, como Ulysses Guimarães e Quéricia.

Conforme a legislação da época, que permitia a inscrição de até três candidatos ao mesmo cargo, FHC foi inscrito pelo MDB como candidato a uma vaga no Senado em uma das três sublegendas do partido<sup>262</sup>. Em sua campanha, recebeu apoio de importantes setores da sociedade, entre eles, a OAB, a Igreja Católica de São Paulo e o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, liderado por Lula.

Pouco antes do final da campanha, o STF decidiu pela restituição de seus direitos políticos, regularizando sua candidatura. Ao final das eleições, em 15 de novembro de 1978, FHC foi o segundo candidato ao Senado mais votado em São Paulo, ficando atrás de Franco Montoro, também do MDB, e na frente de Cláudio Lembo, candidato da ARENA. Devido ao mecanismo da sublegenda, FHC ganhou a condição de ser suplente Montoro<sup>263</sup>.

Com o processo de abertura política, FHC participou intensamente do debate acerca do sistema político-partidário brasileiro, colocando-se contra a extinção do MDB e contra a proposta de criação de um partido socialista, muito embora entendesse ser necessária a existência de um partido político que representasse os trabalhadores. Em 1979, eleito vice-presidente do MDB em São Paulo, passou a engajar-se na campanha

---

<sup>261</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>262</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>263</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

pela anistia aos presos e exilados. Naquele ano, com o fim do bipartidarismo e com a criação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), filiou-se a este partido, cuja origem remontava ao MDB, e foi eleito vice-presidente da nova agremiação partidária. Ao mesmo tempo, participou intensamente do projeto de formação e de reuniões preparatórias de um novo partido político representativo dos interesses das classes trabalhadoras, discutindo com representantes do movimento sindical, entre eles, Lula, tendo também participado das greves da região do ABC paulista. Contudo, quando da criação do PT, preferiu manter-se filiado ao PMDB <sup>264</sup>.

Com a posse de Franco Montoro como governador de São Paulo em 1983, FHC, na condição de suplente, assumiu a cadeira de Montoro no Senado, onde participou, como membro, das comissões de Economia, Educação e Cultura e de Legislação Social.

Com a vitória de Tancredo Neves, depois foi exercer o cargo recém-criado de líder do governo no Congresso. Sua principal função seria a de articular as negociações com os partidos políticos em torno das reformas constitucionais da Nova República.

Em abril de 1985, depois de perder a disputa interna no PMDB para Orestes Quécia na sua pretensão de candidatar-se ao governo de São Paulo, lançou-se candidato à prefeitura paulista. Líder nas pesquisas até o final da campanha, FHC – que na véspera das eleições havia tirado foto na cadeira de prefeito – perdeu para o veterano Jânio Quadros.

Em junho de 1988, renunciou à liderança do PMDB no Senado. Na ocasião, anunciou sua decisão de deixar o partido para ajudar a formar outra agremiação. No mês seguinte, juntamente com mais 102 dissidentes, entre os quais 40 deputados federais e sete senadores, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além de FHC, outros nomes se destacaram na criação do novo partido político, entre eles, Mário Covas (famoso pela defesa de um “choque de capitalismo” para reformar o país, ao discursar no Senado em 28 de junho de 1989), José Serra, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso (esposa de FHC), Luiz Carlos Bresser Pereira, André Franco Montoro, Sérgio Motta, Geraldo Alckmin, Artur da Távola, Paulo Renato de Souza, Caio Pompeu de Toledo, Eduardo Jorge, Clóvis Carvalho, Renan Calheiros, Ronaldo Cezar Coelho, entre outros <sup>265</sup>.

---

<sup>264</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>265</sup> GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Anexo I: Relação dos fundadores do PSDB, p. 166-170.

No governo Sarney, FHC foi crítico da política econômica, embora tenha apoiado o Plano Cruzado. No governo Itamar Franco foi ministro das Relações Exteriores antes de ocupar a pasta da Fazenda e se lançar candidato ao mais importante cargo do poder executivo no país.

Quando FHC se lançou abertamente na campanha, em abril de 1994, logo após ter deixado o ministério da Fazenda, as pesquisas de intenção de voto apontavam uma tendência favorável ao nome de Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT, que havia sido derrotado por Collor no segundo turno das eleições de 1989. A situação econômica do país, com o Plano Real ainda em sua segunda fase (criação da URV), não lhe era favorável, já que a inflação continuava muito alta, tendo superado o índice de 45% no mês anterior <sup>266</sup>.

Dentro do seu partido, Fernando Henrique foi um dos articuladores da aliança com o PFL, oficializada em maio pelo PSDB. Congregando membros egressos da Arena e do PDS, partidos que deram sustentação ao regime militar, o PFL tinha grande força eleitoral na região Nordeste. O senador alagoano Guilherme Palmeira foi assim indicado candidato a vice-presidente. A chapa enfrentou resistências de setores do PSDB, que eram contrários à aproximação com forças historicamente identificadas com o conservadorismo. Diferentemente, dentro do PFL a aliança foi aceita sem maiores problemas, que se ampliaria com a incorporação do PTB. FHC foi bastante criticado pela aliança com o PFL, e a justificou como uma “aliança estratégica” para a realização de um projeto de modernização do país, possível apenas através de uma convergência com forças políticas social-democratas e liberais, tal como havia acontecido com outros países, como Chile e Espanha <sup>267</sup>.

Na campanha de FHC, a ênfase, no plano econômico, foi dada em relação à privatização das grandes empresas siderúrgicas e mineradoras, à extinção do monopólio de serviços públicos e à abertura do país ao capital estrangeiro. No plano institucional, a ênfase foi em torno da proposta de um conjunto de reformas: fiscal, trabalhista, administrativa e previdenciária.

Como não poderia ser diferente, o êxito inicial do Plano Real foi capitalizado em favor de sua campanha. Quando do lançamento do real, as pesquisas eleitorais feitas logo nos primeiros dias após a criação da nova moeda indicavam que FHC já não estava tão

---

<sup>266</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>267</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

atrás de Lula quanto haviam apontado pesquisas anteriores. A oposição, por sua vez, buscava argumentos para inverter a tendência das pesquisas de opinião favoráveis à FHC, denunciando a estabilização econômica como uma imposição do capital financeiro internacional <sup>268</sup>.

Após duas semanas da implantação do real, já era flagrante a queda vertiginosa da inflação. Na campanha, FHC ainda tentou capitalizar a seu favor a vitória da seleção brasileira nos EUA, conquistando o tetracampeonato mundial de futebol, comparando o êxito esportivo ao sucesso do real <sup>269</sup>.

Às vésperas das eleições e com a inflação em patamares pouco superiores a 1%, o candidato do PSDB firmava-se como franco favorito. Realizado o primeiro turno das eleições, FHC obteve uma vitória incontestável sobre os seus adversários na disputa presidencial <sup>270</sup>.

Em seu famoso discurso de despedida no Senado, já como presidente eleito, FHC sustentou a tese de que a principal questão a ser resolvida no país era a superação de um determinado modelo de desenvolvimento implantado pelo presidente Vargas, no qual o Estado detinha um papel preponderante na economia nacional <sup>271</sup>. Mas do que uma simples despedida, seu discurso no Senado expunha as suas intenções no esforço de atualizar a agenda política e econômica do país em relação aos movimentos já realizados internacionalmente.

O seu discurso era, na realidade, uma carta de intenções que explicitava as diretrizes do novo governo e sua intenção de fazer ingressar o país na lógica da globalização pela perspectiva daquilo que se chama “pensamento único”. A reforma do Estado tem centralidade no documento, como iniciativa que fecharia um longo ciclo denominado “Era Vargas”.

Como “Era Vargas”, dever-se-ia entender um modelo econômico baseado na forte intervenção estatal, substituição da poupança privada pelos investimentos públicos, ênfase nos setores de infraestrutura e indústria de base, regulamentação da questão

---

<sup>268</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>269</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernando Henrique Cardoso*.

<sup>270</sup> O resultado final foi o seguinte: FHC (55,22% dos votos), Lula (39,97%), Enéias Carneiro (2,10%), Leonel Brizola (2,06%), Espiridião Amin (1,63%), Orestes Quércia (1,24%). Os votos brancos corresponderam a 0,93% e os nulos, 3,13%, ao passo que o total de abstenções foi de 29,30%. PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 298.

<sup>271</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, em 14/12/1994.

trabalhista. Esta longa tradição, inaugurada por Vargas na década de 1930, continuada por JK nos anos 50 e pelo regime militar nas três décadas seguintes, na visão de FHC, havia se esgotado <sup>272</sup>.

Bancos e empreiteiras foram os maiores contribuintes tanto para a campanha de FHC em 1994, quanto para a sua reeleição em 1998 <sup>273</sup>. Em 1994, as doações do setor financeiro somaram pouco mais de R\$ 6,5 milhões. Quatro anos depois, alcançou o impressionante valor de R\$ 11,074 milhões, o que correspondia a 25,7% do total de R\$ 43,022 milhões arrecadados na campanha <sup>274</sup>.

Nas eleições de 1998, entre os dez maiores doadores estavam dois integrantes do consórcio Telemar, que venceu o leilão de privatização da Tele Norte Leste: a Inepar Indústria e Construções e a La Fonte Investimentos, empresa do grupo La Fonte, controlado por Carlos Jereissati, dono ainda da rede de shoppings Iguatemi, e irmão de Tasso Jereissati, político tucano, à época, governador do Ceará. Segundo dados oficiais, a La Fonte Investimentos, em 1998, doou para a campanha de reeleição de FHC, R\$ 1 milhão. Também integrante do consórcio Telemar, a Andrade Gutierrez, foi a segunda maior contribuição entre as empreiteiras.

O maior doador da campanha de FHC em 1998 foi o grupo Itaú, com R\$ 2,6 milhões, o equivalente a 6% do total arrecadado pelo candidato à reeleição pelo PSDB. Em 1994, o Itaú já aparecia entre os principais doadores de FHC, com R\$ 1,3 milhão. O grupo Votorantin, do empresário Antônio Ermírio de Moraes, derrotado no leilão de privatização da Vale do Rio Doce, foi o segundo maior doador, com R\$ 2,4 milhões. O terceiro maior doador também é do setor financeiro: o grupo holandês Real/ABN-Amro, com R\$ 2,3 milhões. O grupo Bradesco, o maior doador entre os bancos há quatro anos, com R\$ 2,2 milhões, contribuiu com R\$ 1 milhão para a reeleição de FHC <sup>275</sup>.

FHC também recebeu contribuições expressivas de empresas siderúrgicas, metalúrgicas e mineradoras (R\$ 3,8 milhões), indústrias petroquímicas (R\$ 3,2 milhões), indústrias de cimento (R\$ 2 milhões) e refinarias e distribuidoras de petróleo (R\$ 1,4 milhão). Entre estas, estavam ex-estatais que passaram para o controle privado, como a

---

<sup>272</sup> TEIXEIRA, Francisco Carlos. Do fim da Era Vargas ao novo New Deal. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, dez./1996, p. 177-178.

<sup>273</sup> “Custo da campanha à reeleição é estimado em R\$ 35 milhões”. In: *Folha de S. Paulo*, 4/06/1998.

<sup>274</sup> “Bancos lideram doações para campanha de FHC”. In: *Folha de S. Paulo*, 26/11/1998; “Bancos lideraram contribuições a FHC”. In: *Folha de S. Paulo*, 6/06/1999.

<sup>275</sup> “Setor financeiro quase dobra contribuições em relação a 94”. In: *Folha de S. Paulo*, 26/11/1998.

CSN e a Vale do Rio Doce, e grandes grupos privados nacionais que se beneficiaram das privatizações, como o grupo Gerdau e o já citado Votorantin.

Em 1998, pouco depois de se reeleger, novamente derrotando o candidato petista, Luís Inácio Lula da Silva, planilhas eletrônicas sigilosas do comitê eleitoral de FHC revelaram que sua campanha foi abastecida por um caixa dois. Pelo menos R\$ 10,1 milhões deixaram de ser declarados ao TSE. As planilhas foram criadas por Sérgio Luiz Gonçalves Pereira e serviam para sistematizar informações obtidas por seu irmão, o ex-ministro de FHC e presidente do comitê financeiro de suas duas campanhas presidenciais, Luiz Carlos Bresser Pereira <sup>276</sup>.

O que ocorrera em 1998 não era, absolutamente, novidade na campanha tucana de FHC. Nas eleições de 1994, entre os maiores doadores individuais de FHC estavam José Eduardo Andrade Vieira, dono do Bamerindus, e que era, inclusive, tesoureiro de sua campanha <sup>277</sup>. Em reportagem da revista *Veja*, em agosto de 2000, Andrade Vieira, que afirmou ter arrecadado cerca de R\$ 30 milhões, valor declarado ao TSE, disse também que outros R\$ 100 milhões entraram como “contribuição extraordinária”, ou seja, caixa dois. Na reportagem, o ex-banqueiro insinuou, ainda, que o dinheiro não computado fora enviado para um paraíso fiscal. “Provavelmente está no exterior. Debaixo do colchão é que não está”, falou <sup>278</sup>.

Contudo, as doações para campanhas eleitorais não eram o único meio de demonstrar a boa relação de FHC com o grande capital. Em 2002, nos últimos dias de seu governo, FHC, em um jantar no palácio do Planalto, reuniu um grupo seletivo de 12 grandes empresários do país para arrecadar fundos para o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), entidade que passaria a presidir após deixar o poder. Os 12 empresários fizeram uma doação conjunta de R\$ 7 milhões, quantia que serviria para financiar palestras, custear viagens ao exterior e bancar a vinda de convidados estrangeiros para o Brasil. Os empresários foram selecionados por Jovelino Mineiro, amigo de FHC e sócio de seus filhos na fazenda Buritis, em Minas Gerais. Boa parte daquele seletivo grupo empresarial terminaria os oito anos de governo FHC bem melhor do que começou, uma vez que a grande maioria ampliou a sua fortuna com a aquisição de empresas estatais privatizadas. Neste grupo figuravam nomes como Jorge Gerdau Johannpeter (grupo

---

<sup>276</sup> “Documento revela doações não registradas para campanha de FHC”. In: *Folha de S. Paulo*, 12/11/2000.

<sup>277</sup> “Comitê de FHC omitiu doações em 1994”. In: *Folha de S. Paulo*, 19/11/2000.

<sup>278</sup> “FHC dá o troco”. In: *Veja*. Ed. nº 1662, 16/08/2000.

Gerdau), David Feffer (Suzano), Emílio Odebrechet (grupo Odebrechet), Luiz Nascimento (Camargo Correia), Pedro Piva (Klabin), Lázaro de Mello Brandão e Márcio Cypriano (Bradesco), Benjamin Steinbruch (CSN), Kati de Almeida Braga (Icatu) e Ricardo Espírito Santo (grupo Espírito Santo). Em troca da doação, receberiam o título de “co-fundadores” do IFHC <sup>279</sup>.

E não foi apenas o setor privado que “financiou” o IFHC. Em janeiro de 2007, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), então governado pelo tucano e amigo de FHC, Geraldo Alkimin. A empresa pública paulista, “doou” R\$ 500 mil para o IFHC com o propósito de “financiar” um projeto de preservação do acervo de FHC <sup>280</sup>. A “doação” foi feita com base na Lei Rouanet, de incentivo à cultura.

## **2.2- O Plano Real e a estabilização macroeconômica**

Em maio de 1993, FHC após ter recusado assumir o ministério do Planejamento, FHC foi nomeado, pelo então presidente Itamar Franco, para ocupar a pasta da Fazenda, em substituição a Eliseu Resende. Quando foi nomeado, FHC era ministro das Relações Exteriores e estava em viagem aos EUA. No Itamaraty, foi substituído por José Aparecido de Oliveira.

FHC ocupou a pasta da Fazenda por um breve período (ficou até março de 1994), tendo definido como objetivo de sua gestão à frente do ministério a elaboração de um plano de estabilização que não repetisse os mesmos erros dos planos econômicos adotados anteriormente <sup>281</sup>. Da imprensa nacional ao FMI, predominou a ideia de que se

---

<sup>279</sup> “FHC passa o chapéu”. In: *Revista Época*. Ed. 234, 08/11/2002.

<sup>280</sup> “Estatual doa R\$ 500 mil a instituto de FHC”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/01/2007.

<sup>281</sup> Entre 1986 e 1994, foram seis tentativas de conter a: Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor I e II. Em fevereiro de 1986, no governo Sarney, foi instituído o Plano Cruzado, criando uma nova moeda, o cruzado, em substituição ao cruzeiro, e estabelecendo um congelamento salarial. A inflação naquele ano foi de 79,66% pelo IPCA. Em julho de 1987, o Plano Bresser, criado quando Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o ministério da Fazenda, é implantado. Para conter o déficit público, os preços e salários foram novamente congelados. Sem sucesso, a inflação atingiu 363,41% no ano. Em janeiro de 1989, Mailson da Nóbrega substitui Bresser Pereira na Fazenda e criou o chamado Plano Verão, que mais uma vez apostou no congelamento de preços e salários. Também foi criada uma nova moeda, o cruzado novo. O plano causou desajustes à poupança e elevou a inflação, pelo IPCA, à 1.972,91%. Em março de 1990, logo após a posse de Fernando Collor, é anunciado o Plano Collor, criado para tentar conter a hiperinflação. Foram congelados os bens privados e o cruzado novo foi substituído pelo cruzeiro. A inflação, porém, continuou em patamares elevados, a 1.620,97%, pelo IPCA. Em fevereiro de 1991, em uma nova tentativa de conter a alta dos preços, é lançado o Plano Collor II, com o ajuste de tarifas públicas e a redução de alíquotas de importação. A inflação é reduzida, mas ainda em patamares altos, ficou em 472,7% ao ano.

tratava de uma escolha correta para o combate à inflação, que, naquele momento, já ultrapassava o índice de 30% ao mês.

O principal problema inflacionário, na visão do novo ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, residia na crise do Estado e do modelo nacional-desenvolvimentista. Sendo assim, o combate à inflação, sobretudo, deveria articular-se de maneira estratégica com a reforma do Estado brasileiro, a redução dos gastos e investimentos públicos e, sobretudo, com as privatizações e a abertura econômica.

Nesse período, começou a ser implantado o Plano Real, cujo processo pode ser dividido em três etapas: o ajuste fiscal, a criação da URV e a instituição de uma nova moeda, o real<sup>282</sup>.

O Plano Real foi concebido por um conjunto de economistas, em sua maioria professores do departamento de Economia da PUC-RJ. Entre eles, destacavam-se os nomes de Pérsio Arida, André Lara Rezende, Edmar Bacha, Winston Fritsch, Pedro Malan e Gustavo Franco. Quase todos ocupariam importantes cargos na equipe econômica do governo de FHC e, em comum, preconizavam a prioridade no ataque ao desequilíbrio das contas públicas como condição essencial para a contenção da escalada inflacionária do país.

Em 14 de junho de 1993, FHC apresentou um plano de ajuste fiscal denominado de Plano de Ação Imediata (PAI)<sup>283</sup>. O ponto central do PAI residia na redução dos gastos públicos, considerado como um dos elementos centrais da aceleração da inflação no Brasil. Ou seja, tratava-se de um plano para reordenar as finanças do Estado.

O corte nas despesas do governo, equivalente a U\$\$ 6 bilhões nas despesas do orçamento de 1993, abrangia praticamente todos os ministérios e órgãos do governo (Tabela 2.1). Os setores mais atingidos foram os da área social, como o ministério do Bem-Estar Social (cortes de mais de Cr\$ 73 milhões), o de Integração Regional (redução de quase a Cr\$ 52 milhões), os de Saúde e Educação (cortes de pouco mais Cr\$ 29 milhões e Cr\$ 25 milhões, respectivamente). Além da redução orçamentária, o conjunto de medidas do PAI ainda incluía severas medidas contra Estados e municípios inadimplentes junto ao governo federal, bem como a aceleração e a ampliação do programa de privatização, com a sua extensão aos setores elétrico e ferroviário.

---

<sup>282</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000. P. 15.

<sup>283</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

Tabela 2.1: Cortes no Orçamento federal de 1993 estabelecidos pelo PAI

Ministério e demais órgãos do governo	Cortes (em Cr\$ milhões)
Gabinete da Previdência da República	9.885
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.911
Secretaria de Administração Federal	7.076
Secretaria de Assuntos Estratégicos	423.529
Secretaria de Planejamento	1.252
Ministério da Agricultura	5,535.590
Ministério do Bem-Estar Social	73,605.114
Ministério da Ciência e Tecnologia	1,643.932
Ministério da Fazenda	191.354
Ministério da Educação	25,155.903
Ministério da Indústria e Comércio	172.769
Ministério da Justiça	1,596.972
Ministério das Minas e Energia	2,597.854
Ministério da Previdência Social	15.644
Ministério das Relações Exteriores	24.820
Ministério da Saúde	29,034.364
Ministério do Trabalho	143.892
Ministério dos Transportes	31,798.410
Ministério das Comunicações	270.320
Ministério da Cultura	226.278
Ministério da Integração Regional	51,904.543
Ministério do Meio Ambiente	581.834
Encargos financeiros da União	614.986
Transferências para os Estados e o Distrito Federal	1,004.152
Operações de crédito	1,020.319
Total	227,583.703

Fonte: PORTUGAL, Marcelo Savino. Combate à inflação; propostas e perspectivas. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 21, n 2º, 1993, p. 161.

De acordo com o PAI, o problema inflacionário do Brasil não estava na economia, mas sim na crise do Estado e de seu déficit fiscal crônico <sup>284</sup>. Segundo o plano, “a

<sup>284</sup> De acordo com o PAI, “apesar de combatida pela longa recessão, a economia brasileira continua vigorosa, como demonstra o crescimento das exportações, o aumento da produtividade da indústria, a

economia brasileira está sadia, mas o governo está enfermo. O diagnóstico sobre a doença inflacionária (...) é a desordem financeira e administrativa do setor público”<sup>285</sup>.

O documento destacava que, no ano de 1992, além do Brasil, somente outros três países do mundo tiveram uma inflação anual superior a 1.000%: Rússia, Ucrânia e Zaire<sup>286</sup>. Os dois primeiros estavam com suas economias abaladas devido ao fim da URSS e, o Zaire, por conta da guerra civil que assolava o país.

Ainda de acordo com o PAI, a recuperação das finanças públicas não era “uma mera questão de gastar menos e arrecadar mais. Ela envolve uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada”<sup>287</sup>. Esta “ampla reorganização”, envolveria: 1) corte e maior eficiência dos gastos; 2) recuperação da receita tributária; 3) fim da inadimplência de Estados e municípios em relação a dívidas com a União; 4) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; 5) saneamento dos bancos estaduais; 6) privatização.

Juntamente com a questão da redução dos gastos do governo, as privatizações também eram uma das preocupações do PAI, justificando-as como elemento central para a redução do déficit público.

Embora destaque a importância das empresas estatais na história do processo de industrialização do país, afirmava ser a privatização “um passo necessário” e também “um imperativo do equilíbrio financeiro”. Entre as principais diretrizes previstas pelo plano neste aspecto, estavam: 1) a rápida conclusão do programa de desestatização das empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, conforme o programa já definido; 2) o início da privatização do setor elétrico e de transporte ferroviário; 3) a simplificação e a aceleração na venda de pequenas participações do governo em empresas, que estavam concentradas no Banco do Brasil e no BNDES; 4) a permissão que os créditos dos trabalhadores em fundos sociais fossem utilizados como “moedas de privatização”; 5) o empenho por parte do governo na rápida aprovação pelo Congresso do projeto de lei que ampliava a possibilidade de participação do capital estrangeiro nas

---

expansão da fronteira agrícola e a retomada do crescimento do PIB nos últimos meses”. BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

<sup>285</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

<sup>286</sup> Nesse período, segundo o PAI, o Brasil teve uma inflação de 1.119,10% em 1992 e de 2.473,15% em 1993. BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

<sup>287</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

privatizações, eliminando os entraves ainda existentes; 6) a transferência das empresas a serem privatizadas da esfera de controle dos respectivos ministérios para o ministério da Fazenda, de modo a facilitar o processo de privatização (projeto de lei); 7) a criação de um Fundo de Privatização, com os recursos em cruzeiros da venda de empresas estatais arrecadados pelo Tesouro (projeto de lei) <sup>288</sup>.

Em junho de 1993, no mês seguinte à criação do PAI, o ministro FHC promoveu a sétima mudança de moeda no Brasil, com a substituição, para efeito de ajuste de valores, do cruzeiro pelo cruzeiro real.

A segunda fase do Plano Real inicia-se em 28 de fevereiro de 1994, com a publicação da MP nº 434, que criava a URV (Unidade Real de Valor) <sup>289</sup>. O economista Gustavo Franco, que depois viria a ser presidente do BC no governo FHC, foi um dos idealizadores do padrão bimonetário.

A URV era uma unidade de referência, que serviu de indexador único da economia por um período de quatro meses (março/junho de 1994), cuja variação diária em cruzeiros reais era determinada por uma média da variação do mês anterior de três índices de inflação: o IGP-M (FGV), o IPCA (IBGE) e o IPC (FIPE) <sup>290</sup>.

Dessa forma, os elaboradores do Plano Real eram praticamente os mesmos que conceberam o Plano Cruzado e, desta vez, compreenderam que a desindexação da economia não poderia ser feita de maneira imediata, através da criação de uma nova moeda e com controle e congelamento de preços, tal como ocorrera em outros planos econômicos no passado recente.

Essa fase intermediária e transitória destinou-se a promover o alinhamento de preços e valores. Todos estes passaram a ser fixados em URV, com valor atualizado diariamente. Inicialmente, uma URV foi fixada em CR\$ 647,50 <sup>291</sup>, ou um dólar, e,

---

<sup>288</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Plano de Ação Imediata*. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

<sup>289</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Medida Provisória nº 434*, de 27 de fevereiro de 1994. “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências” Brasília, Seção I, página 2.770, 28 de fevereiro de 1994.

A MP nº 434 foi reeditada pelas MPs nº 482 e nº 457 e transformada, respectivamente, nas Leis nº 8.880 e nº 9.069.

<sup>290</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Medida Provisória nº 434*, de 27 de fevereiro de 1994. “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências”. Anexo, Metodologia de Cálculo. Brasília, Seção I, página 2.770, 28 de fevereiro de 1994.

<sup>291</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Medida Provisória nº 434*, de 27 de fevereiro de 1994. “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional,

embora funcionasse como uma unidade contábil, todos os pagamentos e movimentações bancárias continuavam sendo feitos em cruzeiros reais.

A obrigação da conversão dos salários e dos depósitos bancários em URV, bem como a fixação de prazo para a conversão futura dos demais contratos, implicou a indexação do conjunto dos preços da economia, e a sua dolarização indireta.

Após o anúncio da criação da URV, a oposição, capitaneada pelo PT e pela CUT, procurou combatê-la de todos os modos, argumentando que se tratava de um instrumento de arrocho salarial. O ministro FHC, contudo, rejeitou as críticas, argumentando que o importante não era conviver com a inflação, mas sim vencê-la.

Em seguida à criação do URV, no dia primeiro de março de 1994, foi instituído o Fundo Social de Emergência (FSE), posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e que perdurou até 31 de dezembro de 1999. O FSE, concebido por Edmar Bacha, permitia ao governo federal manejar livremente cerca de 20% do orçamento, geralmente retirados de programas sociais, como saúde e educação, e do repasse de verbas para Estados e municípios.

No dia 30 de março, antes do fim do prazo para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos que quisessem disputar as eleições de outubro, FHC afastou-se do ministério da Fazenda e retornou ao Senado. A pasta foi, então, entregue a Rubens Ricupero, que ocupava o posto de embaixador do Brasil em Washington.

Em primeiro de julho de 1994, começou a circular a nova moeda, o real, dando início à terceira fase do plano de estabilização econômica. Em 30 de junho, a URV valia Cr\$ 2.750,00 e esse valor foi convertido em R\$ 1,00. Ou seja, na prática, uma URV passaria a valer um real.

A existência de determinados fatores conjunturais concorreriam para o sucesso do plano econômico, entre eles, a existência de uma grande liquidez nos mercados financeiros internacionais, as reservas em divisas do BC, em torno de US\$ 40 bilhões, que permitiram neutralizar as especulações contra a nova moeda, o elevado saldo na balança comercial do país, o crescimento dos fluxos estrangeiros e uma safra agrícola de 76 milhões de toneladas de grãos, considerada excelente <sup>292</sup>.

---

institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências”. Art. 1º, § 2º. Brasília, Seção I, página 2.770, 28 de fevereiro de 1994.

<sup>292</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano...* Op. cit., p. 23.

Nos primeiros dias de existência da nova moeda, os leilões de compra de dólar pelo BC sinalizavam que a taxa de câmbio ficaria abaixo de um real por dólar <sup>293</sup>. A deflação no câmbio, bem como em diversos outros preços determinados em mercados competitivos, produziu um clima de otimismo, que foi fundamental para o sucesso do novo plano econômico nas suas primeiras semanas de existência.

Na verdade, a questão cambial, com uma taxa de câmbio que chegou a R\$ 0,83 por dólar em outubro de 1994 <sup>294</sup>, revelou-se um dos principais aspectos para o sucesso político do Plano Real e pela vitória de FHC nas eleições presidenciais daquele ano.

Ao realizar um balanço do Plano Real, Luiz Filgueiras entende que o plano de estabilização concebido por FHC e pela sua equipe econômica foi:

“(…) um produto econômico, político e ideológico da confluência de três fenômenos que marcaram o desenvolvimento do capitalismo nas duas últimas décadas desse século: a hegemonia das políticas liberais, a difusão do processo de reestruturação produtiva a partir dos países capitalistas centrais e a reafirmação do capitalismo como um sistema de produção mundializado” <sup>295</sup>.

Apesar da estabilização monetária e da queda da inflação, os anos que sucederam à criação do Plano Real com FHC no poder, foram marcados por um crescimento medíocre do PIB, pela reduzida taxa de investimentos e pela elevação da taxa de desemprego <sup>296</sup>. Entre 1994 e 1998, as exportações cresceram apenas 20% enquanto que as importações alcançaram 80% <sup>297</sup>. Os salários, antes reajustados de acordo com a inflação, passariam a ser decididos diretamente entre empregadores e empregados, levando a “um quadro de rápida deterioração das condições de trabalho, rebaixamento salarial e fragilização do movimento sindical” <sup>298</sup>.

---

<sup>293</sup> FRANCO, Gustavo. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 78; FRANCO, Gustavo. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 30.

<sup>294</sup> FRANCO, Gustavo. As viúvas da inflação. In: *Folha de S. Paulo*, 24/9/1995, Opinião, p.1.

<sup>295</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano...* Op. cit., p. 23.

<sup>296</sup> De acordo com Luiz Filgueiras, no governo FHC, “o desemprego é transformado num fenômeno inevitável, desresponsabilizando-se a política de estabilização”. FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano...* Op. cit., p. 173.

<sup>297</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano...* Op. cit., p. 150.

<sup>298</sup> MERCADANTE, Aloizio. Plano real e neoliberalismo tardio In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. São Paulo: Unicamp, 1998, p. 158.

Na realidade, o Plano Real, apoiado no tripé valorização cambial, taxas de juros reais elevadas e endividamento externo, já demonstrava sintomas de fraqueza desde a crise mexicana, de final de 1994 e começo de 1995. Assumiria contornos mais dramáticos com a crise asiática de 1997 e, finalmente, entraria em colapso com a decretação da moratória russa em agosto de 1998. Foi nesse quadro de permanente vulnerabilidade externa que se forçou a desvalorização monetária de janeiro de 1999 e a criação de um regime de metas de inflação, elevados superávits primários e câmbio flutuante.

### **2.3- A Reforma do Estado no governo FHC**

A reforma do Estado é o principal elemento central na organização de um novo padrão de relações sociais estabelecida pelo sistema capitalista. Ela expressa uma nova composição das forças sociais, a concretização de um movimento conservador que buscou suprimir os avanços construídos a partir da formação e do modelo de Estado de Bem Estar Social <sup>299</sup>.

A reforma do Estado foi estimulada, principalmente, pela ação do Banco Mundial, do BID e do FMI. Segundo estes organismos internacionais, para o crescimento econômico e inserção dos países latino-americanos na nova ordem mundial, era preciso que seus governos implantassem uma série de medidas visando à redefinição do papel do Estado na economia e estabilidade monetária, com o conseqüente controle inflacionário.

A reforma redefiniu as funções do Estado e a sua capacidade de intervenção nas esferas econômica e social. O crescimento da vulnerabilidade externa, decorrente da abertura econômica fragilizou a estrutura estatal e restringiu a sua capacidade de intervenção na economia e na implantação de políticas econômicas. Dessa forma, segundo afirma Lúcia Costa, “a reforma do Estado não foi colocada como um ponto necessário para uma reforma social, ou um ajuste no padrão perverso de desigualdades sociais do país, mas como um elemento de ampliação da lógica da economia para o conjunto da sociedade” <sup>300</sup>.

---

<sup>299</sup> COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. In: *Pesquisa e Debate*. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000, p. 51-52.

<sup>300</sup> COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma... Op. cit., p. 65.

O tema “reforma do Estado” ganhou espaço nos debates político e intelectual durante a década de 1980, especialmente na Europa e nos EUA <sup>301</sup>. No Brasil, a reforma do Estado teve o seu início do governo Collor (1990/1992), tendo sido aprofundada no primeiro governo FHC (1995/2001) e passado por processos de ajustes ao longo do segundo governo (1999/2002). As políticas macroeconômicas adotadas ao longo desse período (1990/2002) não foram exatamente iguais, apesar de permanecerem alguns aspectos fundamentais – que dão uma linha de continuidade e também de aprofundamento – como a abertura econômica ao capital estrangeiro, as privatizações e a desregulação das relações capital-trabalho.

Conforme o discurso de FHC de despedida do Senado, a crise do Estado brasileiro deu-se devido ao esgotamento do modelo desenvolvimentista <sup>302</sup>. A reforma do Estado passou a ser divulgada como condição necessária para o ingresso do país na “modernidade globalizada”. Assim, o Estado brasileiro passou a ser fortemente criticado pelo seu caráter intervencionista, tomando como ponto central a redução do seu “tamanho” na economia. As principais diretrizes dos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, recomendavam que a reforma de Estado fosse orientada para o mercado, exigindo o abandono dos mecanismos de regulação estatal e de restrição aos investimentos públicos, especialmente na área social (saúde, educação, previdência, etc.). O cumprimento do programa neoliberal exigia, portanto, a complementação entre Estado e mercado, no qual a “iniciativa privada aparece como o novo conteúdo na execução das funções públicas, invertendo das premissas do pacto keynesiano” <sup>303</sup>.

Dessa forma, a reforma do Estado no Brasil, para além de um programa de reformas institucionais, assumia um sentido mais amplo, de redefinição da relação entre Estado e sociedade e do próprio regime de acumulação capitalista no país. Desta forma, segundo José Luís Fiori, FHC é “concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI” <sup>304</sup>.

---

<sup>301</sup> COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma... Op. cit., p. 52.

<sup>302</sup> BARBOSA e SILVA, Leonardo. *O governo Fernando Henrique Cardoso e o fim da “Era Vargas”*: acertando as contas com o modelo de Estado e de desenvolvimento. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003, p. 20.

<sup>303</sup> SIMIONATTO, Ivete. *Crise, reforma do Estado e políticas públicas*: implicações para a sociedade civil e a profissão. Texto disponível em [www.artnet.com.br/gramsci/texto1.html](http://www.artnet.com.br/gramsci/texto1.html). Acesso em: 12/06/2012.

<sup>304</sup> FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 14.

Além do programa de estabilidade macroeconômica, consubstanciado no Plano Real, a estratégia do ajuste neoliberal do governo FHC envolveria um amplo programa de reforma do Estado brasileiro, montado em torno do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) e do ministério Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Publicado em novembro de 1995, o governo publicou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) <sup>305</sup>, resultado do trabalho elaborado pela Câmara de Reforma do Estado <sup>306</sup>.

Em 1995, no primeiro governo FHC, a secretaria de Administração Federal foi transformada em ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). O órgão foi criado por força da MP nº 813/95. Reeditada várias vezes, apenas em 1998 foi convertida na Lei nº 9.649/98. O MARE foi a principal agência estatal encarregada da elaboração das políticas e diretrizes para a reforma do Estado brasileiro no governo FHC. Em 1999, pela MP nº 1.795/99, o MARE foi extinto. O decreto presidencial nº 2.923/99 transferiu para o então ministério do Orçamento e Gestão as atribuições que pertenciam ao MARE. Durante os seus quatro anos de existência, Luiz Carlos Bresser Pereira, fundador do PSBD e principal redator do PDRAE, foi o seu titular.

Com 68 páginas, o PDRAE contou com a aprovação final da presidência da República, tendo sido, anteriormente, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado. Como principal objetivo, o PDRAE colocava a *reforma do Estado* brasileiro como um “instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia” <sup>307</sup>.

Ao defender a reforma do Estado, o PDRAE afirma, entretanto, ser contra tese do “Estado mínimo” e reafirma o esforço no sentido do “fortalecimento do Estado”, para que sejam importantes suas ações reguladoras, no quadro de uma economia de mercado <sup>308</sup>. A aparente contradição entre um “Estado forte” e o discurso neoliberal oculta, em realidade,

---

<sup>305</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

<sup>306</sup> A Câmara da Reforma do Estado era presidida por Clóvis Carvalho (ministro-chefe da Casa Civil) e contava, em novembro de 1995, com os seguintes membros: Luiz Carlos Bresser-Pereira (ministro da Administração Federal e Reforma do Estado), Paulo Paiva (ministro do Trabalho), Pedro Malan (ministro da Fazenda), José Serra (ministro do Planejamento) e Benedito Onofre Bezerra Leonel (general e ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas).

<sup>307</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 199, p. 9.

<sup>308</sup> COSTA, Lúcia Cortes. *O Estado brasileiro em discussão: análise do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, governo FHC/1996*. In: Revista Regional de História, nº 3 (1), 1998, p. 180.

o objetivo de fortalecer ainda mais o Estado e suas agências de maneira a assegurar os interesses do grande capital privado.

Em 1996, o então ministro do MARE, Bresser Pereira admitiu a inspiração privada das reformas, ao afirmar, em um artigo que,

“O mercado é certamente um mecanismo maravilhoso. Eu não tenho restrições à idéia de que todas as reformas econômicas devem ser orientadas ao mercado (...). O que eu quero dizer com isso é que devemos sempre partir do pressuposto de que o mercado terá um papel positivo na coordenação da economia”<sup>309</sup>.

O PDRAE, em sintonia com as recomendações neoliberais e as propostas do Consenso de Washington, sintetiza a crise estatal como:

“(1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado de bem estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática”<sup>310</sup>.

Desta forma, segundo o PDRAE, a reforma do Estado envolveria múltiplos aspectos. Em primeiro lugar, tornava-se necessário um ajuste fiscal, que devolveria ao Estado a capacidade de definir e implantar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações, por sua vez, refletiria “a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais”<sup>311</sup>. Através desse programa, seria transferida para o setor privado a tarefa da produção que, na visão do PDRAE seria realizada “de forma mais eficiente”<sup>312</sup>.

---

<sup>309</sup> BRESSER PEREREIA, Luiz Carlos. Em busca de uma nova interpretação para o Brasil e para a América Latina. In: *Texto para Discussão*. EAESP/FGV, nº 52, março 1996, p. 9.

<sup>310</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995, p. 10-11.

<sup>311</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995, p. 11.

<sup>312</sup> , BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995, p. 10-12.

Em suma, a crise do Estado brasileiro localiza-se, na forma como é apresentada no PDRAE, o esgotamento de um modelo de desenvolvimento e de um padrão de administração pública, que teriam se convertido em uma entrave ao processo de modernização do país <sup>313</sup>.

O modelo de reforma proposto pelo PDRAE diferencia quatro setores/atividades do Estado brasileiro até então: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Esse quadro resulta do fato de que a reforma do Estado no Brasil está baseada, segundo Bresser-Pereira, “em uma idéia de Estado e de seu papel. Procura responder quais são as atividades que o Estado deve realizar diretamente, quais deve apenas financiar ou promover, e quais as que não lhe competem” <sup>314</sup>.

O núcleo estratégico compreenderia, de acordo com o PDRAE, os poderes judiciário, legislativo e executivo, este último, compreendendo, além do presidente da República, os ministérios e demais agências responsáveis pela definição da legislação e das políticas públicas.

As atividades exclusivas corresponderiam aos serviços em que se exerce o poder do Estado, tais como o poder de regulamentar, de fiscalizar, de fomentar e que, por isso, somente o Estado pode realizar. Essas atividades incluiriam “a cobrança e a fiscalização de impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.” <sup>315</sup>.

Os serviços não exclusivos correspondem às instituições na qual o Estado não exerce o seu poder, mas que atua por envolverem “direitos humanos fundamentais”, como a educação e a saúde. Estão incluídos entre os serviços não exclusivos aqueles que apresentam “economias externas relevantes”, tais como as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. Tais instituições produzem ganhos que se estendem ao restante da sociedade, não podendo ser transformados em lucro e apropriados pelo

---

<sup>313</sup> VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no Brasil (1995-1998): o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado*. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 59.

<sup>314</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998, p. 95.

<sup>315</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995, p. 41.

mercado. Segundo o PDRAE, o tipo de propriedade ideal e recomendada para o setor de serviços não exclusivos é a propriedade pública não estatal, pois se tratam de serviços subsidiados pelo Estado, mas no qual não se exerce o poder tipicamente estatal. A propriedade pública não estatal é caracterizada como aquela que permite o controle social direto, por meio da participação de diferentes setores da sociedade em seus conselhos de administração, além de desfrutar de maior autonomia administrativa e maior responsabilidade dos dirigentes em suas gestões <sup>316</sup>.

A produção de bens e serviços para o mercado compreende as atividades econômicas do Estado voltadas para o lucro como, por exemplo, o setor de infraestrutura. Segundo o PDRAE, estas atividades “estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar investimentos, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário no caso de privatização, a regulamentação rígida” <sup>317</sup>.

O resultado desta distinção entre setores seria limitar os serviços públicos ao que o PDRAE define como setor estratégico e atividades exclusivas. Assim, haveria uma diminuição do papel do Estado, que seria restrito a estes dois setores, ao passo que deveria haver uma transferência dos serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal e a produção de bens e serviços para a iniciativa privada. Dessa forma, reformar o Estado significava transferir para o setor privado as atividades que deveriam ser controladas pelo mercado e que, no Brasil, eram controladas pelo Estado.

As duas principais reformas dentro do projeto de reforma do Estado brasileiro proposto pelo PDRAE eram a reforma administrativa e a reforma da previdência.

De acordo com o próprio Bresser-Pereira, “escolhido para o cargo de ministro, propus que a reforma administrativa fosse incluída entre as reformas constitucionais já definidas como prioritárias pelo novo governo” <sup>318</sup>. As principais propostas para a reforma da administração pública seriam: 1) o fim da obrigatoriedade do regime jurídico, com a possível contratação de funcionários não concursados (servidores celetistas, sem estabilidade de emprego); 2) a possibilidade de realização de processo seletivo para a admissão de celetistas e a manutenção de concurso público para a contratação de

---

<sup>316</sup> VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no...* Op. cit., p. 66.

<sup>317</sup> BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995, p. 42.

<sup>318</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 6ª ed., 2005, p. 21-22.

funcionários públicos (servidores estatutários, com estabilidade de emprego); 3) a possibilidade de demissão de funcionários públicos estatutários, por “falta grave”, “insuficiência de desempenho” ou por “excesso de quadro” (em ambos os casos, o servidor teria direito a uma indenização); 4) a possibilidade de colocar servidores em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço como alternativa à exoneração por “excesso de quadro”; 5) a possibilidade de contratação de estrangeiros para o serviço público; 6) a limitação salarial dos funcionários públicos e da classe política, à remuneração do presidente da República; 7) limitação dos proventos e das pensões ao valor equivalente ao valor recebido pelo servidor na ativa <sup>319</sup>.

A proposta da reforma administrativa contida no texto do PDRAE, segundo Francisco de Oliveira, deixava claro que, sob o discurso de neutralidade técnica, o que estava em jogo era o ataque ao funcionalismo público, pois segundo o autor, “a assim denominada reforma administrativa, sob o nome pomposo de reforma do Estado, que nunca passou de uma reforma da estabilidade do funcionalismo” <sup>320</sup>.

Com relação à proposta de reforma previdenciária, o PDRAE previa, entre outras, as seguintes alterações: 1) fim da aposentadoria integral e das aposentadorias proporcional ao tempo de serviço e em especial para o professor de ensino superior; 2) introdução da exigência de idade mínima para a aposentadoria voluntária, e a alteração do tempo de serviço, como requisito, em tempo de contribuição; 3) fixação de proventos proporcionais à contribuição do servidor (75% a 80% do salário médio recebido nos últimos 36 meses anteriores à aposentadoria); 4) proibição de concessão de adicionais na passagem para a inatividade; 5) proibição de acumulação de proventos com remuneração de cargos públicos.

A proposta do PDRAE para a previdência ocultava, na verdade, todo um projeto de desregulamentação do mercado de trabalho. A alteração do tempo de serviço para aposentar-se e o tempo de contribuição representavam a luta do capital privado no enfraquecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e na precarização dos serviços, não apenas no setor público, mas também no setor privado.

---

<sup>319</sup> VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no...* Op. cit., p. 71.

<sup>320</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Um governo de (contra) reformas. In: SADER, Emir; Et. al. *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996, p. 95.

## 2.4- Os homens do presidente: “quem é quem” no governo FHC

O objetivo deste levantamento de “quem é quem” dentro do governo FHC é o de procurar listar os principais nomes relacionados ao projeto de *reforma do Estado* proposto por este governo, entre eles, políticos, burocratas, economistas, banqueiros, empresários, ou seja, o conjunto de pessoas que executou o projeto e estabeleceu relações com o capital financeiro internacional e com grandes grupos econômicos nacionais.

Apesar do governo FHC ter um projeto claro e relativamente coeso, estruturado em torno do ajuste da economia e da sociedade brasileira em geral a partir do receituário neoliberal, isso não significa que os diversos grupos e setores sociais que o integram, não apresentassem diferenças entre si, muitas vezes aguçada por uma conjuntura de crise internacional, como, por exemplo, as crises asiática (1997/1998) e russa (1999). A partir desse levantamento, podemos identificar, pelo menos, dois grandes grupos distintos que disputam a hegemonia dentro do governo FHC: o primeiro, formado pelo chamado *grupo dos economistas-banqueiros* estruturados em torno do departamento de Economia da PUC-RJ, e o segundo, composto pelo *grupo do PSDB paulista*, que tinham, como base de apoio político, o empresariado industrial nacional.

É importante destacar que esta disputa não se dava em relação ao conteúdo geral do projeto de *reforma do Estado*, uma vez que importantes quadros do PSDB paulista, como José Serra, Luis Carlos Bresser Pereira, Luis Carlos Mendonça de Barros e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, homens ligados aos grupos industriais do empresariado paulista, dedicaram-se intensamente à tarefa de desmonte do Estado brasileiro e da privatização de empresas estatais. No entanto, na condução do projeto de *reforma do Estado*, há questões de método, critérios, ênfase, prioridades de interesses, que vão se constituir em diferenças importantes entre estes dois grupos, gerando, muitas vezes, fissuras dentro do aparelho de Estado <sup>321</sup>.

---

<sup>321</sup> As maiores divergências se davam em relação ao papel conferido à utilização dos recursos das privatizações das estatais brasileiras. O ministro da Fazenda Pedro Malan defendia a utilização do dinheiro para o pagamento da dívida pública, enquanto que outros ministros, entre eles, José Serra, do Planejamento, e Sérgio Motta, das Comunicações, eram favoráveis à aplicação destes recursos na retomada do desenvolvimento econômico através de investimentos do BNDES. Com a saída de Serra da pasta do Planejamento, Malan acabaria vencendo a disputa interna, convencendo FHC da necessidade de redução do déficit público através das privatizações. Outro ponto de discordância entre os dois grupos deu-se em relação à participação do capital estrangeiro no setor bancário. Logo nos primeiros meses do governo FHC, enquanto que a equipe do BC e o ministro Malan defendiam a abertura do setor e a participação de grupos estrangeiros nas privatizações dos bancos estaduais, José Serra entendia que a abertura do setor bancário deveria ser gradual e melhor estudada.

Não resta dúvida de que o primeiro grupo exerceu maior influência sobre a política econômico-financeira do governo FHC, tendo ocupado as principais agências estatais, como o ministério da Fazenda e o Banco Central (BC). Este grupo era extremamente articulado com a banca internacional e tinha livre entrada em organismos financeiros como o Banco Mundial, o BID e o FMI. Organizou-se, fundamentalmente, em torno do departamento de Economia da PUC-RJ e de seu curso de pós-graduação, cujos pioneiros foram Edmar Bacha e Francisco Lopes, e do qual também foram professores Pedro Malan, Pérsio Arida, Gustavo Franco, André Lara Resende, Edward Amadeo e Winston Fritsch. Pio Borges, Armínio Fraga e Elena Landau foram alunos e John Williamson, o principal organizador do encontro promovido pelo Institute for International Economics, em novembro de 1989, para discutir o ajuste às economias latino-americanas e que cunhou a expressão *consenso de Washington*, deu aulas na PUC-RJ ao final dos anos 70 e início na década de oitenta.

O grupo teve papel de destaque na elaboração do Plano Real, que garantiria a vitória eleitoral de FHC. Outro traço característico dos economistas-banqueiros da PUC-RJ é que praticamente todos os seus integrantes fizeram doutorado nos EUA, predominantemente em Harvard (Francisco Lopes, Gustavo Franco e Edward Amadeo), MIT (Pérsio Arida e André Lara Resende) e Berkeley (Pedro Malan e Andrea Calabi). Edmar Bacha obteve o doutorado em Yale e Armínio Fraga, em Princeton. Estas universidades, junto com outros centros de ensino norte-americanos, como a universidade de Chicago, formavam os quadros de intelectuais orgânicos do pensamento neoliberal, implantado enquanto política econômica nos países da América Latina.

Além de serem os responsáveis pela implantação de um modelo econômico amplamente desfavorável à maioria da população brasileira, um traço marcante, comum aos dois grupos é o fato de que seus integrantes trafegarem livremente entre altos cargos do setor público e o setor privado, sobretudo, a área financeira. Nesse caminho, seja prestando serviços de “consultoria”, seja integrando conselhos de administração, levaram consigo informações privilegiadas para a atividade privada, favorecendo os interesses do grande capital como foi o caso, por exemplo, das privatizações.

A partir de agora passaremos a análise dos principais nomes que compunham o governo FHC e que foram os responsáveis, em maior ou menor grau, pela reforma do Estado brasileiro e pela implantação do ajuste neoliberal no país.

**Pedro Malan**<sup>322</sup> foi ministro da Fazenda durante o governo FHC. Em 1963, formou-se em engenharia elétrica pela PUC-RJ, onde também foi professor. Em outubro de 1966, após concluir o curso da CEPAL, ingressou no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), vinculado ao ministério do Planejamento. Em 1973, fez doutorado em economia na universidade de Berkeley (EUA).

Em 1983, assumiu o cargo de diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da ONU, em Nova Iorque. Em 1985, tornou-se o diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU e, em 1986, foi indicado pelo ministro do Planejamento do governo Sarney, João Sayad, e pelo presidente do BC, Fernão Bracher, para exercer o cargo de diretor-executivo do Brasil no Banco Mundial. No governo Collor, deixou o cargo no Banco Mundial e, indicado pela ministra Zélia Cardoso de Melo, assumiu, em julho de 1990, a diretoria-executiva do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em junho do ano seguinte, foi nomeado negociador-chefe da dívida externa brasileira, cargo que exerceu, em Washington, até agosto de 1993. Neste período, Malan foi o principal responsável pela negociação da dívida externa brasileira com os credores internacionais nos termos do Plano Brady.

Em agosto de 1993, indicado pelo então ministro da Fazenda, FHC, Malan assume a presidência do BC. Com a vitória de FHC, Pedro Malan foi convidado a assumir o Ministério da Fazenda, sendo o seu titular nos oito anos seguintes em que FHC esteve no poder<sup>323</sup>. Desde que assumiu o ministério, defendeu a reforma do Estado e foi um dos principais defensores das privatizações como forma de reduzir o déficit público. Concluído o segundo mandato de FHC, deixou o ministério da Fazenda depois de oito anos, sendo sucedido por Antônio Palocci.

A partir de então, Malan passa a apresentar uma longa trajetória no setor privado. Em abril de 2003, tornou-se vice-presidente do conselho de administração do Unibanco. Em 2008, passou a ser membro independente do conselho de administração da OGX Petróleo e Gás, do grupo EBX, de Eike Batista. Também integravam o conselho, Francisco Gros (ex-presidente do BNDES) e Eliezer Batista (pai de Eike Batista, ex-

---

<sup>322</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Pedro Malan*; PICCOLO, Monica. Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 307-309; "Quem é quem no governo". In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>323</sup> Pedro Malan foi o segundo ministro da Fazenda que mais tempo esteve à frente da pasta, perdendo apenas para Artur de Souza Costa, que permaneceu onze anos no cargo durante o governo Vargas, entre 1934 e 1945.

presidente da Vale do Rio Doce e ex-ministro das Minas e Energia no governo João Goulart). Ainda em 2008, quando ocorreu a fusão entre Unibanco e Itaú, foi o primeiro presidente do conselho consultivo internacional do Itaú-Unibanco, tendo, como principal função, ampliar a presença internacional do novo banco. Em 2009, integrou o conselho de administração da EDP do Brasil, empresa do setor de energia controlada pela EDP de Portugal e que participou do consórcio que comprou a Cerj, em 1996.

Malan publicou diversos estudos e artigos, em revistas nacionais e estrangeiras, e livros, entre eles, “Política econômica externa e industrialização no Brasil”, em coautoria com Regis Bonelli, Marcelo de Paiva Abreu e José Eduardo Pereira, em 1977, e “Política econômica e teorias de balanço de pagamentos”, em 1981. Sua filha, Cecília Malan, é jornalista do grupo Globo, trabalhando na sucursal em Londres, e sua esposa, Catarina Gontijo, é sócia, na Editora 34, de Bia Bracher, filha do banqueiro **Fernão Bracher**<sup>324</sup>, do BBA-Creditanstalt, banco fundado por Bracher, Pécio Arida e Edmar Bacha em associação com o capital austríaco. Bracher foi presidente do BC no governo Sarney e é tido como um dos pais do Plano Real.

**Pécio Arida**<sup>325</sup> foi o primeiro dos quatro presidentes do BC no governo FHC. Nascido em 1952, no início dos anos 70, ainda estudante secundarista, participou em São Paulo de movimentos clandestinos de oposição ao regime militar. Preso e torturado, Arida foi denunciado, em 1971, por subversão e participação na organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Formado em economia pela USP, em 1975, foi professor convidado, nos EUA, do Institute for Advanced Study (1978/1979) e do Smithsonian Institution (1984/1985). Na década de oitenta foi professor da PUC-RJ e, em conjunto com André Lara Resende, seu colega no departamento de Economia, escreveu o artigo “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”, que foi originalmente apresentado em Washington, em dezembro de 1984, em um seminário promovido pelo Institute for International Economics, a mesma instituição que organizou o encontro que estabeleceu o chamado *consenso de Washington*. O artigo de Arida e Lara Resende é considerado a principal base teórica para os sucessivos planos econômicos adotados no Brasil, incluindo o Plano Real. Em 1992, concluiu o doutorado em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

---

<sup>324</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Fernão Bracher*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>325</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDC, verbete *Pécio Arida*; PICCOLO, Monica. Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 320-322; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Em 1985, durante o governo José Sarney (1985-1989), Arida foi secretário da Coordenação Econômica Social. No ano seguinte, tornou-se diretor da área bancária do BC, sendo um dos responsáveis pelo Plano Cruzado, apresentado por Sarney em 1986.

Ao deixar o Banco Central, em 1987, Arida passou a atuar no setor privado. Naquele ano, foi convidado para ser diretor da Brasil Warrant, empresa que controlava os negócios da família Moreira Salles, onde ficou até 1989. Ao mesmo tempo, era sócio e diretor da HE Participações, porém, em junho de 1988, desligou-se da empresa para assumir uma das vice-presidências do Unibanco. Em 1988, fundou, juntamente com Fernão Bracher e Edmar Bacha, o banco BBA-Creditanstalt, em associação com o Bank Austria Creditanstalt, maior grupo financeiro da Áustria.

No início da década de noventa, filiou-se ao PSDB. Foi indicado pelo então presidente Itamar Franco e por FHC para ocupar a presidência do BNDES. Arida assumiu o cargo em setembro de 1993, e seu ingresso na equipe econômica do governo foi anunciado como um reforço na execução do programa de privatizações. Enquanto presidente do BNDES, Arida foi também um dos principais idealizadores do Plano Real, anunciado ainda no governo Itamar.

No início do governo FHC, foi convidado para substituir Pedro Malan no BC. Entretanto, permaneceu apenas cinco meses à frente do Banco Central. A austeridade na administração do dinheiro público, a manutenção das elevadas taxas de juros, somadas a sua posição incisiva em relação à privatização dos bancos estaduais, acabariam gerando atritos com vários setores políticos, entre eles, o governador de São Paulo, Mário Covas que era contrário à privatização do Banespa. Na presidência do BC, Arida também enfrentou problemas na área cambial, ao anunciar a criação das “bandas cambiais” de variação máxima e mínima do dólar em relação ao real. O anúncio da medida provocou uma intensa agitação no mercado de câmbio, em que o BC foi obrigado a intervir para conter os movimentos especulativos. Dias depois, Arida foi acusado de ter vazado informações sobre a valorização do dólar em relação ao real que teriam beneficiado o seu amigo e ex-sócio no banco BBA-Creditanstalt, Fernão Bracher, que obteve enormes lucros nas operações no mercado de câmbio. No dia 31 de maio de 1995, Arida anunciou a sua saída da presidência do BC.

Em janeiro de 1996, Arida retornou ao setor privado, tornando-se sócio-diretor da Opportunity Asset Management Ltda., empresa do grupo Opportunity. Em maio de 1997, após a privatização da Vale do Rio Doce, passou a integrar o conselho de administração da ex-estatal, representando o grupo controlado por Daniel Dantas. Em julho de 1998, o

banco Opportunity liderou o consórcio vencedor de um dos leilões de privatização do sistema Telebrás e adquiriu o controle da Tele Centro-Sul, de telefonia fixa. Três meses depois, foram divulgadas fitas com ligações telefônicas grampeadas no BNDES, envolvendo o então ministro das Comunicações, Luis Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Resende. As ligações levantaram a suspeita de que o Opportunity fora beneficiado no processo. Após a divulgação do escândalo, Arida deixou o grupo Opportunity e, em 2008, passou a integrar, como sócio, o comitê executivo do BTG, banco de investimentos fundado por André Esteves.

Foi, ainda, membro do conselho de administração do Itaú, do conselho consultivo do Instituto Moreira Salles e do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, instituição criada em 2003. Sediada no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro e próximo à PUC-RJ, a Casa das Garças reúne economistas e pesquisadores ligados ao PSDB. Arida foi também casado com Elena Landau, ex-diretora de Desestatização do BNDES, responsável pela condução do processo de privatização de diversas empresas estatais.

**Gustavo Loyola**<sup>326</sup> foi o sucessor de Arida na presidência do BC, assumindo o cargo em junho de 1995. Esta seria a segunda vez que Loyola ocupava a presidência da instituição. Natural de Goiânia, Loyola ingressou no curso de economia da UnB em 1975, tendo-o concluído em 1978. Um ano antes da conclusão do curso, porém, fora admitido em um concurso no BC, onde fez carreira. Apesar de não integrar diretamente o grupo de banqueiros-economistas da PUC-RJ, aproximava-se desse grupo em função de sua posição em relação à política monetária quando esteve no comando do BC, marcado pela manutenção da valorização do real e pelos juros elevados.

Loyola ocupou vários cargos de importância no BC, tendo atuado na área de Mercado de Capitais, chefiado o departamento de Normas Bancárias e, durante a presidência de Francisco Gros no BC, em 1991/1992, foi responsável pela direção de Normas. Em novembro de 1992, logo após o início do processo de *impeachment* de Collor, o presidente Itamar Franco, recentemente empossado no cargo, convidou Loyola para assumir o BC, no lugar de Francisco Gros.

A primeira passagem de Loyola como presidente do BC foi marcada por atritos com o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, por conta de Loyola

---

<sup>326</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Gustavo Loyola*. PICCOLO, Monica. Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 322-325; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

considerar irregulares diversas agências do Banco do Estado da Bahia (Baneb), abertas sem a autorização do BC em vários municípios baianos. Após também ter divergências com Itamar Franco em relação à manutenção das altas taxas de juros, Loyola saiu do comando do BC, em março de 1993, sendo substituído por Paulo Cesar Ximenes.

Depois de deixar o BC, Loyola trabalhou na MCM Consultores, empresa cujo acionista majoritário era Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda no governo Sarney. Permaneceu na empresa até junho de 1995, quando o ministro Pedro Malan, convidou-o para assumir novamente a presidência do BC, no lugar de Pérsio Arida.

Na sua segunda passagem pela presidência do BC, Loyola defendeu a manutenção das taxa de juros elevadas, a continuação do regime de bandas cambiais, a redução do recolhimento dos compulsórios bancários e a privatização dos bancos estaduais. Loyola também iniciou uma campanha, em conjunto com o ministro Pedro Malan, destinada a mobilizar os parlamentares governistas a barrar o projeto de lei que limitava os juros reais em 12% ao ano.

A gestão de Loyola à frente do BC foi marcada pela reestruturação do sistema bancário brasileiro, a partir da abertura do setor ao capital estrangeiro e da privatização dos bancos estaduais. Neste período, o BC decretou intervenção em grandes instituições bancárias nacionais, entre elas, o Econômico (controlado pelo ex-ministro do governo Geisel, Ângelo Calmon de Sá, principal aliado de ACM na Bahia), o Nacional (instituição mineira pertencente à tradicional família Magalhães Pinto) e o Bamerindus (banco paranaense controlado por José Eduardo de Andrade Vieira, senador, tesoureiro da campanha de FHC em 1994 e ex-ministro da Agricultura no início do governo FHC). Estas três instituições, a partir da criação do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), tiveram o seu controle adquirido por outros bancos. O Econômico foi comprado pelo Excel, o Nacional pelo Unibanco e o Bamerindus pelo inglês HSBC. Frente às críticas de que o governo estava salvando banqueiros falidos, assumindo o rombo de suas instituições bancárias e destinando recursos públicos para recuperá-las, Loyola defendeu enfaticamente o Proer, afirmando a necessidade do programa para evitar uma crise bancária semelhante a que ocorrera na Venezuela. Desgastado com as sucessivas crises, como o “escândalo dos precatórios” e o “dossiê da pasta rosa”, Loyola deixou a presidência do BC em agosto de 1997. Após a sua saída do governo, Loyola passou também a atuar na iniciativa privada, fundando uma empresa de consultoria, sediada em São Paulo.

**Gustavo Franco**<sup>327</sup> foi o sucessor de Loyola no BC. O seu pai, Guilherme Arinos Lima Verde de Barroso Franco foi colaborador de Vargas, tendo sido chefe de gabinete de dois ministros da Fazenda: Gastão Vidigal (1946) e Horácio Lafer (1951-1953). Guilherme Franco foi, ainda, colaborador na fundação do BNDE (atual BNDES), em 1952, tendo escrito o seu estatuto e integrado a sua primeira diretoria. Além disso, foi sócio no banco Garantia, vendido, em 1998, para o grupo Credit Suisse First Boston.

Assim como outros integrantes da equipe econômica de FHC, Franco cursou, entre 1975 e 1979, o curso de economia na PUC-RJ. Entre 1981 e 1982, foi professor visitante na FGV-RJ. Em 1982, concluiu o mestrado em economia também na PUC-RJ, sob a orientação de Winston Fritsch. Sua dissertação conquistou o Prêmio BNDES de Economia e foi publicada em 1983, sob o título de *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Em 1984, foi professor visitante no National Bureau of Economic Research. No ano seguinte, também nos EUA, desempenhou a mesma função no Center of European Studies e no Center of International Affairs. Em 1986, concluiu o doutorado na Universidade de Harvard. Sua tese de doutoramento versava sobre o fenômeno da hiperinflação, ocorrida na Alemanha, Polônia, Áustria e Hungria durante a década de 1920. Também premiada, sua tese foi publicada em 1987 pela Anpec.

Em 1986, ao retornar ao Brasil, Franco tornou-se pesquisador e professor do departamento de Economia da PUC-RJ, onde havia iniciado a sua formação acadêmica. Dedicou-se aos estudos sobre inflação e economia internacional. De 1986 a 1993, antes de ingressar no governo, trabalhou, ainda, como consultor de assuntos econômicos.

Filiado ao PSDB, quando FHC ocupava a pasta da Fazenda no governo Itamar, passou a integrar a equipe ministerial por indicação de Pedro Malan, Edmar Bacha e Winston Fritsch, seus colegas da PUC-RJ. Como secretário-adjunto de Política Econômica do ministério da Fazenda, Franco atuou na montagem da secretaria de Política Econômica. Com a posse de Pedro Malan na presidência do BC, em setembro de 1993, Gustavo Franco assumiu a diretoria de Assuntos Internacionais, cargo ocupado durante a elaboração do plano Real. Franco foi um dos idealizadores do padrão bimonetário, que deu origem à URV.

Com a saída de Loyola, em agosto de 1997, Gustavo Franco foi convidado a assumir a presidência do BC. Sua indicação foi considerada uma vitória política do

---

<sup>327</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Gustavo Franco*. PICCOLO, Monica. Reformas Neoliberais... Op. cit., p. 325-326; "Quem é quem no governo". In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

ministro Pedro Malan, uma vez que ela contribuiria para a manutenção da política econômica em curso, especialmente em relação à questão cambial.

Durante o período em que esteve na presidência do BC, a economia nacional sofreu os efeitos de sucessivas crises financeiras, como a crise asiática (1997/1998) e a crise russa (1998), que pressionaram fortemente a posição cambial brasileira. Apesar da grande perda das reservas do país, a política de “âncora cambial” (sobrevalorização da moeda), defendida por Franco, foi mantida pelo presidente FHC. Porém, ao final do ano de 1997, diante do aumento da recessão e do desemprego, o governo lançou um pacote contendo 51 medidas fiscais e elevou ainda mais a taxa de juros. Na ocasião, Franco cunhou a expressão “saco de maldades” para caracterizar a posição que BC desempenharia junto ao mercado para defender a valorização do real. Em 1998, foi um dos negociadores, junto com Pedro Malan, de um acordo com o FMI de auxílio econômico ao Brasil no valor de US\$ 41 bilhões.

Porém, após FHC ter assegurado a reeleição, em janeiro de 1999, o governo abandonaria a política de valorização cambial. Os efeitos da crise russa levaram à retirada de bilhões de dólares do país por parte dos investidores estrangeiros. Em face da dificuldade para a manutenção da “âncora cambial”, o governo brasileiro decidiu pela desvalorização da moeda o que, para muitos analistas, significou o fim do Plano Real. Um sistema de metas inflacionárias substituiu o regime de bandas cambiais. Além disso, foi colocado em prática um compromisso na área fiscal, firmado a partir do acordo com o FMI, pelo qual o governo brasileiro se comprometeria a manter um superávit primário elevado, que garantisse o pagamento da dívida com o fundo. A desvalorização do real implicou em um aumento dos juros e da dívida pública, levando o Brasil a uma das mais graves crises de sua história econômica recente. Além disso, surgiram, na época, denúncias de que informações do BC sobre a desvalorização do real teriam sido repassadas para instituições bancárias, que teriam se beneficiado realizando operações no mercado de câmbio, trocando real por dólar. Nesse contexto, sendo alvo de críticas, Gustavo Franco pediu demissão do BC, em janeiro de 1999.

Após deixar o governo, Gustavo Franco retornou ao quadro docente da PUC-RJ e participou de conselhos de administração de várias empresas. Entre 1999 e 2000, foi professor visitante na universidade de Stanford, nos EUA. Em 2000, fundou a Rio Bravo Investimentos. Em 2001, foi professor visitante na universidade da Califórnia (UCLA). É membro do conselho de governança do Instituto Millenium e, assim como Pêrsio Arida, do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças.

**Armínio Fraga**<sup>328</sup> foi o quarto presidente do BC no governo FHC, tendo sucedido Gustavo Franco. Tomou posse no cargo oficialmente em março de 1999 e permaneceu até o fim do período FHC, em dezembro de 2002.

Fraga nasceu no Rio de Janeiro e estudou no tradicional colégio Santo Inácio, no bairro de Botafogo. Assim como outros dois presidentes do BC que o precederam, Pêrsio Arida e Gustavo Franco estudou economia na PUC-RJ. No mestrado, concluído em 1981, realizado também na PUC-RJ, foi aluno de Pedro Malan e de John Williamson. Este último estava no Brasil como professor visitante e foi quem indicou Fraga para o doutorado em economia em Princeton. Após a conclusão do doutorado, em 1985, retornou ao Brasil e ocupou os cargos de economista-chefe e gerente de operações do banco Garantia, do qual o pai de Gustavo Franco era um dos sócios. Neste período, Fraga tornou-se professor da pós-graduação da FGV-RJ e do departamento de Economia da PUC-RJ.

Em 1988, voltou aos EUA, tornado-se professor visitante do departamento de Finanças da Wharton School, da universidade da Pensilvânia. No ano seguinte, deixou a universidade para assumir a vice-presidência do banco Salomon Brothers.

Em maio de 1991, convidado por Marcílio Marques Moreira, então ministro da Economia, Fazenda e Planejamento do governo Collor, retornou ao Brasil para assumir a diretoria de operações internacionais do BC. Porém, com o afastamento de Collor, em 1992, Fraga deixou o cargo e, mais uma vez, retornou para os EUA. Trabalhou por sete anos como diretor-gerente do Soros Fund, fundo de investimentos de George Soros, financista e um dos maiores representantes do capital especulativo internacional. Soros foi o responsabilizado pela derrubada da libra esterlina em 1992 e acusado pelo primeiro-ministro da Malásia de ser o responsável, em julho de 1997, pelos ataques especulativos contra as moedas dos países do Sudeste Asiático.

Em meio à crise que surgiu no Brasil em decorrência da desvalorização do real, Fraga assumiu o BC, substituindo Gustavo Franco. Sua gestão teve como principal objetivo impedir o retorno da inflação no país, operando sob o regime de câmbio flutuante e sistema de metas inflacionárias. Foi Fraga quem utilizou a expressão “a joia da coroa”, para se referir ao Banespa quando de sua privatização, em 2000. Com a vitória de Lula, o novo presidente deixou claro que Fraga não continuaria no governo, fato que se confirmou com a nomeação de Henrique Meirelles para presidir o BC. Curiosamente,

---

<sup>328</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Armínio Fraga*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

assim como Fraga, Meirelles tinha uma forte ligação com o capital internacional, tendo sido funcionário de carreira do BankBoston. O anúncio de Meirelles para comandar o BC era um claro indicativo de que o PT não tinha nenhuma intenção de estabelecer rupturas com a política econômica do governo anterior.

Após deixar o governo, em agosto de 2003, Fraga criou o fundo Gávea de Investimentos. Em agosto de 2004 voltou a dar aulas na PUC-RJ e, em abril de 2009, assumiu a presidência do conselho de administração da Bovespa. Durante a sua carreira, Fraga trabalhou em diversas instituições financeiras, como JP Morgan e o Unibanco, e foi membro de fóruns internacionais, como o Grupo dos 30, o G-7, que reunia os sete países mais ricos do mundo (posteriormente G-8, em função da entrada da Rússia como nova integrante do grupo), o G-50, que reúne os cinquenta empresários mais bem sucedidos do continente americano, e o Financial Stability Forum. Também atuou em organizações não governamentais, como o Instituto Desiderata. Assim como Gustavo Franco, é ligado ao Instituto Millenium.

Durante o governo FHC, outros quatro nomes se destacam no BC, ocupando importantes diretorias dentro da instituição.

**Alkimar Moura**<sup>329</sup>, graduado em economia pela UFMG, em 1978, fez mestrado na UCLA (1966) e doutorado na universidade de Stanford (1978). Foi ainda professor visitante, entre janeiro e abril de 1978, da universidade de Berkeley e, desde 1969, é professor do departamento de Economia da FGV-SP. Sua carreira no BC começou em 1987, quando foi diretor da Dívida Pública. Indicado por Edmar Bacha, então assessor especial do ministério da Fazenda e seu amigo desde os tempos em que eram estudantes na UFMG, ocupou entre 1994 e 1996 as diretorias de Normas e Fiscalização e de Política Monetária. Junto com **Paolo Zaghen**<sup>330</sup>, diretor para Assuntos de Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, Alkimar Moura foi um dos principais defensores e articuladores da privatização dos bancos estaduais enquanto esteve à frente de uma das mais importantes diretorias do BC. Depois de sair do BC, trabalhou ainda no Banco do Brasil, sendo presidente do banco estatal entre 1999 e 2001, e, desde 2007, é membro do conselho de supervisão da Bovespa.

---

<sup>329</sup> “Saiba quem é Alkimar Moura”. In: *Folha de S. Paulo*, 10/02/1995; os dados profissionais e acadêmicos de Alkimar Moura foram obtidos através de informações no seu currículo *Lattes*, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4760693H5>.

<sup>330</sup> “Paolo Zaghen será o novo presidente BB”. In: *Gazeta Mercantil*, 20/07/1999.

**Cláudio Mauch**<sup>331</sup>, funcionário de carreira do BC, foi diretor de Normas e Fiscalização entre 1996 e 1999, em substituição a Alkimar Moura. A diretoria de Fiscalização era um dos setores mais importantes do banco, sendo o responsável pela avaliação das condições financeiras das instituições bancárias do país. Durante os três anos em que esteve à frente da diretoria, conduziu os processos de intervenção e liquidação do Nacional, do Econômico e do Bamerindus. No caso do Econômico, Mauch foi apontado pelo Ministério Público como um dos responsáveis pela ação tardia do BC, pois o Econômico já estaria quebrado havia pelo menos três anos antes de sua liquidação. Após ter saído do BC, Mauch montou um escritório de consultoria em Porto Alegre, tendo como um de seus clientes o Credit Commercial de France (CCF).

**Francisco Lopes**<sup>332</sup> foi diretor de Política Econômica do BC entre 1995 e 1998. Em janeiro de 1999, antes de Armínio Fraga assumir, chegou a ocupar a presidência do BC. Seu pai, Lucas Lopes, foi ministro da Fazenda no governo JK e sócio de Roberto Campos na empresa Consultec. Francisco Lopes é formado em economia pela UFRJ e fez doutorado em Harvard, em 1972. Foi consultor do banco Denasa de Investimentos, superintendente do IPEA e diretor-presidente da empresa de consultoria Macrométrica Pesquisas Econômicas, da qual também foi fundador. Antes de trabalhar no BC, foi, em 1986, assessor especial da secretaria de Planejamento e, no ano seguinte, assessor especial do ministério da Fazenda. Juntamente com Edmar Bacha, foi um dos que organizaram o curso de pós-graduação em economia da PUC-RJ, que se transformou num dos mais importantes núcleos de formação dos principais quadros do governo FHC.

**Pedro Parente**<sup>333</sup> era outro importante nome da área econômica do governo FHC, onde foi secretário-executivo do ministério da Fazenda (1995/1999), ministro do Orçamento e Gestão (1999) e chefe da Casa Civil (1999/2002). No governo Collor havia sido secretário nacional de Planejamento, do ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). É funcionário de carreira do BC, tendo ingressado na instituição em 1973, e foi do quadro de consultores externos do FMI. Embora integrasse o grupo de burocratas que ocupavam

---

<sup>331</sup> “Banco Central completa a nova diretoria”. In: *Folha de S. Paulo*, 11/02/1999.

<sup>332</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>333</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Pedro Parente*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

altos cargos no governo desde o período de José Sarney, Parente era um importante aliado de Pedro Malan dentro do governo.

Além do ministério da Fazenda e do BC, o BNDES era outra importante agência estatal da área econômica e teve papel fundamental na implantação do ajuste neoliberal no governo FHC. No período 1995/2002, o BNDES teve sete presidentes diferentes: Edmar Bacha (janeiro/novembro de 1995); Luis Carlos Mendonça de Barros (novembro/1995 – abril/1998); André Lara Resende (abril/novembro de 1998); José Borges Pio (novembro/1998 – julho/1999); Andrea Calabi (julho/1999 – fevereiro/2000); Francisco Gros (fevereiro/2000 – janeiro/2002); Eleazar de Carvalho Filho (janeiro/2002 – janeiro/2003).

**Edmar Bacha**<sup>334</sup>, juntamente com Pêrsio Arida e Fernão Bracher, foi um dos sócio-fundadores do banco BBA-Creditanstalt. Por muitos anos foi economista-chefe do banco criado em 1988 e vendido ao Itaú em 2002. Foi também professor da PUC-RJ, economista do IPEA, presidente do IBGE e assessor especial de FHC no ministério da Fazenda, tendo sido um dos principais nomes na formulação do Plano Real. Foi sua, por exemplo, a ideia da criação do Fundo Social de Emergência (FSE), pelo qual o governo ficava autorizado a remanejar livremente 20% do orçamento (recursos, principalmente, retirados de programas sociais) e que foi um dos principais instrumentos para a implantação do Plano Real. No governo Sarney, já havia integrado a equipe que formulou o plano de estabilização econômica, batizado de Plano Cruzado.

Bacha também foi presidente do BNDES no início do governo FHC. Representando o BBA-Creditanstalt, participou de vários seminários e encontros nos EUA destacando a política econômica do governo FHC e as possibilidades de investimentos externos no Brasil, como o que ocorreu em maio de 1998, em Nova Iorque, em um evento patrocinado pelo Council of the Americas, sobre o tema “A Economia Brasileira e a Crise Asiática”, no qual Bacha foi um dos expositores.

Formado em Economia pela UFMG, Bacha estudou doutorado em Yale (EUA) e é uma espécie de decano do grupo de economistas-banqueiros ligados ao PSDB, da qual fazem parte Pedro Malan, Gustavo Franco, Pêrsio Arida, André Lara Resende, entre outros, e que integram o departamento de Economia da PUC-RJ onde Bacha foi, juntamente com Francisco Lopes, um dos organizadores do curso de pós-graduação. Bacha foi, ainda, professor em diversas universidades norte-americanas, como Yale,

---

<sup>334</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Edmar Bacha*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Columbia, Harvard e MIT, sendo um dos principais economistas brasileiros que fazem a ponte de ligação do Brasil com o pensamento acadêmico hegemônico neoliberal dos EUA e os organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Foi Bacha quem, trouxe John Williamson para lecionar na PUC-RJ, ao final dos anos 70.

Após a saída de Edmar Bacha, em novembro de 1995, **Luiz Carlos Mendonça de Barros**<sup>335</sup> assumiu a presidência do BNDES. Mendonça de Barros era formado em engenharia pela USP e fazia parte do grupo que criticava a política monetária e cambial conduzida pelo ministro Pedro Malan e pelo BC. Seu irmão, **José Roberto Mendonça de Barros**<sup>336</sup>, foi secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda no primeiro governo FHC (1995/1998), tendo saído do cargo justamente por divergir de Malan. José Roberto Mendonça de Barros era e membro do conselho Superior de Economia da Fiesp e, assim como seu irmão, ligado a José Serra e ao o grupo do PSDB paulista.

Em 1967, Luiz Carlos Mendonça de Barros começou a trabalhar como analista financeiro no Banco de Investimento Industrial (Investbanco). Foi, ainda, dono da corretora Patente. Em 1983 deixou a Patente para fundar, junto a cinco associados (Votorantim, Pão de Açúcar, Brasmotor, e Bardella e o grupo financeiro norte-americano Bankers Trust) a empresa que viria a se transformar no banco de investimentos Planibanc, na qual ocupou o cargo de diretor. No mesmo ano, tornou-se consultor do CEBRAP. Em 1985, durante o governo Sarney, deixou o Planibanc para integrar a equipe ministerial de Dílson Funaro, tendo ocupado, em função de sua experiência na área financeira, a diretoria de Mercado de Capitais no BC, onde permaneceria até março de 1987. No mesmo ano, tornou-se professor da Unicamp.

Em 1993, juntamente com André Lara Resende e mais três sócios, fundou o banco de investimentos Matrix. No banco, Mendonça de Barros se tornou diretor e responsável pela tesouraria internacional e pelo setor de estudos econômicos. Em menos de dois anos, o Matrix se tornou o banco de maior rentabilidade do país.

Em novembro de 1995, diante da saída de Edmar Bacha da presidência do BNDES, Mendonça de Barros foi indicado pelo ministro do Planejamento, José Serra, para ocupar o cargo. Na presidência do BNDES, Mendonça de Barros comandou a

---

<sup>335</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Luiz Carlos Mendonça de Barros*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dez. de 1998; “Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>336</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

privatização de inúmeras empresas estatais, entre elas, empresas do setor elétrico (Furnas, CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Light) e a Vale do Rio Doce.

Após a morte de seu amigo de PSDB, Sérgio Motta, em abril de 1998, Mendonça de Barros deixou a presidência do BNDES para assumir o ministério das Comunicações, de onde passou a comandar diretamente o processo de privatização do Sistema Telebrás, idealizado por Motta. O BNDES continuaria a auxiliar o ministro das Comunicações, desempenhando um papel essencial na operacionalização da maior privatização que o país faria até então, a do setor de telecomunicações.

Nos três anos em que foi presidente do BNDES (novembro/1995 – abril/1998) e ministro das Comunicações (abril/novembro de 1998), Mendonça de Barros administrou a venda de 45 empresas públicas, cujo patrimônio foi avaliado em mais de US\$ 60 bilhões.

Com a reeleição de FHC, em outubro de 1998, o então ministro das Comunicações passou a ser cotado para assumir o recém-criado ministério da Produção. Porém, pouco depois da vitória de FHC, foram divulgadas fitas gravadas a partir de escutas clandestinas instaladas no telefone da presidência do BNDES, em que registravam conversas entre Mendonça de Barros e André Lara Resende, então presidente do BNDES, sobre o processo de privatização das telecomunicações. O seu conteúdo revelou suspeitas de favorecimento à Pérsio Arida, amigo em comum dos dois, ex-presidente do BNDES (1993-1994) e do BC (1995) e sócio do banco Opportunity, que participou na aquisição de empresas de telefonia. Mendonça de Barros foi acusado de ter intercedido junto à diretoria do Banco do Brasil (BB), a fim de conseguir garantias e cartas de fiança para o Opportunity, e de ter pressionado a Previ, fundo de pensão do BB, a participar do consórcio. Dessa forma, em novembro de 1998, Mendonça de Barros deixa o governo. Ainda ligado ao PSDB, em 2006 auxiliou as campanhas de Geraldo Alckmin, para presidência da República, e de José Serra, para o governo de São Paulo.

Após Mendonça de Barros ter saído do BNDES para assumir o ministério das Comunicações, a presidência ficou com **André Lara Resende**<sup>337</sup>. Formado em economia pela PUC-RJ, em 1973, Lara Resende, concluiu, dois anos depois, o mestrado pela FGV-RJ. Em 1979, obteve o doutorado pelo MIT. Seu pai, o jornalista Otto Lara Resende fora diretor da Rede Globo de Televisão e colunista dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

---

<sup>337</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *André Lara Resende*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Ao retornar ao Brasil em 1979, após a conclusão do seu doutoramento, passou a compor o quadro de professores da PUC-RJ, onde havia sido aluno, e à qual ficaria ligado até 1988. Paralelamente às suas atividades docentes, em 1980, Lara Resende tornou-se sócio e diretor-administrativo do banco Garantia. Ficaria no banco até 1985. De 1984 a 1985, foi também diretor-externo da Companhia Ferro Brasileira, cargo que novamente ocuparia no período 1987/1990. Em 1985, escreveu com Pécio Arida, o famoso artigo “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”.

Entre 1985 e 1986, passou a integrar a equipe do BC, respondendo por questões relativas à dívida pública. Nesse período, durante o governo Sarney, Lara Resende foi, ao lado de Pécio Arida, Edmar Bacha e dos ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dílson Funaro, um dos responsáveis pela elaboração do Plano Cruzado.

Ao sair da área do governo, Lara Resende retornou ao setor privado, voltando a atuar, em 1987/1988, como diretor do Garantia. Ainda em 1987, foi contratado para trabalhar como diretor-externo das Lojas Americanas. Em 1989, passou a ser diretor-executivo da Brasil Warrant Administrações, do grupo Moreira Salles. Nesse mesmo ano, também passou a ser membro do conselho diretor e vice-presidente executivo do Unibanco, ficando até 1993. A partir de 1990, estreitou sua ligação com o capital internacional, passando a integrar o conselho executivo do The Capital Group, com sede em Los Angeles. Ficou na empresa norte-americana até 1997.

Em 1993, porém, voltaria ao setor público, sendo convidado por FHC, então titular da pasta da Fazenda no governo Itamar, para ser o negociador-chefe da dívida externa brasileiro, no lugar de Pedro Malan, que acabava de assumir a presidência do BC. No mesmo ano participou da fundação do banco Matrix. Lara Resende também teve grande influência na elaboração do Plano Real, quando FHC ainda era ministro da Fazenda no governo Itamar. Com a posse de FHC, afastou-se do Matrix e assumiu o cargo de assessor especial da Presidência da República, tendo trabalhado na elaboração do projeto para a reforma da Previdência.

Em abril de 1998, assumiu a presidência do BNDES, em substituição a Luís Carlos Mendonça de Barros, seu sócio no Matrix e que fora designado para ocupar o ministério das Comunicações, após a morte de Sérgio Motta. Permaneceria apenas sete meses no cargo. Em novembro de 1998 foi obrigado a renunciar à presidência do BNDES devido a denúncias, que também derrubaram Luís Carlos Mendonça de Barros do ministério das Comunicações.

Ao deixar mais uma vez o setor público, André Lara Resende passou a atuar, sobretudo, como consultor. A partir de 2002, passou a integrar o conselho de administração do grupo Gerdau e da Metalúrgica Gerdau. Entre 2002 e 2003 foi também pesquisador visitante da St. Antony's College, da universidade de Oxford, na Inglaterra. Em agosto de 2006, recebeu o prêmio de “Economista do Ano” pela Ordem dos Economistas do Brasil. Em agosto de 2009, André Lara Resende passou a integrar o Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco, presidido por Pedro Malan.

Ligado ao PFL, **José Pio Borges**<sup>338</sup> foi funcionário de carreira do BNDES (embora também tenha atuado no setor privado) e substituiu Lara Resende à frente da instituição em novembro de 1998. Em 1965, ingressou no curso de engenharia mecânica na PUC-RJ. Em 1971 fez mestrado em engenharia industrial, com especialização em finanças, também na PUC-Rio. No mesmo ano foi admitido como engenheiro no BNDES. De 1974 a 1975, licenciou-se do banco para exercer as funções de auditor interno e analista financeiro da IBM do Brasil. De volta ao BNDES, trabalhou como assessor da direção, gerente do departamento de Indústrias Químicas e superintendente da BNDESpAr. No período 1979/1982, afastou-se novamente do banco para fazer mestrado em economia na New School for Social Research (EUA). Ao retornar ao Brasil, chefiou o novamente o departamento de Indústrias Químicas do BNDES, tendo também participado dos conselhos de administração da Riocell e da Companhia Guatapará de Papel e Celulose. Entre 1985/1990, mais uma vez afastado do BNDES, ocupou importantes cargos no setor privado. Foi presidente da Pronor Petroquímica, diretor do Banco da Bahia Investimentos, além de membro dos conselhos de administração das empresas Engpack Embalagens e da Yokogawa Latinamerica.

Em 1990, durante o governo Collor, assumiu a vice-presidência do BNDES, e representou a instituição na comissão diretora do PND, além de participar dos conselhos de administração do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Eletrobrás. Presidiu a câmara de Liquidação e Custódia do PND e foi vice-presidente do conselho da Copesul, Usiminas e da Rede Ferroviária Federal. Todas essas empresas foram privatizadas.

Entre 1992 e 1995, ao retornar mais uma vez ao setor privado, foi presidente da Companhia de Seguros da Bahia, diretor da Petroquímica da Bahia, membro dos conselhos de administração da Nitrocarbono, da Policarbonatos do Brasil, novamente da Engpack Embalagens, e agora presidente da Yokogawa Latinamerica.

---

<sup>338</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *José Pio Borges*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Em novembro de 1995, no governo FHC, retornou mais uma vez ao BNDES como vice-presidente na gestão de Mendonça de Barros, que assumiu o BNDES com o compromisso de prosseguir com o processo de desestatização. Em abril de 1998, com a ida de Mendonça de Barros para o ministério das Comunicações, continuou na vice-presidência do banco na gestão de André Lara Resende. Durante esse período, participou dos conselhos de administração da Petrobrás, Aracruz Celulose, da Telemar e do comitê empresarial permanente do ministério das Relações Exteriores. Em novembro de 1998 com as saídas de Medonça de Barros do ministério das Comunicações e de Lara Resende do BNDES, assumiu a presidência do banco. Em julho de 1999, porém, pediu demissão, sendo substituído por Andrea Calabi.

De volta ao setor privado, foi diretor do banco Liberal e do Bank of América. Participou do conselho de administração da Companhia Vale do Rio Doce (Valepar) e dos conselhos consultivos do banco Calyon (Crédit Agricole/Crédit Lyonnais) e do banco Privado Português. Posteriormente, tornou-se sócio gerente da RJX Investimento e membro do conselho de administração da RB Capital.

Após a sua saída do BNDES, Pio Borges, Luís Carlos Mendonça de Barros e André Lara Resende, foram acusados de irregularidades na privatização da Telebrás, sendo alvos de inquérito. Pio Borges e André Lara Resende foram acusados de usar dinheiro do banco para impulsionar o consórcio Telemar, providenciando o aparato institucional que permitiu um repasse de R\$ 687 milhões às empresas integrantes do consórcio (Andrade Gutierrez, Macal Investimento e Participações e Inepar Indústria e Construções). Em março de 2009, Pio Borges, junto com os demais acusados, foi absolvido pela Justiça Federal. Além disso, Pio Borges também foi acusado de favorecer, durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce, a Valecom, consórcio do qual participavam a Anglo American e o banco Safra, ambos acionistas da Aracruz Celulose, de cujo conselho de administração era membro desde novembro de 1996.

**Andrea Calabi**<sup>339</sup> foi o quinto nome a assumir a presidência do BNDES durante o período FHC e, assim como Mendonça de Barros, integrava o grupo do PSDB paulista. Em 1971, um ano depois de se formar em economia pela USP, tornou-se professor da universidade, função que exerceu até 1991. Em 1975 concluiu o mestrado em economia na universidade de Berkeley (EUA). De volta ao Brasil em 1976, tornou-se pesquisador da Fundação de Pesquisas Econômicas (FIPE), onde atuou até 1982. Nesse ano obteve o

---

<sup>339</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Andrea Calabi*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

doutorado em economia, também em Berkeley, sendo aluno de Albert Fishlow, que havia chefiado no Brasil, nos anos 1960, uma equipe de consultores no IPEA, onde realizou estudos sobre o desenvolvimento econômico-social.

Entre 1983 e 1985 foi assessor do governador paulista Franco Montoro (1983-1987). Com a nomeação de João Sayad para ocupar a secretaria de Planejamento da presidência da República (Seplan), em 1985, Calabi assumiu os cargos de secretário-geral da Seplan e presidente do IPEA. Em 1986, deixou a presidência do IPEA para assumir a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo um dos idealizadores que a conceberam para centralizar e controlar os gastos do governo federal. Permaneceu na STN até 1988, mesmo após a saída de Sayad, ocorrida em março de 1987.

Em 1995, com a chegada de FHC ao poder e a nomeação de José Serra, a quem era ligado, para ocupar a pasta do Planejamento, voltou a integrar uma equipe ministerial. Calabi ocupou os cargos de secretário-executivo do ministério de Serra e foi novamente nomeado presidente do IPEA. Entre 1995 e 1996, participou, ainda, do conselho administrativo do BB. Ao sair do governo em 1996, retornou ao setor privado.

Em 1998, participou da reeleição de FHC, sendo um dos coordenadores de sua campanha. Ao iniciar o segundo mandato de FHC, por indicação de José Serra, Calabi assumiu o cargo de presidente do BB, substituindo Paulo César Ximenes. Em meados de 1999, novamente indicado por Serra, Calabi foi convidado para presidir o BNDES. Assumiu o banco em julho de 1999, no lugar de Pio Borges. Em sua posse, apontou como principal objetivo de sua gestão à frente do BNDES o incentivo às exportações e ao financiamento do setor produtivo nacional. Estabeleceu ainda como diretriz a reestruturação de importantes setores industriais, como o petroquímico, a siderurgia e a mineração, incentivando a formação de conglomerados nacionais e procurando impedir o avanço do capital estrangeiro no setor. Ainda assim, em sua gestão, o BNDES concedeu vultuosos empréstimos à Ford e ao grupo norte-americano AES, que com o crédito comprou a Companhia Energética de São Paulo (CESP-Tietê).

Em fevereiro de 2000, Calabi foi substituído na presidência do BNDES por Francisco Gros. Em 2002, após ter deixado o governo, Calabi tornou-se membro do conselho de administração da Previ. Nesse período, participou da campanha de José Serra para a presidência da República. Em 2003 assumiu a secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo, no governo Geraldo Alckmin. Ocupou o cargo até janeiro de 2005. Foi ainda membro dos conselhos administrativos da Cyrela Brazil Realty, do Fundo Social de Solidariedade do governo de São Paulo (Fussesp), da Caixa Econômica

Federal, da Telecom Itália e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

**Francico Gros**<sup>340</sup>, substituto de Calabi no BNDES, nasceu em 1942, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas foi educado nos EUA, formando-se em economia pela universidade de Princeton e cursado sua pós-graduação na universidade de Colúmbia, onde apresentou a dissertação sobre investimentos estrangeiros no Brasil. Em 1967 retornou ao Brasil, começando sua carreira profissional no grupo financeiro Metropolitana, em São Paulo.

Em 1972, voltou para os EUA para trabalhar na área internacional da Kideer, Peabody and Company Inc., uma das mais influentes corretoras na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Três anos depois, aceitou o convite do banqueiro Ronaldo César Coelho para assumir uma das diretorias do grupo Multiplic, no Rio de Janeiro. Em 1977, assumiu o cargo de superintendente de empresas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Durante a sua permanência na CVM, estreitou laços com Mário Henrique Simonsen, ex-ministro do Planejamento durante o regime militar e então vice-presidente do conselho de administração do grupo Bozano, Simonsen, e com o então diplomata Marcílio Marques Moreira, primeiro-secretário do ministério das Relações Exteriores.

Em setembro de 1981, deixou a CVM e assumiu o cargo de diretor-executivo do Unibanco, permanecendo até junho de 1985. Assumiu, então, a diretoria de mercado de capitais do BNDES. Nesse período, supervisionou os primeiros processos de privatização de empresas estatais, como a tecelagem Nova América e a Mafersa. Durante sua permanência no BNDES, aproximou-se de Dílson Funaro, então presidente do banco. Em fevereiro de 1987, com Funaro à frente do ministério da Fazenda, aceitou o convite para substituir Fernão Bracher na presidência do BC.

No BC, Gros viajou aos Estados Unidos para iniciar as discussões sobre a moratória da dívida externa brasileira, decretada em 20 de fevereiro de 1987. Na ocasião, participou da assembléia do BID. Os credores internacionais ameaçavam promover ações judiciais que comprometeriam o comércio exterior brasileiro e não mais renovar as linhas de crédito, caso o governo brasileiro insistisse na moratória. Em abril, viajou para Washington junto com o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, para renegociar os termos do pagamento da dívida com o FMI. Viajou também para Nova Iorque, reunindo-se com

---

<sup>340</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Francisco Gros*.

o comitê dos bancos credores e com representantes das agências de bancos brasileiros no exterior. Em abril de 1987, Dílson Funaro deixou o ministério da Fazenda, sendo substituído por Luís Carlos Bresser Pereira. No mês seguinte, Gros pediu demissão da presidência do BC.

Em junho daquele mesmo ano, por indicação do presidente do BNDES, Márcio Fortes, Gros foi eleito pelo conselho administrativo da Aracruz Celulose para ocupar a presidência da empresa, que contava com importante participação do BNDES em seu capital. Nos dois anos em que presidiu a Aracruz Celulose, Gros negociou a venda de ações da empresa que estavam sob o poder do BNDES e a consequente ampliação do setor privado no seu controle acionário.

Em junho de 1989, deixou a presidência da Aracruz Celulose, ocupando em seguida a presidência do BFC Banco, tendo permanecido no cargo até maio de 1991, quando foi indicado por Marcílio Marques Moreira, ministro da Economia do governo Collor, para ocupar pela segunda vez a presidência do BC.

Ao assumir novamente o BC, em substituição a Ibrahim Eris, destacou, no discurso de posse, a defesa da independência da instituição e a redução de suas atribuições, que deveriam ser limitadas à fiscalização da moeda, do crédito e do câmbio.

Em 30 de setembro de 1992, no dia seguinte da aprovação pelo Congresso para a abertura do processo de *impeachment* de Collor, Francisco Gros entregou sua carta de demissão ao ministro Marcílio Marques Moreira. Porém, ao assumir a presidência da República, Itamar Franco confirmou a sua permanência no cargo. Em outubro do mesmo ano, no entanto, voltou a pedir demissão por discordar dos rumos da política econômica do governo, principalmente depois das críticas de Itamar sobre a política monetária do BC, em especial pela manutenção das taxas de juros reais e positivas. Em novembro, deixou a presidência do BC, sendo substituído por Gustavo Loiola.

No ano seguinte, assumiu o cargo de diretor-executivo do Morgan Stanley, em Nova Iorque, ficando responsável pela área da América Latina. Em 1997 por decisão do Morgan Stanley, Gros retornou ao país, pois o banco norte-americano estava interessado em participar das privatizações brasileiras.

Em fevereiro de 2000, assumiu a presidência do BNDES, substituindo Andréa Calabi. Defensor do processo de abertura da economia brasileira, bem como das privatizações, Gros permaneceu à frente do BNDES até dezembro de 2001. Em janeiro de 2002, assumiu a presidência da Petrobrás até então ocupada por Henri Philippe Reichstul.

Ao sair do governo, Gros assumiu os cargos de diretor-presidente e membro dos conselhos de administração da Fosfertil e da Ultrafertil. Tornou-se presidente do conselho de administração da Lojas Renner, membro dos conselhos de administração da Globex Utilidades, Ocean Wilsons, Energias do Brasil e Amcham - Câmara Americana de Comércio. Também foi membro dos conselhos consultivos da Air Liquide do Brasil, Scania Latin America, banco Financia, Brazilian American Chamber of Commerce, The Americas Society Inc. e The Nature Conservancy. Participou, ainda, do conselho de administração da OGX, empresa de petróleo e gás do grupo EBX de Eike Batista.

**Eleazar de Carvalho Filho**<sup>341</sup> foi o último dos presidentes a ocupar o BNDES no governo FHC. Realizou sua formação acadêmica dos EUA. Em 1979, graduou-se em economia pela universidade de Nova Iorque. Dois anos depois, realizou o mestrado em relações internacionais pela universidade Johns Hopkins. Completou os estudos, em 1998, com o doutorado pela Harvard Business School.

Em 1981, tornou-se assessor do banco Citibank/Crefisul de Investimento e, posteriormente, assumiu o cargo de diretor-adjunto da área internacional, função que exerceu até 1983. Entre 1986 e 1992, ocupou diversos cargos na Alcoa Alumínio. Primeiramente, como diretor da área financeira e, posteriormente, como vice-presidente do Instituto Cultural da Alcoa e como superintendente da Alcoa Previ, na qual foi responsável pela seguradora e pela corretora de seguros. Em 1992 voltou a trabalhar em instituições financeiras chefiando a área de finanças corporativas do banco Garantia, em São Paulo. Em 1994 passou a dirigir o escritório do banco no Rio de Janeiro. Permaneceu no banco até 1998, quando se transferiu para o banco suíço Warburg Dillon Read.

Em abril de 2000, foi convidado por Francisco Gros para a integrar a equipe do BNDES, assumindo o cargo de diretor superintendente do BNDES Participações (BNDESPar). Em seguida, foi nomeado diretor da secretaria geral de Apoio à Desestatização, respondendo pelas operações e serviços de privatização, assim como pela diretoria da área de Produtos Estruturados.

Após a saída de Francisco Gros para assumir presidência da Petrobras em janeiro de 2002, Eleazar Filho assume a presidência do BNDES. Durante sua gestão, manteve o modelo iniciado na administração anterior. Permaneceu à frente do BNDES até dezembro de 2002.

---

<sup>341</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Eleazar de Carvalho Filho*.

Em 2003, voltou a trabalhar em instituições financeiras privadas, tornando-se sócio fundador da Iposeira Gestão de Ativos. Em 2005, foi designado conselheiro da Varig e, posteriormente, ocupou a vice-presidência do conselho de administração da empresa. Ao retornar às suas atividades na Iposeira, assumiu em junho de 2006 a presidência da BHP-Billiton do Brasil. Com a compra de parte do capital da Iposeira pelo Unibanco, chefiou a estruturação do Unibanco Banco de Investimento, resultado da fusão da Iposeira com o grupo Unibanco. Em fevereiro de 2009, com a fusão entre o Itaú e o Unibanco, o Unibanco Banco de Investimento foi extinto e Eliasar Filho deixou a instituição. Em maio de 2009, passou a integrar o comitê especial independente do conselho de administração da Aracruz. Foi ainda membro dos conselhos administrativos e consultivos do ABN Amro Brasil, da Telemar, da Vale do Rio Doce, da Eletrobrás e da São Paulo Alparbatas.

**Elena Landau**<sup>342</sup> foi outro importante nome dentro do BNDES, tendo ocupado, até junho de 1996, a diretoria de Desestatização, uma das mais importantes do BNDES. Assessora econômica do PSDB, foi casada com Pérsio Arida, ex-presidente do BC e ex-sócio do grupo Opportunity, que participou ativamente nas privatizações do governo FHC. Elena Landau trabalhou como consultora do banco norte-americano Bear Stearns, especialmente em assuntos referentes a privatizações no Brasil e na América Latina. O Bear Stearns, inclusive, participou da privatização da Usiminas na época em Elena Landau era diretora de Desestatização do BNDES. Coordenou a venda de diversas estatais, entre elas a Usiminas e a Light, e foi a responsável, por exemplo, pela elaboração do modelo de privatização da Vale do Rio Doce. Respondendo às acusações de que ao trabalhar para empresas privadas estaria se beneficiando de informações privilegiadas obtidas como diretora do BNDES, disse ser “muito comum” a situação de funcionários saídos do governo trabalhem para o setor privado. Também integrava o grupo dos economistas-banqueiros da PUC-RJ no governo.

O ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), criado no primeiro governo FHC e responsável pelas principais diretrizes da reforma do Estado brasileiro no período, foi outra importante agência na estratégia política do governo FHC. Entre 1995 e 1998, o MARE teve quatro ministros, sendo que três deles, Ângela Maria Santana Carvalho, Cláudia Costin e José Walter Vazquez Filho, ocuparam-no de maneira interina, ficando por um curto tempo no cargo. Assim, o titular do MARE nos quatro anos de sua

---

<sup>342</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

existência foi Luiz Carlos Bresser Pereira, que só deixou de ocupar a pasta por um período mais longo entre junho/novembro de 1998, quando participou da campanha de reeleição de FHC. Na ocasião, Cláudia Costin assumiu o ministério interinamente.

**Luiz Carlos Bresser Pereira**<sup>343</sup> foi um dos principais ideólogos da reforma do Estado concebida pelo governo FHC. Junto com José Serra, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Sérgio Motta, formava a liderança do grupo do PSBD paulista. Em 1957, graduou-se em direito pela USP. Em 1959, iniciou sua carreira de professor universitário como auxiliar de ensino na Escola de Administração da FGV-SP. Entre 1960 e 1961, fez mestrado em administração na Universidade de Michigan, nos EUA. De volta ao Brasil, tornou-se professor-assistente do departamento de administração da FGV-SP, passando logo depois a professor-adjunto.

Em 1963 começou a trabalhar no grupo Pão de Açúcar, do qual seria diretor administrativo entre 1965 e 1983. Em 1972, concluiu o doutorado em economia pela USP. Entre 1980 e 1994, presidiu o Centro de Economia Política, responsável pela edição da *Revista de Economia Política*. Em março de 1983, no governo Franco Montoro, tornou-se diretor-presidente do Banespa e, no ano seguinte, obteve a livre-docência em economia pela USP.

Em maio de 1985, ainda na administração Franco Montoro, assumiu a secretaria de Governo de São Paulo. Nas eleições seguintes para o governo paulista, apoiou a candidatura vitoriosa de Orestes Quécia. Em março de 1987, foi indicado para ser secretário de Ciência e Tecnologia do novo governo, cargo que exerceu por apenas um mês, pois foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente José Sarney, em substituição a Dílson Funaro.

Ao tomar posse na pasta da Fazenda, Bresser Pereira defendeu a formulação de um plano econômico baseado em metas mensais e trimestrais, de acordo com as recomendações do FMI. Comprometeu-se, ainda, em realizar um rígido controle dos gastos públicos. Em junho, com a inflação do mês anterior tendo alcançado o índice de 23%, jamais registrado no país até então, foi anunciado o lançamento do Plano Bresser, que congelou salários, preços e aluguéis por um período de três meses, além de desvalorizar a moeda, o cruzado. Em dezembro de 1987, Bresser deixou a pasta da Fazenda, sendo substituído pelo economista Maílson da Nóbrega, que herdou uma inflação anual superior a 363%, até então a maior registrada em toda a história do país.

---

<sup>343</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Luiz Carlos Bresser Pereira*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Logo em seguida à sua saída do ministério da Fazenda, retomou as suas atividades docentes, passando a integrar, também, o conselho superior de Economia da Fiesp. Em junho de 1988, esteve entre os fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de cuja primeira executiva nacional participou como suplente.

Em 1994, como tesoureiro nacional do PSDB, participou como coordenador financeiro da campanha de FHC. Cogitado inicialmente para integrar a equipe do novo governo como ministro das Relações Exteriores, Bresser acabou sendo nomeado para ocupar o recém-criado ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

Em seu discurso de posse à frente do MARE, afirmou que o sucesso da reforma do Estado dependia da revisão da estabilidade do funcionalismo público. Frisou, ainda, que a reforma passaria pela unificação dos mercados de trabalho público e privado, para acabar com o empreguismo e o clientelismo do Estado, ressaltando que o funcionalismo vivia “o círculo vicioso da estabilidade, da ineficiência e da baixíssima remuneração”.

Logo na primeira semana como ministro, apresentou as propostas da reforma administrativa, entre elas, o corte aos benefícios do funcionalismo; o fim da aposentadoria por tempo de serviço; a inclusão dos servidores públicos no regime geral da Previdência, pelo qual se aposentariam com 58 ou 60 anos de idade, ou 38 anos de contribuição; o fim das aposentadorias especiais para professores, ferroviários, aeronautas, jornalistas e outros, bem como a fixação de um valor máximo a ser pago aos aposentados, podendo variar entre cinco e dez salários mínimos. Em relação à aposentadoria do funcionalismo, afirmou a sua pretensão de limitá-la a 70% do salário recebido na ativa, acabando assim com o direito à aposentadoria integral.

Em fevereiro de 1996, segundo dados do próprio MARE, foi constatada a entrada de mais de 30 mil pedidos de aposentadoria de servidores públicos desde o envio do texto da reforma da Previdência ao Congresso, em março do ano anterior. Muitos trabalhadores temiam a perda ou a redução de seus direitos pelas mudanças pretendidas pelo governo. Em setembro do mesmo ano, um levantamento realizado pelo Tesouro Nacional em oito estados brasileiros revelou que em sete deles, mais de 30 mil funcionários públicos haviam sido demitidos, incentivados pelo Programa de Demissões Voluntárias (PDV). Arquitetado pelo MARE, o PDV tinha como objetivo a redução das folhas de pagamento do funcionalismo público brasileiro nos Estados e municípios.

Em 10 de julho de 1997, o Congresso aprovou, por apenas um voto de diferença, a quebra da estabilidade no emprego do servidor público, tornando possível a sua demissão por “insuficiência de desempenho” ou por necessidade de “redução de quadros”. Esta foi

considerada a primeira grande vitória do governo na implementação da reforma do Estado no Brasil.

Em junho de 1998, Bresser deixou o ministério para assumir novamente a coordenação financeira da campanha de FHC. A sua reeleição só foi permitida devido à emenda constitucional, que também se inseria no contexto das reformas do Estado realizadas pelo governo. Em seu lugar foi nomeada, interinamente, a secretária-executiva do MARE, Cláudia Costin. Após a vitória de FHC no primeiro turno, Bresser reassumiu o ministério.

Com o início do segundo governo de FHC, no entanto, o MARE foi extinto e Bresser Pereira tornou-se titular do ministério da Ciência e Tecnologia. Permaneceu no cargo até julho seguinte, quando foi substituído por Ronaldo Sardenberg. A partir de então, dedicou-se exclusivamente à atividade acadêmica como professor emérito da FGV-SP. Além disso, foi professor visitante no Nuffield College, em 1999, na universidade de Oxford, em 2001, e no departamento de Ciência Política da USP, entre 2002 a 2003. Além de inúmeros artigos em revistas especializadas e outros periódicos brasileiros e estrangeiros, escreveu vários livros, entre os quais se destacam *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968), *O colapso de uma aliança de classes* (1978), *Economia brasileira: uma introdução crítica* (1982), *Lucro, acumulação e crise* (tese de livre docência, 1986), *A crise do Estado* (1992), *Economic crisis and State reform in Brazil* (1996) e *Reforma do Estado para a cidadania* (1998).

**Edward Amadeo**<sup>344</sup> foi ministro do Trabalho entre 1998 e 1999 e, entre 1999 e 2001, foi secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda. Fez doutorado em Harvard e, com sua entrada no governo a partir de 1998, ampliou o grupo de economistas-banqueiros saídos da PUC-RJ, onde era professor, no governo FHC. Ao tomar posse no ministério, propôs-se a desempenhar duas tarefas: avançar na “reforma trabalhista”, ou seja, na revisão dos direitos dos trabalhadores e na precarização das relações de trabalho, e no aumento da “empregabilidade do trabalhador brasileiro”. Ficou famosa uma de suas primeiras declarações públicas enquanto ministro em que disse não existir problema sério de desemprego no país.

---

<sup>344</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Edward Amadeo*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

**Eliana Cardoso**<sup>345</sup> foi secretária de Assuntos Internacionais do ministério da Fazenda no início do governo FHC. Doutora em economia pelo MIT, Eliana Cardoso trabalhou como economista-chefe e assessora especial no Banco Mundial e como conselheira do departamento de Pesquisas do FMI. Foi casada com o banqueiro Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real, e com o consultor internacional e economista do MIT, Rudiger Dornbusch. Foi, ainda, professora de diversas universidades norte-americanas, entre elas, Yale e MIT. Foi Eliana Cardoso quem apresentou, junto com Daniel Dantas, o panorama sobre o Brasil na reunião em novembro de 1989, patrocinada pelo FMI, Banco Mundial, BID e o governo norte-americano e que firmaria o chamado “consenso de Washington”.

**Winston Fritsch**<sup>346</sup> é outro importante nome do grupo dos economistas-banqueiros da PUC-RJ ligados ao PSDB e ao projeto político de FHC. Doutor em economia pela universidade de Cambridge, Fritsch era, na época, o presidente do Dresdner Kleinwort Benson do Brasil, banco controlado pelo grupo financeiro alemão Dresdner Bank. O Dresdner Kleinwort Benson foi um dos bancos contrados pelo governo federal para prestar consultoria no processo de privatização do Sistema Telebrás. O banco também assessorou o governo estadual baiano na venda da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) e o governo do Rio Grande do Sul na privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Enquanto FHC era ministro da Fazenda do governo Itamar, Fritsch foi secretário de Política Econômica de seu ministério, tendo papel relevante na implantação do Plano Real.

**José Serra**<sup>347</sup>, político paulista, foi deputado federal e senador, e ocupou, durante o governo FHC, os ministérios do Planejamento (1995/1996) e da Saúde (1998/2002). Era a principal liderança do grupo do PSDB paulista na crítica à política econômica e à condução do Plano Real pelo ministério da Fazenda e pelo BC, sobretudo em relação à política cambial (a valorização do real frente ao dólar prejudicava as exportações nacionais), às altas taxas de juros e à política de abertura econômica, considerada por ele como exagerada.

---

<sup>345</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>346</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>347</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *José Serra*; PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 309-313; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998; “Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Serra formou-se em engenharia civil pela USP em 1964. Um ano antes, foi eleito presidente da UNE. Com o golpe militar, foi para o Chile, onde trabalhou como pesquisador e professor na Cepal. Paralelamente, fez o curso de planificação de desenvolvimento econômico, encerrado ainda em 1966, e o curso oferecido pelo Programa de Estudos Econômicos para Graduados Latino-Americanos (Escolatina), na universidade do Chile, concluído em 1968. Nesse mesmo ano foi professor e pesquisador do Instituto de Economia da universidade do Chile. Ainda nessa instituição, foi professor da disciplina de estruturas e modelos de desenvolvimento da América Latina (entre 1969/1970 e 1972/1973). Em 1972 obteve o mestrado em ciência econômica por essa universidade. Após o golpe que derrubou Salvador Allende em setembro de 1973, José Serra, já casado com Sílvia Mônica Allende Serra, primeira-bailarina do Balé Nacional do Chile e psicóloga, mudou-se para os EUA, obtendo, em 1976, o doutorado em economia pela universidade de Cornell. Foi também professor na universidade de Princeton (1976/1978). Em 1978, ao voltar ao país, tornou-se professor do departamento de Economia da Unicamp atividade que desempenharia até 1983. Trabalhou também, junto com FHC, no CEBRAP.

Foi um dos fundadores do PSDB em 1988, tendo sido, junto com FHC, o responsável por escrever o programa do partido, depois de discussões com André Lara Resende, Edmar Bacha, Hélio Jaguaribe e Luiz Carlos Bresser Pererira.

No começo do governo FHC, ocupou o ministério do Planejamento, com forte apoio da Fiesp e do empresariado paulista. Porém, em 1996 se afastou da pasta por divergências com o ministro Pedro Malan, da Fazenda, e o BC, sobre os rumos da política econômica. Em 1996, ao deixar o governo, concorreu nas eleições para a prefeitura de São Paulo, sendo derrotado pelo candidato malufista Celso Pitta. Em 1998, retornou ao governo para ocupar um ministério fora da área econômica, em uma clara indicação de perda de sua força política nos assuntos econômicos do governo.

**Sérgio Motta**<sup>348</sup> foi ministro das Comunicações no governo FHC, tendo falecido em 1998, quando ainda ocupava o cargo. Sua atuação pelo ministério foi marcada pela montagem do esquema de privatização do Sistema Telebrás, realizado pelo seu amigo e sucessor na pasta das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Formado em engenharia industrial pela PUC-SP, Motta foi também um dos fundadores do PSDB,

---

<sup>348</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Sérgio Motta*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998; “Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

sendo secretário-geral do partido entre 1991/1997. Muito ligado à FHC, foi coordenador da maioria de suas campanhas e sócio em uma fazenda de criação de gados. Sérgio Motta também foi um dos mais importantes articuladores da emenda da reeleição, sendo, inclusive, acusado, em uma reportagem da Folha de S. Paulo, de ter montado um esquema de compra de votos de parlamentares para que a emenda fosse aprovada no Congresso. Durante muitos anos, foi diretor-presidente da empresa de consultoria Hidrobrasileira, tendo vendido o seu controle acionário, em 1994, para um grupo norte-americano antes de assumir o ministério das Comunicações. No governo Figueiredo, foi ainda presidente da estatal Coalbra e no governo Franco Montoro, vice-presidente da Eletropaulo. Com a sua morte, o grupo do PSDB paulista perdeu o seu mais ativo e agressivo articulador, enfraquecendo a sua posição no governo FHC.

**Clóvis Carvalho**<sup>349</sup> foi ministro-chefe da Casa Civil (1995/1999) e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1999), tendo sido também presidente da Câmara da Reforma do Estado no governo FHC. Formado em engenharia eletrônica pela USP, era também dos nomes fortes dentro do grupo do PSDB paulista, ligado a José Serra e Sérgio Motta. Trabalhou no banco Safra, Bansulvest e no Banco de Investimentos do Brasil. Foi secretário de Planejamento no governo Franco Montoro e secretário-executivo do ministério da Fazenda no governo Itamar, quando FHC era ministro, tendo participado da elaboração do Plano Real. Era vice-presidente das Indústrias Villares antes de ir para o governo. Na ocasião em que foi apresentado como ministro-chefe da Casa Civil, responsável pela coordenação das ações dos ministérios, e das nomeações para os cargos do segundo e terceiro escalões, foi apontado por FHC como o segundo homem de seu governo. Uma de suas primeiras ações enquanto ministro foi acelerar as privatizações, criando o Conselho Nacional de Desestatização (CND). Em julho de 1999, foi substituído na chefia da Casa Civil por Pedro Parente e assumiu o ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no lugar do economista Celso Lafer. Contudo, permaneceu pouco tempo à frente da pasta, devido a críticas públicas feitas à condução da política econômica por Pedro Malan. Foi afastado da pasta, sendo substituído por Alcides Tápias.

---

<sup>349</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Clóvis Carvalho*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998; “Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

**Eduardo Jorge**<sup>350</sup> foi secretário-geral da presidência da República (1995/1998) e integrava o grupo palaciano mais próximo de FHC. Trabalhava com o FHC há mais de quinze anos, tendo se afastado de seu cargo no governo para assumir a coordenação geral da campanha presidencial de 1998. Formado em economia, com mestrado em administração e finanças públicas pela State University of New York at Albany (EUA), foi funcionário de carreira no Senado, onde trabalhou para a liderança do PSDB. Foi também consultor da United States Agency for International Development, agência do governo norte-americano. No governo FHC atuou como uma importante ponte de ligação com os fundos de pensão das estatais, como a Previ, que tinham participação ativa nas privatizações.

**Paulo Renato de Souza**<sup>351</sup> foi ministro da Educação durante os oito anos do governo FHC. Pertencia ao grupo do PSDB paulista, tendo sido um dos fundadores do partido em 1988. Foi também um dos principais redatores dos programas eleitorais da campanha de FHC em 1998.

Doutor em economia pela Unicamp, com a tese *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas* e, assim como o amigo José Serra, exilou-se no Chile, tendo trabalhado como economista na Cepal. Trabalhou ainda na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e foi professor-vistante de diversas instituições de ensino no exterior, entre elas, a universidade do Chile, universidade Católica (Chile) e Princeton (EUA). No Brasil, deu aulas na UFRJ, PUC-SP e Unicamp. Nesta última, foi reitor entre 1986 e 1990. Entre 1980 e 1983 foi superintendente da Coalbra, empresa na época dirigida por Sérgio Motta. No governo Franco Montoro acumulou os cargos de assessor-técnico de gabinete da secretaria de Economia e Planejamento e coordenador de Planejamento e Avaliação da mesma secretaria. Em 1984, passou a acumular as funções de consultor de pesquisa no Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e diretor-presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), cargos que deixou para assumir, ainda naquele ano, a secretaria de Educação de São Paulo. Permaneceria à frente dessa pasta até 1986.

---

<sup>350</sup> “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

<sup>351</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Paulo Renato*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998; “Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998.

Antes de assumir o ministério da Educação, era vice-presidente do BID. Durante a sua gestão, além de ter sido responsável pela precarização do ensino público no país, em especial o ensino superior, foi também durante o período do seu ministério que ocorreu uma das maiores greves de professores e funcionários de universidades federais no Brasil.

**Antônio Kandir**<sup>352</sup> foi deputado federal pelo PSDB e ministro do Planejamento do governo FHC no período 1996/1998, em substituição à José Serra. É formado em engenharia mecânica e de produção pela UPS, em 1975, possui mestrado (1984) e doutorado (1988) em economia pela Unicamp, onde também foi professor. No governo Collor, foi integrante da equipe econômica da ministra Zélia Cardoso de Mello e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que criou o Plano Collor, tendo atuado como secretário de Política Econômica do ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. No governo FHC, foi um dos ideólogos das reformas, sendo o responsável pela chamada Lei Kandir, que isentou da tributação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) uma série de produtos, afetando seriamente as finanças de Estados e municípios. No setor público, trabalhou no IPEA, no Banespa e na Fapesp. No setor privado, Kandir atuou como coordenador de Estudos Econômicos da Itaú S.A. Planejamento e Engenharia e atualmente é sócio-consultor do banco Ribeirão Preto.

*Quadro 2.2: Principais nomes que do grupo dos economistas-banqueiros*

Nome	Cargo ocupado no governo FHC	Formação acadêmica (doutorado)
Pedro Malan	Ministro da Fazenda (1995/2002)	Berkeley (EUA)
Eliana Cardoso	Secretária do ministério da Fazenda (1995)	MIT (EUA)
Pérsio Arida	Presidente do BC (1995)	MIT (EUA)
Gustavo Franco	Presidente do BC (1997/1998)	Harvard (EUA)
Armínio Fraga	Presidente do BC (1999/2002)	Princeton (EUA)
Francisco Lopes	Diretor do BC (1995/1996)	Harvard (EUA)
Edward Amadeo	Ministro do Trabalho (1998/1999)	Harvard (EUA)
Edmar Bacha	Presidente do BNDES (1995)	Yale (EUA)
André Lara Resende	Presidente do BNDES (1998)	MIT (EUA)
Elena Landau	Diretora do BNDES (1995/1996)	PUC-RJ

Fonte: “Quem é quem no governo”. In: Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações, dez. de 1998; GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe”*... Op. cit., p. 201.

<sup>352</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC, verbete *Antonio Kandir*; “Quem é quem no governo”. In: *Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações*, dezembro de 1998; GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe”*... Op. cit., p. 201.

*Quadro 2.3: Principais nomes que do grupo do PSDB paulista*

Nome	Cargo ocupado no governo FHC	Formação acadêmica (doutorado)
Andrea Calabi	Secretário do Planejamento (1995/1996); Presidente do BNDES (1999/2000)	UFRJ (RJ)
Clóvis Carvalho	Ministro da Casa Civil (1995/1999); Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1999)	USP (SP)
José Roberto Mendonça de Barros	Secretário do Planejamento (1995/1998)	USP (SP)
Luiz Carlos Mendonça de Barros	Presidente do BNDES (1995/1998) Ministro das Comunicações (1998)	UNICAMP (SP)
José Serra	Ministro do Planejamento (1995/1996); Ministro da Saúde (1998/2002)	Cornell (EUA)
Luiz Carlos Bresser Pereira	Ministro do MARE (1995/1999); Ministro da Ciência e Tecnologia (1999)	USP (SP)
Paulo Renato	Ministro da Educação (1995/2002)	UNICAMP (SP)
Sérgio Mota	Ministro das Comunicações (1995/1998)	UNICAMP (SP)

Fonte: “Quem é quem no governo”. In: Caros Amigos Reportagem - Oficinas de Informações, dez. de 1998; GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe”...* Op. cit., p. 201.

### Capítulo 3- A desnacionalização do sistema bancário brasileiro

A abertura econômica constituiu-se como uma das principais características da *contra-reforma* do Estado brasileiro realizada pelo governo FHC (1995/2002). Nesse período, grandes empresas multinacionais expandiram a sua presença no país, remetendo uma parcela significativa de seus lucros para o exterior <sup>353</sup>.

Além da desnacionalização no plano econômico, a política de abertura ao capital estrangeiro <sup>354</sup> ocasionou, além de uma maior dependência em relação aos fluxos financeiros internacionais, um crescimento elevado do endividamento interno e, sobretudo, externo <sup>355</sup>.

O início do programa de abertura econômica ocorreu, contudo, ainda no começo da década de noventa, com o governo Collor. Este foi marcado pela tentativa de implantação de uma política econômica alinhada diretamente com as recomendações do chamado *consenso de Washington*, sendo o primeiro governo responsável pela

---

<sup>353</sup> As remessas de lucro para o exterior saltaram de U\$S 9,0 bilhões entre 1981/1990 para U\$S 27,3 bilhões no período 1991/1999. Em 1994, as remessas totais de lucro das empresas estrangeiras no Brasil para as suas matrizes no exterior totalizavam U\$S 2,5 bilhões. Dois anos depois, estes valores alcançariam U\$S 3,8 bilhões e, em 1997, atingiriam U\$S 6,5 bilhões. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 75; ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 359 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 181.

<sup>354</sup> Segundo Luiz Filgueiras, “as distintas frações do capital devem ser identificadas e caracterizadas a partir dos distintos lugares e funções que diferentes conjuntos de capitais particulares ocupam e cumprem no processo de acumulação, em diferentes momentos da produção e reprodução do capital social – o que dá, objetivamente, a cada um desses conjuntos, internamente, uma forte unidade de interesses. Externamente, esses distintos lugares e funções de cada um dos conjuntos de capitais os colocam, potencialmente, em conflito entre si, apesar da condição geral de serem todos capitais e, por isso, possuírem o mesmo interesse na exploração do trabalho e a mesma lógica de caráter mais geral. Na prática existem, pelo menos, quatro modos – não necessariamente excludentes - de se identificar, caracterizar e distinguir as diversas frações do capital, quais sejam: 1) A distinção clássica a partir da oposição entre produção e circulação, que identifica, de um lado, diferentes formas de capital produtivo (agrário e industrial) e, de outro, distintas formas que podem ser assumidas pelo capital dinheiro (bancário e comercial); 2) A distinção pela origem ou procedência do capital: nacional, estrangeiro ou associado; 3) A distinção pelo tamanho do capital: grande, médio e pequeno; 4) E, por fim, a distinção pelo lugar de realização dos lucros: o mercado interno, o mercado externo ou ambos os mercados”. In: FILGUEIRAS, Luiz. *O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico*. In: BASUALDO, Eduardo M e ARCEO, Enrique. (org.) *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 180.

<sup>355</sup> Segundo Maria da Conceição Tavares, “na década de 90, as autoridades monetárias deixaram entrar, sem controle, montantes crescentes de capital estrangeiro de todos os tipos. A liberalização comercial e financeira produziu um aumento brutal dos passivos externos do país, que dobraram nos últimos cinco anos, alcançando cerca de U\$S 450 bilhões”. TAVARES, Maria da Conceição. “Desnacionalização e vulnerabilidade externa”. In: *Folha de S. Paulo*. Lições Contemporâneas, 03/12/2000.

“desregulamentação dos mercados financeiros e pela abertura comercial irrestrita”<sup>356</sup>. A partir de então, observa-se uma mudança nos rumos da acumulação de capital no Brasil, que seria ampliada e aprofunda com o governo FHC.

Entre as principais medidas de caráter neoliberal adotadas pelo governo Collor estavam as privatizações de empresas estatais e a liberalização econômica, tanto em relação aos fluxos de mercadorias quanto de capitais<sup>357</sup>.

A partir de Collor assistiu-se, portanto, a uma “ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimentismo no Brasil na década de 1990”. Pela primeira vez na história brasileira, para além de uma política de econômica de estabilização monetária, surgiu “uma proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente neoliberais”<sup>358</sup>.

Embora o governo Collor tenha sido o responsável pelo início do processo de abertura econômica no começo da década de 1990, é somente no governo FHC que podemos constatar um nítido, amplo e profundo processo de desnacionalização da economia brasileira. Tal processo veio acompanhado da perda de posição relativa, tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais<sup>359</sup>.

O capital estrangeiro desempenhou um triplo papel na estratégia econômica do governo FHC. Primeiramente, no contexto do extraordinário desequilíbrio do balanço de pagamentos e da vulnerabilidade externa do país, os investimentos estrangeiros

---

<sup>356</sup> TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 77.

<sup>357</sup> De acordo com José Márcio Rego, “a abertura da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990. O esgotamento do modelo de substituição de importações e a crescente desregulamentação dos mercados internacionais contribuíram para uma reestruturação da economia brasileira, influenciada pela redução das tarifas de importação e eliminação de várias barreiras não tarifárias. A tarifa nominal média de importação, que era de cerca de 40%, em 1990, foi reduzida gradualmente até atingir seu nível mais baixo em 1995, 13%”. REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 184.

<sup>358</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano...* Op. cit., p. 84.

<sup>359</sup> Segundo Reinaldo Gonçalves, “A desnacionalização da economia brasileira significa que uma parcela crescente da produção e da renda interna é controlada por não residentes. Na medida em que esses não residentes têm fontes significativas de poder, o Estado nacional perde grau de manobra na definição de suas estratégias e implementação de suas políticas. (...) O ponto central é que o capital estrangeiro tem fontes internas e, principalmente, fontes externas de poder que o capital privado nacional não tem. (...) Em outras palavras, reduz-se a capacidade nacional de resistências a fatores desestabilizadores e choques externos. Assim, a desnacionalização econômica aumenta a vulnerabilidade externa do país por meio do que poderia se chamar de a *economia política internacional do capital estrangeiro*”. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 17 e 134.

constituíram-se como uma importante fonte de financiamento externo da economia brasileira. Em segundo lugar, o capital estrangeiro assumiu um papel fundamental nas privatizações, como veremos no capítulo seguinte. Por fim, o capital externo deveria desempenhar um papel de destaque na reestruturação e na modernização da economia nacional <sup>360</sup>.

O crescimento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) <sup>361</sup> e o avanço das empresas de capital estrangeiro na economia brasileira foram inusitados a partir de 1995 <sup>362</sup>. Nesse ano, o acumulado de IED era da ordem de U\$S 43 bilhões, de acordo com o Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central, que envolveu um total de 6.332 empresas com participação estrangeira. Destas 6.332 empresas, em 4.902 empresas a participação estrangeira era superior a 50% <sup>363</sup>. Nos três anos seguintes, o total acumulado de IED somava U\$S 45 bilhões, ou seja, o fluxo de capital externo para o Brasil mais do que dobrou em apenas três anos <sup>364</sup>.

A participação total do capital estrangeiro na economia brasileira aumentou de 13,5% em 1995 para 24,6% em 1999. O crescimento da participação do capital forâneo no valor das vendas das 550 maiores empresas do país também aumentou, passando de 33,3% em 1995, para 43,5% em 1998. Das 500 maiores empresas privadas do Brasil, 144 eram estrangeiras em 1995, número este que aumentou para 170 em 1997 e, em 1998, alcançou o total de 209 <sup>365</sup>.

Os grupos estrangeiros também ampliaram a sua participação no setor de exportação, passando a controlar mais da metade das exportações do país. Em 1997, as empresas multinacionais eram responsáveis por 58% das vendas das 100 maiores

---

<sup>360</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 18.

<sup>361</sup> Por investimento estrangeiro direto (IED), estamos nos referindo a “todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não residente) exerce controle sobre a tomada de decisão”. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 24.

<sup>362</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 14.

<sup>363</sup> BRASIL. Banco Central. Censo de Capitais Estrangeiros. Ano-base: 1995. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998; GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 14.

<sup>364</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 14.

<sup>365</sup> CORRÊA, Domingos Sávio. *O movimento de fusões e aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990: o caso brasileiro*. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 91; GONÇALVES, Reinaldo. Centralização do capital em escala global e desnacionalização da economia brasileira. In: VEIGA, Pedro da Motta (org). *O Brasil e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Sobeet e Relume Dumará, 2000, p. 79-84.

empresas privadas do país. Se considerarmos a participação apenas entre as 15 maiores este percentual atinge 80% <sup>366</sup>.

Um dos mais importantes indicadores para a verificação do processo de desnacionalização da economia brasileira refere-se à relação entre estoque de IED e Produto Interno Bruto (PIB). Esta relação aumentou de 6,3% em 1995 para 9,2% em março de 1998. Se considerarmos, ainda, o IED ao longo de 1998, especialmente a entrada de capital estrangeiro resultado da privatização do Sistema Telebrás, o estoque de IED chegaria a U\$S 90 bilhões e a relação IED/PIB atingiria 11,2% <sup>367</sup>.

Ainda de acordo com os dados do Censo de Capitais Estrangeiros do BC de 1995, o principal país investidor no Brasil eram os EUA, com uma participação de 25,5% do total de capital externo investido no país naquele ano. Os EUA eram seguidos pela Alemanha (13,7%), Suíça (6,6%), Japão (6,3%) e França (4,8%). Estes cinco países representavam 57% do total de IED. A partir do governo FHC, contudo, há uma mudança significativa na composição da origem do capital estrangeiro na economia brasileiro. Os dados referentes aos anos de 1996 e 1997 mostram que se, por um lado, o capital norte-americano apresentou uma pequena variação, passando de 25,77% em 1996, para 28,62% em 1997, mantendo, portanto, a sua posição, por outro lado, ocorreu uma forte retração da participação do capital alemão, suíço e japonês (Tabela 2.1). Além disso, houve um aumento importante em relação a países como França, Países Baixos, Espanha, Portugal e dos paraísos fiscais (principalmente Ilhas Cayman e Panamá) <sup>368</sup>. Conforme veremos no quarto capítulo, o aumento da participação relativa dos investimentos franceses e, sobretudo, espanhóis e portugueses, deve-se, em grande medida, à participação de empresas de tais países nos processos de privatização realizados pelo governo FHC.

---

<sup>366</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 189; GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de U\$ 100 bilhões nos anos 90.* (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 22 e 26.

<sup>367</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 75.

<sup>368</sup> Segundo Reinaldo Gonçalves, “no caso do aumento da importância dos paraísos fiscais, podem ser levantadas duas hipóteses. A primeira delas é a de lavagem de dinheiro. A segunda é a ocorrência de fuga de capitais”. A pesquisa de Amaury Ribeiro, no entanto, demonstra que a primeira hipótese levantada por Gonçalves, a “lavagem de dinheiro”, parece ser a mais provável. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 14; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

*Tabela 3.1: Origem dos principais investimentos estrangeiros no Brasil*

Origem do capital (Países)	Estoque em 1995 (dez.)		1996		1997	
	Valor	Part. (%)	Fluxo	Part. (%)	Fluxo	Part. (%)
EUA	10.852,2	25,52	1.975,4	25,77	4.382,3	28,62
Alemanha	5.828,0	13,70	212,0	2,77	195,9	1,28
Suíça	2.815,5	6,62	108,8	1,42	81,2	0,53
Japão	2.658,5	6,25	192,2	2,51	342,1	2,23
França	2.031,5	4,78	970,0	12,65	1.235,2	8,07
Canadá	1.819,0	4,28	118,5	1,55	66,2	0,43
Reino Unido	1.792,6	4,21	91,5	1,19	182,5	1,19
Ilhas Virgens Britânicas	1.735,6	4,08	361,4	4,71	162,4	1,06
Países Baixos	1.534,5	3,61	526,8	6,87	1.487,9	9,72
Itália	1.258,6	2,96	12,3	0,16	57,4	0,37
Ilhas Cayman	891,7	2,10	655,7	8,55	3.382,9	22,09
Uruguai	874,1	2,06	81,2	1,06	56,1	0,37
Bermudas	853,1	2,01	33,8	0,4	241,1	1,57
Panamá	677,4	1,59	674,8	8,80	904,0	5,90
Suécia	567,2	1,33	126,0	1,64	268,6	1,75
Bélgica	558,2	1,31	111,5	1,45	135,6	0,89
Ilhas Bahamas	509,7	1,20	74,3	0,97	300,1	1,96
Luxemburgo	408,0	0,96	290,7	3,79	57,7	0,38
Argentina	393,6	0,93	30,1	0,39	186,9	1,22
Espanha	251,0	0,59	586,6	7,65	545,8	3,56
Portugal	106,6	0,25	202,7	2,64	681,0	4,45
Coreia do Sul	3,8	0,01	63,3	0,83	91,3	0,60
Demais	4.109,7	9,66	165,8	2,16	266,9	1,74
Total	42.530,0	100,0	7.665,4	100,0	15.311,1	100,0

Fonte: GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 127.

Assim, com o governo FHC, o país passaria a receber um grande volume de investimentos estrangeiros. Além da participação nos processos de privatização, as

multinacionais também compraram grandes grupos empresariais nacionais, como o grupo Metal Leve <sup>369</sup>.

As empresas de capital estrangeiro estiveram envolvidas em 59% das 508 operações de fusões e aquisições no país, ocorridas entre 1994-1997 (Tabela 3.2). No período 1995-1997, ocorreram 423 operações deste tipo, sendo que as empresas de capital estrangeiro estiveram envolvidas em 161 delas, o que representava 38% do total. Assim, no governo FHC, “não somente aumenta o número de operações de fusões e aquisições, mas também há uma tendência de crescimento da participação das empresas de capital estrangeiro nessas operações”, que, em 1994 representavam 48% do total. No ano seguinte, o percentual atingiu 56%. Em 1996, passaria para 60% e, em 1997, alcançaria 70% <sup>370</sup>.

*Tabela 3.2: Participação das empresas estrangeiras nos processos de fusão e aquisição ocorridos entre 1994/1997*

Ano	1994			1995			1996			1997			Total		
	EE	EN	Total	EE	EN	Total									
Indústria	22	28	50	43	33	76	71	49	120	40	21	61	176	131	307
Construções e serviços	13	11	24	19	15	34	42	38	80	36	13	49	110	77	187
Não classificados	01	-	01	-	01	01	06	02	08	04	-	04	11	03	14
Total	36	39	75	62	49	111	19	89	198	80	34	114	297	211	508
Part. das EE (%)	48%			56%			60%			70%			59%		

Legenda: EE: Empresa estrangeira / EM: Empresa Nacional

Fonte: GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 139.

Para o ano de 1999, os números eram ainda mais impressionantes. Naquele ano, nada menos do que 70% dos negócios de fusão e aquisição ocorridos no país envolveram participação de capital estrangeiro. Em 1991, a participação de investidores externos era

<sup>369</sup> Em 1986 o grupo Metal Leve ocupava a 74ª posição entre os maiores grupos privados nacionais. Em 1996, quando foi vendido para a alemã Mahle (em associação com a Cofap que, logo depois, seria vendida para uma empresa italiana subsidiária da Fiat), o grupo controlado pelo empresário José Mindlin era apenas o 175º maior grupo empresarial do país. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 153.

<sup>370</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 138-140.

de apenas 25%. Esse movimento também foi detectado pelo anuário Melhores e Maiores, da revista *Exame*. Nesse período, a participação do capital privado nacional na lista das 500 maiores empresas do país decaiu de 42,7% para 39,4%. A participação do capital forâneo, por sua vez, aumentou de 31% para 43,5%, em sua maior parte, em razão de sua presença nos processos de privatização das empresas estatais brasileiras <sup>371</sup>.

No período compreendido entre 1993 e 2000, a participação estrangeira nas fusões e aquisições de empresas no Brasil apresentava os seguintes dados: EUA (34%), França (9%), Reino Unido e Alemanha (5%), Itália (4%), Portugal e Espanha (3%). A maior parte dos negócios estava concentrada em São Paulo, com 45,4%. Depois de São Paulo, estavam o Rio de Janeiro (12,8%), Minas Gerais (7,2%) e Rio Grande do Sul (6,6%) <sup>372</sup>.

*Quadro 3.3: Principais fusões e aquisições de empresas estrangeiras (1995-2001)*

Empresa	Comprador	País	Setor	Ano
Laticínios Avaré	Nabisco	EUA	Laticínios	1995
Campineira	Danone	França	Alimentos	1995
Lacta	Philip Morris	EUA	Alimentos	1995
Bethânia	Parmalat	Itália	Alimentos	1996
Tintas Coral	ICI	Reino Unido	Química e Petroquímica	1996
Refrigeração Paraná	Electrolux	Suécia	Eletrodoméstico	1996
Metal Leve	Mahle (Cofap)	Alemanha/Brasil	Autopeças	1996
Bompreço	Royal Ahold	Holanda	Supermercados	1996
Fogões Dako	General Electric	EUA	Eletrodoméstico	1996
Bamerindus	HSBC	Reino Unido	Financeiro	1997
Laboratório Carlo Erba	Searle/Grupo Monsanto	EUA	Químico-Farmacêutico	1997
Banco. Geral do Comércio	Santander	Espanha	Financeiro	1997
Etti	Parmalat	Itália	Alimentos	1997
Banco Multiplic	Lloyds Bank	Reino Unido	Financeiro	1997
Cofap	Magnetti Marelli/Grupo Fiat	Itália	Autopeças	1997
Cia. Geral de Distribuição	Sonae	Portugal	Supermercados	1997
Brasmotor	Whirlpool Corp.	EUA	Eletrodoméstico	1997
Freios Varga	Grupo Lucas Varity	Reino Unido	Autopeças	1997
Kibon	Unilever	Reino Unido/Holanda	Alimentos	1997
Agroceres	Monsanto do Brasil	EUA	Alimentos	1997

<sup>371</sup> “Há vida após a venda”. In: *Exame*, edição 714, 17/04/2000.

<sup>372</sup> CORRÊA, Domingos Sávio. *O movimento de fusões...* Op. cit., p. 95.

Quartzolit	Weber Saint-Gobain	França	Argamassas	1997
Gevisa Locomotivas	General Eletric	EUA	Fabricante de locomotivas	1997
Supermercados Eldorado	Carrefour	França	Supermercados	1997
Banco Liberal	Nations	EUA	Financeiro	1998
Batavo	Parmalat	Itália	Laticínios	1998
Banco América do Sul	Sudameris	Itália	Financeiro	1998
Excel	BBVA	Espanha	Financeiro	1998
Frangosul	Doux	França	Avicultura	1998
Supermercados Cândia	Sonae	Portugal	Supermercados	1998
Ática Shopping	FNAC	França	Livraria	1998
Café do Ponto	Grupo Sara Lee	EUA	Alimentos	1998
Garantia	Crédit Suisse	Suíça	Financeiro	1998
Real	ABN-Amro	Holanda	Financeiro	1998
Postos Hudson	Texaco	EUA	Combustível	1998
Mercadorama	Sonae	Portugal	Supermercados	1998
Café Seleteo	Grupo Sara Lee	EUA	Alimentos	1998
Lojas Renner	J. C. Penney	Reino Unido	Varejo	1998
Neugebauer	Parmalat	Itália	Chocolates	1998
Laticínios Ivoti	Mikaut	Argentina	Alimentos	1998
Arisco	Best Food	EUA	Alimentos	1999
Mococa	Royal Numico	Holanda	Alimentos	1999
Biscoito Aymoré	Danone	França	Alimentos	1999
Frigorífico Chapecó	Grupo Macri	Argentina	Avicultura	1999
Paulista	Danone	França	Alimentos	2000
Pauli	Danone	França	Alimentos	2000
Fruti	Danone	França	Alimentos	2000
Stella Barros	Voltando.com (Citicorp)	EUA	Turismo	2000
Aços Villares	Sidenor	Espanha	Siderúrgico	2000
Guararapes	Coca-Cola	EUA	Refrigerantes	2001
Nutrir	Kerry	Irlanda	Alimentos	2001
Visconti (setor/chocolates)	Hershey's	EUA	Alimentos	2001
Siber	Kerry	Irlanda	Alimentos	2001

Fonte: GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 143; CORRÊA, Domingos Sávio. *O movimento de fusões...* Op. cit., p. 184-195; *Gazeta Mercantil* (várias edições); *Exame* (várias edições).

Reinaldo Gonçalves enumera os principais determinantes do comportamento do fluxo de IED para o Brasil a partir de 1995, entre os quais, podemos destacar: situação

macroeconômica do país; padrões de concorrência; reestruturação produtiva; mudanças no aparato regulatório; privatizações e tamanho do mercado brasileiro.

A estabilidade da economia brasileira após o Plano Real teve um impacto favorável na entrada de IED no país. Situações de alta inflação e, até mesmo, hiperinflação, marcaram a história econômica brasileira recente, em especial nos 15 anos compreendidos entre 1980 e 1994. Nesse período, a taxa média da inflação foi de 746%, apresentando uma variação entre 65% em 1986 e 2.709% em 1993. Após o plano de estabilização iniciado em 1994, os níveis inflacionários apresentaram queda nos anos seguintes, criando uma situação macroeconômica favorável à entrada de capital estrangeiro <sup>373</sup>.

A liberalização comercial e a eliminação das barreiras protecionistas da indústria nacional favoreceram intensamente o aumento das importações. No período 1993-1997, o PIB real cresceu a uma taxa média anual de 4%, ao passo que as importações totais apresentaram um crescimento médio de 25% ao ano. Um dos exemplos mais ilustrativos deste processo refere-se ao caso da indústria automobilística. Segundo o Reinaldo Gonçalves, até 1990, as importações de automóveis eram praticamente inexistentes no país. O volume de importações de carros cresceu de 18 mil unidades em 1991 para 141 mil em 1993, e para 224 mil unidades em 1995. Tal situação levou as montadoras aqui instaladas (Fiat, Volkswagen, Ford, General Motors) a realizarem novos investimentos para competirem em igualdade no mercado com os carros importados. Por outro lado, as montadoras ainda não instaladas no Brasil, passaram a realizar investimentos para estabelecimento futuro no país <sup>374</sup>.

Por outro lado, o período 1995-1997, foi marcado por uma forte tendência à desaceleração da produção industrial, cujo crescimento médio anual foi de 2,0% no período, ou seja, um terço da média histórica brasileira. Essa queda na produção industrial nacional, por sua vez, foi acompanhada por um aumento do fluxo de IED na economia brasileira, no qual podemos perceber a perda da posição relativa do capital privado nacional e das empresas estatais frente ao capital estrangeiro <sup>375</sup>.

As mudanças no aparato regulatório foram outro fator determinante para o fluxo de IED no país. Ao longo da década de 1990, as restrições ao capital estrangeiro na

---

<sup>373</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 92-93.

<sup>374</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 99.

<sup>375</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 99.

economia brasileira foram sendo gradualmente abolidas. É importante observar que as alterações na legislação ocorridas entre 1991 e 1993 estavam orientadas para permitir melhores condições de saída do capital estrangeiro do país, especialmente no que se refere às restrições em relação à remessa de lucros e ao pagamento por tecnologia. Ao contrário, a revisão constitucional, ocorrida, principalmente a partir de 1995, teve como objetivo a eliminação das restrições quanto à entrada de capital externo na economia brasileira. As mudanças tiveram início com a flexibilização do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo. Logo depois foram eliminadas as restrições ao capital externo no setor financeiro (bancos e seguradoras). Na venda das empresas do setor de telecomunicações foi autorizada a participação de empresas estrangeiras, assim como nos processos de desestatização dos bancos estaduais.

As privatizações também se constituíram como uma importante forma de ingresso do capital forâneo no país. Deve-se assinalar que a participação estrangeira foi particularmente elevada no caso das privatizações das telecomunicações. Nesse setor, o IED respondeu por mais de 40% do total do valor das empresas privatizadas. Até 1998, a participação estrangeira também foi significativa no caso da desestatização das empresas públicas estaduais, com 37,8% do valor arrecadado nos leilões de venda. No caso da privatização de empresas públicas federais, até o ano de 1998, a participação das empresas de capital estrangeiro correspondeu a 13,1% do valor total obtido nas privatizações <sup>376</sup>.

Por fim, deve-se considerar o tamanho do mercado brasileiro como elemento de atração de IED. Segundo Reinaldo Gonçalves, a principal vantagem para as empresas estrangeiras localizadas no Brasil decorreria do fato de a economia brasileira ser uma das maiores do mundo e com um mercado interno com grande potencial de crescimento. Em segundo lugar, o autor aponta o fato de a economia brasileira ter um histórico de crescimento elevado durante todo o século XX. No período 1900-1980, a taxa média de crescimento anual do PIB brasileiro foi de 5,7%, com a indústria apresentando um crescimento médio de 7,1% ao ano <sup>377</sup>.

É interessante observar que a abertura econômica gerou algumas fissuras na relação entre empresariado e governo. Algumas frações da classe dominante chegaram a protestar, ainda que não diretamente, contra o ritmo da abertura. O empresário José

---

<sup>376</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 107.

<sup>377</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 108.

Mindlin, do Grupo Metal, por exemplo, afirmou, em 1996, ser “muito favorável ao investimento externo, mas à entrada de capitais, e não à entrada indiscriminada de bens”. Poucos meses depois da declaração, o grupo Metal Leve foi vendido para o grupo alemão Mahle. Em um artigo para a Revista Brasileira de Comércio Exterior, em 1998, quando o processo de desnacionalização já se encontrava mais evidente, Emílio Odebrecht, presidente do Conselho de Administração do grupo Odebrecht, afirmava: “o que estou propondo discutir, portanto, não é a construção de trincheiras para defender nossas organizações, mas a realidade inequívoca de que, no Brasil, já não há isonomia competitiva e, pior, não consigo perceber qualquer movimento que vise corrigir esse curso – com prioridade e eficácia”<sup>378</sup>. Por sua vez Benjamin Steinbruch, controlador do grupo Vicunha, que comprou a CSN e a Vale do Rio Doce, declarou, em 2001, ser “radicalmente favorável às privatizações”, contudo criticou a abertura, pois, no seu entendimento, “escancaramos demais nosso mercado sem exigir contrapartidas e entregamos ao capital estrangeiro, sem qualquer cuidado, setores estratégicos”<sup>379</sup>. Como veremos mais adiante neste capítulo, posicionamento semelhante tiveram alguns banqueiros brasileiros, especialmente quando da venda do Real para o grupo holandês ABN-Amro, em meados de 1998.

### **3.1- A desnacionalização do sistema bancário: alguns dados**

O processo de desnacionalização da economia brasileira ocorreu de maneira intensa no governo FHC. Praticamente todos os setores da economia foram atingidos por esse processo, incluindo o setor bancário. Com exceção dos setores de serviços públicos, especialmente as telecomunicações, é provável que o setor bancário seja aquele em que o processo de desnacionalização tenha sido o “mais rápido, amplo e profundo”<sup>380</sup>.

O aumento da participação do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro pode ser observado na comparação entre o balanço dos 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1999 e o balanço dos 50 maiores em dezembro de 1979 (Tabelas 3.4 e 3.5). Ao final da década de setenta, o patrimônio líquido dos bancos estrangeiros estabelecidos no Brasil não passava de 1,72%. Em 1999, a participação estrangeira alcançaria 31,31%.

---

<sup>378</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 153 e 208.

<sup>379</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 181.

<sup>380</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit, p. 162.

As sucursais dos bancos controlados pelo capital estrangeiro não captavam, em 1979, mais do que 6,04% dos depósitos totais e não realizavam mais do que 6,0% do total das operações de crédito. Em duas décadas e, sobretudo, após 1995, essas participações cresceram para 21,99% (depósitos) e 26,32% (empréstimos). O lucro líquido das instituições bancárias com sede no exterior pulou de 4,13%, em 1979, para 29,16% do total obtido pelos 50 maiores bancos do país ao final da década de 1990.

*Tabela 3.4: Os 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1979 (em Cr\$ milhões)*

Posição	Banco	Dep. totais	Op. de crédito	Patrim. líquido	Lucro líquido
1°	Banco do Brasil (DF)	264.456	721.018	139.439	15.343
2°	Bradesco (SP)	88.254	72.415	21.175	3.180
3°	Banespa (SP)	57.351	156.037	10.733	779
4°	Itaú (SP)	51.839	46.510	10.172	1.161
5°	Nacional (MG)	33.512	27.904	2.738	465
6°	Unibanco (RJ)	33.206	31.775	4.033	676
7°	Real (SP)	31.735	34.366	4.844	984
8°	Bamerindus (PR)	24.936	33.332	5.579	588
9°	Banerj (RJ)	24.663	36.586	3.230	488
10°	Mercantil de SP	20.169	14.919	7.163	846
11°	Auxiliar (SP)	17.091	19.389	1.272	225
12°	Citibank (RJ)	17.080	49.609	720	515
13°	Econômico (BA)	16.328	14.700	4.048	801
14°	Sul Brasileiro (RS)	16.176	19.398	2.399	300
15°	Safra (SP)	15.942	19.966	836	260
16°	Francês e Brasileiro (SP)	15.401	23.692	1.579	532
17°	Comind (SP)	14.353	18.880	3.137	110
18°	Banrisul (RS)	14.324	27.933	2.580	353
19°	Lar Brasileiro (RJ)	13.988	24.146	1.064	16
20°	Bemge (MG)	13.557	18.888	1.283	229
21°	BCRMG (MG)	13.137	26.191	1.953	107
22°	América do Sul (SP)	13.104	12.602	1.281	108
23°	Noroeste (SP)	12.257	9.917	1.022	166
24°	Sudameris (SP)	11.873	15.227	817	231
25°	BCN (SP)	10.928	17.113	1.513	348
26°	Baneb (BA)	10.361	19.636	1.342	375

27°	Mercantil do Brasil (MG)	9.532	10.168	2.106	364
28°	Banestado (PR)	9.291	19.916	2.078	159
29°	Bandeirantes (SP)	9.048	7.904	1.154	70
30°	Banorte (PE)	8.504	11.566	1.553	239
31°	BASA (PA)	6.826	16.288	3.358	181
32°	Bandepe (PE)	5.374	20.116	1.564	43
33°	BESC (SC)	5.327	20.116	1.564	43
34°	Boavista (RJ)	4.462	5.307	990	124
35°	Residência (RJ)	4.262	3.044	380	51
36°	London (SP)	4.226	7.235	346	07
37°	Amazonas (AM)	3.848	6.679	139	68
38°	Boston (SP)	3.372	8.171	247	-4
39°	BEG (GO)	3.080	11.007	211	27
40°	Banestes (ES)	3.073	7.367	851	86
41°	BRB (DF)	2.794	8.140	933	92
42°	Cidade de São Paulo (SP)	2.756	3.257	152	0,5
43°	BEC (CE)	2.657	7.946	708	36
44°	Geral do Comércio (SP)	2.458	4.217	451	47
45°	Mitsubishi Brasileiro (SP)	2.186	4.085	427	31
46°	Financial (MS)	2.043	2.453	447	57
47°	Mato Grosso (MT)	1.785	4.213	202	48
48°	Expansão (SP)	1.774	2.102	-125	17
49°	Bozano, Simonsen (RJ)	1.748	2.042	228	6
50°	Holandês Unido (RJ)	1.722	3.281	197	35
	Total	951.140	1.697.131	255.611	30.908

Fonte: Gazeta Mercantil. *Balanço Anual*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2000.

*Tabela 3.5: Os 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1999 (em Cr\$ milhões)*

Posição	Banco	Dep. totais	Op. de crédito	Patrim. líquido	Lucro líquido
1º	Banco do Brasil	72.214.000	39.227.000	7.270.731	843.050
2º	Bradesco (1)	39.236.582	21.670.790	10.215.722	1.799.405
3º	Itaú (2)	26.680.570	11.089.748	8.621.177	2.740.515
4º	Banespa	11.254.034	3.941.441	4.175.933	21.393
5º	Unibanco	10.234.363	10.948.768	4.001.706	590.683
6º	ABN-Amro/Real (3)	8.660.528	7.510.519	5.447.575	295.337
7º	HSBC	6.428.130	3.245.361	933.127	240.373
8º	Bilbao Vizcaya	4.515.221	940.457	646.443	183.912
9º	Sudameris/América do Sul	4.420.865	4.212.725	858.333	25.806
10º	BankBoston	4.180.220	3.204.222	944.744	206.784
11º	Banrisul	4.055.048	1.678.286	507.488	60.686
12º	Safra	3.972.200	4.209.122	1.021.398	197.479
13º	Santander	3.760.981	3.100.591	1.131.779	54.262
14º	Banestado	3.740.446	1.151.734	433.659	-535.241
15º	BBA Creditanstalt	3.648.244	3.548.339	909.262	303.847
16º	Mercantil Finasa	3.622.654	1.308.089	1.007.068	152.047
17º	Boavista Interatlântico	2.903.241	1.883.010	516.149	11.531
18º	Bandeirantes	2.381.960	1.677.514	371.646	-2.368
19º	Lloyds TSB	1.571.670	887.565	412.860	78.423
20º	Fiat	1.495.120	948.655	488.872	116.170
21º	Mercantil do Brasil	1.249.012	842.745	389.224	18.109
22º	CCF Brasil	1.216.088	661.567	597.999	152.628
23º	Chase Manhattan	1.112.888	194.786	530.365	429.169
24º	Bozano, Simonsen	1.056.219	1.655.633	394.539	279.917
25º	BNB	1.039.453	5.379.755	955.734	75.375
26º	Banestes	993.917	520.605	79.454	10.158
27º	Citibank	971.955	2.362.038	977.048	430.097
28º	General Motors	952.809	889.418	192.252	-41.873
29º	Rural	912.988	1.367.168	328.365	96.809
30º	Fibra	902.100	76.126	295.696	78.139
31º	BASA	883.184	212.118	224.981	74.277
32º	Bicbanco	863.816	965.156	232.022	23.738
33º	ING Bank	680.779	348.464	135.897	52.200
34º	Fininvest	633.138	540.449	140.083	17.379
35º	Santos	624.970	624.828	183.704	34.920
36º	Volkswagen	600.763	697.300	145.389	9.093

37°	Cidade	562.736	509.260	200.835	30.399
38°	Dibens	489.634	213.519	140.812	2.427
39°	BEAL	452.279	152.006	159.801	50.874
40°	Credibanco	445.027	565.785	197.670	43.641
41°	BMG	396.839	228.183	184.827	21.383
42°	BEC	364.406	91.440	92.896	26.736
43°	BNL	363.541	550.004	143.427	40.041
44°	AGF Braseg	354.051	160.755	75.266	11.488
45°	Pactual	330.800	4.498	449.643	289.001
46°	BNP Brasil	307.948	154.286	98.420	33.872
47°	Liberal	306.550	2.338	183.971	91.364
48°	Cacique	270.959	276.461	171.084	68.154
49°	Sul América	211.751	38.502	111.601	25.064
50°	Brascan	191.944	262.347	107.258	39.458
	Total	238.718.621	146.931.476	58.035.935	9.898.131

(1) Inclui: Credireal, Baneb e BCN.

(2) Inclui: Bemge e BANERJ

(3) Inclui o Bandepe

Fonte: Gazeta Mercantil. *Balanço Anual*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2000.

Tomando como base o patrimônio líquido, a comparação entre os balanços dos 50 maiores bancos comerciais em dezembro de 1999 e os 50 maiores em 1979 demonstra que a expansão dos bancos estrangeiros no país deu-se não somente pela aquisição de bancos privados nacionais, mas, sobretudo, de bancos estatais (em sua maioria bancos estaduais privatizados a partir do governo FHC). No período de 20 anos, entre 1979 e 1999, o patrimônio líquido dos bancos públicos (federais e estaduais) decaiu de 63,86% para apenas 16,48%.

A diminuição do patrimônio das instituições bancárias estatais no balanço dos 50 maiores bancos em dezembro de 1999 não surpreende, uma vez que, em 1979, além do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste (BNB), do Banco da Amazônia (BASA) e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), do Banco Regional de Brasília (BRB),

além da Caixa Econômica Federal (CEF)<sup>381</sup>, que formavam a rede de bancos federais, existiam outras 26 bancos comerciais públicos. Da lista dos 50 maiores de 1979, 17 eram bancos estatais<sup>382</sup>. Em dezembro de 1999, o quadro é totalmente diverso: apenas sete bancos públicos estavam entre os 50 maiores bancos comerciais do país<sup>383</sup>.

A abertura do setor bancário brasileiro apresentou como principal resultado um grande aumento no número de instituições financeiras controladas pelo capital estrangeiro no país.

Este incremento ocorreu por diferentes meios: aumento da participação acionária no capital de instituições bancárias nacionais, aquisição dos bancos estaduais nos processos de privatização, compra de instituições não bancárias<sup>384</sup> e, ainda, ampliação da rede de bancos estrangeiros já estabelecidos no país<sup>385</sup>. Da mesma forma, deve-se também levar em consideração a expansão dos bancos nacionais, públicos e privados, no exterior.

O Banco Central, através da Carta-Circular nº 2.345, de 25/01/1993<sup>386</sup>, classifica os bancos estrangeiros que operam no sistema bancário brasileiro em três categorias:

---

<sup>381</sup> Embora a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Caixa Econômica do Estado de São Paulo (Caixa Nosso Banco) sejam incluídas na maioria dos rankings como bancos estatais, o *Balanço Anual* da Gazeta Mercantil não adota este critério, uma vez que tornaria imperfeita a comparação com a listagem dos 50 maiores bancos comerciais de 1979, na qual não estavam incluídas as caixas econômicas.

<sup>382</sup> São eles: Banco do Brasil (1ª posição); Banespa (3ª), BANERJ (9ª), Banrisul (18ª), Bemge (20ª), BCRMG (21ª), Baneb (26ª), Banestado (28ª), BASA (31ª), Bandepe (32ª), BESC (33ª), BEA (37ª), BEG (39ª), Banestes (40ª), BRB (41ª), BEC (43ª) e Bemat (47ª).

<sup>383</sup> São eles: Banco do Brasil (1ª posição), Banespa (4ª), Banrisul (11ª), Banestado (14ª), Banestes (26ª), BASA (31ª), BEC (42ª). Destes, apenas o BB, Banrisul, Banestes e o BASA continuaram sob controle estatal. Os demais foram privatizados: o Banespa foi comprado pelo Santander (Espanha), o Banestado pelo Itaú e o BEC pelo Bradesco.

<sup>384</sup> O sistema financeiro nacional, segundo definição do Banco Central, está dividido em duas “grandes áreas”: a área bancária, composta pelas instituições autorizadas a captar dinheiro sob a forma de depósitos à vista (bancos múltiplos, bancos múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e sociedades cooperativas de crédito) e a área não bancária (composto por bancos de investimentos, de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de arrendamento mercantil - leasing, sociedade corretora de câmbio, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidora de títulos e valores mobiliários e companhia hipotecária). Outra divisão estabelecida pelo Banco Central é a que leva em conta a origem do capital das instituições: público ou privado, nacional ou estrangeiro.

<sup>385</sup> Outra importante área de penetração do capital financeiro internacional no Brasil está relacionada a sua participação nos processos de privatização de empresas públicas, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Cezar Honorato, em um estudo sobre as privatizações do setor elétrico no Brasil, observa que, entre os maiores investidores estrangeiros na privatização do setor, estavam dois grandes bancos estrangeiros, ambos espanhóis: Santander e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). HONORATO, Cezar. *Imperio o imperialismo: a propósito de las privatizaciones del sector eléctrico en Brasil durante la última década*. In: ESTRADA, Jairo Alvarez (org). *Marx Vive: dominación, crisis y resistencias en el nuevo orden capitalista*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2003, p. 403-419.

<sup>386</sup> BRASIL. Banco Central. *Carta-Circular nº 2.345*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1993.

bancos estrangeiros, bancos privados nacionais *com controle estrangeiro* e bancos privados nacionais *com participação estrangeira*. São definidos como bancos estrangeiros aqueles que possuem sede no exterior. Os bancos privados nacionais *com controle estrangeiro* são aqueles com maioria do capital votante pertencente, de forma direta ou indireta, a grupos estrangeiros. Como bancos privados nacionais *com participação estrangeira*, por sua vez, são classificados aqueles em que, diretamente ou indiretamente, de 10% a 50% do capital votante pertencem a bancos localizados no exterior. Assim, o Unibanco (União de Bancos Brasileiros S/A), em razão da significativa participação de capital estrangeiro na sua composição acionária era classificado pelo Banco Central do Brasil como banco privado nacional *com participação estrangeira*<sup>387</sup>.

O ranking dos dez maiores bancos privados por total de ativos é um primeiro indicador para a observação do aumento da participação do capital estrangeiro no setor bancário-financeiro brasileiro para o período que estamos considerando (Tabela 3.6). Esta fonte é particularmente importante, pois permite a comparação da participação dos bancos estrangeiros entre dois momentos distintos. O primeiro (junho/1994), antes do governo FHC e da reforma bancária implantada por este governo, a participação das instituições estrangeiras era pouco significativa no universo dos dez maiores bancos privados do país por total de ativos. O segundo momento (dezembro/2000), por outro lado, podemos constatar um forte aumento da participação do capital forâneo no sistema bancário-financeiro brasileiro.

---

<sup>387</sup> Conforme levantamento de Ary Cesar Minella (as informações referem-se ao começo de 2002), o Unibanco estava inserido em uma complexa rede de participações acionárias: a família Moreira Salles controlava a E. Johnston Participações Ltda, que detinha 85,52% da E. Johnston Representação e Participação S/A, que, por sua vez, controlava 66,72% da Unibanco Holding. Esta empresa contava com uma forte participação de capital estrangeiro em sua composição acionária (a Caixa Brasil SGPS, de Portugal, detinha 10%, o alemão Commerzbank Aktiengesellschaft, possuía 8,98% e o The Dai-Ichi Kangyo Bank, do Japão, controlava 6,16%, o que correspondia a um total 25,14% de capital externo). E era a Unibanco Holding que controlava 96,59% do Unibanco. MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. In: *V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: mundo empresarial e a questão social*. Porto Alegre, 2006, p. 20. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03\\_ary.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf). Acesso em: 05/03/2012.

O *Balanco Anual* da Gazeta Mercantil de 1996 apontava a associação do Unibanco com outro banco estrangeiro, o Bank of America, como também detentor de participação acionária minoritária na instituição controlada pela família Moreira Salles.

Tabela 3.6: Ranking dos dez maiores bancos privados do Brasil por total de ativos

Junho/1994			Dezembro/2000		
Ranking	Bancos	Ativos	Ranking	Bancos	Ativos
1º	Bradesco	19,3	1º	Bradesco	42,8
2º	Itaú	14,4	2º	Itaú	32,0
3º	Bamerindus	12,0	3º	Santander (*)	24,8
4º	Nacional	11,2	4º	Unibanco	14,8
5º	Unibanco	9,6	5º	ABN-Amro/Real	12,9
6º	Real	7,6	6º	Safra	12,8
7º	Safra	6,5	7º	HSBC	11,0
8º	BCN	6,0	8º	BankBoston	10,8
9º	Lloyds	5,4	9º	Citibank	8,8
10º	Econômico	5,1	10º	Sudameris	7,9

(\*) Inclui o Banco do Estado de São Paulo (Banespa)

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Ranking por total de ativos* (somente bancos privados). Balancete geral: comparativo entre junho/1994 e dezembro/2000. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001.

Segundo os dados apresentados pela fonte, em junho/1994, somente um banco estrangeiro aparecia entre os dez maiores bancos privados do Brasil: o Lloyds Bank (Lloyds TSB Group)<sup>388</sup>. Naquele momento, o banco inglês ocupava apenas a nona posição. Em dezembro/2000, o cenário era totalmente diferente. Nada menos do que seis bancos estrangeiros apareceriam entre as dez maiores instituições financeiras do país: o espanhol Santander (Grupo Santander Central Hispano); o holandês ABN-Amro Bank (ABN-Amro Holding NV); o britânico HSBC (HSBC Holding); os norte-americanos BankBoston (Fleet Boston Financial Corporation) e Citibank (Citigroup); e o italiano Sudameris (Banca Intesa SPA). Com exceção deste último, todos os demais bancos estrangeiros estavam entre os cem maiores grupos econômicos do Brasil<sup>389</sup>.

<sup>388</sup> O Lloyds TSB é um dos bancos estrangeiros que há mais tempo está presente na América Latina. A relação com a região data de 1918, quando o banco britânico comprou o London and River Plate Bank (Argentina), posteriormente fundido com o London and Brazil Bank, que resultou, em 1923, na criação do Bank of London and South America (BOLSA). Em 1971, o Lloyds compra o controle do BOLSA e estabelece a fusão com o Lloyds Bank Europe, formando o Lloyds and Bolsa International Bank, tendo seu nome mudado, em 1974, para Lloyds Bank International. Em 1986, foi fundido no Lloyds Bank.

<sup>389</sup> MINELLA, Ary Cesar. Grupos financeiros no Brasil... Op. cit., p. 20.

O crescimento da participação dos bancos estrangeiros também pode ser observado a partir da análise do número total de bancos, considerando-se instituições públicas, privadas nacionais e estrangeiras (Tabela 3.7). Em 1995, os bancos estrangeiros no Brasil somavam 37 num universo total de 242 instituições, considerando bancos públicos e privados. Em 2000, apesar de uma diminuição do total de bancos – que passariam para 195 (resultado do processo de centralização bancária estudada no capítulo anterior) – os bancos estrangeiros, ao contrário dos bancos privados nacionais (perda de 16%) e dos bancos públicos (perda de 41%) – aumentaram a sua participação, passando a somar um total de 70 instituições.

*Tabela 3.7: Número total de instituições por controle de capital no Brasil (1995/2000)*

Instituições	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos Públicos	32	32	27	23	19	19
Bancos Privados	210	199	190	180	175	176
Nacionais	173	159	145	122	108	107
Estrangeiros	37	40	45	58	67	70
Total de Bancos	242	231	217	203	194	195

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatórios de vários anos* (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000). Brasília: Banco Central do Brasil.

Em 1995, havia um total de 242 bancos públicos e privados no sistema bancário-financeiro brasileiro. Deste total, apenas 37 eram bancos estrangeiros, que representavam 15,2% do total de instituições. Em 2000, muito embora o número total de bancos tenha caído para 195, a participação de instituições estrangeiras aumentaria não apenas em termos absolutos, passando para 70, como também aumentaria em termos percentuais, elevando-se para 35,8%.

A partir dos dados levantados por Maria Cristina de Freitas e Daniela Prates, em estudo sobre o processo de internacionalização, podemos observar a participação dos bancos estrangeiros através da análise da evolução das principais contas dos balancetes destas instituições (Tabela 3.8).

*Tabela 3.8: Evolução da participação percentual de bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro (1994/2000)*

Período	Ativos totais	Operações de crédito	Depósitos totais
1994	10,0	6,8	7,0
1995	11,9	7,0	9,0
1996	13,5	10,6	8,7
1997	21,1	9,8	16,3
1998	22,5	21,0	17,1
1999	24,5	23,4	18,1
2000	27,4	23,4	18,3

Obs: Consideram-se apenas bancos estrangeiros ou bancos com controle estrangeiro, ou seja, bancos que apresentam participação estrangeira superior a 50% do capital votante.

Fonte: FREITAS, Maria Cristina Penido de e PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, 2001, p. 98.

A participação dos bancos estrangeiros nos ativos totais do setor passou de 10,0% em 1994 para 24,5% em 1999. Com a aquisição do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) pelo banco espanhol Santander, a participação estrangeira saltaria para 27,4%, praticamente triplicando a sua participação percentual no período considerado. No que se refere às operações de crédito e aos depósitos totais, a participação do capital estrangeiro aumentou nos anos 1995-1996, tendo declinado em 1997, e apresentado um forte crescimento a partir de 1998, atingindo um total de 23,5 % nas operações de crédito e de 18,3% nos depósitos totais, entre outras razões, pelas aquisições, do Real pelo ABN-Amro (capital holandês) e do Excel-Econômico pelo Bilbao Vizcaya (capital espanhol).

Com relação às captações externas, também podemos observar o crescimento significativo da participação do capital estrangeiro na captação de recursos no exterior. Em 1995, os grupos estrangeiros tinham uma participação de 13,08%, ao passo que cinco anos mais tarde, em 2000, essa participação mais que dobraria, saltando para 28,30%.

### 3.2: A desregulamentação do sistema bancário no governo FHC

A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro foi justificada pela equipe econômica do governo FHC como uma iniciativa indispensável para aumentar a concorrência e induzir os bancos brasileiros a baratear e ampliar a oferta de crédito <sup>390</sup>. Considerava-se, ainda, como de fundamental importância a participação destas instituições no processo de privatização dos bancos estaduais.

A questão da abertura e desregulamentação do setor bancário foi um dos pontos destacados por Pécio Arida, em seu discurso de posse como presidente do Banco Central, em janeiro de 1995. Segundo Arida, durante décadas, o sistema financeiro brasileiro foi “extremamente regulamentado”. Na visão do novo presidente do BC, “a regulamentação excessiva, ao invés de proteger, fragiliza o ente regulado por privá-lo do salutar estímulo à competição” <sup>391</sup>. Arida considerava, ainda, que a abertura do setor bancário e de seguros era um passo fundamental para a redução do chamado risco-Brasil.

A distinção entre instituições financeiras nacionais e estrangeiras apareceu, pela primeira vez, na Constituição de 1934 e foi reforçada, durante o Estado Novo varguista, na Constituição de 1937, que determinava a nacionalização dos bancos no Brasil controlados por cidadãos não brasileiros <sup>392</sup>. Porém, até o início da década de 1960, a legislação permitia a liberdade de acesso de bancos estrangeiros ao sistema financeiro brasileiro, amparados pela Constituição de 1946, que eliminou a distinção entre bancos nacionais e bancos estrangeiros, permitindo, dessa forma, que o controle do capital de instituições financeiras pudesse estar sob o domínio único de grupos internacionais. Em 1962, no governo Goulart, a Lei nº 4.131, disciplinou a participação do capital estrangeiro na economia brasileira e as remessas de lucros de empresas multinacionais ao exterior, condicionando a operação dos bancos estrangeiros ao princípio da *reciprocidade*: um banco estrangeiro deveria receber tratamento similar ao dispensado a bancos brasileiros em seu país de origem. Apesar disso, a participação do capital

---

<sup>390</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, dez. 2007, vol.17, nº 3, 395.

<sup>391</sup> “Abertura do setor financeiro é fundamental”. In: *Gazeta Mercantil*, 13/01/1995, p. 16; “A abertura que faltava”. In: *Gazeta Mercantil*, 16/01/1995, p. 4.

<sup>392</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário... Op. cit., p. 401.

estrangeiro no sistema bancário nacional foi bastante reduzida: entre 1946 e 1960, apenas sete bancos estrangeiros passaram a operar no Brasil <sup>393</sup>.

Com a reforma bancária de 1964/1965, a entrada de bancos estrangeiros passou a ser limitada, porém permitia a instalação de escritórios de representação de bancos estrangeiros <sup>394</sup>. A Lei nº 4.595, de 31/12/1964, estabelecia que a entrada de bancos estrangeiros no Brasil só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou por decreto presidencial. Aplicava-se, contudo, o princípio da *reciprocidade* <sup>395</sup>. Assim, só seriam autorizadas as operações de bancos estrangeiros de países que permitissem a entrada de bancos brasileiros em seus respectivos sistemas financeiros.

Dessa forma, no decorrer da década de 1970 – no contexto de um intenso processo de internacionalização bancária – apesar das restrições na legislação brasileira, ampliou-se, de forma bastante significativa, a presença de bancos estrangeiros no Brasil: para viabilizar a expansão de bancos brasileiros no exterior, sobretudo do Banco do Brasil, do Banespa e do banco Real, multiplicaram-se os acordos bilaterais e as autorizações permitindo a entrada de bancos estrangeiros baseados no princípio da *reciprocidade*. Desta forma, a presença de bancos estrangeiros no sistema bancário brasileiro praticamente dobrou naquela década <sup>396</sup>, passando de 15, em 1970, para 27, em 1980 <sup>397</sup>.

---

<sup>393</sup> Segundo Gentil Corazza, “a razão disso se deve a fatores como a dinâmica do capital internacional, direcionado principalmente para os países europeus ou também ao viés estatizante que passou a dominar a política brasileira na década de 1950”. CORAZZA, Gentil. *Crise e Reestruturação Bancária no Brasil*. s/d, p. 14. Texto disponível em: [http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2000_08.pdf). Acesso em: 22/08/2010.

<sup>394</sup> Monica Baer aponta a existência de um crescimento significativo de escritórios de representação de bancos estrangeiros no Brasil a partir da reforma bancária do governo Castelo Branco. Em 1969, havia 36 escritórios representando 31 bancos; em 1975, 157 escritórios representavam 137 bancos e, em 1981, o número de escritórios de representação chegava a 221 e o de bancos representados, a 187. BAER, Mônica. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 43.

<sup>395</sup> A política da reciprocidade também respondia, segundo Ary Cesar Minella, “às necessidades de ser ter um instrumento legal flexível que garantisse a expansão dos ‘pontos de apoio’ bancário-financeiros no exterior. (...) A adoção deste princípio dava margem de manobra para a composição do poder nos órgãos-chave de decisão e permitia adotar uma política conjuntural de acordo com as exigências da expansão bancária para o exterior e também com as pressões do capital internacional para uma maior participação no sistema nacional. Ao mesmo tempo, essa prática governamental, cuja explicação fundamental deve ser buscada na participação da burguesia bancário-financeira no poder político, condicionou também a necessidade do capital financeiro internacional a encontrar outras formas e mecanismos de participação no sistema bancário-financeiro brasileiro”. MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988, p. 195-196.

<sup>396</sup> CORAZZA, Gentil e OLIVEIRA, Reci. Os Bancos Internacionais face à Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. In: *X Jornadas de Economia Crítica*, Barcelona, 2006, p. 3. Texto disponível em: <http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/303CorazzaOliveira.pdf>. Acesso em: 22/09/2011.

<sup>397</sup> Contudo, devemos considerar que “os dados oficiais subestimam a participação externa no setor pelo fato de considerar e classificarem como banco estrangeiro aquele cuja sede e controle situam-se no exterior.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a entrada de capital estrangeiro no sistema bancário brasileiro foi praticamente proibida. A Constituição previa que a questão deveria ser definida por Lei Complementar que ordenasse o sistema financeiro, dispondo sobre as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, tendo em vista os interesses nacionais e os acordos internacionais. Contudo, pelo Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, ficaria vedada a abertura de novas agências de bancos estrangeiros, sendo proibido, também, o aumento da participação do capital internacional em instituições financeiras com sede no país. Contudo, em parágrafo único do mesmo artigo, ficava determinado que esta proibição não se aplicaria às autorizações que fossem consideradas de “interesse nacional”.

Embora a abertura comercial e financeira tenham se acelerado a partir da década de noventa, o quadro de restrições ao capital estrangeiro no sistema financeiro brasileiro permaneceu inalterado entre 1988 e o início do governo FHC. Em determinados casos, as limitações até se acentuaram, como é o caso, por exemplo, da Resolução nº 2099, do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 17 de agosto de 1994, que estabeleceu que as instituições bancárias estrangeiras deveriam apresentar um nível de capitalização equivalente ao dobro das instituições nacionais<sup>398</sup>.

A situação começa a ser alterada com o início do governo Fernando Henrique, eleito em outubro de 1994. Já a partir de 1995, logo no início do governo, tornou-se pública, através da imprensa, a existência de um conflito dentro do governo relativo à abertura do setor bancário, com indícios de que o Banco Central e o Ministério da Fazenda ocupado por Pedro Malan defendiam o ingresso seletivo de capital estrangeiro para viabilizar a privatização dos bancos estaduais, ao passo que, outra agência estatal, o Ministério do Planejamento, ocupado por José Serra, defendia uma posição mais fechada com relação à quebra da reserva de mercado para os bancos nacionais<sup>399</sup>. Um forte indício de que a visão pró-abertura ainda não era dominante no governo surgiu quando o Poder Executivo encaminhou diversos Projetos de Emendas Constitucionais (PEC) de

---

Dessa forma, um banco com capital estrangeiro, mas com sede no país, entra na classificação como ‘nacional’”. MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros...* Op. cit., p. 196.

<sup>398</sup> De acordo com o artigo primeiro, terceiro parágrafo, do Regimento - Anexo II, “em se tratando de agência de instituição financeira domiciliada no exterior ou de banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial sob o controle estrangeiro direto ou indireto, os limites mínimos estabelecidos neste artigo terão acréscimo de 100% (cem por cento)”.

<sup>399</sup> VIDOTTO, Carlos Augusto. *Sistema Financeiro Brasileiro nos Anos 90: um balanço das reformas estruturais*. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 166.

caráter liberalizante ao Congresso Nacional. Uma das principais emendas suprimiu a distinção entre empresa de capital nacional e estrangeiro, mas o setor financeiro foi excluído dessa uniformização de tratamento em razão da restrição presente, nas já mencionadas disposições transitórias da Constituição. A partir de 1995, por exemplo, foram abertos, por meio de PEC específicas, os setores de navegação de cabotagem e telecomunicações, além da quebra do monopólio da exploração de petróleo pela Petrobrás<sup>400</sup>.

Em depoimento na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, em 11 de agosto, o ministro Pedro Malan defendeu uma maior presença de capitais estrangeiros no sistema financeiro nacional, citando a possibilidade de sua participação nas privatizações dos bancos estaduais como um primeiro passo<sup>401</sup>.

Neste mesmo mês, temos a mais importante iniciativa e que pode ser considerada como o marco inicial no processo de abertura do sistema financeiro brasileiro ao capital estrangeiro no governo FHC. No dia 23 de agosto, com base na prerrogativa constitucional, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, por meio da Exposição de Motivo 311, encaminhou um documento para o presidente Fernando Henrique, propondo que fossem utilizadas todas as medidas necessárias para reconhecer como de “interesse do governo brasileiro” a participação ou o aumento do percentual de participação de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, no capital de instituições financeiras nacionais<sup>402</sup>. Dentre os fatores destacados na EM 311, que justificavam a participação estrangeira na capitalização dos bancos privados nacionais e nos programas de privatização dos bancos públicos estaduais, estavam a introdução de novas tecnologias e a eficiência operacional e financeira dos bancos internacionais<sup>403</sup>.

O documento do ministério da Fazenda permitiria a ampliação do número de agências de bancos já instalados, participação em outros bancos, transformação de escritórios em agências, entre outras modalidades possíveis de ingresso do capital externo no sistema financeiro<sup>404</sup>.

---

<sup>400</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário... Op. cit., p. 403.

<sup>401</sup> “Ministro quer atrair capital externo para o setor financeiro”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-5, 11/08/1995.

<sup>402</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Exposição de Motivos 311*, de 23/08/1995. Brasília: Ministério da Fazenda, 1995.

<sup>403</sup> “Abertura a bancos estrangeiros”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 25/08/1995.

<sup>404</sup> “Abertura para os bancos do exterior”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 1, 25/08/1995.

A EM 311, surgida logo após a intervenção do Banco Central no Econômico, não fazia uma ampla e generalizada defesa de abertura do setor bancário, mas sim uma defesa do aumento da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional. Afirmava o documento que a abertura “não somente resultará em reforço financeiro para o país, representado pela captação de poupança externa e acréscimo nas reservas internacionais, mas, sobretudo, em ganhos econômicos decorrentes da introdução de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços, possibilitando maior eficiência alocativa da economia brasileira”<sup>405</sup>. Para a EM 311, a maior presença dos estrangeiros seria positiva por implicar “maior concorrência”, sem mencionar mudanças nas formas de concorrência, como se “concorrência” fosse algo genérico, abstrato, cujo “aumento” se traduziria necessariamente em melhores preços de serviços e em queda dos juros<sup>406</sup>.

É importante destacar que embora o documento encaminhado por Malan para FHC propusesse a participação ou o aumento da participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras nacionais, não explicitava a compra destas instituições por bancos estrangeiros, ainda que esta alternativa não estivesse totalmente fora das possibilidades abertas pelo documento. Como bem observam Carlos Eduardo Carvalho e Carlos Augusto Vidotto, deve-se levar em conta que “uma Exposição de Motivos carece em si mesma de eficácia jurídica, ela apenas acompanha outro instrumento, como um Decreto Presidencial, por exemplo”<sup>407</sup>.

Quanto ao seu teor, a EM 311 não continha uma posição favorável à plena abertura do sistema financeiro nacional. Mais sutil, opta por elencar um importante conjunto de contribuições complementares ou subsidiárias, que a exposição à concorrência estrangeira poderia proporcionar à eficiência microeconômica do sistema bancário doméstico, com ênfase na modernização técnica, menciona maior eficiência alocativa quanto à poupança nacional, e, ainda, maior solidez associada à internacionalização do sistema.

O presidente da FEBRABAN, Maurício Schulman, disse ser favorável à abertura do mercado financeiro desde que fossem resguardados dois itens: velocidade e

---

<sup>405</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Exposição de Motivos 311*, de 23/08/1995. Brasília: Ministério da Fazenda, 1995.

<sup>406</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário... Op. cit., p. 404.

<sup>407</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário... Op. cit., p. 405.

reciprocidade. Segundo Schulman, a liberalização geral poderia “criar perturbações que não estão dimensionadas” e que os bancos nacionais deveriam “ter reciprocidade nas atividades de atuação concedida”<sup>408</sup>. O presidente da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI), Henrique Meirelles, afirmou “apoiar qualquer emenda favorável à livre competição e à abertura do mercado”<sup>409</sup>.

Dois meses depois da edição da EM, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por intermédio da Resolução nº 2.212<sup>410</sup>, eliminaria a exigência de que o capital mínimo para a operação de um banco estrangeiro no Brasil fosse o dobro do capital mínimo exigido para a operação de um banco nacional, prevista pela Resolução nº 2.099<sup>411</sup>. A partir de então, os bancos estrangeiros passariam a ter o mesmo tratamento que os bancos nacionais para a realização de operações no sistema financeiro brasileiro. Também seria permitido que filiais de bancos estrangeiros (e não apenas de suas subsidiárias) constituíssem banco múltiplo no país, mas eliminaria da legislação a possibilidade de que uma instituição financeira controlada pelo capital externo criasse mais de um banco múltiplo.

Um novo passo em direção à abertura do sistema financeiro foi dado em dezembro de 1996, quando o CMN permitiu que as ações não preferenciais de bancos nacionais pudessem compor a carteira de fundos de investimentos de capital estrangeiro ou pudessem ser colocadas no mercado externo de capitais (Resoluções nº 2.344 e nº 2.345 do CMN). A Resolução 2.344 abriria para fundos, sociedades e carteiras a possibilidade de aplicar em ações sem direito a voto de instituições financeiras com sede no Brasil e a Resolução 2.345 autorizava o lançamento de ações não preferenciais no mercado externo de capitais<sup>412</sup>.

---

<sup>408</sup> “Favorável à abertura”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 27, 24/02/1995.

<sup>409</sup> Henrique Meirelles disse ainda que “se não apresentarem essa emenda será um absurdo, porque todas as manifestações oficiais que tive de autoridades federais são no sentido de acabar com os monopólios. Há um consenso em torno disso, ninguém vem a público para falar contra”. “ABBI diz que apoia emenda que abre reserva do setor”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 27, 24/02/1995.

<sup>410</sup> BRASIL. Conselho Monetário Nacional. *Resolução nº 2212*, de 11 de novembro de 1995. “Altera dispositivos das Resoluções nº 2.099, de 17/08/1994, e nº 2.122, de 30/11/1994”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1995.

<sup>411</sup> BRASIL. Conselho Monetário Nacional. *Resolução nº 2099*, de 17 de agosto de 1994. “Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1994.

<sup>412</sup> BRASIL. Conselho Monetário Nacional. *Resolução nº 2344*, de 19 de dezembro de 1996. “Faculta a aplicação de recursos das Sociedades, dos Fundos e das Carteiras instituídos pelos Regulamentos Anexos I,

Outras medidas do governo influenciariam de maneira decisiva a entrada do capital forâneo no sistema bancário brasileiro. Entre elas, podemos destacar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER (que possibilitou a aquisição do Bamerindus pelo inglês HSBC) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES (que permitiu a compra do Bandepe pelo grupo holandês ABN-Amro e do Banespa pelo espanhol Santander) <sup>413</sup>.

Assim, com o início do governo FHC, as principais agências estatais formuladoras da política econômica, como o ministério da Fazenda, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, bem como o BNDES, seriam as responsáveis, segundo Leila Christina Dias, pela criação progressiva de “um conjunto de normas que redesenham o quadro institucional no qual operavam os bancos no Brasil” <sup>414</sup>. Como já mencionamos no capítulo anterior, diretores e presidentes do BC, além do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e também de outras agências estatais, como o BNDES, possuíam vínculos diretos com o capital financeiro internacional, o que, certamente contribuiu para a entrada do capital internacional do sistema bancário do país <sup>415</sup>.

### 3.3- As associações de bancos e o capital estrangeiro

Um importante indicador para a observação da participação do capital estrangeiro e da desnacionalização do setor bancário consiste na análise da composição da diretoria das principais associações de bancos do país <sup>416</sup>. No Brasil, as estruturas de representação

---

II, III e IV à Resolução nº 1.289, de 20/03/1987, na aquisição de ações sem direito a voto de emissão de instituições financeiras com sede no País, com ações negociadas em bolsas de valores, e altera disposições da Resolução nº 2.034, de 17/12/1993”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1996; BRASIL. Conselho Monetário Nacional. *Resolução nº 2345*, de 19 de dezembro de 1996. “Autoriza o lançamento, no exterior, de Programas de ‘Depositary Receipts’ lastreados em ações sem direito a voto de emissão de instituições financeiras com sede no País, com ações negociadas em bolsas de valores”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1996.

<sup>413</sup> O PROER e o PROES foram instituídos pelas Medidas Provisórias nº 1.182 e 1.514, respectivamente.

<sup>414</sup> DIAS, Leila Christina. Por que os bancos são o melhor negócio do país. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Globo, 2005, p. 39.

<sup>415</sup> OLIVIERI, Cecília. *A política de nomeação do alto escalão do Banco Central do Brasil (1985-2000)*. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo 2001; NOVELLI, José Marcos Nayme. *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

<sup>416</sup> Segundo Ary Cesar Minella, “(...) a análise do poder das instituições financeiras deve levar em consideração a estrutura e a dinâmica de representação de classe, que se expressa por meio das associações de bancos e de outras instituições financeiras que existem nos países capitalistas avançados e também na América Latina”. MINELLA, Ary Cesar. *Representação de classe do empresariado financeiro na América*

de classe englobam entidades que articulam os vários interesses do setor financeiro, com destaque para a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e para a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), esta última, representante dos interesses dos grandes bancos. A Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC)<sup>417</sup>, por sua vez, é a entidade que defende os interesses dos bancos de médio e pequeno porte no país. Ainda existe uma associação específica para a representação dos bancos estrangeiros, a Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI), sediada em São Paulo. Além destas, também se destacam a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid)<sup>418</sup>. No caso da América Latina, ainda existe a Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban).

Em um levantamento tomando como base de análise o ano de 2000, Ary Minella constatou que, naquele ano, dos 67 cargos de direção de cinco importantes associações de bancos do país (ABBC, Anbid, Andima, ABBI e FEBRABAN), 55% destes cargos eram controlados por bancos estrangeiros e outros 10% estavam ocupados por bancos associados ao capital estrangeiro<sup>419</sup> (Tabela 3.9). Ao excluir desta análise a ABBI, que era composta exclusivamente por bancos internacionais, embora em seu estatuto fosse permitida a filiação de bancos brasileiros com participação no exterior, constatou-se que a participação dos bancos estrangeiros nas quatro associações de classe (ABBC, Anbid, Andima e FEBRABAN) representaria 39% do total dos cargos de direção e que, somada aos bancos associados ao capital estrangeiro, ocuparia 53% no conjunto das quatro entidades. Ainda neste mesmo estudo, observou-se que tal fenômeno não é exclusivo do Brasil e se processa, ainda que de maneira desigual, em toda a América Latina, formando o que denomina de redes transassociativas, ou seja, a participação de um banco ou um grupo financeiro em várias associações de classe, inclusive em diferentes países. Segundo Ary Minella,

“a presença estrangeira é marcante na direção das associações de bancos em alguns países, como (...) [na] Argentina (89% dos cargos), Uruguai (71%), Peru (67%), El Salvador (60%), Chile (56%), Paraguai (50%), Venezuela (44,4%), México (40%) e

---

Latina: a rede transassociativa no ano 2006. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº 28, jun. 2007, p. 35.

<sup>417</sup> Atualmente denominada Associação Brasileira de Bancos.

<sup>418</sup> Em 2009, a Anbid e a Andima unificaram suas atividades, criando a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

<sup>419</sup> MINELLA, Ary Cesar. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. In: *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 3, nº 2, jul.-dez., 2003, p. 268.

apresenta-se reduzida em outros: Bolívia (25%), Costa Rica (22%), República Dominicana (21%) e Colômbia (20%)”<sup>420</sup>.

*Tabela 3.9: Associações de bancos no Brasil - distribuição de cargos de direção por tipos de banco (estrangeiros, associados ao capital estrangeiro, nacionais e estatais). Ano-base: 2000*

Tipo de Banco	Estrangeiros	Associados a estrangeiros	Nacionais ou de controle estatal	Sem dados (1)
Associação				
ABBI	18	-	-	-
Anbid	08	02	05	-
ABBC	04	01	05	01
FEBRABAN	04	01	07	01
Andima (*)	03	03	04	-
Total de cargos	27	07	21	02

(1) Sem identificação precisa do controle acionário (provavelmente bancos nacionais)

(\*) Além de bancos, inclui outras instituições financeiras.

Fonte: MINELLA, Ary. *Globalização financeira...* Op. cit., p. 268.

Dentro desta estrutura representativa de classe, não resta dúvida de que a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) se destaca como a mais importante entidade representativa dos interesses da burguesia bancário-financeira no país, atuando como um destacado canal de articulação de interesses dos banqueiros junto ao Estado brasileiro.

A FEBRABAN foi criada, em novembro de 1967, segundo Elflay Miranda, como resultado “de uma luta política pela hegemonia da representação de classe do empresariado financeiro entre o Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro (SBERJ) e a Associação de Bancos do Estado de São Paulo (ASSOBESP)”<sup>421</sup>. O SBERJ iniciou suas atividades em 1934, e, a partir de 1971, estendeu-se ao então Estado do Rio

<sup>420</sup> MINELLA, Ary Cesar. *Globalização financeira...* Op. cit., p. 260-261.

<sup>421</sup> MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira de Bancos: uma análise sociopolítica do período 1994-2001*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, p. 81.

de Janeiro e ao Espírito Santo <sup>422</sup>, ao passo que a ASSOESP foi criada em abril de 1967.

Embora a criação da ASSOESP seja tardia se comparada ao SBERJ, os banqueiros paulistas já se organizavam desde a década de 1920, quando foi criada, em 1924, a Associação dos Bancos de São Paulo que, em 1936, fundiu-se com o Sindicato dos Bancos e Casa Bancárias de São Paulo, passando a nova entidade a se chamar Sindicato dos Bancos de São Paulo <sup>423</sup>. Contudo, até a criação da ASSOESP em 1967, a representação dos banqueiros em São Paulo estava limitada “em termos quase exclusivos de relações trabalhistas” <sup>424</sup>. A formação da ASSOESP se deu a partir das divergências entre os banqueiros sobre a forma de representação e organização de classe do setor, ainda durante o I Congresso Nacional de Bancos, realizado em 1960. Uma corrente defendia, como proposta, a formação de uma entidade civil, em paralelo aos mecanismos gerados pela legislação sindical da época, justamente pelo temor de “um controle por parte dos grandes centros econômicos que na época eram representados pelos bancos localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais” <sup>425</sup>. Uma segunda corrente preconizava a formação e o fortalecimento das entidades sindicais, “pois consideravam que uma estrutura com esta característica de representação atenderia melhor aos interesses dos bancos de todo o país, na medida em que cada sindicato regional teria o mesmo peso ou representação na formação de uma posterior federação” <sup>426</sup>.

Assim, diante da hegemonia do SBERJ que então se configurava, os banqueiros de São Paulo, logo após a fundação da ASSOESP, em abril de 1967, fundam, em novembro do mesmo ano, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), entidade patronal de caráter civil.

Historicamente, a direção da FEBRABAN quase sempre esteve em poder de grandes bancos e instituições financeiras sediadas em São Paulo (Quadro 3.10). Somente em duas ocasiões, desde a sua fundação em 1967, bancos com sede em São Paulo não presidiram a entidade: no período 1986/1989, a presidência foi exercida pelo banqueiro Antônio de Pádua Rocha Diniz, do banco Nacional, de Minas Gerais, e no período 1994/1997, o comando ficou com Maurício Schulman, do Bamerindus. Este último,

---

<sup>422</sup> MINELLA, Globalização financeira... Op. cit., p. 283.

<sup>423</sup> MINELLA, Globalização financeira... Op. cit., p. 365.

<sup>424</sup> MINELLA, Globalização financeira... Op. cit., p. 365.

<sup>425</sup> MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 81.

<sup>426</sup> MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 81.

entretanto, não conseguiu completar o seu mandato – que seria até o ano de 1998 – por conta da intervenção do BC no Bamerindus, em 1997. O Itaú foi a instituição financeira que mais vezes esteve na presidência da FEBRABAN. Por quatro ocasiões a presidência esteve sob o comando do banco da família Setúbal, incluindo o curto mandato de Roberto Setúbal, para completar o último ano da presidência de Schulman. Depois do Itaú, o Bradesco foi o banco que mais vezes esteve à frente do poder na FEBRABAN, com três mandatos. O Unibanco teve dois mandatos. Os outros bancos que ocuparam a presidência da entidade foram o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (Commind), fundado em 1889 por representantes da burguesia cafeeira paulista, o Banco de Crédito Nacional (BCN), o Noroeste, e, mais recentemente, os estrangeiros ABN-Amro – que comprou o Real, chegando à frente da entidade através desta instituição – e o Santander que, em 2009, comprou o grupo ABN-Amro, em um consórcio junto com o britânico Royal Bank of Scotland (RBS) e o belga Fortis.

Os bancos de pequeno e de médio porte, como já destacamos, estavam organizados em uma associação específica, a Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC). O fato de existir uma associação específica para os bancos de pequeno e médio porte não implicava afirmar que não havia divergências entre estas instituições e a FEBRABAN <sup>427</sup>. Existia, ainda, uma entidade de caráter sindical, a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) que, em 1983, foi fundida com a FEBRABAN.

*Quadro 3.10: Presidentes da FEBRABAN (1967/2009)*

Presidente	Banco (Estado - Sede)	Período
João Nantes Júnior	Itaú (SP)	1967-1970
Justo Pinheiro da Fonseca	Commind (SP)	1970-1974
Luiz de Moraes Barros	Itaú (SP)	1974-1977
Roberto Konder Bornhausen	Unibanco (SP)	1977-1980
Pedro Conde	BCN (SP)	1980-1983
Roberto Konder Bornhausen	Unibanco (SP)	1983-1986
Antônio de Pádua Rocha Diniz	Nacional (MG)	1986-1989

<sup>427</sup> Segundo Ary Cesar Minella, “em algumas questões pontuais, a direção da ABBC entraria em choque com os posicionamentos da FEBRABAN”. MINELLA, Ary. O Discurso Empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (15) 2, 1994, p. 511.

Leo Wallace Cochrane Júnior	Noroeste (SP)	1989-1991
Alcides Lopes Tápias	Bradesco (SP)	1991-1994
Maurício Schulman	Bamerindus (PR)	1994-1997
Roberto Egydio Setúbal	Itaú (SP)	1997-1998
Roberto Egydio Setúbal	Itaú (SP)	1998-2001
Gabriel Jorge Ferreira	Unibanco (SP)	2001-2003
Márcio Cypriano	Bradesco (SP)	2003-2005
Márcio Cypriano	Bradesco (SP)	2005-2007
Fábio Barbosa	ABN – Amro (Holandês)	2005-2007
Fábio Barbosa	Santander (Espanhol)	2007-2009

Fonte: Para os anos de 1967-2001: MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 85. Para os anos de 2001-2009: Elaboração própria.

Quando, em 1994, Maurício Schulman assumiu a presidência da FEBRABAN, subiram junto com o representante do grupo Bamerindus outros 14 banqueiros, que iriam compor a diretoria executiva da entidade para o período compreendido entre 1994 e 1998 (Quadro 3.11) <sup>428</sup>. Foi durante o mandato de Maurício Schulman à frente da FEBRABAN, que teve início o processo de desregulamentação do sistema bancário e da abertura do setor ao capital estrangeiro.

*Quadro 3.11: Diretoria da FEBRABAN no mandato Maurício Schulman (1994/1997)*

Diretor	Banco	Capital	Ranking (*)	Cargo
Maurício Schulman	Bamerindus	N	6°	Presidente
Roberto Egydio Setúbal	Itaú	N	5°	Vice-Presidente
José Afonso Sancho	Banfort	N	-	Vice-Presidente
José Augusto de Queiroz	Antonio de Queiroz	N	-	Tesoureiro
Ageo Silva	Bradesco	N	3°	Diretor
Antonio Carlos Castrucci	Paulista	N	-	Diretor

<sup>428</sup> O mandato de Maurício Schulman à frente da FEBRABAN, iniciado em 1994, deveria se estender, segundo o estatuto da entidade, até 1998, quando seria realizada nova eleição para a escolha de um novo presidente. Contudo, a gestão de Maurício Schulman seria interrompida em 1997, ano em que o Bamerindus sofreria intervenção do Banco Central e seria vendido ao inglês HSBC.

Carlos Alberto Vieira	Safra	N	-	Diretor
Gabriel Jorge Ferreira	Unibanco	AE	8º	Diretor
Germano de Brito Lyra	Nacional	N	7º	Diretor
Henrique Meirelles	Bank of Boston	E	-	Diretor
Norberto Pinto Barbedo	BCN	N	10º	Diretor
Paulo G. L. Ribeiro	Real	N	9º	Diretor
Pedro Luiz de Toledo	Irmãos Guimarães	N	-	Diretor
Roberto Calmon	Econômico	N	-	Diretor
Roberto R. de Almeida	BMD	N	-	Diretor

(\*) Ranking dos 10 maiores bancos por total de ativos

Fonte: MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 88.

Grandes bancos privados nacionais faziam parte da diretoria executiva da FEBRABAN que assumiu em 1994, como eram os casos do Bradesco, terceiro maior banco do país no ranking por total de ativos, e do Itaú, o quinto. Logo depois, em sexto, vinha o Bamerindus, que ocupava a presidência da entidade, seguido do Nacional, do Unibanco, do Real e do Banco de Crédito Nacional (BCN). É interessante observar que três bancos públicos, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banespa, que estavam entre as quatro maiores instituições financeiras do Brasil por ativos totais (considerando bancos públicos e privados e excluindo o BNDES), não ocupavam cargos de direção na FEBRABAN. Contudo, o que mais chamava a atenção era o fato de que apenas um banco estrangeiro fazia parte da diretoria executiva no mandato de Maurício Schulman, o BankBoston, representado por Henrique de Campos Meirelles que, posteriormente, seria presidente do BC <sup>429</sup>.

O mandato de Maurício Schulman à frente da FEBRABAN coincidiu com o início do governo FHC e com o processo de abertura econômica. No seu discurso de posse, Schulman fez críticas ao que definiu como “excesso de regulamentação” do sistema bancário brasileiro, aproveitando, ainda, para colocar de forma clara o apoio da

---

<sup>429</sup> Henrique de Campos Meirelles, funcionário de carreira do Banco de Boston e que apresentava forte vínculo com o capital financeiro internacional, ocupou o posto de presidente do Banco Central durante os oito anos em que Luís Inácio Lula da Silva esteve na presidência (2003-2010), tendo sido o presidente do Banco Central que mais tempo ocupou o cargo desde a sua criação em 1964.

FEBRABAN ao processo de privatizações do governo que, segundo o novo presidente da entidade, serviria “para modernizar o Estado”<sup>430</sup>. Outro ponto importante de seu discurso foi a defesa de atração de capital estrangeiro para o país<sup>431</sup>.

O ano de 1997 seria marcado, como veremos mais adiante, por algo inédito na história bancária recente do Brasil: pela primeira vez, um grande banco estrangeiro, o inglês Hong Kong and Shanghai Bank Corporation (HSBC), receberia permissão do Banco Central para a aquisição de um importante banco nacional. Naquele ano, além do Bamerindus, também o Nacional, da família Magalhães Pinto, e o Econômico, controlado por Ângelo Calmon de Sá, haviam sofrido intervenção do Banco Central e também foram vendidos.

A partir de abril de 1997, com o afastamento de Maurício Schulman à frente da FEBRABAN, uma nova diretoria assume, com o objetivo de encerrar, em março do ano seguinte, o mandato que fora iniciado pelo então representante do Bamerindus.

Em função da intervenção do BC e da conseqüente venda do banco paranaense, a nova diretoria, tendo agora o banqueiro Roberto Egydio Setúbal<sup>432</sup> na presidência (na gestão de Schulman ocupava a primeira vice-presidência), teve o número de diretores-executivos diminuído de 15 para 11 (Quadro 3.12). O que podemos perceber com esse mandato “tampão” é que os grandes bancos novamente comandavam a entidade e que o número de bancos estrangeiros ainda permanecia o mesmo da gestão anterior: apenas

---

<sup>430</sup> MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 91.

<sup>431</sup> Em outra ocasião, ao conceder entrevista para a Revista Bovespa, Maurício Schulman reforçou a sua defesa de atração de capital externo e afirmou que os bancos, independente de seu controle (público ou privado) e da origem de seu capital (nacional ou estrangeiro), deveriam ter o mesmo tratamento. “Bom de Briga: o que pensa o homem da FEBRABAN”. *Revista Bovespa*, janeiro/1994, p. 18.

<sup>432</sup> Quarto dos sete filhos do banqueiro Olavo Setúbal (1923-2008), formado pela Escola Politécnica da USP, em 1979 e com mestrado em engenharia pela Universidade de Stanford (EUA), Roberto Egydio Setúbal foi eleito líder empresarial do Estado de São Paulo pelo Fórum Gazeta Mercantil de 1997, mesmo ano em que passou a presidir a FEBRABAN. Roberto Setúbal iniciou sua carreira no setor financeiro ainda como estagiário no Citibank, onde fez parte da equipe liderada pelo então diretor executivo John Reed. A partir de 1985, assume passa a assumir diversos no Itaú. Em 1994, passa a ser presidente e diretor executivo do banco. Em 2002, assumiu a presidência da Itaú Holding Financeira e, no ano seguinte, vice-presidente do Conselho de Administração. Entre os anos de 1995 e 2003 foi, ainda, membro da diretoria do Itaú. Durante sua gestão à frente do banco, o Itaú triplicou os seus ativos. Além disso, foi um dos responsáveis pela internacionalização do banco, com a abertura de agências na Argentina e na Europa, além de participar em joint-ventures junto com outras instituições e de ter adquirido o banco Francês e Brasileiro, além de importantes bancos estaduais, durante os processos de privatizações. Roberto Setúbal foi, ainda, membro-fundador e presidente do Comitê Executivo da Fundação Itaú Social; membro da Conferência Monetária Internacional e dos comitês consultivos internacionais do Banco Central de Nova Iorque (FED-NY) e da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Também atuou como vice-presidente do Instituto Internacional de Finanças. Fonte: “Criando uma agenda especial para a América Latina”. *The McKinsey Quarterly*: edição especial de 2007, p. 123. Disponível no seguinte endereço: [http://download.mckinseyquarterly.com/LA-BancoItau\\_Portuguese.pdf](http://download.mckinseyquarterly.com/LA-BancoItau_Portuguese.pdf). Acesso em: 05/11/2012.

uma instituição, agora com o Citibank substituindo o Bank of Boston na diretoria. No entanto, houve uma redução do número de cargos de direção de 15 para 11 nesta nova diretoria formada em meio à crise bancária que forçaria a saída dos Bamerindus, Antonio de Queiroz, Econômico e Nacional da direção da entidade. Além destes, ficaram de fora o Real e o banco Irmãos Guimarães, além da saída do BankBoston.

*Quadro 3.12: Diretoria da FEBRABAN no primeiro mandato Roberto Setúbal (1997/1998)*

Diretor	Banco	Capital	Ranking (*)	Cargo
Roberto Egydio Setúbal	Itaú	N	5º	Presidente
José Afonso Sancho	Banfort	N	-	Vice-presidente
Roberto Rodrigues de Almeida	BMD	N	-	Tesoureiro
Ageo Silva	Bradesco	N	4º	Diretor
Alcides S. Amaral	Citibank	E	-	Diretor
Antonio Carlos Castrucci	Paulista	N	-	Diretor
Carlos Alberto Vieira	Safra	N	7º	Diretor
Gabriel Jorge Ferreira	Unibanco	AE	6º	Diretor
Joaquim Carneiro Gomes	Mercantil do Brasil	N	-	Diretor
Murillo Braga de Carvalho	Fleming Graphus	N	-	Diretor
Norberto Pinto Barbedo	BCN	N	9º	Diretor

(\*) Ranking dos 10 maiores bancos por total de ativos.

Fonte: MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p.108.

A questão de desnacionalização do sistema bancário foi um dos principais pontos da pauta da nova diretoria da FEBRABAN. Segundo Elflay Miranda, “nos 11 meses, à frente da diretoria da FEBRABAN, Setúbal passou a se dedicar quase que exclusivamente com a abertura financeira do país e a entrada de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional”<sup>433</sup>.

No Relatório de Atividades do ano de 1997, a entidade de classe entendia que autorização para a abertura e expansão de bancos estrangeiros e a privatização dos bancos

<sup>433</sup> MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 109.

estaduais seriam de grande importância para a solidez do setor <sup>434</sup>. O que podemos perceber é que, até então, o processo de internacionalização ainda era visto como algo positivo, não obstante a compra do Bamerindus, um banco de grande porte, pelo banco inglês HSBC.

Contudo, a posição da FEBRABAN e dos banqueiros brasileiros frente ao processo de desnacionalização começaria a mudar, ainda que de maneira gradual. O presidente da entidade, Roberto Setúbal entendia que, do ponto de vista externo, a entrada dos bancos estrangeiros seria positiva, mas também passaria a chamar atenção para que a entrada destas instituições fosse um pouco mais restrita <sup>435</sup>.

No início de 1998, o primeiro mandato de Roberto Setúbal, iniciado com a saída repentina de Maurício Schulman, chegaria ao fim e o presidente do Itaú seria reeleito presidente da FEBRABAN, tendo concorrido ao cargo em chapa única <sup>436</sup>. Se na diretoria anterior, o processo de internacionalização não seria notado na composição dos membros da Diretoria Executiva, permanecendo os mesmos da gestão passada, nesta nova diretoria, formada a partir de 1998, a estrutura seria fortemente alterada em função dos bancos estrangeiros (Quadro 2.12).

Três características chamam a atenção na nova composição dos quadros diretores da FEBRABAN. A primeira delas é o significativo aumento de 11 para 16 no número de cargos de direção na entidade. A segunda é a presença de dois representantes de bancos estatais, algo até então inédito na diretoria da FEBRABAN: Hugo Pereira Dantas (Banco do Brasil) e Alberto de Almeida Pais (Caixa Econômica Federal). Na época, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal eram os dois maiores bancos do Brasil por total de ativos (excluindo o BNDES), liderando o ranking de bancos. A terceira e, certamente a mais significativa, era o reflexo da nova realidade do sistema bancário brasileiro, ao incluir mais representantes de bancos estrangeiros. Se na direção anterior havia apenas um, agora, na nova chapa, eram quatro, que representavam 33% do total de diretores da entidade: Bernard Mencier (presidente do banco CCF Brasil e da Associação Brasileira de Bancos Internacionais), Hélio Ribeiro Duarte (HSBC-Bamerindus), Antônio Beltran Martinez (BBA Creditanstalt) e Murillo Braga de Carvalho (Fleming Graphus).

---

<sup>434</sup> FEBRABAN. *Relatório de Atividade, 1997* apud MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 109.

<sup>435</sup> “Seção de Finanças”. In: *Isto É Dinheiro*, 17/09/1997, p. 23.

<sup>436</sup> “Setúbal deve permanecer na FEBRABAN”. In: *Jornal do Brasil*, 16/02/1998, p. B-1.

*Quadro 3.13: Diretoria da FEBRABAN no segundo mandato Roberto Setúbal  
(1998/2001)*

Diretor	Banco	Capital	Ranking	Cargo
Roberto Egydio Setúbal	Itaú	N	4°	Presidente
Paulo G. Lobato Ribeiro	Real	N	7°	Vice-Presidente
Gabriel Jorge Ferreira	Unibanco	AE	5°	Vice-Presidente
Roberto Rodrigues	BMD	N	-	Tesoureiro
Ageo Silva	Bradesco	N	3°	Diretor
Antonio Beltran Martinez	BBA Creditanstalt	N	-	Diretor
Alberto de Almeida Pais	CEF	Es	2°	Diretor
Alcides S. Amaral	Citibank	E	-	Diretor
Antonio Carlos Castrucci	Paulista	N	-	Diretor
Bernard C. Paul Menciaer	CCF Brasil	E	-	Diretor
Carlos Alberto Vieira	Safra	N	10°	Diretor
Hélio Ribeiro Duarte	HSBC-Bamerindus	E	-	Diretor
Hugo Dantas Pereira	Banco do Brasil	Es	1°	Diretor
Joaquim Carneiro Gomes	Mercantil do Brasil	N	-	Diretor
Murillo Braga de Carvalho	Fleming Graphus (*)	E	-	Diretor
Raul Carlos Pereira B.	Mercantil-Finasa	N	-	Diretor

(\*) Em julho de 2000, o banco e a corretora Fleming Graphus foram adquiridos pelo Chase Manhattan Bank, do grupo JP Morgan.

Fonte: ELFLAY, Miranda. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 114.

No quadro, podemos constatar os vínculos dos diretores da FEBRABAN com bancos privados nacionais, bancos estatais e estrangeiros que, como destacamos, tiveram um aumento expressivo nesta nova diretoria formada a partir de 1998. O HSBC, por exemplo, ocupava duas diretorias, uma de forma direta, através de seu representante, Hélio Ribeiro Duarte, e outra de forma indireta, através do CCF Brasil, que, a partir do ano 2000, passou a pertencer ao grupo financeiro britânico <sup>437</sup>. Três diretores da

<sup>437</sup> O banco CCF Brasil era a subsidiária do Crédit Commercial de France, que passou a pertencer ao HSBC Investment a partir do ano 2000.

FEBRABAN (Roberto Setúbal, Bernard Menciaer e Murillo Braga de Carvalho, estes dois últimos representantes de bancos estrangeiros) eram ligados à Câmara Americana de Comércio, uma atuante entidade empresarial de comércio bilateral entre os EUA e o Brasil <sup>438</sup>.

Deve-se observar que nesta relação não estamos considerado o caso do Unibanco, instituição que, como vimos, sempre esteve representado na direção da FEBRABAN – já tendo, inclusive, ocupado a presidência da entidade – e que possuía estreita associação com o capital internacional. Esta mudança trazia, justamente, o reflexo da entrada dos bancos estrangeiros a partir da segunda metade da década de 1990.

No discurso de posse de seu segundo mandato, Roberto Setúbal elogiava a política econômica, as privatizações dos bancos estaduais e mesmo a entrada dos bancos estrangeiros, considerando, ainda, o entendimento de que estes trariam consigo “maior solidez” ao sistema bancário-financeiro brasileiro. Contudo, a venda do banco Real para o grupo holandês ABN-Amro, em junho de 1998, traria fortes alterações nos discursos dos banqueiros brasileiros, como veremos mais adiante neste capítulo.

Nas direções seguintes, foi dada continuidade ao aumento da participação estrangeira na composição dos cargos de diretoria da entidade. Em 2000, dos oito bancos que compunham a diretoria da FEBRABAN, quatro eram bancos estrangeiros (ABN-Amro, Santander, HSBC e Citibank). A FEBRABAN passou a contar, ainda, com uma diretoria específica para assuntos relacionados aos bancos estrangeiros, o Comitê Executivo de Bancos Internacionais. Em 2005, pela primeira vez, um banco estrangeiro chegava à presidência da entidade: Fábio Colletti Barbosa era o representante do banco holandês ABN-Amro, que controlava o Real no cargo máximo da FEBRABAN <sup>439</sup>.

---

<sup>438</sup> MIRANDA, Elflay. Globalização Financeira e Associações de Bancos no Brasil: O Caso da FEBRABAN. In: *V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: mundo empresarial e a questão social*. Porto Alegre, 2006, p. 15. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03\\_ary.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf). Acesso em: 05/07/2011.

<sup>439</sup> Fábio Colletti Barbosa esteve na direção da entidade por dois mandatos consecutivos, porém, representando instituições diferentes. Isso se explica pelo fato de que, na época em que esteve na direção da FEBRABAN representando o banco Real, o ABN-Amro que controlava o Real foi vendido para o Santander. Assim, Colletti Barbosa passou a representar o Santander na presidência da entidade. “Um brasileiro assumirá o ABN-Amro no Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 01/08/1996.

### 3.4- Os bancos estrangeiros no Brasil

A primeira instituição estrangeira autorizada a operar no sistema bancário brasileiro por decreto presidencial logo após a edição da Exposição de Motivos 311 foi o banco holandês Coöperative Centrale Raiffeisen-Boerenleenbank, pertencente ao Rabobank International Holding BV (Rabobank Group). Tratava-se, na época, do segundo maior banco de crédito cooperativo do mundo e o 16º maior banco europeu e já se encontrava presente no Brasil há cinco anos, mantendo um escritório de representação em São Paulo <sup>440</sup>. Em 1995, foi criado um banco comercial, o Banco Rabobank International Brasil S/A que passaria a entrar em operação em janeiro do ano seguinte e, em 2000, atuaria também como banco múltiplo e como banco de investimentos. Em 2004, passou a operar também no setor do agronegócio, atualmente principal área de atuação deste banco no Brasil.

Também em 1995, o Banco Comercial S/A, do Uruguai, foi autorizado a constituir instituição financeira no Brasil. O banco uruguaio, com sede em Porto Alegre, passou a operar somente em 1996, iniciando suas atividades em 16 de maio de 1997, sob a forma de banco múltiplo, tendo como acionista controlador o Banco Comercial S/A, com sede em Montevideu. Recebeu operação para operar em quatro carteiras: comercial, câmbio, financeira e leasing. O banco surgiu com o objetivo de incrementar as relações comerciais entre os dois países, especialmente em relação ao comércio bilateral no âmbito do MERCOSUL.

Em janeiro de 1996, uma delegação de banqueiros britânicos <sup>441</sup> acompanhou o ministro da Fazenda do Reino Unido, Kenneth Claske, em sua visita ao Brasil para manifestar o interesse na aquisição do controle acionário de bancos brasileiros, além de oferecerem consultoria a empresas interessadas na participação dos processos de privatização, como era o caso, por exemplo, do HSBC <sup>442</sup>. O ministro britânico que antes

---

<sup>440</sup> O banco holandês ainda possuía uma antiga participação de 11% no capital do frigorífico Frangosul, equivalente a US\$ 10 milhões, resultado de conversão da dívida externa em investimento. “Rabobank quer dobrar sua carteira de crédito”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 16/01/1996.

<sup>441</sup> Faziam parte da comitiva os representantes das seguintes empresas: Thames Water International, ING Barings, Barclays, British Gas, Schroders, Lloyds Bank, Caspian Securites, Kleinwort Beson, Morgan Greenfel, Rotschild and Sons e National Power.

<sup>442</sup> Em reportagem do dia 22 de novembro de 1995, portanto antes da visita ao Brasil do ministro britânico e da comitiva de banqueiros que o acompanhava, o jornal *Gazeta Mercantil* publicou uma reportagem na qual destacava que dois diretores do HSBC, Andrew Quinn e Peter Heap, estiveram em Brasília percorrendo gabinetes ministeriais com o objetivo de mostrar ao governo brasileiro o interesse do grupo britânico em ganhar a licitação para comandar o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

do Brasil, visitou Paraguai, Chile e Argentina, esteve reunido com o presidente Fernando Henrique, e com os ministros José Serra (Planejamento), Luiz Carlos Bresser Pereira (Administração) e Luiz Felipe Lampreia (Relações Exteriores) e pediu maiores facilidades para bancos e companhias de seguros britânicas investirem no Brasil <sup>443</sup>. Neste mesmo ano, outras três instituições financeiras estrangeiras receberam autorização para operarem no Brasil, entre elas, grandes bancos internacionais, como o Republic National Bank of New York, na época, o 17º banco norte-americano em total de ativos. Os outros dois eram bancos europeus, o Banque Nationale de Paris (BNP-Paribas) e o Deutsche Sudamerikanische Bank (pertencente ao Dresdner Group).

O Republic National Bank of New York, 22º maior banco do mundo em termos de capital, recebeu autorização para a instalação de banco múltiplo, com carteira comercial, investimento, crédito imobiliário, financiamento e leasing <sup>444</sup>. Fundado em 1966 por Edmond Safra, o Republic National Bank é controlado pela holding NV Corporation. Edmond Safra era libanês e naturalizou-se brasileiro no início da década de 1950 e foi um dos fundadores do Safra, junto com os irmãos Joseph e Moise. Em 1956, mudou-se para a Suíça e, seis anos depois vendeu a sua parte no banco. Em 1966, fundou o Republic National Bank of New York que, em 1999, foi vendido para o HSBC. O banco estabeleceu filiais em Londres, Paris e Genebra, chegando a ter 88 agências espalhadas por todo o mundo, tornando-se o terceiro maior banco de Nova York, atrás apenas do Citigroup e do Chase Manhattan. Em 1988, fundou a Safra Republic Holding.

Outro importante banco estrangeiro a entrar no país naquele ano foi o francês Banque Nationale de Paris (BNP). O BNP <sup>445</sup> estava presente no Brasil desde 1950, quando inaugurou um escritório de representação em São Paulo. Em 1981, o BNP comprou 45% do capital do banco Cidade, um banco comercial, mantendo esta participação até 1995 <sup>446</sup>. No ano seguinte adquiriu o banco Commercial de São Paulo <sup>447</sup>,

---

Os diretores se encontraram com Pedro Malan, Clóvis Carvalho (ministro da Casa Civil), Luiz Carlos Mendonça de Barros (presidente do BNDES), André Calabi (secretário-executivo da Secretaria de Planejamento) e com José Roberto Mendonça de Barros (secretário de Política Econômica). Segundo Andrew Quinn, a Vale do Rio Doce era “a empresa brasileira de maior repercussão no mundo”. “Vale na mira do HSBC”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 1, 22/11/1995.

<sup>443</sup> “Empresas britânicas podem investir em bancos brasileiros”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-8, 11/01/1996.

<sup>444</sup> “Edmond Safra já tem seu banco”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 22/08/1996.

<sup>445</sup> Em 2000, foi criado o BNP-Paribas a partir da fusão do Banque Nationale de Paris (BNP), que ingressou no sistema financeiro brasileiro em 1996, com outro banco francês, o Paribas.

<sup>446</sup> O fim da associação com o banco brasileiro ocorreu por conta da decisão do BNP, privatizado em outubro de 1991, de não mais manter participações minoritárias em instituições financeiras no exterior. “O BNP já não é mais sócio do banco Cidade”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 15/06/1995.

que estava sob intervenção federal, além de receber autorização do Banco Central para constituir banco múltiplo e abrir até 10 agências <sup>448</sup>. A operação foi anunciada pelo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, durante a entrevista coletiva dada à imprensa que oficializou a venda do banco Econômico para o Excel. Em setembro de 1995, segunda a revista *The Banker*, o BNP era apontado como o quarto maior banco da França.

O terceiro grande banco internacional que passaria a ter operações no Brasil a partir de 1996 foi o Deutsche Südamerikanische Bank (DSB), pertencente ao Dresdner Group. O banco alemão adquiriu o banco Grande Rio, instituição financeira localizada no Rio de Janeiro e que entrou em liquidação extrajudicial em janeiro de 1991, ganhando a possibilidade de abrir até cinco agências <sup>449</sup>. O DSB atuava no comércio da América do Sul de exportação e importação, estando presente na Argentina, Peru, México e Uruguai.

O banco suíço-espanhol Socimer manifestou interesse na compra do Milbanco, instituição de pequeno porte de Minas Gerais, em sociedade com a Crefisul. A proposta de compra chegou a ser aprovada pela diretoria do Banco Central, mas o negócio não se concretizou por causa de divergência entre os próprios acionistas do Socimer. O banco mineiro acabaria sofrendo liquidação do Banco Central em 1998 <sup>450</sup>.

Também neste ano, o Banco de Galícia, o maior banco privado argentino, comprou 31,39% do capital votante e 23% do capital total do BCN no banco BCN Barclays <sup>451</sup>. O Conselho Monetário Nacional aprovou, ainda, a aquisição de duas instituições financeiras nacionais em liquidação por instituições estrangeiras: o Investcorp foi comprado pelo Crédit Suisse First Boston (CSFB) e a corretora do grupo Irmãos Guimarães pelo Deutsch Bank <sup>452</sup>.

---

<sup>447</sup> O banco Commercial de São Paulo era uma instituição de pequeno porte, que possuía apenas duas agências, e que serviu de entrada para um grande grupo financeiro internacional no Brasil. Este caso, como veremos, não seria o único.

<sup>448</sup> “O BNP compra banco paulista”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 18/04/1006.

<sup>449</sup> “Bancos entram no Brasil por atalho do BC”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 10/05/1996. “Banco alemão fará aporte de capital de R\$ 20 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 13/05/1996.

<sup>450</sup> HAJJ, Zaina Said El. Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real. 171 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade São Paulo, São Paulo, 2005, p. 68.

<sup>451</sup> “Galícia no lugar do BCN no Barclays” e “BCN vende ações do BCN Barclays”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1 e B-3, 20/12/1996.

<sup>452</sup> “Bancos do exterior ganham espaço”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 20/12/1996; “Operações de bancos externos”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 14/01/1997.

É importante destacar também a associação entre o banco Itaú e o norte-americano Bankers Trust of New York, um dos maiores bancos dos Estados Unidos, que deu origem ao Itaú Bankers Trust Banco de Investimento, atual Itauvest Banco de Investimento.

Ao final do ano de 1996, o jornal *Gazeta Mercantil* informava que os 24 bancos estrangeiros instalados no país totalizavam US\$ 36 bilhões em ativos (10% dos ativos bancários). Bancos como Sudameris, ABN-Amro e Fiat obtiveram ganhos superiores a 15% e, destes 24, apenas dois tiveram prejuízos: o Lloyds Bank e o banco Union de Venezuela <sup>453</sup>.

Em 1997, ocorreu a entrada de 12 novas instituições estrangeiras, entre bancos comerciais, de investimentos e financeiras, arrendamento mercantil, corretora e distribuidora. Desse total, cinco são provenientes dos Estados Unidos, duas são britânicas, três espanholas, uma portuguesa, uma alemã e uma sul-coreana. Segundo o diretor de Normas do BC, Alkimar Moura, era “de interesse nacional a ampliação da participação destes bancos no mercado financeiro doméstico para aumentar a competição” <sup>454</sup>.

O Korea Exchange Bank (KEB) conseguiu autorização para transformar o seu escritório de representação em banco múltiplo, com carteira comercial, de investimento e de câmbio <sup>455</sup>. Tendo apenas uma agência em São Paulo, o KEB atua no mercado formado por empresas multinacionais sul-coreanas e por empresas brasileiras que possuem relações comerciais com a Coreia do Sul. Havia pouco tempo que tinha sido privatizado e o governo sul-coreano ainda controlava 47,4% do banco quando da sua entrada no sistema financeiro brasileiro. Em 2010, era o quarto maior banco sul-coreano e o maior com participação no exterior. O banco norte-americano Morgan Stanley, um dos maiores bancos de investimentos do mundo, foi autorizado para constituir uma sociedade distribuidora de título e valores mobiliários. No ano 2000, a instituição recebe autorização para operar como banco múltiplo. Outra instituição autorizada para estabelecer uma sociedade distribuidora de título e valores mobiliários foi a espanhola

---

<sup>453</sup> “Bancos estrangeiros procuram ampliar os negócios no país”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-6, 27/11/1996.

<sup>454</sup> “CMN deve aprovar entrada de banco coreano no Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, 25/06/1997, p. B-1.

<sup>455</sup> Segundo declaração do diretor de Normas do Banco Central, Alkimar Moura, “há um potencial de investimentos coreanos muito grande no Brasil. Quando o presidente da Coreia esteve com FHC, mencionou a importância do Korea Exchange Bank estar aqui presente para atender os investimentos e fortalecer os laços de comércio entre os dois países”. “Santander e Korea Bank no Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 24/01/1997.

Capital Market Latin America, que também iria abrir uma corretora de câmbio. A norte-americana Hewlett-Packard Finance Company, subsidiária da HP, a segunda maior empresa fabricante de computadores do mundo e presente no Brasil desde 1967, constituiu uma sociedade de arrendamento mercantil. A Caterpillar Financial Services Corporation, braço financeiro da empresa multinacional norte-americana de fabricação de máquinas e veículos pesados voltados para a construção civil e mineração, também receberia autorização para constituir uma sociedade de arrendamento mercantil e uma financeira.

Neste ano de 1997, o presidente da ABBI, Bernard Menciaer, representante do banco CCF Brasil, veio a público criticar a limitação dos bancos estrangeiros para a abertura de novas agências. Enquanto os bancos de capital nacional poderiam abrir um número ilimitado de agências, desde que autorizados pelo BC, os bancos estrangeiros estavam limitados ao número de agências existentes em 1988 ou que já haviam sido autorizados a abrirem até aquele ano. Segundo Menciaer, “há bancos de capital estrangeiro instalados no Brasil há mais de 50 anos, apoiando o país ao longo desse tempo, e não gozam dos mesmos direitos que os bancos nacionais mais recentes”<sup>456</sup>. O presidente da ABBI citou, ainda, outra limitação que atingia indistintamente a todos os bancos brasileiros, que era a limitação em relação à atuação internacional, causada pelos controles cambiais. Menciaer pode ser considerado um líder empresarial atuante em favor dos bancos estrangeiros. Ao assumir a ABBI no final do ano de 1996, substituindo Henrique Meirelles, Menciaer criou diretorias regionais para representar bancos de quatro regiões: Europa, Ásia, América do Sul e América do Norte.

A despeito das críticas do presidente da ABBI, grandes bancos estrangeiros entraram no sistema financeiro nacional através da compra de participação acionária ou da aquisição de bancos brasileiros. A maioria destas instituições era de capital norte-americano.

O Swiss Bank Corporation (SBC), estabelecido no Brasil desde 1990, comprou o banco Omega, banco múltiplo com carteira comercial e de investimentos, além de possuir uma corretora de câmbio.

A instituição norte-americana American International Group (AIG) passou a ter operações no Brasil por meio de dois negócios. Primeiramente, estabeleceu uma associação com o Unibanco, formando o Unibanco AIG Seguros, que se tornou o

---

<sup>456</sup> “Banco externo queixa-se de barreira”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 28/01/1997.

principal acionista privado do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil)<sup>457</sup>. Depois, através da AIG Consumer Finance Group, subsidiária do American International Group, assumiu o controle acionário do banco Fenícia, comprando 51% do banco que pertencia à família Simeira Jacob, que continuou com os outros 49%<sup>458</sup>. O grupo Fenícia atuava em vários ramos, possuindo diversas empresas como as Lojas Arapuã, a Etti (fabricante de conservas e molhos), a construtora Lotus e a fábrica de chocolates Neugebauer. O empresário Jorge Simeira Jacob, fundador do banco, foi, junto com Roberto Konder Bornhausen, um dos fundadores do Instituto Liberal de São Paulo, em 1987 e o primeiro presidente da ABBC<sup>459</sup>.

O banco Merrill Lynch foi autorizado a constituir um banco múltiplo, e no ano seguinte, abriria uma corretora<sup>460</sup>.

Outra instituição de capital norte-americano que passou a atuar no país foi o Wachovia, que comprou o Banco Português Atlântico – Brasil<sup>461</sup>, banco privado nacional com controle estrangeiro, sendo uma subsidiária do Banco Português do Atlântico, com sede em Lisboa<sup>462</sup>.

O American Express Bank, braço bancário internacional do American Express Company, associou-se com o banco SRL, classificado como 75º no ranking dos bancos no Brasil, que passou a se chamar Banco Inter American Express<sup>463</sup>.

O Lloyds, tradicional instituição financeira inglesa, presente no Brasil desde o início do século XX<sup>464</sup> e que em 1996 possuía 11 agências no país, comprou o Banco

---

<sup>457</sup> O grupo AIG pagou cerca de R\$ 500 milhões para adquirir 49% do capital votante da Unibanco AIG Seguros.

<sup>458</sup> “AIG compra o controle acionário do Banco Fenícia”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 04/09/1997.

<sup>459</sup> A Associação Brasileira de Bancos Comerciais, (ABBC) fundada em São Paulo em 1983, caracteriza-se por congregar pequenos e médios bancos, em contraposição à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que defende os interesses das grandes instituições bancárias presentes no sistema financeiro brasileiro.

<sup>460</sup> “Merrill Lynch abre banco múltiplo no Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-8, 20/05/1997; “BC autoriza operações da Merrill Lynch”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 27/08/1997.

<sup>461</sup> “Banco Português do Atlântico anuncia venda do BPA”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 06/01/1997.

<sup>462</sup> Na realidade, o banco Português Atlântico – Brasil foi vendido para a WSH Holding, um joint-venture entre o norte-americano Wachovia International Capital Corp. e a Saenz Hofman International Ltd., companhia financeiro sediada no Brasil. “Wachovia compra banco no Brasil para operar no Mercosul”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 08/12/1997.

<sup>463</sup> “Dois bancos são negociados em um só dia”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 03/09/1997.

<sup>464</sup> O Lloyds TSB é um dos bancos estrangeiros que há mais tempo atuava na América Latina. A ligação com a região data de 1918, com a compra do London and River Plate Bank, posteriormente fundido com o London and Brazil Bank, que resultou no Bank of London and South America (BOLSA). Em 1971, o Lloyds comprou o controle do BOLSA e o fundiu com o Lloyds Bank Europe, formando o Lloyds and

Multiplic e a Losango, na época a maior financeira do Brasil, dos donos Antônio José Carneiro e Ronaldo Cesar Coelho, ex-deputado federal e um dos líderes do PSDB no Rio de Janeiro <sup>465</sup>. Os dois sócios brasileiros venderam os 50% que detinham no banco e na financeira ao Lloyds, que já detinha os outros 50%, em uma associação estabelecida na década de setenta <sup>466</sup>. Em 2003, o Lloyds é vendido ao HSBC e, por conseguinte, o HSBC ficaria com as operações do Multiplic e da Losango.

Em setembro de 1997, o Banco Espírito Santo, quinto maior banco de Portugal, associado ao grupo Monteiro Aranha <sup>467</sup> e ao francês Caisse Nationale de Crédit Agricole, compraram o banco Boavista, o 12º maior banco privado do Brasil à época, pertencente à família Paula Machado, e que contava com 70 agências, a maior parte no Rio de Janeiro <sup>468</sup>. O Boavista possuía, ainda, um total de 110 postos bancários e cerca de 240 mil clientes. A capitalização do banco pela família controladora ou sua venda era uma exigência do Banco Central. Assim, foi criado o banco Boavista Inter-Atlântico que, em 2000, teria o seu controle acionário comprado pelo Bradesco <sup>469</sup>. Na operação de venda do banco Boavista, o grupo português Espírito Santo ficou com uma participação de 34% do capital, o grupo Monteiro Aranha ficou com 32% e o francês Crédit Agricole, com 24% <sup>470</sup>.

---

Bolsa International Bank, cujo nome mudou para Lloyds Bank International em 1974 e foi fundido no Lloyds Bank em 1986.

<sup>465</sup> “Lloyds Bank dá ênfase no varejo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-7, 01/10/1997.

<sup>466</sup> “Lloyds Bank quer ampliar atuação na América Latina”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 21/03/1996.

<sup>467</sup> O grupo Monteiro Aranha, da família Monteiro de Carvalho, faz parte de um grupo empresarial associado as empresas do grupo Ultra, Klabin e Cisper. Fundada por Alberto Monteiro de Carvalho e Silva e Olavo Egydio de Sousa Aranha Júnior, o grupo tem sua origem em uma tradicional família do Rio de Janeiro, os Monteiro de Carvalho, sua fundadora, juntamente com outra tradicional família do sul e sudeste brasileiro: os Sousa Aranha. Em 1996, ocupava a 62ª posição entre os maiores grupos privados nacionais, segundo o *Balanço Anual* da *Gazeta Mercantil*. Em 1997, o grupo Monteiro Aranha vendeu 10% da participação nos seus negócios para o conglomerado português Espírito Santo, que já possuía 46,49% do banco Inter-Atlântico, também da família Monteiro de Carvalho. “Monteiro Aranha vende 10% a sócio português”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 18/04/1997 e “Grupo português terá parte no Monteiro Aranha”. In: *Gazeta Mercantil*, C-1, 18/04/1997.

<sup>468</sup> “Novos donos do Boavista”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 04/09/1997; “Boavista receberá R\$ 120 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 05/09/1997; “Por que o BC não interveio”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 08/09/1997; “Os planos do Espírito Santo para o Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 08/10/1997; “Boavista Inter-Atlântico quer crescer no varejo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 08/10/1997.

<sup>469</sup> O grupo Espírito Santo desenvolve atividades financeiras no Brasil desde 1976. O BES Investimento do Brasil S.A foi criado no em 2000 e é controlado pelo BES Investimento - Portugal (80%) e pelo banco Bradesco (20%).

<sup>470</sup> “Dois bancos são negociados em um só dia”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 03/09/1997.

O primeiro grande banco estrangeiro a operar no Brasil após a desregulamentação do setor bancário durante o governo FHC foi o inglês HSBC <sup>471</sup>, o maior banco do mundo à época, segundo a revista *The Banker* (Quadro 3.14) <sup>472</sup>. Em 1997, o banco britânico comprou o Bamerindus, com recursos do Proer, do qual já possuía uma participação acionária de 6,14%, participação herdada do banco Midland, que o HSBC também já havia comprado <sup>473</sup>. O grupo Bamerindus, em 1996, era classificado como o 12º maior grupo privado nacional <sup>474</sup>. Desde a estabilização monetária com o Plano Real e a consequente perda dos ganhos da inflação, o Bamerindus apresentava problemas de liquidez, tendo sofrido intervenção do Banco Central <sup>475</sup>.

A aquisição do Bamerindus pelo HSBC, viabilizada com o aporte de R\$ 5,7 bilhões de recursos do PROER <sup>476</sup>, significou uma das maiores mudanças no sistema

---

<sup>471</sup> O Hong-Kong and Shanghai Bank Corporation (HSBC) foi fundado em 1865 por um grupo de banqueiros na colônia britânica de Hong-Kong. Em 1992, ao comprar o banco Midland, o quarto maior banco britânico à época, o HSBC já havia se tornado uma instituição global, presente em dezenas de países. O grupo HSBC controla uma complexa rede de instituições bancárias, muitas delas operando com nomes diferentes e presente em diversas regiões do mundo, como Ásia, Reino Unido, Oriente Médio, América do Norte e América Latina. FREITAS, Maria Cristina Penido de. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: FREITAS, Maria Cristina Penido de (org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap: FAPESP; Brasília: IPEA, 1998, p. 118.

<sup>472</sup> Em 1995, a crise do setor financeiro do Japão transformou o mapa bancário mundial, tirando os bancos japoneses da liderança no ranking dos maiores bancos do mundo. Na tabela publicada pela revista britânica *The Banker*, a combinação de US\$ 17 bilhões de prejuízos e uma desvalorização de 19% do iene frente ao dólar empurraram os bancos japoneses para baixo e permitiram a ascensão dos bancos norte-americanos e, principalmente europeus, como era o caso do HSBC, que agora em 1995 liderava o ranking dos maiores bancos do mundo. No ano anterior, o HSBC era o banco não japonês mais forte, mas ficando apenas em sétimo lugar. No ano de 1995, pela primeira vez, um banco não japonês também apresentava o maior balanço patrimonial: o Deutsch Bank tinha ativos totais de US\$ 503 bilhões, seguido pelo Crédit Agricole of France, Union Bank of Switzerland e Citicorp, dos Estados Unidos. “O HSBC teve lucro líquido em 1996 de US\$ 4,6 bilhões”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 05/03/1997; “Queremos ser o maior banco do Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/03/1997; “HSBC é o maior banco do mundo em capital”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 10/09/1997; “HSBC mantém lugar de maior do mundo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 10/09/1997.

<sup>473</sup> A negociação entre o Bamerindus e o Midland Bank (adquirido integralmente em 1992 pelo HSBC) foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 25/10/1995 e envolveu um aporte de R\$ 61 milhões, o equivalente à 6,14% do patrimônio total do Bamerindus. “Bamerindus autorizado a se unir ao HSBC”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-6, 26/10/1995; “Paraná se mobiliza em favor do Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 08/11/1996.

<sup>474</sup> Em 1996, o grupo Bamerindus atuava nos setores de: finanças; seguros e previdência privada; madeira e móveis; celulose; carne e pecuária; serviços gerais. Faziam parte do grupo as seguintes empresas: Bamerindus do Brasil S.A.; Bamerindus Cia. de Seguros; Bamerindus S.A. Parts. Empresarial; Inpacel Ind. de Papel Arapoti S.A.; Atalaia Parts. S/C Ltda.; Bastec Tecnologia Serviços Ltda.; Mercosa Mercantil Cor Seguros S.A.; Itabira Agro Ind. S.A. *Balanço Anual*, *Gazeta Mercantil*, 1996, p. 91.

<sup>475</sup> Em 1995, por exemplo, o balanço do banco Bamerindus apresentava uma queda de lucro de 10,5%. “Bamerindus registra queda de 10,5% do lucro de 1995”. In: *Gazeta Mercantil*, p. C-4, 23/02/1996.

<sup>476</sup> “BC intervém e vende o grupo Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/03/1997.

bancário nacional nas últimas décadas, dando início, de maneira mais evidente, ao processo de desnacionalização do setor <sup>477</sup>.

A entrada do HSBC no sistema bancário brasileiro não era uma novidade. Na verdade, um dos alvos da EM 311 era justamente a operação envolvendo o HSBC e o Bamerindus <sup>478</sup>. Segundo reportagem da imprensa, desde dezembro de 1994 a operação vinha sendo alinhavada, contando, inclusive, com um encontro para tratar do assunto entre o presidente brasileiro e o presidente do grupo HSBC, William Porves, quando da visita de FHC à capital inglesa, nos primeiros meses de seu governo <sup>479</sup>.

O principal objetivo do banco britânico era o aumento de sua participação não apenas no Brasil, mas também na América Latina. Em janeiro de 1996, o grupo HSBC, por exemplo, tinha uma participação de 8,7% no banco O'Higgins, do Chile, e de 29,9% no banco Roberts, da Argentina, além da James Capel, uma subsidiária do Midland no México e que foi incorporado pelo HSBC quando passou a controlar integralmente o Midland em 1992 <sup>480</sup>.

Com a aquisição do Bamerindus, o HSBC tornou-se o maior banco estrangeiro do sistema financeiro brasileiro, tanto em volume de ativos quanto de extensão da rede bancária. Essa compra também merece destaque pela sua singularidade. Pela primeira vez no Brasil, a falência de uma grande instituição financeira nacional foi resolvida com a venda para um banco estrangeiro.

---

<sup>477</sup> Conforme matéria publica na Gazeta Mercantil: “A aquisição das operações do Bamerindus pelo HSBC significa uma das maiores mudanças do mercado financeiro nacional nas últimas décadas. Não seria errado dizer que a entrada do HSBC inaugura a internacionalização para valer do sistema financeiro brasileiro”. In: “Abertura chaga ao varejo bancário”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/03/1997.

<sup>478</sup> “Acelerada solução para Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 04/12/1996.

<sup>479</sup> “O Bamerindus poderá ter sócio externo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 1, 28/08/1995.

Logo após a expedição da Exposição de Motivos 311, Frank Lauson, representante no Brasil do HSBC admitiria que, “sem dúvida, a medida abre caminho para finalizarmos o investimento no Bamerindus”.

<sup>480</sup> No final da década de 1980, o HSBC adquiriu 15% das ações do Midland Bank, uma das mais tradicionais instituições bancárias da Inglaterra. Em 1992, o HSBC adquiriu a totalidade das ações do Midland. Com esta aquisição, o HSBC – que até então estava mais concentrado no mercado asiático – passou a deter ativos localizados em pontos importantes como o Marine Midland, uma subsidiária do Midland nos Estados Unidos, com o qual o grupo pode atuar no mercado de títulos norte-americanos, além de ampliar a presença na Europa e no Oriente Médio, por intermédio do The British Bank of the Middle East. “HSBC quer atuar no MERCOSUL”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 25/01/1996.

Quadro 3.14: Os dez maiores bancos do mundo por capital

Ranking	1991		1994		1996	
	Banco	País	Banco	País	Banco	País
1º	Sumitomo Bank	Japão	Sanwa Bank	Japão	HSBC Holdings	Reino Unido
2º	Daí-Ichi Kangyo	Japão	Daí-Ichi Kangyo	Japão	Tokyo- Mitsubishi	Japão
3º	Fuji Bank	Japão	Fuji Bank	Japão	Crédit Agricole	França
4º	Sanwa Bank	Japão	Sumitomo Bank	Japão	Chase Manhattan Corp.	EUA
5º	Crédit Agricole	França	Sakura Bank	Japão	Citicorp	EUA
6º	Sakura Bank	Japão	Mitsubishi Bank	Japão	Deutsche Bank	Alemanha
7º	U. B. Switzerland	Suíça	HSBC Holdings	Reino Unido	Bank America Corp.	EUA
8º	Mitsubishi Bank	Japão	Crédit Agricole	França	ABN-Amro Bank	Holanda
9º	J. P. Morgan	EUA	Citicorp	EUA	Sumitomo Bank	Japão
10º	Barclays Bank	Reino Unido	U. B. Switzerland	Suíça	U. B. Switzerland	Suíça

Fonte: FREITAS, Maria Cristina Penido de. Abertura do sistema... Op. cit., p. 109.

Ao final de novembro de 1996, o ministro da Fazenda, Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, tiveram um encontro com o diretor e principal executivo do Midland Bank, Keith Wilson, e outros executivos do HSBC para tratar da participação do HSBC na solução para a crise do Bamerindus<sup>481</sup>. Segundo reportagem do jornal *Gazeta Mercantil*, “o interesse do HSBC em comprar o Bamerindus seria bem-vindo pelo governo brasileiro”<sup>482</sup>.

Os principais pontos da venda do Bamerindus para o HSBC foram detalhados pelo presidente do Banco Central em um documento de dez páginas endereçado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Esse documento revelava que o HSBC pagou R\$ 380 milhões ao BC (que na verdade ficariam depositados e só seriam pagos de forma parcelada a partir do ano 2000) e, em troca, recebeu 1.241 agências, ativos superiores a R\$ 10 milhões e cerca de 2,8 milhões de correntistas<sup>483</sup>. No negócio, o HSBC ainda adquiriu a empresa de *leasing*, a distribuidora de títulos e valores imobiliários e uma participação de 60% no Bamerindus Seguros, considerada uma das

<sup>481</sup> “Acelerada solução para o Bamerindus: governo quer que o Hong-Kong and Shanghai Bank Corporation (HSBC) seja envolvido no esquema”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 04/12/1996.

<sup>482</sup> BC intervém e vende o grupo Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/03/1997.

<sup>483</sup> “HSBC pagará ágil em parcelas”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-11, 10/04/1997.

seguradoras mais rentáveis do país na época <sup>484</sup>. Em contrapartida, o HSBC recebeu do BC um total de R\$ 431,8 milhões para saldar dívidas trabalhistas e “reestruturar” o Bamerindus (fechamento e abertura de novas agências, compra de equipamentos e contratação de uma equipe de consultoria) <sup>485</sup>. Além disso, o BC concederia outras vantagens para o HSBC. Primeiramente, recuperou a parte insolvente do Bamerindus com recursos do PROER, no valor de R\$ 5,7 bilhões. Com isso, de instituição quebrada, o Bamerindus tornou-se um banco “novo”. E foi esse “novo” banco que o HSBC adquiriu. Ainda assim, o grupo financeiro britânico exigiu garantias do Banco Central de que não teria nenhum prejuízo caso algum rombo fosse eventualmente descoberto no Bamerindus. O BC, acatando as exigências do HSBC, obrigou o Bamerindus a comprar R\$ 1,27 bilhões em títulos da dívida externa brasileira. Os títulos ficariam à disposição do HSBC, como forma de garantia. Assim, caso o banco britânico se sentisse de alguma forma prejudicado, poderia vender os títulos como forma de ressarcimento <sup>486</sup>.

Na entrevista dos novos controladores do Bamerindus, ficaria clara a natureza do negócio: o executivo destacado para presidir o HSBC-Bamerindus, o banqueiro britânico Michael Geoghegan, não falava português e iniciou sua apresentação – feita em inglês – desculpando-se por desconhecer o idioma <sup>487</sup>.

A venda do Bamerindus gerou protestos, principalmente, por parte de seu antigo proprietário, o banqueiro e político José Eduardo Vieira de Andrade, um dos principais tesoureiros da campanha vitoriosa de Fernando Henrique, em 1994, à presidência da República <sup>488</sup>.

---

<sup>484</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Mundialização financeira e internacionalização do sistema bancário brasileiro. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas e CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: EdUFF, 2012, p. 167.

<sup>485</sup> “Um presente chamado Bamerindus”. In: *Veja*, abril/1997.

<sup>486</sup> “BC nega erro na venda do Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 26/08/1997.

<sup>487</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Mundialização financeira... Op. cit., p. 167.

<sup>488</sup> José Eduardo Vieira de Andrade foi senador pelo Paraná, ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (19 de outubro de 1992 a 23 de dezembro de 1993) e, cumulativamente, ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (01 de setembro de 1993 a 13 de outubro de 1993). Foi presidente nacional do PTB e um dos principais nomes da campanha de FHC à presidência, em 1994. Foi novamente ministro da Agricultura (de 01 de janeiro de 1995 a 2 de maio de 1996) no governo FHC, pouco antes do Bamerindus sofrer intervenção. PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. *Bancos e banqueiros, sociedade e política: o Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)*. 722 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006; “Propostas de Andrade Vieira para o trabalho”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995, p. 1; “Senadores questionam a venda do Bamerindus”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 29/08/1997.

Logo após a aquisição do Bamerindus o grupo inglês iniciou uma política de corte de empregos, levando centenas de bancários à demissão, além do fechamento de agências consideradas deficitárias <sup>489</sup>.

As operações internacionais do Bamerindus foram adquiridas pelo Itaú. Compreendiam um banco em Luxemburgo, com 12 funcionários, uma agência em Nova York e outra nas Ilhas Cayman <sup>490</sup>. O HSBC não se interessou pelo negócio, pois se tratava de uma instituição financeira já bastante internacionalizada. A compra permitiu ao Itaú triplicar seu tamanho em Luxemburgo, notório paraíso fiscal na Europa, possibilitando transformar a agência em um banco local, agregando todos os 12 funcionários do Bamerindus.

A intervenção no Bamerindus criou problemas no comando de duas importantes associações de classe da burguesia bancário-financeira do país. Dois representantes do banco paranaense, Maurício Schulman (presidente do Conselho de Administração do grupo Bamerindus), e José Elísio Ferraz de Campos (presidente da Bamerindus Seguros), ocupavam a presidência, respectivamente, da Federação Brasileira de Bancos e da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg). As duas associações, no entanto, adotaram soluções diferentes para o problema. A FEBRABAN, como vimos, logo após a intervenção do Banco Central, mudou imediatamente o seu comando, com Roberto Setúbal (banco Itaú), um dos vice-presidentes, assumindo a presidência <sup>491</sup>. A Fenaseg, por sua vez, manteve Ferraz de Campos na direção da entidade até o final do seu mandato, em julho de 1998, uma vez que já se encontrava afastado das funções executivas da Bamerindus Seguros, pois o estatuto da Fenaseg o obrigava a isso.

Como vimos anteriormente, o primeiro grande reflexo do processo de desnacionalização do sistema bancário brasileiro sobre a FEBRABAN ocorreu na gestão de Maurício Schulman, ligado ao Bamerindus. Antes de assumir a presidência da entidade, Schulman construiu uma trajetória profissional com estreita ligação com o poder público, tendo ocupado importantes cargos em empresas públicas federais e estaduais, especialmente no Paraná, nos setores industrial e financeiro. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maurício Schulman foi

---

<sup>489</sup> “HSBC quer romper acordo com sindicatos”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 24/11/1997; “HSBC fecha 53 agências no MS”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 19/01/1998.

<sup>490</sup> “Itaú compra Bamerindus da Europa”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 08/08/1997.

<sup>491</sup> “FEBRABAN terá um novo presidente”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 01/04/1997.

nomeado em 1961 para assumir o cargo de diretor de projetos e programa da primeira diretoria da Codepar (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), empresa que mais tarde daria origem ao Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP). Durante a ditadura militar, Schulman foi diretor da Eletrobrás (1967/1971), Secretário de Fazenda do Paraná (1971/1974), presidente do Banco Nacional de Habitação (1974-1979) e, em 1979, foi nomeado presidente da Eletrobrás. Foi membro dos conselhos de administração da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Light, da Empresa Elétrica do Estado do Paraná (COPEL) e da junta de administração da Agência Especial (FINAME). Foi membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Participou, ainda, do Conselho Diretor do Banco Interamericano de Poupança e Empréstimos (BIAPE), com sede na Venezuela, e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, foi assessor do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral de Roberto Campos e ocupou a vice-presidência da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ACEBIP). Em outubro de 1980, Maurício Schulman inicia a sua carreira no grupo Bamerindus, assumindo a Diretoria de Crédito Imobiliário do banco. Dois anos depois, assume a Diretoria Financeira da instituição paranaense. Em 1990, é convidado pelo banqueiro José Eduardo Andrade Vieira, que havia se licenciado para concorrer a uma vaga no Senado, a assumir a presidência do Conselho de Administração do grupo Bamerindus <sup>492</sup>.

No comando do Itaú, Roberto Setúbal, que desde 1994 ocupava o cargo de diretor-presidente e que em 1997 seria eleito líder empresarial pelo Fórum da Gazeta Mercantil, era também o responsável pela operação das subsidiárias do grupo financeiro, que incluíam o Itaú Argentina, Itaú Europa, Banco Francês e Brasileiro e Itaú Bankers Trust. O novo presidente da FEBRABAN mostrou-se, de início, favorável à entrada do HSBC no sistema financeiro brasileiro e que tal fato seria positivo, afirmando que a sua presença iria aumentar a competição entre os bancos brasileiros <sup>493</sup>.

Ao participar da abertura do III Congresso Internacional de Serviços Bancários (Ciab), Roberto Setúbal voltou a se posicionar de maneira favorável à entrada dos bancos

---

<sup>492</sup> BITTAR, Lorena Teixeira. Bamerindus – um crescimento de gente que faz. Entrevista com Maurício Schulman. In: *RAE Light*. Setembro/outubro de 1994, p. 31-32; MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira...* Op. cit., p. 87.

<sup>493</sup> Além da FEBRABAN, Roberto Setúbal, substituiu Maurício Schulman na presidência da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e na Associação dos Bancos do Estado de São Paulo (ASSOBESP). Nestas três instituições, Roberto Setúbal ocupava a vice-presidência. “Roberto Setúbal, presidente da FEBRABAN”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-6, 03/04/1997.

estrangeiros, afirmando que tal situação levaria a uma redução de preços dos produtos e serviços bancários. Na ocasião, o novo presidente da FEBRABAN entendia que o sistema financeiro já estava “em reestruturação há algum tempo” e que o ranking dos dez maiores bancos iria passar por grandes mudanças.

Além do HSBC, outro grande banco estrangeiro que ingressou no sistema financeiro brasileiro em 1997 foi o espanhol Santander <sup>494</sup>. Em 1957, o grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um acordo operacional com o banco Intercontinental do Brasil. A partir dos anos 90, o grupo Santander buscou estabelecer forte presença na América Latina <sup>495</sup>, particularmente no Brasil, conseguindo esta estratégia não apenas por meio da ampliação do número de agências, mas fundamentalmente por aquisições <sup>496</sup>.

A primeira aquisição do Santander no Brasil foi o Banco Geral do Comércio (BGC), um banco de varejo de médio porte, com 43 agências e que pertencia ao grupo Camargo Correia <sup>497</sup>. O Santander adquiriu 51% do capital votante e 50% do capital total da instituição, mudando seu nome para Banco Santander Brasil <sup>498</sup>. A compra foi intermediada diretamente por Ana Patrícia Botín, filha do controlador do Santander, Emílio Botín, que esteve no Brasil para fechar o acordo com a família Camargo Correia. O Santander era considerado, naquele ano pela revista *The Banker*, como o maior grupo financeiro espanhol e o 55º maior banco do mundo. A partir da aquisição do BGC, o

---

<sup>494</sup> O banco Santander iniciou sua história na cidade de mesmo nome, localizada na região da Cantábria, no norte da Espanha, em 1857. Ao longo dos anos veio firmando-se no mercado espanhol, mas foi depois da Guerra Civil Espanhola, ocorrida em meados da década de 1930, que se consagrou como banco de atuação nacional. A partir de então, o Santander passou a incorporar uma série de outros bancos em vários países. O grupo Santander foi formado pela fusão entre os bancos Santander e Central Hispano em 1999, dando origem ao banco Santander Central-Hispano, tornando-se o maior grupo financeiro da Espanha. Em 1982, foi instalado o primeiro escritório de representação do Santander no Brasil. Na América Latina, em 1998, o grupo espanhol controlava dez bancos comerciais e oito bancos de investimentos. Dentre as aquisições efetuadas na região, destacam-se o banco Río de la Plata (Argentina), o Osorno y Union (Chile), o Central Hispano (Porto Rico), o Banco Mexicano (México), o banco Comercial Antioqueño (Colômbia) e o banco da Venezuela, este adquirido em leilão de privatização realizado pelo governo venezuelano.

<sup>495</sup> Em 1996, o Santander passou a ser o maior banco do Chile, por exemplo. “Santander passa a ser o maior banco do Chile”. In: *Gazeta Mercantil*, p. C-4, 15/04/1996.

<sup>496</sup> “Santander aposta no potencial do Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 20/03/1997. Segundo Emílio Botín, controlador do Santander, “o Brasil é a pedra angular da América Latina”. “Com fúria de touro”. In: *Balanço Anual*, *Gazeta Mercantil*, 1998, p. 359.

<sup>497</sup> O Banco Geral do Comércio (BGC) foi fundado em 1942 e foi adquirido pela Camargo Correia em 1964. O grupo Camargo Correia ainda controlava o Banco de Investimento Industrial (Investbanco). CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964/1985*. 539 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 100.

<sup>498</sup> “Santander entra no varejo brasileiro”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-8, 10/03/1997.

banco espanhol ampliou os seus negócios na América Latina, especialmente após uma série de aquisições na região. Entre os negócios do grupo espanhol na América Latina estavam as compras do InverMexico, quarto maior grupo financeiro mexicano, e de 94% das ações do Banco de Venezuela, além da aquisição de 55% do colombiano Bancoquia e da fusão, no Chile, do Banco Santander do Chile com o Osorno y La Unión. Em maio de 1997, o banco Río de la Plata, controlado pelo grupo argentino Pérez Companc, passou a ter 35% do capital total e 51% do capital votante sob o controle do Santander. A fusão do Río de la Plata com o Santander da Argentina criou o maior grupo bancário da Argentina<sup>499</sup>. Além dos países citados, o Santander também realizava operações no Peru e no Uruguai.

Depois da aquisição do BGC pelo Santander, a participação dos bancos estrangeiros no mercado financeiro nacional cresceu 75%, de 9,5% antes da implantação do Plano Real para 16,6% em junho de 1997, contra um aumento de 20% na Argentina, Chile e EUA<sup>500</sup>.

No mesmo ano, o banco espanhol adquiriu o banco Noroeste. Fundado em 1923, o Noroeste era um banco de médio porte (controlava cerca de 1% do mercado bancário brasileiro e tinha uma rede de 91 agências) e que pertencia às famílias Simonsen e Cochrane. O Noroeste fez parte de um conglomerado que incluía: a Panair (companhia aérea), a Comal (maior exportadora de café do Brasil), a extinta TV Excelsior, entre outras empresas<sup>501</sup>. A aquisição do Noroeste, que passaria a se chamar Santander Noroeste, não contou com nenhum investimento direto da matriz espanhola, uma vez que a compra foi realizada pelo Banco Geral do Comércio, cujo controle havia sido adquirido, meses antes, pelo grupo espanhol<sup>502</sup>.

Mediante a compra destas duas instituições, o Santander passou a ter a segunda maior rede bancária do país entre os bancos estrangeiros (365 entre agências e postos de atendimento bancário), ficando atrás apenas do HSBC-Bamerindus (com 1.842 entre agências e postos de atendimento bancário), deslocando para terceiro o Sudameris. Com

---

<sup>499</sup> “Santander compra o Río”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 28/05/1997; “Grandes bancos internacionais disputam a América Latina”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 02/06/1997.

<sup>500</sup> “Rentabilidade acima de 15%”. In: *Balanço Anual*, *Gazeta Mercantil*, 1997, p. 363.

<sup>501</sup> “Santander fecha compra do Noroeste”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 15/08/1997; “Noroeste tem R\$ 6 bilhões em ativos”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 15/08/1997; “Estratégia é crescer fora da Europa”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 15/08/1997.

<sup>502</sup> “Santander não trará capital externo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 18/08/1997.

essa aquisição, o Santander passou a ocupar a 7ª posição no ranking dos maiores bancos do país <sup>503</sup>.

Outro importante banco que ingressou, em 1997, no sistema financeiro brasileiro foi o Nations Bank <sup>504</sup>. O banco norte-americano, atuando desde 1996 no Brasil através de um escritório de representação, adquiriu o banco Liberal <sup>505</sup>, do Rio de Janeiro. O Liberal foi a primeira aquisição do Nations no exterior <sup>506</sup>. A aquisição do Liberal pelo Nations foi feita por meio de três operações. Primeiro, o Nations comprou 51% do capital do Liberal. Em seguida, em uma operação realizada no exterior, o Nations absorve o Bank of America e, com isso, passou a deter o controle do Liberal, aonde tinha o Bank of America uma participação, ficando com o controle de 70% e do Milbanco, de São Paulo. Em 2001, a aquisição integral dos 30% restantes.

O Nations participou intensamente do processo de privatizações no Brasil. Primeiro, ofereceu um empréstimo do porte de 335 milhões de dólares, refinanciando em seguida por um prazo de sete anos, para que a AES, uma das maiores empresas americanas de energia, participasse do consórcio vencedor da privatização da Light. Em seguida, liderou junto com o JP Morgan, a operação de capitalização de 600 milhões de dólares feitos pela CSN no mercado externo. Depois, financiou a compra da Vale do Rio Doce pela CSN, oferecendo um financiamento de US\$ 1,2 bilhões e montando também um fundo de US\$ 375 milhões para reforçar a proposta da CSN. O fundo foi formado com capital próprio do Nations e recursos de investidores internacionais interessados na empresa, entre eles o do investidor George Soros. Além disso, o Nations também foi o banco-consultor para o consórcio vencedor da privatização da Cia. Paulista de Força e Luz, a CPFL, formado pelos grupos Bradesco, Votorantim e Camargo Correa.

O também norte-americano Mellon Bank, ao comprar uma participação de 40%, obteve o controle majoritário do banco Brascan, controlado pelo grupo canadense Edper Brascan <sup>507</sup>. É interessante, neste caso específico, que se trata de uma aquisição de um

---

<sup>503</sup> “Santander fecha compra do Noroeste”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 15/08/1997.

<sup>504</sup> “Mais cinco bancos estrangeiros vão atuar no país”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 13/11/1997; “Nations e Swiss Bank enfim no Brasil”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 13/11/1997; “Nations Bank adquire 51% do Liberal”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/01/1998; “Participação estrangeira tende a crescer em 1998”. In: *Gazeta Mercantil*, B-1, 27/01/1998.

<sup>505</sup> O Liberal, sediado no Rio de Janeiro, foi fundado em 1989 pelo italiano Aldo Floris. Em 1992, Antônio Carlos Lemgruber (presidente do Banco Central durante o governo Sarney, entre março e agosto de 1985), adquire o controle de 17% do capital.

<sup>506</sup> “Liberal é a primeira compra do Nations fora dos EUA”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 27/01/1998.

<sup>507</sup> “O Mellon compra o Banco Brascan”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 31/10/1997.

banco controlado por um grupo estrangeiro por outro grupo internacional o que não representa, diretamente, uma aquisição de desnacionalização.

No ano de 1998, o capital estrangeiro, considerando apenas o capital votante, fazia-se presente em 236 instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, incluindo 71 bancos múltiplos, 45 leasings, 45 distribuidoras e 36 corretoras, o que representava 29,02% das instituições do sistema financeiro. Destas 236 instituições financeiras, 155 contavam com participação estrangeira superior a 50% de seu capital votante, ou seja, de acordo com a classificação do Banco Central, eram considerados bancos privados nacionais com controle estrangeiro. Embora o número total de instituições do SFN estivesse diminuindo ao longo do tempo, pode-se perceber que a quantidade de instituições com controle estrangeiro aumentou de 87 para 155 entre 1988 e 1998. Contudo, este aumento está concentrado no período de 1994 a 1998 <sup>508</sup>.

Do ponto de vista do atendimento bancário prestado pelas instituições com controle estrangeiro, verifica-se que elas possuíam 247 agências em 1988 e fecharam o ano de 98 com 2.395 agências, um crescimento de quase dez vezes o número anterior (Tabela 3.15). Dentre estes bancos, o HSBC Bamerindus era o que detinha a maior rede de agências bancárias, com 993. Em segundo lugar, estava o Sudameris que, após a compra do banco América do Sul, possuiria 242 agências. Logo após, ficava o grupo Meridional - Bozzano, Simonsen, com 226 agências, seguido do Bilbao Vizcaya, com 224, do grupo Santander, com 194, do Bandeirantes, com 185 e do ABN-Amro, com 83.

*Tabela 3.15: Quantidade de agências de bancos com controle estrangeiro (1988/1998)*

Data	Bancos estrangeiros	Total do sistema (*)	% de participação
1988	247	16.228	1,52
1993	384	17.972	2,14
1994	378	17.400	2,01
1995	360	17.181	2,02
1996	403	16.583	2,42
1997	1.610	16.255	9,83
1998	2.395	16.002	14,91

(\*) - Os números relativos ao total de agências do Sistema Financeiro foram retificados, em 15.09.99, em face de ajustes na base de dados.

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

<sup>508</sup> BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

Com relação à procedência do capital estrangeiro (Tabela 3.16), pode-se assinalar a predominância do capital norte-americano, que detinha três filiais estrangeiras, treze bancos múltiplos e um banco de investimento e que, juntos, controlavam 18 instituições: sete leasings, duas companhias hipotecárias, quatro distribuidoras e cinco corretoras. Além disso, existiam sete instituições não bancárias controladas pelo capital norte-americano, somando, no total, 42 instituições, o que perfazia 26,58% das instituições sob controle estrangeiro no país.

Logo após vinha o capital espanhol, que detinha duas filiais estrangeiras, três bancos múltiplos, controlando treze empresas ligadas e duas instituições não ligadas a grupo bancário, ou seja, um total de 20. A seguir, vinha o capital alemão, que possuía uma filial estrangeira e cinco bancos, e o capital inglês com uma filial, três bancos múltiplos controlando duas corretoras, uma distribuidora, duas sociedades de arrendamento mercantil e duas distribuidoras independentes (cada um com total de 11). Cabe mencionar, ainda, a participação de capitais holandeses e franceses, com dez e oito instituições controladas, respectivamente, além da presença de capital suíço.

*Tabela 3.16: Grupos estrangeiros no sistema financeiro nacional (filiais e controle)*

Posição 31.12.1998

Instituição	País	BM	FIL	BC	BI	CTVM	DTVM	SAM	CH	Total
ABN-Amro (1)	Holanda	02	-	-	-	-	01	01	-	04
ABC Brasil (Arab Banking)	Bahrain	01	-	-	-	01	-	-	-	02
AGF Braseg (Grupo Allianz)	Alemanha	01	-	-	-	-	-	01	-	02
American Express	EUA	01	-	-	-	-	-	01	-	02
Bandeirantes (Caixa Geral)	Portugal	01	-	-	01	02	02	01	-	07
BankBoston	EUA	01	01	-	-	-	01	01	01	05
Bilbao Vizcaya	Espanha	01	-	-	01	01	01	01	-	05
BNL do Brasil	Itália	01	-	-	-	-	01	-	-	02
BNP Brasil	França	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Bozano, Simonsen (2)	Cayman	02	-	-	-	02	01	02	-	07
Brascan (Brascan/Mellon)	EUA	01	-	-	-	01	-	-	-	02
CCF Brasil	França	01	-	-	-	01	-	01	-	03
Chase Manhattan	EUA	01	-	-	-	-	01	02	-	04
Citibank	EUA	01	01	-	-	01	01	01	01	06
Comercial do Uruguay	Uruguai	01	-	-	-	-	-	-	-	01

Credit Suisse Frist Boston Garantia	Suíça	01	-	-	01	01	01	-	-	04
Daimler-Benz	Alemanha	01	-	-	-	-	-	01	-	02
Deutsche Bank	Alemanha	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Dresdner Bank Lateinamerika	Alemanha	01	01	-	-	01	-	-	-	03
Fiat	Itália	01	-	-	-	-	-	01	-	02
Fleming-Graphus	Inglaterra	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Ford	EUA	01	-	-	-	-	-	01	-	02
General Motors	EUA	01	-	-	-	-	-	01	-	02
HSBC Bamerindus	Inglaterra	01	-	-	-	01	01	01	-	04
Itaú Bankers Trust	EUA	-	-	-	01	01	02	-	-	04
JP Morgan	EUA	01	01	-	-	01	-	-	-	03
KEB do Brasil	Coréia do Sul	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Liberal (Nations Bank)	EUA	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Lloyds	Inglaterra	01	01	-	-	-	-	01	-	02
Merril Lynch	EUA	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Multibanco (Bank of America)	EUA	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Republic National Bank of New York	EUA	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Santander (3)	Espanha	02	01	-	-	02	02	03	-	10
Sogeral (4)	França	01	-	-	-	01	-	01	-	03
Sudameris Brasil (5)	Itália	02	-	-	01	02	01	02	-	08
Sumitomo Brasileiro	Japão	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Tokyo-Mitsubishi Brasil	Japão	01	-	-	-	-	01	01	-	03
Volkswagen	Alemanha	01	-	-	-	-	-	01	-	02
Wachovia	EUA	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Warburg Dillon Read	Suíça	01	-	-	-	01	-	-	-	02
Beal	Bélgica	-	01	-	-	-	01	-	-	02
Centro Hispano Banco	Espanha	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Exterior de España	Espanha	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Financial Português	Portugal	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Francês Uruguay	Uruguai	-	01	-	-	-	-	-	-	01
ING Bank N.V.	Holanda	-	01	-	-	02	01	-	-	04
Nación Argentina	Argentina	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Província de Buenos Aires	Argentina	-	01	-	-	-	-	-	-	01
República Oriental Uruguay	Uruguai	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Unión	Venezuela	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Rabobank	Holanda	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Transbanco BI (Volvo)	Suécia	-	-	-	01	-	01	-	-	02

Sub-Total	-	43	16	01	06	26	20	26	02	143
BBA-Capital DTVM	Áustria	-	-	-	-	-	01	-	-	01
BBG DTVM (Barclays Bank)	Inglaterra	-	-	-	-	-	01	-	-	01
BES – Boavista Espírito Santo DTVM	Portugal	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Caterpillar Finacial	EUA	-	-	-	-	-	-	01	-	01
CM Capital Markets	Espanha	-	-	-	-	01	01	-	-	02
Credit Agricole Indossuez DTVM	Holanda	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Eurolease AM (Brascan/Eurocredit)	Canadá	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Hewlett Packard AM	EUA	-	-	-	-	-	-	01	-	01
IBM Brasil Leasing AM	EUA	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Japan Leasing do Brasil	Japão	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Morgan Stanley Dean Witter DTVM	EUA	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Souza Cruz DTVM	Inglaterra	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Sub-total		-	-	-	-	01	07	05	-	15
Total Geral		43	16	01	06	27	27	31	02	158

Legenda: BM- banco múltiplo; FIL- filial; BC- banco comercial; BI- banco de investimento; CTVM- corretora de títulos e valores mobiliários; DTVM- distribuidora de títulos e valores mobiliários; SAM- sociedade de arrendamento mercantil (leasing); CH- companhia hipotecária.

- (1) - Inclui o Banco Bandepe e controlada - Transferência de controle ocorrida em 30.11.98
- (2) - Inclui o Banco Meridional - As duas instituições são controladas pelo Gr. Goldener Inc. com sede em Grand Cayman, cujo controlador final é brasileiro.
- (3) - Inclui o Banco Noroeste e controladas - Transferência de controle ocorrida em 30.03.98
- (4) - Controle estrangeiro exercido por acordo de acionistas
- (5) - Inclui o Banco America do Sul e controladas - Transferência de controle ocorrida em 30.07.98

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

Além da extensão da rede bancária, a presença do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional também pode ser observada pela participação das instituições controladas pelo capital estrangeiro em análise comparativa a todo grupamento de bancos.

Em 1988, existiam 26 bancos com controle estrangeiro. Ao final de 1998, este número era de 60 bancos. A Tabela 3.17 apresenta a participação estrangeira na área

bancária, e indicava que os bancos com controle estrangeiro detinham 8,35% dos ativos em 1993 e alcançaram 14,15% ao final de 1998. Ao passo que os 26 bancos existentes em 1988 eram responsáveis apenas por 5,8% das operações ativas totais.

Por outro lado, a amostra composta pelos três maiores bancos com controle estrangeiro era detentora de 57,06% do total dos ativos do grupamento em 1988, mas ao final de 1998, este percentual reduziu-se para 27,57%. Igual tendência é verificada quando se compara a amostra composta pelos 10 maiores (de 93,17% para 61,13%) e dos 20 maiores (de 99,62% para 83,73%). Isso se explica, em parte, pelo acréscimo no número de instituições, mas também pela entrada de grupos econômicos maiores. (Tabela 3.18)

Cabe lembrar, ainda, que o capital estrangeiro se faz presente no sistema financeiro brasileiro de forma mais acentuada na medida em que além de bancos múltiplos e bancos comerciais, ele participa, em diversos níveis, de um significativo número de instituições financeiras, como bancos de investimentos, sociedades de arrendamento mercantil, corretoras, distribuidoras e companhias hipotecárias.

*Tabela 3.17: Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária*

Instituição	1993	1994	1995	1996	1997	1998 (*)
Bancos com Controle Estrangeiro	8,35	7,16	8,39	9,79	12,82	18,38
Bancos Privados	40,67	41,21	39,16	39,00	36,76	35,29
Bancos Públicos (+ Caixa Estadual)	13,41	18,17	21,90	21,92	19,06	11,37
Caixa Econômica Federal	13,41	14,98	16,40	16,47	16,57	17,02
Banco do Brasil	22,93	18,28	13,91	12,52	14,42	17,44
Cooperativas de Crédito	0,13	0,20	0,24	0,30	0,37	0,50

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

(\*) Dados atualizados com base nos balanços de dezembro/1998 consolidados até 14/07/1999

*Tabela 3.18: Bancos com controle estrangeiro: participação percentual nos ativos totais do grupo*

Grupo de instituições	1988	1994	1998
3 maiores instituições	57,06	36,86	27,57
10 maiores instituições	93,17	74,95	61,13
20 maiores instituições	99,62	92,21	83,73
Total de bancos estrangeiros ou com controle estrangeiro	100	100	100

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

Em 1998, a Mercedes-Benz do Brasil conseguiu autorização para operar como banco múltiplo, assim como a Toyota Motors Corporation, que obteve ainda a autorização para instalação de até 10 agências e uma sociedade de arrendamento mercantil. Outro importante grupo do setor automobilístico foi o PSA Peugeot-Citröen, que também conseguiria uma autorização para a constituição de banco múltiplo e de uma sociedade de arrendamento mercantil, assim como a New Holland, fabricante de implementos voltados para a área agrícola<sup>509</sup> e sediada em Amsterdã<sup>510</sup>.

Outra importante aquisição por uma instituição estrangeira foi a compra do banco Garantia pelo Crédit Suisse First Boston<sup>511</sup>. O Garantia foi fundado por Jorge Paulo Lemann, atualmente um dos principais acionistas da AmBev, resultado da compra da Budweiser pela InBev, formando a maior cervejaria do mundo. Jorge Paulo Lemann também é dono das Lojas Americanas, da rede de fast food Burger King, da América Latina Logística (ALL), a maior empresa de logística da América Latina, dos sites de compras Submarino e Americanas.com, além de várias ferrovias nos EUA, sendo considerado dono de umas das maiores fortunas do país. Em 2006, completando seu processo de entrada no sistema financeiro brasileiro, o banco Crédit Suisse First Boston (CSFB) adquire o controle acionário do Heding-Griffo, banco de negócios e gestão de São Paulo, de capital fechado, com 76 acionistas, quatro deles majoritários.

<sup>509</sup> “CMN decide sobre banco múltiplo da New Holland”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 26/06/1998.

<sup>510</sup> A New Holland é líder mundial na produção de tratores e, desde 1991, a multinacional pertence ao grupo Fiat.

<sup>511</sup> “Garantia é, enfim, do Crédit Suisse”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 10/06/1998.

Também naquele ano, o Robert Fleming compra 100% do banco Graphus e de sua subsidiária, a corretora Graphus. Em 1989, o Graphus passou a atuar como banco de investimentos e desempenhou importante papel nas privatizações da década de 1990.

A General Electric Capital Service, através da GE Money, realizou a aquisição de 100% do capital do banco Mappin e de 60% da financeira Mesbla, ambas as empresas controladas por Ricardo Mansur<sup>512</sup>. Mansur começou a fazer dinheiro em 1966, quando montou uma papelaria com a ajuda do pai. Depois, comprou os laticínios Vigor e Leco, a fábrica de conservas Peixe, conseguiu a franquia no Brasil da Pizza Hut, revendida depois para a própria franqueadora, a Pepsi, com lucro de 14 milhões de dólares. Seu banco, o Crefisul, foi liquidado em março pelo Banco Central.

Em 1998, o banco Bandeirantes, que havia incorporado o banco Banorte através do PROER<sup>513</sup>, teve o seu controle vendido para o banco estatal português Caixa Geral de Depósitos (CGD), que adquiriu 79,27% do capital votante do Bandeirantes e que, além do banco, contava com outras 19 empresas financeiras, como a seguradora e a leasing<sup>514</sup>. A Caixa Geral de Depósitos, o maior banco de Portugal, apresentava também o maior grau de internacionalização entre os bancos portugueses, com uma rede internacional composta por bancos, sucursais e escritórios de representação.

O banco Bandeirantes era a 16ª maior instituição financeira privada do Brasil quando foi vendido ao capital estrangeiro, com uma rede de 173 agências e cerca de 100.000 clientes. Sediado em São Paulo, o Bandeirantes foi uma instituição financeira que surgiu com a cisão, em 1971, do Banco da Lavoura de MG, fundado em 1925 por Clemente Soares Faria. Do Banco da Lavoura surgiram dois bancos: o Bandeirantes do Comércio (que ainda nos anos setenta passou a denominar-se apenas banco Bandeirantes) e o Banco Real, que seria vendido ao ABN- Amro no mesmo ano em que o Bandeirantes foi vendido para a Caixa Geral de Depósitos. Mais tarde, por sua vez, o Bandeirantes voltaria a ser vendido, desta vez para o Unibanco. O seu antigo dono, Gilberto de Andrade Faria, padrao de Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais e atualmente senador, e irmão de Aloysio de Andrade Faria, antigo dono do banco Real, além de banqueiro, exerceu dois mandatos como deputado federal por Minas Gerais, entre 1963 e 1971. Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1948, com a

---

<sup>512</sup> “GE compra Banco Mappin”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 20/02/1998.

<sup>513</sup> “Agências do Banorte têm dia calmo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 28/05/1996; “Bandeirantes demite hoje 380 do Banorte”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 05/07/1996.

<sup>514</sup> “Caixa Geral vai comprar Bandeirantes”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 06/01/1998.

morte do pai, Clemente Soares Faria, tornou-se diretor-presidente do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Entre 1971 e 1998, foi presidente do Banco Bandeirante. Foi ainda presidente da Inconfidência Cia. Nacional de Seguros Gerais, do conselho de administração da Minas Máquinas S/A, da Rede Alvorada de Comunicações e da Bamaq S.A. – Bandeirantes Máquinas e Equipamentos. Presidiu ainda a Cia. Mineira de Investimentos, o Consórcio Brasileiro de Administração e Engenharia e a Associação de Bancos de MG.

Em junho de 1998, o ABN-Amro Bank adquiriu 40% do capital votante (ações ordinárias) e 70% do capital total (ações preferenciais) da holding Real S/A. Em novembro do mesmo ano, o Conselho Monetário Nacional aprovou a venda da totalidade das ações ordinárias para o ABN-Amro. A aquisição incluía o Banco Real S/A, a Companhia Real de Crédito Imobiliário e a Companhia Real de Valores – DTVM, em um total de dez áreas de negócios. Com esta aquisição, o grupo bancário holandês consolidava a sua presença na América Latina <sup>515</sup>.

A venda do Banco Real – o quarto maior banco do país à época – para o holandês ABN-Amro Bank por US\$ 2 bilhões, anunciada um dia após a vitória do Brasil sobre a Holanda na semifinal da Copa do Mundo da França, indicava uma particularidade: pela primeira vez, um grande banco nacional, em excelentes condições financeiras, foi adquirido por um gigante estrangeiro (o ABN-Amro Bank era o oitavo maior banco do mundo, presente em 71 países, sendo o maior banco estrangeiro a operar nos EUA) <sup>516</sup>. O ABN-Amro que, antes da aquisição do banco Real possuía uma rede de apenas 42 agências, tornou-se, então, o maior banco estrangeiro do sistema financeiro e o terceiro maior banco privado do Brasil, controlando 1.900 agências e postos bancários, com 3,9 milhões de conta-correntes e um total de 13,1 milhões de clientes, incluindo os clientes da financeira Aymoré, uma das maiores do mercado, especializada no financiamento de veículos <sup>517</sup>.

---

<sup>515</sup> Em meados de 1995, o grupo ABN-Amro recebeu uma licença para atuar no sistema bancário da Venezuela, onde até então, possuía apenas um escritório de representação. Na mesma ocasião, os holandeses anunciaram a aquisição de seis agências em Buenos Aires, que pertenciam ao Banco de Tokyo. Com a aquisição, o ABN-Amro passava a ter 14 agências na Argentina. “ABN-Amro da Holanda amplia a sua presença na Argentina e na Venezuela”. In: *Gazeta Mercantil*, 06/06/1995, p. 18.

<sup>516</sup> O ABN-Amro se instalou no Brasil em 1917, com o antigo nome de Banco Holandês Unido, e cresceu no país na área de crédito ao consumidor a partir da ligação com a financeira Aymoré. “Crescimento das operações de crédito dá ao ABN-Amro primeiro ganho desde 90”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 29, 17/03/1995.

<sup>517</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Mundialização financeira...* Op. cit., p. 168; “Novos alvos do ABN-Amro”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 24/05/1995.

O interesse do ABN-Amro em ampliar a sua participação no Brasil era antiga. Em 1995, o presidente da instituição financeira holandesa expressava o desejo de aquisição de um grande banco nacional <sup>518</sup>.

A operação de venda do Real para um banco estrangeiro gerou grande insatisfação por parte dos banqueiros brasileiros. Hugo Dantas Pereira, vice-presidente da FEBRABAN, cobrou do governo um posicionamento claro sobre o que se pretendia com a reestruturação do sistema financeiro brasileiro. Roberto Setúbal, presidente da FEBRABAN e do Banco Itaú, criticou duramente o negócio. Em nome da entidade de classe, sugeriu que deveriam ser discutidos limites para a entrada de bancos estrangeiros no país. Em nome do grupo Itaú, acusou o banqueiro Aloysio Faria, antigo dono do Real, de não ter dado oportunidade de oferta para os bancos nacionais para a compra do Real. Logo após as críticas de Setúbal, outro grande banqueiro brasileiro, Lázaro de Mello Brandão, presidente do Bradesco, endossou as críticas à operação de venda do Real, que classificou como “pouco transparente”, acusando o governo e, principalmente, o Banco Central de favorecimento ao capital estrangeiro <sup>519</sup>.

Pouco depois, em novembro de 1998, o ABN-Amro compraria 99,7% das ações do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), o que indicava, novamente, outra particularidade: pela primeira vez, um banco estrangeiro participaria do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), criado com o objetivo de privatizar os bancos públicos estaduais.

O América do Sul, fundado por imigrantes japoneses em 1940 e classificado, em 1998, como o 71º maior grupo privado nacional pelo *Balanço Anual* da Gazeta Mercantil, teve o seu controle acionário comprado pelo banco Sudameris, passando a deter, em um primeiro momento, 51% e, posteriormente, 90% de seu capital <sup>520</sup>. Com isso, o Sudameris recuperou do Santander a segunda colocação entre os maiores bancos estrangeiros do sistema financeiro brasileiro.

O banco Sudameris surgiu da fusão entre dois bancos europeus - o italiano Banca Commerciale Italiana e o francês Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud,

---

<sup>518</sup> “Se houver uma boa possibilidade de negócio, que traga algum valor agregado, estaremos interessados”, afirmou Rolf Piet Eemsing à época. “ABN-Amro quer atuar no varejo”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-6, 08/12/1995.

<sup>519</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Mundialização financeira...* Op. cit., p. 168.

<sup>520</sup> O América do Sul era um banco que possuía importante participação estrangeira em sua composição acionária. O japonês The Fuji Bank possuía 18,26% do capital da instituição vendida para o Sudameris.

que se uniram, em 1910, para formar o Banco Francês Italiano para a América do Sul <sup>521</sup>. Suas primeiras agências no Brasil foram abertas no interior do Estado de São Paulo e ofereciam crédito à cafeicultura, o setor mais dinâmico da economia na época. Assim, na década de 1930, tornou-se o banco estrangeiro com a maior rede de agências no Brasil. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, um decreto do governo brasileiro, que liquidava todos os bancos ligados à Alemanha e à Itália, obrigou o Sudameris a fechar suas portas. Três anos mais tarde, com o fim da guerra, o banco foi autorizado a retornar suas atividades no país e passou a operar sob a razão social de Banco Federal Brasileiro. Mais tarde, em 1978, após uma alteração na composição acionária do Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, teve seu nome modificado para Banco Sudameris.

Outro importante banco estrangeiro que ingressou no sistema financeiro brasileiro foi o banco espanhol Bilbao Vizcaya (BBV), que já havia tentado comprar o BCN, quando este foi vendido para o Bradesco <sup>522</sup>. O BBV comprou 55,4% do capital do banco Excel-Econômico, sétimo maior banco privado do país, na época de sua venda, com 219 agências. O Econômico foi incorporado pelo Banco Excel, em 1996 e passou a se chamar banco Excel-Econômico. O Econômico foi uma das instituições financeiras que quebraram após a implantação do Plano Real, em 1994. Apesar de receber ajuda do governo através do Programa de Estímulo à Reestruturação e do Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), acabou sofrendo intervenção em 1995 e entrou em liquidação judicial em 1996, quando foi comprado pelo Excel. O Excel, controlado por Ezequiel Nasser, sobrinho do banqueiro Joseph Safra, do banco Safra, era um banco de apenas seis anos de vida, fundado em 1990, e que herdou 276 agências, 9.000 funcionários e uma carteira de 900.000 clientes. O Excel-Econômico chegou a ser o sétimo maior banco privado do país, com 6.000 funcionários e 219 agências.

O banco Bilbao Vizcaya foi criado em 1988, resultado da fusão do Banco de Bilbao com o banco Vizcaya e era o maior banco da Espanha, à frente do Santander. Em 1996, o banco Bilbao Vizcaya (BBV) ampliou os seus investimentos na América Latina ao adquirir 30% do banco argentino Francés Río de la Plata, o terceiro maior banco argentino e o mais antigo do país, fundado em 1886, em uma operação avaliada em US\$

---

<sup>521</sup> “Ênfase nas operações de crédito dá ao Sudameris melhor resultado em 94”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 22, 21/03/1995; “Banco Sudameris instala nova mesa de operações”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 11/07/1995.

<sup>522</sup> Os espanhóis já tinham sondado vários bancos sem sucesso. Em 1997, o Bilbao Vizcaya quis comprar o BCN. O Banco Central condicionou a compra à aquisição do banco Meridional, então em processo de privatização. O banco espanhol não aceitou e o BCN foi comprado pelo Bradesco.

350 milhões <sup>523</sup>. Com a aquisição do banco argentino, o Bilbao Vizcaya que já tinha dois escritórios de representação no Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, passou a ter uma sucursal, que era a do banco Francés do Uruguai, que pertencia ao banco Francés Río de la Plata. Em 19 de outubro de 1999, uma nova união transformou a empresa: os Conselhos de Administração das duas entidades, criando o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA).

A venda do Excel colocou em discussão o Proer, criado para evitar que crises de grandes bancos gerassem quebraadeira. No total, sete bancos foram socorridos por instituições saudáveis. Dois dos "saudáveis" tiveram problemas e foram vendidos. Primeiro, o Bandeirantes, que incorporou o Banorte e teve seu controle vendido para o português Caixa Geral de Depósitos (CGD). Agora, o Excel Econômico, cuja associação na época do Proer foi quase impedida por um voto do então presidente do Banco Central, Gustavo Loyola.

Ao final de 1999, considerando o capital votante, o capital estrangeiro estava presente em 258 instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central no sistema financeiro brasileiro, incluindo 75 bancos múltiplos, 53 leasing, 50 distribuidoras e 37 corretoras <sup>524</sup>.

Dessas empresas, 171 tinha participação estrangeira superior a 50% de seu capital votante. Embora o número total de instituições do SFN tivesse diminuído entre dez/98 e dez/99, em função do processo de centralização do sistema bancário, a quantidade de instituições com controle estrangeiro aumentou, nesse período, de 158 para 171, representando um acréscimo de 7,60%. Durante o ano de 1999, ocorreram quatro transferências de controle de bancos nacionais para grupos estrangeiros. O número de instituições com controle estrangeiro atingiu, em dez/99, 21,67% das instituições em funcionamento no sistema financeiro nacional, não consideradas as cooperativas de crédito.

---

<sup>523</sup> Em meados da década de 1990, o Bilbao Vizcaya implantou um agressivo plano de expansão na América Latina, como parte de seu "Programa de Mil Dias", que compreendeu a compra do peruano Banco Continental e do colombiano Granadero. Em 1996, a fusão do Banco Francés del Río de la Plata, seu controlado, com o Banco de Crédito Argentina resultou na formação do maior banco argentino, com uma rede de 207 agências. "Banco Bilbao Vizcaya quer operar no Brasil". In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 14/05/1997; "Espanhol Bilbao Vizcaya compra banco argentino". In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 07/10/1996.

<sup>524</sup> BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

Considerando o número de agências bancárias, verifica-se que os bancos estrangeiros são responsáveis por 19,42% do total de agências. Em dezembro de 1998, essa participação era de 14,9% (Tabela 3.19).

*Tabela 3.19: Quantidade de instituições e agências por origem de capital*

Bancos Múltiplos e Comerciais	1998	1999
Público Federal		
Sedes	04	07
Agências	3.659	3.916
Público Estadual		
Sedes	17	11
Agências	2.267	1.842
Privados Nacionais		
Sedes	105	96
Agências	5.301	4.863
Privados Nacionais c/participação estrangeira		
Sedes	16	12
Agências	784	724
Privados Nacionais c/controlado estrangeiro		
Sedes	59	67
Agências	2.390	3.145
Total de sedes	201	193
Total de agências	14.401	1.449

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

Seis instituições estrangeiras faziam parte do ranking das maiores redes de agências do País, detendo 17,53% das agências do grupo considerado e 15,15% do total do sistema bancário. O HSBC era, ainda, o maior banco estrangeiro em rede de agências (981), seguido pelo Real (594) e Bilbao-Vizcaya (278), conforme demonstrado no Quadro 3.9. Caso se considere o conglomerado (Banco Real, ABN-Amro Brasil e Bandepe), o grupo ABN-Amro passaria a ter 678 agências (Tabela 3.20).

Tabela 3.20: Instituições bancárias com maiores redes de agências no País

Posição	Instituições	Tipo	1998	1999
01	Banco do Brasil	BC	2.828	2.865
02	Bradesco	BM	2.090	2.132
03	Caixa Econômica Estadual	CE	1.602	1.699
04	Itaú	BM	1.019	1.194
05	HSBC + Bamerindus	BM	991	981
06	Unibanco	BM	684	700
07	Real	BC	588	594
08	Banespa	BM	571	571
09	Nossa Caixa Nosso Banco	BM	485	485
10	Banestado	BM	391	377
11	Banrisul	BM	370	370
12	Bemge	BM	472	329
13	Bilbao Vizcaya	BM	223	278
14	BESC	BC	256	256
15	Meridional	BM	224	221
16	Mercantil de São Paulo	BM	218	217
17	Banco Santander Brasil	BM	93	209
18	Mercantil do Brasil	BM	177	175
19	Nordeste do Brasil	BM	174	174
20	Banco Sudameris Brasil	BM	98	170
	Sub Total		13.554	13.997
	Demais instituições bancárias		2.448	2.192
	Total Geral		16.002	16.189

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

Quanto à procedência do capital estrangeiro, era predominante o capital norte-americano que controlava 43 instituições (25,15%). No restante, o número de instituições estava assim distribuído: espanhol (19), italiano e português (14 cada um), alemão (13), holandês e inglês (12 cada um). Ainda tinha importante participação o capital francês, japonês e suíço participando em dez, sete e seis instituições, respectivamente.

A Tabela 3.21 trata do valor patrimonial da participação estrangeira no sistema financeiro brasileiro em 1999. Tomou-se como base o somatório dos resultados da

aplicação do percentual de participação estrangeira na instituição sobre seu próprio patrimônio. Constatou-se que, entre dez/98 e dez/99 essa participação cresceu de 19,04% para 21,36%. Os bancos com controle estrangeiro responderam por 16,8% do patrimônio da área bancária, enquanto aqueles com participação estrangeira inferior a 50% do capital votante alcançaram 2,51% da parcela do patrimônio do sistema financeiro nacional, cabendo às filiais de bancos estrangeiros a parcela de 1,77%.

*Tabela 3.21: Valor patrimonial percentual da participação estrangeira no SFN*

Instituição	1998 (%)	1999 (%)
Banco Múltiplo c/controlado estrangeiro	14,70	16,71
Banco Múltiplo c/participação estrangeira	2,48	2,51
Banco Comercial c/controlado estrangeiro	0,04	0,09
Filiais	1,51	1,77
Banco de Investimento	0,31	0,28
Patrimônio total do grupo	19,04	21,36
Patrimônio do SFN	100,00	100,00

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

Neste ano de 1999, destaca-se a associação entre o banco BBA-Creditanstalt e a corretora do grupo Icatu. O BBA-Creditanstalt, fundado em 1988, em São Paulo, pelos sócios Fernão Bracher e Antonio Beltran, banqueiros brasileiros, com larga tradição e presença no mercado nacional, tinha como sócio minoritário o Bank Austria Creditanstalt, instituição bancária pertencente ao maior grupo financeiro austríaco.

O Banco Internacional do Funchal – Banif, constituído em 1988, com a aquisição da Caixa Econômica do Funchal do governo português, adquiriu uma participação no banco Primus, banco de investimentos, fundado em 1986.

O banco John Deere, instituição financeira do grupo norte-americano John Deere, maior fabricante mundial de máquinas agrícolas, adquiriu o banco Agroinvest, instituição bancária do Rio Grande do Sul, voltada para o segmento agrícola, com o objetivo de financiar o uso de mecanização no campo.

O Chase Manhattan compra o banco Patrimônio, o quinto maior banco de investimentos do país. O Patrimônio foi fundado, em 1988, pelo banqueiro Jair Ribeiro como uma pequena empresa de consultoria financeira.

A venda do Patrimônio para o Chase Manhattan demonstraria que os bancos de investimentos também seriam alvo de aquisições do capital estrangeiro. Na segunda metade da década de 1990, diversos bancos de investimentos nacionais passaram para as mãos de grupos estrangeiros. O Garantia, o maior banco de investimentos do país, foi vendido para o CS First Boston, um dos maiores bancos de investimento do mundo. O Nations Bank, que se uniu ao Bank of America, comprou o controle do Liberal. O Swiss Bank Corporation, que se fundiu com o Union Bank of Switzerland, comprou o Omega. E o banco Graphus foi adquirido pelo inglês Robert Fleming.

O Société Générale comprou o Banco Sogeral. No Brasil desde 1967, quando abriu um escritório de representa o, o grupo francês iniciou participa o no Sogeral em 1981, quando adquiriu uma participa o de 24% no capital do banco. Em 1985, esta participa o chegaria a 45%. Em 1989, o Sogeral se transforma em banco múltiplo e dois anos depois aumentou para 100% o seu capital sob o controle do banco francês. Em 2007, o Société Générale compraria 70% do banco Pec nia e o Banco Cacique, outro banco de pequeno porte. Em 2010, adquiriria os 30% restantes do Pec nia, firmando sua posi o no sistema financeiro brasileiro. O Société Générale, junto com o Crédit Lyonnais e BNP-Paribas, um dos três maiores bancos franceses, foi fundado, em 1864, por um grupo de industriais e financistas durante o reinado de Napoleão III, para fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria francesa.

No ano 2000, segundo o relatório do BC, constata-se o crescimento de 258 para 264 no número de empresas nas quais o capital estrangeiro possui ingerência no capital votante e que em 62,1% essa ingerência se d  em níveis superiores a 90%.

Dos 70 grupos econômicos, controladores de 180 empresas no sistema financeiro brasileiro, a grande maioria tem sua origem na Europa (49%) e nos Estados Unidos (29%). Considerando-se o conjunto formado pelos bancos com controle estrangeiro no país, com rela o ao patrimônio e ativos, o capital europeu participa, respectivamente, com 72,07% e 70,58% do total do grupo, enquanto o capital americano participa, respectivamente com 23,22% e 27,07%. Outros países da América Latina e Ásia participam, respectivamente, com 4,71% e 2,35% do patrimônio e dos ativos dos bancos com controle estrangeiro (Tabela 3.22).

*Tabela 3.22: Ativos totais dos bancos com controle estrangeiro no Brasil - participação percentual de cada país*

Países/continentes	% de participação do país no continente	% de participação do país no total
Argentina	37,64	0,11
Uruguai	55,80	0,15
Venezuela	6,56	0,02
América Latina	100,00	0,28
Estados Unidos da América		
América do Norte	27,07	27,07
Bahrain	45,73	0,95
Coréia	0,46	0,01
Japão	53,81	1,11
Ásia	100,00	2,07
Alemanha	4,64	3,28
Bélgica	1,34	0,95
Espanha	38,92	27,47
França	0,86	0,60
Holanda	20,77	14,66
Inglaterra	19,40	13,69
Itália	13,26	9,36
Portugal	0,33	0,23
Suécia	0,13	0,09
Suíça	0,35	0,25
Europa	100,00	70,58

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1999.

A Tabela 3.23 apresenta uma visão mais abrangente da participação estrangeira no patrimônio líquido do segmento bancário em relação ao patrimônio de todo o sistema financeiro nacional. Tomou-se como base o somatório dos resultados da aplicação do percentual de participação estrangeira da instituição sobre seu próprio patrimônio. Constata-se que, para o grupamento como um todo, essa participação aumentou em mais de 4% comparativamente a dezembro do ano anterior. Cabe esclarecer que esse percentual refere-se ao conjunto de instituições que possuem recursos externos em seu capital, não guardando, necessariamente, relação com os níveis de controle do capital estrangeiro sobre as instituições.

*Tabela 3.23: Evolução da participação estrangeira no patrimônio líquido do sistema financeiro nacional*

Instituição	Dez/1998 %	Dez/1999 %	Jun/2000 %	Dez/2000 % (*)
Banco Múltiplo c/controlado estrangeiro	14,70	16,71	16,98	19,57
Banco Múltiplo c/participação estrangeira	2,48	2,51	2,31	3,54
Banco Comercial c/controlado estrangeiro	0,04	0,09	0,01	0,12
Filiais	1,51	1,77	1,76	1,88
Banco de Investimentos	0,31	0,28	0,28	0,30
Patrimônio total do grupo	19,04	21,36	21,34	25,41
Patrimônio do SFN	100,00	100,00	100,00	100,0

(1) - Tomou-se como base o somatório dos resultados da aplicação do percentual de participação estrangeira em cada instituição sobre o seu próprio patrimônio. O somatório de cada segmento foi então dividido pelo patrimônio líquido do SFN.

(\*) Na data da coleta de dados de dez/2000, 38 instituições ainda não haviam fornecido os dados ao Banco Central, o que representa cerca de 1% do valor dos ativos da área bancária.

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2000.

Neste ano, o Goldman Sachs conseguiu autorização para a abertura de banco múltiplo. O BankBoston foi autorizado a constituir uma corretora. O Banco Unión, da Venezuela, que mais tarde seria comprado pelo HSBC, receberia autorização para abrir, no Brasil, um banco comercial. Além disso, a norte-americana HP, que já possuía uma sociedade de arrendamento mercantil, estava autorizada a abrir um banco de investimentos. Outra instituição financeira de capital norte-americano autorizada a operar no Brasil como banco múltiplo foi o banco Cargill.

Neste ano, o Chase Manhattan passou a controlar o banco e a corretora Fleming Graphus, pois havia realizado uma fusão com o Robert Fleming, que havia comprado o banco brasileiro.

O HSBC, que já havia comprado o Bamerindus, amplia a sua presença no sistema financeiro brasileiro ao adquirir o controle do banco CCF Brasil, que era controlado pelo Crédit Commercial de France, que, por sua vez, foi pelo HSBC. Ou seja, na verdade, este banco já era controlado pelo capital estrangeiro. As atividades do CCF Brasil iniciaram-se na década de sessenta, com um escritório de representação em São Paulo. Em 1994

adquiriu empresas do grupo Montrealbank no Brasil e o banco, principal empresa do grupo, passou a chamar-se Banco CCF Brasil.

O Santander, que já havia adquirido o Banco Geral do Comércio e o banco Noroeste, neste ano de 2000, aumentaria, de maneira significativa sua participação no sistema financeiro brasileiro, ao realizar uma série de aquisições. Primeiramente, o grupo espanhol comprou 97% do grupo financeiro Meridional (Banco Bozzano, Simonsen de Investimento e Banco Meridional), quinto maior grupo financeiro do Brasil, com mais de 200 agências. A aquisição tornou o Santander o segundo maior banco estrangeiro do Brasil, com o ABN-Amro ocupando o primeiro lugar. Com este negócio, o grupo espanhol passaria a controlar R\$ 22,6 bilhões em total de ativos e mais de 700 agências bancárias.

Ainda naquele ano, o grupo espanhol, que já havia comprado quatro instituições financeiras nacionais, realizaria a sua maior aquisição com a compra do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), o maior banco estadual do Brasil, também participando, assim como a ABN-Amro, do Proes.

O leilão, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), em novembro, durou menos de 10 minutos. Os espanhóis pagaram R\$ 7,05 bilhões, 281% acima do preço mínimo fixado (R\$ 1,85 bilhões). Com a aquisição, o Santander praticamente dobrou os seus ativos no Brasil, incorporando 572 agências bancárias e quase 30 mil funcionários. Com isso, o Santander ultrapassaria o ABN-Amro, tornado-se o maior banco estrangeiro do sistema bancário brasileiro.

Ao final de 2001, o percentual de participação dos bancos com controle estrangeiro chegou a 30,72%, em termos de patrimônio (Tabela 3.24). A partir deste ano, podemos perceber uma redução na quantidade de entrada de grupos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro. Comparado com os números de 2000, houve redução no total de instituições com participação de capital externo (de 264 para 258). Quanto ao nível de participação no capital votante, o capital estrangeiro possui ingerência superior a 50% do capital votante em 176 instituições (68,21% desse total). Dentre essas instituições, 163 têm poder de ingerência superior a 90%. Destas 176 instituições financeiras, 61% são européias e 29% são norte-americanas.

*Tabela 3.24: Participação percentual das instituições no patrimônio líquido da área bancária*

Instituições	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Bancos c/controlado estrangeiro	10,29	14,29	21,86	25,46	28,31	30,72
Bancos Privados Nacionais	55,32	51,82	49,75	46,69	50,33	51,14
Bancos Públicos	12,40	11,49	11,35	11,10	5,66	3,46
CEF	8,85	9,09	5,42	5,22	3,82	3,90
BB	11,87	11,76	10,03	9,73	9,89	8,76
Cooperativas de Crédito	1,27	1,55	1,59	1,80	1,99	2,02
Área Bancária	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001.

O capital europeu participa com 72,58% do patrimônio líquido e 67,88% dos ativos totais do grupo formado pelos bancos com controle estrangeiro no País. O capital americano participa com 23,25% e 29,37%, respectivamente. O restante do grupo é controlado por capitais oriundos de outros países da América Latina e por capitais asiáticos, que somam 4,17% do patrimônio líquido e 2,75% dos ativos de todo o grupo. (Tabela 3.25). Observa-se que os grupos americanos ofereceram maior volume de crédito, se comparados com os grupos europeus.

*Tabela 3.25: Ativos totais de Bancos com controle estrangeiro no Brasil – participação percentual de cada país*

Continente/Países	Patrimônio	Ativos Totais	Depósitos	Op. de crédito
América Latina	0,70%	0,31%	0,07%	0,51%
Argentina	0,36%	0,07%	0,00%	0,09%
Uruguai	0,26%	0,23%	0,07%	0,40%
Venezuela	0,08%	0,01%	0,00%	0,02%
Ásia	2,22%	1,30%	0,16%	1,50%
Coréia do Sul	0,08%	0,02%	0,00%	0,04%
Japão	2,14%	1,28%	0,16%	1,46%
EUA	23,25%	29,37%	23,61%	30,65%
Europa	72,58%	67,88%	75,24%	65,26%
Alemanha	3,95%	5,04%	5,82%	6,02%

Holanda	19,40%	14,88%	14,81%	16,31%
Suíça	0,65%	0,41%	0,16%	0,00%
Portugal	0,19%	0,07%	0,00%	0,00%
Inglaterra	7,56%	12,63%	16,04%	11,59%
Espanha	27,80%	21,75%	24,61%	15,36%
Itália	11,11%	10,46%	12,35%	14,64%
França	1,09%	1,48%	1,20%	0,82%
Suécia	0,15%	0,10%	0,09%	0,30%
Bélgica	0,68%	1,06%	0,16%	0,22%
Outros	1,25%	1,14%	0,91%	2,08%
Bahrain	1,25%	1,14%	0,91%	2,08%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2001.

O capital espanhol se destaca, entre os capitais europeus, com uma participação de 27,8% do patrimônio líquido dos bancos com controle estrangeiro. Em seguida vem o capital holandês, com 19,4%, que ocupa, também, o primeiro lugar em operações de crédito. Percebe-se que os bancos ingleses, espanhóis, franceses e suecos trabalharam menos alavancados que os italianos, alemães e holandeses.

Entre os decretos autorizando a participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional, destacam-se a General Motors, que recebeu autorização para a constituição de uma companhia hipotecária, e o Dresdner Bank, autorizado a abrir uma distribuidora de títulos e valores mobiliários.

A AGF Braseg, banco privado nacional, controlado pelo grupo segurador alemão AGF, foi vendido ao Crédit Lyonnais. O Crédit Lyonnais instalou-se, pela primeira vez no Brasil, em 1948, operando com o nome de Banco Francês e Brasileiro. Em 1995, o Banco Francês e Brasileiro, com 63 agências e 4.300 funcionários, foi vendido ao Itaú. Em 1999, o Crédit Lyonnais retoma as atividades no Brasil como banco de investimentos e, em 2001, adquire o banco AGF Braseg. O Crédit Lyonnais mantém, ainda, uma participação no Banco Boavista Interatlântico, vendida em 2000.

Outro grupo estrangeiro que amplia a sua participação no sistema financeiro brasileiro foi o ABN-Amro que, em 1998 havia se tornado o maior banco estrangeiro do Brasil ao comprar o banco Real, compraria, desta vez, o Banco Estadual da Paraíba (Paraiban), com o objetivo de ampliar a sua rede bancária na região Nordeste.

Ao final de 2001, dos 20 maiores bancos do Brasil (incluindo o BNDES), seis eram bancos estatais <sup>525</sup>, seis eram bancos privados nacionais, sendo que destes seis, o Unibanco e o BBA-Creditanstalt eram associados ao capital estrangeiro, e, nada menos do que oito dos 20 maiores bancos eram estrangeiros: Santander/Banespa, ABN-Amro, Citibank, BankBoston, HSBC, Sudameris, Bilbao Vizcaya e Deutsch Bank <sup>526</sup>.

*Tabela 3.26: Participação dos 20 maiores bancos (em R\$ milhões) (\*)*

Bancos	Ativos	Part. (%)	Crédito	Part. (%)	Depósitos	Part. (%)
Banco do Brasil (ES)	169.591	15,38	45.345	14,21	78.627	20,37
BNDES (ES)	118.432	10,81	35.041	10,98	11.162	2,89
CEF (ES)	108.428	9,89	20.208	6,33	71.440	18,51
Bradesco (ES)	107.268	9,79	41.742	13,08	46.200	11,97
Itaú (PN)	78.498	7,16	23.052	7,22	27.237	7,06
Santander/Banespa (E)	57.040	5,20	11.750	3,68	15.525	4,02
Unibanco (AE)	55.646	5,08	20.325	6,37	19.723	5,11
ABN-Amro (E)	33.402	3,05	12.357	3,87	9.370	2,43
Safra (N)	32.200	2,94	7.782	2,44	7.600	1,97
Citibank (E)	26.944	2,46	8.017	2,51	1.246	0,32
BankBoston (E)	26.203	2,39	8.305	2,60	1.751	0,45
Nossa Caixa Nosso Banco (ES)	22.930	2,09	3.319	1,04	16.169	4,19
HSBC (E)	22.308	2,04	6.229	1,95	10.260	2,66
BBA-Creditanstalt (AE)	16.844	1,54	6.212	1,95	4.484	1,16
Sudameris (E)	16.367	1,49	5.921	1,86	5.222	1,35
Bilbao Vizcaya (E)	13.155	1,20	4.452	1,40	5.950	1,54
Votorantim (N)	12.481	1,14	1.695	0,53	5.484	1,42
Banco do Nordeste (ES)	10.220	0,93	6.195	1,94	3.201	0,83
Banrisul (ES)	9.479	0,86	3.337	1,05	5.575	1,44
Deutsch Bank (E)	9.268	0,85	977	0,31	1.429	0,37
Total	1.053.845	86,29%	303.906	85,32%	374.794	90,06%

<sup>525</sup> Apesar das privatizações no setor bancário, seis bancos públicos figuravam entre os 20 maiores bancos do país. Porém apenas dois deles eram estaduais. Os outros quatro eram bancos federais.

<sup>526</sup> Contudo, é importante destacar que, diferentemente da Argentina e do México, em que as maiores instituições são controladas pelo capital estrangeiro, no Brasil, os grandes bancos nacionais (privados e estatais) nunca, de fato, tiveram a sua liderança ameaçada por grupos estrangeiros. Em dezembro de 1994, os três maiores bancos eram o Banco do Brasil, o Banespa e o Bradesco, que juntos, dominavam 31,6% dos ativos. Já em 2001, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú lideravam o ranking, com uma fatia que aumentou para 41,5%, o que demonstrava uma forte concentração do setor bancário.

Legenda: (ES): Banco estatal / (PN): Banco privado nacional / (E): Banco estrangeiro / (AE): Banco privado nacional associado ao capital estrangeiro

(\*) Os números são de março/2002 e consideram apenas as operações bancárias, excluindo negócios com seguros e previdências.

Fonte: BRASIL. Banco Central. Os 50 maiores Bancos. *Balanço Anual*. Os donos do mercado. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002, p. 392.

Em 2002, já não ocorreu nenhuma significativa aquisição de bancos nacionais por bancos estrangeiros. Apenas três instituições financeiras foram autorizadas pelo governo brasileiro a se instalarem no Brasil. O Cibrasec e o Multi Commercial Bank receberam permissão para constituírem distribuidoras e o De Langen Landen, a constituir banco múltiplo. Este último, empresa subsidiária do Grupo Rabobank, foi fundado em 1969 para oferecer soluções de financiamento e leasing ao mercado Holandês. Em 1987, o De Lage Landen iniciou um programa de expansão na Europa, oferecendo serviços e financiamento aos países vizinhos. Em 1998, ingressou sua atuação nas Américas.

### **3.5- Os bancos brasileiros no exterior**

Além do processo de desnacionalização do setor bancário brasileiro durante o governo FHC, outro movimento deve ser considerado. Trata-se da expansão de alguns bancos brasileiros no exterior. Essa expansão foi intensa na segunda metade da década de 1990, quando podemos verificar um aumento significativo do número de bancos brasileiros com dependências no exterior (agências bancárias e escritórios de representação).

Os dados do Banco Central indicavam a existência, em 1994, de um total de 59 bancos brasileiros no exterior, que tinham uma participação, de forma direta ou indireta, no capital de 78 empresas fora do país (Tabela 3.27). Em 1998, o número de instituições financeiras brasileiras com dependências no exterior atingiu um total de 70 bancos, que participavam, direta ou indiretamente, do capital acionário de 158 empresas. Entre os anos de 1994-98, apesar do aumento no número de bancos brasileiros no exterior, houve uma manutenção no número de agências e uma diminuição no número de escritórios de representação.

*Tabela 3.27: Bancos brasileiros no exterior - 1994 e 1998*

Anos	Bancos	Agências	Escritórios de representação	Participações no capital de empresas
1994	59	93	37	78
1998	70	93	27	158

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Evolução do Sistema Financeiro Nacional (1994/ 1998)*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

No período que estamos considerando, o ano de 1998 foi o que apresentou o maior número de bancos brasileiros no exterior, com 70 instituições. Desse total, é importante destacar a participação de sete bancos públicos estaduais (BANERJ, BEG, BEMGE, Banespa, BEA, Banestes, Banpará, Banestado e Banrisul), além do Banco do Brasil. A instituição financeira que possuía o maior número de agências fora do país era o BB, com 26, seguido do Real, com 13, e do Banespa, com 11. Estes três bancos detinham, em conjunto, 53,76% do total de agências. O BB também era o que detinha o maior número de escritórios de representação, com cinco; o Bandeirantes possuía quatro; Unibanco e Boavista Interatlântico, possuíam, cada um, três escritórios. Se por um lado, as agências de bancos nacionais no exterior estavam, em grande parte, nas mãos de dois bancos estatais (BB e Banespa) e um privado (Real), as participações no capital de empresas no exterior, por outro, estavam concentradas em dois bancos privados: o Itaú, com 25 participações, e o Unibanco, com 16. O BB possuía 11; o Real, 10; e o Banco Rural, sete participações societárias (Tabela 3.28).

*Tabela 3.28: Relação dos bancos brasileiros com dependências e/ou participações societárias no exterior em 1998*

	Bancos	Agências	Escritórios	Participações	Total
1	ABC Brasil			02	02
2	AGF Braseg			02	02
3	América do Sul	01	01	02	04
4	Bandeirantes	02	04	01	07
5	Banerj (Itaú)			03	03
6	BankBoston			01	01

7	Barclays Galícia			01	01
8	BBA-Cretitanstlat	01	03	04	08
9	BBM	01		01	02
10	BCN	02	01	02	05
11	Banco Industrial e Comercial			01	01
12	Bilbao Vizcaya Brasil	03	01	02	06
13	BMC	01		01	02
14	BMG	01		01	02
15	Boavista Interatlântico	02	03	03	08
16	Bozano, Simonsen	01	02	02	05
17	Bradesco	02	01	03	06
18	Cacique	01			01
19	CCF Brasil	01	01	01	03
20	Cidade			02	02
21	Credibanco	01		01	02
22	Crefisul			01	01
23	Daycoval			01	01
24	Dibens	01			01
25	Banco do Brasil	26	05	11	42
26	Dresdner Bank			02	02
27	Banco do Estado de Goiás			01	01
28	Bemge			03	03
29	Banespa	11	01	02	14
30	Banco do Estado do Amazonas			01	01
31	Banco do Estado do Espírito Santo			01	01
32	Banco do Estado do Pará			01	01
33	Banestado	02		02	04
34	Banrisul	02			02
35	Fénicia			01	01
36	Fibra	01			01
37	Fonte Cindam			01	01
38	Banco Francês e Brasileiro	01		01	02
39	HSBC-Bamerindus	01		02	03
40	Icatu			01	01
41	Indusval			02	02
42	Inter-American Express			02	02
43	Inv. Credit Suisse First Boston			01	01
44	Itaú	02	01	25	28
45	Itaú Bankers Trust BI	01			01

46	Itaú de Investimento			03	03
47	Martinelli			01	01
48	Matrix			01	01
49	Mercantil Finasa - SP	03		02	05
50	Nordeste do Brasil			01	01
51	Omega			01	01
52	Pactual			04	04
53	Patente			01	01
54	Performance de Investimentos				11
55	Pontual	01		01	02
56	Prosper	01			01
57	Real	13		10	23
58	Real de Investimentos			01	01
59	Republic Nations Bank	01			01
60	Rural			07	07
61	Safra	01		01	02
62	Santander Brasil			01	01
63	Santander Noroeste	02		02	04
64	Sistema			01	01
65	Sofisa			01	01
66	Sudameris do Brasil			01	01
67	Sul América			01	01
68	Tendência			01	01
69	Unibanco	03	03	16	22
70	Votorantin			01	01
	Total	93	27	158	278

Obs.: Os dados não incluem dependências e/ou participações societárias de bancos submetidos a regime de liquidação.

Fonte: BRASIL. Banco Central. Evolução do Sistema... Op. cit., 1998.

A partir de 1999, podemos observar uma progressiva diminuição do número de bancos brasileiros no exterior (Tabela 3.29). Isso, contudo, não significa que a expansão dos bancos brasileiros ao exterior tenha sido interrompida.

Tabela 3.29: Bancos brasileiros no exterior (1999/2008)

Ano	Bancos	Agências	Escritórios	Participações
1999	67	91	29	165
2000	61	84	26	155
2001	55	89	25	151
2002	51	81	25	143
2003	50	80	23	144
2004	45	83	22	139
2005	44	79	24	138

Obs.: Os dados não incluem dependências e/ou participações societárias de bancos submetidos a regime de liquidação.

Fonte: BRASIL. Banco Central. *Evolução do Sistema...* Op. cit., 1998.

No período que estamos considerando, podemos perceber que o BB e o Banespa (1999) e Banespa/Santander (a partir de 2000) foram as duas instituições com o maior número de agências no exterior. O Banco do Brasil sempre ocupou o primeiro lugar, tendo 26 agências em 1999 e 37 em 2002 (aumentando, inclusive em três no período), sendo que em 2005 chega a ter 43 agências fora do país.

O Banespa é um caso importante, pois chegou a ter 11 agências no exterior (em 1999 e 2000). Logo após a sua privatização, percebe-se uma redução progressiva no número de agências, com nove (2001), seis (2002, 2003 e 2004), quatro (2005), subindo para 5 (2006), e a partir de 2007 e 2008 aparece já incorporado ao Santander no relatório do Banco Central, com duas agências no exterior nos dois anos.

O Real também teve situação semelhante ao Banespa. Em 1999, ano seguinte a sua venda para o ABN-Amro, tinha 13 agências fora do país. Em 2000, o ABN-Amro/Real tinha cinco agências no exterior. A partir de 2001, o banco manterá apenas uma agência no exterior.

Outro ponto interessante, muito embora ultrapasse a delimitação cronológica desta pesquisa, é o início do processo de internacionalização da Caixa Econômica Federal, que ocorre apenas em 2006, quando abriu uma agência no exterior e de um escritório de representação em 2007. Em 2008, a agência foi fechada e foi aberto mais um escritório de representação.

Quanto aos escritórios de representação, também era o Banco do Brasil o que apresentava maior quantidade, com cinco em 1999 e oito em 2002, praticamente dobrando de número no período. Em 1999, o número de escritórios era liderado pelo Banco do Brasil com cinco, Bandeirantes com quatro, Boavista Interatlântico, Credit Suisse e Unibanco com três. Em 2002, como já informamos, o Banco do Brasil tinha oito, o Boavista se manteve com três, assim como o Itaú BBA, seguido da Caixa Econômica Federal com dois e do Unibanco com um. Em 1999, dos 67 bancos no exterior, 14 tinham escritórios. Em 2002, das 51 instituições, apenas nove instituições bancárias tinham escritórios fora do país.

Se considerarmos apenas o número total de dependências (agências e dependências), o Banco do Brasil também poderia ser considerado como o banco brasileiro mais internacionalizado, ou seja, o que contava com maior presença no exterior, aumentando de 42 em 1998 para 57 em 2002.

Por outro lado, considerando-se apenas as participações societárias no exterior, o grupo Itaú era o mais internacionalizado <sup>527</sup>. O segundo maior banco privado nacional, possuía 26 participações em 1998 e, em 2002, considerando, além do banco Itaú, o banco Itaú de Investimentos, passaria para 28 participações. O Balanço Anual da Gazeta Mercantil do ano 2000 apontava que a holding Itaúsa, que concentra os investimentos do grupo Itaú, obteve um lucro de R\$ 1,954 bilhões no ano anterior. Este valor, que incluía os ganhos do grupo com participações minoritárias, colocou a Itaúsa no posto de grupo de maior lucro em 1999. Deste total, uma parcela de quase 19% correspondeu aos ganhos dos investimentos em ativos no exterior, que somavam US\$ 1,483 bilhões e incluíam as instituições financeiras controladas pelo grupo na Argentina, Ilhas Cayman, Nova York e Portugal. Uma parcela de pouco mais de 14% do total de lucros também teve a mesma origem: os ganhos cambiais com investimentos no exterior, feitos em grande parte pelo banco, embora pelo menos um investimento do grupo na área industrial, a Duratex, também tinha uma subsidiária no exterior <sup>528</sup>.

---

<sup>527</sup> A expansão do Itaú no exterior passou pela aquisição do argentino Banco de Buenos Aires, depois na fusão com o Banco Itaú Argentina, e pela instalação do Banco Itaú Europa. Além disso, o Itaú estabeleceu uma associação com o norte-americano Bankers Trust. “Itaú se expande no exterior”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 23/06/1996; “As 35 agências do Itaú na Argentina”. In: *Gazeta Mercantil*, p.1, 01/09/1995; “Itaú abre agências na Argentina”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 01/09/1995.

<sup>528</sup> “O câmbio fez a diferença”. In: *Balanço Anual*, Gazeta Mercantil, 2000, p. 16.

Outro banco privado nacional com importantes participações societárias no exterior era o Unibanco que, em 1998 possuía 16 participações e, em 2002, passaria para dezenove.

O terceiro banco com mais participação em empresas fora do país era o Banco do Brasil, com 11 entre 1998 e 2000, chegando a 13 em 2001 e 12 em 2002.

O Bradesco, o maior banco privado nacional, era outra instituição com crescentes participações no exterior, com três em 1998, 5 em 1999, 6 em 2000, 8 em 2001 e 2002, mantendo, na verdade, este número até 2008. O Rural possuía sete participações, número este que se manteve em todo o período. O Real era outro grupo bastante internacionalizado, no que se refere à participações no exterior, contabilizando 10 participações em 1998 e 1999. Contudo, após a compra do ABN-Amro, o número de participações reduziu para quatro entre 2000 e 2002. Entre 2003 e 2005, cairia para apenas duas participações.

Com poucas participações estavam o Pactual e o Boavista. O primeiro possuía quatro participações em 1999, passando para cinco entre 2001 e 2005. O Boavista, por sua vez, possuía seis participações em 1999, número este que se manteve constante até 2004, caindo para quatro em 2005.

Considerando o período compreendido entre 1998 e 2008, veremos que o número de bancos brasileiros no exterior foi reduzido de 70 para 25. Além disso, devemos considerar que, em 2008, na relação de bancos brasileiros com agências e/ou escritórios de representação no exterior presente no Relatório Anual do Banco Central, estão listados bancos que pertencem a um mesmo grupo financeiro, como é o caso do Itaú e do Itaú-BBA, pertencentes ao grupo Itaú, e do Bradesco e do Boavista Interatlântico que faziam parte do grupo Bradesco. Contudo, isto não significou, necessariamente, uma redução no processo de internacionalização dos bancos brasileiros. O que ocorre é que, com o processo de centralização do sistema bancário brasileiro, resultante da abertura do setor e das privatizações dos bancos estaduais, muitos daqueles bancos que tinham dependências no exterior foram sendo comprados por grandes bancos nacionais ou mesmo estrangeiros (grande exemplo foram os bancos estaduais). Assim, se por um lado houve uma redução sensível no número de bancos nacionais com dependências no exterior entre 1998 e 2008 (de 70 para 25), o número de dependências, embora tenha também reduzido (de 120 para 80), esta redução não acompanhou a proporção da redução do número de bancos.

Dos bancos que tinham dependências no exterior em 1998 e não possuíam em 2008, podemos dividir em três categorias: 1) os que existiam ainda e não tinham mais

nada no exterior; 2) os que não existiam mais (liquidados) e 3) os que foram comprados por outros bancos.

Entre os que foram comprados por outros bancos, destacam-se as aquisições realizadas pelo Itaú, Unibanco, Bradesco, ABN-Amro/Real, Santander e HSBC. Lembrando que a aquisição do ABN-Amro pelo Santander e do Unibanco pelo Itaú se deram em 2007 e 2008, respectivamente.

O Itaú adquiriu quatro bancos estaduais: Banerj e Bemge (1998), Banestado (2000) e o Banco do Estado de Goiás (2001). Além disso, compraria também o banco Francês e Brasileiro (1995), o Icatu (2002) e as operações no Brasil do BankBoston (2006). O Unibanco realizaria as seguintes aquisições: Nacional (1995), Bandeirantes e Credibanco (2000) e o Dibens (2005). Com o Bradesco ficaram: o BCN (1997), o Pontual (1998), o Banco do Estado do Amazonas (2000), o Mercantil de São Paulo (2002), o BBVA (2003), o Cidade (2004) e o BMC (2007).

No que se refere aos bancos, com o ABN-Amro ficaram o Real (1998) e o Sudameris (2003). O espanhol Santander compraria o banco Geral do Comércio (1997), o Noroeste (1998) e, em 2000, mais três importantes aquisições: o Bozzano, Simonsen, o Meridional e o Banespa. O HSBC, por sua vez, realizaria a compra das seguintes instituições financeiras no Brasil: Bamerindus (1997), o Republic Nations Bank (1999) e o CCF Brasil (2000).

Outro importante ponto para a análise da participação dos bancos nacionais no exterior é o levantamento do número de instituições controladas por estes bancos no exterior. O grupo Real, controlado pelo banqueiro Aloísio Andrade Faria, era sétimo maior grupo financeiro do país em 1995, segundo o *Balanço Anual* da Gazeta Mercantil, publicado em 1996, e controlava o banco privado brasileiro com maior presença no exterior. Através da Real Participações e Administração, o grupo Real – que seria vendido, em 1998, para o grupo holandês ABN-Amro – possuía, em 1995, o controle sobre as seguintes empresas no exterior:

1. Banco Real Internacional Inc (Chicago)
2. Banco Real de Colômbia
3. Banco Real del Paraguay
4. Banco Real del Uruguay
5. Banco Argentina de Seguros
6. Real Chilena Cia. de Seguros de Vida

7. Real Insurance Company (Londres)
8. Real Panamerica de Seguros
9. Real Uruguay de Seguros (Montevideú)

Todas estas empresas estavam localizadas em países latino-americanos, com exceção do Banco Real Internacional Inc, localizado em Chicago, e foram incorporadas pelo ABN-Amro.

## Capítulo 4: A privatização dos bancos estaduais

As privatizações, elemento central da política neoliberal, constituem-se como a segunda grande característica da *contra-reforma* do governo FHC, estando em consonância com as principais formulações neoconservadoras que preconizavam a maior redução do papel do Estado na economia.

A criação de um programa destinado a transferir bancos públicos para o setor privado pode ser apontado como a primeira medida do governo FHC no sentido da privatização dos bancos estaduais. O Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) foi criado pela MP 1.514, em setembro de 1996, e, já no ano seguinte, foi o responsável pela privatização de duas importantes instituições financeiras estaduais: o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal)<sup>529</sup>.

Na primeira parte do capítulo, são discutidas as “etapas” do processo de privatização no Brasil e suas características mais gerais. A primeira destas “etapas” ocorreu ainda ao final da década de 1980, no governo Figueiredo (1979-1985), quando foi criado o Programa Nacional de Desburocratização. A partir de então, sucessivos governos (Sarney, em menor grau, Collor, Itamar e FHC), orientados pela política neoliberal, intensificaram o processo de privatizações, levando ao progressivo desmonte da estrutura produtiva e financeira do Estado brasileiro.

A segunda parte dedica-se, num primeiro momento, à análise da formação do sistema financeiro estadual no Brasil, dando destaque a sua importância enquanto agente financeiro do desenvolvimento regional. Em seguida, procedeu-se à análise do desmonte de sua estrutura, a partir da criação do PROES, e de suas consequências negativas para os diversos estados brasileiros que perderam as suas instituições financeiras.

Por fim, na terceira parte, são apresentados os casos de todos os dez bancos estaduais privatizados durante o governo FHC, com maior ênfase nos casos de privatização do BANERJ e do Banespa. Para tal propósito, buscou-se a utilização de fontes diversas, especialmente de jornais e periódicos, de documentos oficiais do Banco Central e do Ministério da Fazenda, além de discursos e pronunciamentos de membros da equipe econômica do governo e de informações buscadas na produção bibliográfica

---

<sup>529</sup> O BANERJ foi vendido para o Itaú em 26/06/1997 e o Credireal foi vendido ao Banco de Crédito Nacional (BCN) em 07/08/1997. Logo depois da compra do banco estadual mineiro, o BCN foi comprado pelo Bradesco.

acerca das privatizações no setor bancário brasileiro. No caso específico dos processos de privatização do BANERJ e do Banespa, seguimos a metodologia utilizada por Ary Minella no trabalho sobre o caso da intervenção federal no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), quando o autor se utilizou de informações levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina <sup>530</sup>. Procuramos, dessa forma, utilizar o mesmo recurso metodológico para os casos do BANERJ e do Banespa, a partir da análise da documentação levantada pelas CPIs realizadas pelo poder legislativo do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A partir do final da década de setenta e início dos anos 80, o neoliberalismo passou a ser adotado por diferentes governos dos países do capitalismo avançado e, na década de 1990, pelos governos do capitalismo periférico – mesmo aqueles identificados historicamente com as esquerdas. Desde então, foram promovidas privatizações de empresas públicas em todo o mundo. De acordo com dados do Banco Mundial, de 1980 ao final da década seguinte, mais de 6.830 empresas estatais foram vendidas em todo o mundo. Cerca de um terço delas ocorreram nos países periféricos, especialmente na América Latina <sup>531</sup>.

De 1991 a 2002, foram privatizadas no Brasil nada menos do que 165 empresas públicas. Segundo os dados do IBGE, embora o processo de desestatização da década de 1990 tenha começado ainda no governo Fernando Collor, a maior parte das privatizações ocorreu durante o período FHC, especialmente entre 1997/1999. Somente nesse período, 113 estatais tiveram o seu controle total ou parcialmente transferido para o capital privado, o que correspondia a 75% do total de empresas estatais vendidas em todo o seu governo <sup>532</sup>. Em 1997, as estatais eram responsáveis por 13,10% do total investido na economia brasileira. Em 2002, esse percentual foi reduzido para apenas 8,98% <sup>533</sup>.

No seu conjunto, os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, juntamente com alguns governos estaduais, foram responsáveis pelo desmonte do Estado brasileiro ao promover a venda de diversas empresas públicas, como

---

<sup>530</sup> MINELLA, Ary. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, Alceu Conceição e ALVIM, Valdir. *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, pp. 49-72.

<sup>531</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 149.

<sup>532</sup> Durante os oito anos em que este no poder, FHC promoveu a venda de mais de 150 empresas estatais. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

<sup>533</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Finanças Públicas do Brasil 2001-2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

a USIMINAS, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce, o Sistema Telebrás, a Acesita, a EMBRAER, a Light, a Eletropaulo, a CEG, a Copesul, a CONERJ, a Rede Ferroviária Federal, a CERJ, o terminal do Porto de Santos, a Copene, a AÇOMINAS, o BANERJ, o Banespa, CST, o Banestado, o Bemge, e diversas outras empresas que tiveram o seu controle acionário comprado por grupos privados, nacionais e estrangeiros. Algumas destas empresas, inclusive, apresentavam lucros quando foram vendidas ao capital particular, o que contrariava o discurso privatista de ineficiência e de inoperância das empresas estatais <sup>534</sup>. Um documento do ministério da Fazenda, de 1999, revelou, ainda, que alguns membros do governo FHC tinham interesse em avançar no processo de privatização e vender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Petrobrás <sup>535</sup>.

Marilena Chaui observa a existência de “duas grandes dádivas neoliberais”: do lado “econômico”, uma acumulação de capital que necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, elevando ainda mais o desemprego estrutural; do lado “político”, a privatização do público, a partir do abandono das políticas sociais e dos investimentos por parte do Estado. Assim, a privatização deve ser entendida “como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com a ajuda substantiva dos fundos públicos”, favorecendo o reforço do privilégio das classes dominantes nesta nova fase do capitalismo sob a égide neoliberal <sup>536</sup>.

Para Amando Boito, as privatizações atenderam, fundamentalmente, aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, ou seja, do conjunto do grande capital. Grandes empresas nacionais e seus associados estrangeiros do setor bancário-financeiro, do setor industrial e da construção civil, “serviram-se (ideologicamente) do

---

<sup>534</sup> Em 1997, ano em que foi privatizada, a Vale do Rio Doce era a segunda maior mineradora do mundo e a maior exportadora de minério de ferro, controlando 40 empresas e com um faturamento anual de US\$ 2 bilhões. O Grupo Telebrás, em 1992, de acordo com uma publicação da Fundação Getúlio Vargas, foi considerado a empresa mais lucrativa do Brasil. No ano seguinte, foi apontada pelo banco de investimentos norte-americano Salomon Brothers como a sexta mais rentável empresa de telecomunicações do mundo. Em 1997, um ano antes de ser privatizada, a Telebrás teve um lucro total de R\$ 4,2 bilhões. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado...* Op. cit., p. 19-20, 32 e 39; ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 164-165; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...* Op. cit., p. 36.

<sup>535</sup> RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...*, p. 10; ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* op. cit., p. 163. Segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil, “há correntes no governo que defendem a privatização tanto do BB quanto da CEF. Como ambas as instituições são muito grandes, possuindo milhares de agências, a ideia seria privatizá-las ‘aos pedaços’, como, por sinal, já foi feito com empresas do setor de energia elétrica”. *Gazeta Mercantil. Balanço Anual*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 2000, p. 45.

<sup>536</sup> CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 94.

discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista”<sup>537</sup>. Pouco menos de 100 grupos econômicos privados passaram a ter o controle da quase totalidade das empresas públicas brasileiras. Grandes empresas industriais como os grupos Votorantin, Gerdau e Vicunha; grandes bancos como Itaú, Bradesco, Unibanco e Bozano, Simonsen; grandes multinacionais, como as empresas portuguesa e espanhola no setor de telefonia, enfim, o grande capital monopolista nacional e internacional apropriou-se de empresas públicas brasileiras dos setores de siderurgia, petroquímica, mineração, energia elétrica, fertilizantes, telecomunicação, de administração de rodovias e ferrovias, de bancos públicos, etc.<sup>538</sup>. O resultado deste processo de privatização foi a forte queda da participação das empresas estatais no PIB brasileiro ao longo do período 1989/1999: dentre as 40 maiores empresas operando no Brasil, o número de empresas estatais foi reduzida pela metade, caindo de 14 para apenas sete<sup>539</sup>.

Cezar Honorato observa que a privatização no Brasil apresentava-se como um caso emblemático e particular, dado o porte da economia brasileira (uma das dez maiores do mundo), as possibilidades de seu mercado, a complexidade econômica e o tamanho de suas empresas estatais. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que tal situação torna-se ainda mais complexa a partir do momento em que “o processo de privatização latino-americano é marcado pela transnacionalização e, de forma mais grave, com a entrega dos ativos a um número reduzido de investidores que tem suas bases na Europa e nos Estados Unidos”<sup>540</sup>.

A política privatista no Brasil, como já destacamos, reduziu significativamente a presença do Estado nos diferentes setores das atividades produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros. De acordo com Luis Filgueiras, as privatizações estabeleceram uma redefinição na correlação de forças entre os diversos grupos econômicos, enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais, além de permitir o

---

<sup>537</sup> BOITO JUNIOR, Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: *Revista Ideias*, Campinas, ano 9 (1), 2002, p. 15.

<sup>538</sup> BOITO JUNIOR, Armando. Estado e Burguesia no Capitalismo Liberal. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, nº 28, jun. 2007, p. 61; BOITO JUNIOR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 80-81.

<sup>539</sup> DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato 2004. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 69.

<sup>540</sup> HONORATO, Cesar. Breve ensaio acerca das políticas públicas de privatização no Brasil recente. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas e CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História...* Op. cit., p. 153 e 156.

desemprego massificado, a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento da organização sindical <sup>541</sup>. Desta forma, embora não contemple os interesses das classes trabalhadoras, o projeto de hegemonia neoliberal, através de seu discurso privatista, em especial contra os gastos excessivos do Estado e os privilégios dos funcionários públicos, tem-se afirmado de forma ampla na sociedade evidenciando, assim, um novo domínio ideológico no Brasil <sup>542</sup>. Ainda segundo o autor, o governo FHC, expandiu e acelerou as privatizações, tomando para si a tarefa de ampliação dos setores produtivos e as empresas onde os processos de desestatização poderiam ocorrer, incluindo a empresa Vale do Rio Doce e os setores de concessão de serviços públicos, como energia elétrica e telecomunicações <sup>543</sup>. As privatizações, também funcionariam “como uma âncora na estratégia de estabilização de preços”, possibilitando “a existência de crescentes déficits na conta de transações correntes do balanço de pagamentos”, contribuindo de forma importante para a desnacionalização e o processo de centralização de capital na economia brasileira. Processos estes que contaram com a participação central do BNDES, de bancos privados nacionais, de bancos estrangeiros e de fundos de pensão <sup>544</sup>.

No entendimento de Reinaldo Gonçalves, a privatização proporcionou a reconfiguração organizacional e empresarial do núcleo duro do capital produtivo no Brasil. De acordo com o autor, a participação média das empresas estatais no total de vendas das 500 maiores empresas do país declinou de 28,7% no período 1980/1994, para 20,6% no período de 1995/2002 <sup>545</sup>. Assim, tal como enfatizou Cesar Honorato, existe uma forte relação entre os processos de desnacionalização e privatização. Para Gonçalves, o aumento do processo de desnacionalização da economia brasileira verificado especialmente a partir de 1998 resulta, em grande parte, do processo de

---

<sup>541</sup> FILGUEIRAS, Luis. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique (org.). *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 194.

<sup>542</sup> BOITO JUNIOR, Armando. Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In: CAETANO, Gerardo (Org), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006; FILGUEIRAS, Luis. O Neoliberalismo no Brasil... Op. cit., p. 185.

<sup>543</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *A História do Plano...* Op. cit., p. 112.

<sup>544</sup> FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo no Brasil... Op. cit., p. 194-195.

<sup>545</sup> GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo e ARCEO, Enrique (orgs.). *Neoliberalismo y sectores...* Op. cit., p. 219.

privatização de serviços de utilidade pública, com destaque para o setor das telecomunicações, no qual o capital estrangeiro teve presença marcante <sup>546</sup>.

#### 4.1- As privatizações no Brasil

A privatização é o componente principal, talvez o mais característico, da política neoliberal que o capitalismo pratica em escala internacional desde a década de setenta. Afastando o Estado da atividade econômica e da prestação de serviços públicos, as privatizações abririam novos espaços para a reprodução dos lucros privados e, ao mesmo tempo, permitiriam a geração de receitas extras – a partir da venda de estatais e da concessão de serviços – possibilitando ao Estado saldar ou diminuir suas dívidas e investir em áreas que julgasse prioritárias.

No Brasil, a lógica privatista chegou, através de políticas defendidas pelo FMI e pelo Banco Mundial, ainda durante a década de oitenta, quando o país ainda vivia sob o autoritarismo da ditadura militar. Durante a chamada década “perdida”, nos anos 80, as finanças públicas estavam fortemente enfraquecidas pelo aumento do endividamento externo, pelos juros elevados e pelo baixo nível de crescimento econômico. Havia, portanto, sérias dificuldades para a manutenção do modelo desenvolvimentista até então praticado no país.

Na história econômica brasileira recente, a conformação do modelo desenvolvimentista tem o seu início com o governo Vargas, emergido após a Revolução de 1930, quando a industrialização passa a se configurar, prioritariamente, como uma política de Estado <sup>547</sup>.

Desde o período de D. João VI até 1930, foram criadas no Brasil 17 empresas estatais. Entre 1930 e o segundo governo Vargas (1951-1954), passando pelo governo

---

<sup>546</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 195-197.

<sup>547</sup> De acordo com Ricardo Bielschowsky, podemos entender o conceito de desenvolvimentismo como “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7.

Dutra (1946-1951), outras 30 foram criadas, incluindo grandes empresas, como a CSN, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nacional de Álcalis, estatais fundadas durante o período do Estado Novo (1937-1945), e a Petrobrás, criada durante o segundo governo Vargas, em 1953. Os governos seguintes, de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de Jânio Quadro (1961) e de João Goulart (1961-1964), foram responsáveis pela criação de mais 63 empresas do Estado. Mas foi durante a ditadura civil-militar que o país registrou a criação do maior número de estatais. Durante os 21 anos de autoritarismo, surgiram 274 novas empresas públicas <sup>548</sup>.

A primeira “etapa” da política privatista no Brasil teve o seu início, como já mencionamos, ainda durante a década de oitenta. Em julho de 1979, cinco meses após a sua posse, o governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), criou o Programa Nacional de Desburocratização <sup>549</sup>, “destinado a dinamizar e simplificar o funcionamento da administração pública federal”. Entre os seus objetivos estavam o fortalecimento do “sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado”. Visava, ainda, “velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado”. Dois anos depois, em julho de 1981, o mesmo governo criava a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 estatais e pela fusão e transferência para governos estaduais de outras 22 empresas públicas <sup>550</sup>.

---

<sup>548</sup> IPEA/ENAP/IBAM. *Subsídios para a Reforma do Estado*. Volume 05. Desestatização. Brasília: IPEA, 1994; OLIVEIRA, Francisco de. *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil - 1950-1976*. In: MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977; LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998; TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, jan/mar, 1979; TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

<sup>549</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Decreto nº 83.740*, de 18 de julho de 1989. “Institui o Programa Nacional de Desburocratização, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 10.109, 18 de julho de 1989.

<sup>550</sup> Entre 1981 e 1984, vinte empresas estatais foram privatizadas no país. Em geral, eram empresas de médio porte, sendo que somente quatro delas possuíam mais de 500 funcionários. PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 187; PICCOLO, Monica. Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: uma leitura gramsciana. *Texto de Discussão nº 10*, apresentado no POLIS - Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, em 12/09/2007, p.2.

A segunda “etapa” da privatização corresponde ao governo José Sarney (1985-1989). No seu primeiro ano de governo, foi criado o Conselho Interministerial de Privatização, depois transformando, em 1987, em Conselho Federal de Desestatização. Novas formas de privatização foram definidas, prevendo-se desde a abertura do capital social das empresas até sua simples liquidação, passando por gestão privatizada, pulverização de ações, etc. Ao final do governo Sarney, foram privatizadas 17 estatais, gerando uma arrecadação total de US\$ 549 milhões. Entre estas, incluíam-se três importantes empresas: a Sibra (maior empresa produtora de ferro-liga à época); a Aracruz Celulose (uma das maiores indústrias do setor) e a Caraíbas Metais (única metalúrgica de cobre do país). Além destas, duas empresas pertencentes à Siderbrás, holding controladora das empresas estatais do setor siderúrgico, tiveram o seu processo de desestatização encaminhado: a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) e a Usinas Siderúrgicas da Bahia (Usiba) <sup>551</sup>.

É importante observar que, embora os governos Figueiredo e Sarney tenham sido responsáveis por algumas privatizações, estas não se configuravam como medidas centrais da política econômica de tais governos.

Por outro lado, os governos eleitos na década seguinte, Fernando Collor de Mello (1990/1992), Itamar Franco (1992/1994) <sup>552</sup> e FHC (1995/2002), foram responsáveis pela implantação da política neoliberal no país, no qual as privatizações constituíram-se como elementos centrais nos seus governos.

Com Fernando Collor, temos o início da terceira “etapa” do processo de privatização no Brasil. Este governo foi marcado pela tentativa de romper “com os alicerces do desenvolvimentismo”, caminhando no sentido da “liberalização da economia, da desregulação, da associação com o capital estrangeiro, do combate ao intervencionismo estatal e defesa da privatização” <sup>553</sup>. Contudo, tentativas fracassadas de controlar a inflação, dificuldade de base apoio político no Congresso, somaram-se aos

---

<sup>551</sup> VELASCO JÚNIOR, Licínio. A privatização no Sistema BNDES. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, nº 33, junho/2010, p. 312.

<sup>552</sup> Itamar Franco, embora tenha sido presidente do Brasil, não ocupou o cargo eleito pelo voto direto, mas sim na qualidade de vice-presidente de Fernando Collor, que, sofrendo *impeachment* em 1992, não completou o seu período de governo.

<sup>553</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 81.

escândalos e denúncias de corrupção que levariam ao seu impeachment, em setembro de 1992<sup>554</sup>.

Ao assumir, Collor deu início a um processo de enxugamento administrativo no qual foram extintos um total de 24 órgãos estatais, entre autarquias, fundações e empresas públicas<sup>555</sup>. O número de ministérios foi reduzido de 25 para apenas 12<sup>556</sup>. As agências do Banco do Brasil também sofreriam redução, passando de 5.900 para 4.600 e o número de funcionários do banco federal passaria de 138 mil para 121 mil. Durante seus dois anos de governo, cerca de 11.500 funcionários públicos foram demitidos<sup>557</sup>.

O governo Collor também foi o responsável pela instituição do Programa Nacional de Desestatização (PND), que autorizava a privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista. A criação do PND, com a aprovação da Lei nº 8.031<sup>558</sup>, em 12 de abril de 1990, colocaria a privatização como um dos elementos centrais na agenda política dos governos neoliberais que se seguiram desde a sua criação, tornando-

---

<sup>554</sup> Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou a perda do cargo do então presidente Fernando Collor, marco inicial do processo que levou à sua renúncia e à perda de seus direitos políticos por um período de oito anos. Os dois anos finais de seu mandato foram cumpridos pelo seu vice, Itamar Franco, que deu continuidade às reformas neoliberais e às privatizações.

<sup>555</sup> Entre os órgãos públicos extintos no governo Collor destacam-se o Instituto do Açúcar e do Alcool; o Instituto Nacional do Café; o Banco Nacional de Crédito Cooperativo; as Superintendências de Desenvolvimento do Oeste e do Sul; o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, as holdings estatais Portobrás, Siderúrgica Brasileira (Siderbrás); Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, a Interbrás; a Petroquisa; a Embrafilme e a Infaz. ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 160.

<sup>556</sup> O Ministério das Comunicações, o de Minas e Energia e o de Transportes foram fundidos no “superministério” da Infraestrutura. O Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério do Trabalho também foram fundidos, dando origem ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Ministério da Fazenda, parte da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio formaram ao poderoso Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Parte do Ministério da Educação e Cultura transformou-se na Secretaria dos Portos. O Ministério do Interior foi desmembrado em Ministério da Ação Social, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Desenvolvimento Regional, ambas vinculadas diretamente ao presidente da República. O Ministério da Ciência e Tecnologia foi transformado em Secretaria, assim como o Ministério da Cultura. Intensificando ainda mais o processo de redução das agências estatais, o governo Collor fundiu a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) para formar a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Parte da antiga SEPLAN foi também transformada em Secretaria de Administração Federal. Por fim, o Gabinete Civil da Presidência da República foi desmembrado em Gabinete Pessoal da Presidência da República e na Secretaria de Governo. COUTO, Cláudio Gonçalves. *Modernização*. ANDRADE, Regis de Castro e JACCOUD, Luciana. *Estrutura e Organização do Poder Executivo*. Brasília: ENAP/SAF, Vol. 2, 1993, p. 118.

<sup>557</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 267.

<sup>558</sup> O marco jurídico do programa de privatização do governo Collor foi instituído a partir da Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Somaram-se a medida, os Decretos nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a lei anterior, o Decreto nº 99.464, também de 16/08/1990, que designou o BNDES como gestor do programa e a Lei nº 8.250, de 24 de outubro de 1991, que estabeleceu as formas de pagamento das empresas privatizadas. PICCOLO, Monica. *Programa Nacional de...* Op. cit., p. 3.

se um paradigma no processo de reformas do Estado brasileiro na década de noventa. De acordo com a Lei nº 8.031, são objetivos do PND <sup>559</sup>:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferida à iniciativa privada;
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.

O programa de desestatização concentrou os seus esforços na venda de empresas estatais, com a inclusão, nos primeiros anos, de empresas siderúrgicas, petroquímicas e dos demais setores responsáveis pela indústria de base.

O PND foi estruturado a partir de três agências principais: a Comissão Diretora, órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização; o BNDES e uma equipe de consultores privados e auditores independentes.

A Comissão Diretora do PND era diretamente subordinada ao presidente da República, que nomeava seus membros – titulares e suplentes – que depois deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional. Sua composição variava entre oito e doze membros, sendo quatro integrantes do governo, entre os quais o presidente da Comissão, que era sempre o presidente do BNDES, e a outra parte composta por representantes do “setor privado”. Entre as funções principais da Comissão estavam a definição, a fiscalização e a prestação de contas do Fundo Nacional de Desestatização (FND); a elaboração e

---

<sup>559</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Lei nº 8.031*, de 12 de abril de 1990. “Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 7.103, 13 de abril de 1990.

divulgação de um cronograma de execução do PND; a aprovação do modelo de privatização, as condições de vendas das empresas públicas e o preço mínimo das ações a serem alienadas; a publicação de um relatório anual apresentando a relação das empresas a serem privatizadas, bem como das que já haviam sido desestatizadas em anos anteriores; a apresentação da justificativa da inclusão da empresa pública no PND e de um relatório detalhado sobre a sua situação econômico-financeira, destacando a utilização dos recursos obtidos que viessem a ser obtidos com a privatização, entre outras <sup>560</sup>.

O BNDES foi outra agência estatal que teve papel central nas desestatizações, sendo o responsável, pelo Decreto nº 99.464, de 16 de agosto de 1990, pelo gerenciamento do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Além de promover campanhas publicitárias e organizar publicações defendendo o projeto privatista <sup>561</sup>, o BNDES atuava nos leilões de privatização e no financiamento de empresas privadas nacionais e estrangeiras <sup>562</sup> para a aquisição das estatais <sup>563</sup>.

Além da Comissão Diretora e do BNDES, o “terceiro suporte organizacional” em torno do qual o PND foi estruturado era composto por uma equipe de consultores e auditores independentes, responsáveis pela avaliação da estatal e pelo estabelecimento do

---

<sup>560</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 274-275.

<sup>561</sup> No contexto do processo de desestatização da USIMINAS, durante o governo Collor, o BNDES contratou oito agências de publicidade, inclusive estrangeiras, e fez intensa campanha favorável às privatizações. Já no governo FHC, o BNDES organizou a publicação mensal “Privatizar VALE”, que foi enviada aos 15 mil funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, cujo objetivo era conquistar apoio em torno da iniciativa de privatizar a estatal. O BNDES ainda possuía uma publicação quinzenal, “Boletim da Privatização”, voltado principalmente para os funcionários das estatais que seriam vendidas. ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 157 e 161.

<sup>562</sup> Pelo Decreto Presidencial de 24 de maio de 1997, FHC autorizou o BNDES a conceder empréstimos também a grupos estrangeiros. Na semana seguinte ao decreto, um grupo norte-americano comprou um bloco de um terço das ações da Cemig por R\$ 2 bilhões, com metade desse valor financiado pelo BNDES. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado...* Op. cit., p. 57-58.

<sup>563</sup> No setor elétrico, o BNDES financiou R\$ 5 bilhões do total de R\$ 28 bilhões utilizados para a compra das estatais do setor. Nas privatizações do setor de telecomunicações, o BNDES se comprometeu a financiar metade dos lances e dos investimentos das empresas nacionais. No caso do consórcio Telemar, da família Jereissati, como o grupo não tinha dinheiro para pagar a primeira parcela do negócio na privatização das telecomunicações, o BNDES, através do BNDESpar, entrou com mais recursos, tornando-se, então, sócio do consórcio com uma participação de cerca de 25%. O BNDES também financiou a compra da CNS e da Light, com R\$ 1,1 bilhões e R\$ 730 milhões, respectivamente. Além do BNDES, o Banco do Brasil também atuou no financiamento de empresas privadas na compra de estatais. No leilão do Sistema Telebrás, o Banco do Brasil disponibilizou uma carta de fiança no valor de R\$ 847 milhões, permitindo que a Solpart Participação, empresa do grupo Opportunity de Daniel Dantas e criada apenas um mês antes de leilão, pudesse ingressar na disputa pela estatal. A VASP, depois de ter sido privatizada, também recebeu irregularmente dinheiro do Banco do Brasil, uma vez que não era mais uma empresa pública. PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 276-278; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...* Op. cit., p. 38-39 e 96; João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 167; BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado...* Op. cit., p. 19.

modelo de venda da empresa <sup>564</sup>. Além destas funções, também eram responsáveis pela realização de auditorias nos processos de privatização.

Durante o governo Collor, os setores de telecomunicações, petróleo, gás e minerais nucleares ficaram excluídos do PND e, de acordo com as regras do programa, a participação do capital estrangeiro na compra das estatais brasileiras deveria ser limitada em 40% <sup>565</sup>.

Das 18 estatais que haviam sido incluídas no PND em 1990, até dezembro de 1991, somente quatro delas foram privatizadas <sup>566</sup>. A partir de 1992, o PND foi intensificado e 16 estatais foram privatizadas naquele ano. Deste total, nove eram empresas controladas pelo governo federal, na sua maioria, empresas dos setores de siderurgia, petroquímica e de fertilizantes. Além disso, outras 11 empresas públicas foram incluídas no programa de desestatização para serem transferidas para o controle privado <sup>567</sup>. Neste ano, também foram realizadas 11 licitações para serviços de consultoria destinados à privatização de 31 empresas e participações, além de terem sido divulgados os editais de venda de outras três estatais, entre elas, a CSN.

No modelo de privatizações do PND durante o governo Collor foi permitido a utilização de títulos desvalorizados da dívida pública federal na compra das estatais, que, uma vez reconhecidos pelo Tesouro Nacional, eram convertidos nas chamadas “moedas de privatização”, também conhecida como “moedas podres” <sup>568</sup>. No caso da privatização

---

<sup>564</sup> Para cada estatal em processo de privatização, deveriam ser realizadas duas avaliações de empresas de consultoria independentes, denominadas de serviços “A” e “B”. O serviço “A” envolveria a avaliação da empresa e a fixação de um preço mínimo para sua venda. O serviço “B”, além de incluir as tarefas do serviço “A”, teria entres outras funções: avaliação do patrimônio da estatal; montagem e execução do processo de desestatização; identificação de possíveis interessados na compra da estatal; acompanhamento e assessoria do procedimento de venda, etc. Além da atuação destas duas firmas de consultoria, o processo de privatização também deveria ser acompanhado por uma empresa de auditoria externa, que fosse registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 279.

<sup>565</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 282.

<sup>566</sup> No ano de 1990, quando o PND foi instituído, nenhuma estatal foi privatizada. A primeira privatização, a da USIMINAS, só ocorreu em fins de 1991, quando além da siderúrgica, outras três empresas também foram vendidas ao capital privado: CELMA (material aeronáutico), MARFESA (materiais de transporte) e COSINOR (siderurgia). PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 279, 281 e 286.

<sup>567</sup> Foram elas: EMBRAER, COSIPA, CSN, AÇOMINAS, Lloydsbrás, COBRA, RFFSA, AGEF, Light, ESCELSA e Banco Meridional. ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 286.

<sup>568</sup> As desvalorizações destes títulos chegavam a alcançar 50% e, em alguns casos, até 60% de seu valor de face. Isso fazia com que os US\$ 9,026 bilhões arrecadados pelo governo nos processos de privatização até o ano 2000 valessem, na prática, US\$ 4,513 bilhões. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado...* p. 17; POMAR, Valter e GONÇALVES, Reinaldo. *A Armadilha da Dívida: como a dívida pública interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 35; ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 168; PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 282-286; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana...* Op. cit., p. 38-39.

da USIMINAS, por exemplo, dos US\$ 1,494 bilhões arrecadados com a sua venda, somente US\$ 39,1 milhões foram pagos em moeda corrente. No restante do pagamento foram utilizados títulos de dívidas não pagas pelo governo. Nos casos da CELMA, MAFERSA e COSIDOR, o pagamento foi feito integralmente com “moedas podres”<sup>569</sup>. A CSN também teve situação semelhante. A estatal do setor siderúrgico foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 1,01 bilhão foram pagos em “moedas podres”, vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com pagamento financiado em 12 anos. Ou seja, com a venda da CSN só ingressaram nos cofres públicos, em realidade, R\$ 38 milhões. No caso do BANERJ, cujo processo de privatização foi conduzido pelo governo de tucano Marcello Alencar, o mesmo ocorreu: o banco estadual foi vendido ao Itaú por R\$ 311,1 milhões, porém o governo estadual recebeu apenas R\$ 165 milhões. Até 1997, em 45% das estatais privatizadas, nada menos do que 95% do valor destas empresas foram pagos com títulos desvalorizados. Entre elas estavam a Companhia Siderúrgica Nacional (96% pago com “moedas podres”); Cosipa (99,6%). Na venda da Usiminas, petroquímicas, CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), Embraer e Banco Meridional, praticamente o valor integral (100%) foi pago com a utilização de “moedas podres”. Entre 1991 e 1997, do total de R\$ 19,6 bilhões arrecadados pelo governo com a venda de estatais, R\$ 8,9 bilhões foram em “moedas podres”<sup>570</sup>.

A “etapa” seguinte, marcada pela presidência de Itamar Franco, revelou contradições no processo de desestatização. Apesar do adiamento inicial de alguns leilões, entre os quais o da CSN e o da ULTRAFÉRTIL, o governo Itamar deu prosseguimento ao PND, promovendo mudanças em seus procedimentos. A participação do capital estrangeiro foi aumentada de 40% para até 100% e, através do Decreto nº 724, foi dado ao governo federal a prerrogativa de determinar que uma parcela mínima dos recursos obtidos com a privatização fosse pago em moeda corrente, não sendo mais permitido o pagamento integral em “moedas podres”<sup>571</sup>.

Assim, o PND teve continuidade no governo Itamar com a privatização, em 1993, de três grandes empresas do setor siderúrgico (CSN, COSIPA e AÇOMINAS), uma

---

<sup>569</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 284.

<sup>570</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado...* Op. cit., p. 8; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana...* Op. cit., p.38-40 e 67.

<sup>571</sup> PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 292.

empresa do setor de fertilizantes (ULTRAFÉRTIL) e de duas participações minoritárias do setor petroquímico (POLIOLEFINA e OXITENO)<sup>572</sup>.

A quinta “etapa” das privatizações no Brasil e, certamente, a mais importante, corresponde do governo Fernando Henrique que, diferentemente do governo Collor, conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, industrial e financeiro, representadas por diversas entidades e instituições, tais como FEBRABAN, FIESP, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores. FHC, eleito em 1994 e reeleito em 1998<sup>573</sup>, em seu livro de memórias, publicado em 2006, afirma que as privatizações, promovidas em seus dois governos, tinham como objetivo livrar o país da “privatização do Estado”. Esta privatização do Estado teria surgido ainda durante o “período autoritário” e seria resultado da “aliança entre os interesses corporativos dos funcionários e os segmentos do setor privado que haviam conseguido penetrar nos meandros burocráticos para obter vantagens”, o que geraria uma “privatização disfarçada” da esfera pública<sup>574</sup>.

O governo Fernando Henrique também alterou algumas regras do processo de privatizações, estabelecendo novas diretrizes e ampliando o seu escopo. Nos seus oito anos de governo, FHC conseguiu aprovar mudanças constitucionais importantes, entre elas, a eliminação de restrições em relação ao capital estrangeiro, a quebra do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo – abrindo espaço para os leilões de poços e campos petrolíferos a partir da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) – e o fim do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações, possibilitando a venda de empresas

---

<sup>572</sup> Com as privatizações da CSN, COSIPA e AÇOMINAS, o setor siderúrgico estatal foi transferido para o setor privado praticamente em sua totalidade. PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais...* Op. cit., p. 292 e 294.

<sup>573</sup> Em 28 de janeiro de 1997, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada na Câmara dos Deputados, votada em primeiro turno (com 336 votos favoráveis) uma emenda constitucional que permitiu a reeleição para os cargos executivos em todos os níveis no país. Nas eleições seguintes, em outubro de 1998, Fernando Henrique tornou-se o primeiro brasileiro na história a ser reeleito presidente da República. Gravações colocaram sob forte suspeita a aprovação da emenda que permitiu a reeleição de Fernando Henrique. Dois deputados do PFL da bancada do Acre, Ronivon Santiago e João Maia, admitiram terem recebido dinheiro junto a Sérgio Motta (na época, ministro das Comunicações) para votar a favor da emenda. Os deputados acusados, após serem investigados pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, se viram obrigados a renunciar para evitar a cassação de seus mandatos. “Deputado diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R\$ 200 mil”, *Folha de São Paulo*, 13/05/1997; “Novas gravações envolvem ministro na compra de votos”, *Folha de São Paulo*, 14/05/1997.

<sup>574</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *A Arte da Política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 561 apud ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 156.

públicas na área de telefonia <sup>575</sup>. Foram, ainda, incluídos no PND, o setor elétrico, as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos, as telecomunicações e o setor financeiro, que procuraremos tratar com mais detalhes ao longo deste capítulo <sup>576</sup>. Iniciou-se, assim, uma nova fase da privatização no Brasil.

Em maio de 1995, uma comissão do FMI enviada ao país sugeriu que o governo FHC acelerasse o seu programa de privatizações. Segundo o diretor-administrativo do fundo, Michel Camdessus, o governo precisava agir para conseguir que a proposta de venda das estatais passasse mais rapidamente pelo Congresso Nacional <sup>577</sup>.

O documento *Memorando de Política Econômica*, apresentado ao FMI pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, como parte do acordo firmado em novembro de 1998 entre o Brasil e o fundo internacional, destacava as “amplas reformas estruturais” realizadas pelo governo FHC na economia brasileira. De acordo com o documento, “tais reformas incluem a continuada abertura da economia através da liberalização do comércio e dos fluxos de capital”. Sobre as privatizações, o memorando ainda afirmava que, nos últimos anos:

“(...) o governo brasileiro empreendeu um dos programas de privatização mais ambiciosos do mundo. Envolveu tanto o governo federal como os estaduais e municipais; abrangeu os mais variados setores como telecomunicações, energia, portos, ferrovias, mineração, siderurgia, transportes urbanos e instituições financeiras, e tem alcançado sucesso no esforço de atrair investidores estrangeiros. Em 1999, o programa concentrar-se-á nos serviços públicos – que, em vários países, permanecem no domínio público. As

---

<sup>575</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 162; “José Serra define oito pontos que serão emendados na ordem econômica”. In: *Gazeta Mercantil*, 27/01/1995, p. 5.

<sup>576</sup> Pouco depois de sua posse, FHC editou a Medida Provisória nº 841, que ampliou o programa de desestatização e transferiu para o Gabinete de Casa Civil a sua coordenação. A MP alterava, assim, a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o PND. Da mesma forma, substituiu a MP nº 772, de 20 de dezembro de 1994, que incluiu no programa as instituições financeiras e os serviços públicos. A partir de então, as instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pelo governo federal, assim como os bancos estaduais, poderiam ser privatizados. O mesmo valeria para os serviços públicos, entre eles os de eletricidade, portos e transportes. A MP nº 841 também criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND). O CND teria como membros permanentes o ministro-chefe da Casa Civil, que ocuparia também a presidência do CND, o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o ministro da Administração e Reforma do Estado. Quando o assunto do CDN fosse a privatização de uma instituição financeira, o presidente do Banco Central, também participaria das reuniões tendo, inclusive, direito à voto. Também estava prevista a presença de um ministro da pasta ao qual esteja ligada a empresa pública a ser privatizada. Em sua Exposição de Motivos que acompanhou a MP, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que as modificações foram necessárias para “atender com maior presteza as mudanças que a prioridade concedida pelo presidente à reforma do Estado e a complexidade que os novos setores a serem privatizados imporão sobre o programa”. “Cardoso amplia programa de privatização e inclui bancos e serviços públicos”. In: *Gazeta Mercantil*, 23/01/1995, p. 3.

<sup>577</sup> “FMI sugere aceleração na privatização brasileira”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 24/05/1995.

companhias estatais no setor elétrico – geração e distribuição – alguns bancos estaduais remanescentes, como o Banespa, anteriormente pertencente ao Estado de São Paulo e atualmente federalizado, o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, e algumas empresas de serviço de água, gás e esgoto. A concorrência na recente privatização das telecomunicações será fomentada por meio de concessões ao setor privado”<sup>578</sup>.

Especificamente, o comprometimento com as privatização dos bancos estaduais foi reafirmado na terceira avaliação do acordo, realizada em julho de 1999, quando o governo brasileiro assegurava “continuidade à sua política de modernização e redução do papel dos bancos públicos na economia”. Destacava, ainda, o avanço no processo de privatização do banco Meridional e do Banespa, além das “privatizações bem sucedidas dos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, entre outros, nos últimos dois anos”<sup>579</sup>. Pouco depois, na quarta avaliação do acordo, novamente eram destacados “os avanços na área de privatização dos bancos estaduais”<sup>580</sup>.

As privatizações possibilitaram a transferência de gigantes massas de riquezas para grandes grupos econômicos nacionais e também estrangeiros. Esse processo foi facilitado por uma série de estímulos, vantagens e financiamentos dados, pelo governo brasileiro, aos compradores privados das estatais, fazendo das privatizações verdadeiros “negócios da China”<sup>581</sup>. Além disso, houve uma intensa campanha contra as empresas públicas em grande parte da imprensa, realizando, segundo Aloysio Biondi, uma verdadeira “lavagem cerebral na população para facilitar as privatizações”<sup>582</sup>. Entre os principais argumentos favoráveis às privatizações apareciam a diminuição dos preços ao consumidor e a melhoria dos serviços prestados, dada a “maior eficiência” e “racionalidade” das empresas privadas.

---

<sup>578</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Memorando de Política Econômica*. Brasília, 13 de novembro de 1998.

<sup>579</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Memorando de Política Econômica. Terceira Avaliação do Acordo com o FMI*. Brasília, 05 de julho de 1999.

<sup>580</sup> BRASIL. Ministério da Fazenda. *Memorando de Política Econômica. Quarta Avaliação do Acordo com o FMI*. Brasília, 02 de dezembro de 1999.

<sup>581</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 164.

<sup>582</sup> De acordo com o autor, “tendo como argumentos o abatimento da dívida, a atração de capital estrangeiro, o aumento da produtividade e a melhoria dos serviços aos cidadãos e cidadãs, o patrimônio brasileiro foi colocado à venda e oferecido a alguns poucos grupos econômicos internacionais, financiados por bancos estrangeiros e com ajuda do próprio governo brasileiro. O que se escondia, porém, é que na antessala da privatização a infraestrutura das empresas era sucateada, numa política de depreciação do patrimônio nacional, jogando no desemprego dezenas de milhares de profissionais qualificados”. BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 14 e 21.

Algumas estatais foram vendidas com dinheiro em caixa, como a Vale do Rio Doce, que possuía R\$ 700 milhões no momento em que foi privatizada. A TELESP, quando foi vendida para a Telefônica, possuía R\$ 1 bilhão em caixa. Ou seja, a empresa espanhola, que comprou a empresa estatal de telefonia paulista por R\$ 2,2 bilhões, desembolsou, em realidade, apenas R\$ 1,2 bilhões<sup>583</sup>. Além disso, compras e estoques da TELESP também foram repassados para a Telefônica que, com isso, passou oito meses sem precisar adquirir novos materiais<sup>584</sup>.

Embora o discurso privatista insistisse na questão da “falência do Estado” e de que, portanto, o governo não teria condições de investir na modernização das empresas estatais, sendo a melhor saída a transferência de seu controle para a “iniciativa privada”, as empresas públicas brasileiras receberam vultosos investimentos públicos pouco antes de serem vendidas. Assim, a CSN, que foi vendida por US\$ 1,49 bilhões, recebeu um investimento do governo federal de R\$ 1,9 bilhões. A AÇOMINAS, privatizada por US\$ 600 milhões, recebeu uma injeção de recursos públicos da ordem de R\$ 4,7 bilhões. No caso do Sistema Telebrás as cifras dos investimentos públicos foram ainda maiores<sup>585</sup>. Em 1996, o governo duplicou os investimentos no setor de telecomunicações, alcançando o valor de R\$ 7,5 bilhões. No ano seguinte, tais investimentos chegaram a R\$ 8,5 bilhões. No primeiro semestre de 1998, mais R\$ 5 bilhões foram gastos, totalizando, assim, R\$ 21 bilhões de investimentos em dois anos e meio. O Sistema Telebrás foi vendido em 1998, em seu conjunto, por cerca de R\$ 22 bilhões<sup>586</sup>.

Para atrair o interesse dos futuros compradores nos processos de privatização, os governos federal e estadual assumiram as dívidas das empresas estatais e tomaram para si a responsabilidade no pagamento de aposentadorias e indenizações dos funcionários das estatais vendidas. Foi exatamente assim que ocorreu com o BANERJ. Antes de ser privatizado, o governo Marcello Alencar, que conduziu todo o processo de desestatização do banco estadual, tomou um empréstimo de R\$ 3,1 bilhões com a Caixa Econômica Federal para o pagamento de dívidas trabalhistas e previdenciárias. Assim, o Itaú, que

---

<sup>583</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 16.

<sup>584</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 165.

<sup>585</sup> Em dezembro de 1997, poucos meses antes de ser privatizado, o Sistema Telebrás era classificado como o segundo maior grupo estatal brasileiro, com um patrimônio de mais de R\$ 39 milhões, perdendo apenas para a Eletrobrás. *Gazeta Mercantil. Balanço Anual*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1998, p. 120.

<sup>586</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 19; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...* Op. cit., p. 68.

comprou o Banerj por R\$ 311 milhões<sup>587</sup>, ficou isento de ter que assumir tais dívidas<sup>588</sup>. Outros casos semelhantes ocorreram. Antes de suas vendas, o governo assumiu uma dívida de US\$ 2 bilhões da CSN e de US\$ 3 bilhões da FEPASA. Na privatização da COSIPA, vendida por R\$ 300 milhões, o governo incorporou uma dívida de R\$ 1,5 bilhões<sup>589</sup>. Só o saneamento dos bancos estaduais, posteriormente privatizados custou aos cofres públicos cerca de R\$ 70 bilhões.

Os aumentos nas cobranças de tarifas e de serviços, reajustadas às vésperas das privatizações também foi outra forma de favorecimento do capital privado na venda das estatais. Estes aumentos continuaram – em alguns casos até com maior intensidade – depois da desestatização. No caso das tarifas telefônicas, os aumentos a partir de 1995 chegaram a até 500% e, no caso da energia elétrica, até 150%. Com relação a esta última, entre 1995 e 2002, o valor pago pelo consumidor sofreu um reajuste três vezes superior à taxa de inflação acumulada no mesmo período. Poucos dias antes da privatização da Light, a tarifa de energia no Rio de Janeiro sofreu um aumento de 58%. Na preparação para a venda das siderúrgicas, o preço do aço sofreu aumentos de até 300%. De acordo com um estudo da FGV, os serviços de água e de esgoto foram reajustados em 135% após as privatizações<sup>590</sup>.

Uma das principais críticas ao processo de desestatização refere-se aos preços das estatais estabelecidos para a venda nos leilões de privatização. Os valores não se baseavam no patrimônio das empresas, mas sim no faturamento que elas proporcionariam nos anos seguintes. A Rede Ferroviária Federal, por exemplo, teve uma avaliação bastante inferior, de apenas 33% do seu valor real, segundo uma avaliação técnica<sup>591</sup>. O controle acionário da Vale do Rio Doce foi vendido em maio de 1997 por US\$ 3,3

---

<sup>587</sup> Desse valor, o Itaú desembolsou na compra do BANERJ, de fato, apenas R\$ 200 milhões, pois os R\$ 111 milhões restantes foram pagos com “moedas podres”.

<sup>588</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a Privatização dos Bancos Estaduais: o caso do Banco do estado do Rio de Janeiro. *Texto de Discussão nº 17*, apresentado no POLIS - Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, em 14/08/2009, p. 19.

<sup>589</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 166; BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 14.

<sup>590</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 13; ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 166; BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 166-167; RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...* Op. cit., p. 39.

<sup>591</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 39-40.

bilhões <sup>592</sup>. Três anos depois, a empresa, já sob o controle do capital privado teve um lucro de US\$ 1,091 bilhões <sup>593</sup>. A CSN, três anos depois de ter sido privatizada, já contabilizava um lucro de R\$ 254,6 milhões, ficando posicionada em quinto lugar entre os maiores grupos privados nacionais em 1996, com um patrimônio superior à US\$ 4,1 bilhões <sup>594</sup>.

Certamente, o aumento do desemprego constitui-se num dos legados mais perversos da venda das estatais para as classes trabalhadoras. Antes das privatizações, o governo promoveu programas de demissões voluntárias e estímulos a aposentadorias. Após os processos de desestatização, os novos controladores privados, seguindo a lógica do mercado e preocupados exclusivamente com o lucro, deram continuidade a “um violento processo de enxugamento de pessoal, com demissões em massa da força de trabalho das empresas com ampliação desumana das taxas de mais valia relativa e absoluta” <sup>595</sup>.

Na privatização da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), o governo de São Paulo, administrado pelo PSDB de Mário Covas, demitiu, entre 1997 e 1998, mais de dez mil funcionários, assumindo, ainda, a responsabilidade pela aposentadoria de 50 mil ferroviários <sup>596</sup>. Na CSN, o número de funcionários passou de 23,2 mil, em 1989, para 16,35 mil, em 1991. Depois de privatizada, houve uma redução de 5.282 postos de trabalho na siderúrgica no período 1994/1997. Na Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal, em 1995, existiam 4.500 trabalhadores. Dois anos depois, o quadro de funcionários na empresa era de apenas 1.800. Na Petroflex, no período de quatro anos, entre 1990 e 1994, o quantitativo de empregados reduziu-se de 2.510 para somente 742. Na Copesul, a redução dos postos de trabalho foi de 51,7%, na Poliolefinas, 45,1%, na Nitriflex, 45,9%, na Polisul, 10% e na Companhia Industrial de Polipropileno, 4,9%. Em cinco anos, o quadro de funcionários da Excelsa foi diminuído em 13,4%. Na Cosipa, a política de incentivo às aposentadorias reduziu o número de empregados de 16.300 em

---

<sup>592</sup> Segundo Amaury Ribeiro Jr, “a companhia foi privatizada de forma perversa, atribuindo-se valor zero às suas imensas reservas de minério de ferro, capazes de suprir a demanda mundial por 400 anos”. RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana...* Op. cit., p. 70.

<sup>593</sup> A empresa, com negócios diversificados em áreas como mineração, metalurgia, transporte e celulose, quando foi privatizada, já liderava o ranking dos maiores grupos privados brasileiros, com um patrimônio, segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil - 1997, de R\$ 9,5 bilhões.

<sup>594</sup> Gazeta Mercantil. *Balanço Anual*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1997, p. 64.

<sup>595</sup> HONORATO, Cesar. *Breve ensaio acerca...* Op. cit., p. 153.

<sup>596</sup> RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana...* Op. cit., p. 39; BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 13.

1990 para 13.400 em 1992. Estimativas apontam para que cerca de 550 mil postos de trabalho foram eliminados entre 1989 e 1999 no país. Assim, “para uma fatia expressiva de trabalhadores, a privatização significava desemprego”<sup>597</sup>. Para aqueles que continuaram trabalhando nas antigas estatais, o cenário não mudava muito, sendo marcado, em grande parte, pela precarização do trabalho, com perda da estabilidade no emprego e de outros direitos trabalhistas, pela terceirização e pelo aumento da intensidade e do ritmo do trabalho.

Com relação aos bancos estaduais, o resultado das privatizações não foi diferente: além das demissões, ocorreu o fechamento de inúmeras agências bancárias, consideradas “não lucrativas”, prejudicando, desta forma, também a população em geral que ficou carente de serviços bancários em várias localidades do país<sup>598</sup>.

As desestatizações promovidas pelos governos neoliberais brasileiros na década de 1990 beneficiaram um reduzido número de grupos econômicos privados nacionais e estrangeiros. O capital nacional predominou num primeiro momento, uma vez que existiam restrições na legislação para a participação do capital estrangeiro nos leilões de privatização. Nesse período, destacaram-se grandes grupos empresais, do setor industrial, como Votorantin, Suzano, Vicunha, Klabin, Odebrecht, Ipiranga, Gerdau, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, e do setor financeiro, como Itaú, Bradesco, Real, Bamerindus, Econômico, Safra, Unibanco, Opportunity e Bozano, Simonsen. O grupo Vicunha, de Benjamin Steinbruch, comprou a CSN<sup>599</sup>, participou da compra da Light e da Vale do Rio Doce<sup>600</sup>, bem como das malhas ferroviárias Centro-Leste, Sudeste e Nordeste, dos portos de Sepetiba e Angra dos Reis, além de obter concessões de telefonia móvel na Bahia, Sergipe e Minas Gerais. O grupo Vicunha, cuja origem empresarial encontra-se no setor têxtil, atua em diversos outros setores, inclusive financeiro,

---

<sup>597</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 169-170.

<sup>598</sup> Segundo Nise Jinkings, “como muitas outras frações da classe trabalhadora, os assalariados que permaneceram nos bancos estatais experimentaram a *intensificação do trabalho* e a *instabilidade do emprego* como fatores essenciais da degradação de suas condições de existência. A violenta pressão por produtividade, impondo o aumento do ritmo de trabalho e o prolongamento da jornada laboral, em um quadro de ameaça contínua de demissão, marca os ambientes de trabalho desses bancários”. JINKINGS, Nise. Os bancários e a privatização. In: V. Alvim; A. Ferreira. (org.). *A trama da privatização: reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, v. 01, p. 194.

<sup>599</sup> “Por que a Vicunha está na CSN e na Vale”. In: *Exame*, 04/06/1997, p. 22.

<sup>600</sup> O grupo Vicunha “arrematou a Vale por meio do consórcio Brasil, que contava ainda com o Bradesco e a valiosíssima presença da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do BB, dono de um patrimônio de R\$ 37 bilhões”. RIBEIRO JR., Amaury. *A Privatária Tucana...* Op. cit., p. 70.

controlando o banco Fibra <sup>601</sup>. Possui, ainda, uma participação de 41,5% na Companhia de Gás do Ceará (Cegas). O grupo Bozano, Simonsen liderou os consórcios que compraram a USIMINAS e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), prestou assessoria para a aquisição da Cosipa, teve participação na compra da Embraer, através da subsidiária Bozano, Simonsen Limited, além de ter adquirido 100% do capital do banco Meridional. O grupo Opportunity, de Daniel Dantas, realizou investimentos no terminal do porto de Santos <sup>602</sup>, na Vale do Rio Doce e no setor de telefonia, tendo participação no consórcio que comprou a Tele Centro-Sul, a Telemig e a Amazônia Celular <sup>603</sup>. O Itaú adquiriu o Bemge, o BANERJ e o Banestado. O Bradesco comprou o Credireal, o Banco do Estado da Bahia (Baneb), o Banco do Estado do Amazonas (BEA) e o Banco do Estado do Maranhão (BEM).

Chama a atenção a participação do capital bancário privado nacional na compra de participações acionárias em empresas não financeiras. O grupo Bozano, Simonsen, como já mencionamos acima, teve participação na compra de três estatais: USIMINAS (7,6%), na CST (25,45) e na Embraer (16,1%). O Bamerindus foi outro grupo bancário que adquiriu, assim como o Bozano, Simonsen, participação em três empresas privatizadas: Copesul (2,8%), Fosfertil (6,0%) e CNS (9,15). O Bradesco foi outra instituição do setor financeiro que também comprou participação acionária na CSN (7,7%). O Econômico teve participações na Usiminas (5,7%) e na Copesul (4,1%). O Real obteve participação na privatização da Copesul (4,5%) e da Acesita (5,6%). O Boavista comprou 21,4% do capital da Celma, mesma participação percentual comprada na empresa pelo banco Safra, que ainda adquiriu 8,8% na Acesita, através de uma

---

<sup>601</sup> Segundo a fonte *Balanço Anual 1995/1996*, publicação da *Gazeta Mercantil*, o grupo Vicunha era classificado como o 18º maior grupo nacional, atuando nos seguintes setores: química e petroquímica; têxtil e couro; holdings; finanças; transporte e armazenagem; agricultura; comércio varejista e comunicação. Ainda segundo a fonte, o grupo Vicunha detinha o controle sobre doze empresas: Fibra S.A.; Elizabeth S.A. Ind. Têxtil; Vicunha Nordeste S.A. Ind. Têxtil; Textília S.A.; Fibra Du Pont Sudamérica S.A.; Taquari Parts.; Vicunha S.A.; Campo Belo S.A. Ind. Têxtil; Banco Fibra S.A.; Fiação NE do Brasil S.A. Finobrasa; Cia. Taquari Invs.; Fibra NE S.A. O grupo era controlado em parte iguais pelas famílias Rabinovich (50%) e Steinbruch (50%).

<sup>602</sup> O consórcio Santos Brasil foi liderado pelo banco de investimentos Opportunity Leste SA, o mesmo que comprou a Vale do Rio Doce, a Cemig e a Escelsa. O grupo arrematou o Tecon 1, o maior terminal de contêineres da América Latina à época, por um valor quase três vezes superior ao preço mínimo, de R\$ 101 milhões, o que representou um ágil de 171%. Entre os concorrentes estavam a anglo-chinesa Hutchinson, a anglo-australiana P & O e a norte-americana SSA, a maior operadora de contêineres do planeta. Além do Opportunity, que detém 40% do capital, o consórcio é integrado pela Multiterminais do Rio de Janeiro (10%), pela 525 Participações (15%), também do Rio de Janeiro, e pelos fundos de pensão Previ (20%) e Sistel (15%), patrocinados pelo Banco do Brasil e Telebrás, respectivamente. “Leilão do terminal tem ágil de 171%”; “Leilão do terminal é o primeiro em Bolsa”; “Consórcio não revela quanto vai investir”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/10/1997, Segundo Caderno, p. 1, 15 e 16.

<sup>603</sup> RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana...* Op. cit., p. 69.

parceira com o grupo Albatroz S/A. O Unibanco comprou uma participação de 20,0% no capital da CST. O Banco Comercial Bancesa S/A obteve 4,2% do capital da Acesita. Na Açominas, os bancos SRL e BCN, obtiveram participação de 13,4% e 9,9%, respectivamente. É interessante observar que o grupo Itaú não participou da compra de empresas estatais não financeiras, concentrando as suas aquisições em bancos estaduais.

A seguir, apresentamos a Tabela 4.1, referente à participação do capital bancário na compra das principais estatais brasileiras que foram privatizadas (USIMINAS, Celma, Petroflex, Fosfertil, CST, Copesul, Oxiteno, Acesita, CSN, Açominas, EMBRAER e Vale do Rio Doce).

*Tabela 4.1: Participação do capital bancário na compra das estatais brasileiras*

USIMINAS		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Siderbrás/BNDES	85,3%	-
BNDES/opção minoritários	9,4%	0,6%
Nippon-Usiminas	5,0%	13,8%
Empregados	-	9,6%
CVRD - Cia. Vale do Rio Doce	-	15,0%
PREVI - Caixa Prev. Func. Bando do Brasil	-	15,0%
VALIA - Fundo Vale do Rio Doce	-	7,7%
Outras Ent. - Previdência Privada (17)	-	3,4%
<i>Bozano, Simonsen</i>	-	7,6%
<i>Banco Econômico</i>	-	5,7%
<i>Outras instituições financeiras</i>	-	14,9%
Distribuidores de aço	-	4,4%
Outros acionistas adquirentes	-	2,0%

Participação total do capital bancário na privatização da USIMINAS: 28,2% (Bozano, Simonsen, Econômico e outras instituições financeiras).

Celma		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
União Federal	85,5%	-
Pratt & Whitney	10,8%	10,8%
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento	3,3%	-
Empregados	-	3,0%
<i>Banco Boavista</i>	-	21,4%
<i>Banco Safra</i>	-	21,4%
Construtora Andrade Gutierrez	-	21,4%
General Eletric do Brasil	-	9,7%
TELOS - Fundo de Pensão	-	5,3%

Participação total do capital bancário na privatização da Celma: 42,82% (Boavista e Safra)

Petroflex		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Petroquisa	100,0%	-
Consórcio PIC: a) Suzano	-	20,4%
b) Norquisa	-	10,4%
c) Unipar	-	10,2%
d) Coperbo	-	10,0%
Entidades de Previdência Privada nacionais	-	26,0%
<i>Instituições Financeiras Nacionais</i>	-	2,6%
Empregados	-	10,0%
Outros	-	10,0%

Participação total do capital bancário na privatização da Petroflex: 2,6%

Fosfertil		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Petrofertil	76,4%	-
BNDESpar	11,9%	-
Vale do Rio Doce	11,5%	11,5%
Empregados	-	10,0%
Consórcio Fertifós	-	68,5%
<i>Banco Bamerindus</i>	-	6,0%

Participação total do capital bancário na privatização da Fosfertil: 6,0% (Bamerindus)

CST		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Siderbrás	74,0%	-
CVRD	0,1%	15,0%
Kawasaki Steel	13,0%	13,0%
Ilva	13,0%	13,0%
Empregados	-	8,8%
<i>Grupo Bozano, Simonsen</i>	-	<b>25,4%</b>
<i>Unibanco</i>	-	<b>20,0%</b>

Participação total do capital bancário na privatização da CST: 45,4% (Bozano, Simonsen e Unibanco)

Copesul		
Acionistas do capital ordinários	Anterior	Posterior
Petroquisa	67,2%	15,0%
BNDESpar	30,75	-
Consórcio PPE	-	28,8%
Empregados	-	10,0%
Oferta ao público	-	10,0%
Fundo Poolinvest M. Privatização - DS	-	4,6%
<i>Banco Real</i>	-	4,5%
<i>Banco Econômico</i>	-	4,1%
<i>Banco Bamerindus</i>	-	2,8%
Capital estrangeiro (26)	-	4,8%
Entidades Previdência Privada (22)	-	7,1%
Outros	-	5,4%

Participação total do capital bancário na privatização da Copesul: 11,4% (Real, Econômico e Bamerindus)

Oxitenó		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Ultraquímica	60,6%	69,3%
Petroquímica	18,5%	0,6%
Monteiro Aranha	11,3%	11,3%
<i>Dresdner</i>	-	8,9%

Participação total do capital bancário na privatização da Oxitenó: 8,9% (Dresdner)

Acesita		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Banco do Brasil	91,5%	-
Outros acionistas prévios	8,5%	8,5%
Empregados	-	12,4%
PREVI - Caixa Prev. Banco do Brasil	-	15,0%
Fundação Sistel	-	9,2%
<i>Banco Safra/Albatroz S.A</i>	-	8,8%
<i>Banco Real</i>	-	5,6%
<i>Banco Comercial Bancesa</i>	-	4,2%
Fundação PETROS	-	2,2%
Outras Ent. Previdência Privada (37)	-	9,7%
Outros adquirentes	-	22,7%

Participação total do capital bancário na privatização da Acesita: 18,6% (Safra/Albatroz, Real e Comercial Bancesa).

CSN		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Siderbrás/Tesouro	90,8%	-
Empregados	-	11,9%
Caixa Benef. Empregados CSN - CBS	9,2%	9,8%
Docenave (Vale do Rio Doce)	-	9,4%
Grupo Vicunha	-	9,2%
<i>Bamerindus</i>	-	9,1%
<i>Bradesco</i>	-	7,7%
Privatinvest	-	6,3%
<i>Outras Instituições Financeiras</i>	-	12,5%
Outras Ent. Prev. Privada (26)	-	2,7%
Outros	-	11,1%

Participação total do capital bancário na privatização da CSN: 22,3% (Bamerindus, Bradesco e outras instituições financeiras).

Açominas		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Siderbrás	99,0%	-
Cia. Min. Part. Industrial	-	26,8%
<i>Banco SRL</i>	-	13,4%
Empregados	-	20,0%
<i>Banco de Crédito Nacional - BCN</i>	-	9,9%
Mendes Júnior	-	7,6%
Aços Villares	-	6,8%
Outros	1,0%	15,5%

Participação total do capital bancário na privatização da Açominas: 23,3% (SRL e BCN)

EMBRAER		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
União	95,2%	20,0%
Banco do Brasil Investimento	4,7%	4,7%
Empregados	-	10,0%
Reserva para público	-	10,0%
<i>Bozano Simonsen Limited</i>	-	16,1%
Sistel	-	9,8%
PREVI	-	9,8%
Outras 18 entidades de Previdência	-	9,9%
Banval CCTVM	-	2,0%

Participação total do capital bancário na privatização da Embraer: 16,1% (Bozano, Simonsen)

Vale do Rio Doce		
Acionistas do capital ordinário	Anterior	Posterior
Tesouro Nacional	51,2%	15,9%
BNDES	24,8%	15,9%
Fundos de pensão	15,0%	5,0%
BNDESpar/FPS	5,0%	5,0%
Invest Vale	-	4,0%
<i>SPE (Valepar)</i>	-	52,2%

Composição Acionária da Valepar	
CSN	25,0%
Litel Participações S/A	39,0%
Eletron S.A.	17,0%
<i>Sweet River Investment Limited</i>	9,0%
BNDESpar	9,0%
Invest Vale	1,0%

O capital bancário se faz presente indiretamente na privatização da Vale do Rio Doce através da seguinte situação: o Bradesco detém uma participação no capital da CSN e o Nations Bank está presente no capital da Sweet River Investment Limited.

Fonte: BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 69-75.

A partir da eliminação das restrições ao capital estrangeiro, durante o governo FHC, importantes setores do capital nacional aprofundaram suas associações com empresas multinacionais no processo de desestatização. O capital estrangeiro, no entanto, foi mais atuante nas privatizações dos setores de eletricidade, financeiro e de telecomunicações.

A participação do capital estrangeiro foi bastante significativa no período 1995-2002, atingindo 53% do total arrecadado com todas as desestatizações realizadas no Brasil.<sup>604</sup>

No setor de mineração, o consórcio Brasil, que arrematou a Vale do Rio Doce era integrado pelo fundo de investimento do norte-americano Nations Bank, através da Sweet River Investment Limited<sup>605</sup>. A compra da estatal apoiou-se em um empréstimo de US\$ 1,2 bilhões do fundo estrangeiro<sup>606</sup>.

<sup>604</sup> As empresas privadas nacionais, por sua vez, responderiam por 26% da receita das privatizações, cabendo 7% às instituições do setor financeiro, 8% às pessoas físicas e 6% às instituições de previdência privada. BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

<sup>605</sup> O Consórcio Brasil, liderado pela CSN – vendida ao grupo Vicunha, de Benjamin Steinbruch em 1993 – contava, além do Nations Bank (fundo) e do Opportunity, com importantes fundos estatais, como a Previ (fundo de pensão do BB), a Petros (fundo de pensão da Petrobrás), a Funcef (fundo de pensão da CEF) e a Funcesp (fundo de pensão dos empregados da Cesp). A participação dos fundos de pensão foi resultado da intervenção direta de FHC no processo, favorecendo o grupo de Benjamin Steinbruch. O Consórcio Brasil, que depois passou a se chamar Valepar, contava, ainda, com a participação indireta do Bradesco, que detinha 17,9% do capital votante da CSN. A participação do Bradesco na privatização da Vale do Rio Doce foi questionada por mais de 100 ações populares, uma vez que o banco participou do consórcio de

No setor elétrico, a estatal francesa Electricité de France (EDF) e as norte-americanas AES Corporation, Houston Industries Energy e Inc. (atual Realiant Energy) participaram dos consórcios compradores da Eletropaulo e da Light. A CERJ foi adquirida por um consórcio formado pela chilena Chilectra, a portuguesa EDP e a espanhola Endesa. O grupo espanhol Iberdrola integrou os consórcios que venceram os leilões de distribuição de energia na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

No setor financeiro, o espanhol Santander comprou, no ano de 2000, os bancos Meridional e o Banespa, tornando-se, desde então, um dos maiores grupos do país.

As multinacionais também predominaram nas privatizações do setor de telecomunicações, com destaque para o capital espanhol e português. Os grupos estrangeiros passaram a controlar dez do total de 12 empresas que integravam o Sistema Telebrás, vendido por cerca de R\$ 22 bilhões. As dez empresas que passaram para o controle estrangeiro representavam 82% do valor total arrecadado com o leilão. Os maiores compradores foram três empresas espanholas (Telefônica S.A., Iberdrola e o banco Bilbao Vizcaya Argentaria) e a Portugal Telecom. Juntas, estas empresas pagaram o equivalente a R\$ 11 bilhões para a compra de quatro empresas<sup>607</sup>.

A Telesp foi comprada pelo consórcio formado pelas espanholas Telefônica, Iberdrola e BBVA, além da Portugal Telecom, que superou o grupo concorrente formado pela Telecom Itália, Bradesco e Globo. A Embratel foi adquirida pela norte-americana MCI. A canadense TW participou na compra da Telemig Celular. A Telecom Itália se tornou acionista da Tele Centro Sul, Tele Nordeste Celular e da Tele Celular Sul<sup>608</sup>.

Dessa forma, as privatizações contribuíram de maneira significativa para a desnacionalização da economia brasileira e para o aumento da vulnerabilidade externa do país. Os dados do Banco Central mostravam que, o período 1996/1997, o fluxo bruto de IED na economia brasileira foi de US\$ 29,2 bilhões. Deste total, US\$ 7,9 bilhões

---

avaliação da estatal, ainda em 1995, e, ao mesmo tempo, participou como investidor no leilão de privatização. Tal fato constitui-se como uma irregularidade segundo o artigo 9º da Lei de Licitação, que proibia a participação no leilão de compra de empresas que participaram da avaliação da estatal. Por outro lado, o consórcio favorito, o Valecom, era liderado pelo grupo Votorantim, de Antônio Ermírio de Moraes, e contava com a participação da Anglo American, do Centrus (fundo de pensão do BC), do Sistel (fundo de pensão da Telebrás), da Caemi-Mitsui e da Japão-Brasil Participação (formado por 12 corporações). O empresário paulista controlador do grupo Votorantim chegou a se reunir com FHC para reclamar da concentração de fundos no Consórcio Brasil e pediu uma participação mais equilibrada. Apesar disso, o Consórcio Brasil acabou ficando com a maioria dos fundos. “Saiba os bastidores da privatização da Vale do Rio Doce”. In: *Folha de S. Paulo*, 05/05/2002.

<sup>606</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 137.

<sup>607</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 149.

<sup>608</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 145.

correspondiam ao ingresso por meio de privatizações de empresas estatais, ou seja, 27% do total de IED. No período acumulado de 1995/1998, as empresas de capital estrangeiro responderam por 42,1% do valor acumulado com as privatizações. Somente até novembro de 1998, as empresas de capital estrangeiro, impulsionadas pela desestatização do setor de telecomunicações, ficaram com 59,3% das privatizações <sup>609</sup>. Reinaldo Gonçalves chama a atenção para o fato de que a participação do capital estrangeiro “é ainda maior à medida que os sócios brasileiros vendem as suas participações” <sup>610</sup>.

*Tabela 4.2: Participação estrangeira nas privatizações brasileiras (1991/2002)*

Valores em US\$ milhões

País	PND		Estaduais		Telecomunicações		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
EUA	4.318	15,1	6.024	21,6	3.692	12,8	14.034	16,5
Espanha	3.606	12,6	4.027	14,4	5.042	17,5	12.675	14,9
Portugal	1	0,0	658	2,4	4.224	14,7	4.882	5,7
Itália	-	-	143	0,6	2.479	8,6	2.621	3,1
Chile	-	-	1.006	3,6	-	-	1.006	1,2
Bélgica	880	3,1	-	-	-	-	880	3,1
Inglaterra	2	0,0	692	2,5	21	0,1	715	0,8
Canadá	21	0,1	-	-	671	2,3	692	0,8
Suécia	-	-	-	-	599	2,1	599	0,7
França	479	1,7	196	0,7	10	0,0	686	0,8
Holanda	5	0,0	410	1,5	-	-	415	0,5
Japão	8	0,0	-	-	256	0,9	264	0,3
Coréia do Sul	-	-	-	-	265	0,9	265	0,3
Argentina	-	-	148	0,5	11	0,0	159	0,2
Alemanha	75	0,3	-	-	-	-	75	0,1
Uruguai	0	0,0	-	-	-	-	0	0,0
Outros	1.815	2,6	350	1,3	-	-	2.165	1,3
Participação Externa	11.210	36,4	13.654	48,9	17.270	59,4	42.134	48,0
Total	30.824,2	100	27.948,8	100	29.049,5	100	87.822,5	100

<sup>609</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 144.

<sup>610</sup> Menos de cinco meses após a privatização do Sistema Telebrás, a Globopar e o Bradesco comunicaram à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que venderiam a sua participação na Tele Nordeste Celular e na Tele Celular Sul para a Telecom Itália. GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e...* Op. cit., p. 145.

Fonte: BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1990/1994*, 26 de agosto de 2002; BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

Além da participação direta do capital externo na compra de estatais brasileiras, deve-se considerar a participação, na prestação de serviços para o governo brasileiro, de empresas de consultoria e de bancos estrangeiros para a avaliação dos preços mínimos para os leilões de privatização e a definição da modalidade de venda. Segundo João Arêas, “desempenharam este papel, dentre outros, Deutsch Bank, Prince Waterhouse, Solomon Brothers, Merrill Lynch, Lehman Brothers, Morgan Stanley, First Boston, Dresdner Kleinwort Berson, Mckinsey e Arthur Andersen”<sup>611</sup>.

*Tabela 4.3: Resultado da venda das estatais por tipo de investidor (1995/2002)*

Valores em US\$ milhões

Compradores	Valor	Participação percentual
Investidores estrangeiros	41.737	53%
Empresas nacionais	20.777	26%
Setor financeiro nacional	5.158	7%
Pessoas físicas	6.316	8%
Fundos de pensão	4.626	6%
Total	78.614	100%

Fonte: BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1990/1994*, 26 de agosto de 2002; BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

<sup>611</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* op. cit., p. 174.

Tabela 4.4: Privatizações - participação setorial (1990/2002)

Setor	Posição percentual
Telecomunicações	31%
Energia Elétrica	31%
Mineração	8%
Siderurgia	8%
Petróleo e Gás	7%
Financeiro	6%
Petroquímico	4%
Transporte	2%
Saneamento	1%
Outros	2%

  

Valor total arrecadado	US\$ 105,30 bilhões
------------------------	---------------------

Fonte: BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1990/1994*, 26 de agosto de 2002; BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

Tabela 4.5: O peso das “moedas podres” nas privatizações federais concluídas até 31/12/1998 (\*)

Valores em US\$ bilhões

Tipo de moeda	Valor	Peso percentual
Moeda corrente	10,59	54%
Dívidas securitizadas	4,26	22%
Debêntures Siderbrás	1,49	7%
Certificados de privatização	1,29	7%
Títulos da Dívida Agrária	0,81	4%
Outros	1,14	6%
Total	19,61	-

(\*) excluído o setor de telecomunicações

Fonte: BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 64.

Tabela 4.6: O total de “moedas podres” utilizadas nas privatizações (1991/1997)

Anos	Valor do total	Moedas podres	Peso percentual
1991-1997	19,6 bi de dólares	8,9 bi de dólares	45%

Entre as empresas cujo valor foi pago com 95% ou mais de moedas podres nos leilões, estão: CSN (96%); Cosipa (99,6%); Usiminas (100%), petroquímicas (100%), CST (100%), Embraer (100%) e Meridional (100%).

Fonte: BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado...* Op. cit., p. 64.

## 4.2- O sistema financeiro estadual

O sistema financeiro estadual foi constituído, em sua maior parte, no longo período compreendido entre as décadas de 1920 e 1970, dentro de uma tendência de crescente intervenção na economia por parte do Estado brasileiro <sup>612</sup>. Um dos principais fatores que pode ser apontado como determinante para criação dos bancos estaduais ao longo daquelas décadas era a ausência de um sistema bancário privado que pudesse financiar o desenvolvimento e o crescimento dos diferentes Estados brasileiros, especialmente de regiões consideradas periféricas, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dentro deste contexto, o sistema financeiro estadual desempenhou uma importante função no desenvolvimento econômico dos Estados brasileiros até, pelo menos a metade da década de 1990, quando, o governo FHC patrocinou um avançado processo de privatização resultando, praticamente, na sua quase extinção em um período de pouco mais de quatro anos <sup>613</sup>.

---

<sup>612</sup> Nos últimos trinta anos, apenas três bancos estaduais foram criados, em função da transformação de territórios federais em estados (Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso do Sul e Tocantins), sendo que Mato Grosso do Sul e Tocantins não chegaram a constituir bancos estaduais próprios. Foram eles: Beron (Banco do Estado de Rondônia); Baner (Banco do Estado de Roraima) e Banap (Banco do Estado do Amapá). JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, p. 17-18.

<sup>613</sup> Das 33 instituições financeiras e bancos estaduais existentes no Brasil quando da criação do PROES, apenas seis instituições permaneceram sob o controle do governo de seus respectivos estados: Banestes (Banco do Espírito Santo), Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), Banese (Banco do Estado de Sergipe), Banpará (Banco do Estado do Pará), Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e o BRB (Banco Regional de Brasília). O BESC (Banco do Estado de Santa Catarina) e o NCNB (Nossa Caixa Nosso Banco), embora não tenham sido privatizados, os governos de Santa Catarina e de São Paulo perderam o controle sobre as suas instituições bancárias, pois estas foram incorporadas pelo Banco do Brasil.

A partir da década de 1920, regiões economicamente mais dinâmicas, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além do Espírito Santo e do Paraná, passaram a dispor de pelo menos um banco estadual, visando, principalmente, ao financiamento da produção agrícola local e de serviços públicos. Entre as décadas de 1940 e 1970, outros bancos públicos foram sendo criados no país, de acordo com o interesse e a necessidade de cada governo estadual. O Quadro 4.7 mostra como se deu a expansão dos bancos públicos estaduais no Brasil ao longo das décadas.

*Quadro 4.7: Datas de criação dos bancos estaduais no Brasil*

Instituição	Ano de criação
Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal)	1889
Banco do Espírito Santo (*)	1919
Banco do Estado de São Paulo (Banespa)	1926
Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul)	1928
Banco do Estado do Paraná (Banestado)	1928
Banco do Estado da Paraíba (Paraiban)	1930
Banco Mineiro do Café (Bemge) (**)	1937
Banco do Estado do Rio Grande do Norte (Bandern)	1936
Banco de Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo (Banestes)	1937
Banco do Estado do Maranhão (BEM)	1939
Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (Bemge) (**)	1944
Banco da Prefeitura do Distrito Federal (Banerj) (***)	1945
Banco de Crédito do Estado do Rio de Janeiro (Banerj)	1950
Banco do Estado de Goiás (BEG)	1955
Banco do Estado do Amazonas (BEA)	1958
Banco Comercial e Agrícola do Piauí (BEP)	1958
Banco de Fomento do Estado da Bahia (Baneb)	1960
Banco do Estado do Pará (Banpara)	1961
Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)	1962
Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe)	1962
Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban)	1963
Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe (Banese)	1963
Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat)	1963
Banco do Estado do Ceará (BEC)	1964
Banco da Produção e Fomento do Estado do Acre (Banacre)	1964
Banco Regional de Brasília (BRB)	1966

Banco do Estado de Rondônia (Beron)	1983
Banco do Estado do Roraima (Banroraima)	1990
Banco do Estado do Amapá (Banap)	1992

(\*) Esse banco foi vendido ao banco privado Pelotense, o qual foi liquidado em 1931.

(\*\*) Estas instituições dariam origem ao Bemge.

(\*\*\*) Banco criado na antiga capital do país, Rio de Janeiro, depois da criação do Distrito Federal na região Centro-Oeste, passou a ser Banco Regional de Brasília - BRB, em 1966.

Fonte: LUZ, Ivoir da e GÓIS, Sandra Lúcia Videira. Bancos Estaduais: agentes financeiros em extinção. In: *Revista Eletrônica Lato Sensu*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008, p. 6-7.

De acordo com dados do Sindicato dos Bancários de São Paulo, quando da implantação do Plano Real, os bancos privados estavam presentes em 1.608 municípios brasileiros, o que correspondia a 32% do total das cidades do Brasil. Em geral, estavam localizados em grandes e médias cidades, com grande movimentação financeira. Por outro lado, os bancos públicos (considerando bancos estaduais e federais) atendiam a 3.262 municípios, ou seja, a 65% do total de cidades brasileiras. Quanto ao fornecimento de crédito, os bancos públicos eram responsáveis por 77,7% dos financiamentos destinados à habitação, 85% do crédito agrícola e 90% dos empréstimos repassados ao setor público para obras de infraestrutura, saneamento básico e outros melhoramentos para o desenvolvimento das municipalidades brasileiras<sup>614</sup>. De acordo com a Associação Brasileira de Bancos Estaduais e Regionais (ASBACE), em 1993, os bancos estaduais possuíam 560 agências pioneiras, ou seja, as primeiras agências instaladas nos diversos municípios brasileiros. Em 1996, o sistema de bancos estaduais somava ativos no valor de R\$ 123 bilhões, o que correspondia a 17,6% do total de ativos do sistema financeiro nacional. Naquele ano, o sistema financeiro estadual possuía um total de 3.900 agências e 134 mil funcionários (aproximadamente 22,4% de todo o sistema financeiro nacional)<sup>615</sup>.

O ordenamento legal que regia o funcionamento dos bancos estaduais era essencialmente o mesmo dos bancos privados: a lei do mercado financeiro e de capitais (Lei nº 4.595/64), a lei das sociedades anônimas (Lei nº 6.404/76), resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normas editadas pelo Banco Central. Os bancos

<sup>614</sup> JINKINGS, Nise. Os bancários... Op. cit., p. 189 - 190.

<sup>615</sup> JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais...* Op. cit., p. 19.

estaduais obedeciam, ainda, à lei estadual que autorizava a sua criação, e as caixas econômicas estaduais eram organizadas como autarquias, não estando, portanto, sujeitas à lei das sociedades anônimas <sup>616</sup>.

Em 1988, os bancos estaduais e as caixas econômicas estaduais respondiam por 10% dos ativos totais e depósitos do sistema financeiro brasileiro, além de 17% das operações de crédito e por 6% do patrimônio líquido (Tabela 4.8).

*Tabela 4.8: Participação do sistema de bancos estaduais no sistema financeiro brasileiro no ano de 1988 (em Cr\$)*

	Bancos Estaduais (a)	Área Bancária (b) *	(a) / (b)
Operações de crédito	10.913.518.466.873	62.767.812.634.973	17,4
Total geral do ativo	17.285.488.357.843	173.533.884.826.040	10,0
Depósitos	5.826.086.966.392	57.595.298.702.275	10,1
Patrimônio líquido	893.454.914.823	14.819.095.576.968	6,0

(\*) Inclui bancos múltiplos, comerciais e caixas econômicas estaduais.

Fonte: JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais...* Op. cit., p. 18.

Naquele mesmo ano, existiam 43 bancos públicos no sistema financeiro brasileiro, sendo que deste total, seis eram bancos federais e 37 eram bancos estaduais. Os bancos privados nacionais somavam 44 e os bancos estrangeiros (incluídos aqueles com participação, controlados ou filiais) eram representados por 30 instituições financeiras. Por estes números, podemos perceber ainda a importância e a representatividade dos bancos estaduais ao final da década de 1980. Em dez/1994, o número de bancos estaduais apresentava uma pequena redução em comparação à dez/1988, passando de 43 para 40. Ainda sim, o número de bancos estaduais continuava a ser bastante significativo <sup>617</sup>. Ao

<sup>616</sup> JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais...* Op. cit., p. 19.

<sup>617</sup> Segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil de 1996, o setor financeiro respondia por 62,2% (ou 15 empresas) das 23 maiores estatais do país. Entre os 20 maiores grupo estatais, verificava-se a presença, além do BNDES (5ª), da Caixa Econômica Federal (9ª) e do Banco do Brasil (10ª), de outras 10 instituições financeiras: Banestado (11ª), Banrisul (12ª), Meridional (13ª), Bemge (14ª), BRB (15ª), BESC (16ª), Baneb (17ª), Banestes (18ª), Credireal (19ª) e BEG (20ª). Destas 13 instituições, apenas quatro são controladas pelo governo federal: BNDES, Banco do Brasil, CEF e o Meridional (embora seja um banco com presença concentrada no Rio Grande do Sul). Os demais eram bancos estaduais.

início de 1994, contudo, e, especialmente a partir de 1998, o que podemos perceber é o início de uma drástica política de redução do número de bancos estaduais em detrimento de um aumento da participação de instituições financeiras controladas por grupos privados nacionais e também estrangeiros. Em dez/1998, o cenário já era bastante diferente daquele de dez/1994: o número de instituições financeiras controladas pelos estados brasileiros passaria de 34 para 24. Este número decairia para oito em dez/2000 e para seis em dez/2003, número este mantido em 2004 (Tabela 4.9).

*Tabela 4.9: Evolução do número de bancos por controle de capital no sistema financeiro brasileiro, entre dezembro/1988 e dezembro/2004.*

Tipo de Instituição	Dez/88	Dez/94	Dez/98	Dez/00	Dez/03	Dez/04
Bancos Públicos Federais	6	6	6	8	7	7
Bancos Públicos Estaduais	37	34	24	8	6	6
Total de Bancos Públicos	43	40	30	16	13	13
Bancos Privados Nacionais	44	154	105	93	78	82
Total de Bancos Nacionais	87	194	135	105	91	95
Bancos com participação estrangeira	5	31	18	14	10	10
Bancos com controle estrangeiro	7	20	43	57	53	49
Bancos estrangeiros (filiais)	18	18	16	13	9	9
Total de Bancos Estrangeiros	30	69	77	84	72	68
Total do Sistema Financeiro Nacional	117	263	212	193	163	163

Fonte: CORAZZA, Gentil e OLIVEIRA, Reci. *Os Bancos Nacionais Face à Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro*. Análise Econômica (UFRGS), v. 25, 2007, p. 160.

O número total de municípios atendidos no Brasil por agências bancárias de 1994 a 1998 passou de 18.760 para 16.060, uma queda expressiva no atendimento e nos serviços nas municipalidades brasileiras. A redução da participação dos bancos estaduais também pode ser notada na Tabela 4.10, que detalha a participação percentual das

instituições financeiras nos ativos totais do sistema financeiro brasileiro. Entre dez/1994 e dez/1997, quando o programa de privatizações dos bancos estaduais ainda estava se iniciando, a participação percentual dos bancos públicos e caixas estaduais no total de ativos do sistema financeiro brasileiro ainda era alto, ficando pouco abaixo dos 20%. A partir de dez/1998, ocorre uma forte redução, chegando até 5,5% em 2004, quando restariam poucos bancos estaduais.

*Tabela 4.10- Participação percentual dos bancos nos ativos totais do sistema bancário*

Tipo de Instituição	Dez/94	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04
Bancos Públicos e Caixas Estaduais	18,4	19,1	11,4	10,2	5,6	4,3	5,9	5,8	5,5
Banco do Brasil	18,3	14,4	17,4	15,8	15,6	16,8	17,1	18,4	17,4
CEF	15,0	16,6	17,0	17,1	15,4	11,0	11,7	13,0	11,5
Bancos Privados Nacionais	41,2	36,8	35,3	33,1	35,2	37,2	36,9	40,8	41,7
Bancos com controle estrangeiro	7,1	12,8	18,4	23,2	27,4	29,9	27,4	20,7	22,4
Cooperativas de Crédito	0,2	0,4	0,5	0,7	0,8	0,9	1,0	1,3	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: CORAZZA, Gentil e OLIVEIRA, Reci. *Os Bancos Nacionais...* Op. cit., p. 168.

A primeira medida, que marcaria o governo FHC com relação ao tratamento dos bancos públicos estaduais, data, ainda, do final de 1994, quando foi decretado o RAET pelo BC em dois dos maiores bancos estaduais do sistema financeiro brasileiro: o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). No caso do BANERJ, como veremos mais adiante, a decretação do RAET pode ser considerada como o início do seu processo de privatização, ao contrário do Banespa que passou por um processo bem mais longo do que a instituição financeira carioca, que incluiu a sua federalização, até ser privatizado. Logo em seguida da decretação do RAET no Banespa e no BANERJ, mais três instituições financeiras estaduais sofreriam a

intervenção do Banco Central: o Banco do Estado de Alagoas (Produban) <sup>618</sup>, em 23/01/1995, o Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat) <sup>619</sup>, em 02/02/1995, e o Banco do Estado de Rondônia (Beron) <sup>620</sup>, em 20/02/1995. Estas três instituições, pouco depois, sofreriam processo de liquidação. Segundo dados do próprio Banco Central, o fechamento do Beron deixou 12 municípios desatendidos de um total de 15 existentes no estado de Rondônia.

Em novembro de 1995, foi editada a Medida Provisória 1.182 (depois convertida na Lei nº 9.447, de 15/01/1997) que estabeleceria que, na possibilidade de intervenção do Banco Central e na decretação do regime especial nos bancos estaduais, seria também decretada a responsabilidade de seus controladores e a indisponibilidade de seus bens <sup>621</sup>. A mesma lei daria poderes ao Banco Central para determinar aos controladores das instituições financeiras estaduais, mesmo que não sofrendo a aplicação de regime especial, a adoção de uma série de medidas necessárias, no entendimento do Banco

---

<sup>618</sup> Classificado como o décimo maior banco estadual pelo *Balanço Anual* da Gazeta Mercantil, o Produban possuía, em janeiro de 1995 – período em que sofreu intervenção do BC – 28 agências, 1.055 funcionários e 37.487 correntistas. “Produban, já em regime de administração especial pelo BC, será o próximo”. In: *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995, p. 17; “Intervenção no Produban vai esperar volta de Arida”. In: *Gazeta Mercantil*, 16/11/1995, p. 16; “Adiada intervenção no Produban”. In: *Gazeta Mercantil*, 19/01/1995, p. 16; “Com sérios problemas de liquidez, Produban entra hoje em intervenção”. In: *Gazeta Mercantil*, 23/01/1995, p. 15; “A opção é privatizar”. In: *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995, p. 4; “Produban acumulava um passivo a descoberto de mais de R\$ 8 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995, p. 16.

<sup>619</sup> Quando sofreu intervenção do Banco Central, o Bemat contava com 44 agências e um quadro de 1.380 funcionários. “BC deve intervir no Banco do Estado de Mato Grosso nesta quarta ou quinta-feira”. In: *Gazeta Mercantil*, 16/11/1995, p. 8; “Dante aguarda estudos sobre o Bemat para transformá-lo em banco de fomento”. In: *Gazeta Mercantil*, 19/01/1995, p. 16; “Novo enfoque com o Bemat”. In: *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995, p. 16; “O BC intervém no Bemat”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995, p. 1; “Com prejuízo e excesso de pessoal, Bemat entra em intervenção pelo BC”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995, p. 20.

<sup>620</sup> Criado em 1983, o Beron contava com 27 agências no estado de Rondônia, uma em São Paulo e outra em Brasília, além de 92 postos de atendimento bancário e 1.450 funcionários. “Malan diz que outras três instituições têm problemas”. In: *Gazeta Mercantil*, 05/01/1995, p. 1; “Novas intervenções”. In: *Gazeta Mercantil*, 01/02/1995, p. 1; “Bemat e Beron podem ter intervenções decretadas pelo BC ainda esta semana”. In: *Gazeta Mercantil*, 01/02/1997, p. 17; “BC prepara intervenção no Beron, que acumula perda de R\$ 13 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, 17/02/1995, p. 21; “Rombo de R\$ 33 milhões apressou a intervenção”. In: *Gazeta Mercantil*, 20/02/1995, p. 19.

<sup>621</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Medida Provisória nº 1182*, 17 de novembro de 1995. “Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, Edição Extra, página 18.525, 18 de novembro de 1995. Substituído por: BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Lei nº 9.447*, 14 de março de 1997. “Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, Edição Extra, página 5.196, 15 de março de 1997.

Central, para a recuperação do banco, tais como a sua capitalização, reorganização societária ou até mesmo a transferência de controle acionário.

A redução do sistema financeiro estadual ganharia impulso com a criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), através da Medida Provisória nº 1.514, de 07/08/1996, em sua primeira versão, reeditada pela sexta vez, como Medida Provisória nº 1556, de 18/12/1996, e, em seguida como Resolução nº 2.365 e Circular nº 2.742, ambas de 28/02/1997 e, posteriormente, Circular nº 2.745 de 18/03/1997<sup>622</sup>. Tais medidas conferiam ao Conselho Monetário Nacional poderes para baixar normas, possibilitando, de maneira formal, a instituição do PROES enquanto política pública voltada para a redução do sistema financeiro estadual.

Tendo sido reeditado várias vezes desde a sua criação<sup>623</sup>, o PROES constituiu-se em um amplo programa de reestruturação financeira dos bancos estaduais, mediante a sua extinção, transformação em instituição não-financeira (agência de fomento), saneamento e, fundamentalmente, privatização<sup>624</sup>. Seu objetivo principal era o de disponibilizar linhas especiais de assistência financeira dentro do processo de renegociação das dívidas dos estados brasileiros com o governo federal<sup>625</sup>. Assim, o Banco Central avaliaria caso a caso os pedidos de auxílio financeiro no âmbito do PROES<sup>626</sup>. Os valores obtidos nos casos de privatização, por exemplo, seriam destinados ao governo federal, para a quitação parcial ou total do financiamento ou refinanciamento concedido através do PROES<sup>627</sup>.

---

<sup>622</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Medida Provisória nº 1.514*, de 05 de setembro de 1996. “Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências”. Brasília, Seção II, página 17.558, 06 de setembro de 1996. Regulamentado por: BRASIL. Banco Central. *Resolução nº 2.365*, de 28 de fevereiro de 1997. “Institui Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), no âmbito dos mecanismos estabelecidos na Medida Provisória nº 1.556-7, de 13.02.97”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997.

<sup>623</sup> Em janeiro de 2001, pouco depois da privatização do Banespa, o PROES estava na sua 62ª edição.

<sup>624</sup> Uma das experiências internacionais que serviria de modelo para as privatizações dos bancos estaduais no Brasil seria o México que, nos últimos anos, havia privatizado praticamente todo o setor bancário do país. “Maior peso político para a privatização”. In: *Gazeta Mercantil*, 05/01/1995, p. 19.

<sup>625</sup> “BC cria programa para viabilizar a venda de três bancos”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 03/03/1997; “BC regula última linha do PROES”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-9, 19/03/1997.

<sup>626</sup> ARAUJO, Elder Linton Alves de. *Os Bancos Públicos frente ao processo de privatização e internacionalização bancária no Brasil nos anos 90*. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 38.

<sup>627</sup> Como veremos, ao estudar cada caso dos bancos estaduais privatizados, os valores obtidos com as suas vendas eram inferiores aos recursos tomados a partir da adesão ao PROES. Com isso, além dos Estados brasileiros perderem o controle de seus bancos, o capital privado comprador se beneficiaria enormemente do processo, uma vez que compraria somente os ativos das instituições bancárias privatizadas.

Os principais argumentos para a privatização dos bancos estaduais apontavam para problemas estruturais, devido à “excessiva concentração de créditos, com elevado grau de inadimplência” e ao grande volume de emissão de títulos públicos estaduais, “o que os torna altamente dependentes de recursos no mercado financeiro, a taxa que, geralmente se situam bem acima daquelas regularmente praticadas”<sup>628</sup>.

Assim, a criação do PROES viria a formalizar a reforma bancária do governo Fernando Henrique Cardoso, em consonância com as orientações dos principais organismos financeiros internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Na Tabela 4.11 é possível a verificação da composição do sistema financeiro formado pelos bancos estaduais tal como existia ao iniciar-se o PROES, mostrando o tamanho das instituições por meio de indicadores como número de agências e de funcionários. O sistema financeiro estadual era composto por 26 bancos comerciais e múltiplos, seis bancos de desenvolvimento (Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte), duas caixas econômicas (Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul e Nossa Caixa Nosso Banco), um banco de crédito mobiliário (Rondônia Crédito Mobiliário), além de 30 empresas financeiras, somando um total de 63 instituições financeiras.

Entre estes bancos, estavam instituições de grande porte, como o Banespa que, em dezembro de 1996, ocupava a terceira posição na classificação dos maiores bancos do sistema financeiro brasileiro por ativos totais. Além do Banespa, a Nossa Caixa Nosso Banco (NCNB), outra instituição financeira controlada pelo estado de São Paulo, o BANERJ, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), o Banco do Estado do Paraná (Banestado) e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal), também estavam posicionados entre os 20 maiores bancos. As outras instituições, no entanto, eram bem menores, o que não excluía a sua importância como agente financeiro do desenvolvimento regional.

---

<sup>628</sup> BRASIL. Banco Central. *Evolução do Sistema Financeiro Nacional (1994 - 1998)*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

*Tabela 4.11: Bancos estaduais: algumas características para o ano de 1996*

Estado	Instituição Financeira	Sigla	Instituições financeiras ligadas (1)	Número de agências (2)	Número de funcionários (2)
AC	Banco do Estado do Acre	Banacre	-	15	578
AL	Banco do Estado de Alagoas	Produban	-	24	1.128
AM	Banco do Estado do Amazonas	BEA	-	37	1.323
AP	Banco do Estado do Amapá	Banap	-	2	110
BA	Banco do Estado da Bahia	Baneb	- Baneb Financeira - Baneb Crédito Imobiliário - Baneb CCVM - Dibahia Baneb DTVM - Baneb Leasing	169	4.193
BA	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia	Desembanco	-	n.d.	n.d.
CE	Banco do Estado do Ceará	BEC	- BEC DTVM	86	2.593
DF	Banco de Brasília	BRB	- BRB DTVM - BRB Financeira	46	3.866
ES	Banco Banestes	Banestes	- Banestes Crédito Imobiliário - Banestes Financeira - Banestes DTVM	105	3.727
ES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	Bandes	-	1	350
GO	Banco do Estado de Goiás	BEG	- BEG DTVM	176	3.767
GO	Banco de Desenvolvimento do Goiás	BDGoiás	-	n.d.	n.d.
MA	Banco do Estado do Maranhão	BEM	- BEM DTVM	89	1.666
MG	Banco do Estado de Minas Gerais	Bemge	- Financeira Bemge - Bemge DTVM - EFI Bemge (Uruguai)	501	9.679
MG	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Credireal	- Credireal CCVM - Credireal Leasing	87	2.956
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	BDMG	-	1	508
PA	Banco do Estado do Pará	Banpará	-	37	1.306
PB	Banco do Estado da Paraíba	Paraiban	-	7	474
PE	Banco do Estado de Pernambuco	Bandepe	- Bandepe DTVM	52	2.297
PI	Banco do Estado do Piauí	BEP	-	6	278

PR	Banco do Estado do Paraná	Banestado	- Banestado Leasing - Banestado CVM - Banco del Paraná	392	12.886
RJ	Banco BANERJ	BANERJ	-	193	7.420
RO	Banco do Estado de Rondônia	Beron	-	29	992
RO	Banco de Crédito Imobiliário	Rondonpoup	-	n.d.	n.d.
RR	Banco do Estado de Roraima	Banroraima	-	10	196
RS	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul	- Banrisul Arrendamento Mercantil - Banrisul CCVM	317	8.988
RS	Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	CEE	-	92	3.918
SC	Banco do Estado de Santa Catarina	BESC	- BESC DTVM Bescal - BESC Financeira Bescredi - BESC Arrendamento Mercantil - BESC Crédito Imobiliário Bescredi	255	8.483
SC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	Badesc	-	n.d.	n.d.
SE	Banco do Estado de Sergipe	Banese	-	47	1.007
SP	Banco do Estado de São Paulo	Banespa	- Banespa CCVM - Banque Banespa International	611	34.872
SP	Nossa Caixa Nosso Banco	NCNB	-	482	13.403
TOTAL				3.888	134.125

Obs.: (1) Não estão listadas as empresas não financeiras pertencentes aos conglomerados.

(2) Inclui apenas as instituições bancárias.

Fonte: JUNIOR, Clefas Salviano. *Bancos Estaduais...* Op. cit., 20 e 21.

A execução do PROES pode ser dividida em três etapas. A primeira destas etapas envolveria discussões preliminares entre representantes do Banco Central e os diretores dos bancos estaduais, com o objetivo de definir qual a escolha que seria adotada entre as alternativas de extinção, transformação em agências de fomento (instituição não-financeira), saneamento ou privatização<sup>629</sup>. A etapa seguinte consistiria no levantamento

<sup>629</sup> Para isso, pela Portaria 220, do Ministério da Fazenda (26/09/1996), foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado por um representante da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda e composto também por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central, Ministério do Planejamento, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

da situação de cada instituição financeira estadual pela área de fiscalização do Banco Central. Por último, a terceira etapa incluiria a formalização da adesão ao programa pelo Estado, envolvendo a elaboração de contratos e seu encaminhamento para a aprovação do Senado Federal <sup>630</sup>.

A participação de cada estado brasileiro no PROES passava pela opção entre duas possibilidades. No primeiro caso, o financiamento seria de 50% caso o Estado optasse por sanear sua instituição financeira com a manutenção do seu controle acionário, o que implicaria no aporte imediato por parte do governo estadual detentor dos outros 50% necessários para sanear o banco. A segunda possibilidade seria o financiamento de 100% pelo governo federal para liquidar, transformar em instituição não-financeira (agência de fomento), federalizar, ou, ainda, privatizar. Diante das dificuldades fiscais e da pressão do governo federal, a grande maioria dos governadores dos Estados brasileiros optou pela segunda possibilidade, o que representaria, no caso dos maiores bancos estaduais, na transferência do seu controle acionário para o capital privado.

A hipótese de extinção se aplicaria no caso de instituições já liquidadas extrajudicialmente. Os recursos do financiamento seriam utilizados para o pagamento de credores, o que possibilitava a transformação do RAET em liquidação ordinária, sob o controle do governo estadual. No caso da privatização, as receitas obtidas seriam utilizadas na amortização do financiamento do governo federal. A possibilidade de federalização permitiria a transferência do banco estadual para o controle do governo federal, que, por sua vez, encaminharia o processo de privatização <sup>631</sup>. Já as agências de fomento constituíam-se “em um tipo de instituição *sui generis*, cujos contornos foram definidos pela primeira vez pela Resolução CMN 2.347”. De acordo com aquela resolução, as agências de fomento ficariam limitadas a uma por Estado e destinavam-se a financiar projetos realizados no estado a que pertenciam, “não podendo captar depósitos do público, não tendo acesso a operações de redesconto do Banco Central nem tendo conta de reservas bancárias” <sup>632</sup>.

Os valores dos empréstimos feitos pelo governo federal através do PROES aos governos estaduais envolvidos no processo de saneamento de suas instituições financeiras

---

<sup>630</sup> VIDOTTO, Carlos Augusto. *Sistema Financeiro Brasileiro nos anos 90: um balanço das reformas estruturais*. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 212.

<sup>631</sup> Este foi o caso, como veremos, do Banespa que, federalizado em 1997, foi privatizado no ano 2000, sendo comprado pelo grupo espanhol Santander.

<sup>632</sup> JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais...* Op. cit., p. 85.

foram diferenciados, apresentando variações de estado para estado. O exemplo mais ilustrativo, para confirmação do aspecto concentrador dos empréstimos do PROES é o caso de São Paulo, que recebeu 71,06% do valor atualizado dos empréstimos para sanear o Banespa e a Nossa Caixa Nosso Banco (NCNB). Segundo o Departamento da Dívida Pública (DEDIP) do Banco Central, os custos do saneamento do Banespa foram de R\$ 54,682 bilhões, e o da Nossa Caixa Nosso Banco foram de R\$ 4,143 bilhões <sup>633</sup>.

Com o desmonte do sistema financeiro estadual promovido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, várias cidades brasileiras foram afastadas do acesso ao financiamento de suas atividades produtivas <sup>634</sup>. Segundo dados da Confederação Nacional dos Bancários (CNB), entre 1993 e 1998, ocorreu um aumento de 52% no número de municípios sem qualquer agência bancária.

Nise Jinkings chama a atenção para a questão da deterioração do trabalho bancário e de uma drástica redução dos postos de trabalhos nos bancos estaduais que sofreram o processo de privatização. De acordo com a autora, “as mais de trinta instituições que constituíam o sistema bancário estatal brasileiro em meados dos anos 90 encontram-se em situação diferenciada, como consequência das opções e políticas governamentais, no curso do processo de desmantelamento do sistema” <sup>635</sup>. Entretanto, todas passariam a adquirir a conformação característica de empresas privadas, subordinada à dinâmica e aos interesses do mercado, a partir de programas de reorganização do trabalho e de redefinição operacional. Segundo dados da ANDIMA, apresentados pela autora, o emprego nos bancos públicos sofreu uma redução de 19,9% entre os anos de 1994 e 1998. O Banespa, o maior banco do sistema financeiro estadual, empregava cerca de 33 mil funcionários ao final de 1994. Em 2000, ano de sua privatização, o número de funcionários empregados na instituição financeira paulista era de apenas 20 mil, ou seja, em apenas cinco anos, sofreria uma redução de 13 mil postos de trabalho <sup>636</sup>.

---

<sup>633</sup> “Saneamento já custou R\$ 82 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, 09/01/2003, p. B-3.

<sup>634</sup> Segundo Nise Jinkings, “de fato, agências e postos de atendimento localizados em regiões consideradas pouco atraentes, do ponto de vista das possibilidades de lucro e da dinâmica do mercado, são fechados e seus funcionários transferidos ou demitidos. Desse modo, ao consolidar um modelo de sistema financeiro marcado pelo fortalecimento do capital privado, a reestruturação capitalista no país concentra cada vez mais o sistema em grandes centros urbanos e elitiza o crédito, tornando o sistema financeiro nacional crescentemente desarticulado da esfera produtiva”. JINKINGS, Nise. *Os bancários...* Op. cit., p. 190.

<sup>635</sup> JINKINGS, Nise. *Os bancários...* Op. cit., p. 191.

<sup>636</sup> As sucessivas políticas de reestruturação do Banespa resultaram na eliminação de 41% do quadro de funcionários do banco entre 1990 e 1997. No mesmo período, aproximadamente quarenta agências foram fechadas. JINKINGS, Nise. *Os bancários...* Op. cit., p. 196.

Quando o programa de privatizações do PROES teve o seu início, o sistema financeiro estadual era composto por mais de 30 instituições financeiras. Como já mencionamos, com exceção dos Estados do Mato Grosso do Sul e de Tocantins, que não possuíam instituições financeiras sob seu controle e de dois estados que não manifestaram o seu interesse em participar do programa (Paraíba e Distrito Federal), todas as demais unidades da federação aderiram ao PROES. Decorridos pouco mais de seis anos da implantação do programa a situação dos bancos estaduais encontra-se apresentada no Quadro 4.12.

*Quadro 4.12: Resumo do PROES - posição setembro/2002*

Estado	Instituição Financeira	Opção
AC	Banacre	Liquidação
AP	Banap	Liquidação
RN	Bandern	Liquidação
RN	BDRN	Liquidação
MT	Bemat	Liquidação
RO	Beron	Liquidação
GO	Caixego	Liquidação
MG	MinasCaixa	Liquidação
AL	Produban	Liquidação
RR	Baner	Extinção
PE	Bandepe	Privatização conduzida pelo governo estadual
BA	Baneb	Privatização conduzida pelo governo estadual
RJ	BANERJ	Privatização conduzida pelo governo estadual
PR	Banestado	Privatização conduzida pelo governo estadual
MG	Bemge	Privatização conduzida pelo governo estadual
MG	Credireal	Privatização conduzida pelo governo estadual
PB	Paraiban	Privatização conduzida pelo governo estadual
SP	Banespa	Privatização conduzida pelo governo federal
AM	BEA	Privatização conduzida pelo governo federal
CE	BEC	Privatização conduzida pelo governo federal
GO	BEG	Privatização conduzida pelo governo federal
MA	BEM	Privatização conduzida pelo governo federal
PI	BEP	Privatização conduzida pelo governo federal
SC	BESC	Privatização conduzida pelo governo federal

SE	Banese	Saneamento
ES	Banestes	Saneamento
PA	Banpará	Saneamento
RS	Banrisul	Saneamento
SP	Nossa Caixa Nosso Banco (*)	Saneamento
SC	BESC (*)	Saneamento
ES	Bandes	Não participante do PROES
DF	BRB	Não participante do PROES
PB	Paraiban	Não participante do PROES

(\*) Instituições incorporadas pelo Banco do Brasil

Fonte: BRASIL. Banco Central do Brasil, Brasília/DEDIP, 2003.

No âmbito do PROES, em setembro de 2002, já ao final do governo FHC, dez instituições financeiras estaduais haviam sido liquidadas ou encontravam-se em processo de liquidação <sup>637</sup>. Outros sete bancos estaduais foram privatizados, como o BANERJ, o Bemge e o Banestado, e outros sete foram federalizados, passando o processo de privatização a ser conduzido e realizado pelo governo federal. Além disso, cabe destacar a transformação de 16 bancos em agências de fomento nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Paraná. O PROES foi inteiramente financiado com recursos públicos, através da emissão de títulos pelo Tesouro Nacional. Ao todo, o PROES consumiu mais de R\$ 73 bilhões, quase quatro vezes mais do que custou o PROER. Somente para o saneamento dos bancos estaduais que foram privatizados foram gastos cerca de R\$ 53 bilhões <sup>638</sup>.

Diversos mecanismos foram adotados para “estimular” a participação dos grupos financeiros nos leilões de privatização como a retirada das dívidas previdenciárias e trabalhistas dos passivos dos bancos estaduais, a possibilidade de utilização de “moedas podres”, a isenção do depósito compulsório e a manutenção das contas do Estado e do funcionalismo nas instituições adquiridas, além do próprio saneamento dos bancos

<sup>637</sup> É importante entender que os processos de liquidação e extinção dos bancos estaduais também favoreceram aos interesses privados, uma vez que estes bancos passaram a atuar sem a concorrência do banco estadual extinto.

<sup>638</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a privatização dos bancos estaduais. In: *XXV Simpósio Nacional de História*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 4. Texto disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0491.pdf>. Acesso em: 11/05/2012.

estaduais realizado pelo governo federal antes da privatização, o que permitiria ao novo controlador privado a aquisição de uma instituição bancária sem nenhum passivo <sup>639</sup>. Desta forma, “créditos tributários e o perdão temporário dos compulsórios e aplicações obrigatórias tornaram um verdadeiro negócio da China a compra dos bancos estaduais nos leilões de privatizações, embora essas vantagens jamais sejam comentadas antes ou após a batida do martelo” <sup>640</sup>.

Em 1997, logo após a regulamentação do PROES através da Resolução nº 2.365 do Banco Central, ocorreram as duas primeiras privatizações de bancos estaduais no país. No Rio de Janeiro, o BANERJ foi vendido ao Itaú pelo valor de R\$ 311,1 milhões, pago, em grande parte, como veremos adiante, com a utilização de “moedas podres”. O Credireal, umas das mais importantes instituições financeiras de Minas Gerais, fundado ainda no final do século XIX, foi vendido ao Banco Nacional de Crédito (BCN) que, logo depois, foi incorporado pelo Bradesco. Além da privatização destas duas instituições bancárias, ao final daquele ano, o controle do conglomerado Meridional, um banco federal, foi comprado pelo banco Bozzano, Simonsen <sup>641</sup>.

No ano seguinte, o Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) foi comprado pelo holandês ABN-Amro, em uma negociação para que pudesse assumir o controle do banco Real. Pouco depois, outra instituição financeira de Minas Gerais, o Bemge, foi adquirida pelo Itaú. Ainda no ano de 1998, a marcha do extermínio do sistema financeiro estadual prosseguia com as liquidações do Banco do Estado do Mato Grosso (Bemat) e do Banco do Estado de Alagoas (Produban), mesmo destino que teria o Banco do Estado de Rondônia (Beron) <sup>642</sup>.

Em 1999, em um contexto de crise do Plano Real com a desvalorização da moeda, apenas um banco estadual foi privatizado: o Banco do Estado da Bahia (Baneb), comprado pelo Bradesco. Ainda assim, outros três bancos estaduais foram federalizados e entraram na fila de espera para serem posteriormente vendidos: o Banco do Estado do Ceará (BEC), o Banco do Estado de Goiás (BEG) e o Banco do Estado do Amazonas (BEA). No ano seguinte, passariam pelo mesmo processo o Banco do Estado do

---

<sup>639</sup> VIDOTO, Carlos Augusto. *Sistema Financeiro Brasileiro...* Op. cit., p. 235.

<sup>640</sup> “Lucros gordos na compra dos bancos estatais”. *Gazeta Mercantil*, 17/11/98, p. B-1 e B-2 apud MINELLA, Ary. *Reforçando a hegemonia...* Op. cit., p. 57-58.

<sup>641</sup> É importante destacar que o banco Meridional, com forte presença no estado do Rio Grande do Sul, não era um banco estadual. Absorvido pelo governo federal em 1985, sua privatização contribuiu para sinalizar a continuidade das reformas, como pretendia o governo.

<sup>642</sup> Estas três instituições bancárias sofreram intervenção do Banco Central em janeiro (Produban e Bemat) e fevereiro (Beron) de 1995, ainda no início do governo FHC.

Maranhão (BEM) e o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Destes, apenas o BESC não sofreu processo de privatização, sendo, em 2008, incorporado pelo Banco do Brasil, instituição bancária controlada pelo governo federal. Em relação aos demais, o Bradesco assumiu o controle do BEA (2002), do BEM (2004) e do BEC (2005), ao passo que o Itaú adquiriu o BEG (2001). No ano 2000, ocorreram as duas maiores negociações envolvendo os bancos estaduais: o Banestado e Banespa. Em outubro daquele ano, o Itaú comprou o Banestado, por R\$ 1.799,26 milhões, com um ágio de 346,46%. A aquisição do banco paranaense pelo Itaú pode ser considerada como uma consolidação de sua posição nacional e como uma resposta à entrada de grandes bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro, especialmente no Paraná, onde se concentrava o Bamerindus, adquirido pelo HSBC, instituição financeira controlada pelo capital inglês. A privatização do Banespa apresentou uma importante particularidade: pela primeira vez, com exceção, do Bandepe, comprado pelo grupo holandês ABN-Amro, um banco estadual teve seu controle desnacionalizado. Em 28/11/2000, após uma longa disputa judicial, na qual a data do leilão foi adiada mais de sessenta vezes, o Banespa teve seu controle acionário transferido para o espanhol Santander, por um valor de R\$ 7,05 bilhões, representando um ágio de 281%, como veremos a seguir.

Dos dez bancos estaduais privatizados entre 1997 e 2001, três deles foram comprados por bancos estrangeiros, o que corresponderia a 30% do total de instituições. O ABN-Amro adquiriu dois, sendo que o Paraiban, como veremos a seguir, não contou com recursos do PROES. O espanhol Santander ficou com apenas um, porém o maior deles, o Banespa. Os outros sete ficaram com bancos nacionais. Porém, estes bancos nacionais foram representados por apenas duas instituições: o Bradesco e o Itaú, o que demonstra uma forte concentração das instituições privadas compradoras. Devemos considerar que, embora o BCN tenha sido o comprador do Credireal, poucos meses depois, foi vendido ao Bradesco, que incorporou o centenário banco estadual mineiro. O Bradesco, além do Credireal, ficou com bancos considerados menores, como o BEG e o BEA, além do Baneb, este último de médio porte. O Itaú, por sua vez, comprou o BANERJ, o Bemge e o Banestado, bancos importantes e com grande número de agências (Quadro 4.13).

*Quadro 4.13: Bancos estaduais privatizados*

Instituição privatizada	Estado	Data da privatização	Comprador
BANERJ	RJ	26/06/1997	Itaú
Credireal	MG	07/08/1997	BCN (Bradesco)
Meridional	Governo federal	04/12/1997	Bozano, Simonsen
Bemge	MG	14/09/1998	Itaú
Bandepe	PE	17/11/1998	ABN-Amro
Baneb	BA	22/06/1999	Bradesco
Banestado	PR	17/10/2000	Itaú
Banespa	SP	20/11/2000	Santander
Paraiban	PA	08/11/2001	ABN-Amro
BEG	GO	04/12/2001	Bradesco
BEA	AM	24/01/2001	Bradesco

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de diversas fontes.

É importante destacar que alguns bancos estaduais mantiveram a sua condição, ou seja, não foram privatizados, continuaram sendo instituições públicas, como é o caso do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), do Banco Regional de Brasília (BRB), do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), do Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) e, até recentemente, da Nossa Caixa Nosso Banco (NCNB), quando, em 2008, foi incorporada pelo Banco do Brasil.

No Quadro 4.14, procuramos destacar a composição do quadro de governadores dos estados brasileiros, cujos bancos, passaram, de alguma forma sobre o quadro de reformas instituído pelo PROES. O que podemos perceber é que os estados onde se encontravam grandes bancos estaduais que foram privatizados, como o Banespa, o BANERJ, o Banestado e o Bemge, estavam sendo governados pelo mesmo partido do presidente da República, o PSDB. Marcello Alencar, no Rio de Janeiro, e de Eduardo Azeredo, em Minas Gerais, por exemplo, defendiam abertamente a privatização do BANER, Bemge e CREDIREAL. Outros estados, mesmo não sendo governados por partidários do PSDB, tinham em seu governo políticos ligados à base aliada, como o PMDB (casos de Roraima, Piauí e Pernambuco, por exemplo) e o PFL (casos do Paraná, Maranhão, Bahia e Amazonas, por exemplo). Todos estes estados citados tiveram seus bancos estaduais extintos ou privatizados.

Caso interessante é o de Sergipe que, mesmo governado pelo tucano Alberto Franco, manteve o seu banco sob o controle do poder público <sup>643</sup>. O Banrisul, instituição do Rio Grande do Sul, governado pelo PT e oposição ao PSDB, também se manteve público.

*Quadro 4.14: Governadores dos Estados brasileiros e sua filiação partidária no período 1995/2002*

Estado	Governador	Filiação partidária
AC	- Orleir Messias Cameli (1995-1998)	- PSD
	- Tião Viana (1999-2002)	- PT
AL	- Divaldo Suruggy (1995-1997)	- PMDB
	- Manuel Gomes de Barros (1997-1998)	- PTB
	- Ronaldo Augusto Lessa (1999-2002)	- PSB
AP	- João Capibaribe (1995-2002)	- PSB
AM	- Amazonino Mendes (1995-2002)	- PFL
BA	- Paulo Souto (1995-1998)	- PFL
	- César Borges (1999-2002)	- PFL
	- Otto Alencar (2002)	- PL
CE	- Tasso Jereissati (1999-2002)	- PSDB
DF	- Cristovam Buarque (1995-1998)	- PT
	- Joaquim Roriz (1999-2002)	- PMDB
ES	- Vitor Buaiz (1995-1998)	- PT
	- José Ignácio Ferreira (1999-2002)	- PSDB
GO	- Manguito Vilela (1995-1998)	- PMDB
	- Naphtali Alves (1998)	- PMDB
	- Helenés Cândido (1998-1999)	- PMDB
	- Marconi Perillo (1999-2002)	- PSDB
MA	- Roseana Sarney (1995-2002)	- PFL
MG	- Eduardo Azeredo (1995-1998)	- PSDB
	- Itamar Franco (1999-2002)	- PMDB
PA	- Almir José Oliveira Gabriel (1995-2002)	- PSDB
PB	- Antônio Marquez da Silva (1995)	- PMDB

<sup>643</sup> Segundo o governador Alberto Franco (PSDB-SE) não era o “momento de se falar em privatização” porque “o governo tem que levar em conta a característica do banco como um agente social”. In: *Gazeta Mercantil*, 19/01/95, p. 16.

	- José Targino (1995-2002)	- PMDB
PE	- Miguel Arraes (1995-1998) - Jarbas Vasconcelos (1999-2002)	- PSB - PMDB
PI	- Mão Santa (1995-2001) - Hugo Napoleão (2001-2002)	- PMDB - PMDB
PR	- Jaime Lerner (1995-2002)	- PDT e PFL
RJ	- Marcello Alencar (1995-1998) - Antony Garotinho (1999-2002)	- PSDB - PDT
RO	- Valdir Raupp de Matos (1995-1998) - José Bianco (1999-2002)	- PMDB - PFL
RR	- Neudo Ribeiro Campos (1995-2002)	- PTB e PPB
RS	- Antônio Britto (1995-1998) - Olívio Dutra (1999-2002)	- PMDB - PT
SC	- Paulo Afonso Evangelista Vieira (1995-1998) - Esperidião Amin (1999-2002)	- PMDB - PP
SE	- Albano Franco (1995-2002)	- PSDB
SP	- Mario Covas (1995-2001) - Geraldo Alkmin (2001-2002)	- PSDB - PSDB

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de diversas fontes

Com base nos documentos encaminhados para o FMI, podemos perceber, portanto, que estavam “claras as metas propostas, embora o governo não tenha conseguido alcançá-las plenamente, pois a privatização de alguns bancos encontrou sérias resistências sociais e políticas, além de entraves jurídicos para a sua execução (o caso mais notório foi o Banespa)”<sup>644</sup>.

### 4.3- Os processos de privatizações dos bancos estaduais

Como já mencionamos, uma das principais transformações do sistema financeiro brasileiro nas últimas décadas consistiu “no processo de privatização dos bancos

<sup>644</sup> MINELLA, Ary. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 56.

estaduais, resultado de uma deliberada política do governo cujo propósito é reduzir ao mínimo ou até eliminar a presença de instituições financeiras de controle estatal”<sup>645</sup>.

Antes mesmo de tomar posse como presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, na sessão que aprovou o seu nome para assumir o comando do BC, realizou duras críticas aos bancos estaduais, demonstrando o seu comprometimento com a privatização destas instituições financeiras<sup>646</sup>.

Cerca de um mês após a sessão no Senado, finalmente Pêrsio Arida tomava posse à frente do BC. No seu discurso, afinado com as ideias neoliberais, Arida retomaria não apenas as críticas contra os bancos estaduais, como também defenderia a desregulamentação e a abertura do sistema financeiro brasileiro ao capital estrangeiro. Ao destacar que a abertura do sistema financeiro e a privatização iriam “corrigir discrepâncias no (...) processo de modernização econômica”, Arida observava que o processo geral de abertura da economia brasileira não havia sido acompanhado da mesma maneira no setor financeiro, destacando que os avanços das privatizações em outros setores nos últimos anos não tiveram a mesma intensidade e amplitude no sistema bancário. Assim, o novo presidente do Banco Central, defendia que o setor financeiro passasse “pelos mesmos processos de modernização observados no setor real da economia”<sup>647</sup>.

A defesa da política privatista presente ao longo do discurso de Arida afirmava a necessidade de se ampliar a competitividade dos bancos públicos. De acordo com o novo presidente do BC, os bancos públicos, especialmente as instituições financeiras estaduais, custavam duas vezes mais que os privados e eram pouco produtivas. O discurso da “eficiência” e da “racionalidade”, entretanto, não fazia nenhum tipo de observação sobre as mudanças na função social dos bancos estaduais e muito menos mencionava as consequências negativas resultantes de sua extinção, no que se refere ao atendimento e ao financiamento do desenvolvimento regional, nas diferentes municipalidades brasileiras.

---

<sup>645</sup> MINELLA, Ary. Reforçando a hegemonia... Op. cit., p. 49.

<sup>646</sup> Durante a sabatina no Senado, o futuro presidente do Banco Central assim se posicionaria sobre a questão dos bancos estaduais: "Não vejo razão para a existência dos bancos estaduais. Os Estados podem tomar recursos diretamente. A experiência demonstra que eles são suscetíveis a crises de acordo com os ciclos eleitorais. A cada quatro anos, a boa qualidade de uma administração pode ser desfeita pela seguinte. (...) Não vejo como escapar de uma ampla reestruturação do problema. A privatização é certamente uma saída importante". "Arida defende fim dos bancos estaduais". In: *Folha de S. Paulo*, 14/12/1994, p. 18.

<sup>647</sup> ARIDA, Pêrsio. Posse no Banco Central. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 15, nº 2 (58), abril-junho / 1995; "Posse no Banco Central". In: *Gazeta Mercantil*, 15/01/1995, p. 16.

## O primeiro banco estadual privatizado pelo governo FHC: o caso do BANERJ

O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado brasileiro a aderir ao Programa Nacional de Desestatização (PND), implantado no governo Collor ao início da década de 1990. Interrompido devido ao *impeachment*, que afastou o alagoano do cargo de presidente, o processo foi retomado em 1995, quando o governo Marcello Alencar encaminhou projeto para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, instituindo o PED/RJ – Programa Estadual de Desestatização <sup>648</sup>.

Dentro do PED/RJ, sete empresas estaduais foram privatizadas: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ) <sup>649</sup>; Companhia Estadual de Gás (CEG) <sup>650</sup>; Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô - RJ) <sup>651</sup>; Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj) <sup>652</sup>; Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens) <sup>653</sup>; Terminal Menezes Cortes <sup>654</sup> e o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ).

---

<sup>648</sup> GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei nº 2470/95*. “Institui o Programa Estadual de Desestatização - PED, e dá outras providências”. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1995.

<sup>649</sup> A CERJ (atual Ampla) foi privatizada em novembro de 1996 por R\$ 605 milhões, sendo adquirida por grupos estrangeiros. O consórcio vencedor era formado pelas chilenas Sociedad Panameña de Eletricidade S.A. e Empresa Elétrica de Panamá (Chile), pela espanhola Endesa Desarrollo S.A. e pela portuguesa EDP - Eletricidade de Portugal S.A. A composição acionária atual da empresa é a seguinte (dados de fevereiro de 2012): Grupo Endesa (91,9%); EDP (7,7%); e minoritários (0,4%).

<sup>650</sup> A CEG foi vendida em julho de 1997 ao consórcio Grupo Gás Natural Fenosa, formado pelas empresas espanholas Gás Natural e Union Fenosa, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina.

<sup>651</sup> O leilão de privatização do Metrô - RJ ocorreu em dezembro de 1997. O vencedor foi o Consórcio Opportrans, formado pela empresa argentina Cometrans e o Grupo Opportunity, de Daniel Dantas. O Consórcio Opportrans ofereceu o segundo maior ágio na história do país (921%), no valor de R\$ 291 milhões. Atualmente, o controle acionário é exercido pelo Grupo Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.), formado pelos Previ (40%), Funcef e Petros (20,3% cada) e OAS (19,4%).

<sup>652</sup> A Conerj foi privatizada em fevereiro de 1998. Foi comprada por R\$ 33 milhões pelo consórcio Barcas S/A, formado pelas empresas Viação 1001 e RJ Participações (20% cada uma), pela empreiteira Andrade Gutierrez (40%) e pela empresa britânica Wilson Sons (20%). Até julho de 2012, a Viação 1001 era a controladora da empresa, detendo 57% do seu capital. Atualmente, a Barcas S/A pertence ao grupo CCR, formado pelos grupos Soares Penido (17,22%), Camargo Correa e Andrade Gutierrez (ambas com 17%), que detém 80% do capital da empresa. Os 20% restantes são controlados pela empresa 1001.

<sup>653</sup> A Flumitrens foi a primeira empresa pública de trens urbanos a ser leiloada no Brasil. O vencedor foi um consórcio formado por dois grandes grupos espanhóis, a estatal Rede Nacional de Los Ferrocarriles Españoles (Renfe) e a Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles (CAF), que pagou R\$ 279,657 milhões (US\$ 240,710 milhões) pela aquisição da empresa ferroviária, que passou a se chamar Supervia S/A.. Em 2010, a empresa Odebrecht TransPort, do grupo Odebrecht, comprou 61% das ações da Supervia S/A. e passou a ter o seu controle.

<sup>654</sup> O edifício-garagem, que também possui salas comerciais foi comprado em novembro de 1998 pela empresa Mercator Investment Found por R\$ 80 milhões (dos R\$ 35 milhões em “moedas podres”). Este empresa era sediada nas Ilhas Cayman e era fortemente suspeita de ser uma empresa “fantasma”.

As origens do BANERJ remontam ao ano de 1946, quando foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o Banco da Prefeitura do Distrito Federal (PREFEBANCO). Este funcionava no prédio da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal, situada na esquina da Rua da Alfândega com Rua da Quitanda, na antiga sede do Banco Transatlântico-Alemão. A iniciativa de sua criação coube ao prefeito Henrique Dodsworth, através da Lei nº 7.355, de 02/03/1945, tendo sido autorizado o seu funcionamento pelo Decreto nº 19.676, de 27/09/1945, com a Carta-Patente nº 314, de 27/11/1945. Com o contínuo crescimento, a sede do banco passou a ser na Rua da Quitanda nº 129, no antigo prédio do Banco Ítalo-Belga e, pouco depois, com o incremento de suas atividades, a diretoria do banco decide comprar parte do edifício União Mercantil, situado na Avenida Rio Branco nº 39, ocupando o subsolo, a loja térrea e mais sete andares. Na condição de principal agente bancário da prefeitura do Rio de Janeiro, o PREFEBANCO financiou importantes obras na cidade, entre elas, a construção do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 1950 <sup>655</sup>.

Em 1960, ao final do governo Juscelino Kubistchek, com a transferência da capital para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, o banco passa a se chamar Banco do Estado da Guanabara (BEG). Um ano depois, o BEG lança o “cheque verde”, o primeiro cheque especial entre as instituições de crédito na época. A década de 1960 foi marcada por uma grande expansão das atividades bancárias do BEG. Das sete agências herdadas do antigo PREFEBANCO, o BEG passava a contar, em 1964, com 30 agências no antigo Estado da Guanabara e mais duas em outros Estados. Como agente financeiro, o BEG participa da construção de inúmeros projetos do governo do Estado da Guanabara, como a adutora do rio Guandu, do túnel Santa Bárbara e Rebouças, o Aterro do Flamengo, o elevador do Joá e o viaduto Paulo de Frontin, o Museu de Arte Moderna (MAM), entre outros.

Em 1974, o BEG incorporaria, por decisão do governo federal, o banco Halles, que possuía diversas agências espalhadas pelo país, especialmente em São Paulo, e que sofreria intervenção do BC. No ano seguinte, com a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, ocorre também a fusão do BEG com o BERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro). Desta fusão surge, assim, o BANERJ. A Copeg (Companhia Progresso do Estado da Guanabara S/A) e a Coderj (Companhia de Desenvolvimento do

---

<sup>655</sup> As informações contidas no texto sobre a história do BANERJ foram extraídas do site da AAFBANERJ – Associação dos Antigos Funcionários do Sistema Integrado BANERJ, disponível no seguinte endereço eletrônico: [http://www.aafbanerj.org.br/home\\_memoria.asp](http://www.aafbanerj.org.br/home_memoria.asp). Acesso em: 22/09/2010.

Estado do Rio de Janeiro), agências de fomento dos dois antigos estados, com a fusão, transformaram-se no BANRIO que, em seguida, passaria a integrar o sistema BANERJ. O banco estadual passaria, então, a ter grande presença em todo o Rio de Janeiro, chegando a contar, em determinada época, um total de 250 agências.

Após anos de precarização e deterioração das condições de trabalho, o BANERJ, junto com uma série de outras empresas públicas do Estado do Rio de Janeiro, é alvo do processo de privatização durante o governo Marcello Alencar (1994/1998).

O BANERJ foi o primeiro banco estadual a ser privatizado no Brasil, a partir da criação do PROES <sup>656</sup>. Para a análise do processo de privatização do BANERJ, procuraremos recuperar os resultados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de “apurar irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro” <sup>657</sup>. Tal metodologia, a qual estamos nos baseando, foi utilizada por Ary Minella para analisar o processo de intervenção do BC no do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) <sup>658</sup> que, apesar de não ter sido privatizado, foi incorporado pelo Banco do Brasil em 2008.

O processo de privatização do BANERJ tem início com a intervenção do Banco Central e a decretação do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) <sup>659</sup> no

---

<sup>656</sup> “BANERJ inaugura privatização de bancos”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 12/06/1997.

<sup>657</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

Além do BANERJ, também foram alvo de investigações da CPI os processos de privatização das seguintes empresas estaduais: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ); Companhia Estadual de Gás (CEG); Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (METRÔ); Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (CONERJ); Companhia Fluminense de Trens Urbanos (FLUMITRENS) e o Terminal Garagem Menezes Cortes (TGMC).

<sup>658</sup> MINELLA, Ary. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, Alceu Conceição e ALVIM, Valdir. *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, pp. 49-72.

<sup>659</sup> BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Decreto-Lei nº 2.321*, de 25 de fevereiro de 1987. “Institui, em defesa das finanças públicas, Regime de Administração Especial Temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 5.917, de 27 de abril de 1987.

Criado pelo Decreto-lei nº 2.321/87, expedido durante o governo José Sarney, o Regime de Administração Especial Temporária (RAET) foi criado pelo Banco Central para decretar intervenção nos bancos estaduais do Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Maranhão, Piauí, Santa Catarina e Minas Gerais (Credireal). Estas instituições sofreram intervenção do Banco Central por dois anos. Em 1990, durante o governo Collor, foi decretada a liquidação da Caixa Econômica do Estado de Goiás (CAIXEGO) da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, além dos bancos estaduais do Piauí, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Destas cinco instituições, apenas duas (Banco do Estado da Paraíba e Banco do Estado do Rio Grande do Norte), voltaram a funcionar.

banco estadual. A partir de então, de acordo com a CPI, o BANERJ é alvo de uma série de irregularidades cometidas por seus interventores: manipulação de balanços e de operações contábeis, subavaliação de patrimônio e do valor de venda, favorecimento ao grupo financeiro comprador.

Conforme depoimento dado ao jornal *Gazeta Mercantil* pelo o ex-presidente do BANERJ, Cibillis Vianna, a própria intervenção do Banco Central no banco estadual – por conta do banco estadual não ter conseguido rolar uma dívida de R\$ 430 milhões – era insustentável do ponto de vista técnico, uma vez que o banco estadual, desde o início do Plano Real, recolheu R\$ 600 milhões em compulsórios junto ao Banco Central, mais R\$ 100 milhões de recolhimento a maior, não devolvidos ao banco, outros R\$ 30 milhões de multas indevidas, questionadas e com sentença judicial favorável ao BANERJ. Além disso, a instituição bancária era credora do governo federal no valor de US\$ 90 milhões de dívidas contraídas por estatais <sup>660</sup>. Segundo o relator da CPI na ALERJ, o deputado Edmilson Valentim (PCdoB), foi apurado nos cinco meses de investigações e mais de 150 horas de depoimento, que o BANERJ era “uma entidade viável” e que estava “longe de ser um banco quebrado ou falido”. Segundo o relator, o prejuízo do BANERJ era de R\$ 360 milhões e que, em contrapartida, o banco tinha a receber uma dívida total de R\$ 2,374 bilhões. Nesse valor estavam incluídas uma dívida do governo estadual de R\$ 1,8 bilhões, sendo grande parte oriundo do metrô do Rio de Janeiro <sup>661</sup>.

Segundo a CPI, o balanço patrimonial do BANERJ, referente ao ano de 1994, “estava pronto, com ajustes patrimoniais absolutamente legais e lógicos, que foram cancelados pelos interventores, para que o patrimônio líquido ficasse negativo e oferecesse amparo técnico para a manutenção do RAET” <sup>662</sup>. O novo balanço só seria divulgado em junho/1996, transformando o patrimônio líquido positivo de R\$ 193.506,00 em patrimônio líquido negativo de R\$ 1.032.216,00.

---

O RAET é decretado pelo Banco Central nos casos de: práticas reiteradas de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira; existência de passivo a descoberto; descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central; gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; e ocorrência de qualquer das situações previstas para os casos de intervenção. O RAET é executado por um conselho diretor ou por pessoa jurídica nomeada pelo Banco Central. Assim, o RAET permitiria a intervenção direta do Banco Central em bancos com problemas financeiros e administrativos e, em último caso, a liquidação extrajudicial destas instituições.

<sup>660</sup> “BANERJ não consegue rolar R\$ 430 milhões”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995, p. 20.

<sup>661</sup> “BANERJ é viável, conclui CPI”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 01/09/1995; “Deputado contesta gestão do BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 23/01/1996.

<sup>662</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

Após a decretação do RAET, tem-se o início um rápido processo de precarização da instituição financeira controlada pelo estado do Rio de Janeiro, que passa pela terceirização de sua administração, a inclusão no Programa Estadual de Desestatização (PED) e termina com a venda para o Itaú em 1997 <sup>663</sup>.

A contratação do banco Bozano, Simonsen, no final de 1995, para administrar o BANERJ durante o RAET foi fundamental para a sua privatização <sup>664</sup>. Após um convênio firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Central, no dia 20/10/1995, o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro publica um edital de concorrência para a contratação de um gestor <sup>665</sup>. Segundo a CPI, “a fórmula matemática de pontuação adotada tinha, claramente, mecanismos para privilegiar excessivamente a parte técnica em detrimento do preço”. Assim, o vencedor da licitação foi o banco Bozano, Simonsen, mesmo sendo o que apresentou proposta com o preço mais elevado <sup>666</sup>.

A gestão do Bozano, Simonsen foi extremamente lesiva para o BANERJ, com o fechamento de 34 agências, a demissão de mais de 6.000 funcionários (40% do total de postos de trabalhos) e o aumento das tarifas bancárias <sup>667</sup>. A cada demissão que efetuava, o banco Bozano, Simonsen ganhava 20% sobre a remuneração do trabalhador bancário demitido. Segundo o depoimento de um alto funcionário do Banco Bozano, Simonsen à CPI, a instituição financeira “faturou na faixa de R\$ 60 milhões, quando gerenciou o BANERJ em RAET” <sup>668</sup>.

Dos seis primeiros meses de administração terceirizada do banco Bozano, Simonsen, o BANERJ apresentou prejuízo em cinco. A exceção é maio, quando uma

---

<sup>663</sup> BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a privatização... Op. cit., p. 5.

<sup>664</sup> “TCU vota contra contrato de terceirização do BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 03/04/1996.

<sup>665</sup> “Edital para gerir BANERJ atrai grande número de interessados”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 24/10/1995; “Maior disputa pelo BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 1, 22/12/1995; “Bozano ganha a concorrência para administrar o BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 26/12/1995; “A difícil tarefa de sanear o BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. 1, 03/01/1996.

<sup>666</sup> No processo de licitação para a terceirização gestão do BANERJ, foram apresentadas as seguintes propostas: Liberal Deutsch Bank (R\$ 7.487.458,98); Graphus (R\$ 9.781.109,88); Cindan e CCF do Brasil (R\$ 13.011.185,47); Arbi Linear (R\$ 13.119.106,44); Bozano, Simonsen (R\$ 43.027.491,00).

<sup>667</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução nº 518, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001. p. 18; “BANERJ estuda redução do número de agências e do quadro de funcionários”. In: *Gazeta Mercantil*, 17/02/1995, p. 21; “Bozano pode demitir no Banerj”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 09/01/1996; “Demissão voluntária no BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 22/01/1996.

<sup>668</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução nº 518, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 18.

grande operação de especulação, envolvendo a troca de títulos da SIDERBRÁS por títulos do setor elétrico, que se valorizaram com o leilão de privatização da Light, gerou um resultado que proporcionou ao Bozano, Simonsen lucrar, somente naquele mês, cerca de R\$ 27 milhões.

Pouco depois da publicação do edital de concorrência para a contratação de um administrador para gerir o BANERJ durante o RAET, ganho pelo Bozano, Simonsen, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, aprova Mensagem enviada pelo Governo do Estado, dando origem à Lei nº 2.470. Em 28/11/1995, era criado o Programa Estadual de Desestatização (PED/RJ). Segundo a CPI, “esse programa foi marcado pelo fracasso quanto aos objetivos, perpassando irregularidades e ilegalidades nos processos de concessão/privatização das empresas”<sup>669</sup>.

Outro importante passo no processo de privatização do BANERJ foi a divisão da instituição financeira em duas, ocorrida em 01/11/1996. De um lado, o BANERJ, “banco novo”, equilibrado financeiramente, que recebeu toda a atividade bancária e a rede de agências; de outro, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ), “banco velho”, que ficou com os passivos e entraria em processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central.

A partir daquele momento, o leilão de privatização do BANERJ foi marcado para a segunda quinzena de dezembro/1996. Para fixar o preço mínimo, foi utilizada uma metodologia em que “vários fatores são adicionados a uma fórmula, e depois aplica-se um redutor que, para instituições financeiras, normalmente é de 6%”. Contudo, o Bozano, Simonsen “aplicou redutor de 14,5%, empurrando o preço para baixo”<sup>670</sup>. Com isso, o valor mínimo fixado para a venda do BANERJ foi avaliado em R\$ 436.693.000,00. Caso fosse utilizado o redutor de 6%, o valor ficaria bem mais acima: R\$ 645.523.000,00.

Em função desta e de outras irregularidades, a Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (AFBERJ) entrou com ação na Justiça, conseguindo uma liminar que determinaria a suspensão do leilão de privatização do BANERJ em duas

---

<sup>669</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 48.

<sup>670</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 18-19.

ocasiões: 17/12/1996 e 26/12/1996. Esta situação levaria o BC a prorrogar o RAET no BANERJ <sup>671</sup>.

Após uma longa batalha judicial, é publicado um novo edital de privatização. Contudo, com a aprovação da Comissão Diretora do PED/RJ, o Bozano, Simonsen, no lugar de aumentar o valor do BANERJ, fixaria o preço mínimo para o leilão em R\$ 311 milhões <sup>672</sup>.

Pouco antes da privatização do BANERJ, o Estado do Rio de Janeiro efetuou um empréstimo junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 3,1 bilhões para o pagamento de dívidas trabalhistas e previdenciárias do banco estadual. Com isso, o futuro comprador do BANERJ estaria isento do pagamento de dívidas <sup>673</sup>.

No leilão, realizado no dia 26/06/1997, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), o Itaú comprou o BANERJ por R\$ 311,1 milhões <sup>674</sup>, adquirindo 170 agências e mais de um milhão de clientes. Dos quatro pré-classificados para o leilão (Itaú, Bradesco, BCN e Pactual), o Itaú foi o único a apresentar proposta.

Com a aquisição, o banco da família Egydio de Souza Aranha, classificado, segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil - 1997, como o segundo maior banco privado do país, ficaria quase R\$ 3 bilhões maior e se aproximaria do Bradesco, o primeiro no ranking dos maiores bancos privados do país <sup>675</sup>. Os ativos do Itaú saltariam para R\$ 37,8 bilhões, contra R\$ 39,2 bilhões do Bradesco. Roberto Egydio Setubal,

---

<sup>671</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 19-20.

<sup>672</sup> A justificativa dada pelo Bozano, Simonsen para a diminuição do preço mínimo do BANERJ foi a mais inusitada possível: o novo preço seria resultado da retirada de alguns imóveis (terreno na Avenida Paulista, em São Paulo, edifício sede do BANERJ, entre outros) e a compra da BANERJ Corretora. O que não foi colocado é que a transação com os imóveis envolveu uma contrapartida em títulos públicos, com o valor de mercado superior a R\$ 116 milhões. Em outras palavras, saíram do patrimônio do BANERJ os imóveis e entraram os títulos, no mesmo valor de mercado. O mesmo raciocínio é válido para a BANERJ Corretora. Saiu dinheiro para a sua aquisição, mas esta entrou no patrimônio do BANERJ. Em resumo, a redução do preço mínimo do BANERJ não teria nenhum amparo contábil.

<sup>673</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 20; “Dívida trabalhista do BANERJ fica com o governo do Rio”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-5, 14/05/1996; “Governo carioca irá assumir o passivo trabalhista do BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 23/01/1997.

<sup>674</sup> O valor obtido com a privatização do BANERJ (R\$ 311,1 milhões) representou um ágio de apenas 0,6% em relação ao preço mínimo fixado para o leilão (R\$ 310 milhões).

<sup>675</sup> “Itaú fica com o BANERJ e perto do Bradesco”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 27/06/1997.

presidente do Itaú, passaria a acumular as presidências do conselho e da diretoria do BANERJ <sup>676</sup>.

A compra do BANERJ pelo Itaú foi realizada, em sua maior parte, com a utilização de “moedas podres” <sup>677</sup>, “contrariando frontalmente a Lei nº 2.470” <sup>678</sup>. Como tais moedas são compradas no mercado com desconto, o desembolso real do Itaú foi somente de cerca de R\$ 200 milhões.

Além disso, são relatadas uma série de vantagens concedidas ao Itaú. De acordo com a CPI, “o contrato firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e o BANERJ privilegia só o comprador, pois além de colocar o Estado como cliente cativo do banco, permite a permanência no banco de dois dias da folha de pagamentos de todo o funcionalismo público e pensionistas e por três dias dos pagamentos dos fornecedores e dos repasses das arrecadações de tributos e rendas estaduais” <sup>679</sup>. O lucro líquido do BANERJ no ano de 1997 foi de aproximadamente R\$ 100 milhões <sup>680</sup>. Em termos percentuais, isso significava metade do valor real de venda do banco (R\$ 200 milhões), uma vez que foram utilizados, no leilão de privatização, títulos com deságio médio de 50% no mercado (moedas podres). Ou seja, em apenas dois anos, o Itaú recuperaria todo o investimento realizado na aquisição do BANERJ.

Assim, ao levarmos em consideração a importância e a estrutura financeira do banco estadual carioca, nota-se que os critérios e valores utilizados na sua privatização permitiram uma verdadeira doação do patrimônio público estadual para um grande grupo financeiro privado. Com a privatização do BANERJ, o Itaú recebeu não só o direito de administrar todas as contas do funcionalismo público estadual, como também os pagamentos a fornecedores, a gerência de receitas estaduais, as transferências governamentais tornando-se, enfim, o grande administrador do Tesouro Estadual no Rio de Janeiro. Desta forma, com a privatização do BANERJ e de outras empresas estaduais,

---

<sup>676</sup> “Itaú já definiu a direção do BANERJ”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 19/07/1997.

<sup>677</sup> O Itaú se utilizou dos títulos Elet, moeda de privatização originária de dívidas renegociadas da Eletrobrás, que possuíam um deságio próximo de 50% para negociação no mercado. Mas que valiam 100% na hora de serem apresentadas como pagamento nos processos de compra de empresas estatais.

<sup>678</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 20.

<sup>679</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 21.

<sup>680</sup> “BANERJ obteve lucro em 1997”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 15/01/1998.

a CPI conclui que “os perdedores foram a população do Estado, que no fim é quem arca com os desmandos produzidos pelo processo de privatização e pela deficiência e falta de controle público dos serviços, e os trabalhadores das empresas, pois milhares perderam seus empregos”<sup>681</sup>. Segundo João Arêas, “enquanto era preparado para ser vendido, o BANERJ teve o seu quadro de funcionários encolhido em cerca de 50% (6.200 demissões)”<sup>682</sup>. O mesmo autor destaca campanha da imprensa – notadamente do jornal *O Globo* –, amplamente favorável à privatização do banco, com recorrentes reportagens insistindo “que a desestatização era a única forma de evitar a falência do BANERJ”<sup>683</sup>.

### **A privatização da “joia da coroa”: o caso do Banespa**

Diferentemente do BANERJ, cujo processo de privatização foi realizado pelo próprio governo estadual, o Banespa teve um caminho um pouco diferente: após sofrer intervenção do BC em 1994, junto com o próprio BANERJ, o Banespa foi federalizado no ano de 1997. A partir de então, o seu processo de privatização foi conduzido pelo governo federal. Outra diferença guardada em relação ao BANERJ é o período em que se deu a sua venda. Ao passo que a instituição estadual do Rio de Janeiro foi o primeiro banco estadual a passar para o controle do capital privado, em 1997, o Banespa foi privatizado apenas no final do ano 2000<sup>684</sup>.

A origem do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) encontra-se no ano de 1909, quando foi fundado o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, com controle acionário de capitais franceses. O banco surgia, assim, a partir da necessidade de financiamento da economia cafeeira paulista em expansão no início do século XX.

Em 1926, o governo paulista, com o apoio do Instituto do Café de São Paulo, passou a deter o controle acionário do banco, comprando 89,6% de seu capital. Na ocasião, foi também alterada a denominação de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola

---

<sup>681</sup>, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001, p. 48.

<sup>682</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 169.

<sup>683</sup> ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo...* Op. cit., p. 253.

<sup>684</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o processo de privatização dos bancos estaduais, especialmente do caso da Banespa, ver: ROCHA, Maria da Conceição. *A Privatização no sistema bancário e o caso do Banespa*. São Paulo: Ed. C/Arte, 2003.

do Estado de São Paulo para simplesmente Banco do Estado de São Paulo. Surgia, a partir daquele momento, um novo banco, cujo foco principal seria a defesa e o financiamento do café. Em 1937, o banco abriria a sua primeira agência bancária fora dos limites do estado de São Paulo, inaugurando uma agência em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

A partir de então, o Banespa, como ficaria conhecido, sustentou a expansão do ciclo do café, financiou a construção de grandes obras públicas, como estradas de ferro, rodovias e hidrelétricas, além de fornecer crédito rural.

Com as atividades divididas entre o setor agrícola e o industrial, o Banespa passou, diante da política oficial dos anos 1950 de investimentos em grandes obras de infraestrutura, a financiar, fundamentalmente, o setor público. Nesse período, o Banespa consolidou-se como o principal agente financeiro público dos municípios paulistas. Na década seguinte, continuou a desempenhar função importante no financiamento do crescimento do parque industrial paulista e de obras públicas.

O crescimento elevado da economia brasileira durante o “milagre” do início da década de 1970 foi financiado, em grande parte, com recursos adquiridos no exterior. Os bancos públicos desempenharam um papel relevante na captação destes recursos externos para atender à demanda de investimentos dos setores público e privado. No caso do estado de São Paulo, o Banespa viabilizou operações de crédito realizadas por empresas como CESP (Companhia Energética de São Paulo), VASP (Viação Aérea de São Paulo), FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.), DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) e o Metrô paulista.

Também na década de setenta, o Banespa iniciou o seu processo de internacionalização. Em 1973, foi inaugurado, em Nova York, o primeiro escritório de representação do banco no exterior, a primeira de um banco público brasileiro nos Estados Unidos. Ao longo dos anos, o Banespa passou a contar com inúmeras dependências no exterior, seja na forma de escritório de representação ou de agências bancárias, em cidades como Assunción (Paraguai), Buenos Aires, Frankfurt, Grand Cayman (Ilhas Cayman), Londres, Madrid, Miami, Nova York, Santiago de Chile e Tóquio. Além destas, no exterior, o Banespa possuía duas subagências: Ciudad del Este (Paraguai) e Luxemburgo. Ainda nessa década, o banco se consolidou enquanto conglomerado financeiro, a partir da incorporação do Banco de São Paulo, em 1973 passando a contar com uma empresa de crédito, de financiamento e de investimentos e com uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, além da ampliação da rede de

agências bancárias. Em dezembro de 1984, o Banespa passaria a deter também o controle acionário do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP), incorporando ao conglomerado as funções de banco de desenvolvimento. Em 1989, a partir da reforma na organização do sistema bancário, o banco estadual paulista seria transformado em banco múltiplo. O Banespa S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foi extinto e o Banespa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento foi transformado em empresa de leasing com o nome de Banespa S.A. Arrendamento Mercantil, integrando-se as funções de crédito ao consumidor final do banco comercial. Foi criada a Carteira de Crédito Imobiliário e absorvida a Carteira de Operações Ativas do BADESP. Em 1992 houve a criação do Banque Banespa International, subsidiária com controle acionário do Banespa, instalada em Luxemburgo. Constituíria-se, na verdade, em um banco europeu, tendo como principais objetivos assegurar a expansão da rede internacional do Banespa na Europa e estimular as operações de comércio exterior das empresas nacionais.

Em 30 de dezembro de 1994, através do Ato Presidencial nº 165 do então presidente do Banco Central, Pedro Malan, que futuramente viria a ser ministro da Fazenda e um dos principais condutores do processo de privatização dos bancos estaduais, foi decretado, pela primeira vez no Banespa, o Regime de Administração Especial Temporária (RAET), inicialmente por um período de 12 meses. Posteriormente, o RAET foi prorrogado pelos Atos Presidenciais de números 437 (28/12/95), 602 (27/12/96), 700 (25/06/97) e 747 (25/09/97), com vigências de 180, 90 e 90 dias, respectivamente, amparado pela Medida Provisória nº 1.556, de 18/12/96, e suas reedições. Assim como o Banerj, que também sofreria intervenção do Banco Central na mesma data, a decretação do RAET no Banespa pode ser considerada como o primeiro passo em direção à sua privatização <sup>685</sup>.

A intervenção nos bancos controlados pelos dois maiores estados brasileiros recebeu grande apoio dos banqueiros brasileiros. Para Roberto Setúbal, na época vice-presidente da FEBRABAN, a decretação do RAET no Banespa e no BANERJ representou um “episódio histórico de disciplina monetária” <sup>686</sup>. Não apenas os

---

<sup>685</sup> O mesmo argumento utilizado pelo Banco Central para intervir no BANERJ foi usado para justificar a decretação do RAET no Banespa: a incapacidade do banco estadual de honrar o pagamento de suas dívidas. Porém, é importante destacar que, quando da sua intervenção, o Banespa era detentor de US\$ 1,2 bilhões da dívida externa brasileira, e este patrimônio não foi levado em consideração pelo Banco Central. “O futuro do Banespa”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/02/1995, p. 20; “Os balanços revelam as dificuldades de liquidez”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995, p. 21.

<sup>686</sup> “Um episódio histórico de disciplina monetária”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995, p. 20.

banqueiros, mas também governadores de outros estados, todos pertencentes ao PSBD, apoiaram a ação do Banco Central, entre eles Eduardo Azeredo, governador de Minas Gerais, Almir Gabriel, do Pará, Tasso Jereissati, do Ceará, e o próprio governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar <sup>687</sup>.

Para administrar o Banespa durante a vigência do RAET, foi nomeado um conselho diretor, inicialmente composto por nove membros (primeiro semestre de 1995), todos servidores ou ex-servidores do Banco Central. Do segundo semestre de 1995 até o final do RAET, o número de membros passou para doze, salvo em pequenos períodos. Durante a administração especial o conselho diretor foi presidido por um total de três interventores. A primeira presidência coube a Altino da Cunha, até sua saída em 31 de julho de 1995. A segunda presidência foi exercida por Antônio Carlos Feitosa, de 1º de agosto de 1995 a três de outubro de 1997, e a terceira por João Alberto Magro, de três de outubro a 26 de dezembro de 1997, quando o Banespa foi federalizado e se encerrou o RAET. João Alberto Magro continuou como membro da diretoria após a transferência do controle do banco para o governo federal até a sua privatização.

O curto período de gestão de Altino Cunha como interventor no Banespa foi marcado por medidas iniciais de ajustes administrativos, tais como o aumento na cobrança de tarifas; o fechamento imediato de escritórios de representação em Lisboa, Milão e Washington <sup>688</sup>; a demissão de 1.372 funcionários do BANESER <sup>689</sup>; a redução dos valores do plano plurianual de investimentos em informática de US\$ 450 milhões para US\$ 270 milhões no período 1995/1999; cancelamento da taxa punitiva de juros que incidiam sobre créditos em atraso; e corte de 50% em publicidade, patrocínio e promoções culturais <sup>690</sup>. As gestões seguintes, de Antônio Carlos Feitosa e João Alberto Magro serão marcadas, como veremos, por uma série de medidas que levariam à precarização do banco e à sua privatização.

---

<sup>687</sup> “Consenso entre os governadores quanto às intervenções”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995, p. 11; “Ceará privatizará banco”. In: *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995, p. 1.

<sup>688</sup> “Banespa diminui rede no exterior”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/02/1995, p. 1.

<sup>689</sup> O BANESER (Banespa Serviços Técnicos e Administrativos) era um órgão originalmente encarregado de recrutar pessoal para atividades de limpeza, vigilância e copa do banco. Sofreu também intervenção junto com o Banespa. “Começa o saneamento do Banespa com demissões de funcionários do BANESER”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995, p. 1; “Funcionários devolvidos por Covas ao BANESER deverão ser demitidos”. In: *Gazeta Mercantil*, 06/01/1995, p. 15.

<sup>690</sup> “Banespa corta publicidade”. In: *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995, p. 17.

Segundo as informações levantadas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) <sup>691</sup>, instaurada pela Câmara dos Deputados, em Brasília, as principais causas alegadas pelo Banco Central para a decretação do Regime Especial de administração Temporária (RAET) no Banespa estavam “na assunção de dívidas de empresas estaduais, dos governos estadual e municipais e da inadimplência do setor privado, ocorridas na década de 80” <sup>692</sup>.

Contudo, o resultado das investigações da CPI, que resultou em um volumoso documento de quase 400 páginas, comprovou que o Banco Central cometeu uma série de irregularidades para manter a intervenção no Banespa e, assim, criar as condições favoráveis para a sua privatização e conseqüente venda ao capital privado. Desta forma, a CPI chegou à conclusão de que “motivações políticas e manobras do Banco Central que levaram à federalização e privatização do banco”.

Segundo apontou a CPI, ocorreu uma reunião do dia sete de agosto de 1995, na sede do Banco Central em São Paulo, da qual participaram Gustavo Loyola, presidente do Banco Central à época, Alkimar Moura, diretor de Política Monetária do Banco Central, Cláudio Mauch, diretor de Fiscalização do Banco Central, Manoel Lucívio de Loiola, subprocurador-geral do Banco Central, Carlos Alberto Ferriani, delegado regional do

---

<sup>691</sup> A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a "investigar as várias irregularidades praticadas durante a vigência do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Banespa" foi criada, em 1999, pela aprovação do Requerimento de CPI nº 5, apresentado pelo deputado federal Luiz Antônio Fleury (PTB-SP). A finalidade da CPI, de acordo com o citado requerimento, era a de apurar "denúncias de irregularidades contábeis cometidas durante todo o período de intervenção do Banco Central do Brasil, conhecido como Regime de Administração Especial Temporária (RAET), decretado em 29 de dezembro de 1994, no Banespa - Banco do Estado de São Paulo S.A., que culminaram com a adulteração do seu balanço patrimonial referente ao exercício fiscal de 1994".

No seu total, o Relatório Final da CPI totalizou 390 páginas, tendo realizado 37 reuniões e colhido depoimentos de 34 pessoas, entre elas os ex-presidentes do Banco Central Pérsio Arida, Gustavo Loyola e Gustavo Franco; ex-diretores do Banco Central, como Alkimar Moura (diretor de Política Monetária) e Cláudio Mauch (diretor de Fiscalização Financeira); interventores do Banespa (Altino Cunha, Antonio Carlos Feitosa e João Alberto Magro); ex-diretores do Banespa; deputados federais e estaduais; representantes de empresas privadas devedoras do Banespa; e representantes do banco Santander. É importante destacar que Pedro Malan e Ciro Gomes, respectivamente, presidente do Banco Central e ministro da Fazenda na época da decretação do RAET no Banespa não compareceram para depor na CPI.

A CPI do Banespa, como ficou conhecida, era composta pelos seguintes parlamentares: Luiz Antonio Fleury (presidente, PTB-SP); Robson Tuma (relator, PFL-SP); Roland Lavigne (1º vice-presidente, PMDB-BA); Ricardo Berzoini (2º vice-presidente, PT-SP); Cunha Bueno (3º vice-presidente, PPB-SP); Basílio Vilani (PSDB-SP); Júlio Semeghini (PSDB-SP); Yeda Crusius (PSDB-SP); Chico Sardelli (PFL-SP); Corauci Sobrinho (PFL-SP); Lamartini Poselle (PMDB-SP); Marcelo Barbieri (PMDB-SP); Iara Bernardi (PT-SP); Celso Russomanno (PPB-SP); João Eduardo Dado (PDT-SP); Bispo Wanderval (PL-SP) e José de Abreu (PTN-SP).

<sup>692</sup> BRASIL. Câmara Federal. *Requerimento de CPI nº 5*. “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar várias irregularidades praticadas durante a vigência do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Banespa - Banco do Estado de São Paulo”. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999, p. 12.

Banco Central em São Paulo e membros da Comissão Especial de Inquérito (CEI) nomeados pelo Banco Central para investigar possíveis irregularidades no Banespa, entre eles, Carlos José Braz de Lemos, relator da CEI <sup>693</sup>. Nesta reunião, Carlos José Braz de Lemos, apresentou um extenso relatório, com aproximadamente 12 mil páginas, onde constava que o patrimônio líquido do Banespa era positivo em R\$ 1,7 bilhões e que o banco apresentava lucro. Assim, o relatório da CEI recomendava que o processo contra o Banespa fosse arquivado, contrariando os interesses do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e de seus principais diretores presentes na reunião na sede do Banco Central em São Paulo. Diante disso, Alkimar Moura, diretor de Política Monetária do Banco Central, determinou que o balanço do Banespa de 1994 fosse alterado e apontasse prejuízo, ao contrário de um saldo positivo de R\$ 1,7 bilhões como havia sido apontado no relatório da CEI <sup>694</sup>.

Assim, numa manobra ilegal, o balanço do Banespa de 1994 foi “avermelhado”, segundo expressão de Manoel Lucívio de Loiola, subprocurador-geral do Banco Central, passando a contabilizar toda a dívida do estado de São Paulo – que vinha sendo paga, salvo o atraso de quinze dias no mês de dezembro de 1994 – como prejuízo. Assim, de um saldo positivo de R\$ 1,7 bilhões, o Banespa passaria a ter um saldo negativo de R\$ 4,2 bilhões <sup>695</sup>.

Tal processo remonta ao ano de 1992, quando o governo paulista renegociou sua dívida com o Banespa. Até dezembro de 1994, as prestações para a quitação da dívida foram pagas em dia. Naquele mês, já tendo sido eleito governador Mário Covas, do PSDB, e às vésperas de sua posse, o governador Fleury atrasou <sup>696</sup> o pagamento de uma prestação no valor de R\$ 30 milhões, valor pouco expressivo se comparado à dívida total do governo de São Paulo com o Banespa que era de R\$ 5 bilhões. Prontamente, a equipe do Banco Central, presidido na época por Pedro Malan, futuro Ministro da Fazenda,

---

<sup>693</sup> BRASIL. Câmara Federal. *CPI Banespa - Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999, p. 39.

<sup>694</sup> BRASIL. Câmara Federal. *CPI Banespa - Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999, p. 40-41.

<sup>695</sup> BRASIL. Câmara Federal. *CPI Banespa - Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999, p. 41.

<sup>696</sup> Quando um cliente não quita uma dívida contraída com um banco qualquer, o Banco Central permite que o atraso chegue até 365 dias (um ano), antes de exigir que esta dívida seja contabilizada como prejuízo em seu balanço. Este prazo de 365 dias é válido para os casos em que o devedor tenha garantias (imóveis, bens, etc.). E neste caso, o devedor era o próprio governo do Estado de São, que naturalmente possuía inúmeras garantias. Porém, mesmo que o devedor não apresentasse garantias, o prazo mínimo dado pelo Banco Central era de trinta dias e, no caso do Banespa, o atraso no pagamento de uma parcela de R\$ 30 milhões ante uma dívida de R\$ 5 bilhões que vinha sendo paga regularmente durante dois anos, era de 15 dias, ou seja, dentro do prazo de tolerância dado pelo Banco Central. Mesmo assim, houve, de maneira arbitrária, a decretação do RAET no Banespa.

aproveitou este “atraso” para decretar o RAET e a intervenção no Banespa, considerando este um banco “quebrado”<sup>697</sup>. Contudo, como já destacamos, a realização da comissão de inquérito no Banespa realizada pelo próprio Banco Central, verificou um patrimônio positivo de R\$ 1,7 bilhões no balanço de 1994. Porém, por ordens do presidente e diretores do Banco Central, o balanço foi adulterado, contabilizando como prejuízo toda a dívida do governo paulista com o Banespa, o que levou a um saldo negativo de R\$ 4,2 bilhões. Só assim, a partir do “golpe tucano”<sup>698</sup>, armado de dentro do Banco Central, seria possível concretizar o principal objetivo da intervenção realizada no Banespa: a sua privatização<sup>699</sup>.

Após a adulteração do balanço patrimonial de 1994, o processo de privatização do Banespa teve no final do ano de 1996, um momento importante. Em 27 de novembro foi firmado um protocolo de acordo entre o governo do estado de São Paulo e a União, com base na Medida Provisória nº 1514-3, ficando ajustado que o governo federal adquiriria a dívida do governo paulista e de entidades por ele controladas junto à Nossa Caixa Nosso Banco e ao Banespa. Um mês depois, em 27 de dezembro, pela Lei Estadual nº 9.466, foi autorizado a transferência de 51% das ações ordinárias do Banespa para a União. Assim, o Banespa deixava de ser controlado pelo governo do estado de São Paulo e passava a ser controlado pelo governo federal. A partir de então, o Banespa, já federalizado, pelo Decreto nº 2.469, de 21 de janeiro de 1998, foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND).

É importante destacar que o Banco Central enfrentou a oposição de vários grupos em relação ao projeto de privatização do Banespa, principalmente de sindicatos e funcionários do Banespa. Conforme Christopher Garman, Cristiane Kerches da Silva Leite e Moisés da Silva Marques, “a oposição à privatização do Banespa foi quase

---

<sup>697</sup> A pretensa “quebra” do Banespa foi atribuída, à época de sua intervenção, a desmandos, corrupção e dívidas contraídas nos governos de Orestes Quércia e Fleury.

<sup>698</sup> Expressão utilizada pelo jornalista da revista Carta Capital, Carlos Drummond, que, através de uma série de reportagens (“*Caso Banespa: Golpe dos Tucanos – a história da intervenção mancha honra do governo federal e põe em cheque o BC*” e “*Banespa: outra prova do golpe tucano*”) denunciava a realização e o conteúdo do encontro de sete de agosto de 1995 na sede do Banco Central em São Paulo que determinou a adulteração no balanço patrimonial do Banespa referente ao ano de 1994.

<sup>699</sup> Em seu depoimento na CPI, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, revelou as reais intenções do Governo Federal em relação ao Banespa, ao afirmar que “estava fora de questão devolver o banco para o estado de São Paulo”, e que tinham a posição, desde o início, de privatizar os bancos estaduais.

unânime entre os deputados federais da bancada paulista na Câmara, completamente independente de disposições ideológicas”<sup>700</sup>.

Duas comissões foram criadas na Câmara dos Deputados em oposição à privatização do Banespa. A bancada ruralista também exerceu forte oposição, pois a maioria do crédito rural era proveniente de bancos públicos, como o Banespa.

Em abril de 1999, ocorre a primeira tentativa de privatização do banco, que foi adiada por conta de uma liminar em ação impetrada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em junho, o Banco Central consegue a cassação da liminar, planejando o leilão para outubro. Entretanto, em setembro, o Banco Central adiará o leilão para o ano de 2000. Em novembro, a União faz novo acordo com governo de São Paulo para adquirir mais 15,67% das ações do Banespa e passa a deter 66% do capital votante do banco. Em dezembro, empresas de consultoria definem em R\$ 5,95 bilhões o valor do banco. Neste mesmo mês, nos termos do Decreto Federal de 23 de dezembro, é permitida a participação de grupos estrangeiros no leilão de privatização do banco.

Em abril de 2000, quatro bancos nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra) e cinco estrangeiros (Bilbao Vizcaya, Citibank, BankBoston, HSBC e Santander) estavam pré-qualificados para participar do leilão de privatização.

Em outubro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) marca o leilão para 20 de novembro de 2000 e publica o edital de venda com o preço mínimo definido de R\$ 1,85 bilhões. Tal valor foi fortemente contestado por diversos setores da sociedade civil, especialmente pelos funcionários do Banespa. Pouco depois, quatro bancos, todos estrangeiros (BankBoston, Citibank, BBVA e HSBC) desistem de participar da privatização do Banespa.

O leilão de privatização do Banespa, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em novembro de 2000, depois de uma longa batalha judicial que contou com um total de 62 liminares contrárias a venda do banco, durou pouco menos de dez minutos. Os espanhóis do Santander pagaram R\$ 7,05 bilhões, valor 281% acima do preço mínimo

---

<sup>700</sup> Segundo os autores, “o bloco opositor à privatização do Banespa estendeu-se também entre os deputados tradicionalmente de inclinação privatista. Ricardo Izar (PPR-SP), por exemplo, conhecido por sua defesa das privatizações, declarou: “São Paulo não deve e não pode prescindir do Banespa. O Banespa em si é uma instituição irreversível. Não é só um banco. Hoje o Banespa são diversas instituições – corretoras de seguro, fundo, clube, é tudo. Tem tanta gente dependendo dele! O que aconteceu com o Banespa foi um esporádico acidente de má administração. Sou um grande defensor das privatizações, mas não no caso do Banespa. Não tem razão!”. GARMAN, Christopher; LEITE, Cristiana Kerches da Silva; MARQUES, Moisés da Silva. Impactos das Relações Banco Central x Bancos Estaduais no Arranjo Federativo pós-1994: análise à luz do caso Banespa. In: *Revista de Economia Política*, vol. 21, nº 1 (81), janeiro-março, 2001, p. 54.

fixado em R\$ 1,85 bilhões, valor considerado bastante inferior ao real valor do banco que, segundo apontavam na época, alcançaria mais de R\$ 40 bilhões <sup>701</sup>. A venda da “jóia da Coroa”, assim se referia ao Banespa o presidente do Banco Central na época, Armínio Fraga, foi bastante comemorado pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda <sup>702</sup>, ao contrário dos “banespianos” <sup>703</sup>, que realizaram uma série de protestos contra a venda do Banespa.

Pouco antes de sua privatização, o Banespa possuía ativos totais calculados em cerca de R\$ 28 bilhões. Era o sexto maior banco do país segundo o Balanço Anual da Gazeta Mercantil, ficando atrás apenas do Banco do Brasil, CEF, Bradesco, Itaú e Unibanco. Contava, ainda, com 3,1 milhões de contas correntes, e 20.217 funcionários e 577 agências. O número de clientes girava em torno de 2,8 milhões, sendo 350 mil com renda superior a R\$ 3.000 mensais. Pouco antes de sua venda, de um total de 405 municípios em que o Banespa atuava, ele era o único banco presente em 108 deles. Eram, em geral, “cidades de pouca expressão econômica, classificadas como municípios subordinados na hierarquia das cidades, o que não desperta interesse dos bancos privados que estão longe de apenas prestar serviços sociais, preocupados sim em captar o máximo de depósitos” <sup>704</sup>. Portanto, o estado de São Paulo sofreu um enorme prejuízo financeiro, uma perda irreparável com a privatização do Banespa.

Após a aquisição do Banespa, o Santander praticamente dobrou os seus ativos no Brasil, chegando a um valor superior a R\$ 47 bilhões. Com isso, o banco espanhol

---

<sup>701</sup> No leilão, o Santander foi o único concorrente a comparecer com executivos do alto escalão e o primeiro a entregar o envelope com a proposta de compra. O Itaú não ofereceu proposta, desistindo de participar do leilão, o Bradesco ofereceu R\$ 1,86 bilhões e o Unibanco, R\$ 2,1 bilhões. O valor (US\$ 3,57 bilhões) foi o segundo maior valor pago, em dólares, por uma empresa pública privatizada no Brasil: 1º TELESP (US\$ 4,967 bilhões); 2º Banespa (US\$ 3,604 bilhões); 3º Vale do Rio Doce (US\$ 3,13 bilhões); 4º Embratel (US\$ 3,08 bilhões); 5º Light (US\$ 2,26 bilhões); 6º Usiminas (US\$ 1,10 bilhões) e 7º Companhia Siderúrgica Nacional (US\$ 1,05 bilhões). BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1990/1994*, 26 de agosto de 2002; BRASIL. BNDES. Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

<sup>702</sup> Em entrevistas dadas à imprensa, Armínio Fraga afirmava que venda do Banespa representava “um marco na nossa história” e confirmava “a visão de longo prazo no país” do grupo espanhol comprador do Banespa. Na mesma linha de pensamento do presidente do Banco Central, o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, declarava que o valor pago pelo Santander indicava que os grupos estrangeiros tinham “uma boa perspectiva sobre o Brasil”. Segundo Barbosa, “a venda do Banespa foi um vitória do contribuinte”.

<sup>703</sup> Assim eram conhecidos os funcionários do Banespa que resistiram fortemente ao processo de privatização do Banespa. A oposição à venda do Banespa não foi compartilhada apenas pelos funcionários do banco, uma pesquisa de opinião encomendada pelo jornal *O Estado de São Paulo* e realizada pelo Instituto Ipsos na época demonstrou que 62% da população brasileira era contrária às privatizações.

<sup>704</sup> VIDEIRA, Sandra Lúcia. *Dinâmica espacial do sistema bancário do Estado de São Paulo*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999, p. 109.

ultrapassaria o ABN-Amro e se tornaria o maior banco estrangeiro do sistema financeiro brasileiro. Com isso, o Santander saltou da nona posição para a quinta entre as instituições bancárias nacionais (considerando a participação do Banco do Brasil e da CEF), e da sexta para a terceira posição, no ranking das maiores instituições bancárias privadas do Brasil por total de ativos (Quadro 4.15).

*Quadro 4.15: Posição do Santander antes e depois da aquisição do Banespa (valores em R\$ milhões)*

Antes da aquisição do Banespa	Depois da aquisição do Banespa
Posição / instituição / ativos (*)	Posição / instituição / ativos (*)
1º / Banco do Brasil / R\$ 144.439	1º / Banco do Brasil / R\$ 144.439
2º / Caixa Econômica Federal / R\$ 124.349	2º / Caixa Econômica Federal / R\$ 124.349
3º / Bradesco / R\$ 61.626	3º / Bradesco / R\$ 61.626
4º / Itaú / R\$ 48.980	4º / Itaú / R\$ 48.980
5º / Unibanco / R\$ 35.034	5º / Santander + Banespa / R\$ 47.351
6º / Banespa / R\$ 28.352	6º / Unibanco / R\$ 35.034
7º / ABN-Amro / R\$ 26.910	7º / ABN-Amro / R\$ 26.910
8º / Safra / R\$ 20.737	8º / Safra / R\$ 20.737
9º / Santander / R\$ 18.999	9º / HSBC / R\$ 16.919
10º / HSBC / R\$ 16.919	10º / Nossa Caixa Nosso Banco / R\$ 16.390

\* Dados referentes a junho de 2000, exceto Bradesco, Itaú, Unibanco e Banespa, cujas informações são de setembro de 2000.

Fonte: *Revista Exame*, ed. nº 728, ano 34, nº 24, novembro de 2000.

Um dos mais dramáticos legados do RAET sobre o Banespa e que continuou depois de sua federalização e posterior venda ao Santander foi a demissão de seus funcionários. Durante os três anos de RAET (1995/1997), segundo dados da CPI, 11.316 postos de trabalho foram eliminados. Deste total, 5.318 postos foram extintos por meio de programas de demissão voluntárias implantadas em três momentos: entre junho e dezembro de 1995, em julho de 1996 e entre abril e dezembro de 1997. Houve também a eliminação de 5.251 postos em decorrência de aposentadorias, nestas incluídas as que se deveram aos planos de incentivo à aposentadoria por tempo de serviço. Entre 1995 e

1997, foram demitidos 2.968 funcionários do BANESER (1.372 funcionários apenas nos seis primeiros meses de intervenção do BC, durante a gestão de Altino Cunha)<sup>705</sup>. Além disso, 1.192 contratados como prestadores de serviço foram dispensados.

A redução do quadro de funcionários pode ser observada abaixo (Tabela 4.16). No período compreendido entre dezembro de 1994 e setembro de 1999, ocorreu uma redução de 40,3% no quadro de trabalhadores do Banespa.

*Tabela 4.16: Evolução do quadro de funcionários desde a decretação do RAET*

Período	Dez/1994	Dez/1995	Dez/1996	Dez/1997	Dez/1998	Set/1999
Nº de funcionários	33.877	29.525	26.856	22.561	21.126	20.217

Fonte: dados levantados pelo o autor a partir de diversas fontes.

Assim como as demissões, o fechamento de agências e postos de atendimento bancário foram outro resultado negativo durante a vigência do RAET no Banespa. O número de agências fechadas durante os três anos de intervenção foi de 44, das quais, uma agência em 1995, duas em 1996 e 41 em 1997. Além destas, três outras agências do Banespa no exterior foram fechadas: Lisboa, Washington e Miami. Os postos avançados de atendimento bancário, que em 1994 eram 1.045, foram reduzidos para 919 em 1995, 883 em 1996 e 809 em 1997.

Em setembro de 1999, já federalizado e sendo preparado para a privatização, o Banespa contava com 1.348 pontos de atendimento, considerando-se agências e postos avançados de atendimento bancários (Tabela 4.17). Desse total, 336 estavam localizados na região da Grande São Paulo, 936 no interior do Estado e outros 76 nos localizados nos demais Estados brasileiros. Estes números revelam a importância do Banespa enquanto agente do financiamento do Estado de São Paulo, uma vez que se contava com 936 postos de atendimento, entre agências e postos avançados de atendimento bancário.

<sup>705</sup> “Banespa: medidas duras”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/03/1995, p. 1.

*Tabela 4.17: Localização dos Postos de Atendimento do Banespa em set/1999*

Dependências	Capital	Grande São Paulo	Interior de São Paulo	Outros Estados	Total
Agências	93	42	402	40	577
PAB's	112	89	534	36	771
Total	205	131	936	76	1.348

Fonte: OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Banco Santander: comportamento social e trabalhista. Relatório Geral de Observação*. Julho/2001.

### **As privatizações dos bancos mineiros: os casos do Bemge e do Credireal**

Diferentemente da maioria dos Estados brasileiros, Minas Gerais possuía duas instituições controladas pela administração estadual: Bemge e CREDIREAL<sup>706</sup>. Ambas tiveram o seu controle repassado para o controle privado na década de 1990.

A origem do Banco Estadual de Minas Gerais (Bemge) está ligada à fundação em 1911, do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. O banco foi fundado com capital francês, mas, em 1943, passa a ser controlado pelo Estado de Minas Gerais no processo de nacionalização dos bancos imprimido pelo governo Vargas sob a alegação de que seus proprietários viviam em território ocupado pelos nazistas e que, por isso, suas ações deveriam ser expropriadas e passadas ao governo estadual.

Outro banco privado, o Banco Mineiro do Café, que mais tarde passou a ser o Banco Mineiro de Produção, fundado em 1933, também está diretamente ligado ao Bemge. Em 1937, passaria também para o controle do Estado de Minas Gerais. Era um banco grande para os padrões da época e a partir dos anos 1950 se expandiu, de forma que assumiu, em 1964, o posto de 12º no ranking dos bancos brasileiros.

A partir da década de 1940 os bancos mineiros ganham expressão em todo território nacional, possuindo agências em outros Estados, e já apareciam entre os 10 maiores bancos do país.

A partir da metade dos anos 1960, após a Reforma Bancária de 1964/1965, houve um estímulo por parte das autoridades financeiras do país a fusões e incorporações.

---

<sup>706</sup> São Paulo era outro estado que possuía duas instituições estaduais: o Banespa e a Nossa Caixa Nosso Banco (NCNB). O Rio Grande do Sul, além do Banrisul, possuía o Meridional, contudo, este, era um banco federal.

Assim, em 1967 os bancos estaduais, Mineiro de Produção e Hipotecário, se fundiram e deram origem ao Bemge.

Apesar de ser considerado um banco público, o Bemge era uma instituição financeira de economia mista, possuindo uma composição acionária de 77,2% de capital estatal e 22,8% de capital privado. Na época de sua privatização, o Bemge era um dos vinte maiores bancos brasileiros e o quarto maior banco estadual, ficando atrás do Banespa, BANERJ e Banestado, de acordo com o ranking de bancos divulgado pela Gazeta Mercantil em 1997.

A década de 1980, segundo Mayara Ferreira de Abreu, foi marcada “por graves crises nacionais que impactaram o setor bancário nacional, atingindo principalmente os bancos estaduais”<sup>707</sup>. Nesse período, o governo mineiro recorreu a operações de crédito com o Bemge para compensar a crise das finanças estadual. Tais operações eram um grande risco para os bancos, pois estes teriam que captar recursos em um curto espaço de tempo e com altos juros, para que fossem possíveis os empréstimos ao governo estadual. Assim, estas operações deterioraram o patrimônio do Bemge, causando grandes prejuízos ao banco estadual mineiro especialmente nos anos de 1983, 1984 e 1987.

O processo de privatização do Bemge teve o seu início em 1996, quando foi assinado acordo entre o governo estadual e governo federal.

No dia 14/09/1998, o Bemge teve o seu controle transferido para o capital privado em leilão realizado na Bolsa de Valores Minas - Espírito Santo - Brasília, em Belo Horizonte. Todas as empresas do conglomerado Bemge foram incluídas no leilão: Bemge Administração de Cartões de Crédito; Bemge Distribuidora; Financeira Bemge e IFE Bemge Uruguay (agência no Uruguai)<sup>708</sup>.

Participaram do leilão, além do Itaú, o Bradesco e o banco Meridional (representando o Bozano, Simonsen). Num primeiro lance, o Itaú ofereceu R\$ 486,1 milhões, o Bradesco R\$ 443 milhões e o Meridional, R\$ 391,1 milhões. Segundo o edital de privatização, caso a diferença de preço, em envelopes lacrados, fosse igual ou inferior a 15%, a disputa seria em viva-voz. Assim, o Itaú e o Bradesco, donos das duas maiores propostas passaram a esse sistema de disputa. O Bradesco desistiu depois do décimo primeiro lance, de R\$ 581 milhões, valor que seria o “limite técnico”, segundo o diretor

---

<sup>707</sup> ABREU, Mayara Ferreira de. *A Identidade em Questão: privatização e fusão bancária na década de 1990*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 41.

<sup>708</sup> “Itaú paga ágil de 85,6% pelo Bemge”. In: *Jornal do Commercio*, 15/07/1998, p. B-1.

de Relações com o Mercado do banco, Maurício Quadrado. Além dos três bancos nacionais, outros três bancos estrangeiros, Santander, Bilbao Vizcaya e ABN-Amro, estavam pré-qualificados pelo Banco Central, mas desistiram de participar da disputa.

O Itaú desembolsou R\$ 583 milhões para comprar cerca de 90% das ações do Bemge, o que representou um ágil de 85,58% sobre o valor mínimo de R\$ 314 milhões. Com a aquisição, o Itaú incorporou 472 agências, 113 postos de atendimento bancário, localizados, além do estado de Minas Gerais, em outros sete estados brasileiros. Foi a maior venda de um banco público até então.

Após a compra do Bemge, o Itaú, que já havia comprado o BANERJ, passou a ser o quarto maior banco do país <sup>709</sup> e o primeiro entre os bancos privados, ultrapassando o Bradesco em volume de ativos <sup>710</sup>.

O outro banco mineiro, o Banco de Crédito Real (Credireal) foi fundado na cidade de Juiz de Fora, com a aprovação de seu estatuto e autorização para o seu funcionamento celebrado em uma segunda assembleia, no dia 23 de janeiro de 1889 e sacramentado pelo Decreto Imperial nº 10.317, de 22 de agosto do mesmo ano. Este decreto concedia a carta-patente ao Banco de Crédito Real que dava início às suas atividades bancárias em cinco de setembro de 1889, cerca de dois meses antes da queda do Império, em 15 de novembro. Contava, no seu início, com apenas seis funcionários e, até o início da década de 1920, atuou como o único banco da região da Zona da Mata.

O Banco de Crédito Real, desde o momento de sua fundação, atuou no financiamento junto à agricultura, em especial à lavoura cafeeira <sup>711</sup>.

Em 1911, cerca de 70% do capital do Credireal foi adquirido por um grupo francês que controlava o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Esta instituição bancária, por sua vez, em razão de problemas financeiros, foi incorporada pelo governo de Minas Gerais, então administrado por Arthur Bernardes, em fevereiro de 1913. Assim, o governo estadual mineiro assumia o controle acionário do Credireal e, em 1919, realizaria a sua incorporação de fato, tornando-o, a partir de então, uma instituição oficial.

---

<sup>709</sup> Após a privatização do Bemge, o Itaú passou a ser o quarto maior banco do país, atrás apenas do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banespa, todos bancos públicos.

<sup>710</sup> O Itaú passava a ter US\$ 51,2 bilhões contra US\$ 50 bilhões do Bradesco.

<sup>711</sup> FERREIRA, Carlos Alberto Dias. *Francisco Paulo de Almeida, Barão de Guaraciba: um negro e sua rede de sociabilidade na fundação do Banco de Crédito de Minas Gerais*. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, São Gonçalo, 2012, p. 12. Texto disponível no seguinte endereço eletrônico: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338416016\\_ARQUIVO\\_ITEXTO.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338416016_ARQUIVO_ITEXTO.pdf). Acesso em: 22/08/2012.

Aproveitando-se do cenário político e econômico favorável do segundo pós-guerra, em 1948, foi criada a carteira de câmbio. Nos anos cinquenta, o Credireal passou a ocupar a quinta colocação entre as cerca de 200 instituições bancárias do país. Na década seguinte, chegou a ser a segunda maior instituição bancária de Minas Gerais em volume de depósitos. Em 1969, o banco chegaria a contar com seis mil funcionários e 176 agências.

Os anos oitenta foram marcados pela grande expansão física do banco, quando alcançou o número de 216 agências e 10.500 funcionários. Paradoxalmente, o Credireal, que assim como várias outros bancos estaduais sofreram com o aumento do endividamento externo que marcaria aquela década, sofreu intervenção do Banco Central e ficou sob RAET entre 1987 e 1989.

Em razão deste quadro, a partir de 1993, o Credireal deu início a um processo de reestruturação, com a redução no número de funcionários em cerca 15% e o fechamento de agências que não davam lucros <sup>712</sup>. Assim, segundo Ronaldo Lares Peixoto, “estava aberto, portanto, o caminho para a privatização do banco, seguindo a nova linha da política econômica inaugurada pelo governo Collor, que esboçará os novos elementos estruturantes do Estado” <sup>713</sup>.

Nesse contexto, visando uma reforma da administração pública estadual, em junho de 1995, o governo Eduardo Azeredo lançou o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que iria orientar os investimentos no estado até 1998. Os seis “programas estruturantes” que receberiam investimentos prioritários seriam: reforma do Estado, transporte ferroviário e rodoviário, educação, ciência e tecnologia, irrigação e saúde. Grande parte dos recursos do PMDI foi financiado por instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ligado ao Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que repassaram cerca de US\$ 1,2 bilhão <sup>714</sup>.

De acordo com o plano de reformas, “(...) há que se proceder, portanto à redução da participação do setor público em áreas e atividades que possam ser eficientemente

---

<sup>712</sup> O ajuste realizado em junho de 1993 resultou no fechamento de 49 agências, o que corresponderia a 1/3 de sua rede, e na demissão de 754 funcionários. “Fazenda de Minas inicia preparo do Credireal para a privatização”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995, p. 21.

<sup>713</sup> PEIXOTO, Ronaldo Lares. *A privatização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais: estudo de caso*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002, p. 47.

<sup>714</sup> “Azeredo anuncia hoje plano de investimentos”. In: *Folha de São Paulo*, 27/06/1995, p. 23.

assumidas, total ou parcialmente, pelo setor privado. A desoneração do Estado engloba privatizações, concessões, parcerias, alienação e terceirização”<sup>715</sup>.

Ao início do governo Eduardo Azeredo, José Afonso Bicalho Beltrão, ex-secretário de Fazenda de Minas Gerais, assumiu a presidência conjunta do BEMGE e do Credireal, a fim de preparar o último para ser privatizado. Segundo o novo secretário da Fazenda, João Heraldo Lima, não se tratava de uma unificação das diretorias e nem havia intenção de fundir as duas instituições<sup>716</sup>. A alegação era de que não havia necessidade de Minas Gerais possuir dois bancos controlados pelo governo estadual.

A privatização do Credireal foi também defendida pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Stefan Salej, em seu discurso de posse à frente da entidade. Segundo Salej, o governo “precisa fazer seus ativos renderem bem. Se não rendem, precisa se desfazer deles”<sup>717</sup>.

Em 31 de maio de 1997, pouco antes de sua venda, o Credireal reduziu a quantidade de suas agências de 216 para 86 e o quadro de seus funcionários de 10.500 para 4.743.

De acordo com o edital de leilão de privatização do Credireal, publicado em 11/07/1997, o Estado tornou pública a venda de 99,9% do capital do banco<sup>718</sup>.

Dos oito grupos pré-qualificados pelo Banco Central para a participação do leilão de privatização, ficaram apenas três: Bicbanco, Varejo S/A Administração e Participação (banco Bozano, Simonsen) e Companhia de Investimento Latino-Americano (Pactual/BCN)<sup>719</sup>. No dia da realização do leilão, ocorrido em oito de agosto de 1997, na Bolsa de Valores Minas - Espírito Santo - Brasília, apenas representantes do banco Pactual, representando o Banco de Crédito Nacional (BCN), estiveram presentes e acabaram adquirindo o Credireal, por um valor pouco maior (R\$ 127,30 milhões) do que o preço mínimo fixado (R\$ 121,00 milhões)<sup>720</sup>.

---

<sup>715</sup> GOVERNO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado*. Belo Horizonte, 1995.

<sup>716</sup> “A conversa de Malan com Azeredo”. In: *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995, p. 11; “Fazenda de Minas inicia preparo do Credireal para a privatização”. In: *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995, p. 21.

<sup>717</sup> “Federação das Indústrias de Minas apóia venda do Credireal”. In: *Gazeta Mercantil*, 01/01/1995, p. 17.

<sup>718</sup> “Salomon Brothers avalia Credireal”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-3, 03/08/1995.

<sup>719</sup> Além destes estavam pré-qualificadas pelo Banco Central, outras cinco instituições, que acabaram desistindo de participar do processo de privatização: CCF Brasil, Bank Boston, banco Noroeste, Tabal Participações S/A e General Electric Capital Corporation.

<sup>720</sup> De acordo com Ronaldo Peixoto, “os recursos arrecadados pelo governo de Minas Gerais foram depois transferidos para o governo federal para saldar o pagamento da dívida mobiliária do Estado, estimada em R\$ 9 bilhões. Já era sabido que a transferência dos recursos fazia parte do acordo previsto no protocolo de

Com a compra do Credireal, o BNC passou a ocupar a quinta posição entre os bancos brasileiros, com patrimônio de R\$ 1 bilhão e ativos da ordem de R\$ 14 bilhões.

O Credireal apresentava algumas características, entre elas, a de ser um banco estadual considerado de porte médio, cujas agências estavam distribuídas, principalmente em estados da região Sudeste, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Das 86 agências do Credireal, em maio de 1997, 42 estavam localizadas em Minas Gerais (sendo 13 em Belo Horizonte), 14 no Rio de Janeiro (sendo 10 na capital) e outras 14 em São Paulo (com uma distribuição mais equilibrada: sete na capital e outras sete em cidades do interior). As 16 outras agências estavam situadas em estados vizinhos. Outra característica do Credireal era o atendimento a clientes de pequenas e médias empresas, que correspondia a 46% de suas operações de crédito.

O Credireal tinha, na época de sua privatização, dois acionistas principais, sendo o maior deles o governo estadual, que detinha 99,805% do capital do banco. A MGI (MG Participações), uma holding estatal, possuía 0,136%. Outras empresas possuíam o restante, 0,059%.

Um dos primeiros compromissos do BCN, logo após a compra, foi o de tranquilizar funcionários de que não haveria demissões em massa e seriam mantidas as 86 agências existentes na época em que foi privatizado. Contudo, nos primeiros meses de gestão do BNC, foram demitidos 500 dos 2,4 mil funcionários. Até o final do ano de 1997, as demissões atingiriam mais 800 funcionários do antigo Credireal. Além disso, foram fechadas 17 agências.

Uma questão importante em relação à privatização do Credireal refere-se ao fato de que a instituição bancária compradora do banco mineiro, o BCN, seria vendido poucos meses depois para o Bradesco, aumentando ainda mais o processo de concentração bancária no país. O maior banco privado brasileiro na época passaria, assim, a controlar o antigo Credireal <sup>721</sup>.

---

renegociação da dívida global do Estado de Minas Gerais, estimada em R\$ 15 bilhões, que foi assinada em setembro de 1996”. PEIXOTO, Ronaldo Lares. *A privatização do Banco de...* Op. cit., p. 82.

<sup>721</sup> “Bradesco sai da toca e compra o BCN”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 28/10/1997; “Bradesco conclui compra do BCN”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-2, 04/12/1997; “Bradesco apaga a marca Credireal”. In: *Gazeta Mercantil*, p. A-1, 06/01/1998.

## **Privatização e a desnacionalização bancária: as aquisições do capital estrangeiro**

Além do Banespa que, como já discutimos, foi comprado pelo espanhol Santander, outros dois bancos estaduais foram adquiridos pelo capital estrangeiro no período. Tratavam-se do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), privatizado em 1998, e do Banco do Estado da Paraíba (Paraiban), vendido em 2001. Ambos foram comprados pelo holandês ABN-Amro através do banco Real, adquirido meses antes da compra do Bandepe. As aquisições fizeram do ABN-Amro um dos maiores grupos financeiros do sistema financeiro brasileiro. Muito embora tanto o Bandepe quanto o Paraiban não possam ser comparados com o Banespa e o BANERJ em termos de ativos e de patrimônio, ambos tinham grande importância não apenas em seus estados de atuação, mas também em âmbito regional. O Bandepe era, especialmente, um banco importante da região Nordeste e um dos fatores de sua aquisição pelo ABN-Amro, como veremos, passava pelo interesse do grupo de capital holandês pela expansão de sua atividade naquela região <sup>722</sup>.

O Banco do Estado de Pernambuco teve a sua origem na antiga Caixa de Crédito Imobiliário de Pernambuco, instituição criada em 1938, através do Decreto nº 161, para proporcionar crédito a produtores rurais do estado de Pernambuco. Em 18 de junho de 1962, o Decreto nº 730 transforma a Caixa de Crédito Imobiliário de Pernambuco em sociedade mista por ações, incorporando as funções de fomento e, no ano seguinte, a instituição passa a se chamar Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco <sup>723</sup>. O banco passou a contar, além das carteiras comercial e rural, com uma estrutura especializada em financiamentos industriais e de serviços públicos de infraestrutura. Em 1969, passa a se chamar apenas Banco do Estado de Pernambuco. Através do Bandepe, o sistema bancário fez-se presente em uma série de municípios do interior pernambucano.

Durante a década de 1980, o Bandepe passaria por uma grande expansão e o número de agências chegaria a 154, sendo que nove delas eram agências fora do Estado de Pernambuco, situadas nas cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Na região metropolitana de Recife eram mais de 20 agências. Em 1989 transformou-se em banco múltiplo, com linhas de financiamentos habitacionais e de crédito ao consumidor.

---

<sup>722</sup> Existem autores que entendem que a compra do Bandepe pelo ABN-Amro foi uma exigência do governo federal em contrapartida à compra do Real.

<sup>723</sup> MARANHÃO, Tertuliano Antonio Pessoa. *Bandepe: 55 anos de história*. Recife: Bandepe, 1993, p.. 66.

Após a implantação do PROES, o estado de Pernambuco, durante o terceiro governo Miguel Arraes (1994/1998), optou, inicialmente, pelo saneamento de sua instituição financeira, conforme o protocolo firmado em 30/04/1997. Em contrapartida, o protocolo previa que, caso o governo estadual não conseguisse cumprir a sua parte no contrato, um novo acordo deveria ser estabelecido. E foi, de fato, o que se configurou, resultando na assinatura do contrato de privatização do Bandepe, em 12/06/1998. No dia 30 do mesmo mês, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o financiamento, dentro do PROES, de R\$ 1,42 bilhões. Deste total, R\$ 940 milhões seriam para o saneamento do Bandepe e o restante para a compra da carteira imobiliária pela Caixa Econômica Federal. Além disso, o Banco Central estabeleceu um prazo para a venda do Bandepe, que seria realizada até o dia 30 de novembro. Além disso, determinou que mesmo que o leilão não tivesse compradores interessados, o governo estadual, acionista majoritário da instituição, com 99,97% das ações, deveria repassar o controle do banco para o governo federal, que seria federalizado e teria o seu processo de privatização conduzido pela União, em um prazo limite de até 15 meses <sup>724</sup>.

No dia 14 de agosto, um Decreto Presidencial permitiu a participação de capital estrangeiro no processo de privatização.

Em 17/11/1998, em leilão realizado na BVRJ, o grupo financeiro holandês ABN-Amro Holding NV, único a oferecer proposta de compra <sup>725</sup>, adquiriu, pelo valor mínimo fixado (R\$ 183 milhões), uma vez que não tinha concorrentes, as 52 agências bancárias, 87 postos de atendimento bancário, além da autorização para abrir até 102 outras agências em qualquer outro lugar do país <sup>726</sup> e aproximadamente R\$ 1 bilhão de reais, entre depósitos e cadernetas de poupança do Bandepe. O banco estadual pernambucano contava, ainda, com 1.641 funcionários e ativos de cerca de R\$ 737 milhões <sup>727</sup>. Além disso, embora o edital previsse apenas o pagamento do poder Executivo, o poder

---

<sup>724</sup> "Bandepe vai a leilão terça-feira". In: *Diário de Pernambuco*, 15/11/1998.

<sup>725</sup> O Bradesco e o Bozzano, Simonsen, também estavam pré-habilitados pelo Banco Central, mas desistiram depois de análises preliminares de participar do leilão de privatização do Bandepe.

<sup>726</sup> OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Relatório de Observação ABN AMRO Bank*. 2002. Disponível em: [www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/18532002novGerABNAMROport.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/18532002novGerABNAMROport.pdf). Acesso em: 22/09/2012.

<sup>727</sup> Segundo reportagem do Diário de Pernambuco, de 15/11/1998, o ABN-Amro foi para o leilão "com conhecimento profundo da situação do Bandepe. Explorou todos os números, tanto através de consultoria contratada como em contatos de técnicos e executivos do BANDEPE com a diretoria do ABN, em São Paulo. O banco holandês mobilizou vários funcionários do BANDEPE em busca de informações mais precisas, depois de ter conseguido mais tempo para a análise, forçando o adiamento do leilão, inicialmente marcado para 27 de outubro". "BANDEPE vai a leilão terça-feira". In: *Diário de Pernambuco*, 15/11/1998.

Legislativo, Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Ministério Público mantiveram a movimentação financeira e a folha de pagamentos no Bandepe sob o controle do capital privado como se o banco ainda fosse um banco oficial <sup>728</sup>. Além da aquisição de 99,97% do capital do Bandepe, o grupo financeiro holandês levou ainda a Bandepe Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa controlada pelo banco estadual.

Com a aquisição do Bandepe, o ABN-Amro que, meses antes, já havia comprado o Real, passaria a ser o 3º maior grupo financeiro privado do país, tanto em totais de ativos quanto em número de agências, ocupando o lugar que antes pertencia a outro banco estrangeiro, o HSBC, que havia comprado o banco paranaense Bamerindus.

Na época em que foi privatizado, o Bandepe contava com 1.641 funcionários. Um ano depois de ter seu controle vendido ao capital privado, o banco contava com 1.166 funcionários. Ou seja, cerca de 500 postos de trabalho foram eliminados pelo banco holandês <sup>729</sup>. Além disso, o novo controlador fechou agências e postos de atendimento bancário, numa política de “racionalização de custos”.

O antigo Banco da Parahyba, primeiro banco paraibano, fundado por políticos e capitalistas de João Pessoa, então capital da Parahyba do Norte, foi fundado em 11 de janeiro de 1924. Em setembro de 1929, o Estado assumiu o controle da instituição, transformando-o no Banco do Estado da Paraíba (Paraiban).

O Paraiban era um banco de pequeno porte, bem menor se comparado ao próprio Bandepe e aos bancos estaduais do Centro-Sul. Não obstante o seu reduzido tamanho, o Paraiban tinha grande importância para o desenvolvimento do estado da Paraíba.

A privatização do Paraiban que, entre 1990 e 1994 já havia sofrido intervenção do BC, apresentava uma particularidade entre as demais privatizações de bancos públicos: não contou com recursos provenientes do PROES.

---

<sup>728</sup> De todas as prefeituras, a única que transferiu o pagamento da folha de funcionários e a sua movimentação financeira foi a do Recife, que transferiu para o Banco do Brasil. GÓES, Daniele Cristine Lopes. *A privatização do BANDEPE e seus impactos*. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de Economia e Administração e Ciências Contábeis. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2003.

É importante destacar que este caso não foi exclusivo do BANDEPE. Vários outros bancos estaduais privatizados e, desde então, sob o controle do capital privado, mantiveram a folha de pagamento de seus estados, contrariando muitas vezes o próprio edital de privatização, como foi o caso de Pernambuco. Somente em 2001, tal situação foi regularizada. Pela Medida Provisória 2.192-70, foi permitida a permanência das contas dos estados em bancos estaduais privatizados.

<sup>729</sup> “BANDEPE opera no azul no primeiro ano de privatização”. In: *Jornal do Commercio*, Recife, 14/11/1999.

No leilão de privatização, realizado no dia oito de novembro de 2011, na BVRJ, o grupo holandês ABN-Amro Bank, que já havia comprado o Banco de Estado de Pernambuco (Bandepe), consolida a sua posição no Nordeste, ao comprar 89,70% do capital social do Paraiban por R\$ 76,50 milhões de reais, o que representou um ágio de 52,46%. Também participaram do leilão do Paraiban, o Bradesco, que ofereceu proposta de R\$ 56,1 milhões e o banco BGN<sup>730</sup>, cujo lance foi de R\$ 55,5 milhões<sup>731</sup>.

Com a aquisição, o ABN-Amro passou a incorporar as oito agências e mais oito postos de atendimento bancário pertencentes ao Paraiban, além de um total de 9.000 correntistas<sup>732</sup>. Com isso, o ABN-Amro aumentou significativamente a sua participação no estado da Paraíba, pois antes da privatização do Bandepe, o banco holandês possuía apenas quatro agências no estado.

### **A venda de um grande banco do Nordeste: o caso do Baneb**

O Banco do Estado da Bahia (Baneb) foi criado em 1966 dentro da reforma bancária de 1965/1966. Os momentos de maior expansão do Baneb, segundo Elsa Sousa Kraychete, concentram-se em dois períodos: 1967/1974 e 1979/1982<sup>733</sup>.

O primeiro momento estaria associado à dinâmica da economia nacional, em um período em que a economia baiana ampliava seu parque industrial. Para tal desempenho contribuíram, de maneira significativa, os investimentos realizados com apoio da SUDENE. No exercício relativo a 1969, mais de dois terços dos projetos analisados pela instituição correspondem a investimentos a serem realizados na Bahia, com índice de aprovação de 37% do total aplicado pela SUDENE. Esse momento é marcado também pelo esforço do governo baiano em promover as exportações, conseguindo, em 1974, ampliar as vendas para o exterior em 116%, elevando a participação das exportações da Bahia, no conjunto nacional, de 4,70%, em 1973, para 8,00%, em 1974<sup>734</sup>.

---

<sup>730</sup> BGN foi um banco criado em 1994, com sede em Recife. Fez parte do grupo Queiroz Galvão até outubro de 2008, quando passou a ser comandada pela Celetem, empresa do grupo BNP Paribas.

<sup>731</sup> “ABN Amro Real compra Banco do Estado da Paraíba por R\$ 76,5 mi”. In: *Folha de S. Paulo*, 09/11/2001.

<sup>732</sup> Em determinado momento, o Paraiban chegou a contar com 48 agências. “ABN Amro Real compra Banco do Estado da Paraíba por R\$ 76,5 mi”. In: *Folha de S. Paulo*, 09/11/2001.

<sup>733</sup> KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito no desenvolvimento recente da Bahia*. Salvador: Caderno CRH, vol.22 n° 55, jan./ abr. de 2009, p. 85.

<sup>734</sup> KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito...*, op. cit., p. 85.

A importância do Baneb como agente financeiro do desenvolvimento baiano pode ser observada na distribuição da rede de agências, o que proporcionou a interiorização da atividade financeira em grande parte do Estado. O quadro a seguir apresenta a evolução da sua rede de agências em municípios baianos, entre 1964 e 1975 (Quadro 4.18).

*Quadro 4.18: Municípios com presença de agências do BANE B (1964/1975)*

Ano	Municípios
1964	Bom Jesus da Lapa, Itiruçu, Itororó e Ubaíra.
1965	Carinhanha, Euclídes da Cunha, Itaberaba, Maragogipe e Itagi.
1966	Salvador (agências da Calçada e Av. Sete de Setembro), Alagoinhas, Camacã e Santana.
1967	Itapetinga e Salvador (agência Baixa dos Sapateiros).
1969*	Salvador (agência Campo Grande), Camamu, Itanhém e Guanambi.
1972	Teixeira de Freitas
1973	Salvador (agência CEASA) e Catu.
1974	Encruzilhada, Ibirapitanga, Jeremoabo, Santa Inês, Uruçuca e Queimadas.
1975	Brotos de Macaúbas, Condeúba, Cotegipe, Floresta Azul, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Uma, Camaçari (Complexo Petroquímico) e Sobradinho/Juazeiro (Barragem de Sobradinho).

\* Em 1969, o BANE B incorpora as seguintes bancárias agências do Banco Auxiliar de São Paulo: Boquisa, Amélia Rodrigues, Jacobina, Pojuca, São Francisco do Conde e Santo Estêvão.

Fonte: KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito...* Op. cit., p. 86.

O momento de maior ampliação da rede de agências bancárias do Baneb ocorreu, no entanto, entre os anos de 1979 e 1982. Nesse período, foram abertas 1333 novas agências, 25 postos especiais de prestação de serviços, além de nove lojas de poupança<sup>735</sup>. Ao início da década de 1980, mais da metade das cidades da Bahia contavam com agências do Baneb.

Além da ampliação do número de agências, nesse período, o banco passou pela formação de um conglomerado financeiro mais complexo. Ao final de 1982, o Grupo Baneb apresentava a seguinte composição: Banco do Estado da Bahia (principal empresa do conglomerado); Baneb Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários; Baneb Crédito

<sup>735</sup> KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito...* Op. cit., p. 86.

Imobiliário; Baneb Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários da Bahia; Baneb Financeira - Créditos, Financiamento e Investimento; Baneb Corretora de Seguros <sup>736</sup>.

Como destaca Elsa Sousa Kraychete, “com a ampliação de atribuições e de expansão da rede, o Baneb se constitui, nesses anos, em importante suporte à acumulação de capital no estado, apoiando investimentos públicos e privados destinados, em especial, à expansão da infra-estrutura, indicação dos programas de desenvolvimento econômico apresentados por sucessivos governos do estado”. Destacam-se, como setores de atuação do banco estadual baiano, os financiamentos destinados à ampliação de rodovias e outras vias de transporte, construção e pavimentação, telefonia, eletrificação e implantação de infra-estrutura urbana, como obras de saneamento básico. Podem ser apontadas como importantes obras financiadas pelo Baneb: a construção da Barragem de Pedra do Cavalo para o abastecimento de água de Salvador e cidades vizinhas; a construção da rodovia que liga Feira de Santana a Juazeiro; e a construção do Centro Administrativo da Bahia. Segundo Elsa Sousa Kraychete “para a viabilização de tais empreendimentos, o Baneb contribuiu não só como financiador direto, mas agiu também na concessão de fianças e garantias para órgãos do Estado e empreiteiras contratadas por ele para aquisição de financiamento em outras instituições” <sup>737</sup>.

A privatização do Baneb ocorreu em junho de 1999, apesar de também ser uma instituição lucrativa <sup>738</sup>. O Bradesco, maior banco privado do país e único participante do leilão, pagou R\$ 260 milhões pelo Baneb, o que representava um ágio de 3,18% acima do valor mínimo estabelecido para a compra do banco, que era de R\$ 251,9 milhões. O Itaú desistiu de participar um dia antes da realização do leilão. O ágio de 3,18%, conseguido no leilão de privatização, mesmo sendo o Bradesco, o único a participar do leilão e, portanto, não ter concorrentes, deveu-se a um aporte de R\$ 8 milhões para a constituição de um fundo que desobrigava o Bradesco de arcar com possíveis cobranças trabalhistas e tributárias não previstas que poderiam acontecer em um prazo de um mês após a venda do BANEB <sup>739</sup>.

Em entrevista concedida na sede do Bradesco, em Osasco, o presidente do Conselho de Administração, o banqueiro Lázaro Brandão, afirmou que “a compra do

---

<sup>736</sup> KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito...* Op. cit., p. 86.

<sup>737</sup> KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Bancos e crédito...* Op. cit., p. 86.

<sup>738</sup> “BANEB compensou redução de ganhos inflacionários com receitas tarifárias” e “Banco se considerada fora de risco de privatização”. In: *Gazeta Mercantil*, 09/02/1995, p. 23.

<sup>739</sup> “Bradesco compra Banco do Estado da Bahia”. In: *Jornal do Commercio*, 23/06/1998.

Baneb funciona como um incentivo, porque o Bradesco amplia sua presença no mercado e se fortalece”. Lázaro Brandão afirmou que o desembolso do leilão não iria diminuir a capacidade da instituição de disputar o Banespa e o Banco do Estado do Paraná (Banestado), que ainda seriam privatizados.

Com a compra, o Bradesco passou a administrar R\$ 75 bilhões em ativos (conjunto de bens, valores e créditos que formam o patrimônio de uma empresa), a controlar 170 agências e mais de 2.825 funcionários, além de incorporar uma carteira de 400 mil novos clientes. Passou, ainda, a administrar a folha de pagamento de 240 mil funcionários do estado da Bahia.

### **Um caso à parte: a privatização de um banco federal**

O banco Meridional, sediado em Porto Alegre, constitui-se em um caso particular no que se refere às privatizações do setor bancário durante o governo Fernando Henrique. Este era o único banco público que, apesar de ter sua sede Rio Grande do Sul e concentrar neste estado a maior parte de suas agências, o Meridional não era um banco estadual e, sim, uma instituição controlada pelo governo federal <sup>740</sup>. Contudo, seu funcionamento e o seu modelo de privatização seguiu basicamente o mesmo padrão dos demais bancos estaduais. Daí a razão pelo qual estudaremos, ainda que brevemente, o seu processo de desestatização.

A história do Meridional está relacionada com antigos bancos privados do estado do Rio Grande do Sul. Em 1972, foi realizada a fusão entre o banco Província do Rio Grande do Sul, Nacional do Comércio (Banmercio) e Industrial e Comercial do Sul, dando origem ao banco Sulbrasileiro. Em 1981, foi criado o banco Habitasul.

Em fevereiro de 1985, ainda sob a ditadura civil-militar, ao final do governo do general Figueiredo (1979-1985), os dois bancos, Sulbrasileiro e Habitasul, sofreram intervenção do Banco Central. Em agosto daquele ano, já no governo José Sarney (1985-1989), como resultado da luta dos bancários contra a tentativa de liquidação das duas instituições, foi criado o banco Meridional, através da Lei nº 7.315.

---

<sup>740</sup> Apesar da existência do Meridional, o estado do Rio Grande do Sul possui um banco estadual semelhante aos demais estados. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), apesar da pressão do governo federal e do Banco Central sobreviveu ao desmonte do sistema financeiro estadual e permaneceu sob o controle do governo estadual gaúcho até o presente momento.

O Meridional tinha como único acionista o governo federal e estava vinculado ao Ministério da Fazenda. O banco federal, como já foi dito, tinha a sua sede em Porto Alegre e possuía a maior parte de sua rede de agências no estado do Rio Grande do Sul e, em menor número, em Santa Catarina. Contava, ainda, com agências em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e também no Distrito Federal.

Após várias tentativas de privatização desde a sua criação, o Meridional foi incluído, em 1992, no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Em março de 1996, ocorreu a primeira tentativa de desestatização do banco, fixando no valor de R\$ 377 milhões. Contudo, não foi obtido sucesso e o Meridional continuou sendo um banco federal. Em dezembro de 1997, porém, a instituição financeira seria vendida para o grupo Bozano, Simonsen <sup>741</sup>, cumprindo-se a meta do governo federal de redução do sistema financeiro público através da política de privatizações. Comprado por R\$ 265,6 milhões de reais, a venda do Meridional proporcionou uma ágil de 54,9% sobre o valor mínimo de R\$ 172,96 milhões. Porém, este não foi o valor real desembolsado pelo Bozano, Simonsen, uma vez que foi permitido o pagamento de até 90% do valor oferecido através da utilização de “moedas podres” <sup>742</sup>. O grupo Bozano, Simonsen passaria, então, a incorporar 222 agências, concentradas, em grande parte, no Rio Grande do Sul. Depois da aquisição do Meridional, o banco Bozano, Simonsen passou a adotar somente o nome de Meridional, em um processo inverso do que ocorreria na maioria dos bancos estaduais, quando o banco privado comprador incorpora à sua rede as agências do banco estadual privatizado <sup>743</sup>. Foi assim com o BANERJ, que, alguns anos depois da privatização, passou a se chamar Itaú. O mesmo ocorreria com o Banespa que, depois de privatizado, foi incorporado pelo Santander, e com outros bancos estaduais.

---

<sup>741</sup> O banco Bozano, Simonsen foi criado em 1961 pelo empresário Júlio Bozano e pelo economista Mário Henrique Simonsen. Simonsen era um banqueiro extremamente articulado com o governo militar, tendo sido presidente do Banco Central durante o governo Castelo Branco, ministro da Fazenda no governo Geisel e ministro do Planejamento no governo Figueiredo.

<sup>742</sup> “Moeda podre volta a ser valorizada”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-1, 05/12/1997; “Bozano para Meridional com papéis da dívida da Eletrobrás”. In: *Gazeta Mercantil*, p. B-4, 11/12/1997.

<sup>743</sup> Em 2000, como vimos no capítulo anterior, o banco espanhol Santander comprou o conglomerado Meridional, que incluía o próprio banco Meridional e o Bozano, Simonsen. “Júlio comprou, viu e vendeu”. In: *Época*, 18/01/2000.

Após o banco ter sido privatizado, o novo controlador instituiu uma agressiva política de redução de postos de trabalho a partir da instituição de um Programa de Demissão Voluntária (PDV).

### **Outra grande aquisição do Itaú: o caso da privatização do Banestado**

O Banco do Estado do Paraná (Banestado) foi fundado em 28 de novembro de 1928 após a aprovação da lei 2.532 da Assembléia Legislativa do Paraná, sancionada pelo presidente Affonso Alves de Camargo. Como agente financeiro, sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do Paraná, especialmente no financiamento à agricultura. Além disso, o Banestado destacou-se também no financiamento de obras e projetos industriais. Uma pesquisa realizada em 1998 pela Revista Exame constatou que mais de 90% dos empreendimentos econômicos do Estado foram financiados e fomentados pelo Banestado. Na maioria dos municípios paranaenses, o Banestado era, em muitos casos, a única instituição financeira presente no município, desempenhando, assim como os demais bancos estaduais, uma importante função social.

Na década de 1960, o Banestado passou a incrementar estradas de rodagem, investimentos da Copel (Companhia Paranaense de Energia), organização de empresas como a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), a Café do Paraná, a Telepar (Telecomunicações do Paraná) e a Fundepar (Fundação Educacional do Paraná), enquanto ampliava suas operações de incentivo à produção agrícola e à instalação de novas plantas industriais no Paraná.

Diferentemente de muitos bancos estaduais, o Banestado, nos anos que antecederam a sua privatização, era uma instituição que apresentava lucros e, mesmo assim, foi vendido ao capital privado<sup>744</sup>.

No leilão de privatização, realizado em 17/10/2000, o Itaú adquiriu o Banestado por R\$ 1,625 milhões, o que representava um ágio de 302,8% sobre o valor mínimo, e passou a deter mais de R\$ 7 bilhões em ativos, incorporando uma rede bancária de 376 agências e mais de 7.683 funcionários.

Assim, como no caso do BANERJ, o Itaú, ao comprar o Banestado, recebeu uma série de benefícios. Para a privatização do Banestado, o governo estadual se

---

<sup>744</sup> “Banestado fecha 1994 com lucro de R\$ 37,5 milhões e prepara capitalização”. In: *Gazeta Mercantil*, 30/01/1995, p. 22.

comprometeu a manter todos os seus recursos no banco durante cinco anos após a venda e incluiu 21% das ações da Copel no leilão.

Após ter sido privatizado, o Itaú fechou uma série de agências localizadas em cidades de baixo rendimento e que estavam cumprindo o seu papel social na prestação de serviços bancários a esses municípios paranaenses e que, na visão do banco privado controlado pela família Setúbal, não davam lucro <sup>745</sup>. O Paraná perderia, assim, uma importante ferramenta de desenvolvimento.

O valor obtido no leilão, R\$ 1,6 bilhões foi diretamente para o Tesouro Nacional, quitando, porém, apenas 20% da dívida contraída pelo governo estadual através do PROES para o saneamento do Banestado. O pagamento da dívida seria realizado em 30 anos, com juros anuais de 6%. Segundo cálculos da época, caso o governo estadual optasse por manter o banco sob o seu controle, teria desembolsado cerca de R\$ 2,2 bilhões, o que foi considerado “inviável” pelo governo Jaime Lerner. Assim, acabou financiando R\$ 5,6 bilhões e vendendo o Banestado por R\$ 1,6 bilhões, preço muito abaixo do real valor do banco.

### **A privatização de dois bancos de pequeno porte: os casos do BEG e do BEA**

O Banco do Estado de Goiás (BEG) iniciou suas atividades em 1955, a partir da incorporação de quatro instituições financeiras: o Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro, o Banco de Goiás, a Casa Bancária Vieira Coelho e a Casa Bancária Produção e Crédito (Pró-Crédito).

Em 1999, o BEG foi federalizado e o seu processo de privatização passou a ser conduzido pelo governo federal, fato que ocorreria dois anos mais tarde. No leilão de privatização, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o banco Itaú adquiriu o BEG por R\$ 665 milhões, o que representou um ágio de 121,14% sobre o preço mínimo de R\$ 300,72 milhões.

O Banco do Estado do Amazonas (BEA), por sua vez, foi criado em 18 de dezembro de 1956, no governo Plínio Ramos Coelho. Em agosto de 1999, o banco foi federalizado e, assim como o BEG e o Banespa, o processo de privatização passou a ser conduzido pelo governo federal.

---

<sup>745</sup> Uma demonstração da importância que tinha o Banestado era de que, em muitas cidades do interior paranaense onde o banco estadual foi fechado, a sociedade civil organizou cooperativas de crédito para suprir os investimentos e financiamentos locais.

O BEA foi vendido ao Bradesco pelo preço mínimo estabelecido para o leilão, que era de R\$ 182,91 milhões, aumentando a sua presença na região Norte do país.

## Conclusão

Em novembro de 2008, já durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010), o Unibanco e o Itaú anunciaram uma fusão. Na verdade, tratava-se muito mais da incorporação do primeiro pelo segundo do que propriamente um processo de fusão entre os dois bancos. A partir daquele momento, passariam a existir apenas seis instituições bancárias que consideradas de grande porte no sistema bancário brasileiro: a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o HSBC, o Santander, o Bradesco, além do próprio Itaú. Destes, CEF e Banco do Brasil são bancos estatais, Bradesco e Itaú são bancos privados nacionais, e o HSBC e o Santander são instituições controladas pelo capital estrangeiro. A participação dos bancos estrangeiros comprada a dos bancos nacionais (privados e públicos) é bem menor, especialmente considerando a participação do HSBC em relação aos demais, mas mesmo assim não se pode ignorar<sup>746</sup>. Contudo, a concentração de setor bancário, tem a sua origem, em grande parte, no governo FHC, quando o sistema bancário nacional passou por um forte processo de reestruturação, marcada pela desnacionalização, com a abertura do setor aos grupos financeiros estrangeiros, e pela privatização dos bancos estaduais.

Em agosto de 1996, quando afirmou em uma entrevista que estava “reorganizando o capitalismo brasileiro”, FHC tinha em mente o objetivo de inserir a economia brasileira na nova ordem internacional, caracterizada pelo pensamento hegemônico neoliberal e pelo regime de acumulação predominantemente financeiro definido por François Chesnais e que procuramos discutir na parte introdutória desta tese. A reforma do Estado brasileiro realizada por este governo, além da estabilidade macroeconômica, caracterizou-se pela abertura ao capital estrangeiro e pela venda de diversas empresas estatais. É sobre esse tema e, mais especificamente, sobre a desnacionalização e a privatização dos bancos estaduais, que esta tese tratou de analisar ao longo de quatro capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos da discussão em trono da crise do Estado de Bem-Estar Social e da ascensão do neoliberalismo, entendido como uma reação do capital em torno da queda da taxa de lucro após as três décadas de “ouro” do capitalismo no pós-segunda guerra.

---

<sup>746</sup> Em setembro de 2012, o ranking por total de ativos divulgado pelo Banco Central (excluindo-se o BNDES), colocava o BB na primeira posição. Em seguida vinham, nessa ordem: Itaú, Bradesco, CEF, Santander e HSBC.

O Chile sob a ditadura de Pinochet constituiu-se na primeira experiência mundial de implantação sistemática do neoliberalismo enquanto política econômica. A ditadura pinochetista forneceria a condições ideias para que um grupo de jovens economistas chilenos, formados na universidade de Chicago, aplicasse as doutrinas neoliberais aprendidas com Milton Friedman na universidade norte-americana. Os chamados *Chicago boys* promoveram uma série de reformas orientadas para o mercado, com a privatização de inúmeras estatais chilenas.

Após a experiência pioneira e até certo ponto isolada do Chile, o primeiro grande cenário para as reformas neoliberais foi os EUA de Ronald Reagan e o Reino Unido de Thatcher.

A vitória de Thatcher, em 1979, assegurou ao Reino Unido o pioneirismo na Europa na efetivação do projeto político neoliberal. Pela primeira vez na história – depois da experiência chilena – um país do centro do capitalismo seria palco para a implantação do neoliberalismo. Após EUA e Reino Unido, uma série de governos conservadores chegaria ao poder em países como Alemanha, Nova Zelândia, Dinamarca e Austrália.

Após os países do capitalismo avançado, era a vez do Leste Europeu, depois do colapso do regime soviético, ser palco das experimentações neoliberais.

Por fim, na década de 1990, após a realização do *consenso de Washington*, era a vez de a América Latina passar por reformas semelhantes.

Em novembro de 1989, em Washington, capital dos EUA, reuniram-se, em um evento organizado pelo Institute of International Economics, diversos economistas latino-americanos, funcionários do FMI, do Banco Mundial, além de representantes do BID e do governo norte-americano. O encontro visava discutir as reformas necessárias para que a América Latina superasse o problema inflacionário, a forte recessão e o crescimento da dívida externa, para que, assim, retomasse o crescimento econômico, o aumento da riqueza e o desenvolvimento social. Basicamente, o consenso de Washington fazia parte de um amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos.

A partir de meados da década de 1980 e início da década seguinte, as medidas de ajuste de caráter neoliberal emanadas pelo consenso de Washington e pelos organismos financeiros internacionais (FMI, BID e Banco Mundial) invadiram a América Latina e passaram a ser adotadas e aprofundadas por uma série de governos da região: Carlos

Salinas (México), Carlos Perez (Venezuela), Alberto Fujimori (Peru), Carlos Menem (Argentina). No Brasil, o ajustamento neoliberal é iniciado com e aprofundado pelo governo FHC.

O ajuste neoliberal no Brasil realizado por FHC, tratado no segundo capítulo da tese, foi estruturado em torno de dois grandes programas: um programa de estabilização econômica, conhecido como Plano Real, iniciado quando FHC ainda era ministro da Fazenda do governo Itamar, e um programa de reformas do Estado brasileiro, estruturado em torno do ministério Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE). A reforma do Estado no governo FHC compreendeu, entre suas principais características, a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e as privatizações de empresas estatais.

O Plano Real foi concebido por um conjunto de economistas, em sua maioria professores do departamento de Economia da PUC-RJ. Este grupo dos economistas-banqueiros, cuja maioria de seus membros cursou doutorado em universidades norte-americanas, ocupou importantes postos nas principais agências estatais formuladoras de política econômica, como o ministério da Fazenda, o Banco Central e o BNDES. Além disso, como podemos observar, possuíam fortes vínculos com o setor privado e, alguns, com o capital financeiro internacional.

As consequências da reforma do Estado brasileiro no setor bancário, com a abertura econômica e as privatizações, constituem objeto do terceiro e do quarto capítulo.

A abertura econômica constituiu-se como uma das principais características da reforma do Estado brasileiro realizada pelo governo FHC. Nesse período, grandes empresas multinacionais expandiram a sua presença no país, remetendo uma parcela significativa de seus lucros para o exterior. No setor bancário, não foi diferente.

A abertura do setor bancário brasileiro apresentou como principal resultado um grande aumento da participação de instituições financeiras controladas pelo capital estrangeiro no país. O incremento desta participação ocorreu por diferentes meios: aumento da participação acionária no capital de instituições bancárias nacionais, aquisição dos bancos estaduais nos processos de privatização, compra de instituições não bancárias e, ainda, ampliação da rede de bancos estrangeiros já estabelecidos no país.

A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro foi justificada pela equipe econômica do governo FHC como uma medida indispensável para aumentar a concorrência e induzir os bancos brasileiros a baratear e ampliar a oferta de crédito. Considerava-se, ainda, a participação das instituições estrangeiras no processo de

privatização dos bancos estaduais. A principal medida do governo no sentido da eliminação das restrições ao capital forâneo no setor bancário se deu com a Exposição de Motivos nº 311, do ministro Pedro Malan, na qual afirmava ser de “interesse nacional” que instituições estrangeiras atuassem no país.

Assim, nesse período, grandes bancos estrangeiros passaram a atuar no sistema bancário brasileiro, entre eles, o inglês HSBC, os espanhóis Santander e BBVA, o holandês ABN-Amro, o português Caixa Geral de Depósitos e o norte-americano Nations. Observamos, ainda, o aumento da representação estrangeira nas entidades de classe, entre elas a FEBRABAN.

As privatizações, objeto do quarto capítulo e elemento central da política neoliberal, constituem-se como a segunda grande característica da reforma do Estado no governo FHC, de acordo com as principais formulações neoliberais, que defendiam uma maior redução da participação estatal na economia. Afastando o Estado da atividade econômica e da prestação de serviços públicos, as privatizações abririam novos espaços para a reprodução dos lucros privados e, ao mesmo tempo, permitiriam a geração de receitas extras, que possibilitavam ao Estado saldar ou diminuir suas dívidas e investir em áreas que julgasse prioritárias.

No setor bancário, a principal medida pública que visava transferir bancos públicos estaduais para o setor privado foi o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), criado pela MP 1.514, em setembro de 1996.

O sistema financeiro estadual foi constituído, em sua maior parte, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1970, dentro de uma tendência de crescente intervenção na economia por parte do Estado brasileiro e desempenharam, ao longo desse período, um importante papel no financiamento do desenvolvimento regional.

A partir do início do governo FHC observa-se uma forte redução no número de bancos estaduais. Em dezembro de 1994, existiam 34 instituições deste tipo. Quatro anos depois, este número foi reduzido para 24. Em dezembro de 2003, somavam apenas seis.

Entre os bancos que passaram para o controle do capital privado estavam instituições financeiras de grande porte, como era o caso do Banespa, que chegou em determinado momento a ocupar a terceira posição no ranking dos maiores bancos do país por total de ativos. Assim, como o banco paulista, comprado em 2000 pelo Santander, o BANERJ, o Banestado e o Bemge também eram instituições de grande porte e foram adquiridas por um mesmo banco, o Itaú. O BNC comprou outro banco estatal mineiro, o

Credireal. Logo depois da aquisição, o BNC foi vendido ao Bradesco, que comprou também um grande banco do Nordeste, o Baneb. O grupo Bozano, Simonsen adquiriu o banco Meridional que, apesar de público, era um banco federal. Além do Baneb, no Nordeste foram vendidos o Bandepe e o Paraiban, para um mesmo banco, o holandês ABN-Amro. Na região Norte, duas instituições de pequeno porte passaram para o controle do Bradesco, o BEM e o BEA. Na região Centro-Oeste, o Itaú compraria o BEG.

Portanto, o governo FHC foi o responsável pela reforma do Estado brasileiro e pela sua inserção na ordem neoliberal. No setor bancário, tal processo resultou numa intensa redução dos bancos estaduais, que tiveram o seu controle adquirido por grupos privados nacionais e estrangeiros, e na desnacionalização do setor, uma vez que as restrições ao capital forâneo no setor foram gradativamente sendo eliminadas.

## Fontes

### I- Documentos oficiais:

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Decreto-Lei nº 2.321*, de 25 de fevereiro de 1987. “Institui, em defesa das finanças públicas, Regime de Administração Especial Temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 5.917, de 27 de abril de 1987.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Decreto nº 83.740*, de 18 de julho de 1989. “Institui o Programa Nacional de Desburocratização, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 10.109, 18 de julho de 1989.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Lei nº 8.031*, de 12 de abril de 1990. “Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 7.103, 13 de abril de 1990.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Medida Provisória nº 434*, de 27 de fevereiro de 1994. “Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências” Brasília, Seção I, página 2.770, 28 de fevereiro de 1994.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Medida Provisória nº 1.179*, de 02 de novembro de 1995. “Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro e dá outras providências”. Brasília, Seção I, página 17.721, 06 de novembro de 1995.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Medida Provisória nº 1182*, 17 de novembro de 1995. “Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, Edição Extra, página 18.525, 18 de novembro de 1995.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Medida Provisória nº 1.514*, de 05 de setembro de 1996. “Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe

sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências”. Brasília, Seção II, página 17.558, 06 de setembro de 1996.

**BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** *Lei nº 9.447*, 14 de março de 1997. “Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências”. Brasília, Seção I, Edição Extra, página 5.196, 15 de março de 1997.

**BRASIL. Presidência da República.** *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

**BRASIL. Presidência da República.** *Brasil 1994-2002: A Era do Real*. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo, Brasília, 2002. 468 p.

**BRASIL. Ministério da Fazenda.** “Plano de Ação Imediata”. Brasília: Ministério da Fazenda, 12 de junho de 1993.

**BRASIL. Ministério da Fazenda.** *Exposição de Motivos 311*, de 23/08/1995. Brasília: Ministério da Fazenda, 1995.

**BRASIL. Ministério da Fazenda.** *Memorando de Política Econômica*. Brasília: Ministério da Fazenda, 13 de novembro de 1998.

**BRASIL. Ministério da Fazenda.** *Memorando de Política Econômica. Terceira Avaliação do Acordo com o FMI*. Brasília: Ministério da Fazenda, 05 de julho de 1999.

**BRASIL. Ministério da Fazenda.** *Memorando de Política Econômica. Quarta Avaliação do Acordo com o FMI*. Brasília: Ministério da Fazenda, 02 de dezembro de 1999.

**BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.** *A Reforma do Aparelho do Estado e as Mudanças Constitucionais: síntese e respostas a dúvidas mais comuns*. Brasília: MARE, 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 6).

**BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.** *Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1997*. Brasília: MARE, 1998. Relatório preparado por Ciro Cristo, assessor do Ministro Bresser-Pereira.

**BRASIL. Banco Central.** *Relatório Anual*. Brasília: Banco Central do Brasil. Vários anos (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002).

**BRASIL. Banco Central.** *Carta-Circular nº 2.345.* Brasília: Banco Central do Brasil, 1993.

**BRASIL. Banco Central.** *Resolução nº 2.365,* de 28 de fevereiro de 1997. “Institui Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), no âmbito dos mecanismos estabelecidos na Medida Provisória nº 1.556-7, de 13.02.97”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997.

**BRASIL. Banco Central.** *Censo de Capitais Estrangeiros. Ano-base: 1995.* Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

**BRASIL. Banco Central.** *Evolução do Sistema Financeiro Nacional (1994 - 1998).* Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

**BRASIL. Conselho Monetário Nacional.** *Resolução nº 2099,* de 17 de agosto de 1994. “Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1994.

**BRASIL. Conselho Monetário Nacional.** *Resolução nº 2212,* de 11 de novembro de 1995. “Altera dispositivos das Resoluções nº 2.099, de 17/08/1994, e nº 2.122, de 30/11/1994”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1995.

**BRASIL. Conselho Monetário Nacional.** *Resolução nº 2344,* de 19 de dezembro de 1996. “Faculta a aplicação de recursos das Sociedades, dos Fundos e das Carteiras instituídos pelos Regulamentos Anexos I, II, III e IV à Resolução nº 1.289, de 20/03/1987, na aquisição de ações sem direito a voto de emissão de instituições financeiras com sede no País, com ações negociadas em bolsas de valores, e altera disposições da Resolução nº 2.034, de 17/12/1993”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1996.

**BRASIL. Conselho Monetário Nacional.** *Resolução nº 2345,* de 19 de dezembro de 1996. “Autoriza o lançamento, no exterior, de Programas de "Depositary Receipts" lastreados em ações sem direito a voto de emissão de instituições financeiras com sede no País, com ações negociadas em bolsas de valores”. Brasília: Banco Central do Brasil, 1996.

**BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** *Finanças Públicas do Brasil 2001-2002.* Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

**BRASIL. BNDES.** Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1990/1994*, 26 de agosto de 2002.

**BRASIL. BNDES.** Programa Nacional de Desestatização. *Privatizações no Brasil 1995/2002*, 26 de agosto de 2002.

**BRASIL. Câmara Federal.** *Requerimento de CPI nº 5*. “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar várias irregularidades praticadas durante a vigência do Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Banespa - Banco do Estado de São Paulo”. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

**BRASIL. Câmara Federal.** *CPI Banespa – Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** *Lei nº 2470/95*. “Institui o Programa Estadual de Desestatização - PED, e dá outras providências”. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1995.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** *Resolução nº 518*, de 07 de março de 2001. “Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.** “Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Para Apurar as Irregularidades nos Processos de Privatização no Estado do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.** *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 1995.

## **II- Legislação:**

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1989. (Série legislação brasileira).

## **III- Relatórios e publicações de entidades de classe:**

**FEBRABAN.** *Balanço Social dos Bancos*. São Paulo: Federação Nacional das Associações de Bancos. Vários anos (1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002).

**ANDIMA.** *O Novo Perfil do Sistema Financeiro*. Rio de Janeiro: Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto, 2001, 104 p. (Relatório Econômico).

**CNF.** *Estatuto Social*. Brasília: Confederação Nacional das Instituições Financeiras, 2009.

#### **IV- Discursos e pronunciamentos:**

ARIDA, Pérsio. Posse no Banco Central. In: *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº 2 (58), abril-junho/1995, p. 150-152.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, em 14/12/1994.

\_\_\_\_\_. *Discurso de Posse*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 01/01/1995.

\_\_\_\_\_. *Primeiro pronunciamento à nação*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 03/02/1995.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso na cerimônia comemorativa dos quatro anos do Real no Centro de Treinamento do Banco do Brasil*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 01/07/1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso de Posse*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 01/01/1999.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 51ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura*. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2001.

MALAN, Pedro. “Entrevista”. In: *Jornal do Estado de Minas*, 27/06/1999.

\_\_\_\_\_. “Discurso proferido pelo Ministro Pedro Malan, na solenidade de transmissão do cargo de Ministro de Estado da Fazenda ao Ministro Antonio Palocci Filho, no auditório do Banco Central do Brasil, em Brasília em 02/01/2003”.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de (org.). *Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

#### **V- Periódicos:**

*Isto É Dinheiro*

*Isto É*

*Exame: maiores e melhores*

*Exame*

*Jornal do Commercio*

*Valor Econômico*

*O Estado de S. Paulo*

*Jornal do Brasil*

*O Globo*

*Folha de S. Paulo*

*The Nation*

*The Economist*

*The Banker*

*Carta Maior*

*Época*

*Caros Amigos*

*Veja*

*Gazeta Mercantil*

*Revista BOVESPA*

*Diário de Pernambuco*

*Revista Bancária Brasileira*

*Balanço Anual da Gazeta Mercantil*

#### **VI- Matérias jornalísticas citadas:**

“Arida defende fim dos bancos estaduais”, *Folha de S. Paulo*, 14/12/1994.

“Federação das Indústrias de Minas apóia venda do Credireal”, *Gazeta Mercantil*, 01/01/1995.

“BANERJ não consegue rolar R\$ 430 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995.

“Consenso entre os governadores quanto às intervenções”, *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995.

“Um episódio histórico de disciplina monetária”, *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995.

“A conversa de Malan com Azeredo”, *Gazeta Mercantil*, 02/01/1995.

“Os balanços revelam as dificuldades de liquidez”, *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995.

“Começa o saneamento do Banespa com demissões de funcionários do BANESER”, *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995.

“Fazenda de Minas inicia preparo do Credireal para a privatização”, *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995.

“Fazenda de Minas inicia preparo do Credireal para a privatização”, *Gazeta Mercantil*, 03/01/1995.

“Malan diz que outras três instituições têm problemas”, *Gazeta Mercantil*, 05/01/1995.

“Maior peso político para a privatização”, *Gazeta Mercantil*, 05/01/1995.

“Funcionários devolvidos por Covas ao BANESER deverão ser demitidos”, *Gazeta Mercantil*, 06/01/1995.

“Produban, já em regime de administração especial pelo BC, será o próximo”, *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995.

“Ceará privatizará banco”, *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995.

“Banespa corta publicidade”, *Gazeta Mercantil*, 10/01/1995.

“Abertura do setor financeiro é fundamental”, *Gazeta Mercantil*, 13/01/1995.

“Posse no Banco Central”, *Gazeta Mercantil*, 15/01/1995.

“A abertura que faltava”, *Gazeta Mercantil*, 16/01/1995.

“Adiada intervenção no Produban”, *Gazeta Mercantil*, 19/01/1995.

“Dante aguarda estudos sobre o Bemate para transformá-lo em banco de fomento”, *Gazeta Mercantil*, 19/01/1995.

“Cardoso amplia programa de privatização e inclui bancos e serviços públicos”, *Gazeta Mercantil*, 23/01/1995.

“Com sérios problemas de liquidez, Produban entra hoje em intervenção”, *Gazeta Mercantil*, 23/01/1995.

“A opção é privatizar”, *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995.

“Produban acumulava um passivo a descoberto de mais de R\$ 8 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995.

“Novo enfoque com o Bemate”, *Gazeta Mercantil*, 24/01/1995.

“José Serra define oito pontos que serão emendados na ordem econômica”, *Gazeta Mercantil*, 27/01/1995.

“Banestado fecha 1994 com lucro de R\$ 37,5 milhões e prepara capitalização”, *Gazeta Mercantil*, 30/01/1995.

“Novas intervenções”, *Gazeta Mercantil*, 01/02/1995.

“Bemat e Beron podem ter intervenções decretadas pelo BC ainda esta semana”, *Gazeta Mercantil*, 01/02/1997.

“O futuro do Banespa”, *Gazeta Mercantil*, 02/02/1995.

“Banespa diminui rede no exterior”, *Gazeta Mercantil*, 02/02/1995.

“Propostas de Andrade Vieira para o trabalho”, *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995.

“O BC intervém no Bemat”, *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995.

“Com prejuízo e excesso de pessoal, Bemat entra em intervenção pelo BC”, *Gazeta Mercantil*, 03/02/1995.

“BANEBC compensou redução de ganhos inflacionários com receitas tarifárias”, *Gazeta Mercantil*, 09/02/1995.

“Banco se considerada fora de risco de privatização”, *Gazeta Mercantil*, 09/02/1995.

“Saiba quem é Alkimar Moura”, *Folha de S. Paulo*, 10/02/1995.

“BC prepara intervenção no Beron, que acumula perda de R\$ 13 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 17/02/1995.

“BANERJ estuda redução do número de agências e do quadro de funcionários”, *Gazeta Mercantil*, 17/02/1995.

“Rombo de R\$ 33 milhões apressou a intervenção”, *Gazeta Mercantil*, 20/02/1995.

“Favorável à abertura”, *Gazeta Mercantil*, 24/02/1995.

“ABBI diz que apoia emenda que abre reserva do setor”, *Gazeta Mercantil*, 24/02/1995.

“Banespa: medidas duras”, *Gazeta Mercantil*, 03/03/1995.

“Crescimento das operações de crédito dá ao ABN-Amro primeiro ganho desde 90”, *Gazeta Mercantil*, 17/03/1995.

“Ênfase nas operações de crédito dá ao Sudameris melhor resultado em 94”, *Gazeta Mercantil*, 21/03/1995.

“FMI sugere aceleração na privatização brasileira”, *Gazeta Mercantil*, 24/05/1995.

“Novos alvos do ABN-Amro”, *Gazeta Mercantil*, 24/05/1995.

“ABN-Amro da Holanda amplia a sua presença na Argentina e na Venezuela”, *Gazeta Mercantil*, 06/06/1995.

“O BNP já não é mais sócio do banco Cidade”, *Gazeta Mercantil*, 15/06/1995.

“Azeredo anuncia hoje plano de investimentos”, *Folha de São Paulo*, 27/06/1995.

“Banco Sudameris instala nova mesa de operações”, *Gazeta Mercantil*, 11/07/1995.

“Salomon Brothers avalia Credireal”, *Gazeta Mercantil*, 03/08/1995.

“Ministro quer atrair capital externo para o setor financeiro”, *Gazeta Mercantil*, 11/08/1995.

“Abertura a bancos estrangeiros”, *Gazeta Mercantil*, 25/08/1995.

“Abertura para os bancos do exterior”, *Gazeta Mercantil*, 25/08/1995.

“O Bamerindus poderá ter sócio externo”, *Gazeta Mercantil*, 28/08/1995.

“BANERJ é viável, conclui CPI”, *Gazeta Mercantil*, 01/09/1995.

“As viúvas da inflação”, *Folha de S. Paulo*, 24/09/1995.

“Edital para gerir BANERJ atrai grande número de interessados”, *Gazeta Mercantil*, 24/10/1995.

“Bamerindus autorizado a se unir ao HSBC”. In: *Gazeta Mercantil*, 26/10/1995.

“Intervenção no Produban vai esperar volta de Arida”. In: *Gazeta Mercantil*, 16/11/1995.

“BC deve intervir no Banco do Estado de Mato Grosso nesta quarta ou quinta-feira”, *Gazeta Mercantil*, 16/11/1995.

“Vale na mira do HSBC”, *Gazeta Mercantil*, 22/11/1995.

“ABN-Amro quer atuar no varejo”, *Gazeta Mercantil*, 08/12/1995.

“Maior disputa pelo BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 22/12/1995.

“Bozano ganha a concorrência para administrar o BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 26/12/1995.

“A difícil tarefa de sanear o BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 03/01/1996.

“Bozano pode demitir no BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 09/01/1996.

“Empresas britânicas podem investir em bancos brasileiros”, *Gazeta Mercantil*, 11/01/1996.

“Rabobank quer dobrar sua carteira de crédito”, *Gazeta Mercantil*, 16/01/1996.

“Demissão voluntária no BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 22/01/1996.

“Deputado contesta gestão do BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 23/01/1996.

“HSBC quer atuar no MERCOSUL”, *Gazeta Mercantil*, 25/01/1996.

“O Torpor do Capitalismo”, *Folha de S. Paulo*, 11/02/1996.

“Lloyds Bank quer ampliar atuação na América Latina”, *Gazeta Mercantil*, 21/03/1996.

“Bamerindus registra queda de 10,5% do lucro de 1995”, *Gazeta Mercantil*, p. C-4.

“TCU vota contra contrato de terceirização do BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 03/04/1996.

“Santander passa a ser o maior banco do Chile”, *Gazeta Mercantil*, 15/04/1996.

“O BNP compra banco paulista”, *Gazeta Mercantil*, 18/04/1996.

“Bancos entram no Brasil por atalho do BC”, *Gazeta Mercantil*, 10/05/1996.

“Banco alemão fará aporte de capital de R\$ 20 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 13/05/1996.

“Dívida trabalhista do BANERJ fica com o governo do Rio”, *Gazeta Mercantil*, 14/05/1996.

“Agências do Banorte têm dia calmo”, *Gazeta Mercantil*, 28/05/1996.

“Bandeirantes demite hoje 380 do Banorte”, *Gazeta Mercantil*, 05/07/1996.

“Um brasileiro assumirá o ABN-Amro no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 01/08/1996.

“Edmond Safra já tem seu banco”, *Gazeta Mercantil*, 22/08/1996.

“Espanhol Bilbao Vizcaya compra banco argentino”, *Gazeta Mercantil*, 07/10/1996.

“Paraná se mobiliza em favor do Bamerindus”, *Gazeta Mercantil*, 08/11/1996.

“Bancos estrangeiros procuram ampliar os negócios no país”, *Gazeta Mercantil*, 27/11/1996.

“Acelerada solução para Bamerindus”, *Gazeta Mercantil*, 04/12/1996.

“Acelerada solução para o Bamerindus: governo quer que o Hong-Kong and Shanghai Bank Corporation (HSBC) seja envolvido no esquema”, *Gazeta Mercantil*, 04/12/1996.

“Galícia no lugar do BCN no Barclays”, *Gazeta Mercantil*, 20/12/1996.

“BCN vende ações do BCN Barclays”, *Gazeta Mercantil*, 20/12/1996.

“Bancos do exterior ganham espaço”, *Gazeta Mercantil*, 20/12/1996.

“Banco Português do Atlântico anuncia venda do BPA”, *Gazeta Mercantil*, 06/01/1997.

“Operações de bancos externos”, *Gazeta Mercantil*, 14/01/1997.

“Governo carioca irá assumir o passivo trabalhista do BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 23/01/1997.

“Santander e Korea Bank no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 24/01/1997.

“Banco externo queixa-se de barreira”, *Gazeta Mercantil*, 28/01/1997.

“BC cria programa para viabilizar a venda de três bancos”, *Gazeta Mercantil*, 03/03/1997.

“O HSBC teve lucro líquido em 1996 de US\$ 4,6 bilhões”, *Gazeta Mercantil*, 05/03/1997.

“Santander entra no varejo brasileiro”, *Gazeta Mercantil*, 10/03/1997.

“BC regula última linha do PROES”, *Gazeta Mercantil*, 19/03/1997.

“Santander aposta no potencial do Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 20/03/1997.

“Queremos ser o maior banco do Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 27/03/1997.

“BC intervém e vende o grupo Bamerindus”, *Gazeta Mercantil*, 27/03/1997.

“Abertura chega ao varejo bancário”, *Gazeta Mercantil*, 27/03/1997.

“FEBRABAN terá um novo presidente”, *Gazeta Mercantil*, 01/04/1997.

“Roberto Setúbal, presidente da FEBRABAN”, *Gazeta Mercantil*, 03/04/1997.

“HSBC pagará ágil em parcelas”, *Gazeta Mercantil*, 10/04/1997.

“Monteiro Aranha vende 10% a sócio português”, *Gazeta Mercantil*, 18/04/1997.

“Grupo português terá parte no Monteiro Aranha”, *Gazeta Mercantil*, 18/04/1997.

“Deputado diz que vendeu seu voto a favor da reeleição por R\$ 200 mil”, *Folha de S. Paulo*, 13/05/1997.

“Novas gravações envolvem ministro na compra de votos”, *Folha de S. Paulo*, 14/05/1997.

“Banco Bilbao Vizcaya quer operar no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 14/05/1997.

“Merril Lynch abre banco múltiplo no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 20/05/1997.

“Santander compra o Ríó”, *Gazeta Mercantil*, 28/05/1997.

“Grandes bancos internacionais disputam a América Latina”, *Gazeta Mercantil*, 02/06/1997.

“Por que a Vicunha está na CSN e na Vale”, *Exame*, 04/06/1997.

“BANERJ inaugura privatização de bancos”, *Gazeta Mercantil*, 12/06/1997.

“CMN deve aprovar entrada de banco coreano no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 25/06/1997.

“Itaú fica com o BANERJ e perto do Bradesco”, *Gazeta Mercantil*, 27/06/1997.

“Itaú já definiu a direção do BANERJ”, *Gazeta Mercantil*, 19/07/1997.

“Itaú compra Bamerindus da Europa”, *Gazeta Mercantil*, 08/08/1997.

“Santander fecha compra do Noroeste”, *Gazeta Mercantil*, 15/08/1997.

“Noroeste tem R\$ 6 bilhões em ativos”, *Gazeta Mercantil*, 15/08/1997.

“Estratégia é crescer fora da Europa”, *Gazeta Mercantil*, 15/08/1997.

“Santander não trará capital externo”, *Gazeta Mercantil*, 18/08/1997.

“BC nega erro na venda do Bamerindus”, *Gazeta Mercantil*, 26/08/1997.

“BC autoriza operações da Merrill Lynch”, *Gazeta Mercantil*, 27/08/1997.

“Senadores questionam a venda do Bamerindus”, *Gazeta Mercantil*, 29/08/1997.

“Dois bancos são negociados em um só dia”, *Gazeta Mercantil*, 03/09/1997.

“AIG compra o controle acionário do Banco Fenícia”, *Gazeta Mercantil*, 04/09/1997.

“Novos donos do Boavista”, *Gazeta Mercantil*, 04/09/1997.

“Boavista receberá R\$ 120 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 05/09/1997.

“Por que o BC não interveio”, *Gazeta Mercantil*, 08/09/1997.

“HSBC é o maior banco do mundo em capital”, *Gazeta Mercantil*, 10/09/1997.

“HSBC mantém lugar de maior do mundo”, *Gazeta Mercantil*, 10/09/1997.

“Lloyds Bank dá ênfase no varejo”, *Gazeta Mercantil*, 01/10/1997.

“Os planos do Espírito Santo para o Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 08/10/1997.

“Boavista Inter-Atlântico quer crescer no varejo”, *Gazeta Mercantil*, 08/10/1997.

“Leilão do terminal tem ágil de 171%”, *Folha de S. Paulo*, 18/10/1997.

“Consórcio não revela quanto vai investir”, *Folha de S. Paulo*, 18/10/1997.

“Bradesco sai da toca e compra o BCN”, *Gazeta Mercantil*, 28/10/1997.

“O Mellon compra o Banco Brascan”, *Gazeta Mercantil*, 31/10/1997.

“Mais cinco bancos estrangeiros vão atuar no país”, *Gazeta Mercantil*, 13/11/1997.

“Nations e Swiss Bank enfim no Brasil”, *Gazeta Mercantil*, 13/11/1997.

“HSBC quer romper acordo com sindicatos”, *Gazeta Mercantil*, 24/11/1997.

“Bradesco conclui compra do BCN”, *Gazeta Mercantil*, 04/12/1997.

“Moeda podre volta a ser valorizada”, *Gazeta Mercantil*, 05/12/1997.

“Wachovia compra banco no Brasil para operar no MERCOSUL”, *Gazeta Mercantil*, 08/12/1997.

“Bozano para Meridional com papéis da dívida da Eletrobrás”, *Gazeta Mercantil*, 11/12/1997, p. B-4.

“Caixa Geral vai comprar Bandeirantes”, *Gazeta Mercantil*, 06/01/1998.

“Bradesco apaga a marca Credireal”, *Gazeta Mercantil*, 06/01/1998.

“BANERJ obteve lucro em 1997”, *Gazeta Mercantil*, 15/01/1998.

“HSBC fecha 53 agências no MS”, *Gazeta Mercantil*, 19/01/1998.

“Nations Bank adquire 51% do Liberal”, *Gazeta Mercantil*, 27/01/1998.

“Participação estrangeira tende a crescer em 1998”, *Gazeta Mercantil*, 27/01/1998.

“Liberal é a primeira compra do Nations fora dos EUA”, *Gazeta Mercantil*, 27/01/1998.

“Setúbal deve permanecer na FEBRABAN”, *Jornal do Brasil*, 16/02/1998.

“GE compra Banco Mappin”, *Gazeta Mercantil*, 20/02/1998.

“Custo da campanha à reeleição é estimado em R\$ 35 milhões”, *Folha de S. Paulo*, 04/06/1998.

“Garantia é, enfim, do Crédit Suisse”, *Gazeta Mercantil*, 10/06/1998.

“Bradesco compra Banco do Estado da Bahia”, *Jornal do Commercio*, 23/06/1998.

“CMN decide sobre banco múltiplo da New Holland”, *Gazeta Mercantil*, 26/06/1998.

“Itaú paga ágil de 85,6% pelo Bemge”, *Jornal do Commercio*, 15/07/1998.

“Bandepe vai a leilão terça-feira”, *Diário de Pernambuco*, 15/11/1998.

“Lucros gordos na compra dos bancos estatais”, *Gazeta Mercantil*, 17/11/1998.

“Bancos lideram doações para campanha de FHC”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/1998.

“Setor financeiro quase dobra contribuições em relação a 94”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/1998.

“O esquema tático de FHC”, *Caros Amigos Reportagem*, dezembro de 1998.

“Quem é quem no governo”, *Caros Amigos Reportagem*, dezembro de 1998.

“Serjão e os ex-revolucionários de São Paulo”, *Caros Amigos Reportagem*, dezembro de 1998.

“Banco Central completa a nova diretoria”, *Folha de S. Paulo*, 11/02/1999.

“Bancos lideraram contribuições a FHC”, *Folha de S. Paulo*, 06/06/1999.

“Paolo Zaghen será o novo presidente BB”, *Gazeta Mercantil*, 20/07/1999.

“Bandepe opera no azul no primeiro ano de privatização”, *Jornal do Commercio*, 14/11/1999.

“Há vida após a venda”. In: *Exame*, ed. 714, 17/04/2000.

“FHC é insensível à questão social”, *Valor Econômico*, 22/05/2000. Entrevista.

“FHC dá o troco”, *Veja*, ed. nº 1662, 16/08/2000.

“Documento revela doações não registradas para campanha de FHC”, *Folha de S. Paulo*, 12/11/2000.

“Comitê de FHC omitiu doações em 1994”, *Folha de S. Paulo*, 19/11/2000.

“Desnacionalização e vulnerabilidade externa”, *Folha de S. Paulo*, 03/12/2000.

“Brasil é mais desigual sob FHC, diz pesquisa”, *Folha de S. Paulo*, 07/10/2001.

“ABN Amro Real compra Banco do Estado da Paraíba por R\$ 76,5 mi”, *Folha de S. Paulo*, 09/11/2001.

“Bancos têm lucro recorde na era FH”, *Jornal do Brasil*, 21/11/2001.

“Saiba os bastidores da privatização da Vale do Rio Doce”, *Folha de S. Paulo*, 05/05/2002.

“FHC passa o chapéu”, *Época*, ed. 234, 08/11/2002.

“FHC deixou saldo negativo, diz historiador.”, *Folha de S. Paulo*, 11/11/2002.

“Saneamento já custou R\$ 82 milhões”, *Gazeta Mercantil*, 09/01/2003.

“Público versus mercantil”, *Folha de S. Paulo*, 19/06/2003.

“Locupletemos todos”, *Carta Capital*, nº 320, 2004.

“Estatual doa R\$ 500 mil a instituto de FHC”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/01/2007.

“Privatização das Aerolíneas Argentinas é exemplo de saque ao patrimônio público”, *Carta Maior*, 02/08/2008.

“Marx nunca teve tanta razão”, *Folha de S. Paulo*, 27/10/2008.

“Menos bancos, mais clientes”, *O Globo*, 18/08/2009.

“De caixa alta”, *O Globo*, 22/08/2010.

**Bibliotecas pesquisadas:**

- Biblioteca Nacional (Seção de Periódicos e Acervo Geral)
- Biblioteca Central do Gragoatá (BCG/UFF)
- Biblioteca da Faculdade de Economia (BEC/UFF)
- Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis (BAC/UFF)
- Biblioteca do Instituto de Economia da UNICAMP
- Biblioteca Mário Henrique Simonsen (FGV-RJ)
- Biblioteca Central (PUC-RJ)
- Biblioteca da FEBRABAN
- Biblioteca IBMEC-RJ

## Referências bibliográficas

### I- Livros e capítulos de livros:

AGLIETTA, Michel e ORLÉAN, André. *A Violência da Moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ALCOFORADO, Fernando. *De Collor a FHC: o Brasil e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: Nobel, 1988.

AMARAL, Marcos Jordão Teixeira do. *Privatização no Estado Contemporâneo*. São Paulo: Ícone, 1996.

AMARAL, Roberto (org.) *Os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Regis de Castro e JACCOUD, Luciana. *Estrutura e organização do poder executivo*. Brasília: ENAP/SAF, vol. 2, 1993.

ANDREI, Cristian. O Plano Real e o desempenho da inflação nos primeiros quatro anos. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização (1995-1998)*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

ANGELI. *O Presidente que Sabia Javanês*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. In: *Adeus ao Trabalho! Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 6ª ed., 2002.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_ (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARIDA, Pécio (org.). *Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BAER, Mônica. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARBOSA e SILVA, Leonardo. FHC e a despolitização do Estado e da sociedade civil. In: SOUZA, Eliana Maria de Melo; CHAQUIME, Luciane; LIMA, Paulo Gilberto (org.). *Teoria e prática nas Ciências Sociais*. Araraquara: Ed. UNESP, Laboratório Editorial/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA JR., Paulo Nogueira (org.). *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil. Ensaios e palestras*. Brasília: FUNAG, 2009.

BAUMANN, Renato. Uma Visão Econômica da Globalização. In: *O Brasil e a Economia Global*. BAUMANN, Renato (org.). Rio de Janeiro: Campus/Sobeet, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, César. Autonomia legal para o Banco Central: uma tragédia anunciada. In: SADER, Emir (org.). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.

BIANCHI, Alvaro (org.). *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO JUNIOR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In: CAETANO, Gerardo (org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. Os novos “Leviatãs” e a prática democrática. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 2004.

BORÓN, Atilio e REY, Mabel Thwaites. La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina. In: PETRAS, James e VELTMAYER, Henry (orgs.). *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Mundialização financeira e internacionalização do sistema bancário brasileiro. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas e CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2012

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia*. São Paulo: Nobel, 1991.

\_\_\_\_\_. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34/Brasília: ENAP, 1998.

\_\_\_\_\_. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 6ª ed., 2005.

BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado: crítica do neoliberalismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

\_\_\_\_\_. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.

\_\_\_\_\_. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s. São Paulo: Difel, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CARNEIRO, Ricardo. Políticas Liberais, estabilização e crescimento: uma avaliação do Plano Real. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização 1995-1998*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As finanças públicas no Plano Real. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização (1995-1998)*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

CASTELAR, Pinheiro e GIAMBIAGI, Fábio. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: CASTELAR, Pinheiro e FUKASAKU, Kiichiro. *A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. BNDES, fevereiro de 2000.

CHAER, Márcio. O Plano FHC. In: VILLAS-BOAS. *Os Presidenciáveis: vida, obra e promessas dos candidatos ao Palácio do Planalto*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. A "nova economia": uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François; Et. al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_ (org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequência.* São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais.* São Paulo: Scritta, 1996.

CINTRA, Marcos A. Macedo e FREITAS, Maria C Penido de (org.). *Transformações institucionais dos sistemas financeiros: um estudo comparado.* São Paulo: Fundap/FAPESP, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Luciano. A Fragilidade do Brasil em face da Globalização. In: BAUMANN, Renato (org.) *O Brasil e a economia global.* Rio de Janeiro: Campus: Sobeet, 1996.

CREMONENSE, Dejalma. *Reforma do Estado: implicações sociais e econômicas das políticas neoliberais no Brasil.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

DIAS, Leila Christina. Por que os bancos são o melhor negócio do país. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Globo, 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias de. *A História Real: trama de uma sucessão.* São Paulo: Editora Ática, 1994.

DINIZ, Elis. 1997. *Crise, reforma do Estado e governabilidade no Brasil, 1985-1995.* Rio de Janeiro: FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, Eli. (org.) *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato 2004. *Empresários, interesses e mercado.* Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DOOB, Maurice. *Economia Política e capitalismo.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização*. Novos desafios. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1999.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, desemprego, Estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1999.

ESPÍNDOLA, Luiz Ricardo. *O processo de privatização de empresas estatais no Brasil durante o período de 1990 a 2000*. Florianópolis: Editograf, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERNANDES, Luis. *As Armadilhas da Globalização*. In: *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* CARRION, Raul e VIZENTINI, Paulo (org.). Porto Alegre: Ed: Universidade/UFRGS, 1998.

FERRER, Aldo. *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FITOUSSI, Jean-Paul. *O debate-tabu: moeda, Europa, pobreza*. Lisboa: Terramar, 1997.

FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Ed. USP, 1998.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: ESPJV, 2010.

FRANCO, Gustavo. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: FREITAS, Maria Cristina Penido de (org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Fundap: FAPESP/Brasília: IPEA, 1998.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.

FUSER, Igor. *México em Transe*. São Paulo: Scritta, 1999.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Para Além da esquerda e da direita*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Centralização do capital em escala global e desnacionalização da economia brasileira. In: VEIGA, Pedro da Motta (org.). *O Brasil e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Sobeet e Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. *Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: o governo Lula (2003/2010). In: MAGALAHÃES, João Paulo de Almeida; FILGUEIRAS, Luiz; Et. al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003/2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luiz C. Delorme; CANUTO, Otaviano. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de US\$ 100 bilhões nos anos 90*. (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HALL, Stuart e JACQUES, Martin. *The Politics of Thatcherism*. London: Lawrence and Wishart, 1983.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Desemprego e política monetária*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/José Olympio, 1985.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 4ª ed., 2002.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HONORATO, Cesar. Breve ensaio acerca das políticas públicas de privatização no Brasil recente. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas e CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2012

JINKINGS, Nise. Os bancários e a privatização. In: ALKVIM, Valdir e FERREIRA, Alceu Conceição (org.). *A trama da privatização: reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

JUNIOR, Cleofas Salviano. *Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

JÚNIOR, João dos Reis da Silva. *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

JUNIOR, João dos Reis da Silva e SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1985.

KOCHER, Bernardo. *Economia*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2000.

\_\_\_\_\_. *Empresários*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). *Globalização: atores, idéias e instituições*. Rio de Janeiro: Mauad/Contracapa, 2011.

- LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org.) *A Era FHC: um Balanço*. São Paulo, Cultura Editores, 2002.
- LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2006.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LOPES, Francisco. *O Choque Heterodoxo*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- LOWY, Michael. Mundialização e Internacionalismo: a atualidade do Manifesto Comunista. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Ensaio sobre o Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã, 1998.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil 1945-1964. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (Volume XI). São Paulo, Difel, 1984.
- MALAN, Pedro Sampaio; Et. al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971.
- MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs.). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea. Uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*. A Crítica da Economia Política. Livro 1. O processo de produção do capital. Vol. II. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- MCCHESENEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *Ou o lucro ou as pessoas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chaves em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: Ed. UFF, 2005.

\_\_\_\_\_ e FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004.

MERCADANTE, Aloizio. Plano real e neoliberalismo tardio In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. São Paulo: Unicamp, 1998, p. 158.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial/Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINELLA, Ary Cesar. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir Jose (org.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, Alceu Conceição e ALVIM, Valdir. *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001.

\_\_\_\_\_. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. In: MENDONÇA, Sonia Regina. (Org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: Ed. UFF/Vício de Leitura, 2005.

\_\_\_\_\_. Construindo a hegemonia na América Latina: Democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. (org.). *Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MINELLA, Ary Cesar e FERREIRA, Alceu. Bancos no Brasil: alterações de crédito e grupos financeiros. In: DELLA COSTA, Armando; FERNANDES, Adriana Sbicca e SZMRECÁNYI, Tamás. (org.). *Empresas, empresários e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MUÑOZ, Heraldo. *A Sombra do Ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Um Estado para a sociedade civil*. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVELLI, José Marcos Nayme. *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil - 1950-1976. In: MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco*. Petrópolis, Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *As políticas sociais e o Estado democrático no pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Um governo de (contra) reformas. In: SADER, Emir (org). *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 4ª ed., 2004.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.

OURIQUES, Nildo Domingos. Plano Real: estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In: BIANCHI, Alvaro; BORIN, Jair; GOMES, José Menezes; Et. al. *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo, Xamã, 1997.

PADRÓS, Henrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O Século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., vol. 2, 2003.

PASTORE, Affonso Celso e PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. In: MOURA, Alkimar (org.). *PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PICCOLO, Monica. PND e PED: Agências e Agentes na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique (org.). *Ensaio de História Econômico-social: séculos XIX e XX*. 1ªed.Niterói: EDUFF, 2012.

POLANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera Maria Vidal Peroni; BAZZO, Vera Lúcia; PEGARARO,

Ludimar (orgs). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PETRAZZINI, Ben A. Investimento direto externo em privatização na América Latina. In: BOEKER, Paul (org.). *Transformações na América Latina: privatização, investimento externo e crescimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

POGGI, Tatiana. A Grande Virada: a crise do reformismo e o avanço do conservadorismo nos Estados Unidos em fins do século XX. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2012.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTUGAL Jr., José Geraldo (org.). Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea. In: *Estudos de Economia do Setor Público*. São Paulo: Fundap/IESP, 1994.

REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZENDE, Flávio da Cunha. *Por que falham as reformas administrativas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

ROCHA, Maria da Conceição. *A Privatização no sistema bancário e o caso do Banespa*. São Paulo: Ed. C/Arte, 2003.

ROCHA, Maurício Santoro. Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952/ 2006). In: *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Ministério das Relações Exteriores, 2007.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. América Latina en el siglo XX. In: BORON, Atílio e LECHINI, Gladys. *Política y movimientos sociales em um mundo hegemônico: lecciones desde África, Ásia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Montserrat Huguet. Reagan y el neoliberalismo europeo. In: BENEYTO, José María; DE LA GUARDIA, Ricardo Martín e SÁNCHEZ, Guillermo A. Pérez. *Europa y Estados Unidos: una historia de la relación atlántica en los últimos cien años*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005.

SENEN GONZALEZ, Cecilia. Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina. In: CASTRO, Maria Silvia Portella de e WACHENDORFER, Achin (Orgs.). *Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción em un mundo incierto*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto. *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOTELO, Jorge Ortiz. *Peru e sua inserção em um mundo global*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Desestatização, privatização, concessões e terceirizações*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

SOUZA, Nilson. *Plano FHC: Economia em Marcha a Ré*. São Paulo: Instituto do Trabalho Dante Pelacani, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

THUROW, Lester. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOMMASI, Livia de e WARDE, Mirian Jorge (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

VALDÉS, Juan Gabriel. *La Escuela de Chicago: operación Chile*. Buenos Aires: Grupo Editorial Zeta, 1989.

VALDÉS, Juan Gabriel. *Pinochet's Economists: the Chicago School in Chile*. New York: Cambridge University Press, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa da Venezuela frete à Globalização (1989-2001). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Privatização: Mitos e Falsas Percepções. In: GIAMBIAGI, Fábio e MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.

VIANNA, Luis Werneck. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

\_\_\_\_\_. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

## **II- Artigos, ensaios e palestras:**

AGLIETTA, Michel. O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: Ed. UNICAMP, nº 4, 1995, p. 127-149.

ALMEIDA, Monica Piccolo. Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: uma leitura gramsciana. *Texto de Discussão nº 10*, apresentado no POLIS - Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, em 12/09/2007.

ALVES, Giovani. Crise do sindicalismo e neocorporativismo operário no Brasil: as perspectivas dos anos 90. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, vol.1, nº7, 1998.

ARANTES, Aldo. Neoliberalismo e Liberdade do Capital. In: *Revista Princípios*. São Paulo, 1999.

AYERBE, Luis Fernando. A transição para o regime democrático na Argentina (1984-1989): um balanço do governo Alfonsín. In: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. UNESP, v. 14, 1991.

BACHA, Edmar Lisboa. O Fisco e a Inflação: uma interpretação do caso brasileiro. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 14, n. 1 (53), p. 5-17, jan./mar, 1994.

BAER, Werner e MALONEY, William. Neoliberalismo e distribuição de renda na América Latina. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 17, nº 3 (67), julho/setembro, 1997.

BARBOSA, Fernando; OLIVA, Waldyr e SALLUM, Elvia M. A dinâmica da hiperinflação. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 13, n. 1 (49), jan./mar, 1993.

BARROS DE CASTRO, Antônio. El Estado, la empresa y la restauración del paradigma neoclásico. In: *Revista de la CEPAL*. Santiago de Chile, nº. 58, abril, 1996.

BARROS, Pedro Silva e HITNER, Verena. A Economia Política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. In: *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 2, 2010.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. O plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 10 (28), 1996.

BENJAMIN, César. Reformas e revolução. In: *Teoria & Debate*, São Paulo, nº15, 1991.

BITTAR, Lorena Teixeira. Bamerindus: um crescimento de gente que faz. Entrevista com Maurício Schulman. In: *RAE Light*. Setembro/outubro, 1994.

BIZ, Osvaldo. O México no NAFTA: negociação de igualdade entre desiguais? In: *Revista da ADPPUCRS*. Porto Alegre, nº 5, dezembro de 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: *Revista Ideias*, Campinas, ano 9 (1), 2002.

\_\_\_\_\_. Estado e Burguesia no Capitalismo Liberal. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, nº 28, jun. 2007.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a privatização dos bancos estaduais. In: *XXV Simpósio Nacional de História*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. O PROES e a privatização dos bancos estaduais: o caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). *Texto de Discussão nº 17*, apresentado no POLIS – Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, em 14/08/2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Em busca de uma nova interpretação para o Brasil e para a América Latina. In: *Texto para Discussão*. EAESP/FGV, nº 52, março 1996.

CAMPINHO, João de Almeida Rego. A privatização das telecomunicações na Argentina e suas consequências para os trabalhadores. In: *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 14 a 17 de setembro de 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro, 1995.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a Reforma de Estado. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, nº 50, 1998, p.5-12.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Plano Bonex: peculiaridades do bloqueio da liquidez na Argentina em 1990. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, nº 55, nov. 1999.

CARVALHO, Carlos Eduardo e VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, dez. 2007, vol.17, nº 3.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: *Praga: Estudos Marxistas*. São Paulo: HUCITEC, nº 3, 1997.

\_\_\_\_\_. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP nº 52, p. 21-53, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. A Teoria do Regime de Acumulação Financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CINTRA, Marcos A. Macedo. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. In: *Política Econômica em Foco*, Campinas, UNICAMP, Boletim nº 7, p. 292-318, abr./nov. 2006.

CINTRA, Marcos A. Macedo; CASTRO, Elza Moreira M. de. A tendência à dolarização dos países latino-americanos. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP nº 60, p. 27-42, jul. 2001.

CORAZZA, Gentil e OLIVEIRA, Reci. Os Bancos Internacionais face à Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. In: *X Jornadas de Economia Crítica*, Barcelona, 2006.

COSTA, Lúcia Cortes. O governo FHC e a reforma do Estado brasileiro. In: *Pesquisa e Debate*. São Paulo, vol. 11, nº 1 (17), 2000.

CHAVEZ, Gonzalo. Macroeconomía de la privatización en Bolivia. In: *Documento de Trabajo Número 07/91*. La Paz: Instituto de Investigación Socio-Económica, 1991.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Transformar o Gigante num Pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998). In: *Anos 90 - Revista do*

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 17, nº 32, dez. de 2010.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo. A dinâmica do novo regime monetário-financeiro norte-americano: uma hipótese de interpretação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, nº 39, 2000.

CORAZZA, Gentil e OLIVEIRA, Reci. Os Bancos Nacionais Face à Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. In: *Análise Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 25, 2007.

COSTA, Lúcia Cortes. O Estado brasileiro em discussão: análise do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, governo FHC/1996. In: *Revista Regional de História*, nº 3 (1), 1998.

DRAIDE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo IN: *Revista da USP*, São Paulo, nº 17, 1993.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - Neoimperialismo. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 16, nº 1 (29), abril/2007.

FERNANDES, Luis. 1995. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. In: *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 38, nº. 1, 1995, p. 107-145.

FERREIRA, Carlos Alberto Dias. Francisco Paulo de Almeida, Barão de Guaraciba: um negro e sua rede de sociabilidade na fundação do Banco de Crédito de Minas Gerais. In: *XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ*, São Gonçalo, 2012.

FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. In: *Ameríndia*, vol. 4, nº 2, 2007.

FIORI, José Luís. Sobre a crise do Estado brasileiro. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 9, nº 3 (35), julho-setembro, 1989.

\_\_\_\_\_. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 12, nº 1 (45), janeiro-março, 1992.

\_\_\_\_\_. Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal. In: *Lua Nova*. São Paulo, nº 25, 1993.

\_\_\_\_\_. O nó negro do desenvolvimentismo brasileiro. In: *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, nº 40, 1994.

\_\_\_\_\_. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, nº 43, 1995.

\_\_\_\_\_. Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. In: *Praga*, São Paulo, nº 1, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Consenso de Washington*. Palestra apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1996.

FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000.

FREITAS, Maria Cristina Penido de e PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 173-198, dez. 1988.

FREITAS, Vinicius Ruiz Albino de. México: da crise da dívida externa ao advento do NAFTA. IN: *Aurora*. Ano II, nº 3, dezembro de 2008.

GARMAN, Christopher; LEITE, Cristiana Kerches da Silva; MARQUES, Moisés da Silva. Impactos das Relações Banco Central x Bancos Estaduais no Arranjo Federativo pós-1994: análise à luz do caso Banespa. In: *Revista de Economia Política*, vol. 21, nº 1 (81), janeiro-março, 2001.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito Social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. In: *Revista de Administração Pública*. Vol. 40, nº 2, 2006

GONÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. In: *Revista Brasileira de Economia*, n. 45, v. 4, p. 491-518, 1991.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, nº 25, 1995.

\_\_\_\_\_. Globalização, tecnologia e mercado de trabalho. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, USP, nº. 29, abril, 1997.

\_\_\_\_\_. Hegemonia burguesa reforçada pela prova eleitoral de 94. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, vol.1, nº 2, 1995.

GRÜN, Roberto. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. In: *Dados*. Rio de Janeiro, v. 47, n.1, p.547, 2004.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Bancos e crédito no desenvolvimento recente da Bahia. In: *Caderno CRH*, Salvador, vol. 22, nº 55, janeiro/abril de 2009.

KOCHER, Bernardo. A Globalização e os Estados Unidos como "República Imperial". In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei (org.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 383-396, 2009.

LETÉLIER, Orlando. The Chicago Boys in Chile: economic freedom's awfull toll. In: *The Nation*. August, nº 28, 1976.

LUZ, Ivoir da e GÓIS, Sandra Lúcia Videira. Bancos Estaduais: agentes financeiros em extinção. In: *Revista Eletrônica Lato Sensu*. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

MARTINEZ, José Honorio. Neoliberalismo y Genocidio em el Régimen Fujimorista. In: *HAOL*, nº 19, 2009.

MINELLA, Ary Cesar. O Discurso Empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (15) 2, 1994.

\_\_\_\_\_. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 80-94, 1996.

\_\_\_\_\_. Globalização Financeira e as associações de bancos na América Latina. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2001.

\_\_\_\_\_. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. In: *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 3, nº 2, jul.-dez, 2003.

\_\_\_\_\_. Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados. In: *V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: mundo empresarial e a questão social*. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, nº 28, jun. 2007.

MIRANDA, Elflay. Globalização Financeira e Associações de Bancos no Brasil: o caso da FEBRABAN. In: *V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: mundo empresarial e a questão social*. Porto Alegre, 2006.

MORAIS, Lecio. A evolução institucional do Banco Central e as mudanças da política monetária no Brasil no período 1964-1998. In: *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v.1, n.6, p. 221-253, 2005.

MORALES, Juan Antonio. Cambios y consejos neoliberales em Bolivia. IN: *Nueva Sociedad*. La Paz, setembro-outubro, nº 121, 1992.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de Bem-Estar: o contexto político das reformas. In: *Revista Lua Nova*, nº 28/29, 1993.

NEUTZLING JR, João. Argentina: crise e ressurreição. In: *Análise*. Porto Alegre, Vol. 19, nº 1, jan/jun de 2008.

OTRANTO, Célia Regina. O Neoliberalismo como proposta hegemônica. In: *Série Textos CPDA*, nº 10, Setembro/1999.

PIRES, Marília Freitas de Campos e REIS, José Roberto Tozoni. Globalização, Neoliberalismo e Universidade: algumas considerações. In: *Revista Interface: comunicação, saúde e educação*. Botucatu, vol. 3, nº 4, fevereiro/1999.

RAPOPORT, Mario. Argentina: economia e política internacional. Os processos históricos. In: *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília, nº 10, outubro/dezembro, 2009.

PICCOLO, Monica. A reestruturação do setor público rumo às privatizações. In: *I Congresso Fluminense de História Econômica*, Niterói: UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização no governo Collor. In: *XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética*, Fortaleza, 2009.

PORTUGAL, Marcelo Savino. Combate à inflação; propostas e perspectivas. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 21, n 2º, 1993.

ROMÃO, Frederico. A Greve dos Mineiros Britânicos 1983/1984: último bastião da resistência à hegemonia neoliberal no Reino Unido. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 29 de maio a 1º de junho de 2007.

SADER, Emir. *A Vitória de Ollanta*. Artigo publicado no blog da revista Carta Maior, em 06/06/2011.

SAES, Decio. O governo de FHC e o campo político conservador. In: *Revista Princípios*, São Paulo, nº 40, fevereiro/abril, 1996.

SALLUM, Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. In: *IRBCS*, vol. 18, nº 52, junho de 2003.

\_\_\_\_\_. Globalização e Desenvolvimento. A estratégia brasileira nos anos 90. In: *Novos Estudos*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, nº 50, novembro de 2000, p. 131-156.

\_\_\_\_\_. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e Desenvolvimentismo. In: *Tempo Social*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, vol. 11, nº 2, outubro de 1999, p.1-21.

SILVA, Patricio. Technocrats and Politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN monks. In: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 23, nº 2, maio/1991, p. 385-410.

SIMÕES, Roberto Alves. Luta de classes na Venezuela: superação da pobreza ou a possibilidade de sua intensificação? In: *III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. América Latina: processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 27 a 31 de agosto de 2012.

SOUZA, Thaís Godoi de e LARA, Ângela Mara de Barros. Os Fundamentos Teórico- Metodológicos das Escolas Neoliberais do Século XX: implicações nas políticas educacionais. In: *IX ANPED*, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, jan/mar, 1979.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Do fim da Era Vargas ao novo New Deal. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, dez./1996.

VARGAS, Carlos Arze. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: Fin de la era neoliberal en Bolivia? In: *Cuadernos del CENDES*, maio-agosto, 2004.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. In: *Lua Nova*. São Paulo, nº 45, pp. 5-28, 1998.

VELASCO JÚNIOR, Licínio. A privatização no Sistema BNDES. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, nº 33, junho/2010.

VIZENTNI, Paulo Fagundes e OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A Política Interna e a Diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do projeto de integração da América do Sul. In: *Revista Conjuntura Austral*. Porto Alegre, Vol. 3, nº 13, agosto-setembro, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. In: *Lua Nova*. São Paulo, nº 34, pp. 117-134, 1994.

WILLIANSO, John. *Depois do Consenso de Washington: uma agenda para a reforma econômica na América Latina*. Palestra apresentada na FAAP. São Paulo, 25 de agosto de 2003.

### **III- Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses:**

ABREU, Mayara Ferreira de. *A Identidade em Questão: privatização e fusão bancária na década de 1990*. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-

Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ALMEIDA, Manoel Donato de. *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)*. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ARAÚJO, Elder Linton Alves de. *Os Bancos Públicos frente ao processo de privatização e internacionalização bancária no Brasil nos anos 90*. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 359 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BARBOSA e SILVA, Leonardo. *O governo Fernando Henrique Cardoso e o fim da "Era Vargas": acertando as contas com o modelo de Estado e de desenvolvimento*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964/1985*. 539 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COELHO, Jaime Cesar. *Bancos Comerciais Estaduais e Organização de Interesses: a Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE) - um estudo de caso*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

CORRÊA, Domingos Sávio. *O movimento de fusões e aquisições de empresas e o processo de privatização e desnacionalização na década de 1990: o caso brasileiro*. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREIRA, Alceu Conceição. *Os Donos da Dívida: um enfoque sociopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC*. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GÓES, Daniele Cristine Lopes. *A privatização do BANDEPE e seus impactos*. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de Economia e Administração e Ciências Contábeis. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2003.

GROS, Denise B. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. 235 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HAJJ, Zaina Said El. *Evolução e desempenho dos bancos durante o Plano Real*. 171 f. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade São Paulo, São Paulo, 2005.

MICK, Jacques. *A globalização financeira e as mudanças na regulamentação do sistema financeiro nacional (1994-1996): um estudo sob a perspectiva da hegemonia financeira*. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MIRANDA, Elflay. *Federação Brasileira de Bancos: uma análise sociopolítica do período 1994-2001*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OLIVIERI, Cecília. *A política de nomeação do alto escalão do Banco Central do Brasil (1985-2000)*. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEIXOTO, Ronaldo Lares. *A privatização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais: estudo de caso*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, João Marcio Mendes. *O Banco Mundial como ator econômico, social e intelectual (1944-2008)*. 366 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. *Bancos e banqueiros, sociedade e política: o Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)*. 683 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 427 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PRATES, Daniela Magalhães. *Abertura financeira e vulnerabilidade externa: a economia brasileira na década de noventa*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SANTOS, Iliane Medeiros. *Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina - BADESC: sua transformação em Agência de Fomento e o Microcrédito*. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Maria Calvo. *Considerações acerca da hegemonia financeira e a autonomia do Estado*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA, José Carlos da. *Reestruturação no setor bancário: Trabalho e resistência na privatização do BESC*. 334 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, Valdir Alvim. *Assistência Financeira do Grupo Banco Mundial ao Brasil: ajustamento do setor financeiro e programas de privatização. O PROES e o caso particular do SFBESC*. 390 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TEIXEIRA, Ricardo Gilberto Lyrio. *Reforma Financeira e o Banco Central do Brasil em tempos de capital monopolista (1964-1967)*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. *A trajetória econômica da Argentina: 1989-2007*. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. *Dinâmica espacial do sistema bancário do Estado de São Paulo*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VIDOTTO, Carlos Augusto. *Sistema Financeiro Brasileiro nos Anos 90: um balanço das reformas estruturais*. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no Brasil (1995-1998): o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado*. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

#### **IV- Memórias e entrevistas:**

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Entrevista: Fernando Henrique Cardoso". Entrevista das páginas amarelas. In: *Veja*, ed. 1034, 29 de junho de 1988, p. 5-8.

\_\_\_\_\_. "Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro". Entrevista com Brasílio Sallum Jr. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, nº 39, 1997, p. 11-31.

\_\_\_\_\_. "As razões do presidente". Entrevista com Roberto Pompeu de Toledo. In: *Veja*, ed. 1512, 10 de setembro de 1997, p. 22-33.

\_\_\_\_\_. *A Arte da Política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

TOLEDO, Roberto Pompeu de (org.). *O Presidente Segundo o Sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

#### **V- Obras de referência:**

*Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro pós 1930*. Coordenação: Alzira Alves de Abreu; Et. al. Rio de Janeiro: Ed. FGV, CPDOC, 2001, 5 vol.

*Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens.* Coordenação e organização: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Et. al. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2000.

*Novíssimo Dicionário de Economia.* Organização: Paulo Sandroni. São Paulo: Best Seller, 1999.

*Dicionário do Pensamento Marxista.* Coordenação: Tom Bottomore. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1993.

## ANEXO I

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 311

E.M nº 311/MF

Em 23 de agosto de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta contendo diretrizes para melhor disciplinamento dos pleitos relativos ao aporte de capitais externos, necessários ao desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

2. O ambiente de estabilidade econômica atualmente vivida pelo País torna imperiosa a necessidade de serem criadas condições para que as instituições financeiras a ele se adaptem, possibilitando-lhes, concomitantemente, que atinjam a melhoria e a ampliação de seus serviços e o processo permanente de atualização tecnológica, o que lhes assegurará acesso a níveis de competitividade internacional.

3. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o longo período em que o processo inflacionário grassou em nosso País permitiu que os ganhos proporcionados pelos recursos em trânsito gerassem receitas que, naquele contexto, compensavam despesas realizadas pelas instituições financeiras, ainda que tais instituições se mostrassem ineficientes administrativamente.

4. O novo cenário econômico tornou, contudo, transparente a escassez de capitais nacionais para substituírem os ganhos inflacionários do passado, interrompendo, em conseqüência, o necessário, e contínuo processo de atualização tecnológica, típico das instituições financeiras competitivas, que lhes assegura melhor remuneração ao poupador e menor custo ao tomador de crédito, mediante a redução da margem de intermediação.

5. Diante da nova conjuntura de estabilidade econômica que ora se faz presente e verificada a incapacidade das instituições financeiras nacionais em arcar com os encargos dos respectivos processos de atualização tecnológica e de crescimento, como suporte exclusivo da poupança interna, imprescindível se torna o reforço de suas estruturas de capital, via participação de recursos do exterior.

6. O capital externo já está presente no sistema financeiro nacional por intermédio de agências ou sucursais de bancos estrangeiros com participação direta ou indireta em instituições financeiras nacionais, ou através de escritório de representação.

7. A experiência tem demonstrado que a presença de bancos estrangeiros no Brasil e a participação acionária do capital externo em instituições financeiras brasileiras em nada tem prejudicado o funcionamento normal do sistema financeiro nacional, em especial porque os serviços bancários que prestam ao público têm sido classificados com elevados índices de qualidade.

8. Impõe-se registrar que a entrada de capital externo, seja através da constituição de novas instituições, seja para reforço de capital das já existentes, tem contribuído decisivamente para preencher uma importante lacuna da economia brasileira, na medida em que se apresenta como complemento da disponibilidade interna necessária ao desenvolvimento do País.

9. Outrossim, a presença de capitais externos no sistema financeiro nacional justifica-se pela colaboração que apresenta ao processo de abertura da economia brasileira, corroborando diretriz do Governo de Vossa Excelência no sentido da maior integração do País à economia mundial, com a conseqüente redução do chamado "risco Brasil", e maior globalização do setor financeiro.

10. Acrescenta-se que a perspectiva de entrada de capitais externos na economia nacional, especialmente no setor bancário, não somente resultará em reforço financeiro para o País, representado pela captação de poupança externa e acréscimo nas reservas internacionais, mas, sobretudo, em ganhos econômicos decorrentes da introdução de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços, possibilitando maior eficiência alocativa da economia brasileira.

11. Finalmente, o ingresso de capitais externos no Sistema Financeiro Nacional justifica-se, ainda, pela eficiência operacional e capacidade financeira por eles detidas que, certamente, trarão maior concorrência dentro desse mesmo Sistema, com reflexos substancialmente positivos nos preços dos serviços e nos custos dos recursos oferecidos à sociedade brasileira.

12. Por todo o exposto, proponho a Vossa Excelência o uso da prerrogativa que lhe confere o parágrafo único do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reconhecer como de interesse do Governo brasileiro a participação ou o aumento do percentual de participação de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior, no capital das instituições financeiras nacionais.

13. Para permitir o exame criterioso e individualizado dos casos em que esteja presente o interesse de aporte de capitais externos, cada instituição financeira apresentará sua proposta ao Banco Central do Brasil que, após exame, a submeterá à deliberação do Conselho Monetário Nacional, como requisito prévio a decisão final de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

PEDRO SAMPAIO MALAN

Ministro de Estado da Fazenda

## ANEXO II

### PROER

Medida Provisória nº 1.179, de 03 de novembro de 1995.

*Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, instituído pelo Conselho Monetário Nacional com vistas a assegurar liquidez e solvência ao referido Sistema e a resguardar os interesses de depositantes e investidores, será implementado por meio de reorganizações administrativas, operacionais e societárias, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º O Programa de que trata o caput aplica-se inclusive às instituições submetidas aos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e no Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

§ 2º O mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras, instituído pelo Conselho Monetário Nacional, é parte integrante do Programa de que trata o caput.

Art. 2º Na hipótese de incorporação, aplica-se às instituições participantes do Programa a que se refere o artigo anterior o seguinte tratamento tributário:

I - a instituição a ser incorporada deverá contabilizar como perdas os valores dos créditos de difícil recuperação, observadas, para esse fim, normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - as instituições incorporadoras poderão registrar como ágio, na aquisição do investimento, a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial da participação societária adquirida;

III - as perdas de que trata o inciso I deverão ser adicionadas ao lucro líquido da instituição a ser incorporada, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

IV - após a incorporação, o ágio a que se refere o inciso II, registrado contabilmente, poderá ser amortizado, observado o disposto no inciso seguinte;

V - para efeitos de determinação do lucro real, a soma do ágio amortizado com o valor compensado dos prejuízos fiscais de períodos-base anteriores não poderá exceder, em cada período-base, trinta por cento do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável;

VI - o valor do ágio amortizado deverá ser adicionado a lucro líquido, para efeito de determinar a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica à incorporações realizadas até 31 de dezembro de 1996, observada a exigência de a instituição incorporadora ser associada à entidade administradora do mecanismo de proteção a titulares de crédito, de que trata o § 2º do art. 1º.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 3º Nas reorganizações societárias ocorridas no âmbito do Programa de que trata o art. 1º não se aplica o disposto nos arts. 230, 254, 255, 256, § 2º, 264, § 3º, e 270, parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 03 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

## ANEXO III

### PROES

Medida Provisória nº 1.514-4, de 29 de novembro de 1996.

Revogada e Reeditada pela MP nº 1.556, de 1996.

*Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária será incentivada pelos mecanismos estabelecidos nesta Medida Provisória, e por normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito de sua competência, preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação em instituição não financeira, inclusive agência de fomento, de instituições financeiras sob controle acionário de Unidade da Federação.

§ 1º A extinção das instituições financeiras a que se refere o caput deste artigo poderá dar-se por intermédio de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o funcionamento das agências de fomento previstas neste artigo.

Art. 2º A adoção das medidas adequadas a cada caso concreto dar-se-á a exclusivo critério da União, mediante solicitação do respectivo controlador, atendidas as condições estabelecidas nesta Medida Provisória.

Art. 3º Para os fins desta Medida Provisória, poderá a União, a seu exclusivo critério:

I - adquirir o controle da instituição financeira, exclusivamente para privatizá-la ou extingui-la;

II - financiar a extinção ou a transformação da instituição financeira em instituição não financeira, quando realizada por seu respectivo controlador;

III - financiar os ajustes prévios imprescindíveis para a privatização da instituição financeira;

IV - adquirir créditos contratuais que a instituição financeira detenha contra seu controlador e entidades por este controladas e refinanciar os créditos assim adquiridos;

V - em caráter excepcional e atendidas as condições especificadas no art. 6º, financiar parcialmente programa de saneamento da instituição financeira, que necessariamente contemplará sua capitalização e mudanças no seu processo de gestão capazes de assegurar sua profissionalização;

VI - prestar garantia a financiamento concedido pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A adoção das medidas previstas neste artigo será precedida das autorizações que se fizerem necessárias na legislação da Unidade da Federação respectiva.

§ 2º Os créditos de que trata o inciso IV deste artigo serão aqueles existentes em 31 de março de 1996, acrescidos dos juros contratuais *pro rata die* até a data da aquisição, de acordo com as condições e encargos financeiros previstos nos contratos originais.

§ 3º O refinanciamento de que trata o inciso IV deste artigo será precedido da assunção, pela Unidade da Federação, das dívidas de responsabilidade das entidades por ela controladas.

Art. 4º O financiamento dos ajustes prévios imprescindíveis à privatização da instituição financeira, de que trata o inciso III do artigo anterior, concedido pela União ou pelo Banco Central do Brasil, restringe-se aos casos em que haja:

I - autorização legislativa da Unidade da Federação para:

a) a privatização, dentro de prazo acordado com a União, da respectiva instituição financeira;

b) a utilização do produto da privatização no pagamento do financiamento ou refinanciamento de que tratam os incisos III e IV do artigo anterior ou, a critério da União, de outra dívida para com esta;

c) quando for o caso, o oferecimento em garantia das ações de sua propriedade no capital da instituição financeira a ser privatizada; ou

II - a desapropriação em favor da União das ações do capital social da instituição financeira, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

Art. 5º O Banco Central do Brasil, nos financiamentos que conceder, para os fins de que trata esta Medida Provisória, poderá:

I - contar exclusivamente com a garantia da União;

II - aceitar, como garantia, títulos ou direitos relativos a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da Administração Pública Federal indireta.

Parágrafo único. Exceto nos casos em que as garantias de que trata o inciso II deste artigo sejam representadas por títulos da dívida pública mobiliária federal, negociados em leilões competitivos, o valor nominal de tais garantias deverá exceder em pelo menos vinte por cento o montante garantido.

Art. 6º Nas hipóteses dos incisos III e V do art. 3º, quando não houver transferência de controle acionário, ou, detendo a Unidade da Federação a maioria do capital social em mais de uma instituição financeira, remanescer alguma instituição financeira sob seu controle, a participação da União e do Banco Central do Brasil não poderá ultrapassar cinquenta por cento dos recursos necessários, devendo a Unidade da Federação adotar, dentre outras, as seguintes medidas, envolvendo, em conjunto ou isoladamente, recursos em montante pelo menos equivalente ao da participação da União:

I - quitação antecipada de dívidas do controlador e de entidades por este controladas junto à instituição financeira;

II - assunção de dívidas da instituição financeira junto a terceiros, existentes em 31 de março de 1996 e registradas em balanço, incluindo passivos de natureza atuarial ou trabalhista; e

III - capitalização da instituição financeira.

Art. 7º Quando a participação da União se der exclusivamente mediante a utilização do previsto no inciso IV do art. 3º, a aquisição dos créditos estará condicionada a que haja a competente autorização legislativa para a privatização ou extinção da instituição financeira ou sua transformação em instituição não financeira.

Parágrafo único. Caso a instituição financeira detentora do crédito não tenha o seu controle acionário transferido nem seja extinta, ou transformada em instituição não financeira, o contrato de refinanciamento deverá prever a entrega, pela Unidade da Federação, de ativos privatizáveis, aceitos pela União, em montante equivalente a, no mínimo, cinquenta por cento do total refinanciado, para fins de posterior amortização.

Art. 8º Nos casos de que tratam o art. 6º e o parágrafo único do art. 7º, a adoção das medidas autorizadas nesta Medida Provisória dependerá ainda de decisão do Conselho Monetário Nacional, a qual se dará à vista de:

I - aprovação, pelo Banco Central do Brasil, de projeto de saneamento da instituição financeira que necessariamente inclua sua capitalização e mudanças em seu sistema de gestão capazes de assegurar sua profissionalização;

II - parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda quanto à compatibilidade da situação fiscal do Estado controlador com o esforço exigido pelo projeto de saneamento da instituição financeira.

Art. 9º A União pagará as aquisições de controle e de créditos e concederá os financiamentos de que trata o art. 3º, com títulos de emissão do Tesouro Nacional, com prazo de resgate e juros estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Ministério do Planejamento e Orçamento.

Parágrafo único. Os títulos do Tesouro Nacional emitidos nos termos do caput deste artigo, quando detidos por instituições financeiras, poderão ser trocados por títulos de emissão do Banco Central do Brasil, em condições a serem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 10. Para efeito do disposto na alínea b do inciso I do art. 4º, o alienante da instituição financeira repassará ao Tesouro Nacional, em até cinco dias úteis, os valores recebidos em moeda corrente ou em títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único. Títulos e créditos não compreendidos no caput deste artigo, admitidos como meio de pagamento da alienação da instituição financeira, deverão ser substituídos, pelo alienante, por títulos da dívida pública federal, para efeito de repasse ao Tesouro Nacional.

Art. 11. Na hipótese do inciso II do art. 4º, o resultado líquido da privatização da instituição financeira será utilizado pela União na quitação total ou parcial de financiamento ou refinanciamento concedido com base nesta Medida Provisória.

Art. 12. Poderá ser exercida por pessoa jurídica, a critério do Banco Central do Brasil, a gestão das instituições financeiras que tenham seu controle adquirido na forma do art. 3º, inciso I, bem assim daquelas que tenham suas ações desapropriadas, conforme as disposições do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987.

Art. 13. O financiamento ou refinanciamento concedido com base nesta Medida Provisória deverá contar com adequadas garantias ou contragarantias, que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 155, 157 e 159, inciso I, letra a, e inciso II, da Constituição, bem assim, quando for o caso, ações representativas do controle acionário da instituição financeira.

Art. 14. Os contratos de financiamento ou refinanciamento de que trata esta Medida Provisória deverão prever, além das garantias e contragarantias referidas no artigo anterior:

I - estar o Tesouro Nacional autorizado a sacar, em caso de inadimplemento, contra as contas bancárias depositárias das receitas próprias e recursos de que trata o artigo anterior, o montante dos valores não pagos, com os acréscimos legais e contratuais;

II - que os pagamentos deles decorrentes não estarão sujeitos a limites estabelecidos em lei, resolução ou regulamento posteriores à sua celebração;

III - que, na hipótese de não transferência do controle acionário da instituição ou da não transformação em instituição não financeira, pelo menos cinquenta por cento dos dividendos por ela distribuídos ao controlador serão utilizados para a amortização das obrigações financeiras previstas no contrato.

Art. 15. A exclusivo critério da União, poderão ser recebidos bens, direitos e ações de propriedades de Unidade da Federação em dação em pagamento das dívidas contraídas na forma desta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os bens, direitos e ações serão aceitos a preço de mercado; quando não houver preço de mercado, o preço será estabelecido com base em avaliação realizada por três consultores independentes contratados pelas partes.

Art. 16. Ocorrendo impontualidade no pagamento de financiamento ou refinanciamento de que trata esta Medida Provisória, a Unidade da Federação devedora pagará, a partir do vencimento da obrigação, encargos financeiros equivalentes ao custo médio de captação do Tesouro Nacional, acrescidos de mora de um por cento ao mês, incidentes sobre o montante em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais ou contratuais.

Art. 17. Os contratos de financiamento ou refinanciamento decorrentes desta Medida Provisória deverão ser celebrados até 30 de junho de 1997.

Art. 18. Observado o disposto no artigo seguinte, a privatização das instituições financeiras que tenham seu controle adquirido com base nesta Medida Provisória, das que tenham suas ações desapropriadas, conforme as disposições do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, e de outras instituições financeiras incluídas no Programa Nacional de Desestatização, será feita mediante oferta pública, assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 19. Os programas de privatização ou capitalização previstos nesta Medida Provisória poderão contemplar a participação dos empregados das instituições financeiras objeto dos mencionados programas.

Art. 20. No processo de redução da participação do setor público estadual na atividade financeira bancária, a União poderá autorizar as instituições financeiras federais a assumir os passivos detidos junto ao público pelas instituições financeiras estaduais.

§ 1º A União assegurará à instituição financeira federal que assumir os passivos junto ao público a equalização da diferença existente entre o valor a ser recebido da instituição financeira estadual e de seu controlador em decorrência da operação e o valor a ser pago ao Banco Central do Brasil pelos recursos obtidos em linha de financiamento específica para dar suporte aos passivos assumidos.

§ 2º A equalização de que trata o parágrafo anterior observará o previsto no art. 9º.

Art. 21. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 22. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.514-3, de 31 de outubro de 1996.

Art. 23. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Pedro Malan

Antonio Kandir

## ANEXO IV

### AS PRINCIPAIS AQUISIÇÕES DE BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

<b>Banco nacional vendido</b>	<b>Ano</b>	<b>Banco estrangeiro comprador</b>	<b>País de origem</b>
Grande Rio	1996	Deutsche Sudamerikanische (Dresdner Group)	Alemanha
Fenícia	1997	American International Group (AIG)	EUA
Português Atlântico do Brasil	1997	Wachovia	EUA
Multiplic	1997	Lloyds	Inglaterra
Losango	1997	Lloyds	Inglaterra
Boavista	1997	Espírito Santo/grupo Monteiro Aranha/Caisse Nationale de Crédit Agricole	Portugal / Brasil / França
Bamerindus	1997	HSBC	Inglaterra
Banco Geral do Comércio	1997	Santander	Espanha
Omega	1998	Swiss Bank (UBS)	Suíça
Graphus	1998	Robert Fleming	EUA
Brascan	1998	Mellon Bank	EUA
Liberal	1998	Nations	EUA
Mappin	1998	GE Electric Capital Service	EUA
Nordeste	1998	Santander	Espanha
Bandeirantes	1998	Caixa Geral de Depósitos	Portugal
América do Sul	1998	Sudameris	Itália
Real	1998	ABN-Amro	Holanda
Excel-Econômico	1998	Bilbao Vizcaya Argentaria	Espanha
Bandepe	1998	ABN-Amro	Holanda
Sogeral	1999	Société Générale	França
Agroinvest	1999	John Deere	EUA
Patrimônio	1999	Chase Manhattan	EUA
CCF Brasil (*)	2000	HSBC	Inglaterra
Bozzano, Simonsen	2000	Santander	Espanha
Meridional	2000	Santander	Espanha
Banespa	2000	Santander	Espanha
AGF Braseg (*)	2001	Crédit Lyonnais	França
Paraiban	2001	ABN-Amro	Holanda

## ANEXO V

### PRIVATIZAÇÕES DOS BANCOS ESTADUAIS

#### *BANERJ – Alguns dados*

Data do Leilão: 26/06/1997
Patrimônio líquido na data do leilão: R\$ 181 milhões (junho/1997)
Participação vendida: 99,97% do Capital Social.
Preço mínimo estabelecido para o leilão: R\$ 310,00 milhões
Preço de venda: R\$ 311,00 milhões
Total de ativos R\$ 2.841 milhões (junho/1997)
Número de agências 190
Adquirente: ITAÚ
Local do leilão: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ)

#### *Banespa – Alguns dados*

Data do leilão	20/11/2000
Patrimônio líquido na data do leilão	R\$ 2.008,32 milhões
Participação da União no capital social	30% capital social / 60% capital votante
Preço mínimo do leilão	R\$ 1.850,00 milhões
Preço de venda obtido no leilão	R\$ 7.050,00 milhões
Total de ativos	R\$ 28,23 bilhões
Nº de funcionários na data do leilão	20.098
Nº de agências	578
Postos de atendimento	752
Média de funcionários / ponto atendimento	15,11
Adquirente	Santander
Local	Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

*Bemge - Alguns dados*

Data do Leilão: 14/09/98
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 296,33 milhões
Participação Vendida: 89,05% do capital total
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 314,00 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 583,00 milhões
Total de Ativos: R\$ 3.235 milhões (junho/98)
Nº de funcionários na data do leilão: 7.104
Nº de agências 472
Média de funcionários/agência 15
Adquirente: ITAÚ
Local: BOVMESB (Bolsa de Valores Minas - Espírito Santo - Brasília)

*Credireal - Alguns dados*

Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 98 milhões (maio/97)
Participação Vendida: 99,941% do Capital Social
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 121,00 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 127,30 milhões
Total de Ativos: R\$ 1.014 milhões (maio/97)
Nº de funcionários na data do leilão: 2.413
Nº de agências 86
Média de funcionários/agência 28
Adquirente: BCN/BRADESCO
Local: BOVMESB

*Bandepe – Alguns dados*

Data do Leilão: 17/11/98
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 150,14 milhões
Participação Vendida: 99,97% do Capital Social
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 183,00 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 183,00 milhões
Total de Ativos: R\$ 737 milhões (junho/98)
Número de funcionários na data do leilão: 1.641
Número de agências: 52
Média de funcionários/agência: 31,5
Adquirente: ABN/AMRO
Local: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

*Paraiban – Alguns dados*

Data do Leilão: 08/11/2001
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 45,19 milhões
Participação Vendida: 89,70% do capital social
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 50,18 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 76,50 milhões
Total de Ativos: R\$ 384,83 milhões
Nº de funcionários na data do leilão: 390
Nº de agências: 8
Nº de postos de atendimento bancário: 8
Média de funcionários/ponto de atendimento: 50,13
Adquirente: ABN AMRO Bank Real
Local: BVRJ

*Baneb – Alguns dados*

Data do leilão: 22/06/1999
Patrimônio líquido na data do leilão: R\$ 145,38 milhões (dez/1998)
Participação vendida: 93,95% do capital social
Preço mínimo de leilão: R\$ 252,00 milhões
Preço de venda obtido no leilão: R\$ 260,00 milhões
Total de ativos R\$ 2.001 milhões (dez/98)
Nº de funcionários na data do leilão: 2.825
Nº de agências 170
Média de funcionários/agência 16,6
Adquirente: Bradesco
Local: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

*Meridional – Alguns dados*

Data do Leilão: 04/12/1997
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 337,20 milhões (Abr/1997)
Participação Vendida: 75,60% do Capital Social
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 172,96 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 265,60 milhões
Total de Ativos R\$ 2.649,3 milhões (Jun/1997)
Nº de funcionário na data do leilão: 7.154
Nº de agências 222
Média de funcionários/agência: 32
Adquirente: Banco Bozano Simonsen
Local: BVRJ

*Banestado – Alguns dados*

Data do Leilão: 17/10/2000
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 472,30 milhões
Participação Vendida: 94,42% do Capital Total
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 403,00 milhões
Preço de Venda Obtido no Leilão: R\$ 1.625,00 milhões
Total de Ativos R\$ 7.129 milhões (Jun/2000)
Nº de funcionários na data do leilão: 7.683
Nº de agências 376
Média de funcionários/agência 20,4
Adquirente: ITAÚ
Local: BVPR

*BEG – Alguns dados*

Data do Leilão: 04.12.2001
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 153,95 milhões
Participação da União no Capital Social: 84,46%
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 300,72 milhões
Preço de Venda obtido no Leilão: R\$ 665,00 milhões
Preço Total: R\$ 680,85 milhões
Total de Ativos: R\$ 1.297 milhões
Nº de funcionários/ponto de atendimento: 7,12
Adquirente: ITAÚ
Local: BVRJ

*BEA – Alguns dados*

Data do Leilão: 24.01.2002
Patrimônio Líquido na data do Leilão: R\$ 137,07 milhões
Participação da União no Capital Social: 88,68%
Preço Mínimo do Leilão: R\$ 182,91 milhões
Preço de Venda obtido no Leilão: R\$ 182,91 milhões
Total de Ativos: R\$ 622,12 milhões
N.º de funcionários/ponto de atendimento: 7,99
Adquirente: BRADESCO
Local: BVRJ